



Diário Oficial

ESTADO DO TOCANTINS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ANO XXXVII - ESTADO DO TOCANTINS, TERÇA-FEIRA, 23 DE DEZEMBRO DE 2025 Nº 6.967



ATOS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 22, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2025.

Altera a Lei nº 3.718, de 12 de novembro de 2020, que dispõe sobre a cumulação de responsabilidades administrativas para os integrantes da carreira jurídica de delegado de polícia e das carreiras de agente de polícia, escrivão de polícia, agente de necrotomia, papiloscopista e perito oficial da Polícia Civil do Estado do Tocantins, e adota outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 27, §3º, da Constituição do Estado, adota a seguinte Medida Provisória com força de Lei:

SUMÁRIO

ATOS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO	1
SECRETARIA EXECUTIVA DA GOVERNADORIA	16
CASA CIVIL	21
POLÍCIA MILITAR	25
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO	50
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	50
SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	68
SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA	69
SECRETARIA DA CULTURA	71
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	73
SECRETARIA DOS ESPORTES E JUVENTUDE	93
SECRETARIA DA FAZENDA	93
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	106
SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	106
SECRETARIA DA MULHER	106
SECRETARIA DA SAÚDE	107
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	148
SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	148
ADAPEC	149
AGETO	151
ATI	153
ATS	153
DETRAN	153
IGEPREV	161
NATURATINS	164
TOCANTINS PARCERIAS	168
PUBLICAÇÕES DOS MUNICÍPIOS	169
PUBLICAÇÕES PARTICULARES	172

Art. 1º A Lei nº 3.718, de 12 de novembro de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.” (NR)

Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 23 dias do mês de dezembro de 2025; 204º da Independência, 137º da República e 37º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

DECRETO Nº 7.060, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025.

Fixa os índices de Participação dos Municípios - IPM no produto da arrecadação do ICMS para o exercício financeiro de 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso II, da Constituição do Estado, e tendo em visto o disposto na Lei Complementar Federal nº 63, de 11 de janeiro de 1990, e na Lei Estadual nº 2.959, de 18 de junho de 2015, na conformidade do Decreto Estadual nº 6.601, de 16 de março de 2023;

DECRETA:

Art. 1º São fixados os Índices de Participação dos Municípios - IPM, para efeito de cálculo e repasse, no exercício financeiro de 2026, das parcelas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, na conformidade dos Anexos I, II e III a este Decreto.

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 6.972, de 12 de junho de 2025.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 22 dias do mês de dezembro de 2025; 204º da Independência, 137º da República e 37º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Donizeth Aparecido Silva Deocleciano Gomes Filho
Secretário de Estado da Fazenda Secretário-Chefe da Casa Civil

ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - IPM - DEFINITIVO																			
Ano Base 2024 - Valor Adicionado - Aplicação 2025																			
ANEXO I																			
Nº	MUNICÍPIO	EXTRATOS DA NOTA FISCAL AVULSA E DIF					DOCUMENTO DE INFORMAÇÕES DIF / FISCAL / DASIM/IME					Anexo de Infração	TOTAL GERAL	ÍNDICES DO VALOR ADICIONADO					
		Pecúnia	Agricultura	Indústria e Extr. Miner.	Preços	Outros	Comunicação	Utilidades Hidráulicas	Energia	Transporte	Comércio			Indústria e Extr. Miner.	Prestação de Serviços	Contribuintes	Agro. Cabaçal	2020	2021
1	ABRILANDIA	86.111.727,75	21.484.109,38	10.031,81	-	421.063,38	-	-	4.522.795,54	1.828.727,47	2.020.449,84	-	95.300,08	801.208,13	790.988,71	86.712.173,56	8.218.005,5	9.075.124,77	8.643.651,12
2	AGUAIRÓPOLIS	7.715.386,79	1.631.214,18	10.360,00	-	-	-	-	7.809.094,46	7.408.887,83	1.335.742,80	-	-	1.460,00	1.460,00	11.186.541,44	1.460,00	1.460,00	1.460,00
3	ALCANOIA DO TOCANTINS	32.170.847,33	31.419.295,39	-	-	131.630,38	-	-	4.398.919,27	44.044.701,43	3.120.772,16	-	-	8.247.340,10	1.915.570,70	88.187.088,68	2.451.138	2.561.972	2.456.603
4	ALTO ALEGRE	65.845.842,25	1.511.206,24	-	-	1.593.034,22	-	-	1.116.713,54	7.088.700,38	1.116.713,54	-	-	2.416.600,64	2.416.600,64	70.353.357,17	1.098.936	1.098.936	1.098.936
5	ALVORADA	90.077.975,85	10.035.915,52	3.714.996,24	-	-	-	-	21.138.817,51	31.138.817,51	2.422.126,16	-	-	1.460,00	1.460,00	101.856.804,68	1.098.936	1.098.936	1.098.936
6	ANANIAS	67.744.511,33	2.787.802,86	-	-	8.365,73	-	-	1.021.453,57	1.381.716,06	1.51.062,34	-	-	1.510,43	1.510,43	70.000.866,94	1.098.936	1.098.936	1.098.936
7	ANGICO	10.115.485,85	21.423.450,15	1.316,00	-	-	-	-	1.363.500,00	1.460,00	1.460,00	-	-	958,38	958,38	10.115.485,85	1.098.936	1.098.936	1.098.936
8	APARECIDA DO RIO NEGRO	12.611.241,33	106.905.258,52	5.115,20	1.408,00	-	-	-	8.498.930,21	10.917.492,11	12.308.411,31	-	-	-	-	241.700.241,33	1.318.099	1.318.099	1.318.099
9	ARAGUAMAS	84.028.938,55	3.349.037,12	7.893,12	-	2.358,44	-	-	1.286.057,71	835,50	19.044.235,51	-	-	-	-	115.685.727,92	1.318.099	1.318.099	1.318.099
10	ARAGUATACIA	25.122.179,81	89.373.782,13	80.706,38	-	30.108.973,72	-	-	34.117.139,24	129.12.002,35	3.121.150,84	-	-	-	-	115.685.727,92	1.318.099	1.318.099	1.318.099
11	ARAGUATINS	39.985.744,89	1.090.495,99	7.797.463,07	2.636,80	4.372,00	-	-	46.881.625,96	3.801.499,07	7.042.116,23	-	-	-	-	100.762.337,41	1.318.099	1.318.099	1.318.099
12	BARAUNA	87.962.337,23	1.348.837,82	-	-	538.133,31	-	-	4.654.084,04	31.137.087,14	8.268.340,26	-	-	-	-	275.841.835,06	1.318.099	1.318.099	1.318.099
13	BAURILHINHO	22.620.910,46	10.146,05	-	-	10.293,13	1.153.384,99	-	28.330.671,22	1.509.989,12	79.609.470,19	-	-	-	-	22.620.910,46	1.318.099	1.318.099	1.318.099
14	BELOZONA DO TOCANTINS	19.352.779,89	1.952,09	-	-	4.020.362,11	205.445,34	1.194.888,03	1.227.627,03	1.227.627,03	1.227.627,03	-	-	-	-	19.352.779,89	1.318.099	1.318.099	1.318.099
15	BOM JARDIM DO TOCANTINS	14.807.988,12	13.165,15	13.809,00	-	481.827,47	-	-	11.674.734,73	186.309,79	503.757,07	-	-	-	-	14.807.988,12	1.318.099	1.318.099	1.318.099
16	BONFIM DO TOCANTINS	10.007.894,61	355.109,53	84.796,51	1.152,00	1.152,00	1.152,00	-	1.152,00	1.152,00	1.152,00	-	-	-	-	10.007.894,61	1.318.099	1.318.099	1.318.099
17	BARRA DO TOCANTINS	14.388.605,35	2.023.348,24	412,80	-	34.716,16	213.269,15	-	3.138.680,43	257.757,16	22.019.123,14	-	-	-	-	14.388.605,35	1.318.099	1.318.099	1.318.099
18	BARRA DO TOCANTINS	10.005.056,85	5.405.097,13	1.088.759,00	-	36,40	42.024.041,12	-	4.520.678,48	26.040,12	30.186.133,62	-	-	-	-	10.005.056,85	1.318.099	1.318.099	1.318.099
19	BENEDICTINO DA SILVA	54.235.949,14	134.364,34	-	-	13.138,00	133.700,00	352.765,87	6.053.137,14	1.450.165,36	9.542.408,88	-	-	-	-	54.235.949,14	1.318.099	1.318.099	1.318.099
20	BOM JARDIM DO TOCANTINS	22.671.719,27	21.128.395,19	1.856,00	-	1.688,95	159.246,24	-	5.800.205,83	381.914,94	54.005.091,11	-	-	-	-	22.671.719,27	1.318.099	1.318.099	1.318.099
21	BONFIM DO TOCANTINS	10.007.894,61	10.007.894,61	98.345,04	-	1.152,00	1.152,00	-	1.152,00	1.152,00	1.152,00	-	-	-	-	10.007.894,61	1.318.099	1.318.099	1.318.099
22	BREJO DE NAZARE	22.515.344,42	97.347.052,11	-	-	865.700,62	73.471,98	499.813,82	4.586.841,24	2.120.144,91	1.091.772,91	-	-	-	-	22.515.344,42	1.318.099	1.318.099	1.318.099
23	BREJO DE NAZARE	15.715.376,74	-	-	-	4.586,80	108.283,53	-	6.117.519,91	204.137,22	21.218.913,63	-	-	-	-	15.715.376,74	1.318.099	1.318.099	1.318.099
24	BUENA VISTA DO TOCANTINS	3.768.110,22	12.544,19	226.896,00	-	153,60	122.132,17	-	1.528.553,14	2.054.466,34	2.054.466,34	-	-	-	-	3.768.110,22	1.318.099	1.318.099	1.318.099
25	CAMPUS LINDOS	17.045.630,01	208.109.125,78	38.304,00	-	1.807.728,53	-	-	15.864.254,39	13.844.412,51	1.037.229.963,15	-	-	-	-	17.045.630,01	1.318.099	1.318.099	1.318.099
26	CAROLINA DO TOCANTINS	10.007.894,61	10.007.894,61	98.345,04	-	1.152,00	1.152,00	-	1.152,00	1.152,00	1.152,00	-	-	-	-	10.007.894,61	1.318.099	1.318.099	1.318.099
27	CAROLINA DO TOCANTINS	12.341.559,46	8.689,61	-	-	17,68	147.667,23	-	2.862.557,23	315.762,56	7.757.651,60	-	-	-	-	12.341.559,46	1.318.099	1.318.099	1.318.099
28	CAROLINA DO TOCANTINS	5.107.445,40	1.000,00	-	-	1.000,00	1.000,00	-	1.000,00	1.000,00	1.000,00	-	-	-	-	5.107.445,40	1.318.099	1.318.099	1.318.099
29	CAROLINA DO TOCANTINS	86.154.936,32	164.304.707,19	38.793.888,59	-	1.760.442,11	1.760.442,11	-	1.760.442,11	1.760.442,11	1.760.442,11	-	-	-	-	86.154.936,32	1.318.099	1.318.099	1.318.099
30	CENTENARIO	15.901.867,89	2.626.304,56	74.163,98	-	137.165,03	203.380,86	-	2.388.900,87	706.099,77	11.278.646,33	-	-	-	-	15.901.867,89	1.318.099	1.318.099	1.318.099
31	CHAPADA DA NATIVIDADE	65.235.194,94	46.017.486,07	96.183,20	-	1.638,00	400.990,90	-	4.197.854,55	1.964.147,77	42.145.382,92	-	-	-	-	65.235.194,94	1.318.099	1.318.099	1.318.099
32	CHAPADA DA NATIVIDADE	43.009.404,74	4.496.997,41	-	-	1.000,00	1.000,00	-	1.000,00	1.000,00	1.000,00	-	-	-	-	43.009.404,74	1.318.099	1.318.099	1.318.099
33	COLINAS DO TOCANTINS	88.488.800,00	1.012.440,00	16.924,80	-	40.820,31	130.816,14	11.944.907,92	60.492.141,96	170.848.866,17	181.263.857,05	-	-	-	-	88.488.800,00	1.318.099	1.318.099	1.318.099
34	COLINAS DO TOCANTINS	10.007.894,61	10.007.894,61	98.345,04	-	1.152,00	1.152,00	-	1.152,00	1.152,00	1.152,00	-	-	-	-	10.007.894,61	1.318.099	1.318.099	1.318.099
35	COMARCA DO TOCANTINS	27.416.617,32	58.707,84	352,00	-	1.338,00	132.001,48	-	5.511.409,97	29.376.311,11	1.421.560,57	-	-	-	-	27.416.617,32	1.318.099	1.318.099	1.318.099
36	CONCEIÇÃO DO TOCANTINS	40.406.390,56	1.231.421,06	463.716,80	4.048,00	110,00	389.015,08	-	4.473.512,13	11.059,16	4.473.512,13	-	-	-	-	40.406.390,56	1.318.099	1.318.099	1.318.099
37	CONCEIÇÃO DO TOCANTINS	40.406.390,56	1.231.421,06	463.716,80	4.048,00	110,00	389.015,08	-	4.473.512,13	11.059,16	4.473.512,13	-	-	-	-	40.406.390,56	1.318.099	1.318.099	1.318.099
38	CONCEIÇÃO DO TOCANTINS	40.406.390,56	1.231.421,06	463.716,80	4.048,00	110,00	389.015,08	-	4.473.512,13	11.059,16	4.473.512,13	-	-	-	-	40.406.390,56	1.318.099	1.318.099	1.318.099
39	CONCEIÇÃO DO TOCANTINS	40.406.390,56	1.231.421,06	463.716,80	4.048,00	110,00	389.015,08	-	4.473.512,13	11.059,16	4.473.512,13	-	-	-	-	40.406.390,56	1.318.099	1.318.099	1.318.099
40	CONCEIÇÃO DO TOCANTINS	40.406.390,56	1.231.421,06	463.716,80	4.048,00	110,00	389.015,08	-	4.473.512,13	11.059,16	4.473.512,13	-	-	-	-	40.406.390,56	1.318.099	1.318.099	1.318.099
41	CONCEIÇÃO DO TOCANTINS	40.406.390,56	1.231.421,06	463.716,80	4.048,00	110,00	389.015,08	-	4.473.512,13	11.059,16	4.473.512,13	-	-	-	-	40.406.390,56	1.318.099	1.318.099	1.318.099
42	CONCEIÇÃO DO TOCANTINS	40.406.390,56	1.231.421,06	463.716,80	4.048,00	110,00	389.015,08	-	4.473.512,13	11.059,16	4.473.512,13	-	-	-	-	40.406.390,56	1.318.099	1.318.099	1.318.099
43	CONCEIÇÃO DO TOCANTINS	40.406.390,56	1.231.421,06	463.716,80	4.048,00	110,00	389.015,08	-	4.473.512,13	11.059,16	4.473.512,13	-	-	-	-	40.4			

ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - IPM - DEFINITIVO													
Ano Base 2024 - Elaboração 2025 - Aplicação 2026													
ANEXO II													
Nº	MUNICÍPIO	Valor Adicionado	Quota Igual	Número de Habitantes	Área Territorial	ICMS ECOLÓGICO						ICMS EDUCACIONAL	IPM Aplicação 2026
		65 %	8 %	2 %	2 %	IPMAM	ICBM	ICQPCIFM	ICSCVM	ISBAM	ITSM		
						1 %	4 %	3 %	1 %	3 %	1%		
1	ABREULANDIA	0,2651773	0,0575540	0,0033829	0,0137429	0,0090553	0,1191688	0,0326492	0,0164129	0,0464849	0,0000000	0,0786624	0,6422905
2	AGUIARNOPOLIS	0,1970918	0,0575540	0,0057527	0,0017071	0,0001601	0,0000000	0,0349414	0,0000000	0,0098998	0,0000000	0,0478967	0,3550035
3	ALIANÇA DO TOCANTINS	0,2636822	0,0575540	0,0066213	0,0113977	0,0053330	0,0000000	0,0366208	0,0132828	0,0362701	0,0000000	0,0442381	0,4750000
4	ALMAS	0,4574499	0,0575540	0,0082950	0,0288883	0,0028352	0,0000000	0,0178128	0,0000000	0,0137363	0,0002129	0,0602600	0,6470444
5	ALVORADA	1,9579339	0,0575540	0,0115308	0,0087029	0,0068520	0,0000000	0,0487915	0,0130229	0,0628820	0,0000000	0,0825501	2,2498200
6	ANANAS	0,1210692	0,0575540	0,0135190	0,0113982	0,0031864	0,0000000	0,0274329	0,0000000	0,0077283	0,0000000	0,0702667	0,3121545
7	ANGICO	0,0321773	0,0575540	0,0036999	0,0032265	0,0034730	0,0000000	0,0200197	0,0000000	0,0103096	0,0000000	0,0685290	0,1989890
8	APARECIDA DO RIO NEGRO	0,2342597	0,0575540	0,0064247	0,0083557	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0626661	0,3692601
9	ARAGOMINAS	0,0911458	0,0575540	0,0067962	0,0084219	0,0016591	0,0001592	0,0301033	0,0082394	0,0000000	0,0000000	0,0684783	0,2725571
10	ARAGUACEMA	0,2513919	0,0575540	0,0076572	0,0200020	0,0146772	0,1810636	0,0326006	0,0226342	0,0288614	0,5303342	0,0274211	1,1741973
11	ARAGUACU	0,4686164	0,0575540	0,0104898	0,0371650	0,0000000	0,0000000	0,0091815	0,0000000	0,0132886	0,0000000	0,0637479	0,6600431
12	ARAGUAÍNA	8,2581166	0,0575540	0,2301251	0,0288703	0,0295379	0,0000000	0,0385622	0,0242220	0,0633483	0,0000000	0,4262765	9,1566128
13	ARAGUANA	0,0704477	0,0575540	0,0055004	0,0060185	0,0133351	0,0000000	0,0520314	0,0116815	0,0671846	0,0000000	0,0613577	0,3451107
14	ARAGUATINS	0,2464660	0,0575540	0,0421025	0,0189838	0,0150086	0,0017868	0,0120165	0,0188010	0,0053816	0,0000000	0,1638379	0,5819385
15	ARAPOEMA	0,1340681	0,0575540	0,0070410	0,0112329	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0020323	0,0000000	0,0611557	0,2730839
16	ARRAIAS	0,2404007	0,0575540	0,0133414	0,0418356	0,0004056	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0050563	0,0000000	0,0889088	0,4475023
17	AUGUSTINOPOLIS	0,2100012	0,0575540	0,0229855	0,0028030	0,0005754	0,0000000	0,0220387	0,0000000	0,0074077	0,0000000	0,1036280	0,4269935
18	AURORA DO TOCANTINS	0,0318216	0,0575540	0,0043364	0,0050190	0,0016059	0,0000000	0,0060738	0,0050679	0,0114579	0,0030284	0,0380914	0,1640563
19	AXIXA DO TOCANTINS	0,0488105	0,0575540	0,0135202	0,0011069	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,1033081	0,2242997
20	BABACULANDIA	0,0758350	0,0575540	0,0098634	0,0129066	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0423563	0,1985153
21	BANDEIRANTES DO TOCANTINS	0,5777300	0,0575540	0,0044810	0,0111061	0,0052080	0,0000000	0,0331965	0,0039103	0,0039469	0,0000000	0,0614184	0,7585510
22	BARRA DO OURO	0,0409431	0,0575540	0,0058846	0,0079722	0,0072951	0,0000000	0,0320328	0,0052849	0,0316434	0,0000000	0,0536749	0,2422849
23	BARROLANDIA	0,1073241	0,0575540	0,0062320	0,0050303	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0020529	0,0000000	0,0583316	0,2365249
24	BERNARDO SAYAO	0,0825405	0,0575540	0,0054725	0,0066617	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0695743	0,2218029
25	BOM JESUS DO TOCANTINS	0,0963021	0,0575540	0,0053013	0,0095662	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0511401	0,2198637
26	BRASILANDIA DO TOCANTINS	0,2073481	0,0575540	0,0025562	0,0046565	0,0008347	0,0000000	0,0025125	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0572385	0,3327004
27	BREJINHO DE NAZARE	0,2329777	0,0575540	0,0060811	0,0124185	0,0318024	0,0000000	0,0334504	0,0129756	0,0705751	0,0000000	0,0569184	0,5147531
28	BURITI DO TOCANTINS	0,0455652	0,0575540	0,0135088	0,0018220	0,0010008	0,0000000	0,0184782	0,0009834	0,0121404	0,0000000	0,0606513	0,2117041
29	CACHOEIRINHA	0,0094469	0,0575540	0,0025245	0,0025343	0,0432086	0,4232620	0,0553498	0,0131503	0,0229661	0,0000000	0,0633782	0,6933746
30	CAMPOS LINDOS	1,3490038	0,0575540	0,0113495	0,0233178	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0791282	1,5203532
31	CARIRI DO TOCANTINS	1,9779336	0,0575540	0,0052582	0,0081196	0,0007726	0,0000000	0,0030593	0,0000000	0,0133883	0,0000000	0,0637487	2,1298343
32	CARMOLANDIA	0,0351828	0,0575540	0,0028478	0,0024466	0,0000000	0,0000000	0,0028780	0,0021458	0,0000000	0,0000000	0,0445925	0,1476473
33	CARRASCO BONITO	0,0106924	0,0575540	0,0042629	0,0013723	0,0015123	0,0000000	0,0272815	0,0115169	0,0163039	0,0000000	0,0440852	0,1745812
34	CASEARA	0,4368513	0,0575540	0,0063512	0,0121115	0,0272211	0,1414912	0,0582892	0,0091100	0,0094634	0,2434745	0,0549453	1,0568626
35	CENTENARIO	0,0274132	0,0575540	0,0027071	0,0140805	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0376580	0,1394127
36	CHAPADA DA NATIVIDADE	0,1097885	0,0575540	0,0040346	0,0118291	0,0000174	0,0000000	0,0076624	0,0174822	0,0289591	0,0000000	0,0556938	0,2930210
37	CHAPADA DE AREIA	0,0495084	0,0575540	0,0019818	0,0047477	0,0112210	0,0618016	0,0293232	0,0104852	0,0283899	0,0000000	0,0295478	0,2845606
38	COLINAS DO TOCANTINS	1,2095934	0,0575540	0,0455919	0,0060737	0,0009165	0,0000000	0,0108885	0,0112176	0,0612878	0,0000000	0,1429728	1,5460961
39	COLMEIA	0,1261060	0,0575540	0,0116119	0,0083701	0,0012395	0,0000000	0,0000000	0,0010165	0,0250964	0,0000000	0,0743660	0,3053603
40	COMBINADO	0,0622807	0,0575540	0,0062079	0,0015052	0,0003758	0,0000000	0,0048571	0,0010963	0,0268304	0,0000000	0,0569599	0,2176672
41	CONCEICAO DO TOCANTINS	0,0569715	0,0575540	0,0050160	0,0182439	0,0108675	0,0000000	0,0137696	0,0167794	0,0110752	0,0000000	0,0599014	0,2501785
42	COUTO DE MAGALHAES	0,2750831	0,0575540	0,0069928	0,0114208	0,0133900	0,0000000	0,0545150	0,0136490	0,0503860	0,0000000	0,0735511	0,5565417
43	CRISTALANDIA	0,2105520	0,0575540	0,0081618	0,0133424	0,0184032	0,0000000	0,0208043	0,0136371	0,0431166	0,0000000	0,0638902	0,4494617
44	CRIXAS DO TOCANTINS	0,1025062	0,0575540	0,0019007	0,0070922	0,0049325	0,0000000	0,0048643	0,0012086	0,0130751	0,0000000	0,0636990	0,2568324
45	DARCINOPOLIS	0,2386712	0,0575540	0,0076762	0,0118358	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0254400	0,3411772
46	DIANOPOLIS	0,7185466	0,0575540	0,0228625	0,0239207	0,0075627	0,0000000	0,0418410	0,0143620	0,0330465	0,0000000	0,0991651	1,0188610
47	DIVINOPOLIS DO TOCANTINS	0,2575865	0,0575540	0,0092523	0,0170013	0,0117059	0,1058524	0,0577657	0,0122249	0,0403326	0,0000000	0,0486377	0,6179132
48	DOIS IRMAOS DO TOCANTINS	0,2530961	0,0575540	0,0081086	0,0270175	0,0103396	0,0710456	0,0569447	0,0165511	0,0397729	0,0000000	0,0757347	0,6161648
49	DUERE	0,2131463	0,0575540	0,0054788	0,0246602	0,0155098	0,0000000	0,0354902	0,0078437	0,0410444	0,0000000	0,0423485	0,4430758
50	ESPERANTINA	0,0203345	0,0575540	0,0095008	0,0036492	0,0000000	0,0000000	0,0028398	0,0000000	0,0133932	0,0000000	0,0666241	0,1738955
51	FATIMA	0,1061852	0,0575540	0,0044632	0,0027422	0,0000000	0,00000						

74	MAURILANDIA DO TOCANTINS	0,0102751	0,0575540	0,0040207	0,0053081	0,0048213	0,4958212	0,0519846	0,0121803	0,0101737	0,0000000	0,0374154	0,6895543
75	MIRACEMA DO TOCANTINS	0,8190682	0,0575540	0,0238211	0,0192035	0,0137001	0,0000000	0,0320919	0,0153506	0,0590969	0,0110475	0,0760770	1,1270107
76	MIRANORTE	0,5799188	0,0575540	0,0165544	0,0074493	0,0090405	0,0000000	0,0334425	0,0138402	0,0255806	0,0000000	0,0861561	0,8295364
77	MONTE DO CARMO	0,4800720	0,0575540	0,0072552	0,0259618	0,0099919	0,0000000	0,0496352	0,0133892	0,0119434	0,0000000	0,0590650	0,7148678
78	MONTE SANTO DO TOCANTINS	0,0926840	0,0575540	0,0031699	0,0077349	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0472359	0,2083787
79	MURICILANDIA	0,0568643	0,0575540	0,0044188	0,0086104	0,0063834	0,0000000	0,0304202	0,0022886	0,0364411	0,0000000	0,0568467	0,2598275
80	NATIVIDADE	0,3368098	0,0575540	0,0113622	0,0233698	0,0096595	0,0089772	0,0540829	0,0178891	0,0264584	0,0000000	0,0718967	0,6180595
81	NAZARE	0,0296642	0,0575540	0,0059087	0,0028548	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0612577	0,1572394
82	NOVA OLINDA	0,7916897	0,0575540	0,0134517	0,0113028	0,0121542	0,0000000	0,0582559	0,0271446	0,0732992	0,0000000	0,0835070	1,1283590
83	NOVA ROSALANDIA	0,1549125	0,0575540	0,0043149	0,0037112	0,0000000	0,0000000	0,0060885	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0573626	0,2839436
84	NOVO ACORDO	0,1006450	0,0575540	0,0052012	0,0193081	0,0214687	0,0300020	0,0316984	0,0166046	0,0248711	0,0000000	0,0455853	0,3529383
85	NOVO ALEGRE	0,0249624	0,0575540	0,0023343	0,0014448	0,0048903	0,0000000	0,0211549	0,0000000	0,0142957	0,0000000	0,0514745	0,1781109
86	NOVO JARDIM	0,0334918	0,0575540	0,0028694	0,0087512	0,0012453	0,0000000	0,0087766	0,0000000	0,0016729	0,0000000	0,0556869	0,1700481
87	OLIVEIRA DE FATIMA	0,0206699	0,0575540	0,0015355	0,0015088	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0361085	0,1173766
88	PALMAS	9,6701171	0,0575540	0,4103422	0,0160573	0,0083669	0,0000000	0,0047193	0,0122884	0,0960455	0,0114281	0,7427824	11,0297006
89	PALMEIRANTE	0,9427242	0,0575540	0,0062244	0,0190212	0,0000000	0,0000000	0,0029479	0,0000000	0,0062204	0,0000000	0,0577401	1,0924321
90	PALMEIRAS DO TOCANTINS	0,4044120	0,0575540	0,0062092	0,0053594	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0502063	0,5237409
91	PALMEIROPOLIS	0,1567830	0,0575540	0,0090266	0,0123204	0,0169780	0,0000272	0,0408240	0,0188500	0,0898845	0,0000000	0,1018189	0,5040664
92	PARAISO DO TOCANTINS	2,8923662	0,0575540	0,0699455	0,0093162	0,0095713	0,0000000	0,0212921	0,0024305	0,0361967	0,0496199	0,1566873	3,3049797
93	PARANA	0,2794671	0,0575540	0,0137624	0,0808682	0,0005156	0,0000000	0,0382987	0,0041824	0,0171653	0,0000000	0,0898774	0,5816908
94	PAU D'ARCO	0,1117809	0,0575540	0,0051796	0,0099166	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0015379	0,0000000	0,0590147	0,2449837
95	PEDRO AFONSO	0,7317934	0,0575540	0,0186783	0,0145594	0,0232136	0,0095460	0,0462319	0,0136342	0,0465174	0,0000000	0,0933772	1,0551054
96	PEIXE	0,7076792	0,0575540	0,0119670	0,0382347	0,0058787	0,0000000	0,0444529	0,0000000	0,0308876	0,0000000	0,0606384	0,9572925
97	PEQUIZEIRO	0,0889346	0,0575540	0,0063880	0,0086952	0,0081627	0,0000000	0,0510125	0,0109845	0,0379983	0,0000000	0,0638390	0,3335688
98	PINDORAMA DO TOCANTINS	0,0650889	0,0575540	0,0058275	0,0112503	0,0109299	0,0000000	0,0087992	0,0148206	0,0291425	0,0000000	0,0541414	0,2575542
99	PIRAQUE	0,1356322	0,0575540	0,0028719	0,0098291	0,0000000	0,0000000	0,0016831	0,0000000	0,0025111	0,0000000	0,0586975	0,2687789
100	PIUM	0,3865113	0,0575540	0,0093512	0,0271175	0,0128123	0,0302808	0,0389287	0,0067582	0,0379671	0,0000000	0,0472475	0,6995285
101	PONTE ALTA DO BOM JESUS	0,0496243	0,0575540	0,0054459	0,0123911	0,0069956	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0036456	0,0000000	0,0472781	0,1829344
102	PONTE ALTA DO TOCANTINS	0,0931924	0,0575540	0,0099433	0,0471686	0,0079773	0,0641412	0,0496751	0,0101536	0,0259782	0,0000000	0,0600553	0,4258389
103	PORTO ALEGRE DO TOCANTINS	0,0336664	0,0575540	0,0037443	0,0036530	0,0004967	0,0095524	0,0181852	0,0033281	0,0115735	0,0000000	0,0508064	0,1925598
104	PORTO NACIONAL	5,4807149	0,0575540	0,0869247	0,0319705	0,0587719	0,0000000	0,0090134	0,0265961	0,1404091	0,0508901	0,2220586	6,1649033
105	PRAIA NORTE	0,0196942	0,0575540	0,0119949	0,0021700	0,0010064	0,0000000	0,0091447	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0435401	0,1451042
106	PRESIDENTE KENNEDY	0,1207768	0,0575540	0,0038685	0,0055635	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0021530	0,0184809	0,0000000	0,0616948	0,2700915
107	PUGMIL	0,0956197	0,0575540	0,0028288	0,0028921	0,0026774	0,0000000	0,0048665	0,0000000	0,0058033	0,0000000	0,0500887	0,2223304
108	RECURSOLANDIA	0,0632885	0,0575540	0,0044011	0,0159732	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0024871	0,0000000	0,0660444	0,2097482
109	RIACHINHO	0,0395133	0,0575540	0,0051213	0,0036923	0,0000000	0,0000000	0,0383691	0,0060480	0,0010049	0,0000000	0,0530031	0,2043059
110	RIO DA CONCEICAO	0,0085918	0,0575540	0,0023102	0,0060977	0,0110016	0,0105200	0,0126443	0,0022861	0,0200553	0,0000000	0,0388034	0,1698644
111	RIO DOS BOIS	0,0471294	0,0575540	0,0035921	0,0061081	0,0024752	0,0000000	0,0027303	0,0061600	0,0058135	0,0000000	0,0597681	0,1913307
112	RIO SONO	0,1084259	0,0575540	0,0060837	0,0457515	0,0089634	0,0055580	0,0421885	0,0100130	0,0114813	0,0000000	0,0459524	0,3419717
113	SAMPAIO	0,0116737	0,0575540	0,0055435	0,0016036	0,0025743	0,0000000	0,0058999	0,0035820	0,0000000	0,0000000	0,0658885	0,1543194
114	SANDOLANDIA	0,1860882	0,0575540	0,0049108	0,0254855	0,0023098	0,0000000	0,0000000	0,0028070	0,0000000	0,0000000	0,0450626	0,3242178
115	SANTA FE DO ARAGUAIA	0,1656848	0,0575540	0,0094957	0,0120483	0,0082076	0,0098592	0,0456324	0,0127129	0,0507221	0,0000000	0,0243112	0,3962281
116	SANTA MARIA DO TOCANTINS	0,0775392	0,0575540	0,0034565	0,0101817	0,0010769	0,0000000	0,0000000	0,0147172	0,0046463	0,0000000	0,0564514	0,2256231
117	SANTA RITA DO TOCANTINS	0,2791517	0,0575540	0,0029049	0,0236549	0,0071713	0,0000000	0,0135751	0,0148631	0,0336479	0,0000000	0,0536534	0,4861762
118	SANTA ROSA DO TOCANTINS	0,5180170	0,0575540	0,0060722	0,0130104	0,0118006	0,0000000	0,0330807	0,0171174	0,0559397	0,0000000	0,0616102	0,7742021
119	SANTA TEREZA DO TOCANTINS	0,0278523	0,0575540	0,0036631	0,0038894	0,0000000	0,2170896	0,0519944	0,0118468	0,0101896	0,0000000	0,0426890	0,4267681
120	SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS	0,0136081	0,0575540	0,0031230	0,0019760	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0016188	0,0000000	0,0627704	0,1406503
121	SAO BENTO DO TOCANTINS	0,0311690	0,0575540	0,0075266	0,0079271	0,0005601	0,0236868	0,0358961	0,0057240	0,0000000	0,0000000	0,0754976	0,2455412
122	SAO FELIX DO TOCANTINS	0,0078028	0,0575540	0,0023774	0,0137920	0,0022186	0,0800876	0,0080915	0,0026026	0,0049473	0,0000000	0,0619100	0,2413836
123	SAO MIGUEL DO TOCANTINS	0,0360731	0,0575540	0,0176740	0,0029339	0,0178889	0,0000000	0,0454358	0,0206392	0,0292705	0,0000000	0,0792271	0,3066964
124	SAO SALVADOR DO TOCANTINS	0,3752497	0,0575540	0,0030241	0,0102713	0,0095720	0,0000000	0,0367440	0,0200610	0,0086783	0,0000000	0,0480591	0,5692134
125	SAO SEBASTIAO DO TOCANTINS	0,0168028	0,0575540	0,0053115	0,0020878	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0637988	0,1455548
126	SAO VALERIO	0,1453307	0,0575540	0,0057654	0,0181706	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0571001	0,2839207
127	SILVANOPOLIS	0,2442762	0,0575540	0,0066593	0,0090747	0,0105034	0,0000000	0,0270378	0,0152949	0,0324906	0,0000000	0,0537374	0,4566283
128	SITIO NOVO DO TOCANTINS	0,0443800	0,0575540	0,0143710	0,0022139	0,0003574	0,0000000	0,0000000	0,0026657	0,0000000	0,0000000	0,1227671	0,2443092
129	SUCUPIRA	0,1390408	0,0575540	0,0020275	0,0073405	0,0080924	0,0000000	0,0048979	0,0105071	0,0430504	0,0000000	0,0454760	0,3179865
130	TABOCAO	0,1761801	0,0575540	0,0046610	0,0045019	0,0002445	0,0000000	0,0089389	0,0000000	0,0056437	0,0000000	0,0642628	0,3219867
131	TAGUATINGA	0,3176576	0,0575540	0,0180646	0,0168834	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0042567	0,0000000	0,0662981	0,4807142
132	TAIPAS DO TOCANTINS	0,0204747	0,0575540	0,0026450	0,0079683	0,0015583	0,0000000	0,0000000	0,0039757	0,0000000	0,0000000	0,0421852	0,1363611
133	TALISMA	0,1981031	0,0575540	0,0031813	0,0155394	0,0003599	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0061239	0,0000000	0,0591172	0,3399788
134	TOCANTINIA	0,0513493	0,0575540	0,0098279	0,0188144	0,0225966	0,5358376	0,0498856	0,0186333	0,0343322	0,0579682	0,0696206	0,9264196
135	TOCANTINOPOLIS	0,3131712	0,0575540	0,0294204	0,0078119	0,0024127	0,4427596	0,0418924	0,0198492	0,0246143	0,0000000	0,1361452	1,0756307
136	TUPIRAMA	0,1831547	0,0575540	0,0025397	0,0050960	0,0000222	0,0000000	0,0030403	0,0000000	0,0104227	0,0000000	0,0463226	0,3081522
137	TUPIRATINS	0,0218332	0,0575540	0,0024053	0,0064099	0,0031637	0,0000000	0,0027173	0,0028960	0,0100865	0,0000000	0,0493149	0,1563772
138	WANDERLANDIA	0,1795200	0,0575540	0,0136318	0,0098436	0,00598							

ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - IPM - DEFINITIVO																	
Ano Base 2024 - Elaboração 2025 - Aplicação 2026																	
ANEXO III																	
Nº	MUNICÍPIO	CAAC	CAAPE	CDOAPE	CMEICC	CACAIEF	CEJA	CPMI	CAATE	CQEB	CAAQA	CTA	CCPES	CPFCAA	CFCMP	COLRM	TOTAL (ÍEDUC)
		0,75 %	0,75 %	0,50 %	0,50 %	0,50 %	0,75 %	0,50 %	0,50 %	2,50 %	0,50 %	0,25 %	0,25 %	0,50 %	1,00 %	0,25 %	
1	ABREULANDIA	0,0024558	0,0016700	0,0020026	0,0008936	0,0025489	0,0066519	0,0047417	0,0027781	0,0315074	0,0034304	0,0031167	0,0017986	0,0043706	0,0080645	0,0026316	0,0786624
2	AGUIARNOPOLIS	0,0020001	0,0026992	0,0003730	0,0020013	0,0012235	0,0000000	0,0031195	0,0034837	0,0160670	0,0034605	0,0020036	0,0017986	0,0021853	0,0053763	0,0021053	0,0478967
3	ALIANÇA DO TOCANTINS	0,0034685	0,0028739	0,0011246	0,0000000	0,0025489	0,0000000	0,0031195	0,0016757	0,0276283	0,0000000	0,0000000	0,0017986	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0442381
4	ALMAS	0,0044305	0,0000000	0,0003804	0,0031999	0,0025489	0,0083149	0,0047417	0,0019623	0,0174199	0,0041333	0,0000000	0,0017986	0,0033217	0,0053763	0,0026316	0,0602600
5	ALVORADA	0,0051394	0,0051265	0,0040150	0,0032855	0,0050979	0,0049889	0,0062391	0,0017860	0,0279356	0,0041763	0,0000000	0,0017986	0,0043706	0,0080645	0,0005263	0,0825501
6	ANANAS	0,0060255	0,0057285	0,0007501	0,0038688	0,0025489	0,0066519	0,0031195	0,0032853	0,0178908	0,0040585	0,0000000	0,0017986	0,0043706	0,0080645	0,0021053	0,0702667
7	ANGICO	0,0020001	0,0014952	0,0001242	0,0010702	0,0050979	0,0016630	0,0047417	0,0013229	0,0239448	0,0041763	0,0033393	0,0017986	0,0043706	0,0107527	0,0026316	0,0685290
8	APARECIDA DO RIO NEGRO	0,0031647	0,0035924	0,0018609	0,0019317	0,0050979	0,0016630	0,0047417	0,0037703	0,0131138	0,0041763	0,0000000	0,0017986	0,0043706	0,0107527	0,0026316	0,0626661
9	ARAGOMINAS	0,0018228	0,0025632	0,0000000	0,0021511	0,0050979	0,0066519	0,0031195	0,0042775	0,0195909	0,0041763	0,0000000	0,0017986	0,0043706	0,0107527	0,0021053	0,0684783
10	ARAGUACEMA	0,0022786	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0025489	0,0033259	0,0047417	0,0025577	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0017986	0,0000000	0,0080645	0,0021053	0,0274211
11	ARAGUACU	0,0054065	0,0040002	0,0016346	0,0025792	0,0038744	0,0000000	0,0014974	0,0041672	0,0158475	0,0041007	0,0046750	0,0017986	0,0043706	0,0080645	0,0026316	0,0637479
12	ARAGUAÍNA	0,1017250	0,0841403	0,0548967	0,0589202	0,0050979	0,0432373	0,0062391	0,0255104	0,0197465	0,0041742	0,0035619	0,0017986	0,0043706	0,0107527	0,0021053	0,4262765
13	ARAGUANA	0,0033419	0,0026603	0,0014998	0,0020815	0,0038744	0,0049889	0,0047417	0,0013009	0,0133014	0,0040134	0,0000000	0,0017986	0,0043706	0,0107527	0,0026316	0,0613577
14	ARAGUATINS	0,0063800	0,0145250	0,0001583	0,0113121	0,0050979	0,0332594	0,0031195	0,0444944	0,0195988	0,0040255	0,0086821	0,0017986	0,0033217	0,0080645	0,0000000	0,1638379
15	ARAPOEMA	0,0041774	0,0028545	0,0014413	0,0019371	0,0025489	0,0016630	0,0000000	0,0026018	0,0263992	0,0038819	0,0000000	0,0017986	0,0043706	0,0053763	0,0021053	0,0611557
16	ARRAJAS	0,0028102	0,0041167	0,0015858	0,0028307	0,0038744	0,0099778	0,0031195	0,0052476	0,0205606	0,0039929	0,0171416	0,0017986	0,0043706	0,0053763	0,0021053	0,0889088
17	AUGUSTINOPOLIS	0,0089117	0,0106996	0,0022868	0,0061965	0,0050979	0,0130308	0,0062391	0,0025577	0,0230230	0,0041604	0,0042297	0,0017986	0,0043706	0,0107527	0,0000000	0,1036280
18	AURORA DO TOCANTINS	0,0009114	0,0011845	0,0004683	0,0009471	0,0038744	0,0016630	0,0014974	0,0009922	0,0165140	0,0039771	0,0000000	0,0017986	0,0010490	0,0026882	0,0005263	0,0380914
19	AXIXA DO TOCANTINS	0,0071395	0,0074761	0,0046219	0,0042220	0,0038744	0,0332594	0,0047417	0,0022490	0,0156958	0,0036893	0,0000000	0,0017986	0,0043706	0,0080645	0,0021053	0,1033081
20	BABACULANDIA	0,0032659	0,0042721	0,0013305	0,0029110	0,0000000	0,0000000	0,0031195	0,0123914	0,0072114	0,0038706	0,0000000	0,0017986	0,0021853	0,0000000	0,0000000	0,0423563
21	BANDEIRANTES DO TOCANTINS	0,0031140	0,0020001	0,0041970	0,0012200	0,0038744	0,0049889	0,0047417	0,0013009	0,0156519	0,0039904	0,0000000	0,0017986	0,0043706	0,0080645	0,0021053	0,0614184
22	BARRA DO OURO	0,0019241	0,0033594	0,0004309	0,0000000	0,0050979	0,0033259	0,0047417	0,0039908	0,0082929	0,0040067	0,0000000	0,0017986	0,0033217	0,0107527	0,0026316	0,0536749
23	BARROLANDIA	0,0029874	0,0023108	0,0020061	0,0018193	0,0050979	0,0016630	0,0047417	0,0010804	0,0199540	0,0041763	0,0000000	0,0017986	0,0000000	0,0080645	0,0026316	0,0583316
24	BERNARDO SAYAO	0,0004309	0,0024661	0,0006975	0,0016214	0,0038744	0,0066519	0,0031195	0,0030427	0,0229791	0,0039524	0,0000000	0,0017986	0,0043706	0,0080645	0,0026316	0,0695743
25	BOM JESUS DO TOCANTINS	0,0023545	0,0028739	0,0013424	0,0017123	0,0050979	0,0016630	0,0031195	0,0009922	0,0109428	0,0041763	0,0000000	0,0017986	0,0043706	0,0080645	0,0026316	0,0511401
26	BRASILANDIA DO TOCANTINS	0,0032153	0,0010874	0,0011488	0,0007652	0,0012235	0,0016630	0,0000000	0,0012127	0,0258245	0,0041763	0,0000000	0,0017986	0,0043706	0,0107527	0,0000000	0,0572385
27	BREJINHO DE NAZARE	0,0029115	0,0024273	0,0026546	0,0013271	0,0050979	0,0000000	0,0031195	0,0010583	0,0178070	0,0041763	0,0000000	0,0017986	0,0043706	0,0080645	0,0021053	0,0569184
28	BURITI DO TOCANTINS	0,0079496	0,0061168	0,0024868	0,0036815	0,0000000	0,0099778	0,0000000	0,0025136	0,0196507	0,0000000	0,0000000	0,0017986	0,0043706	0,0000000	0,0021053	0,0606513
29	CACHEIRINHA	0,0010380	0,0012234	0,0013598	0,0007598	0,0038744	0,0033259	0,0031195	0,0020946	0,0255412	0,0041763	0,0000000	0,0017986	0,0043706	0,0080645	0,0026316	0,0633782
30	CAMPOS LINDOS	0,0028862	0,0070295	0,0020035	0,0046393	0,0025489	0,0083149	0,0047417	0,0141553	0,0151810	0,0039771	0,0000000	0,0017986	0,0043706	0,0053763	0,0021053	0,0791282
31	CARIRI DO TOCANTINS	0,0018735	0,0020584	0,0017943	0,0014341	0,0050979	0,0016630	0,0062391	0,0015434	0,0210036	0,0041763	0,0000000	0,0017986	0,0043706	0,0080645	0,0026316	0,0637487
32	CARMOLANDIA	0,0021013	0,0018448	0,0000000	0,0017391	0,0025489	0,0033259	0,0031195	0,0015214	0,0110865	0,0036542	0,0000000	0,0017986	0,0043706	0,0053763	0,0021053	0,0445925
33	CARRASCO BONITO	0,0000000	0,0031458	0,0005855	0,0015143	0,0038744	0,0049889	0,0047417	0,0012127	0,0124154	0,0038547	0,0000000	0,0017986	0,0033217	0,0000000	0,0026316	0,0440852
34	CASEARA	0,0035951	0,0034565	0,0019012	0,0022635	0,0050979	0,0000000	0,0047417	0,0025356	0,0128943	0,0032767	0,0000000	0,0017986	0,0000000	0,0107527	0,0026316	0,0549453
35	CENTENARIO	0,0000000	0,0000000	0,0001149	0,0000000	0,0025489	0,0016630	0,0000000	0,0007497	0,0266067	0,0041763	0,0000000	0,0017986	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0376580
36	CHAPADA DA NATIVIDADE	0,0020507	0,0017671	0,0000106	0,0012307	0,0025489	0,0033259	0,0031195	0,0014332	0,0218536	0,0041763	0,0000000	0,0017986	0,0043706	0,0053763	0,0026316	0,0556938
37	CHAPADA DE AREIA	0,0007342	0,0009515	0,0008607	0,0005298	0,0025489	0,0016630	0,0014974	0,0004410	0,0024943	0,0041763	0,0000000	0,0017986	0,0043706	0,0053763	0,0021053	0,0295478
38	COLINAS DO TOCANTINS	0,0253173	0,0169523	0,0103949	0,0116331	0,0038744	0,0149667	0,0047417	0,0019844	0,0216701	0,0040928	0,0077916	0,0017986	0,0043706	0,0107527	0,0026316	0,1429728
39	COLMEIA	0,0029621	0,0031070	0,0002810	0,0025257	0,0038744	0,0083149	0,0047417	0,0068351	0,0244197	0,0041763	0,0000000	0,0017986	0,0033217	0,0053763	0,0026316	0,0743660

72	MARIANOPOLIS DO TOCANTINS	0,0030634	0,0029904	0,0015389	0,0018408	0,0025489	0,0049889	0,0031195	0,0021828	0,0141594	0,0040055	0,0000000	0,0017986	0,0043706	0,0107527	0,0026316	0,0599921
73	MATEIOS	0,0012659	0,0018059	0,0010958	0,0009097	0,0050979	0,0016630	0,0047417	0,0009260	0,0031926	0,0040510	0,0000000	0,0017986	0,0043706	0,0053763	0,0010526	0,0373477
74	MAURILANDIA DO TOCANTINS	0,0025064	0,0019224	0,0011741	0,0011184	0,0025489	0,0033259	0,0047417	0,0019182	0,0083528	0,0000000	0,0000000	0,0017986	0,0000000	0,0053763	0,0026316	0,0374154
75	MIRACEMA DO TOCANTINS	0,0063293	0,0071072	0,0062708	0,0052708	0,0050979	0,0066519	0,0014974	0,0031089	0,0171405	0,0039516	0,0000000	0,0017986	0,0043706	0,0053763	0,0021053	0,0760770
76	MIRANORTE	0,0046584	0,0064664	0,0037507	0,0037511	0,0038744	0,0099778	0,0047417	0,0039247	0,0250184	0,0041763	0,0000000	0,0017986	0,0033217	0,0080645	0,0026316	0,0861561
77	MONTE DO CARMO	0,0018482	0,0031264	0,0013589	0,0018354	0,0050979	0,0016630	0,0047417	0,0041893	0,0096937	0,0041763	0,0017809	0,0017986	0,0043706	0,0107527	0,0026316	0,0590650
78	MONTE SANTO DO TOCANTINS	0,0000000	0,0033787	0,0009477	0,0013003	0,0025489	0,0033259	0,0014974	0,0016978	0,0186251	0,0033122	0,0000000	0,0017986	0,0033217	0,0053763	0,0021053	0,0472359
79	MURICILANDIA	0,0010633	0,0018448	0,0022171	0,0015197	0,0050979	0,0033259	0,0000000	0,0016757	0,0190042	0,0041763	0,0000000	0,0017986	0,0043706	0,0107527	0,0000000	0,0568467
80	NATIVIDADE	0,0043799	0,0051071	0,0043099	0,0028093	0,0050979	0,0033259	0,0047417	0,0024474	0,0169968	0,0041763	0,0000000	0,0017986	0,0033217	0,0107527	0,0026316	0,0718967
81	NAZARE	0,0021013	0,0024661	0,0009201	0,0015197	0,0050979	0,0049889	0,0047417	0,0025577	0,0142512	0,0041086	0,0000000	0,0017986	0,0033217	0,0107527	0,0026316	0,0612577
82	NOVA OLINDA	0,0067850	0,0058644	0,0042975	0,0048427	0,0050979	0,0049889	0,0062391	0,0046964	0,0173233	0,0039094	0,0000000	0,0017986	0,0043706	0,0107527	0,0026316	0,0835070
83	NOVA ROSALANDIA	0,0010633	0,0027574	0,0009709	0,0010488	0,0038744	0,0016630	0,0047417	0,0008158	0,0202173	0,0041763	0,0000000	0,0017986	0,0043706	0,0080645	0,0000000	0,0573626
84	NOVO ACORDO	0,0028355	0,0023302	0,0016567	0,0017391	0,0025489	0,0016630	0,0000000	0,0017419	0,0133014	0,0041178	0,0000000	0,0017986	0,0043706	0,0053763	0,0021053	0,0455853
85	NOVO ALEGRE	0,0004810	0,0006408	0,0000000	0,0004388	0,0025489	0,0000000	0,0047417	0,0007056	0,0282669	0,0000000	0,0000000	0,0017986	0,0043706	0,0053763	0,0021053	0,0514745
86	NOVO JARDIM	0,0010127	0,0015341	0,0000000	0,0009471	0,0025489	0,0016630	0,0031195	0,0004851	0,0232784	0,0041763	0,0000000	0,0017986	0,0043706	0,0107527	0,0000000	0,0556869
87	OLIVEIRA DE FATIMA	0,0000000	0,0013787	0,0001325	0,0006100	0,0000000	0,0016630	0,0014974	0,0003969	0,0126030	0,0041763	0,0000000	0,0017986	0,0043706	0,0053763	0,0021053	0,0361085
88	PALMAS	0,1421214	0,1496388	0,1689828	0,0998983	0,0050979	0,0432373	0,0062391	0,0515316	0,0224722	0,0041262	0,0300534	0,0017986	0,0043706	0,0107527	0,0026316	0,7427824
89	PALMEIRANTE	0,0016456	0,0027963	0,0004708	0,0019317	0,0050979	0,0016630	0,0047417	0,0024695	0,0137603	0,0036100	0,0000000	0,0017986	0,0043706	0,0107527	0,0026316	0,0577401
90	PALMEIRAS DO TOCANTINS	0,0021013	0,0026798	0,0021377	0,0020655	0,0025489	0,0016630	0,0000000	0,0032853	0,0194911	0,0000000	0,0000000	0,0017986	0,0043706	0,0080645	0,0000000	0,0502063
91	PALMEIROPOUS	0,0052154	0,0039420	0,0027584	0,0027504	0,0038744	0,0033259	0,0031195	0,0029986	0,0310405	0,0041763	0,0195904	0,0017986	0,0043706	0,0107527	0,0021053	0,1018189
92	PARAISO DO TOCANTINS	0,0285579	0,0269917	0,0129648	0,0164705	0,0038744	0,0182927	0,0031195	0,0031750	0,0248308	0,0041763	0,0000000	0,0017986	0,0043706	0,0080645	0,0000000	0,1566873
93	PARANA	0,0046078	0,0054178	0,0025062	0,0000000	0,0038744	0,0266075	0,0031195	0,0038585	0,0245993	0,0000000	0,0000000	0,0017986	0,0043706	0,0080645	0,0010526	0,0898774
94	PAU D'ARCO	0,0030381	0,0022525	0,0009837	0,0017712	0,0050979	0,0016630	0,0062391	0,0012347	0,0133014	0,0038798	0,0000000	0,0017986	0,0043706	0,0107527	0,0026316	0,0590147
95	PEDRO AFONSO	0,0080762	0,0087577	0,0050827	0,0056881	0,0050979	0,0066519	0,0047417	0,0035499	0,0220013	0,0041763	0,0000000	0,0017986	0,0043706	0,0107527	0,0026316	0,0933772
96	PEIXE	0,0028355	0,0048352	0,0021868	0,0030394	0,0025489	0,0049889	0,0014974	0,0042554	0,0173281	0,0039946	0,0000000	0,0017986	0,0033217	0,0053763	0,0026316	0,0606384
97	PEQUIZEIRO	0,0034178	0,0023496	0,0012248	0,0000000	0,0000000	0,0049889	0,0031195	0,0054019	0,0245035	0,0041763	0,0000000	0,0017986	0,0033217	0,0107527	0,0021053	0,0638390
98	PINDORAMA DO TOCANTINS	0,0014684	0,0024273	0,0015918	0,0015839	0,0038744	0,0016630	0,0047417	0,0019182	0,0112820	0,0040372	0,0000000	0,0017986	0,0043706	0,0107527	0,0026316	0,0541414
99	PIRAQUE	0,0012659	0,0012428	0,0011675	0,0010167	0,0025489	0,0083149	0,0031195	0,0020946	0,0212830	0,0040456	0,0000000	0,0017986	0,0043706	0,0053763	0,0010526	0,0586975
100	PIUM	0,0032659	0,0000000	0,0007339	0,0022902	0,0050979	0,0000000	0,0014974	0,0051153	0,0137962	0,0034859	0,0000000	0,0017986	0,0010490	0,0080645	0,0010526	0,0472475
101	PONTE ALTA DO BOM JESUS	0,0010633	0,0022137	0,0003005	0,0013324	0,0038744	0,0016630	0,0031195	0,0009922	0,0177351	0,0040213	0,0000000	0,0017986	0,0043706	0,0026882	0,0021053	0,0472781
102	PONTE ALTA DO TOCANTINS	0,0041520	0,0035342	0,0018645	0,0028146	0,0025489	0,0033259	0,0062391	0,0030648	0,0115135	0,0041324	0,0000000	0,0017986	0,0043706	0,0080645	0,0026316	0,0600553
103	PORTO ALEGRE DO TOCANTINS	0,0022786	0,0016594	0,0000000	0,0012949	0,0038744	0,0016630	0,0047417	0,0013670	0,0144347	0,0041763	0,0000000	0,0017986	0,0043706	0,0080645	0,0010526	0,0508064
104	PORTO NACIONAL	0,0246337	0,0333221	0,0021245	0,0238335	0,0050979	0,0299335	0,0062391	0,0151255	0,0165858	0,0040289	0,0026269	0,0017986	0,0043706	0,0080645	0,0026316	0,2220586
105	PRAIA NORTE	0,0056458	0,0038449	0,0006045	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0047417	0,0003969	0,0171046	0,0039800	0,0000000	0,0017986	0,0043706	0,0000000	0,0010526	0,0435401
106	PRESIDENTE KENNEDY	0,0000000	0,0000000	0,0000641	0,0010542	0,0025489	0,0016630	0,0047417	0,0019403	0,0230589	0,0041763	0,0028940	0,0017986	0,0043706	0,0107527	0,0026316	0,0616948
107	PUGMIL	0,0019748	0,0010486	0,0011961	0,0008294	0,0025489	0,0016630	0,0031195	0,0005292	0,0163264	0,0039875	0,0000000	0,0017986	0,0043706	0,0080645	0,0026316	0,0500887
108	RECUSOLANDIA	0,0024305	0,0022525	0,0001702	0,0014608	0,0050979	0,0049889	0,0062391	0,0023151	0,0220173	0,0037820	0,0000000	0,0017986	0,0033217	0,0080645	0,0021053	0,0660444
109	RIACHINHO	0,0012405	0,0021166	0,0004524	0,0000000	0,0025489	0,0016630	0,0031195	0,0018080	0,0219095	0,0039675	0,0000000	0,0017986	0,0043706	0,0053763	0,0026316	0,0530031
110	RIO DA CONCEICAO	0,0014431	0,0025341	0,0007916	0,0000953	0,0025489	0,0016630	0,0000000	0,0004630	0,0029130	0,0038422	0,0000000	0,0017986	0,0033217	0,0107527	0,0005263	0,0388034
111	RIO DOS BOIS	0,0011899	0,0016700	0,0000430	0,0010274	0,0050979	0,0016630	0,0047417	0,0034837	0,0159632	0,0040802	0,0017809	0,0017986	0,0043706	0,0107527	0,0021053	0,0597681
112	RIO SONO	0,0020254	0,0031264	0,0001369	0,0019906	0,0025489	0,0016630	0,0047417	0,0035058	0,0101167	0,0041053	0,0000000	0,0017986	0,0021853	0,0053763	0,0026316	0,0495524
113	SAMPAIO	0,0028862	0,0033206	0,0010038	0,0020655	0,0050979	0,0033259	0,0062391	0,0008820	0,0164341	0,0038422	0,0044524	0,0017986	0,0043706	0,0080645	0,0021053	0,0658885
114	SANDOLANDIA	0,0013418	0,0000000	0,0008012	0,0009953	0,0025489	0,0016630	0,0031195	0,0019403	0,0199540	0,0038977	0,0000000	0,0017986	0,0043706	0,0000000	0,0026316	0,0450626
115	SANTA FE DO ARAGUAIA	0,0000000	0,0000000	0,0013189	0,0021939	0,0000000	0,0033259	0,0000000	0,0022049	0,0134690	0,0000000	0,0000000	0,0017986	0,0000000	0,0000000	0,0000000	0,0243112
116	SANTA MARIA DO TOCANTINS	0,0020760	0,0019224	0,0013154	0,0011665	0,0038744	0,0016630	0,0047417	0,0013450	0,0175196	0,0039620	0,0000000	0,0017986	0,0043706	0,0080645	0,0026316	0,0564514
117	SANTA RITA DO TOCANTINS	0,0012912	0,0012428	0,0011880	0,0008348	0,0050979	0,0033259	0,0031195	0,0020726	0,0149655	0,0041763	0,0000000	0,0017986	0,0043706	0,0080645	0,0021053	0,0536534
118	SANTA ROSA DO TOCANTINS	0,0042786	0,0030293	0,0029054	0,0019157	0,0025489	0,0083149	0,0031195	0,0027561	0,0155482	0,0041763	0,0000000	0,0017986	0,0010490	0,0080645	0,0021053	0,0616102
119	SANTA TEREZA DO TOCANTINS	0,0005823	0,0018642	0,0000000	0,0012307	0,0038744	0,0000000	0,0031195	0,0012788	0,0114017	0,0040510	0,0000000	0,0017986	0,0043706	0,0080645	0,0010526	0,0426890
120	SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS	0,0016203	0,0011263	0,0004015	0,0009632	0,0038744	0,0049889	0,0062391	0,0042995	0,0209038	0,0041763	0,0000000	0,0017986	0,0043706	0,0053763	0,0026316	0,0627704
121	SAO BENTO DO TOCANTINS	0,0038735	0,0037283	0,0015619	0,0010274	0,0050979	0,0066519	0,0047417	0,0046082	0,0195310	0,0040635	0,0069012	0,0017986	0,0033217	0,0080645</		

DECRETO Nº 7.062, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2025.

Altera o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS, aprovado pelo Decreto nº 2.912, de 29 de dezembro de 2006.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso II, da Constituição do Estado,

D E C R E T A:

Art. 1º O Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS, aprovado pelo Decreto nº 2.912, de 29 de dezembro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º

XXI -

a) destinada à unidade consumidora enquadrada na Subclasse Residencial Baixa Renda que tenha consumo igual ou inferior a 80/kwh/mês, nos termos da Lei Federal 12.212, de 20 de janeiro de 2010 (Convênio ICMS 54/07);

b) quando gerada por fonte termoeétrica em sistema isolado, até a faixa de consumo de 80kw/h mensais. (Convênio ICMS 20/89, 80/91, 122/93 e 151/94);

CXLVI - as operações com produtos farmacêuticos realizadas entre órgãos ou entidades, inclusive fundações, da administração pública federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, bem como as operações realizadas pelos referidos órgãos ou entidades destinadas a consumidores finais, desde que efetuadas por preço não superior ao custo dos produtos (Convênio ICMS 40/75).” (NR)

“Art. 60. A empresa remetente que utiliza o sistema de marketing direto para comercialização dos seus produtos nas operações interestaduais e que destina mercadorias a revendedores, localizados neste Estado, que efetuem venda na modalidade porta-a-porta, marketing multinível ou sob qualquer outra denominação a consumidor final, é responsável, na qualidade de contribuinte substituto, pela retenção e recolhimento do imposto devido, pelas subseqüentes saídas realizadas por esses revendedores. (Convênios ICMS 45/99, 06/06, 224/21 e 113/24)

§1º

II - às saídas internas e interestaduais, nas hipóteses em que o revendedor, em lugar de efetuar a venda nas modalidades citadas no caput, o faça em banca de jornal e revista ou estabelecimento similar.

§1º-A O disposto no caput aplica-se, ainda, ao imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a alíquota interestadual de origem, nas operações com bens e mercadorias destinados a uso ou consumo exclusivo do adquirente revendedor.

§1º-B É vedado o tratamento tributário como mercadoria de uso ou consumo nos termos do §1º-A ao produto que se encontre passível de comercialização pelo revendedor.

§1º-C Os contribuintes remetentes de que trata o caput devem aplicar o CEST previsto no Anexo XXVI do Convênio ICMS nº 142/18 e as regras previstas nesta Subseção, ainda que as mercadorias estejam relacionadas nos Anexos II a XXV daquele convênio.

§3º-A Na hipótese de existência simultânea de preço de venda a consumidor constante em catálogo e em lista de preços para um mesmo período de vendas, caso os valores sejam diferentes para uma mesma mercadoria, prevalece como base de cálculo o preço do catálogo.

§3º-B Na falta de envio do catálogo ou lista de preço sugerido aplica-se o disposto no §3º.

§4º A Nota Fiscal emitida pelo sujeito passivo por substituição tributária para documentar as operações com os revendedores deve conter, em seu corpo, sem prejuízo do atendimento das exigências previstas na cláusula vigésima do Convênio ICMS nº 142/18, a identificação e o endereço do revendedor para o qual estão sendo remetidas as mercadorias.

§5º O trânsito de mercadorias promovido pelos revendedores é acobertado pelo Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica - DANFE - relativo à NF-e emitida pelo sujeito passivo por substituição tributária.

§7º As regras relativas à adoção e operacionalização da sistemática de que trata esta Seção, observa o disposto neste Regulamento e nos Convênios ICMS nº 45/99 e 142/18.” (NR)

“Art. 92-B. O Secretário de Estado da Fazenda fica autorizado a expedir atos necessários à implementação e operacionalização dos procedimentos relativos aos eventos cadastrais, quando originados do processamento dos arquivos eletrônicos disponibilizados pela REDESIM, nos termos da Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, e das solicitações eletrônicas geradas no Portal da SEFAZ.” (NR)

“Art. 153-L.

§20 Nas operações realizadas por produtor rural, exceto nos casos de contingência com uso de formulários de segurança ou quando solicitado pelo adquirente, o DANFE poderá, de forma alternativa à impressão em papel, ser apresentado em meio eletrônico, seguindo a disposição gráfica no MOC (Ajuste SINIEF 4/25).

§21. Nas operações de varejo presenciais ou entrega em domicílio, nos quais o destinatário precise ser identificado pelo Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, exceto nos casos de contingência previstos no art. 153-O ou quando solicitado pelo adquirente, o DANFE poderá, de forma alternativa à impressão em papel, ser apresentado em meio eletrônico, seguindo a disposição gráfica especificada no MOC (Ajuste SINIEF 13/25)

§22. Na hipótese de operações de varejo presenciais e entrega em domicílio, nas quais o adquirente precise ser identificado pelo Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, o DANFE poderá ser impresso em qualquer tipo de papel, exceto papel jornal, em tamanho inferior ao A4 (210 x 297 mm), caso em que será denominado “DANFE Simplificado - Varejo”, devendo ser observadas as definições constantes no MOC. (Ajuste SINIEF 12/25)” (NR)

“Art. 153-O.

V - efetuar geração prévia do documento fiscal eletrônico em contingência e autorização posterior, na hipótese de operações de varejo presenciais e entrega em domicílio, nas quais o destinatário precise ser identificado pelo Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ (Ajuste SINIEF 12/25).

.....” (NR)

“Art. 153-P.

I - solicitar o cancelamento, nos termos do art. 153-S, das NF-e que retornaram com Autorização de Uso e não se efetivaram, cujas operações foram acobertadas por NF-e emitidas em contingência, observado o inciso III (Ajuste SINIEF 13/25).

.....” (NR)

“Art. 153-S.

§8º Na hipótese do §20 do art. 153-L, o emitente poderá solicitar o cancelamento da NF-e, desde que tenha sido emitida uma outra NF-e em contingência para acobertar a mesma operação, em prazo não superior a 168 (cento e sessenta e oito) horas, podendo ser reduzido a critério de cada unidade federada, contado o momento em que foi concedido a Autorização de Uso da NF-e (Ajuste SINIEF 13/25).” (NR)

“Art. 156-B.

§9º

I - ao Cadastro de Pessoas Físicas - CPF - do contribuinte ou Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ - de qualquer um dos estabelecimentos do contribuinte; ou

.....” (NR)

“Art. 156-F.

Parágrafo único.

IV -

a) ter sua impressão substituída (Ajuste SINIEF 20/23, 32/24, 11/25):

1. pelo envio em formato eletrônico ou pelo envio da chave de acesso do documento fiscal a qual ele se refere; ou

2. por consulta disponibilizada pelas administrações tributárias, em programas de cidadania ou em plataforma específicas, desde que :

2.1 o adquirente informe o CPF ou CNPJ;

2.2 o NFC-e não seja emitida em contingência;

2.3 se o adquirente solicitar, haja o envio do DANFE-NFC-e em formato eletrônico ou da respectiva chave de acesso, ou

.....” (NR)

“Art. 178-C.

§2º Deverão ser emitidos tantos MDF-e distintos quantas forem as unidades federadas de descarregamento, agregando, por MDF-e, os documentos referentes às cargas a serem descarregadas em cada uma delas, exceto quando o transportador for (Ajuste SINIEF 20/14, 26/24):

I - de carga própria, acobertada por NF-e, e carga de terceiros, acobertada por CT-e;

II - realizado por Transportador Autônomo de Cargas acobertado por MDF-e emitido por diferentes contratantes.

.....” (NR)

“Art. 186-A.

§12. Nas prestações de serviços de transporte intermunicipal ou interestadual de mercadorias, que envolvam diversos remetentes ou destinatários, e um único tomador de serviço, o transportador poderá emitir, antes do início da prestação de serviço de transporte, um único CT-e, denominado nesta situação de Conhecimento de Transporte Eletrônico Simplificado - CT-e Simplificado, referente a todas as prestações a serem realizadas para este tomador (Ajuste SINIEF 17/24, 08/25).

§13. Na hipótese do disposto no parágrafo anterior, a emissão do CT-e Simplificado é condicionada a que:

I - a carga contenha mercadorias de no mínimo dois remetentes ou dois destinatários;

II - as mercadorias transportadas estejam acobertadas por notas fiscais eletrônicas;

III - as prestações de serviços de transporte iniciem na mesma unidade federada;

IV - as prestações de serviço de transporte terminem no mesmo município;

V - as prestações de serviço de transporte possuam o mesmo CFOP;

VI - as prestações de serviço de transporte estejam submetidas à mesma tributação, inclusive relativamente aos percentuais de redução de base de cálculo e de diferimento eventualmente incidentes;

VII - as prestações de serviços de transporte possuam o mesmo código de benefício fiscal, a critério da unidade federada.” (NR)

“Art. 186-L.

§7º O DACTE poderá ser apresentado em meio eletrônico, seguindo a disposição gráfica especificada no MOC, desde que tenha sido emitido o MDF-e, exceto quando solicitada a impressão do DACTE pelo tomador (Ajuste SINIEF 16/25).

.....” (NR)

“Art. 384-I.

VII - Livro de Movimentação de Combustíveis - LMC (Ajuste SINIEF 14/25).” (NR)

“Art. 462.

§2º

III - utilização de código específico para as prestações de que trata este parágrafo, nos arquivos previstos no Convênio ICMS 115, de 12 de dezembro de 2003, ou Código de Classificação do item previsto para a Nota Fiscal Fatura Eletrônica de Serviços de Comunicação, modelo 62 (Convênio ICMS 63/25).

§6º

I - emitir Nota Fiscal de Serviço de Comunicação - modelo 21, Nota Fiscal de Serviço de Telecomunicação - modelo 22 ou Nota Fiscal Fatura Eletrônica de Serviços de Comunicação - modelo 62 (Convênio ICMS 63/25);

II - utilizar os códigos de classificação de item específicos nos arquivos previstos no Convênio ICMS 115/03 ou Código de Classificação do item previsto para a Nota Fiscal Fatura Eletrônica.

.....” (NR)

“TÍTULO VI
DAS OBRIGAÇÕES ESPECIAIS

CAPÍTULO III
DAS OPERAÇÕES E PRESTAÇÕES ESPECIAIS

Seção XIX
Dos Procedimentos Relativos às Operações de Venda a Bordo Realizadas Dentro de Aeronaves em Voos Domésticos

Art. 408-Q. Os procedimentos relativos às operações com mercadorias adquiridas para comercialização exclusivamente em venda a bordo de aeronaves em voos domésticos devem ser realizadas conforme as disposições, condições e requisitos estabelecidos no Convênio ICMS 98, de 4 de julho de 2025. (Convênio ICMS 98/25)” (NR)

Art. 2º O Anexo XII do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto 2.912, de 29 de dezembro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações: (Convênio ICMS 137/13, 91/24, 84/25 e 36/25).

Item	Fármacos	NCM	Medicamento	NCM
		Fármacos		Medicamentos
55	Imunoglobulina Humana	3504.00.90	Imunoglobulina Humana 0,5 g - injetável - (por frasco) Imunoglobulina Humana 2,5g - injetável - (por frasco) Imunoglobulina Humana 5,0g - injetável - (por frasco) Imunoglobulina Humana 1,0g - injetável - (por frasco).	3002.12.35
67	Mesalazina	2922.50.99	Mesalazina 1000 mg - por supositório Mesalazina 400 mg - por comprimido Mesalazina 500 mg - por comprimido Mesalazina 250 mg - por supositório Mesalazina 500 mg - por supositório Mesalazina 800 mg - por comprimido Mesalazina 1 g + diluente 100 ml (enema) - por dose Mesalazina - 2g - sachê	300290.49/ 3004.90.39
101	Toxina Botulínica tipo A	3002.90.92	Toxina Botulínica tipo A - 100 UI - injetável (por frasco/ampola) Toxina Botulínica tipo A - 500 UI - injetável - (por frasco/ampola)	3002.90.92/ 3002.49.92
121	Vacina BCG	3002.41.29	Vacina BCG	3002.41.29
122	Vacina contra Febre Amarela	3002.41.29	Vacina contra Febre Amarela	3002.41.29
123	Vacina contra Haemophilus	3002.41.29	Vacina contra Haemophilus	3002.41.29
124	Vacina contra hepatite B	3002.41.23	Vacina contra Hepatite B	3002.41.23
125	Vacina contra Influenza	3002.41.21	Vacina contra Influenza	3002.41.21
126	Vacina contra Poliomielite	3002.41.22	Vacina contra Poliomielite	3002.41.22
127	Vacina contra Raiva Canina	3002.41.29	Vacina contra raiva Canina	3002.41.29
128	Vacina contra Raiva Vero	3002.41.29	Vacina contra Raiva Vero	3002.41.29
129	Vacina Dupla Adulto	3002.41.29	Vacina dupla Adulto	3002.41.29
130	Vacina Dupla Infantil	3002.41.29	Vacina Dupla Infantil	3002.41.29
131	Vacina Tetravalente	3002.41.29	Vacina Tetravalente	3002.41.29
132	Vacina Tríplice DPT	3002.41.27	Vacina Tríplice DPT	3002.41.27
133	Vacina Tríplice Viral	3002.41.26	Vacina Tríplice Viral	3002.41.26
134	Vacinas - Outras vacinas para medicina humana	3002.41.29	Vacinas - Outras vacinas para medicina humana	3002.41.29
135	Fosfato de Oseltamivir	2924.29.49	Fosfato de Oseltamivir 30 mg - cápsula dura ou cápsula gelatinosa dura Fosfato de Oseltamivir 45 mg - cápsula dura ou cápsula gelatinosa dura Fosfato de oseltamivir 75 mg - cápsula dura ou cápsula gelatinosa dura	3003.90.59/ 3004.90.49
174	Dipropionato de beclometasona	2937.22.90	Dipropionato de beclometasona 50 mcg Dipropionato de beclometasona 200 mcg - solução aerosol	3002.41.29
275	Ciadribina	2934.99.99	Ciadribina - 10 mg - comprimido	3004.90.79
276	Beta-agslisase	3507.90.39	35 mg - pó liofilizado para solução injetável	3004.90.19
277	Succinato de metoprolol	2922.19.89	Succinato de metoprolol - 25 mg comprimido liberação prolongada Succinato de metoprolol - 50mg comprimido liberação prolongada Succinato de metoprolol - 100mg comprimido liberação prolongada	3004.90.39

Art. 3º O item 6.5 do Anexo XXI do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto 2.912, de 29 de dezembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação. (Convênio ICMS 66/22). “

6.5	09.005.00	8539.52.00	Lâmpadas de LED (diodos emissores de luz)	63,67%	96,40%	90,27	80,04%
-----	-----------	------------	---	--------	--------	-------	--------

” (NR)

Art. 4º O Anexo XXII do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto 2.912, de 29 de dezembro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“(Art. 47 do RICMS - Convênio ICMS 199/17/, 66/22 e 174/24)

Âmbito de Aplicação da Substituição Tributária: Interno e nas unidades da Federação signatárias do Convênio ICMS 199/17.			
ITEM	CEST	NCM/SH	DESCRIÇÃO
30.0	25.030.00	8704.41.00	Outros veículos para transportes de mercadorias equipados para propulsão, simultaneamente, com motor de pistão de ignição por compressão (diesel ou semidiesel) e motor elétrico de peso em carga máxima (bruto) não superior a 5 toneladas, exceto caminhão de peso em carga máxima superior a 3,9 toneladas
31.0	25.031.00	8704.51.0	Outros veículos para transportes de mercadorias equipados para propulsão, simultaneamente, com motor de pistão de ignição por centelha (faisca) e motor elétrico de peso em carga máxima (bruto) não superior a 5 toneladas, exceto caminhão de peso em carga máxima superior a 3,9 toneladas
32.0	25.032.00	8704.60.00	Outros veículos para transporte de mercadorias, unicamente com motor elétrico para propulsão, exceto veículo de peso em carga máxima superior a 3,9 toneladas

” (NR)

Art. 5º São aprovados e ratificados:

I - os Convênios ICMS nº 40/75, 03/25, 36/25, 37/25, 38/25, 39/25, 61/25, 62/25, 63/25, 68/25, 78/25, 79/25, 82/25, 84/25, 23/24, 34/24, 33/24, 90/25, 91/24, 96/25, 123/24, 143/24, 153/24, 175/24, 98/25 e 101/25;

II - os Ajustes SINIEF nº 07/22, 01/24, 10/24, 11/24, 12/24, 13/24, 14/24, 15/24, 16/24, 17/24, 19/24, 23/24, 20/24, 24/24, 26/24, 27/24, 30/24, 32/24, 34/24, 01/25, 04/25, 06/25, 08/25, 10/25, 11/25, 12/25, 13/25, 14/25, 15/25, 16/25, 17/25, 18/25.

Art. 6º Ficam revogados do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS, aprovado pelo Decreto nº 2.912, de 29 de dezembro de 2006:

I - o inciso IV do art. 153-O (Ajuste SINIEF 12/25);

II - o item 5 da Nota Explicativa da tabela B - Tributação pelo ICMS, constante no Anexo XXVII.

Art. 7º Os prazos previstos nos seguintes dispositivos do RICMS, aprovado pelo Decreto 2.912, de 29 de dezembro de 2006, são prorrogados:

I - até 31 de dezembro de 2026, o inciso VI do art. 5º (Convênio ICMS 78/25);

II - até 31 de dezembro de 2027 (Convênio ICMS 79/25);

a) inciso XXII do art. 2º;

b) incisos XI, XIII ao XXII, XXIV e XLV do art. 5º;

c) incisos V, VI, VII e XLVI e XLVII do art. 8º;

III - até 31 de abril de 2026, o inciso XXXVIII do art. 8º (Convênio ICMS 226/23).

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de:

I - 1º de janeiro de 2026 em relação aos itens 55, 67, 101, 174, 276 e 277 do Anexo XII, constantes no art. 2º;

II - 1º de agosto de 2025, em relação ao inciso I do art. 7º;

III - 3 de novembro de 2025, em relação às alterações promovidas:

- a) nos incisos I e III do art. 153-P;
- b) nos §§21 e 22 do art. 153-L;
- c) no §8º do art. 153-S;
- d) no inciso V do art. 153-O; (Ajuste SINIEF 12/25).

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 23 dias do mês de dezembro de 2025; 204º da Independência, 137º da República e 37º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Donizeth Aparecido Silva Deocleciano Gomes Filho
Secretária de Estado da Fazenda Secretária-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 3.205 - PRM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso XXI, da Constituição do Estado, com fulcro no art. 85, IV, da Lei nº 2.578, de 20 de abril de 2012, tendo em vista o Procedimento Administrativo nº 2025/24830/003365, resolve

P R O M O V E R

NÚBLIO COSTA DIÓGENES, matrícula 879980-3, integrante da Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO, ao Posto de Capitão, referência "I", no respectivo quadro, pelo critério de tempo de serviço.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 11 dias do mês de dezembro de 2025; 204º da Independência, 137º da República e 37º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 3.206 - PRM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso XXI, da Constituição do Estado, com fulcro no art. 85, IV, da Lei nº 2.578, de 20 de abril de 2012, tendo em vista o Procedimento Administrativo nº 2025/24830/003371, resolve

P R O M O V E R

WANDERSON MOURA DOURADO, matrícula 661688-1, integrante da Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO, ao Posto de Tenente-Coronel, referência "J", no respectivo quadro, pelo critério de tempo de serviço.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 11 dias do mês de dezembro de 2025; 204º da Independência, 137º da República e 37º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 3.281 - DSG.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

D E S I G N A R

MARCONES SOUSAALMEIDA, matrícula 11539046-2, para o exercício da Função Comissionada de Assessoramento de Controle Interno - FCACI - 1, na Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, a partir de 16 de dezembro de 2025.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 15 dias do mês de dezembro de 2025; 204º da Independência, 137º da República e 37º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 3.344 - NM.

Republicado para correção

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

N O M E A R

para exercerem os cargos de provimento em comissão, com denominações e símbolos especificados, da Secretaria de Assuntos Institucionais, a partir de 17 de dezembro de 2025:

- 1. ANTÔNIO PROPÍCIO AGUIAR FRANCO FILHO, Assessoria de Assuntos Institucionais I - DAS-3;
- 2. EDGAR IBIRAÇU DA SILVA, Assessoria de Assuntos Institucionais II - DAS-4;
- 3. VERIDIANA DIAS BARBOSA, Assessoria de Assuntos Institucionais III - DAS-5.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 16 dias do mês de dezembro de 2025; 204º da Independência, 137º da República e 37º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 3.372 - NM.

Republicado para correção

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

N O M E A R

ERIKA SABINO DE MELO AVILA para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Especial Técnico II - DAS-3, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com a respectiva ocupante, para a estrutura operacional da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 16 dias do mês de dezembro de 2025; 204º da Independência, 137º da República e 37º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 3.523 - NM.
Republicado para correção

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

N O M E A R

NATHANNA SOARES AZEVEDO para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado II - CA-2, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com a respectiva ocupante, para a estrutura operacional da Secretaria da Segurança Pública, a partir de 1º de janeiro de 2026.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 22 dias do mês de dezembro de 2025; 204º da Independência, 137º da República e 37º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 3.525 - NM.
Republicado para correção

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

N O M E A R

MARIA DOS REIS DE SOUSA PEREIRA DA SILVA para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Especial Técnico VI - DAI-1, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com a respectiva ocupante, para a estrutura operacional da Secretaria da Educação.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 22 dias do mês de dezembro de 2025; 204º da Independência, 137º da República e 37º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 3.533 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

N O M E A R

WELLINGTON JÚNIOR SILVEIRA para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor de Investimentos - DAS-4, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins - IGEPREV-TOCANTINS.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 22 dias do mês de dezembro de 2025; 204º da Independência, 137º da República e 37º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 3.535 - DSG.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

D E S I G N A R

MEIRE GOMES DALUZ, matrícula 992814-1, para o exercício da Função Comissionada de Gestão - FCG-2, no Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins - IGEPREV-TOCANTINS, a partir de 23 de dezembro de 2025.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 22 dias do mês de dezembro de 2025; 204º da Independência, 137º da República e 37º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 3.554 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

N O M E A R

ESEQUIAS ALVES DIAS para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Especial Técnico II - DAS-3, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com o respectivo ocupante, para a estrutura operacional da Secretaria da Saúde.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 23 dias do mês de dezembro de 2025; 204º da Independência, 137º da República e 37º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 3.555 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

N O M E A R

ZILMAIR APARECIDA FERREIRA para exercer o cargo de provimento em comissão de Corregedor da Saúde - DAI-1, da Secretaria da Saúde.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 23 dias do mês de dezembro de 2025; 204º da Independência, 137º da República e 37º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 3.556.

ATO Nº 3.559 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

TORNAR INSUBSISTENTE

N O M E A R

a Portaria CCI nº 2.803 - EX, de 22 de dezembro de 2025, publicada na edição 6.966 do Diário Oficial do Estado, que exonera LAURO GABRIEL CÂMARA NOLÊTO, restaurando, por conseguinte, a sua nomeação, empreendida por meio do Ato nº 2.842 - NM, de 4 de novembro de 2025, publicado na edição 6.933 do Diário Oficial do Estado.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 23 dias do mês de dezembro de 2025; 204º da Independência, 137º da República e 37º do Estado.

LEONI COELHO DA LUZ JÚNIOR para exercer o cargo de Secretário Executivo, da Secretaria dos Povos Originários e Tradicionais.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 23 dias do mês de dezembro de 2025; 204º da Independência, 137º da República e 37º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 3.557 - NM.

ATO Nº 3.561 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

N O M E A R

N O M E A R

RODRIGO ROCHAEL GUERRA para exercer o cargo de Presidente da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins - ADAPEC-TOCANTINS.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 23 dias do mês de dezembro de 2025; 204º da Independência, 137º da República e 37º do Estado.

WESLEY TEIXEIRA ALVES para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Especial do Gabinete do Governador III - DAS-4, da Secretaria Executiva da Governadoria, redistribuindo-o, até vacância, com o respectivo ocupante, para a estrutura operacional da Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 23 dias do mês de dezembro de 2025; 204º da Independência, 137º da República e 37º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 3.558 - NM.

ATO Nº 3.563 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

N O M E A R

N O M E A R

FRANCISCO PEREIRA RAMOS para exercer o cargo de Vice-Presidente Executivo da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins - ADAPEC-TOCANTINS.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 23 dias do mês de dezembro de 2025; 204º da Independência, 137º da República e 37º do Estado.

IATAGAN DE ARAÚJO BARBOSA para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor Geral de Unidade Porte 3 - DAS-3, da Secretaria da Saúde.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 23 dias do mês de dezembro de 2025; 204º da Independência, 137º da República e 37º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 3.564 - NM.

ATO Nº 3.567 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

NOMEAR

NOMEAR

JOSÉ FRANCISCO CAVALCANTE FILHO para exercer o cargo de provimento em comissão de Gerente de Restauração Viária - DAI-1, da Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura - AGETO.

MARLENE SOARES DA SILVA para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Especial Técnico VI - DAI-1, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com a respectiva ocupante, para a estrutura operacional da Secretaria Executiva da Governadoria.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 23 dias do mês de dezembro de 2025; 204º da Independência, 137º da República e 37º do Estado.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 23 dias do mês de dezembro de 2025; 204º da Independência, 137º da República e 37º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 3.565 - NM.

ATO Nº 3.568.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

NOMEAR

TORNAR INSUBSISTENTE

CARLOS EDUARDO NOGUEIRA DE MORAES para exercer o cargo de Presidente da Agência de Mineração do Estado do Tocantins - AMETO.

o Ato nº 3.351 - NM, de 16 de dezembro de 2025, publicado na edição 6.962 do Diário Oficial do Estado, na parte em que nomeia THIAGO GOMES DE SOUSA para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Planejamento e Convenio - DAI-1, da Secretaria Executiva da Governadoria.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 23 dias do mês de dezembro de 2025; 204º da Independência, 137º da República e 37º do Estado.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 23 dias do mês de dezembro de 2025; 204º da Independência, 137º da República e 37º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 3.566 - NM.

ATO Nº 3.569 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

NOMEAR

NOMEAR

para exercerem o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado II - CA-2, da Secretaria da Administração, redistribuindo-os, até vacância, com os respectivos ocupantes, para a estrutura operacional da Secretaria Executiva da Governadoria, a partir de 22 de dezembro de 2025:

THIAGO GOMES DE SOUSA para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Especial Técnico VI - DAI-1, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com o respectivo ocupante, para a estrutura operacional da Secretaria Executiva da Governadoria.

- JOÃO GUILHERME FONTOURA PINHEIRO;
 - MICHAEL JÚLIO CUNHA GABINO.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 23 dias do mês de dezembro de 2025; 204º da Independência, 137º da República e 37º do Estado.
- Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 23 dias do mês de dezembro de 2025; 204º da Independência, 137º da República e 37º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 3.570 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

N O M E A R

THALITA PORTO PEREIRA GODINHO para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado I - CA-1, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com a respectiva ocupante, para a estrutura operacional da Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura - AGETO.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 23 dias do mês de dezembro de 2025; 204º da Independência, 137º da República e 37º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 3.571 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

N O M E A R

MARIA CRISTINA RODRIGUES DA SILVA OLIVEIRA para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado II - CA-2, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com a respectiva ocupante, para a estrutura operacional da Secretaria da Educação.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 23 dias do mês de dezembro de 2025; 204º da Independência, 137º da República e 37º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 3.572 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

N O M E A R

EDILCINEY LOPES PEREIRA para exercer o cargo de provimento em comissão de Ajudante de Ordens - DAS-3, da Casa Militar, a partir de 22 de dezembro de 2025.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 23 dias do mês de dezembro de 2025; 204º da Independência, 137º da República e 37º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 3.573 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

N O M E A R

LUCIANO DOS PASSOS LIMA para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado I - CA-1, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com o respectivo ocupante, para a estrutura operacional do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 23 dias do mês de dezembro de 2025; 204º da Independência, 137º da República e 37º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 3.574 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

N O M E A R

EDUARDO GUEDES DA SILVA para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Especial Técnico III - DAS-4, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com o respectivo ocupante, para a estrutura operacional da Secretaria do Planejamento e Orçamento.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 23 dias do mês de dezembro de 2025; 204º da Independência, 137º da República e 37º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 3.575 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

N O M E A R

para exercerem os cargos de provimento em comissão, com denominações e símbolos especificados, da Secretaria das Cidades, Habitação e Desenvolvimento Regional:

1. CAROLLINE EMMANUELLE SANTANA FERNANDES, Diretor de Acompanhamento de Processos - DAS-4;
2. JAIR VIEIRA FERNANDES JÚNIOR, Gerente de Pesquisa, Diagnóstico e Avaliação - DA-1;
3. JOÃO PEDRO ÁVILA RIBEIRO, Chefe da Assessoria Especial - DAS-3;
4. MAICON EBI SILVA SANTIAGO, Secretário-Geral - DA-1.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 23 dias do mês de dezembro de 2025; 204º da Independência, 137º da República e 37º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 3.576 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

NOMEAR

WELISANIA PEREIRA DE SOUSA MORAIS para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado II - CA-2, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com a respectiva ocupante, para a estrutura operacional da Secretaria da Fazenda.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 23 dias do mês de dezembro de 2025; 204º da Independência, 137º da República e 37º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 3.577 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

NOMEAR

LUCAS MARTINS DE SENA para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Assuntos do Trabalho e Emprego - DAS-5, da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, a partir de 1º de janeiro de 2026.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 23 dias do mês de dezembro de 2025; 204º da Independência, 137º da República e 37º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 3.578 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

NOMEAR

LEANDRO DELFINO DOS SANTOS para exercer o cargo de provimento em comissão de Gerente de Atendimento e Educação ao Consumidor - DAI-1, da Secretaria da Cidadania e Justiça.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 23 dias do mês de dezembro de 2025; 204º da Independência, 137º da República e 37º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 3.579 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

NOMEAR

para exercerem os cargos de provimento em comissão, com denominações e símbolos especificados, da Secretaria da Segurança Pública:

- 1. EDSON ALMEIDA DE OLIVEIRA PEREIRA, Superintendente da Polícia Científica - DAS-3;
- 2. WANDERSON SANTANA ROCHA, Diretor de Perícia Criminal - DAS-4.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 23 dias do mês de dezembro de 2025; 204º da Independência, 137º da República e 37º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 3.580 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

NOMEAR

JANES CLEITON PEREIRA DA SILVA para exercer o cargo de provimento em comissão de Gerente de Atendimento ao Cidadão do PRONTO - DAI-1, da Secretaria da Administração.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 23 dias do mês de dezembro de 2025; 204º da Independência, 137º da República e 37º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 3.581 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

NOMEAR

DÉBORA DOS SANTOS GOMES para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado I - CA-1, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com a respectiva ocupante, para a estrutura operacional da Secretaria da Comunicação, a partir de 22 de dezembro de 2025.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 23 dias do mês de dezembro de 2025; 204º da Independência, 137º da República e 37º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

SECRETARIA EXECUTIVA DA GOVERNADORIA

PORTARIA SEGOV Nº 151, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a substituição de servidor fiscal.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA GOVERNADORIA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição Estadual, resolve:

Art. 1º Considerando a necessidade de alterar os servidores responsáveis pela fiscalização dos empenhos.

Art. 2º Alterar o fiscal titular e substituto e designar os servidores abaixo nominados para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem os encargos de fiscal de contrato/empenho e respectivo substituto, para no caso de impedimento e/ou afastamento legal do fiscal titular, do contrato/empenho citado a seguir:

Empenho	Fornecedor	Fiscal Titular	Fiscal substituto	Objeto do Empenho
Nota de empenho nº 2025NE001664 Nota de empenho nº 2025NE001668 Nota de empenho nº 2025NE001669/ 2025NE001670 Nota de empenho nº 2025NE001671 Nota de empenho nº 2025NE001672 Nota de empenho nº 2025NE001673 Nota de empenho nº 2025NE001674	Lucas santos vieira Cnpj: 60.027.512/0001-73 Eliane Maria Alves Pereira Almeida Silva Cnpj: 57.122.751/0001-06 Dgs Comercio Ltda Cnpj: 58.883.330/0001-52 29.524.989 Amou Araujo Rocha Cnpj: 29.524.989/0001-14 Vmd Distribuidora Ltda Cnpj: 53.035.575/0001-06 E. A. C. Costa Junior Ltda Cnpj: 36.118.557/0001-79 Abs4 Soluções Engenharia Lda Cnpj: 51.946.071/0001-12	Rafael Vieira Costa Nº funcional 11977809-2	Luana Alves de Oliveira Nº funcional 12000191-1	Aquisição de materiais de expediente, para atender as demandas da Secretaria Executiva da Governadoria com a manutenção administrativa no Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos.

Art. 3º São atribuições do Fiscal:

I - Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das cláusulas avençadas no contrato;

II - Anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinaram os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito ao supervisor do contrato sobre tais eventos;

III - Determinar providências de retificação das irregularidades e incidentes encontrados, comunicando de forma imediata por via de relatório ao supervisor do contrato para conhecimento e apreciação das providências;

IV - Relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;

V - Opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento do contrato, com antecedência de 90 (noventa) dias para o final da vigência;

VI - Justificar ocorrências e promover o atendimento de diligência dos órgãos de Controle Interno e Externo;

VII - Atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimento dos materiais contratados;

VIII - Observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;

IX - Manifestar-se ao Gestor do contrato, acerca da exequibilidade de ajuste contratual, por via de relatório que deverá ser juntado aos autos;

X - Exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios ou defeitos resultados da execução ou de materiais empregados, nos termos contidos no contrato e no art. 119 da Lei Federal 14.133/21.

Art. 4º Fica designado o Chefe do Departamento de Administração e Finanças como Gestor do referido contrato, com atribuições para as decisões que competem ao cargo de chefia.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palmas - TO, 16 de dezembro de 2025.

KATIUSCYA ALVES B. CHAVES
Secretária de Estado da Governadoria

PORTARIA SEGOV Nº 152, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a substituição de servidor fiscal.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA GOVERNADORIA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição Estadual, resolve:

Art. 1º Considerando a necessidade de alterar os servidores responsáveis pela fiscalização do contrato nº 02/2018.

Art. 2º Alterar o fiscal titular e substituto e designar os servidores abaixo nominados para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem os encargos de fiscal de contrato/empenho e respectivo substituto, para no caso de impedimento e/ou afastamento legal do fiscal titular, do contrato/empenho citado a seguir:

Contrato	Fiscal de Contrato	Fiscal Substituto	Fornecedor	Objeto do Contrato
02/2018	Marcus Kran Berlanda Nº Funcional 11651776-3	Diassis Pereira Cavalcante Nº Funcional 11562374-4	Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins/BRK Cnpj: 25.089.509/0001-83	Prestação de serviço de fornecimento de água potável e tratamento de esgoto.

Art. 3º São atribuições do Fiscal:

I - Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das cláusulas avençadas no contrato;

II - Anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinaram os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito ao supervisor do contrato sobre tais eventos;

III - Determinar providências de retificação das irregularidades e incidentes encontrados, comunicando de forma imediata por via de relatório ao supervisor do contrato para conhecimento e apreciação das providências;

IV - Relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;

V - Opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento do contrato, com antecedência de 90 (noventa) dias para o final da vigência;

VI - Justificar ocorrências e promover o atendimento de diligência dos órgãos de Controle Interno e Externo;

VII - Atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimento dos materiais contratados;

VIII - Observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;

IX - Manifestar-se ao Gestor do contrato, acerca da exequibilidade de ajuste contratual, por via de relatório que deverá ser juntado aos autos;

X - Exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios ou defeitos resultados da execução ou de materiais empregados, nos termos contidos no contrato e no art. 69 da Lei Federal 8.666/1993.

Art. 4º Fica designado o Chefe do Departamento de Administração e Finanças como Gestor do referido contrato, com atribuições para as decisões que competem ao cargo de chefia.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palmas - TO, 16 de dezembro de 2025.

KATIUSCYA ALVES B. CHAVES
Secretária de Estado da Governadoria

PORTARIA SEGOV Nº 153, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a substituição de servidor fiscal.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA GOVERNADORIA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição Estadual, resolve:

Art. 1º Considerando a necessidade de alterar os servidores responsáveis pela fiscalização do contrato nº 02/2020.

Art. 2º Alterar o fiscal titular e substituto e designar os servidores abaixo nominados para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem os encargos de fiscal de contrato/empenho e respectivo substituto, para no caso de impedimento e/ou afastamento legal do fiscal titular, do contrato/empenho citado a seguir:

Contrato	Fiscal de Contrato	Fiscal Substituto	Fornecedor	Objeto do Contrato
02/2020	Marcus Kran Berlanda Nº Funcional 11651776-3	Diassis Pereira Cavalcante Nº Funcional 11562374-4	ENERGISA TOCANTINS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Cnpj: 25.086.034/0001-71	Fornecimento de Energia Elétrica.

Art. 3º São atribuições do Fiscal:

- I - Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das cláusulas avençadas no contrato;
- II - Anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinaram os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito ao supervisor do contrato sobre tais eventos;
- III - Determinar providências de retificação das irregularidades e incidentes encontrados, comunicando de forma imediata por via de relatório ao supervisor do contrato para conhecimento e apreciação das providências;
- IV - Relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;
- V - Opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento do contrato, com antecedência de 90 (noventa) dias para o final da vigência;
- VI - Justificar ocorrências e promover o atendimento de diligência dos órgãos de Controle Interno e Externo;
- VII - Atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimento dos materiais contratados;
- VIII - Observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;
- IX - Manifestar-se ao Gestor do contrato, acerca da exequibilidade de ajuste contratual, por via de relatório que deverá ser juntado aos autos;
- X - Exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios ou defeitos resultados da execução ou de materiais empregados, nos termos contidos no contrato e no art. 69 da Lei Federal 8.666/1993.

Art. 4º Fica designado o Chefe do Departamento de Administração e Finanças como Gestor do referido contrato, com atribuições para as decisões que competem ao cargo de chefia.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palmas - TO, 16 de dezembro de 2025.

KATIUSCYA ALVES B. CHAVES
Secretária de Estado da Governadoria

PORTARIA SEGOV Nº 154, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a substituição de servidor fiscal.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA GOVERNADORIA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição, resolve:

Art. 1º Considerando a necessidade de alterar os servidores responsáveis pela fiscalização do Contrato nº 30/2023.

Art. 2º Alterar o fiscal titular e substituto e designar os servidores abaixo nominados para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem os encargos de fiscal de contrato/empenho e respectivo substituto, para no caso de impedimento e/ou afastamento legal do fiscal titular, do contrato/empenho citado a seguir:

Contrato	Fiscal de Contrato	Fiscal Substituto	Fornecedor	Objeto do Contrato
30/2023	Rafael Vieira Costa Nº Funcional 11977809-2	Luana Alves de Oliveira Nº Funcional 12000191-1	J M BRAGA COMERCIAL BRILHANTE LTDA Cnpj: 37.010.127/0001-00	Fornecimento de material de consumo (gêneros alimentícios), visando atender as necessidades da Secretaria Executiva da Governadoria.

Art. 3º São atribuições do Fiscal:

- I - Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das cláusulas avençadas no contrato;
- II - Anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinaram os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito ao supervisor do contrato sobre tais eventos;
- III - Determinar providências de retificação das irregularidades e incidentes encontrados, comunicando de forma imediata por via de relatório ao supervisor do contrato para conhecimento e apreciação das providências;
- IV - Relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;
- V - Opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento do contrato, com antecedência de 90 (noventa) dias para o final da vigência;
- VI - Justificar ocorrências e promover o atendimento de diligência dos órgãos de Controle Interno e Externo;
- VII - Atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimento dos materiais contratados;
- VIII - Observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;
- IX - Manifestar-se ao Gestor do contrato, acerca da exequibilidade de ajuste contratual, por via de relatório que deverá ser juntado aos autos;
- X - Exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios ou defeitos resultados da execução ou de materiais empregados, nos termos contidos no contrato e no art. 69 da Lei Federal 8.666/1993.

Art. 4º Fica designado o Chefe do Departamento de Administração e Finanças como Gestor do referido contrato, com atribuições para as decisões que competem ao cargo de chefia.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palmas - TO, 16 de dezembro de 2025.

KATIUSCYA ALVES B. CHAVES
Secretária de Estado da Governadoria

PORTARIA SEGOV Nº 155, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025.

PORTARIA SEGOV Nº 156, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a substituição de servidor fiscal.

Dispõe sobre a substituição de servidor fiscal.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA GOVERNADORIA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição Estadual, resolve:

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA GOVERNADORIA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição Estadual, resolve:

Art. 1º Considerando a necessidade de alterar os servidores responsáveis pela fiscalização do contrato nº 13/2025.

Art. 1º Considerando a necessidade de alterar os servidores responsáveis pela fiscalização dos Contrato nº 02/2024/COMPRAS.

Art. 2º Alterar o fiscal titular e substituto e designar os servidores abaixo nominados para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem os encargos de fiscal de contrato/empenho e respectivo substituto, para no caso de impedimento e/ou afastamento legal do fiscal titular, do contrato/empenho citado a seguir:

Art. 2º Alterar o fiscal titular e substituto e designar os servidores abaixo nominados para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem os encargos de fiscal de contrato/empenho e respectivo substituto, para no caso de impedimento e/ou afastamento legal do fiscal titular, do contrato/empenho citado a seguir:

Contrato	Fiscal de Contrato	Fiscal Substituto	Fornecedor	Objeto do Contrato
13/2025	Rafael Vieira Costa Nº Funcional 11977809-1	Luana Alves de Oliveira Nº Funcional 12000191-1	ASSOCIAÇÃO ARTE NO FRUTO CNPJ: 08.976.791/0001-22	Fornecimento de objetos artesanais e aquisição de produtos perecíveis de produção comum que simbolizem a cultura das comunidades, etnias e povos tocantinense.

Contrato	Fiscal de Contrato	Fiscal Substituto	Fornecedor	Objeto do Contrato
02/2024/COMPRAS	MARCUS KRAN BERLANDA Nº Funcional 11651776-3	ROBENILSON SILVA DE SOUSA Nº funcional 11566027 - 5	Elevadores Atlas Schindler Ltda CNPJ: 00.028.986/0009-65	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos elevadores do Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos

Art. 3º São atribuições do Fiscal:

Art. 3º São atribuições do Fiscal:

I - Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das cláusulas avençadas no contrato;

I - Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das cláusulas avençadas no contrato;

II - Anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinaram os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito ao supervisor do contrato sobre tais eventos;

II - Anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinaram os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito ao supervisor do contrato sobre tais eventos;

III - Determinar providências de retificação das irregularidades e incidentes encontrados, comunicando de forma imediata por via de relatório ao supervisor do contrato para conhecimento e apreciação das providências;

III - Determinar providências de retificação das irregularidades e incidentes encontrados, comunicando de forma imediata por via de relatório ao supervisor do contrato para conhecimento e apreciação das providências;

IV - Relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;

IV - Relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;

V - Opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento do contrato, com antecedência de 90 (noventa) dias para o final da vigência;

V - Opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento do contrato, com antecedência de 90 (noventa) dias para o final da vigência;

VI - Justificar ocorrências e promover o atendimento de diligência dos órgãos de Controle Interno e Externo;

VI - Justificar ocorrências e promover o atendimento de diligência dos órgãos de Controle Interno e Externo;

VII - Atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimento dos materiais contratados;

VII - Atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimento dos materiais contratados;

VIII - Observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;

VIII - Observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;

IX - Manifestar-se ao Gestor do contrato, acerca da exequibilidade de ajuste contratual, por via de relatório que deverá ser juntado aos autos;

IX - Manifestar-se ao Gestor do contrato, acerca da exequibilidade de ajuste contratual, por via de relatório que deverá ser juntado aos autos;

X - Exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios ou defeitos resultados da execução ou de materiais empregados, nos termos contidos no contrato e no art. 119 da Lei Federal 14.133/2021.

X - Exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios ou defeitos resultados da execução ou de materiais empregados, nos termos contidos no contrato e no art. 119 da Lei Federal 14.133/2021.

Art. 4º Fica designado o Chefe do Departamento de Administração e Finanças como Gestor do referido contrato, com atribuições para as decisões que competem ao cargo de chefia.

Art. 4º Fica designado o Chefe do Departamento de Administração e Finanças como Gestor do referido contrato, com atribuições para as decisões que competem ao cargo de chefia.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palmas - TO, 16 de dezembro de 2025.

Palmas - TO, 16 de dezembro de 2025.

PORTARIA SEGOV Nº 157, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a substituição de servidor fiscal.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA GOVERNADORIA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição, resolve:

Art. 1º Considerando a necessidade de alterar os servidores responsáveis pela fiscalização dos Empenhos.

Art. 2º Alterar o fiscal titular e substituto e designar os servidores abaixo nominados para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem os encargos de fiscal de contrato/empenho e respectivo substituto, para no caso de impedimento e/ou afastamento legal do fiscal titular, do contrato/empenho citado a seguir:

Empenho	Fiscal Titular	Fiscal Substituto	Fornecedor	Objeto
2025NE001746 2025NE001742	Rafael Vieira Costa Nº Funcional 11977809-2	Luana Alves de Oliveira Nº Funcional 12000191-1	60.027.512 LUCAS SANTOS VIEIRA CNPJ: 60.027.512.0001-73	Contratação de empresa especializada no fornecimento de água mineral destinado ao atendimento das demandas do Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos e da Unidade Receptiva do Cantão.

Art. 3º São atribuições do Fiscal:

I - Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das cláusulas avençadas no contrato;

II - Anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinaram os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito ao supervisor do contrato sobre tais eventos;

III - Determinar providências de retificação das irregularidades e incidentes encontrados, comunicando de forma imediata por via de relatório ao supervisor do contrato para conhecimento e apreciação das providências;

IV - Relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;

V - Opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento do contrato, com antecedência de 90 (noventa) dias para o final da vigência;

VI - Justificar ocorrências e promover o atendimento de diligência dos órgãos de Controle Interno e Externo;

VII - Atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimento dos materiais contratados;

VIII - Observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;

IX - Manifestar-se ao Gestor do contrato, acerca da exequibilidade de ajuste contratual, por via de relatório que deverá ser juntado aos autos;

X - Exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios ou defeitos resultados da execução ou de materiais empregados, nos termos contidos no contrato e no art. 119 da Lei Federal 14.133/2021.

Art. 4º Fica designado o Chefe do Departamento de Administração e Finanças como Gestor do referido contrato, com atribuições para as decisões que competem ao cargo de chefia.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palmas - TO, 16 de dezembro de 2025.

KATIUSCYA ALVES B. CHAVES
Secretária de Estado da Governadoria

PORTARIA SEGOV Nº 158, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a substituição de servidor fiscal.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA GOVERNADORIA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição Estadual e com fulcro no art. 67 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, resolve:

Art. 1º Considerando a necessidade de alterar os servidores responsáveis pela fiscalização do contrato nº 04/2024.

Art. 2º Alterar o fiscal titular e substituto e designar os servidores abaixo nominados para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem os encargos de fiscal de contrato/empenho e respectivo substituto, para no caso de impedimento e/ou afastamento legal do fiscal titular, do contrato/empenho citado a seguir:

Contrato	Fiscal de Contrato	Fiscal Substituto	Fornecedor	Objeto do Contrato
04/2024	Rafael Vieira Costa Nº Funcional 11977809-2	Luana Alves de Oliveira Nº Funcional 12000191-1	L. DE SOUZA SANTOS LTDA Cnpj: 25.142.396/0001-32	Prestação de serviços de Buffet.

Art. 3º São atribuições do Fiscal:

I - Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das cláusulas avençadas no contrato;

II - Anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinaram os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito ao supervisor do contrato sobre tais eventos;

III - Determinar providências de retificação das irregularidades e incidentes encontrados, comunicando de forma imediata por via de relatório ao supervisor do contrato para conhecimento e apreciação das providências;

IV - Relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;

V - Opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento do contrato, com antecedência de 90 (noventa) dias para o final da vigência;

VI - Justificar ocorrências e promover o atendimento de diligência dos órgãos de Controle Interno e Externo;

VII - Atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimento dos materiais contratados;

VIII - Observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;

IX - Manifestar-se ao Gestor do contrato, acerca da exequibilidade de ajuste contratual, por via de relatório que deverá ser juntado aos autos;

X - Exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios ou defeitos resultados da execução ou de materiais empregados, nos termos contidos no contrato e no art. 69 da Lei Federal 8.666/1993.

Art. 4º Fica designado o Chefe do Departamento de Administração e Finanças como Gestor do referido contrato, com atribuições para as decisões que competem ao cargo de chefia.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palmas - TO, 16 de dezembro de 2025.

KATIUSCYA ALVES BARBOSA CHAVES
Secretária de Estado da Governadoria

PORTARIA SEGOV Nº 159, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a substituição de servidor fiscal.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA GOVERNADORIA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição Estadual, resolve:

Art. 1º Considerando a necessidade de alterar os servidores responsáveis pela fiscalização dos contratos nº 23/2025/DIAPA, 24/2025/DIAPA, 25/2025/DIAPA, 26/2025/DIAPA e 27/2025/DIAPA.

Art. 2º Alterar o fiscal titular e substituto e designar os servidores abaixo nominados para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem os encargos de fiscal de contrato/empenho e respectivo substituto, para no caso de impedimento e/ou afastamento legal do fiscal titular, do contrato/empenho citado a seguir:

Contrato	Fiscal de Contrato	Fiscal Substituto	Fornecedor	Objeto do Contrato
23/2025 24/2025 25/2025 26/2025 27/2025	Rafael Vieira Costa Nº Funcional 11977809-1	Luana Alves de Oliveira Nº Funcional 12000191-1	LC Distribuidora e Serviços Ltda Cidade Mais Soluções Editoriais e Serviços Ltda H De F Pires Serviços D & R Comércio de Bolsas e Acessórios Eireli OTT Serviços Gráficos Ltda.	Material de Consumo camisetas, bonés, agendas planner, bolsa/sacolas e banner, chapéu australiano, cartilhas, mochilas, bloco de notas, pasta canguru, crachás e caneta esferográfica.

Art. 3º São atribuições do Fiscal:

- I - Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das cláusulas avençadas no contrato;
- II - Anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinaram os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito ao supervisor do contrato sobre tais eventos;
- III - Determinar providências de retificação das irregularidades e incidentes encontrados, comunicando de forma imediata por via de relatório ao supervisor do contrato para conhecimento e apreciação das providências;
- IV - Relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;
- V - Opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento do contrato, com antecedência de 90 (noventa) dias para o final da vigência;
- VI - Justificar ocorrências e promover o atendimento de diligência dos órgãos de Controle Interno e Externo;
- VII - Atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimento dos materiais contratados;
- VIII - Observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;
- IX - Manifestar-se ao Gestor do contrato, acerca da exequibilidade de ajuste contratual, por via de relatório que deverá ser juntado aos autos;

X - Exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios ou defeitos resultados da execução ou de materiais empregados, nos termos contidos no contrato e no art. 119 da Lei Federal 14.133/2021.

Art. 4º Fica designado o Chefe do Departamento de Administração e Finanças como Gestor do referido contrato, com atribuições para as decisões que competem ao cargo de chefia.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palmas - TO, 16 de dezembro de 2025.

KATIUSCYA ALVES BARBOSA CHAVES
Secretária de Estado da Governadoria

PORTARIA SEGOV Nº 161, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a substituição de servidor fiscal.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA GOVERNADORIA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição Estadual, resolve:

Art. 1º Considerando a necessidade de alterar os servidores responsáveis pela fiscalização do contrato nº 28/2025.

Art. 2º Alterar o fiscal titular e substituto e designar os servidores abaixo nominados para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem os encargos de fiscal de contrato/empenho e respectivo substituto, para no caso de impedimento e/ou afastamento legal do fiscal titular, do contrato/empenho citado a seguir:

Contrato	Fiscal de Contrato	Fiscal Substituto	Fornecedor	Objeto do Contrato
28/2025	Anny Karolynny Querez Resplandes Nº Funcional 1157140-5	Vandanoló dos Santos Silva e Silva Nº Funcional 11598820-8	R Moraes Agência de Turismo Ltda Cnpj: 06.955.770/0013-08	Serviços de agenciamento de viagens. Esses serviços abrangem a reserva, emissão, marcação, remarcação, desdobramento, confirmação, reconfirmação, cancelamento e reembolso de passagens aéreas nacionais e internacionais, além da emissão de seguro de assistência em viagem nacional e internacional, por meio da disponibilização de um sistema online automatizado via web, aquisição de passagens rodoviárias para o transporte de passageiros no âmbito estadual, nacional e internacional, assim como a compra de passagens para o transporte de passageiros fluvial. Contempla ainda serviços de afretamento de aeronaves no Brasil e no exterior, bem como o Registro de Preço para serviços de locação de veículos, serviços de hotelaria e outros serviços correlatos.

Art. 3º São atribuições do Fiscal:

- I - Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das cláusulas avençadas no contrato;
- II - Anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinaram os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito ao supervisor do contrato sobre tais eventos;
- III - Determinar providências de retificação das irregularidades e incidentes encontrados, comunicando de forma imediata por via de relatório ao supervisor do contrato para conhecimento e apreciação das providências;
- IV - Relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;
- V - Opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento do contrato, com antecedência de 90 (noventa) dias para o final da vigência;
- VI - Justificar ocorrências e promover o atendimento de diligência dos órgãos de Controle Interno e Externo;
- VII - Atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimento dos materiais contratados;
- VIII - Observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;
- IX - Manifestar-se ao Gestor do contrato, acerca da exequibilidade de ajuste contratual, por via de relatório que deverá ser juntado aos autos;

X - Exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios ou defeitos resultados da execução ou de materiais empregados, nos termos contidos no contrato e no art. 119 da Lei Federal 14.133/2021.

Art. 4º Fica designado o Chefe do Departamento de Administração e Finanças como Gestor do referido contrato, com atribuições para as decisões que competem ao cargo de chefia.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palmas - TO, 17 de dezembro de 2025.

KATIUSCYA ALVES BARBOSA CHAVES
Secretária de Estado da Governadoria

PORTARIA SEGOV Nº 162, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a substituição de servidor fiscal.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA GOVERNADORIA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição Estadual e com fulcro no art. 67 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, resolve:

Art. 1º Considerando a necessidade de alterar os servidores responsáveis pela fiscalização do contrato nº 33/2023.

Art. 2º Alterar o fiscal titular e substituto e designar os servidores abaixo nominados para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem os encargos de fiscal de contrato/empenho e respectivo substituto, para no caso de impedimento e/ou afastamento legal do fiscal titular, do contrato/empenho citado a seguir:

Contrato	Fiscal de Contrato	Fiscal Substituto	Fornecedor	Objeto do Contrato
33/2023	Perlane de Cássia Cordeiro Loliola Nº Funcional 936859-6	Weberth Rossine Marinho Silva Nº Funcional 11562196-5	FAZ EVENTOS, LOCAÇÕES E TURISMO LTDA Cnpj: 21.452.937/0001-78	Prestação de serviços relacionados a eventos.

Art. 3º São atribuições do Fiscal:

I - Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das cláusulas avençadas no contrato;

II - Anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinaram os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito ao supervisor do contrato sobre tais eventos;

III - Determinar providências de retificação das irregularidades e incidentes encontrados, comunicando de forma imediata por via de relatório ao supervisor do contrato para conhecimento e apreciação das providências;

IV - Relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;

V - Opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento do contrato, com antecedência de 90 (noventa) dias para o final da vigência;

VI - Justificar ocorrências e promover o atendimento de diligência dos órgãos de Controle Interno e Externo;

VII - Atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimento dos materiais contratados;

VIII - Observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;

IX - Manifestar-se ao Gestor do contrato, acerca da exequibilidade de ajuste contratual, por via de relatório que deverá ser juntado aos autos;

X - Exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios ou defeitos resultados da execução ou de materiais empregados, nos termos contidos no contrato e no art. 69 da Lei Federal 8.666/1993.

Art. 4º Fica designado o Chefe do Departamento de Administração e Finanças como Gestor do referido contrato, com atribuições para as decisões que competem ao cargo de chefia.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palmas - TO, 17 de dezembro de 2025.

KATIUSCYA ALVES BARBOSA CHAVES
Secretária de Estado da Governadoria

CASA CIVIL

PORTARIA CCI Nº 2.453 - CSS, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2025.

A SECRETÁRIA-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, outorgada pelo Ato nº 50, de 5 de janeiro de 2015, do Governador do Estado, com fulcro no art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e no art. 25 da Lei Complementar 150, de 20 de dezembro de 2023, e na conformidade do Acordo de Cooperação Técnica nº 8, de 18 de fevereiro de 2025, resolve

M A N T E R

cedida ao Município de Pium a Assistente Administrativa JANILEIDE FERREIRA MENDES, matrícula 11181478-1, integrante do quadro de pessoal do Poder Executivo, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2026, com ônus para o requisitante, inclusive quanto ao recolhimento previdenciário em favor do IGEPREV-TOCANTINS, parcelas referentes às pessoas natural e jurídica.

Irana de Sousa Coelho Aguiar
Secretária-Chefe

PORTARIA CCI Nº 2.497 - CSS, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, outorgada pelo Ato nº 50, de 5 de janeiro de 2015, do Governador do Estado, com fulcro no art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e na conformidade do Acordo de Cooperação Técnica nº 97, de 13 de dezembro de 2023, resolve

M A N T E R

cedido ao Município de Santa Tereza do Tocantins o Motorista JOÃO LOURENÇO RIBEIRO, matrícula 514590-2, integrante do quadro de pessoal do Poder Executivo, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2026, com ônus para a origem.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 2.502 - CSS, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, outorgada pelo Ato nº 50, de 5 de janeiro de 2015, do Governador do Estado, com fulcro no art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, resolve

M A N T E R

cedida ao Senado Federal a Analista Técnico-Jurídica TAYANA CORDEIRO AIRES, matrícula 42009-2, integrante do quadro de pessoal do Poder Executivo, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2026, com ônus para a origem.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 2.503 - CSS, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, outorgada pelo Ato nº 50, de 5 de janeiro de 2015, do Governador do Estado, com fulcro no art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e na conformidade do Acordo de Cooperação Técnica nº 23, de 9 de novembro de 2023, resolve

M A N T E R

cedidas ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins as servidoras adiante indicadas, integrantes do quadro de pessoal do Poder Executivo, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2026, com ônus para a origem:

1. LUÍZA PAULA LEITE LANDIN MACEDO, matrícula 538398-2, Assistente Administrativa;
2. PATRÍCIA LENNE ALEXANDRE, matrícula 1291378-1, Pedagoga.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 2.505 - CSS, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, outorgada pelo Ato nº 50, de 5 de janeiro de 2015, do Governador do Estado, com fulcro no art. 8º da Lei 2.578, de 20 de abril de 2012, e no art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e na conformidade do Acordo de Cooperação Técnica nº 23, de 9 de novembro de 2023, resolve

M A N T E R

cedida ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins a Militar DÉBORA DE PAULABRITO FOGAÇA, matrícula 11210435-1, integrante do quadro de pessoal da Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2026, com ônus para a origem.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 2.506 - CSS, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, outorgada pelo Ato nº 50, de 5 de janeiro de 2015, do Governador do Estado, com fulcro no art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e na conformidade do Acordo de Cooperação Técnica nº 23, de 9 de novembro de 2023, resolve

M A N T E R

cedida ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins a Agente Socioeducativa MARCIA ROSA DA SILVA, matrícula 11610654-1, integrante do quadro de pessoal da Secretaria da Cidadania e Justiça, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2026, com ônus para a origem.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 2.507 - CSS, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, outorgada pelo Ato nº 50, de 5 de janeiro de 2015, do Governador do Estado, com fulcro no art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e no art. 25 da Lei Complementar 150, de 20 de dezembro de 2023, e na conformidade do Acordo de Cooperação Técnica nº 23, de 9 de novembro de 2023, resolve

M A N T E R

cedida ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins a Assistente de Serviços de Saúde AMELICE NOGUEIRA ALVES, matrícula 107478-3, integrante do quadro de pessoal da Secretaria da Saúde, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2026, com ônus para o requisitante, inclusive quanto ao recolhimento previdenciário em favor do IGEPREV-TOCANTINS, parcelas referentes às pessoas natural e jurídica.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 2.540 - CSS, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, outorgada pelo Ato nº 50, de 5 de janeiro de 2015, do Governador do Estado, com fulcro no art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, resolve

M A N T E R

cedida à Companhia Imobiliária de Participações, Investimento e Parcerias - Tocantins Parcerias a Repórter Fotográfica JARLENE DA SILVA SOUZA ROCHA, matrícula 1125516-3, integrante do quadro de pessoal do Poder Executivo, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2026, com ônus para a origem.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 2.581 - EX, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

E X O N E R A R

de suas funções, nos cargos de provimento em comissão de Assessor Especial Técnico VI - DAI-1, da Secretaria da Administração, redistribuídos para a Secretaria da Comunicação, a partir de 13 de dezembro de 2025:

1. ADILSON PEREIRA DE BARROS;
2. THALYTA OLIVEIRA SILVA;

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 2.752 - CSS, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, outorgada pelo Ato nº 50, de 5 de janeiro de 2015, do Governador do Estado, com fulcro no art. 8º da Lei 2.578, de 20 de abril de 2012, e no art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e na conformidade do Acordo de Cooperação Técnica nº 38, de 9 de novembro de 2023, resolve

M A N T E R

cedido ao Município de Gurupi o Militar JENILSON ALVES DE CIRQUEIRA, matrícula 959471-1, integrante do quadro de pessoal da Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2026, com ônus para a origem.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 2.796 - EX, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

E X O N E R A R

MEIRE GOMES DA LUZ de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Diretor de Investimentos - DAS-4, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins - IGEPREV-TOCANTINS, a partir de 23 de dezembro de 2025.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 2.808 - EX, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

EXONERAR

BRENO VALENTIM MAGALHÃES DE SOUZA VIEIRA PIZZONI de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Assessor Especial Técnico IV - DAS-5, da Secretaria da Administração, redistribuído para a Secretaria da Saúde, a partir de 24 de dezembro de 2025.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 2.809 - EX, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

EXONERAR

DALVAN SANTOS OLIVEIRA DA SILVA de suas funções, no cargo de Vice-Presidente Executivo, da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins - ADAPEC-TOCANTINS, a partir de 24 de dezembro de 2025.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 2.810 - EX, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

EXONERAR

JACQUELINE ALVES FERNANDES MARTINS de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado I - CA-1, da Secretaria da Administração, redistribuído para a Secretaria da Saúde, a partir de 24 de dezembro de 2025.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 2.811 - DISP, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

DISPENSAR

da Função Comissionada de Administração - FCA-6 o servidor FRANCISCO PEREIRA RAMOS, matrícula 196165-4, lotado na Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins - ADAPEC-TOCANTINS, a partir de 24 de dezembro de 2025.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 2.812 - EX, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

EXONERAR

RAIMUNDO NONATO SOARES FILHO de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Assessor de Gabinete I - DAS-4, do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/TO, a partir de 20 de dezembro de 2025.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 2.814 - EX, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

EXONERAR

MAYARA NOLETO OLIVEIRA de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Assessor Especial Técnico VI - DAI-1, da Secretaria da Administração, redistribuído para a Secretaria da Saúde, a partir de 24 de dezembro de 2025.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 2.815 - EX, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

EXONERAR

PABLO ISMAEL DE OLIVEIRA CARVALHO de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado I - CA-1, da Secretaria da Administração, redistribuído para a Secretaria da Saúde, a partir de 24 de dezembro de 2025.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 2.816 - DISP, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

DISPENSAR

da Função Comissionada de Casa Militar 1 - FC-CAMIL-1 o servidor SAMUEL MARCOS MARINHO LEAL CARVALHO, matrícula 11207922-1, lotado na Casa Militar, a partir de 18 de dezembro de 2025.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 2.817 - EX, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

EXONERAR

FERNANDA DURÃES DO NASCIMENTO MONTEIRO BARBOSA DOS SANTOS de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado I - CA-1, da Secretaria da Administração, redistribuído para a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, a partir de 24 de dezembro de 2025.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 2.818 - EX, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

EXONERAR

de suas funções, nos cargos de provimento em comissão especificados, da Secretaria da Administração, redistribuídos para a Secretaria do Planejamento e Orçamento, a partir de 24 de dezembro de 2025:

1. CLEIVON RODRIGUES DE SOUSA, Assessor Especial Técnico III - DAS-4;
2. JOÃO JOSÉ FERREIRA DA SILVA, Assessor Especial Técnico III - DAS-4;
3. VILMA DE JESUS MORAIS BRITO, Assessor Especial Técnico I - DAS-2.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 2.819 - EX, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

EXONERAR

ALEXANDRA BARROS DE ALMEIDA NUNES de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Assessor de Monitoramento e Avaliação do Gasto Público - DAI-1, da Secretaria do Planejamento e Orçamento, a partir de 24 de dezembro de 2025.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 2.820 - EX, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

EXONERAR

LUCAS MARTINS DE SENA de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Gerente de Gestão de Pessoas - DAI-1, da Secretaria da Saúde, a partir de 1º de janeiro de 2026.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 2.821 - EX, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

EXONERAR

de suas funções, nos cargos de provimento em comissão especificados, da Secretaria da Segurança Pública, a partir de 24 de dezembro de 2025:

1. JOSÉ RODRIGUES DA SILVA FILHO, Diretor de Perícia Criminal - DAS-4;
2. WANDERSON SANTANA ROCHA, Superintendente da Polícia Científica - DAS-3.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 2.822 - EX, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

EXONERAR

DÉBORA DOS SANTOS GOMES de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Assessor Especial Técnico VI - DAI-1, da Secretaria da Administração, redistribuído para a Secretaria da Comunicação, a partir de 22 de dezembro de 2025.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 2.823 - CSS, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, outorgada pelo Ato nº 50, de 5 de janeiro de 2015, do Governador do Estado, com fulcro no art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, no art. 35 da Lei 4.902, de 27 de novembro de 2025, e no art. 25 da Lei Complementar 150, de 20 de dezembro de 2023, resolve

CEDER

à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social o Professor da Educação Básica MARCONES SOUSA ALMEIDA, matrícula 11539046-2, integrante do quadro de pessoal da Secretaria da Educação, nos períodos de 17 a 31 de dezembro de 2025, e de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2026 com ônus para o requisitante, inclusive quanto ao recolhimento previdenciário em favor do IGEPREV-TOCANTINS, parcelas referentes às pessoas natural e jurídica.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 2.824 - EX, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

EXONERAR

SOLANGE APARECIDA DO NASCIMENTO de suas funções, no cargo de Secretária Executiva, da Secretaria dos Povos Originários e Tradicionais, a partir de 24 de dezembro de 2025.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

POLÍCIA MILITAR

PORTARIA Nº 568/2025 - GAMP/DGP

Retifica, parte de Portaria por Decisão Judicial e adota outras providências.

O CORONEL QOPM COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso I do art. 10 da Lei 2.578, de 20 de abril de 2012 e o art. 10 da Lei Complementar nº 128, de 14 de abril de 2021;

Considerando o Ofício Nº 17289/2025/GAB - GERAL SGD Nº 2025/09069/076146 e o Ofício Nº 17832/2025/GAB SGD Nº 2025/09069/079501 (com os devidos esclarecimentos da demanda) por meio do qual a Procuradoria-Geral do Estado informa que tramita perante o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, a Apelação Cível nº 00239948820238272729, proposta por ARLINDO FOGAÇA DE OLIVEIRA em face do Estado do Tocantins, na qual pleiteia o cumprimento do Acordão proferido no evento 19 dos autos.

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR, em parte a Portaria nº 069/2023/DGP/SAMP, publicada na edição 6.260 do Diário Oficial do Estado do dia 30 de abril de 2020, somente para considerar o Policial Militar, RG 05.666/2 ARLINDO FOGAÇA DE OLIVEIRA, matrícula 92177-1, promovido à graduação de 1º SGT QPPM, a partir de 12 de abril de 2012, pelo mesmo critério, em cumprimento à decisão judicial.

Art. 2º RETIFICAR, em parte a Portaria nº 435/2016-SAMP/DGP, publicada na edição 4.692 do Diário Oficial do Estado do dia 25 de agosto de 2016, somente para considerar o Policial Militar, RG 05.666/2 ARLINDO FOGAÇA DE OLIVEIRA, matrícula 92177-1, promovido à graduação de SUB TENENTE QPPM, a partir de 25 de agosto de 2016, pelo mesmo critério, em cumprimento à decisão judicial.

Art. 3º REVOGAR, em parte a Portaria nº 267/2022/DGP/SAMP, publicada na edição 6.072 do Diário Oficial do Estado do dia 20 de abril de 2022, somente no que se refere ao item 35, alínea “c”, inciso I, art. 1º, em decorrência de cumprimento de decisão judicial.

Art. 4º REVOGAR, em parte a Portaria nº 352/2024 - SAMP DGP, publicada na edição 6.554 do Diário Oficial do Estado do dia 19 de abril de 2024, somente no que se refere ao item 6, alínea “a”, inciso I, art. 1º, em decorrência de cumprimento de decisão judicial.

Art. 5º Publique-se em Boletim Geral, remeta-se para Folha de Pagamento e Diário Oficial do Estado.

Quartel do Comando-Geral em Palmas - TO, 11 de dezembro de 2025.

Márcio Antônio de Barbosa Mendonça - CEL QOPM
Comandante-Geral da PMTO

PORTARIA Nº 569/2025 - GAMP/DGP

Agrega policial militar e adota outras providências

O CORONEL QOPM COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 12 da Lei Complementar nº 128, de 14 de abril de 2021, e;

Combinado com o art. 96 e inciso V do §1º do art. 107 da Lei 2.578, de 20 de abril de 2012, e;

Considerando a ATA nº 105/2025, de 10 de dezembro de 2025 da Junta Militar Central de Saúde - JMCS/DSPS, que informa que o policial militar se encontra de licença-saúde dispensado do Serviço Policial Militar (SPM).

RESOLVE:

Art. 1º AGREGAR na respectiva data, por encontrar-se de licença-saúde, dispensado do Serviço Policial Militar (SPM) por mais de 180 (cento e oitenta) dias ininterruptos, o policial militar:

ORD.	POST/GRAD	NOME	MAT.	A PARTIR DE	UPM*
1	ST QPPM	DIVINO HONORATO DE SOUZA	950522-1	8/12/2025	CRP-3/7ª CIPM

Art. 2º Ressalta-se que o militar agregado fica adido ao Quartel do Comando-Geral, continuando a figurar no respectivo almanaque, sem número, no lugar que até então ocupava, com abreviatura “Ag” e anotações esclarecedoras da situação.

Art. 3º O respectivo Comando de Policiamento deve providenciar a difusão para a Unidade de sua circunscrição.

Art. 4º No prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de tramitação desta Portaria para a UPM, o policial militar, responsável pela gestão de bens na Unidade de origem, deverá regularizar sua situação patrimonial junto à DAL/Patrimônio.

Art. 5º Publique-se em Boletim Geral, remeta-se para Folha de Pagamento e Diário Oficial do Estado.

Quartel do Comando-Geral em Palmas - TO, 12 de dezembro de 2025.

Márcio Antônio Barbosa de Mendonça - CEL QOPM
Comandante-Geral da PMTO

PORTARIA Nº 570/2025 - GAMP/DGP

Reverte policial militar agregado pela JMCS/DSPS e adota outras providências.

O CORONEL QOPM COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 10, inciso I da Lei 2.578, de 20 de abril de 2012, em consonância com o art. 10 da Lei Complementar nº 128, de 14 de abril de 2021, e;

Considerando a Ata nº 100/2025, da Junta Militar Central de Saúde - JMCS/DSPS, de 12 de novembro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º REVERTER, ao exercício de sua função policial militar, por ter cessado o motivo que determina a sua agregação, a partir da respectiva data, o policial Militar:

ORD.	POST/GRAD	NOME	MAT.	RETROATIVO A	UPM*
1	SD QPPM	ÁLEX LOPES LINO BORGES	11777559-1	12/11/2025	CRP-3/4ª BPM

Art. 2º Publique-se em Boletim Geral, remeta-se para Folha de Pagamento e Diário Oficial do Estado.

Quartel do Comando-Geral em Palmas - TO, 12 de dezembro de 2025.

Márcio Antônio Barbosa de Mendonça - CEL QOPM
Comandante-Geral da PMTO

PORTARIA Nº 589/2025 - GAMP/DGP

Exonera policial militar a pedido e adota outras providências.

O CORONEL QOPM COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso I do art. 10 da Lei 2.578, de 20 de abril de 2012 e o art. 10 da Lei Complementar nº 128, de 14 de abril de 2021;

Combinado com o inciso XVI do art. 10, alínea “j” do inciso III do art. 68, inciso II e Parágrafo único do art. 132, inciso I do art. 133 e art. 160 da Lei nº 2.578, de 20 de abril de 2012, que dispõe sobre a exoneração de praças;

Considerando a manifestação do solicitante de não mais pertencer as fileiras da Polícia Militar do Estado do Tocantins, firmada através de requerimento de Exoneração a pedido, bem como, o que consta na ATA nº 107/2025, de 17 de dezembro de 2025, da Junta Militar Central de Saúde - JMCS/DSPS, que informa que o policial militar se encontra apto para fins de exoneração.

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a pedido, na respectiva data, o policial militar:

ORD.	POST/GRAD.	NOME	MATRICULA	RETROATIVO A	LOTAÇÃO
1.	SD QPPM	THIAGO CARVALHO LIMA	11776420-1	11/12/2025	CPC/13º BPM

Art. 2º Publique-se em Boletim Geral, remeta-se para Folha de Pagamento e Diário Oficial do Estado.

Quartel do Comando-Geral em Palmas - TO, 18 de dezembro de 2025.

Márcio Antônio Barbosa de Mendonça - CEL QOPM
Comandante-Geral da PMTO

PORTARIA Nº 591/2025 - GAMP/DGP

Exonera policial militar a pedido e adota outras providências.

O CORONEL QOPM COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso I do art. 10 da Lei 2.578, de 20 de abril de 2012 e o art. 10 da Lei Complementar nº 128, de 14 de abril de 2021;

Combinado com o inciso XVI do art. 10, alínea “j” do inciso III do art. 68, inciso II e Parágrafo único do art. 132, inciso I do art. 133 e art. 160 da Lei nº 2.578, de 20 de abril de 2012, que dispõe sobre a exoneração de praças;

Considerando a manifestação do solicitante de não mais pertencer as fileiras da Polícia Militar do Estado do Tocantins, firmada através de requerimento de Exoneração a pedido, bem como, o que consta na ATA nº 107/2025, de 17 de dezembro de 2025, da Junta Militar Central de Saúde - JMCS/DSPS, que informa que o policial militar se encontra apto para fins de exoneração.

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a pedido, na respectiva data, o policial militar:

ORD.	POST/GRAD.	NOME	MATRICULA	RETROATIVO A	LOTAÇÃO
1.	SD QPPM	YÁGO GOULART HUBNER	11785098-1	27/11/2025	CRP-3/8º CIPM

Art. 2º Publique-se em Boletim Geral, remeta-se para Folha de Pagamento e Diário Oficial do Estado.

Quartel do Comando-Geral em Palmas - TO, 19 de dezembro de 2025.

Márcio Antônio Barbosa de Mendonça - CEL QOPM
Comandante-Geral da PMTO

PORTARIA Nº 592/2025 - GAMP/DGP

Agrega policial militar e adota outras providências.

O CEL QOPM COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 10 da Lei Complementar nº 128, de 14 de abril de 2021,

Combinado com o inciso II do §1º do art. 107 da Lei 2.578, de 20 de abril de 2012, e;

Considerando que o policial militar requereu sua transferência para a reserva remunerada, após cumprir os requisitos legais, e que, em decorrência, deve ser agregado e afastado de suas atividades policiais militares.

RESOLVE:

Art. 1º AGREGAR a partir da respectiva data, o policial militar:

ORD.	POST/GRAD	NOME	MAT.	A PARTIR DE	UPM*
1.	ST QPPM	SILVANO SILVA DOS SANTOS	431490-2	19/12/2025	CRP-2/9º BPM

Art. 2º Ressalta-se que o militar agregado fica adido ao Quartel do Comando-Geral, continuando a figurar no respectivo almanaque, sem número, no lugar que até então ocupava, com abreviatura “Ag” e anotações esclarecedoras da situação;

Art. 3º No prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de tramitação desta Portaria para a UPM, o policial militar, responsável pela gestão de bens na Unidade de origem, deverá regularizar sua situação patrimonial junto à DAL/Patrimônio;

Art. 4º Publique-se em Boletim Geral, remeta-se para Folha de Pagamento e Diário Oficial do Estado.

Quartel do Comando-Geral em Palmas - TO, 19 de dezembro de 2025.

Márcio Antônio de Barbosa Mendonça - CEL QOPM
Comandante-Geral da PMTO

PORTARIA Nº 593/2025 - GAMP/DGP

Retifica, parte de Portaria por Decisão Judicial e adota outras providências.

O CORONEL QOPM COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso I do art. 10 da Lei 2.578, de 20 de abril de 2012 e o art. 10 da Lei Complementar nº 128, de 14 de abril de 2021;

Considerando que tramita perante o Juízo da 1ª Vara Cível de Tocantinópolis o Cumprimento de Sentença nº 0000280-03.2022.8.27.2740 proposta por ALYSSON ELVES DE ABREU LIRA em face do Estado do Tocantins, conforme documentação anexa.

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR, em parte a Portaria nº 279/2021-SAMP/DGP, publicada na edição 5.831 do Diário Oficial do Estado do dia 20 de abril de 2021, somente para considerar o Policial Militar, RG 06.695/2 ALYSSON ELVES DE ABREU LIRA, matrícula 11207442-1, promovido à graduação de Cabo QPPM, a partir de 21 de abril de 2020, pelo mesmo critério, em cumprimento à decisão judicial.

Art. 2º Publique-se em Boletim Geral, remeta-se para Folha de Pagamento e Diário Oficial do Estado.

Quartel do Comando-Geral em Palmas - TO, 19 de dezembro de 2025.

Márcio Antônio Barbosa de Mendonça - CEL QOPM
Comandante-Geral da PMTO

PORTARIA Nº 594/2025 - GAMP/DGP

Retifica, parte de Portaria por Decisão Judicial e adota outras providências.

O CORONEL QOPM COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso I do art. 10 da Lei 2.578, de 20 de abril de 2012 e o art. 10 da Lei Complementar nº 128, de 14 de abril de 2021;

Considerando que tramita perante o Juizado Especial da Fazenda pública de Gurupi a Ação de Cumprimento de Sentença nº 00055332120258272722, proposta por VALTEIR ANTONIO DA SILVA em face do Estado do Tocantins, na qual pleiteia o cumprimento da Sentença proferida no evento nº 34 dos autos, conforme documentação anexa.

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR, em parte a Portaria nº 279/2021-SAMP/DGP, publicada na edição 5.831 do Diário Oficial do Estado do dia 20 de abril de 2021, somente para considerar o Policial Militar, RG 04.747/2 VALTEIR ANTONIO DA SILVA, matrícula 980514-1, promovido à graduação de 2º Sargento QPPM, a partir de 21 de abril de 2020, pelo mesmo critério, em cumprimento à decisão judicial.

Art. 2º Publique-se em Boletim Geral, remeta-se para Folha de Pagamento e Diário Oficial do Estado.

Quartel do Comando-Geral em Palmas - TO, 19 de dezembro de 2025.

Márcio Antônio Barbosa de Mendonça - CEL QOPM
Comandante-Geral da PMTO

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS PARA O CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS (CFO) DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A HETEROIDENTIFICAÇÃO**

Cargo de Cadete I do Quadro de Praças Especiais - QPES

O Coronel QOPM Cláudio Thomaz Coêlho de Souza, Presidente da Comissão do Concurso Público, em face de autorização concedida pelo Chefe do Poder Executivo Estadual no Ofício nº 032/2023-PM/1-EMG, de 31 de maio de 2023, e designação do Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Tocantins, por meio da Portaria nº 002/2023-PM/1-EMG, de 25 de janeiro de 2023, alterada pela Portaria nº 003/2024/PM1/EM, pela Portaria nº 008/2025/PM1/EM, e pela Portaria nº 012/2025/PM1/EM publicadas, respectivamente, no Diário Oficial nº 6259, de 27 de janeiro de 2023, no Diário Oficial nº 6597, de 25 de junho de 2024, no Diário Oficial nº 6.897, de 12 de setembro de 2025, e no Diário Oficial nº 6.964 de 18 de dezembro de 2025, torna público o Edital de Convocação para a HETEROIDENTIFICAÇÃO, de acordo com as normas estabelecidas nos itens 7 e 8 do Edital de abertura e neste Edital.

1. HETEROIDENTIFICAÇÃO

1.1 Os candidatos convocados estão elencados no Anexo I deste Edital.

1.2. A heteroidentificação será realizada no dia 18 de janeiro de 2026, às 14h, horário local, no CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO DO TOCANTINS. Endereço: Q. ACSU SE 140, AVENIDA JOAQUIM TEOTONIO SEGURADO, 01 - PLANO DIRETOR SUL - PALMAS/TO - 77024710.

1.3. Os portões serão fechados às 13h45 (horário de Brasília/DF).

1. 4. Os candidatos convocados para a avaliação psicológica no mesmo dia e turno serão atendidos para o procedimento de heteroidentificação após a realização da avaliação psicológica

1.5. O Procedimento de Heteroidentificação consiste em entrevista com a finalidade de verificar a veracidade das informações prestadas pelos candidatos e proferirá parecer definitivo a respeito do enquadramento do candidato como negro, indígena ou quilombola. O procedimento será filmado.

1.6. O candidato deverá comparecer ao Procedimento de Heteroidentificação portando, obrigatoriamente, os seguintes documentos, que serão retidos pela Comissão de Heteroidentificação, durante a entrevista:

1.6.1 Para candidatos negros:

- a) Formulário de autodeclaração (Anexo II)
- b) Documento de identidade (original e cópia)
- c) Cópia da certidão de nascimento.

1.6.2 Para candidatos indígenas/quilombolas:

a) Declaração de sua respectiva comunidade sobre sua condição de pertencimento étnico, assinada por, pelo menos, duas lideranças reconhecidas, conforme Anexo III deste Edital.

1.6.3 As cópias serão retidas pela comissão.

1.7 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo com foto).

1.8 O atendimento será realizado por ordem de chegada do candidato na sala de identificação, que será indicada no local de aplicação.

1.9 A não observância do disposto no item 1.6, a não aprovação na entrevista ou o não comparecimento à entrevista acarretarão a perda do direito aos quantitativos reservados aos candidatos autodeclarados negros ou indígenas/quilombolas.

1.10 Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do concurso e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à nulidade de sua nomeação e posse no cargo efetivo, após procedimento administrativo no qual lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

1.11 As vagas reservadas a negros ou indígenas/quilombolas que não forem providas por falta de candidatos, por reprovação no concurso ou por não enquadramento no programa de reserva de vagas serão preenchidas pelos demais candidatos habilitados, com estrita observância à ordem geral de classificação.

1.12 A relação de candidatos aprovados no Procedimento de Heteroidentificação será divulgada no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pmtoc>.

1.13 O candidato reprovado no Procedimento de Heteroidentificação poderá interpor recurso no prazo de dois dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da divulgação do resultado, mediante requerimento à FGV pelo endereço eletrônico o <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pmtoc>.

1.14 A decisão sobre o recurso interposto na forma do subitem 1.13 é terminativa.

Tocantins, 19 de dezembro de 2025.

Cláudio Thomaz Coêlho de Souza - CEL QOPM
Presidente da Comissão do Concurso CFO/2025

ANEXO I - CANDIDATOS CONVOCADOS

Inscrição	Nome
187008042	Adriano Ferreira Modesto
187011065	Afonso Viana Simplicio
187009036	Alexandre Porto Ribeiro
187005456	Alexsander Moraes De Souza
187009801	Ana Cláudia Rodrigues Cardoso
187001458	Antonio Carlos Rodrigues Barros
187008389	Arthur Henrique Campos Faria
187006140	Arthur Vinicius Mesquita Da Silva
187002627	Athaydes Vyngren Marques Almeida
187000021	Benjamim Da Silva Brandão
187006940	Camilla Rodrigues De Oliveira
187013201	Cristiano Rodrigues Da Silva
187005601	Daniel Da Silva Araujo
187010449	Danillo Santana Barbosa
187004486	Danilo Santiago Barbosa Silva
187010950	Debora De Almeida Franco
187006425	Elison De Araujo Freitas
187000630	Elizangela Nunes Da Silva
187011636	Emanuel Elias Silva De Oliveira
187008204	Eugênio Chantal Da Silva Mota
187004881	Frederico Soares Seixas
187010067	Gustavo Barbosa Luz
187002707	Hanair Rodrigues Da Silva Pereira
187000243	Hugo Magalhaes Nunes
187000086	Italo Nunes Da Silva Mariano
187000664	Jackson De Almeida Romeu
187009295	Jeferson Brito Dos Santos
187009918	Joao Cesar Da Silva Junior
187000249	Josue Bandeira Mota
187000339	Juliana Rodrigues Reis
187006418	Juniel Prudêncio Dos Santos
187009362	Kezia Pereira Da Silva
187008158	Linildo Loudivan Andrade De Sousa
187010995	Luan Pereira Ferreira
187005548	Lucas Barbosa Silva
187003270	Lucas De Souza Lisboa
187006378	Lucas Evangelista Dias Alves
187011380	Marcos Felipe Da Silva Aguiar
187014489	Marcos Mendes Lima
187009574	Marcos Vinicius Dos Santos Veras
187005050	Marcos Vinicius França Almeida
187007425	Matheus José Maia De Souza Martins Lima
187002495	Maurício De Araujo Miranda
187009735	Maxwel Rodrigues Mendes
187008810	Mila Filho De Melo
187001490	Milena Amorim Soares
187003382	Paulo Felipe Marinho Simplicio
187009283	Paulo Henrique Pereira Brito
187008858	Paulo Robson Marta Da Silva
187004069	Pedro De Alcantara Bonilha
187001322	Rafael Costa Silva
187014080	Renato José Dos Santos
187013569	Ricardo Sousa Neres
187014491	Sales André Ribeiro De Aguiar
187001505	Saulo Araujo Dos Santos Miranda
187011845	Tiago Rafael De Brito Santos
187012014	Ueverton Lopes Ferreira
187001205	Vinicius Cunha De Souza
187010941	Vinicius Dias De Oliveira Coelho
187004377	Wallace Xavier Silva
187007578	Wlgnier Chaves Marinho
187007764	Witor Cunha Evangelista

ANEXO II - FORMULÁRIO DE AUTODECLARAÇÃO
CANDIDATO NEGRO

Eu, _____
(nome do candidato), portador do RG no _____,
inscrito no CPF sob o nº _____, declaro que sou
preto ou pardo, para o fim específico de atender ao item 7 do Edital de
Abertura.

Estou ciente de que, se for detectada a falsidade desta
declaração, estarei sujeito às penalidades legais, inclusive de eliminação
deste concurso, em qualquer fase, e de anulação de minha nomeação
(caso tenha sido nomeado e/ou empossado) após procedimento
administrativo regular, em que sejam assegurados o contraditório e a
ampla defesa.

_____ (cidade/UF), _____ (dia) de _____ (mês) de 2025.

ASSINATURA DO CANDIDATO

As informações prestadas são de minha inteira responsabilidade,
podendo eu responder legalmente no caso de falsidade das referidas
informações, a qualquer momento, o que acarretará a minha eliminação
do processo, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE PESSOA INDÍGENA OU
QUILOMBOLA

DECLARO, para os devidos fins legais, que _____
_____, RG/CNH nº _____, órgão
_____, UF _____, CPF _____,
endereço _____, CEP
_____, cidade de _____,
telefone(s) (____) _____, tem RECONHECIDO(A)
o seu pertencimento étnico junto à comunidade _____
_____. (indígena/)(quilombola

Estou ciente de que, se for detectada a falsidade desta
declaração, estarei sujeito às penalidades legais, inclusive de eliminação
deste concurso, em qualquer fase, e de anulação da minha nomeação
(caso tenha sido nomeado e/ou empossado) após procedimento
administrativo regular, em que sejam assegurados o contraditório e a
ampla defesa.

_____ (cidade/UF), _____ (dia) de _____ (mês) de 2025.

Assinatura do candidato

Assinatura da liderança de sua comunidade da respectiva etnia

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS PARA O
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS (CFO) DA POLÍCIA MILITAR
DO ESTADO DO TOCANTINS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

Cargo de Cadete I do Quadro de Praças Especiais - QPES

O Coronel QOPM Cláudio Thomaz Coelho de Souza, Presidente
da Comissão do Concurso Público, em face de autorização concedida pelo
Chefe do Poder Executivo Estadual no Ofício nº 032/2023-PM/1-EMG, de
31 de maio de 2023, e designação do Comandante-Geral da Polícia Militar
do Estado do Tocantins, por meio da Portaria nº 002/2023-PM/1-EMG,
de 25 de janeiro de 2023, alterada pela Portaria nº 003/2024/PM1/EM,
pela Portaria nº 008/2025/PM1/EM, e pela Portaria nº 012/2025/PM1/EM
publicadas, respectivamente, no Diário Oficial nº 6259, de 27 de janeiro
de 2023, no Diário Oficial nº 6597, de 25 de junho de 2024, no Diário
Oficial nº 6.897, de 12 de setembro de 2025, e no Diário Oficial nº 6.964,
de 18 de dezembro de 2025, torna público o Edital de Convocação para
a AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA, de acordo com as normas estabelecidas
no item 13 do Edital de abertura e neste Edital.

1. AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

1.1. Os candidatos convocados estão elencados no Anexo Único deste Edital.

1.2. A avaliação será realizada no dia 18 de janeiro de 2026, às 14h, horário local, no CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO DO TOCANTINS. Endereço: Q. ACSU SE 140, AVENIDA JOAQUIM TEOTONIO SEGURADO, 01 - PLANO DIRETOR SUL - PALMAS/TO - 77024710.

1.3. Os portões serão fechados às 13h45 (horário de Brasília/DF).

1.4. Os candidatos deverão comparecer no local indicado com antecedência de 60 (sessenta) minutos do horário fixado para o início da aplicação, munido de documento oficial original de identidade com foto, caneta esferográfica azul ou preta, fabricada em material transparente, e 2 (dois) lápis apontados preto nº 2.

1.5. Os candidatos convocados para o procedimento de heteroidentificação no mesmo dia e turno farão a etapa de heteroidentificação após a realização da avaliação psicológica.

1.6. A Avaliação Psicológica do concurso terá caráter eliminatório e será realizada na cidade de Palmas/TO.

1.7. A avaliação psicológica, para fins de seleção, é um processo realizado mediante emprego de um conjunto de procedimentos objetivos e científicos, que permite identificar aspectos psicológicos do candidato para fins de prognóstico do desempenho das atividades relativas ao Oficial do Quadro de Oficiais Policiais Militares - QOPM. Tais atividades submetem a forte pressão externa e emocional, porte de arma de fogo, risco de morte, de invalidez, de contágio por doenças, de degeneração do estado de saúde mental, de lesão corporal, de responsabilidade civil, penal e administrativa.

1.8. A Avaliação psicológica consistirá na avaliação objetiva e padronizada de características cognitivas e de personalidade dos candidatos, mediante o emprego de técnicas científicas, autorizadas pelo Conselho Federal de Psicologia - CFP (conforme as Resoluções nº 2/2016, de 21/01/2016, e nº 31/2022, de 15/12/2022). Para tanto, poderão ser utilizados testes, questionários, inventários, anamnese e procedimentos complementares.

1.9. Essa etapa será destinada a avaliar e identificar os traços de personalidade incompatíveis para o exercício da atividade policial militar como Oficial do Quadro de Oficiais Policiais Militares - QOPM, conforme previsto na Lei nº 2.578/2012.

1.10. São considerados traços de personalidade incompatíveis para o exercício da atividade policial militar:

CARACTERÍSTICA	DESCRIÇÃO	DIMENSÃO
Controle Emocional	Habilidade de reconhecer as próprias emoções diante de um estímulo, controlando-as de forma que não interfiram em seu comportamento.	Médio Superior
Impulsividade	Incapacidade de controlar as emoções e tendência a reagir de forma brusca e intensa diante de um estímulo interno ou externo.	Inferior
Agressividade	Manifestação de tendência ao ataque em oposição à fuga de perigos ou enfrentamento de dificuldades.	Médio
Produtividade	Energia vital e capacidade para ação.	Médio Superior
Relacionamento Interpessoal	Capacidade de relacionar-se com outras pessoas, percebendo e reagindo adequadamente às necessidades, sentimentos e comportamentos dos outros.	Médio
Disciplina	Capacidade de seguir um método, uma ordem, uma maneira de ser e de agir.	Médio Superior
Raciocínio Lógico	É a capacidade de identificar fatos isolados, perceber o conteúdo de um conceito em toda a sua extensão, estabelecendo relações entre os dados analisados.	Médio
Atenção Concentrada	É a capacidade de focar a atenção em apenas um estímulo por um período maior de tempo.	Médio Superior
Atenção Difusa	É a capacidade de monitorar vários elementos simultaneamente.	Médio Superior
Memória	É a capacidade de um indivíduo para recuperar uma informação.	Médio Superior

1.10 O resultado obtido no exame psicológico será decorrente da análise conjunta das técnicas e instrumentos psicológicos utilizados. Dessa análise resultará o parecer INDICADO para os candidatos que não apresentarem nenhum traço de personalidade incompatível com o exercício da atividade ou serviço de natureza policial militar como Oficial do QOPM, e CONTRAINDICADO para os que apresentarem fator de contra indicação ou incompatibilidade para o exercício da função policial militar como Oficial do QOPM, nos termos deste Edital.

1.11 O candidato considerado CONTRAINDICADO na Avaliação Psicológica será eliminado do concurso.

1.12 A indicação nos exames psicológicos é requisito indispensável para o ingresso na Corporação.

1.13 Não serão considerados exames realizados em concursos anteriores ou em outras instituições.

1.14 O candidato que deixar de comparecer ou não atender a chamada para a realização da Avaliação Psicológica estará automaticamente eliminado do Concurso.

1.15 A publicação do resultado da avaliação psicológica será feita por meio de relação nominal, constando os candidatos aptos. Os candidatos inaptos deverão consultar seu resultado exclusivamente pelo link de consulta individual, a ser disponibilizado no endereço <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pmt0>.

1.16 A avaliação psicológica realizar-se-á, independente das diversidades físicas ou climáticas, na data estabelecida para a realização da mesma.

1.17 Os casos de alteração psicológica e/ou fisiológica temporários que impossibilitem a realização da avaliação psicológica não serão levados em consideração, não sendo concedido qualquer tratamento privilegiado ao candidato.

1.18 Em hipótese alguma será aplicada a avaliação psicológica fora do espaço físico, da data e do horário determinados no Edital de convocação para esta etapa do certame.

1.19 No dia de realização da avaliação psicológica não será permitida a entrada de candidatos portando armas ou aparelhos eletrônicos.

1.20 É recomendado que o candidato durma bem na noite anterior ao dia de realização da avaliação psicológica, alimente-se adequadamente, não ingira bebidas alcoólicas e nem faça uso de substâncias químicas, a fim de estar em boas condições para a realização da referida etapa.

1.21 Estará automaticamente eliminado o candidato que:

a) não comparecer no dia e horário divulgados no edital de convocação para essa etapa;

b) durante a aplicação da avaliação psicológica for surpreendido em comunicação com outras pessoas, verbalmente, por escrito ou de qualquer outra forma, bem como utilizando-se de livros, anotações, impressos ou similares, máquina calculadora, bip, telefone celular, notebook, relógio, equipamentos eletrônicos, etc;

c) tornar-se descortês com qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da avaliação psicológica, ou perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos;

d) utilizar-se de qualquer meio na tentativa de burlar a avaliação psicológica, ou for responsável por falsa identificação pessoal;

e) fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata;

f) deixar de assinar a lista de presença;

g) sair do recinto em que estiver sendo aplicada a avaliação psicológica, fora das normas contidas no edital de convocação para realização da avaliação psicológica;

h) for considerado inapto/contraindicado para o cargo;

i) for flagrado portando arma.

1.22 Quanto ao resultado preliminar da avaliação psicológica, caberá interposição de recurso, devidamente fundamentado, nos termos do item 18 do Edital de abertura. Será disponibilizado o link para interposição de recurso contra o resultado da Avaliação Psicológica somente após a realização da entrevista devolutiva mencionada no subitem nº 13.21 do Edital de abertura.

1.23 Será facultado ao candidato, e somente a este, conhecer os motivos de sua contraindicação na Avaliação Psicológica por meio de entrevista devolutiva.

1.24 Para o recurso referente ao resultado preliminar da Avaliação Psicológica, serão adotados os seguintes procedimentos:

a) será assegurado ao candidato não recomendado conhecer as razões que determinaram a sua não recomendação na Avaliação Psicológica;

b) será agendada data e horário para entrevista devolutiva de cada candidato considerado não recomendado, em edital a ser publicado para este fim;

c) na entrevista devolutiva para o conhecimento das razões da não recomendação, será facultado ao candidato ser assessorado por psicólogo por ele contratado, e que seja devidamente inscrito em Conselho Regional de Psicologia;

d) em caso de nomeação de psicólogo para representação do candidato, esta deverá ser feita através de procuração para este fim e registrada em cartório;

e) a presença do candidato na entrevista devolutiva é obrigatória, não podendo ser suprida por psicólogo contratado;

f) não será admitida a nomeação, pelo candidato, de psicólogo pertencente aos quadros da PMTO ou que tenham vínculo com a FGV;

g) não será permitida ao candidato, nem ao psicólogo contratado, a gravação da entrevista devolutiva ou a retirada ou reprodução dos materiais dos testes psicológicos utilizados durante a entrevista devolutiva da avaliação psicológica;

h) será entregue ao candidato ou ao psicólogo contratado pelo candidato, cópia de Laudo da Avaliação Psicológica, com os parâmetros alcançados na avaliação dos atributos psicológicos, os quais foram estabelecidos no perfil profissional do Oficial do QOPM. O Laudo da Avaliação Psicológica não será entregue, em hipótese alguma, a terceiros que não um psicólogo devidamente autorizado pelo candidato através de procuração;

i) o psicólogo contratado somente poderá ter acesso à documentação pertinente à avaliação psicológica do candidato na presença de um psicólogo integrante da equipe da FGV;

j) o candidato terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir do dia seguinte da entrevista devolutiva, para interpor recurso contra o resultado da contraindicação na avaliação psicológica;

k) ao candidato CONTRAINDICADO que não participe da entrevista devolutiva, ainda assim, será assegurado o direito de interposição de recurso.

1.25 Para recorrer o candidato deverá usar formulário próprio, encontrado no site eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pmto>, respeitando as respectivas instruções.

1.26 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo. Recurso inconsistente ou intempestivo será liminarmente indeferido.

1.27 O formulário preenchido de forma incorreta, com campos em branco ou faltando informações será automaticamente desconsiderado, não sendo sequer encaminhado à banca revisora.

1.28 O resultado final da Avaliação Psicológica será publicada no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pmto>.

Tocantins, 19 de dezembro de 2025.

Cláudio Thomaz Coêlho de Souza - CEL QOPM
Presidente da Comissão do Concurso CFO/2025

ANEXO ÚNICO - CANDIDATOS CONVOCADOS

Inscrição	Nome
187008042	Adriano Ferreira Modesto
187011065	Afonso Viana Simplicio
187000640	Alex Gomes Ribeiro Junior
187002377	Alex Magalhães Pereira
187000430	Alex Sousa Andrade
187009036	Alexandre Porto Ribeiro
187005456	Alexsander Moraes De Souza
187012369	Amanda Abreu Ausermor Correia
187008532	Amanda Andrade Diniz
187009801	Ana Cláudia Rodrigues Cardoso
187000569	Ana Raquel De Mattos Sabóia Peixoto
187010692	Anderson Dos Santos Braga
187000653	Anderson Lima E Silva
187003785	André Dias
187002893	André Felipe Félix Ulisses Moraes
187001246	Andreima Neves Martins
187001458	Antonio Carlos Rodrigues Barros
187005738	Antonio Marcio Cardoso Sousa
187008389	Arthur Henrique Campos Faria
187006140	Arthur Vinicius Mesquita Da Silva
187002627	Athaydes Vynghren Marques Almeida
187009384	Bárbara Marques Pereira
187000021	Benjamin Da Silva Brandão
187011373	Brennda Dos Santos Dornelles
187004062	Bruno Borges Lima
187006086	Bruno Da Silva Mendes
187009490	Caio Vinicius Davantel
187001229	Camilla Guedes Matos
187006940	Camilla Rodrigues De Oliveira
187014360	Carlos Átila Viana Da Silva Araújo
187000952	Carlos Augusto Alves Jardim
187011021	Carlos Augusto Souza Bezerra Silva
187013201	Cristiano Rodrigues Da Silva
187010899	Cristina Da Silva Sales
187005601	Daniel Da Silva Araújo
187000346	Daniel Lôpo De Amorim
187010449	Danillo Santana Barbosa
187004486	Danilo Santiago Barbosa Silva
187002423	David De Abreu Silva
187010950	Debora De Almeida Franco
187007442	Edilayne Oliveira Barbosa
187007271	Eduardo De Figueiredo
187006425	Elison De Araújo Freitas
187000630	Elizangela Nunes Da Silva
187008965	Elvis Sales Do Nascimento Filho
187010075	Emanuel Alencar Melo Araújo
187011636	Emanuel Elias Silva De Oliveira
187009930	Ercilia Bento Gomes Fontoura
187008204	Eugênio Chantal Da Silva Mota
187006184	Fabiana Thays Santos Silva
187002888	Felipe Cardoso De Toledo
187000215	Felipe Cristiano De Oliveira
187001123	Felipe Rocha Pereira
187007451	Felipe Thiago De Carvalho Soares
187001380	Fernando Oliveira da Silva
187007647	Fernando Teixeira Felipe Júnior
187006127	Filipe Canabrava Rodrigues Rocha Botelho
187009156	Flavio Curcio Da Silva
187000718	Francisca Cavalcante Coutinho
187004881	Frederico Soares Seixas
187002645	Gabriel Arruda Dos Santos
187009847	Gabriel Pereira De Sa
187005413	Gabriel Sousa Assunção
187003299	Gabriel Wanderley Dos Santos
187010028	Gabriela Vieira Rocha
187007038	Gabrielle De Carvalho Queiroz Santos

187002874	George Lucas Cavalcante Ferreira
187001198	Giovanna Emidia Andrade Rodrigues
187005530	Giovanna Lourenço Campos
187008134	Guilherme Lima Reis
187008788	Guilherme Luiz Reis Amorim
187000548	Guilherme Macedo Linhares
187010067	Gustavo Barbosa Luz
187010121	Gustavo Dos Santos Carmo
187002707	Hanair Rodrigues Da Silva Pereira
187012896	Harleiton Alves Da Silva
187003839	Helber Henrique Santos Gomes
187002742	Herbert Mariano Silva Júnior
187013492	Hermades Pereira De Oliveira
187008487	Higor Leite De Macedo
187000482	Higor Santiago Mendes Muniz
187000869	Hugo Augusto Martins Mendonça
187000243	Hugo Magalhaes Nunes
187011081	Humberto Marinho Corrêa
187006868	Igor França Gomes De Freitas
187008671	Ilana Patricia Silva Braga Bessa
187000712	Isadora Santos Vieira
187000086	Italo Nunes Da Silva Mariano
187000664	Jackson De Almeida Romeu
187009686	Jayne De Sousa Silva
187005028	Jean Alex De Freitas Castro
187009295	Jeferson Brito Dos Santos
187010641	Jeferson Casagrande
187008377	Jéssika Larissa Dos Santos Moreira
187009918	Joao Cesar Da Silva Junior
187002064	João Emanuel Roque Borges Da Silva
187008100	João Pedro Barbosa
187004217	João Pedro Farias Da Costa
187000415	Joao Samuel De Franca Ferreira
187008041	Joelson Da Silva Santos
187003386	Jonas Daniel Silva Mendes
187005002	Jonas Jardas Di Barcelos
187000539	José Neto Botelho Milhomem
187005497	José Victor Silva Cardoso
187000249	Josue Bandeira Mota
187000339	Juliana Rodrigues Reis
187006418	Juniel Prudêncio Dos Santos
187011207	Junior Filho Araujo Rodrigues
187009940	Karlley Siqueira Alvares Machado
187010063	Kássia Sinthia Felinto Carmo
187000549	Katielly Silvério Afonso
187009166	Kelvis Douglas Sousa Santos
187000216	Kesley Marques Ewerling
187009362	Kezia Pereira Da Silva
187010561	Leonardo Borges Santana
187003428	Levi Lucas Oliveira Lança
187008158	Linildo Loudivan Andrade De Sousa
187009183	Luan Borges Nascimento
187010995	Luan Pereira Ferreira
187005548	Lucas Barbosa Silva
187003270	Lucas De Souza Lisboa
187006378	Lucas Evangelista Dias Alves
187011514	Lucas Matias De Sousa
187005955	Lucas Pereira Cavalcante
187011102	Lúcio André Miranda Parreão Santana
187004522	Ludmylla Costa E Silva
187004189	Luidson Macedo Nascimento
187012823	Luis Carlos Garcia Lobato
187001627	Luis Eduardo Silva De Sousa
187010142	Marcelo Wanderley Alves
187011380	Marcos Felipe Da Silva Aguiar
187014489	Marcos Mendes Lima
187009574	Marcos Vinicius Dos Santos Veras
187005050	Marcos Vinicius França Almeida
187006152	Marcus Vinicius Dantas Juliati

187000341	Mariana Caetano Da Silva Barbosa
187007425	Matheus José Maia De Souza Martins Lima
187007740	Matheus Lucas Brito Gomes
187004035	Matheus Luiz Da Silva Beltrão
187006536	Matheus Ribeiro Soares
187002495	Mauricio De Araujo Miranda
187009735	Maxwel Rodrigues Mendes
187005146	Maycon Kesley Silva Sousa
187009656	Maymy Turibus De Sousa
187008483	Miguel Franco De Oliveira
187008810	Mila Fialho De Melo
187001490	Milena Amorim Soares
187005742	Moisés De Jesus Oliveira Filho
187008996	Nilton De Oliveira Rodrigues
187000050	Orlando Julio Romano Junior
187007196	Patricia Dos Santos De Oliveira
187003382	Paulo Felipe Marinho Simplicio
187000996	Paulo Guilherme Miranda De Souza
187001369	Paulo Henrique Da Silva Maciel
187009283	Paulo Henrique Pereira Brito
187005329	Paulo Henrique Ramos Da Silva
187003148	Paulo Otavio Ferreira Nascimento
187008858	Paulo Robson Marta Da Silva
187004069	Pedro De Alcantara Bonilha
187011650	Pedro Neto Alves De Jesus
187003435	Pedro Paulo Aranha Neves
187002849	Priscila Sousa Alves
187003765	Rafael Cavalcante Borges
187001322	Rafael Costa Silva
187001206	Rafael Guimarães Vilanova
187014080	Renato José Dos Santos
187000230	Renato Silva Carneiro
187013569	Ricardo Sousa Neres
187010378	Richardson Gabriel Da Silva Lourenço
187005943	Rillon Antonio Carneiro Dias
187006961	Rodrigo Borges De Souza
187013796	Rodrigo Carvalho Brito
187010689	Ronan Elói Ramos Dos Santos
187007610	Roney Carvalho Lima
187014491	Sales André Ribeiro De Aguiar
187011686	Samuel Figueiró Soares
187005238	Samuel Pires Matos
187003905	Samuel Sandoval Cardoso Cunha
187001505	Saulo Araujo Dos Santos Miranda
187000868	Sávio Luiz Dos Santos Praxedes
187012552	Sidney Ramos Neto
187002689	Tathyanne Soares Rodrigues Fonseca
187008188	Tayze Pereira De Souza Almeida
187001877	Thainá Carvalho Abreu Mendes
187000963	Thiago Barbosa Campos
187001022	Thiago Santos Moreira De Paula
187011845	Tiago Rafael De Brito Santos
187012014	Ueverton Lopes Ferreira
187005691	Vico Barbosa Cosson
187001205	Vinicius Cunha De Souza
187010941	Vinicius Dias De Oliveira Coelho
187001823	Vithor Dos Anjos Cabral
187004377	Wallace Xavier Silva
187007813	Wandisley Muniz Leal
187000093	Wendemberg De Lima Dutra
187011984	Wesley Pereira Da Silva
187007765	Wesley Prado Amaral Da Silva
187004163	Weverson Farias Lima
187010300	Wilton Paulo Da Silva
187007578	Wligner Chaves Marinho
187007764	Witor Cunha Evangelista
187005627	Yasser Macedo Danuich
187012381	Yure Santos Costa Lacerda
187012222	Zeca Milhomem Maranhão Da Silva

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS PARA O
CURSO DE FORMAÇÃO DE PRAÇAS (CFP) DA POLÍCIA MILITAR
DO ESTADO DO TOCANTINS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA HETEROIDENTIFICAÇÃO

Cargo do Quadro de Praças Especialistas Músicos - QPE

O Coronel QOPM Marizon Mendes Marques, Presidente da Comissão do Concurso Público, em face de autorização concedida pelo Chefe do Poder Executivo Estadual no Ofício nº 001/2023-PM/1-EMG, de 06 de janeiro de 2023, e designação do Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Tocantins, por meio da pela Portaria nº 001/2023 - PM1-EMG, de 25 de janeiro de 2023, publicada no DOE nº 6265, de 06 de fevereiro de 2023, alterada pela Portaria nº 001/2024 - PM1-EMG, de 20 de fevereiro de 2024, publicada no DOE nº 6515, de 21 de fevereiro de 2024, torna público o Edital de Convocação para a Heteroidentificação, de acordo com as normas estabelecidas nos itens 7 e 8 do Edital de abertura e neste Edital.

1. HETEROIDENTIFICAÇÃO

1.1. Os candidatos convocados estão elencados no Anexo I deste Edital.

1.2. A heteroidentificação será realizada no dia 18 de janeiro de 2026, às 14h, horário local, no CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO DO TOCANTINS. Endereço: Q. ACSU SE 140, AVENIDA JOAQUIM TEOTONIO SEGURADO, 01 - PLANO DIRETOR SUL - PALMAS/TO - 77024710.

1.3. Os portões serão fechados às 13h45 (horário de Brasília/DF).

1.4. O Procedimento de Heteroidentificação consiste em entrevista com a finalidade de verificar a veracidade das informações prestadas pelos candidatos e proferirá parecer definitivo a respeito do enquadramento do candidato como negro, indígena/quilombola. O procedimento será filmado.

1.5. O candidato deverá comparecer ao Procedimento de Heteroidentificação portando, obrigatoriamente, os seguintes documentos, que serão retidos pela Comissão de Heteroidentificação, durante a entrevista:

1.5.1. Para candidatos negros:

- a) Formulário de autodeclaração (Anexo II)
- b) Documento de identidade (original e cópia)
- c) Cópia da certidão de nascimento.

1.5.2. Para candidatos indígenas/quilombolas:

a) Declaração de sua respectiva comunidade sobre sua condição de pertencimento étnico, assinada por, pelo menos, duas lideranças reconhecidas, conforme Anexo III deste Edital.

1.5.3. As cópias serão retidas pela comissão.

1.6 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo com foto).

1.7. O atendimento será realizado por ordem de chegada do candidato na sala de identificação, que será indicada no local de aplicação.

1.8. A não observância do disposto no item 1.5, a não aprovação na entrevista ou o não comparecimento à entrevista acarretarão a perda do direito aos quantitativos reservados aos candidatos autodeclarados negros ou indígenas/quilombolas.

1.9. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do concurso e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à nulidade de sua nomeação e posse no cargo efetivo, após procedimento administrativo no qual lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

1.10. As vagas reservadas a negros ou indígenas/quilombolas que não forem providas por falta de candidatos, por reprovação no concurso ou por não enquadramento no programa de reserva de vagas serão preenchidas pelos demais candidatos habilitados, com estrita observância à ordem geral de classificação.

1.11. A relação de candidatos aprovados no Procedimento de Heteroidentificação será divulgada no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pmoto>.

1.12. O candidato reprovado no Procedimento de Heteroidentificação poderá interpor recurso no prazo de dois dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da divulgação do resultado, mediante requerimento à FGV pelo endereço eletrônico o <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pmoto>.

1.13. A decisão sobre o recurso interposto na forma do subitem 1.12 é terminativa.

Tocantins, 19 de dezembro de 2025.

Marizon Mendes Marques - CEL QOPM
Presidente da Comissão do Concurso CFP/QPPE/2025

ANEXO I - CANDIDATOS CONVOCADOS

Inscrição	Nome
188000069	Athaydes Vynghren Marques Almeida
188000085	David Felipe Corrêa Do Nascimento
188000087	Joelmir Barbosa De Carvalho
188000241	Leandro De Oliveira Abreu
188000559	Leandro Marques De Oliveira
188000139	Wallisson Dos Santos Silva

ANEXO II - FORMULÁRIO DE AUTODECLARAÇÃO CANDIDATO NEGRO

Eu, _____ (nome do candidato), portador do RG nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, declaro que sou preto ou pardo, para o fim específico de atender ao item 7 do Edital de Abertura.

Estou ciente de que, se for detectada a falsidade desta declaração, estarei sujeito às penalidades legais, inclusive de eliminação deste concurso, em qualquer fase, e de anulação de minha nomeação (caso tenha sido nomeado e/ou empossado) após procedimento administrativo regular, em que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

_____ (cidade/UF), _____ (dia) de _____ (mês) de 2025.

ASSINATURA DO CANDIDATO

As informações prestadas são de minha inteira responsabilidade, podendo eu responder legalmente no caso de falsidade das referidas informações, a qualquer momento, o que acarretará a minha eliminação do processo, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE PESSOA INDÍGENA OU QUILOMBOLA

DECLARO, para os devidos fins legais, que _____, RG/CNH nº _____, órgão _____, UF _____, CPF _____, endereço _____, CEP _____, cidade de _____, telefone(s) (____) _____, tem RECONHECIDO(A) o seu pertencimento étnico junto à comunidade _____ () indígena / () quilombola.

Estou ciente de que, se for detectada a falsidade desta declaração, estarei sujeito às penalidades legais, inclusive de eliminação deste concurso, em qualquer fase, e de anulação da minha nomeação (caso tenha sido nomeado e/ou empossado) após procedimento administrativo regular, em que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

_____(cidade/UF), _____(dia) de _____(mês) de 2025.

Assinatura do candidato

Assinatura da liderança de sua comunidade da respectiva etnia

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS PARA O CURSO DE FORMAÇÃO DE PRAÇAS (CFP) DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

Cargo de Quadro de Praças Especialistas Músicos - QPE

O Coronel QOPM Marizon Mendes Marques, Presidente da Comissão do Concurso Público, em face de autorização concedida pelo Chefe do Poder Executivo Estadual no Ofício nº 001/2023-PM/1-EMG, de 06 de janeiro de 2023, e designação do Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Tocantins, por meio da pela Portaria nº 001/2023 - PM1-EMG, de 25 de janeiro de 2023, publicada no DOE nº 6265, de 06 de fevereiro de 2023, alterada pela Portaria nº 001/2024 - PM1-EMG, de 20 de fevereiro de 2024, publicada no DOE nº 6515, de 21 de fevereiro de 2024, torna pública o Edital de Convocação para a Avaliação Psicológica, de acordo com as normas estabelecidas no item 14 do Edital de abertura e neste Edital.

1. AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA
- 1.1. Os candidatos convocados estão elencados no Anexo Único deste Edital.
- 1.2. A avaliação será realizada no dia 18 de janeiro de 2026, às 08h, horário local, no CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO DO TOCANTINS. Endereço: Q. ACSU SE 140, AVENIDA JOAQUIM TEOTONIO SEGURADO, 01 - PLANO DIRETOR SUL - PALMAS/TO - 77024710.
- 1.3. Os portões serão fechados às 07h45 (horário de Brasília/DF).
- 1.4. Os candidatos deverão comparecer no local indicado com antecedência de 60 (sessenta) minutos do horário fixado para o início da aplicação, munido de documento oficial original de identidade com foto, caneta esferográfica azul ou preta, fabricada em material transparente, e 2 (dois) lápis apontados preto nº 2.
- 1.5. A Avaliação Psicológica do concurso terá caráter eliminatório e será realizada na cidade de Palmas/TO.

- 1.6. A avaliação psicológica, para fins de seleção, é um processo realizado mediante emprego de um conjunto de procedimentos objetivos e científicos, que permite identificar aspectos psicológicos do candidato para fins de prognóstico do desempenho das atividades relativas ao Oficial do Quadro de Oficiais Policiais Militares - QOPM. Tais atividades submetem a forte pressão externa e emocional, porte de arma de fogo, risco de morte, de invalidez, de contágio por doenças, de degeneração do estado de saúde mental, de lesão corporal, de responsabilidade civil, penal e administrativa.
- 1.7. A Avaliação psicológica consistirá na avaliação objetiva e padronizada de características cognitivas e de personalidade dos candidatos, mediante o emprego de técnicas científicas, autorizadas pelo Conselho Federal de Psicologia - CFP (conforme as Resoluções nº 2/2016, de 21/01/2016, e nº 31/2022, de 15/12/2022). Para tanto, poderão ser utilizados testes, questionários, inventários, anamnese e procedimentos complementares.
- 1.8. Essa etapa será destinada a avaliar e identificar os traços de personalidade incompatíveis para o exercício da atividade policial militar como Oficial do Quadro de Oficiais Policiais Militares - QOPM, conforme previsto na Lei nº 2.578/2012.
- 1.9. São considerados traços de personalidade incompatíveis para o exercício da atividade policial militar:
- | CARACTERÍSTICA | DESCRIÇÃO | DIMENSÃO |
|-----------------------------|--|----------------|
| Controle Emocional | Habilidade de reconhecer as próprias emoções diante de um estímulo, controlando-as de forma que não interfiram em seu comportamento. | Médio Superior |
| Impulsividade | Incapacidade de controlar as emoções e tendência a reagir de forma brusca e intensa diante de um estímulo interno ou externo. | Inferior |
| Agressividade | Manifestação de tendência ao ataque em oposição à fuga de perigos ou enfrentamento de dificuldades. | Médio |
| Produtividade | Energia vital e capacidade para ação. | Médio Superior |
| Relacionamento Interpessoal | Capacidade de relacionar-se com outras pessoas, percebendo e reagindo adequadamente às necessidades, sentimentos e comportamentos dos outros. | Médio |
| Disciplina | Capacidade de seguir um método, uma ordem, uma maneira de ser e de agir. | Médio Superior |
| Raciocínio Lógico | É a capacidade de identificar fatos isolados, perceber o conteúdo de um conceito em toda a sua extensão, estabelecendo relações entre os dados analisados. | Médio |
| Atenção Concentrada | É a capacidade de focar a atenção em apenas um estímulo por um período maior de tempo. | Médio Superior |
| Atenção Difusa | É a capacidade de monitorar vários elementos simultaneamente. | Médio Superior |
| Memória | É a capacidade de um indivíduo para recuperar uma informação. | Médio Superior |
- 1.10 O resultado obtido no exame psicológico será decorrente da análise conjunta das técnicas e instrumentos psicológicos utilizados. Dessa análise resultará o parecer INDICADO para os candidatos que não apresentarem nenhum traço de personalidade incompatível com o exercício da atividade ou serviço de natureza policial militar como Oficial do QOPM, e CONTRAINDICADO para os que apresentarem fator de contraindicação ou incompatibilidade para o exercício da função policial militar como Oficial do QOPM, nos termos deste Edital.
- 1.11 O candidato considerado CONTRAINDICADO na Avaliação Psicológica será eliminado do concurso.
- 1.12 A indicação nos exames psicológicos é requisito indispensável para o ingresso na Corporação.
- 1.13 Não serão considerados exames realizados em concursos anteriores ou em outras instituições.
- 1.14 O candidato que deixar de comparecer ou não atender a chamada para a realização da Avaliação Psicológica estará automaticamente eliminado do Concurso.
- 1.15 A publicação do resultado da avaliação psicológica será feita por meio de relação nominal, constando os candidatos aptos. Os candidatos inaptos deverão consultar seu resultado exclusivamente pelo link de consulta individual, a ser disponibilizado no endereço <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pmoto>.
- 1.16 A avaliação psicológica realizar-se-á, independente das diversidades físicas ou climáticas, na data estabelecida para a realização da mesma.

1.17 Os casos de alteração psicológica e/ou fisiológica temporários que impossibilitem a realização da avaliação psicológica não serão levados em consideração, não sendo concedido qualquer tratamento privilegiado ao candidato.

1.18 Em hipótese alguma será aplicada a avaliação psicológica fora do espaço físico, da data e do horário determinados no Edital de convocação para esta etapa do certame.

1.19 No dia de realização da avaliação psicológica não será permitida a entrada de candidatos portando armas ou aparelhos eletrônicos.

1.20 É recomendado que o candidato durma bem na noite anterior ao dia de realização da avaliação psicológica, alimente-se adequadamente, não ingira bebidas alcoólicas e nem faça uso de substâncias químicas, a fim de estar em boas condições para a realização da referida etapa.

1.21 Estará automaticamente eliminado o candidato que:

a) não comparecer no dia e horário divulgados no edital de convocação para essa etapa;

b) durante a aplicação da avaliação psicológica for surpreendido em comunicação com outras pessoas, verbalmente, por escrito ou de qualquer outra forma, bem como utilizando-se de livros, anotações, impressos ou similares, máquina calculadora, bip, telefone celular, notebook, relógio, equipamentos eletrônicos, etc;

c) tornar-se descortês com qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da avaliação psicológica, ou perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos;

d) utilizar-se de qualquer meio na tentativa de burlar a avaliação psicológica, ou for responsável por falsa identificação pessoal;

e) fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata;

f) deixar de assinar a lista de presença;

g) sair do recinto em que estiver sendo aplicada a avaliação psicológica, fora das normas contidas no edital de convocação para realização da avaliação psicológica;

h) for considerado inapto/contraindicado para o cargo;

i) for flagrado portando arma.

1.22 Quanto ao resultado preliminar da avaliação psicológica, caberá interposição de recurso, devidamente fundamentado, conforme o item 14.20 do Edital de abertura. Será disponibilizado o link para interposição de recurso contra o resultado da Avaliação Psicológica somente após a realização da entrevista devolutiva mencionada no subitem nº 14.21, do Edital de abertura.

1.23 Será facultado ao candidato, e somente a este, conhecer os motivos de sua contraindicação na Avaliação Psicológica por meio de entrevista devolutiva.

1.24 Para o recurso referente ao resultado preliminar da Avaliação Psicológica, serão adotados os seguintes procedimentos:

a) será assegurado ao candidato não recomendado conhecer as razões que determinaram a sua não recomendação na Avaliação Psicológica;

b) será agendada data e horário para entrevista devolutiva de cada candidato considerado não recomendado, em edital a ser publicado para este fim;

c) na entrevista devolutiva para o conhecimento das razões da não recomendação, será facultado ao candidato ser assessorado por psicólogo por ele contratado, e que seja devidamente inscrito em Conselho Regional de Psicologia;

d) em caso de nomeação de psicólogo para representação do candidato, esta deverá ser feita através de procuração para este fim e registrada em cartório;

e) a presença do candidato na entrevista devolutiva é obrigatória, não podendo ser suprida por psicólogo contratado;

f) não será admitida a nomeação, pelo candidato, de psicólogo pertencente aos quadros da PMTO ou que tenham vínculo com a FGV;

g) não será permitida ao candidato, nem ao psicólogo contratado, a gravação da entrevista devolutiva ou a retirada ou reprodução dos materiais dos testes psicológicos utilizados durante a entrevista devolutiva da avaliação psicológica;

h) será entregue ao candidato ou ao psicólogo contratado pelo candidato, cópia de Laudo da Avaliação Psicológica, com os parâmetros alcançados na avaliação dos atributos psicológicos, os quais foram estabelecidos no perfil profissiográfico do Oficial do QOPM. O Laudo da Avaliação Psicológica não será entregue, em hipótese alguma, a terceiros que não um psicólogo devidamente autorizado pelo candidato através de procuração;

i) o psicólogo contratado somente poderá ter acesso à documentação pertinente à avaliação psicológica do candidato na presença de um psicólogo integrante da equipe da FGV;

j) o candidato terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir do dia seguinte da entrevista devolutiva, para interpor recurso contra o resultado da contraindicação na avaliação psicológica;

k) ao candidato CONTRAINDICADO que não participe da entrevista devolutiva, ainda assim, será assegurado o direito de interposição de recurso.

1.25 Para recorrer o candidato deverá usar formulário próprio, encontrado no sítio eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pmtto>, respeitando as respectivas instruções.

1.26 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo. Recurso inconsistente ou intempestivo será liminarmente indeferido.

1.27 O formulário preenchido de forma incorreta, com campos em branco ou faltando informações será automaticamente desconsiderado, não sendo sequer encaminhado à banca revisora.

1.28 O resultado final da Avaliação Psicológica será publicada no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pmtto>.

Tocantins, 19 de dezembro de 2025.

Marizon Mendes Marques - CEL QOPM
Presidente da Comissão do Concurso CFP/QPPM/2025

ANEXO ÚNICO - CANDIDATOS CONVOCADOS

Inscrição	Nome
188000333	André Eduardo De Oliveira
188000496	Ane Karolayne Lima Silva
188000304	Arley Teixeira Dos Santos
188000069	Athaydes Vynghren Marques Almeida
188000552	Brener Silva Marinho
188000251	Danilo Barbosa Rodrigues
188000085	David Felipe Corrêa Do Nascimento
188000103	Douglas Da Cunha Paura
188000118	Eliseu Andrade De Sousa
188000467	Evleyr Teixeira De Lima
188000214	Gabriel Alexandre De Souza
188000486	Gleiton Silva Rodrigues
188000175	Isabela Rodrigues Monteiro
188000399	Jaderson Cardoso Soares Da Silva

188000226	Joab Da Silva Abreu Júnior
188000087	Joelmir Barbosa De Carvalho
188000339	Josinaldo Valêncio Da Silva
188000364	Kadmiel Bandeira Araújo Pereira
188000299	Kamila Daianna Araújo Ribeiro Tavares
188000241	Leandro De Oliveira Abreu
188000559	Leandro Marques De Oliveira
188000181	Levi Lamin Custódio
188000037	Luiz Fernando Correia Riberio
188000005	Mateus Albuquerque Da Silva
188000553	Mateus De Melo Veloso
188000464	Miguel Borges Viana
188000138	Mikéias Veloso De Sena
188000416	Mizael Coutinho Da Cunha
188000355	Railson Rodrigues De Santana
188000478	Rayra Lopes Dos Santos
188000049	Thiago Venicio Alves Bandeira
188000461	Thyago Cunha Castro
188000576	Vinicius Cardoso Vitor
188000139	Wailsson Dos Santos Silva
188000574	Wallas Alves De Alencar
188000577	Wesley Borges Da Silva Gandolff

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS PARA O
CURSO DE FORMAÇÃO DE PRAÇAS (CFP) DA POLÍCIA MILITAR
DO ESTADO DO TOCANTINS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA HETEROIDENTIFICAÇÃO

Cargo do Quadro de Praças Policial Militar - QPPM

O Coronel QOPM Marizon Mendes Marques, Presidente da Comissão do Concurso Público, em face de autorização concedida pelo Chefe do Poder Executivo Estadual no Ofício nº 001/2023-PM/1-EMG, de 06 de janeiro de 2023, e designação do Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Tocantins, por meio da pela Portaria nº 001/2023 - PM1-EMG, de 25 de janeiro de 2023, publicada no DOE nº 6265, de 06 de fevereiro de 2023, alterada pela Portaria nº 001/2024 - PM1-EMG, de 20 de fevereiro de 2024, publicada no DOE nº 6515, de 21 de fevereiro de 2024, torna público o Edital de Convocação para a Heteroidentificação, de acordo com as normas estabelecidas nos itens 7 e 8 do Edital de abertura e neste Edital.

1. HETEROIDENTIFICAÇÃO

1.1. Os candidatos convocados estão elencados no Anexo I deste Edital.

1.2. A heteroidentificação será realizada no dia 18 de janeiro de 2026, às 14h, horário local, no CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO DO TOCANTINS. Endereço: Q. ACSU SE 140, AVENIDA JOAQUIM TEOTONIO SEGURADO, 01 - PLANO DIRETOR SUL - PALMAS/TO - 77024710.

1.3. Os portões serão fechados às 13h45 (horário de Brasília/DF).

1.4. O Procedimento de Heteroidentificação consiste em entrevista com a finalidade de verificar a veracidade das informações prestadas pelos candidatos e proferirá parecer definitivo a respeito do enquadramento do candidato como negro, indígena/quilombola. O procedimento será filmado.

1.5. O candidato deverá comparecer ao Procedimento de Heteroidentificação portando, obrigatoriamente, os seguintes documentos, que serão retidos pela Comissão de Heteroidentificação, durante a entrevista:

1.5.1. Para candidatos negros:

a) Formulário de autodeclaração (Anexo II)

b) Documento de identidade (original e cópia)

c) Cópia da certidão de nascimento.

1.5.2. Para candidatos indígenas/quilombolas:

a) Declaração de sua respectiva comunidade sobre sua condição de pertencimento étnico, assinada por, pelo menos, duas lideranças reconhecidas, conforme Anexo III deste Edital.

1.5.3. As cópias serão retidas pela comissão.

1.6. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo com foto).

1.7. O atendimento será realizado por ordem de chegada do candidato na sala de identificação, que será indicada no local de aplicação.

1.8. A não observância do disposto no item 1.5, a não aprovação na entrevista ou o não comparecimento à entrevista acarretarão a perda do direito aos quantitativos reservados aos candidatos autodeclarados negros ou indígenas/quilombolas.

1.9. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do concurso e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à nulidade de sua nomeação e posse no cargo efetivo, após procedimento administrativo no qual lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

1.10. As vagas reservadas a negros ou indígenas/quilombolas que não forem providas por falta de candidatos, por reprovação no concurso ou por não enquadramento no programa de reserva de vagas serão preenchidas pelos demais candidatos habilitados, com estrita observância à ordem geral de classificação.

1.11. A relação de candidatos aprovados no Procedimento de Heteroidentificação será divulgada no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pmoto>.

1.12. O candidato reprovado no Procedimento de Heteroidentificação poderá interpor recurso no prazo de dois dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da divulgação do resultado, mediante requerimento à FGV pelo endereço eletrônico o <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pmoto>.

1.13. A decisão sobre o recurso interposto na forma do subitem 1.12 é terminativa.

Tocantins, 19 de dezembro de 2025.

Marizon Mendes Marques - CEL QOPM
Presidente da Comissão do Concurso CFP/QPPM/2025

ANEXO I - CANDIDATOS CONVOCADOS

Inscrição	Nome
238023158	Abimael Dias Matos
238033679	Aderisvaldo Felipe Nunes Ramos
238021495	Adielson Ferreira Campos
238021383	Adriano Alves Pereira
238021876	Adriano Ferreira Modesto
238003239	Aelton Ferreira Vieira
238023262	Aldemir Victor Braga Ferreira Silva
238003729	Alessandro Angelo Dias De Sousa

238038383	Alessandro Fernandes Da Silva
238039600	Alex Pereira Dos Santos
238009507	Alexandro Santos Barbosa
238014717	Alexsander Moraes De Souza
238033913	Alisson Da Silva Camilo
238032778	Alvaro Silva Ferreira
238008234	Alysson De Araújo Reis
238031223	Amanda Cerqueira Ribeiro
238000007	Amanda Martins De Brito
238009915	Ana Paula Oliveira Da Silva
238038815	Anderson De Oliveira Ramos
238026052	Andre Duarte De Oliveira
238007621	Andre Filipe Assis Ferreira
238026814	Angela Gabriele Dos Reis Macário Dourado
238025090	Anna Caroliny Cardoso Da Silva Figueiredo
238003131	Antonio Carlos Ferreira Da Silva
238013042	Antonio Carlos Rodrigues Barros
238017527	Aquilah Melo Monteiro
238017116	Arthur Alves Muniz
238033253	Arthur De Sena Villa Nova
238031427	Ayrton Vinicius Silva Rodrigues
238012432	Beatriz Dos Santos Oliveira
238000012	Benjamim Da Silva Brandão
238004087	Billy Pereira De Sousa
238003524	Bismarck Farias Cipriano
238000583	Bruno Ramos Cardoso
238021599	Bruno Soares Araujo
238016035	Caio Da Costa Lima
238023846	Caio Ferreira Da Silva Marques
238018924	Camilla Rodrigues De Oliveira
238002505	Carlos Eduardo Costa Leao
238020047	Carlos Eduardo Gomes De Souza
238034087	Carlos Eduardo Silva
238010003	Carlos Henrique Santos Nunes
238019047	Carlos Manoel Da Silva Lima Junior
238022848	Cássio André Oliveira Fernandes
238012182	Cauã Belo De Sousa
238014821	Cifrone Macedo Cirqueira Neto
238005611	Daniel Batista Evangelista
238024903	Daniel Coutinho De Sousa
238027128	Daniel De Matos Santos
238000835	Danilo Jorge Rodrigues
238000728	Danylo Cardoso Dos Santos
238013154	Dario Dos Santos Ribeiro
238013622	Davyd Marcelo Neves Correa
238020966	Deyverson Cardoso De Araujo
238028104	Diego De Miranda Da Silva
238037580	Diego Rodrigues Batista
238003952	Diego Soares Da Cruz
238022635	Dies Fernandes Ribeiro
238019384	Eberte Bezerra De Oliveira
238012702	Edilson Feitosa Brito Neto
238038309	Edmilson Ramos Araujo
238025762	Edmundo Rodrigues Ornelas Santos Neto
238031565	Eduardo Alexandre Melo
238005731	Eduardo Ferreira Do Nascimento
238030796	Eduardo Vieira Santiago
238023040	Eliezio Carvalho De Sena

238032558	Elissandro Da Silva Ribeiro
238007393	Elivelton Souza Linhares
238032224	Emanuel Rodrigues Da Silva
238004643	Emanuella Albuquerque Da Cruz
238000196	Emerson Luiz Sousa Cirqueira
238018935	Ercilio Neto Mendes Martins
238003392	Erica Maiza Soares De Santana
238008477	Esdras Da Silva Carvalho
238016945	Euler Davi Ribeiro Amorim
238004734	Ezequiel Gomes E Silva
238004410	Fabricio Almeida De Sousa
238041837	Fabricio Pereira Dos Santos Barbosa
238039287	Fabricio Pereira Gonçalves
238008152	Fabricio Ribeiro Franco
238013728	Felipe De Sousa Aquino
238033361	Felipe Pereira Assuncao
238026734	Felipe Rocha Da Costa
238023582	Felipe Sales Scherr
238002074	Felipe Santos Teixeira
238014072	Fernanda Rodrigues Vieira
238001244	Fernando Moraes Santos
238001346	Filipe De Sousa Miranda
238025205	Filipe Nunes De Abreu
238033599	Flávia Rodrigues De Oliveira
238014340	Francisco Denison Alves Da Silva
238020340	Francisco Gabriel Da Rocha Moura
238014245	Francisco Rodrigo Patrício Lino
238005471	Gabriel Bispo Da Silva
238007086	Gabriel De Souza Leao
238008977	Gabriel Torres Lima
238032320	Gabriell Ribeiro Pereira
238027888	Gabriella Soares Bezerra
238037621	Geelckson Costa Silva
238024329	Generson Pereira Nonato
238029406	Geovana Carolinne Abreu Moraes
238024701	Geovanne Santos Ferreira
238024785	Ghuilbert Ribeiro Da Silva Atahide
238043280	Glauber Sales Ramires
238025686	Gustavo Dourado Ribeiro
238035801	Gustavo Gomes Medrado
238007896	Gustavo Henrique Oliveira Nunes
238003987	Gustavo Reis Silva
238013559	Gustavo Ribeiro Dos Santos
238025717	Heitor Aires Da Silva
238004251	Heitor Alencar Santos
238008640	Hélio Porto Neres
238022549	Hellen Amanda Lima Soares
238012422	Hiago De Oliveira Rocha
238003755	Hiago Gustavo Alves De Matos
238028329	Higor Tomás Gomes Jardim
238027079	Hingrid Cabral Pereira
238031452	Hyago Phyllipe Costa Sá
238025513	Iago Oliveira Machado Farias
238044039	Iara Dos Reis Santos
238035048	Ibson Coelho De Souza
238039258	Igo Jose Da Silva
238024950	Igor Assis Das Neves
238000889	Igor Da Silva Barros

238033164	Isadora Fernanda Barros Santos
238026705	Isael Santos Dos Anjos
238021453	Ismael De Sousa Lima Santos
238017369	Italo Augusto Alves Diniz
238022697	Jacson Pereira Cursino
238002052	James Mendes Ferreira
238005347	Janailson Lima De Oliveira
238030265	Jesmailson Da Silva
238019088	Jessica Karoline Rodrigues Barroso
238021043	Jhenyfer Morais Torres
238032707	Jhonata Patrick Cardoso E Cardoso
238017595	Jhonatas Henrik Ivo Rocha
238022693	Jhonathas Costa Da Silva
238032712	Jhony Alves De Almeida
238012651	Jhuly Kely Dos Santos
238016953	Joanderson Da Rocha Lopes
238035110	João Fábio De Paula Rocha
238012710	João Marcos Nascimento De Carvalho Gomes
238025843	Joao Paulo Lisboa Moreira
238002316	Joao Victor Da Silva Sales
238023113	João Vítor Dos Santos Silveira
238017907	Jônatas Marques De Sousa
238036830	Jonathan Thomaz De Souza Oliveira
238031861	Jorge Sousa Reis
238036610	Jose Da Cruz Lopes Junior
238022202	Júlio César Diniz Castro
238012608	Kacio Elias Lima Dos Reis
238012229	Kaelanny Rodrigues Dos Santos
238000150	Kariny Santos Ribeiro
238026752	Kauã Vítor Da Silva Dos Santos
238029858	Kaylan Pereira Lustosa
238025557	Kezia Pereira Da Silva
238028053	Khristyan Ferreira De Castro
238001824	Klayton Silva Costa
238003305	Klismann Guimaraes Ximenes
238006400	Laiane Lima Cunha
238022494	Lana Mirella Leite Da Silva
238010473	Leandro Alves Clemente
238031834	Leonardo Gomes Dos Santos
238010254	Leonel Marcos Ferreira Das Neves
238028840	Leonilia Dantas Rocha Miranda
238006324	Lilia Ribeiro De Almeida
238023241	Lorena Cumpertino De Paula
238023993	Louislane Araujo Pinto
238006925	Lourismar Gonçalves De Oliveira
238021451	Luan Da Silva Souza
238026891	Luan Neves Dos Santos
238022129	Luan Pereira Da Silva
238030864	Luan Pereira Ferreira
238023860	Luan Rodrigues Ribeiro
238035092	Luan Sousa Da Conceição
238034784	Luana Diniz Rezende Da Silva
238005526	Lucas Brito Lima
238019579	Lucas De Morais Ferreira
238017396	Lucas Evangelista Dias Alves
238026307	Lucas Gabriel Negre Ribeiro
238040350	Lucas Gonçalo Barbosa
238004383	Lucas Guilherme Dias Melo

238001510	Lucas Menezes Martins
238009501	Lucas Temístocles Lopes De Morais E Silva
238033838	Luciano Lima Silva Costa
238023836	Luís Felipe Rodrigues De Araújo Barreira
238021751	Luiz Gustavo Ribeiro Nascimento
238025296	Luiz Henrique Da Mota Luz
238001368	Maicon Rodrigues Nunes
238036274	Maikon Vicente De Lima
238022922	Marcelo Da Conceição Sousa
238002468	Marcelo Pereira Da Silva
238037581	Marckson Costa Silva
238030021	Marco Aurélio Góes De Queirós
238024115	Marco Aurélio Rocha Dos Santos
238026650	Marcos Adriano De Queiroz Campos
238039471	Marcos Daniel Da Silva Romão
238025305	Marcos Davi Ferreira De Araujo
238001040	Marcos Jhones Rodrigues Oliveira
238023149	Marcos Paulo Pereira Santos
238007098	Marcos Vinicio Cardoso Do Carmo
238004880	Marcos Vinicius Gomes Sousa
238006422	Marcos Vinicius Mendes Martins
238025528	Marcos Vinicius Menezes Matos
238014863	Marcos Vinicius Santos Da Cunha
238018751	Mariana Silva De Souza
238004810	Mateus Alves De Souza
238002111	Mateus Silva De Lima
238001004	Matheus Costa Novais
238041576	Matheus Fillipe Coimbra Gomes
238010887	Matheus Fragoso Coelho
238003473	Matheus Guilherme Pimentel Da Silva
238017366	Matheus Lopes Brito
238000030	Matheus Marques Da Silva
238006282	Mauricio De Araujo Miranda
238017249	Mauro Cesar Leite Dos Santos
238001214	Melquisedeque Dos Santos Cunha
238023871	Mila Fialho De Melo
238004803	Milena Amorim Soares
238026925	Miquéias Vieira De Morais Leal
238032435	Mizael Alves Sousa
238027719	Murilo Pereira De Oliveira
238017463	Oseas Luiz Do Nascimento
238005892	Pablo Yuri Carvalho Santana
238008724	Paulo Felipe Marinho Simplicio
238018077	Paulo Felix Do Nascimento
238009202	Paulo Vinicius De Araujo Silva
238002669	Pedro Henrique Do Nascimento Matos
238032472	Pedro Henrique Dos Santos Pereira
238016237	Pedro Lucas Barbosa Da Silva
238002778	Pedro Lucas Jose De Souza
238022692	Peterson Willian Silva Santos
238022721	Raelson Sousa Teles
238001509	Rafael Henriques Correa
238004705	Raimundo Oliveira Miranda
238020508	Ravi Rhemann Pires De Oliveira
238005230	Rayky Jose Rodrigues Da Silva
238033297	Reginaldo Bastos Da Silva Junior
238010138	Regis Anderson Oliveira Lopes
238020054	Renan Victor Ribeiro Nunes

238042278	Renato José Dos Santos
238023754	Renê Luiz Filho
238003036	Rian Nunes Rodrigues
238040397	Ricardo Sousa Neres
238029744	Richardson Alves Mendes
238008912	Rincon Euller Carlos Dos Santos
238018338	Robert Anderson Souza Da Silva
238025948	Roberto Rios Do Nascimento
238006835	Rodrigo Antunes Bastos De Sá
238032038	Rodrigo Pereira Silva
238007519	Rogério Barbosa Ramos
238020786	Rogério Henrique Leite Gomes
238002283	Romário Saraiva Dos Santos
238011718	Rômulo Lavino Cabral Labre Rodrigues
238000423	Roniellington Galvao Lima Santos
238032195	Ruben Eduardo Salazar
238015005	Ryan Augusto Lima Nepomuceno
238031871	Ryan Gabriel Silveira Do Nascimento
238002317	Ryan Lacerda Cavalcante
238000133	Ryan Vinicius Ribeiro Dias
238020737	Samuel Da Silva Aires Pinto
238008751	Samuel De Sousa Da Silva
238027291	Samuel Gonçalves De Moura
238022479	Sávio Vinicius De Souza
238002776	Suzane Lopes Da Fonseca
238002274	Tadson Silva Costa
238005053	Tayuá Arruda Jucá Da Silva
238033185	Thageres Macedo Buna
238000530	Thainara Dos Santos Neves
238000208	Thalles Teles Dias
238027590	Thayslla Alves Gomes
238034217	Thiago De Alencar Feltosa
238025441	Tiago Felipe Dos Santos Souza
238032426	Tiago Macario Da Silva
238022732	Tiago Mendes Fragoso
238016589	Tiago Rafael De Sousa Miranda
238019198	Uriel Dos Santos De Oliveira
238014610	Valdeci Andrade Sousa Junior
238018914	Valter Carvalho De Souza
238032537	Victória Sousa Coelho
238011197	Vinicius Gesteira Mariano
238026907	Vinicius Araújo Farias
238033789	Vinicius Ferreira Soares Novais
238004976	Vinicius Rodrigues Cardoso
238020501	Vitor Felipe Barbosa Carvalho
238016414	Vladimir Pereira Da Silva
238029221	Wagner Junior Alves Araújo
238008993	Waleson Da Silva
238011675	Wallace Xavier Silva
238004379	Wanderson Barbosa Moraes
238038863	Wanderson Da Silva Barbosa
238001212	Wanderson Luan Soares Braga
238006373	Wanderson Luiz Oliveira
238018515	Wanderson Monteiro Sobral
238032392	Wanderson Pinheiro Alves
238000267	Wanderson Santos Da Silva
238023272	Wemerson Henrique Ribeiro De Oliveira
238016329	Werley Santos Silva

238021556	Wescler Puridade Ataíde
238025454	Wesley Silva Costa
238029931	Wetson Terra Lopes De Oliveira
238018051	Weuler Henrique Guedes Dos Santos
238018765	Wilber Thiago Pires Braga
238000932	Willian Gabriel Brito Ribeiro
238003842	Willame Da Silva Moreira
238016422	Willian Noleto Da Silva
238011023	Willyan Thallys De Aguiar Ferreira
238035640	Wilton Lima De Araújo
238036926	Yan Lima Araújo
238043333	Yure Gomes Carneiro
238038778	Yvissom Antonio Gomes Araujo

ANEXO II - FORMULÁRIO DE AUTODECLARAÇÃO CANDIDATO NEGRO

Eu, _____ (nome do candidato), portador do RG nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, declaro que sou preto ou pardo, para o fim específico de atender ao item 7 do Edital de Abertura.

Estou ciente de que, se for detectada a falsidade desta declaração, estarei sujeito às penalidades legais, inclusive de eliminação deste concurso, em qualquer fase, e de anulação de minha nomeação (caso tenha sido nomeado e/ou empossado) após procedimento administrativo regular, em que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

_____ (cidade/UF), _____ (dia) de _____ (mês) de 2025.

ASSINATURA DO CANDIDATO

As informações prestadas são de minha inteira responsabilidade, podendo eu responder legalmente no caso de falsidade das referidas informações, a qualquer momento, o que acarretará a minha eliminação do processo, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE PESSOA INDÍGENA OU QUILOMBOLA

DECLARO, para os devidos fins legais, que _____, RG/CNH nº _____, órgão _____, UF _____, CPF _____, endereço _____, CEP _____, cidade de _____, telefone(s) (____) _____, tem RECONHECIDO(A) o seu pertencimento étnico junto à comunidade _____ () indígena / () quilombola.

Estou ciente de que, se for detectada a falsidade desta declaração, estarei sujeito às penalidades legais, inclusive de eliminação deste concurso, em qualquer fase, e de anulação da minha nomeação (caso tenha sido nomeado e/ou empossado) após procedimento administrativo regular, em que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

_____ (cidade/UF), _____ (dia) de _____ (mês) de 2025.

Assinatura do candidato

Assinatura da liderança de sua comunidade da respectiva etnia

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS PARA O
CURSO DE FORMAÇÃO DE PRAÇAS (CFP) DA POLÍCIA MILITAR
DO ESTADO DO TOCANTINS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

Cargo de Quadro de Praças Policial Militar - QPPM

O Coronel QOPM Marizon Mendes Marques, Presidente da Comissão do Concurso Público, em face de autorização concedida pelo Chefe do Poder Executivo Estadual no Ofício nº 001/2023-PM/1-EMG, de 06 de janeiro de 2023, e designação do Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Tocantins, por meio da pela Portaria nº 001/2023 - PM1-EMG, de 25 de janeiro de 2023, publicada no DOE nº 6265, de 06 de fevereiro de 2023, alterada pela Portaria nº 001/2024 - PM1-EMG, de 20 de fevereiro de 2024, publicada no DOE nº 6515, de 21 de fevereiro de 2024, torna pública o Edital de Convocação para a Avaliação Psicológica, de acordo com as normas estabelecidas no item 14 do Edital de abertura e neste Edital.

1. AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA
- 1.1. Os candidatos convocados estão elencados no Anexo Único deste Edital.
- 1.2. A avaliação será realizada no dia 18 de janeiro de 2026, às 08h, horário local, no CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO DO TOCANTINS. Endereço: Q. ACSU SE 140 AVENIDA JOAQUIM TEOTONIO SEGURADO, 01 - PLANO DIRETOR SUL - PALMAS/TO - 77024710.
- 1.3. Os portões serão fechados às 07h45 (horário de Brasília/DF).
- 1.4. Os candidatos deverão comparecer no local indicado com antecedência de 60 (sessenta) minutos do horário fixado para o início da aplicação, munido de documento oficial original de identidade com foto, caneta esferográfica azul ou preta, fabricada em material transparente, e 2 (dois) lápis apontados preto nº 2.
- 1.5. A Avaliação Psicológica do concurso terá caráter eliminatório e será realizada na cidade de Palmas/TO.
- 1.6. A avaliação psicológica, para fins de seleção, é um processo realizado mediante emprego de um conjunto de procedimentos objetivos e científicos, que permite identificar aspectos psicológicos do candidato para fins de prognóstico do desempenho das atividades relativas ao Oficial do Quadro de Oficiais Policiais Militares - QOPM. Tais atividades submetem a forte pressão externa e emocional, porte de arma de fogo, risco de morte, de invalidez, de contágio por doenças, de degeneração do estado de saúde mental, de lesão corporal, de responsabilidade civil, penal e administrativa.
- 1.7. A Avaliação psicológica consistirá na avaliação objetiva e padronizada de características cognitivas e de personalidade dos candidatos, mediante o emprego de técnicas científicas, autorizadas pelo Conselho Federal de Psicologia - CFP (conforme as Resoluções nº 2/2016, de 21/01/2016, e nº 31/2022, de 15/12/2022). Para tanto, poderão ser utilizados testes, questionários, inventários, anamnese e procedimentos complementares.
- 1.8. Essa etapa será destinada a avaliar e identificar os traços de personalidade incompatíveis para o exercício da atividade policial militar como Oficial do Quadro de Oficiais Policiais Militares - QOPM, conforme previsto na Lei nº 2.578/2012.
- 1.9. São considerados traços de personalidade incompatíveis para o exercício da atividade policial militar:

CARACTERÍSTICA	DESCRIÇÃO	DIMENSÃO
Controle Emocional	Habilidade de reconhecer as próprias emoções diante de um estímulo, controlando-as de forma que não interfiram em seu comportamento.	Médio Superior
Impulsividade	Incapacidade de controlar as emoções e tendência a reagir de forma brusca e intensa diante de um estímulo interno ou externo.	Inferior
Agressividade	Manifestação de tendência ao ataque em oposição à fuga de perigos ou enfrentamento de dificuldades.	Médio
Produtividade	Energia vital e capacidade para ação.	Médio Superior

CARACTERÍSTICA	DESCRIÇÃO	DIMENSÃO
Relacionamento Interpessoal	Capacidade de relacionar-se com outras pessoas, percebendo e reagindo adequadamente às necessidades, sentimentos e comportamentos dos outros.	Médio
Disciplina	Capacidade de seguir um método, uma ordem, uma maneira de ser e de agir.	Médio Superior
Raciocínio Lógico	É a capacidade de identificar fatos isolados, perceber o conteúdo de um conceito em toda a sua extensão, estabelecendo relações entre os dados analisados.	Médio
Atenção Concentrada	É a capacidade de focar a atenção em apenas um estímulo por um período maior de tempo.	Médio Superior
Atenção Difusa	É a capacidade de monitorar vários elementos simultaneamente.	Médio Superior
Memória	É a capacidade de um indivíduo para recuperar uma informação.	Médio Superior

- 1.10 O resultado obtido no exame psicológico será decorrente da análise conjunta das técnicas e instrumentos psicológicos utilizados. Dessa análise resultará o parecer INDICADO para os candidatos que não apresentarem nenhum traço de personalidade incompatível com o exercício da atividade ou serviço de natureza policial militar como Oficial do QOPM, e CONTRAINDICADO para os que apresentarem fator de contra indicação ou incompatibilidade para o exercício da função policial militar como Oficial do QOPM, nos termos deste Edital.
- 1.11 O candidato considerado CONTRAINDICADO na Avaliação Psicológica será eliminado do concurso.
- 1.12 A indicação nos exames psicológicos é requisito indispensável para o ingresso na Corporação.
- 1.13 Não serão considerados exames realizados em concursos anteriores ou em outras instituições.
- 1.14 O candidato que deixar de comparecer ou não atender a chamada para a realização da Avaliação Psicológica estará automaticamente eliminado do Concurso.
- 1.15 A publicação do resultado da avaliação psicológica será feita por meio de relação nominal, constando os candidatos aptos. Os candidatos inaptos deverão consultar seu resultado exclusivamente pelo link de consulta individual, a ser disponibilizado no endereço <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pmt0>.
- 1.16 A avaliação psicológica realizar-se-á, independente das diversidades físicas ou climáticas, na data estabelecida para a realização da mesma.
- 1.17 Os casos de alteração psicológica e/ou fisiológica temporários que impossibilitem a realização da avaliação psicológica não serão levados em consideração, não sendo concedido qualquer tratamento privilegiado ao candidato.
- 1.18 Em hipótese alguma será aplicada a avaliação psicológica fora do espaço físico, da data e do horário determinados no Edital de convocação para esta etapa do certame.
- 1.19 No dia de realização da avaliação psicológica não será permitida a entrada de candidatos portando armas ou aparelhos eletrônicos.
- 1.20 É recomendado que o candidato durma bem na noite anterior ao dia de realização da avaliação psicológica, alimente-se adequadamente, não ingira bebidas alcoólicas e nem faça uso de substâncias químicas, a fim de estar em boas condições para a realização da referida etapa.
- 1.21 Estará automaticamente eliminado o candidato que:

- a) não comparecer no dia e horário divulgados no edital de convocação para essa etapa;
- b) durante a aplicação da avaliação psicológica for surpreendido em comunicação com outras pessoas, verbalmente, por escrito ou de qualquer outra forma, bem como utilizando-se de livros, anotações, impressos ou similares, máquina calculadora, bip, telefone celular, notebook, relógio, equipamentos eletrônicos, etc;
- c) tornar-se descortês com qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da avaliação psicológica, ou perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos;

d) utilizar-se de qualquer meio na tentativa de burlar a avaliação psicológica, ou for responsável por falsa identificação pessoal;

e) fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata;

f) deixar de assinar a lista de presença;

g) sair do recinto em que estiver sendo aplicada a avaliação psicológica, fora das normas contidas no edital de convocação para realização da avaliação psicológica;

h) for considerado inapto/contraindicado para o cargo;

i) for flagrado portando arma.

1.22 Quanto ao resultado preliminar da avaliação psicológica, caberá interposição de recurso, devidamente fundamentado, conforme o item 13.20 do Edital de abertura. Será disponibilizado o link para interposição de recurso contra o resultado da Avaliação Psicológica somente após a realização da entrevista devolutiva mencionada no subitem nº 13.21, do Edital de abertura.

1.23 Será facultado ao candidato, e somente a este, conhecer os motivos de sua contraindicação na Avaliação Psicológica por meio de entrevista devolutiva.

1.24 Para o recurso referente ao resultado preliminar da Avaliação Psicológica, serão adotados os seguintes procedimentos:

a) será assegurado ao candidato não recomendado conhecer as razões que determinaram a sua não recomendação na Avaliação Psicológica;

b) será agendada data e horário para entrevista devolutiva de cada candidato considerado não recomendado, em edital a ser publicado para este fim;

c) na entrevista devolutiva para o conhecimento das razões da não recomendação, será facultado ao candidato ser assessorado por psicólogo por ele contratado, e que seja devidamente inscrito em Conselho Regional de Psicologia;

d) em caso de nomeação de psicólogo para representação do candidato, esta deverá ser feita através de procuração para este fim e registrada em cartório;

e) a presença do candidato na entrevista devolutiva é obrigatória, não podendo ser suprida por psicólogo contratado;

f) não será admitida a nomeação, pelo candidato, de psicólogo pertencente aos quadros da PMTO ou que tenham vínculo com a FGV;

g) não será permitida ao candidato, nem ao psicólogo contratado, a gravação da entrevista devolutiva ou a retirada ou reprodução dos materiais dos testes psicológicos utilizados durante a entrevista devolutiva da avaliação psicológica;

h) será entregue ao candidato ou ao psicólogo contratado pelo candidato, cópia de Laudo da Avaliação Psicológica, com os parâmetros alcançados na avaliação dos atributos psicológicos, os quais foram estabelecidos no perfil profissiográfico do Oficial do QOPM. O Laudo da Avaliação Psicológica não será entregue, em hipótese alguma, a terceiros que não um psicólogo devidamente autorizado pelo candidato através de procuração;

i) o psicólogo contratado somente poderá ter acesso à documentação pertinente à avaliação psicológica do candidato na presença de um psicólogo integrante da equipe da FGV;

j) o candidato terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir do dia seguinte da entrevista devolutiva, para interpor recurso contra o resultado da contraindicação na avaliação psicológica;

k) ao candidato CONTRAINDICADO que não participe da entrevista devolutiva, ainda assim, será assegurado o direito de interposição de recurso.

1.25 Para recorrer o candidato deverá usar formulário próprio, encontrado no sítio eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pmtoc>, respeitando as respectivas instruções.

1.26 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo. Recurso inconsistente ou intempestivo será liminarmente indeferido.

1.27 O formulário preenchido de forma incorreta, com campos em branco ou faltando informações será automaticamente desconsiderado, não sendo sequer encaminhado à banca revisora.

1.28 O resultado final da Avaliação Psicológica será publicada no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pmtoc>.

Tocantins, 19 de dezembro de 2025.

Marizon Mendes Marques - CEL QOPM
Presidente da Comissão do Concurso CFP/QPPM/2025

ANEXO ÚNICO - CANDIDATOS CONVOCADOS

Inscrição	Nome
238003261	Abel Batista Ribeiro
238023158	Abimael Dias Matos
238034338	Abraao Dias Dos Santos
238033679	Aderisvaldo Felipe Nunes Ramos
238021495	Adielson Ferreira Campos
238021383	Adriano Alves Pereira
238021876	Adriano Ferreira Modesto
238000607	Adriel Bandeira Silva Sousa
238002898	Adrielly De Araújo
238019897	Adryan Silva Borges
238033974	Ady Dos Santos Monteiro Júnior
238003239	Aelton Ferreira Vieira
238016621	Alison De Jesus Ferreira
238015398	Alan Da Silva Oliveira
238020610	Alan Flaubert Viana
238029888	Alan Rodrigues Pereira Dos Santos
238024984	Alan Silva Ribeiro
238014209	Alberto Dos Santos Lima Sobrinho
238020152	Alberto Freitas Lima
238023262	Aldemir Victor Braga Ferreira Silva
238025280	Aldo Santos De Moraes
238018909	Alejandro Aquino Dos Santos
238003729	Alessandro Angelo Dias De Sousa
238026856	Alessandro Costa Do Nascimento
238038383	Alessandro Fernandes Da Silva
238010860	Alex Alas De Oliveira
238025274	Alex Breno Oliveira Fideles
238043975	Alex Nascimento Sá
238039600	Alex Pereira Dos Santos
238036800	Alex Sampaio Silva
238001064	Alex Sousa Andrade
238038417	Alexandre Betim Do Nascimento
238029728	Alexandre Coelho Rodrigues
238024423	Alexandre De Souza Mello
238013737	Alexandre Ferreira Dos Santos
238000407	Alexandre Silva Rocha
238009507	Alexandro Santos Barbosa
238014717	Alexsander Moraes De Souza
238032005	Alife Felipe De Faria
238033913	Alisson Da Silva Camilo
238012916	Alisson Oliveira Leite
238031454	Allyne Martins Dos Santos
238005882	Álvaro Araújo Medeiros
238000040	Álvaro Rodrigues Peixoto
238032778	Alvaro Silva Ferreira
238028722	Alvy Cauã Monteiro Oliveira

238008234	Alysson De Araújo Reis
238011682	Amanda Campos Beserra
238031223	Amanda Cerqueira Ribeiro
238033947	Amanda Da Silva Rodrigues
238031337	Amanda Lopes De Paula
238000007	Amanda Martins De Brito
238001462	Amanda Soares Messias
238005195	Amauri Macedo Mororo
238036795	Ana Carolina Da Silva Rocha
238025759	Ana Caroline Barbosa Da Silva
238007628	Ana Clara Andrade Pereira
238024771	Ana Flávia Sousa Valadares
238019566	Ana Leticia Da Silva Sousa
238009915	Ana Paula Oliveira Da Silva
238020666	Ana Paula Pereira Lucas
238012340	Anderson Da Silva Bezerra
238038815	Anderson De Oliveira Ramos
238029837	Anderson Dos Santos Braga
238031855	Andre Alisson dos Santos da Silva
238029109	André Costa Fernandes
238026052	Andre Duarte De Oliveira
238029165	Andre Felipe De Araujo Silva
238007621	Andre Filipe Assis Ferreira
238002295	Andre Luis Brito Pinho
238012779	Andre Luis Menezes Costa
238008371	André Michel Petri Galina
238003740	Andrehazzo Oliveira Ferreira Filho
238026814	Angela Gabriele Dos Reis Macário Dourado
238025628	Anilton De Sousa Pereira
238025090	Anna Caroliny Cardoso Da Silva Figueiredo
238022183	Anna Clara Gonçalves Da Trindade Sousa
238003830	Anthony Nicolas Monteiro Santos
238040741	Antonio Alan Pinheiro Barbosa
238024058	Antônio Alves De Paula Neto
238040538	Antonio Alves De Souza Junior
238011577	Antonio Assunção Reis Neto
238003131	Antonio Carlos Ferreira Da Silva
238006393	Antonio Carlos Pereira Silva
238013042	Antonio Carlos Rodrigues Barros
238028176	Antonio Guilherme Franco Gomes
238023933	Antonio José Da Silva Alves
238025013	Antonio Pereira Da Silva Junior
238006503	Antonio Victor Miranda Carvalho Dias
238017527	Aquilah Melo Monteiro
238024042	Arlen Amorim Moraes
238017072	Arnaldo Rafael De Melo Junior
238024709	Arnaldo Anntunes Gentil Maia
238017116	Arthur Alves Muniz
238033253	Arthur De Sena Villa Nova
238012516	Arthur Gomes Dos Santos
238023024	Arthur Sávio Sales De Souza
238042154	Artur Gabriel De Medeiros Pimentel
238028500	Athaelson Henrique Matos Dias
238025055	Athirson Henrique Silva Alves
238015271	Augusto Carvalho Ferrão
238009594	Augusto Ferreira Neto
238026355	Avela Borges Magalhães
238016982	Aylla Fonseca Milhomem
238032013	Ayrton Vinicius Aguiar Gomes
238031427	Ayrton Vinicius Silva Rodrigues
238012432	Beatriz Dos Santos Oliveira
238010570	Beatriz Maria Juwer Da Costa
238004979	Belquior Silva Costa
238000012	Benjamin Da Silva Brandão
238029448	Bernardo De Sousa Oliveira Neto
238004087	Billy Pereira De Sousa

238003524	Bismarck Farias Cipriano
238032190	Brennda Dos Santos Dornelles
238002029	Breno Gomes Bezerra
238043555	Breno Matheus Mineiro Alves
238015893	Bruna Aires Ramalho
238000310	Bruna Monise Rodrigues Neres
238021288	Bruno Alexandre Alves Dos Santos
238000171	Bruno Cesar Costa Gonçalves
238016132	Bruno Cezar Marinho
238033388	Bruno Da Silva Fonseca
238016574	Bruno Da Silva Mendes
238003035	Bruno Da Silva Oliveira
238000760	Bruno De Sousa Da Silva
238002314	Bruno Fragoso Silva
238030925	Bruno Lucas Velaski Lima Gonçalves
238028323	Bruno Martins Piaulino
238000583	Bruno Ramos Cardoso
238021033	Bruno Rodrigues Da Silva
238021599	Bruno Soares Araujo
238029799	Bruno Valério Pereira Da Silva
238040599	Caike Bruno Neres Noia
238021493	Caimmy Sousa De Sá Rocha
238016035	Caio Da Costa Lima
238022955	Caio Eduardo Ferreira Figueiredo
238006704	Caio Fernando Da Silva Mariano
238023846	Caio Ferreira Da Silva Marques
238017151	Caio Rodrigues Carvalho
238016958	Caio Tavares Graminho
238030271	Caio Vinicius Davantel
238022090	Calebe Carneiro Da Silva Amorim
238027357	Camila Dos Santos Carvalho
238002971	Camila Guedes Matos
238018924	Camilla Rodrigues De Oliveira
238002861	Carleisson Lopes Silva
238001286	Carlos Alberto Carvalho Vieira Junior
238016928	Carlos Alberto Dos Santos Silva
238009160	Carlos Augusto Pereira Dos Santos
238001480	Carlos Augusto Valadares Aguiar
238031920	Carlos Brenno Da Silva Castro
238034769	Carlos Bruno Da Silva Castro
238000220	Carlos Daniel De Freitas Garcia
238014220	Carlos Daniel De Sousa Matos
238008742	Carlos Daniel Morais Da Silva
238021460	Carlos Daniel Mota Cremones
238025467	Carlos Daniel Silva Sousa
238027301	Carlos Dluca Rocha Marques
238034974	Carlos Eduardo Carvalho Silva
238002505	Carlos Eduardo Costa Leao
238029819	Carlos Eduardo De Souza Freitas
238020047	Carlos Eduardo Gomes De Souza
238001877	Carlos Eduardo Machado Santos
238022996	Carlos Eduardo Oliveira De Souza
238016765	Carlos Eduardo Pereira Da Costa
238000159	Carlos Eduardo Rodrigues Neves
238034087	Carlos Eduardo Silva
238015944	Carlos Henrique Da Silva Lima
238020147	Carlos Henrique De Sousa Matos
238027971	Carlos Henrique Pereira Silva
238010003	Carlos Henrique Santos Nunes
238020494	Carlos Henrique Sousa Nascimento
238024893	Carlos Magno Carvalho Dos Santos
238019047	Carlos Manoel Da Silva Lima Junior
238002015	Carlos Manuel De Almeida Vitor
238034559	Carlos Vinicius De Moura Novais
238015063	Carolina Bragança D Abreu
238005915	Caroline Matos Faria

238022848	Cássio André Oliveira Fernandes
238012182	Cauã Belo De Sousa
238007855	César Rodrigues Costa
238037304	Christiane Miranda Bezerra
238018732	Cicero Gustavo De Souza Ribeiro
238024010	Cicero Vieira Mendes Junior
238014821	Cífrone Macedo Cirqueira Neto
238001416	Claudia Fittipaldi Giacomini
238028800	Cleison De Sousa Candido
238023206	Cleiton Da Silva Teixeira
238029050	Clemer Amaral Lima
238016887	Clesio Gonçalves Martins
238009848	Clifton Mota Ribeiro
238002760	Cristiano Fernandes De Oliveira
238011777	Daldiane Moreira De Sena Amado
238030476	Daniel Alves Lustosa
238037219	Daniel Arruda Carvalho
238005611	Daniel Batista Evangelista
238020885	Daniel Cardeal Milhomens
238030571	Daniel Corino Alves De Oliveira
238024903	Daniel Coutinho De Sousa
238015092	Daniel David Saldanha Rodrigues
238027128	Daniel De Matos Santos
238038795	Daniel De Oliveira Alcântara
238039244	Daniel Dos Santos Vieira
238015802	Daniel Fernandes Rego
238011271	Daniel Lôpo De Amorim
238025802	Daniel Moreira Silva
238017839	Daniel Moura Rodrigues Dos Santos
238018085	Daniel Neres Da Costa
238036100	Daniel Nunes Cabral Junior
238006165	Daniel Rocha Ferreira
238018925	Daniel Rosal Silva
238000835	Danilo Jorge Rodrigues
238024826	Danyel Xavier Fernandes
238025682	Danyelle Santos De Araujo
238000728	Danylo Cardoso Dos Santos
238013154	Dario Dos Santos Ribeiro
238006543	Davi Arantes Alencastro Veiga
238017356	Davi Oliveira Lima
238001464	David Augusto Parreira Rosa
238024485	David Vieira Santos Silva
238023651	David Willian Monteiro Paiva
238013622	Davyd Marcelo Neves Correa
238032581	Débora Alves Resplande
238030300	Deilha Rodrigues
238003017	Denilson Silva De Sousa
238002172	Denise Melo De Morais Farias
238005048	Denyelson Maia Da Costa Santos
238024430	Derick Sampaio Soares
238020966	Deyverson Cardoso De Araújo
238026787	Dhemison Rodrigues Costa
238033148	Dheymes De Carvalho Ferreira
238032422	Dhyogo Vieira De Moura
238001744	Diego Alves Cardoso Monteiro
238028561	Diego Barbacena Costa
238028104	Diego De Miranda Da Silva
238001293	Diego De Sousa Nascimento
238005439	Diego Ferreira Almeida
238000207	Diego Gonçalves De Brito
238017836	Diego Murilo Silva Dos Santos
238037580	Diego Rodrigues Batista
238003952	Diego Soares Da Cruz
238022635	Dies Fernandes Ribeiro
238032011	Dilson De Jesus Garces Junior
238001094	Dinelson Costa Santos

238026306	Diovany Junio Pereira Dos Santos
238014525	Domingos Dias Barbosa
238015181	Dorivan Rabelo Tavares Junior
238009087	Douglas Alexandre Silva Coelho
238034618	Douglas Enrique Oliveira Santos
238027205	Douglas Fernandes Moreira
238000680	Duillio Balby Pereira Araújo
238019384	Eberte Bezerra De Oliveira
238020265	Edilayne Oliveira Barbosa
238026983	Edilson Carlos De Oliveira Junior
238012702	Edilson Feitosa Brito Neto
238038309	Edmilson Ramos Araujo
238025762	Edmundo Rodrigues Ornelas Santos Neto
238003446	Edu Oliveira Da Silva
238020635	Eduardo Agustin Amaral Manchola Cifuentes
238031565	Eduardo Alexandre Melo
238028428	Eduardo Andrade De Oliveira
238008295	Eduardo Da Silva Silva
238002972	Eduardo Ferreira Da Silva
238005731	Eduardo Ferreira Do Nascimento
238035311	Eduardo Kauan Viana Silva
238020260	Eduardo Machado De Souza Rosa
238041433	Eduardo Ribeiro Dos Santos Andrade
238030064	Eduardo Rodrigues Carvalho
238001901	Eduardo Rogério Soares Bonfim
238003975	Eduardo Sebastian De Oliveira Freitas
238030796	Eduardo Vieira Santiago
238018670	Edvaldo Tavares Porto
238027921	Eliakim Dias Barbosa
238031915	Elianio Alves Duarte
238028366	Elias Mateus Alves Pereira
238040676	Élida Mourão De Jesus
238023040	Eliezio Carvalho De Sena
238032558	Elisandro Da Silva Ribeiro
238007393	Elivelton Souza Linhares
238011417	Elizandra Oliveira Pires
238001238	Elizeu Alves De Oliveira Santos
238026315	Elizeu Gomes Barbosa
238006606	Ellom Moura De Sousa
238019727	Elton Ferreira De Carvalho
238032224	Emanuel Rodrigues Da Silva
238004643	Emanuella Albuquerque Da Cruz
238000693	Emanuella Safia Fidel Glória
238016328	Emerson Coelho De Souza
238000196	Emerson Luiz Sousa Cirqueira
238018048	Emily Emanuely Dos Santos Aires Manduca
238026556	Enzo Goiano Martins Lima
238019558	Eraldo Franco Leão
238018935	Ercilio Neto Mendes Martins
238003392	Erica Maiza Soares De Santana
238027725	Ernesto Carlos Pereira Wenceslau
238008477	Esdras Da Silva Carvalho
238004745	Ettyele Rodrigues Zandoná
238038435	Euclimar Divino Silva Junior
238016945	Euler Davi Ribeiro Amorim
238023231	Evandro Carlos Barros Pinto
238006520	Evandro Sousa Guimarães
238018327	Evelyn Da Silva Correia
238015347	Evelyn Karoline Rodrigues Howes
238004734	Ezequiel Gomes E Silva
238000956	Ezequiel Gonçalves Do Carmo
238028444	Fabiana Thays Santos Silva
238021020	Fábio Fernandes Santos
238004410	Fabricao Almeida De Sousa
238027482	Fabricao Correia Lacerda
238026223	Fabricao Costa Nascimento

238024236	Fabricao Dias Da Silva De Macedo
238041837	Fabricao Pereira Dos Santos Barbosa
238039287	Fabricao Pereira Gonçalves
238008152	Fabricao Ribeiro Franco
238007368	Felipe Cardoso De Toledo
238032787	Felipe De Cirqeira Gil
238004204	Felipe De Oliveira Pereira
238013728	Felipe De Sousa Aquino
238026897	Felipe Delfino Lima
238022511	Felipe Freire Macêdo
238036429	Felipe Gabriel Gomes De Oliveira
238022879	Felipe Gabriel Sousa Barbosa
238028803	Felipe Gonçalves Gomes
238010540	Felipe Gustavo Da Silva Santos
238028569	Felipe Kerlon Silva Barbosa
238033361	Felipe Pereira Assuncao
238020809	Felipe Pires Chamone
238021840	Felipe Ribeiro Silva Neto
238026734	Felipe Rocha Da Costa
238005914	Felipe Rodrigues Freitas
238023582	Felipe Sales Scherr
238002074	Felipe Santos Teixeira
238020292	Felix Oliveira Descardeci
238014072	Fernanda Rodrigues Vieira
238003904	Fernando Augusto Pinheiro De Brito
238006289	Fernando Batista Sena
238017481	Fernando Henrique Da Rocha Miyamoto
238001244	Fernando Moraes Santos
238018722	Fernando Nunes Silva
238003430	Fernando Oliveira da Silva
238001346	Filipe De Sousa Miranda
238032401	Filipe Ferreira Barbosa
238025205	Filipe Nunes De Abreu
238025257	Filipe Ribeiro De Oliveira
238001357	Filipi Santos Castilho
238001683	Flávia Matias De Sousa
238033599	Flávia Rodrigues De Oliveira
238005761	Francisca Cavalcante Coutinho
238002479	Francisco Bruno De Araujo
238014340	Francisco Denison Alves Da Silva
238020340	Francisco Gabriel Da Rocha Moura
238000721	Francisco Hugo Bezerra Dantas
238001044	Francisco Pereira Da Silva Junior
238035704	Francisco Roberth Reis Romao
238014245	Francisco Rodrigo Patricio Lino
238011909	Gabriel Almeida Da Silva
238026357	Gabriel Augusto Barbosa De Lima
238005471	Gabriel Bispo Da Silva
238004740	Gabriel Borges
238026759	Gabriel Borges Neves
238006524	Gabriel Cavalcante Da Silva
238014175	Gabriel Coelho Costa Thomaz Soares
238038589	Gabriel Costa Martins De Queiroz
238010114	Gabriel De Oliveira Campos
238007086	Gabriel De Souza Leao
238002761	Gabriel De Souza Pereira
238014686	Gabriel Henrique Cunha Ferreira
238033219	Gabriel Luiz Paulino
238014744	Gabriel Patricio Mota Lima Barreto
238027004	Gabriel Pereira De Sa
238022648	Gabriel Pereira Souza
238040896	Gabriel Peres Moura De Souza
238014190	Gabriel Rodrigues Costa
238029936	Gabriel Santos Rodrigues
238006521	Gabriel Silva De Miranda
238008977	Gabriel Torres Lima

238027848	Gabriel Vieira Martins
238035106	Gabriel Vitor Gomes Santos
238008491	Gabriel Wanderley Dos Santos
238026089	Gabriela Alves Do Vale
238019039	Gabriela Bandeira Silva Sousa
238007382	Gabriela Coelho Sousa Silva
238007784	Gabriela Gonçalves Pereira Monteiro
238000377	Gabriela Miihomem Dos Santos
238006572	Gabriela Rezende Póvoa Parente
238025364	Gabriela Stefany Rezende Lemos
238027655	Gabriela Vieira Rocha
238032320	Gabriel Ribeiro Pereira
238027888	Gabriella Soares Bezerra
238020624	Gabryela Ribeiro Lopes
238004196	Gean Carlos Ferreira Carvalho Mendes
238019224	Gedeon Samuel Rodrigues Aguiar
238028093	Gediton Patricio De Souza Júnior
238037621	Geelckson Costa Silva
238023154	Geison Fernandes Da Silva
238036547	Geizlago Pereira Da Silva Santos
238024329	Generson Pereira Nonato
238000850	Geovan Pereira Santiago Júnior
238029406	Geovana Caroline Abreu Moraes
238016477	Geovane De Sousa Lemos
238001627	Geovanne Barreto De Souza
238024701	Geovanne Santos Ferreira
238027471	Germano Baptista Macedo Neto
238019340	Géssica Glenda Fernandes Vieira
238024785	Ghuilbert Ribeiro Da Silva Atahide
238026538	Gian Ramos De Araujo
238004924	Giano Souza Da Costa
238039914	Gileade Havila Dos Santos De Jesus
238005865	Gilgard Aires Lima
238029224	Giovane Rodrigues Parlandim
238002880	Giovanna Emidia Andrade Rodrigues
238025590	Giovanna Lourenço Campos
238020386	Giovanna Maria Da Silva Sousa
238004056	Gislaine Ferreira Folha
238024751	Gladson Gladstone Santos Silva
238043280	Glauber Sales Ramires
238008277	Glaudston Da Silva
238027610	Gledston Garcia Canuto
238000231	Guilherme Alves Miihomem
238001051	Guilherme Assis Gomes Da Silva
238033391	Guilherme Barreto E Melo
238028138	Guilherme Cunha Guimarães Purcina
238024051	Guilherme De Alencar Ribeiro Miranda
238001469	Guilherme De Andrade Rocha
238005246	Guilherme Dias Lopes
238026939	Guilherme Diniz Moreira
238019302	Guilherme Dos Santos Rodrigues
238000462	Guilherme Mendes Santana Sampaio
238024929	Guilherme Moreira Rodrigues
238030444	Guilherme Mota Dos Santos
238031547	Guilherme Pereira Lima
238021535	Guilherme Pereira Moreira
238006448	Guilherme Ribeiro Lima
238023949	Gustavo Adam
238023513	Gustavo Alves Dos Santos Faria
238025631	Gustavo Barros De Carvalho
238033906	Gustavo Batista Lopes
238013954	Gustavo Da Cunha Silva
238000381	Gustavo Da Silva Paz
238025686	Gustavo Dourado Ribeiro
238035801	Gustavo Gomes Medrado
238006335	Gustavo Guedes Dias

238007896	Gustavo Henrique Oliveira Nunes
238035202	Gustavo Henrique Santos Moreira
238003987	Gustavo Reis Silva
238013559	Gustavo Ribeiro Dos Santos
238004660	Gustavo Rocha Santos
238019991	Gustavo Santos Alves
238018636	Gustavo Silva Santos
238020027	Gustavo Weber
238000940	Halessandra Alves Sampaio
238032907	Haniel Miranda De Castro
238027567	Haylanna Kéllen Ferreira Da Silva Barros
238025717	Heitor Aires Da Silva
238004251	Heitor Alencar Santos
238008640	Hélio Porto Neres
238022549	Hellen Amanda Lima Soares
238026404	Henri Michell Pinho Cunha
238016565	Henrique Augusto Costa Lima
238006464	Henrique Campos Da Silva
238034873	Henrique Coelho Silva
238028322	Henry Guilherme Sena Fagundes
238005470	Herbert William Machado Dias
238020420	Herbet Coutinho De Souza
238016192	Herkitto Ferreira De Sousa
238003676	Herlan Silva
238043137	Herykson Lyoon Felix De Sousa
238028280	Heverton Soares Silva
238001331	Hiago Carlos Marques Pires
238012422	Hiago De Oliveira Rocha
238003755	Hiago Gustavo Alves De Matos
238034022	Higor Leite De Macedo
238028329	Higor Tomás Gomes Jardim
238027079	Hingrid Cabral Pereira
238022411	Hisla Gabriela Carvalho De Oliveira Marinho
238019616	Hithallo Fernandez De Oliveira
238025365	Hotton Souza Rios
238003493	Hudson Cardoso Lisboa Vieira
238003003	Hudson Conceição Dos Santos
238004766	Hudson Gustavo Barbosa Pereira
238016496	Hugo Augusto Martins Mendonça
238008309	Hugo Lopes Espindola
238022836	Humberto Celeste Zanata
238031452	Hyago Phyllipe Costa Sá
238004326	Iago Henrique Nogueira
238023606	Iago Lopes Da Silva
238025513	Iago Oliveira Machado Farias
238031139	Ian Almeida Cândido Veras Parrião
238024998	Iann Kélliton Cloche Brasil
238044039	Iara Dos Reis Santos
238025314	Iarleide Amorim Dourado
238035048	Ibson Coelho De Souza
238031438	Icaro Ryan Alves
238039258	Igo Jose Da Silva
238024950	Igor Assis Das Neves
238034725	Igor Borges De Freitas
238000889	Igor Da Silva Barros
238027637	Igor Dourado Silva Dos Prazeres
238028401	Igor Fernandes Sales
238025497	Igor Vinícius De Moraes Bueno
238000054	Ileno Dyégo Barbosa Alves Dos Santos
238004690	Inacio Aguiar Ferreira
238025712	Ingrid Nayade Lima Ribeiro
238013341	Isaac Angelim Lima
238008297	Isaac Bruno Costa Santos
238020651	Isac Alves Maia
238022545	Isac Ribeiro Luz
238033164	Isadora Fernanda Barros Santos

238026705	Isael Santos Dos Anjos
238029426	Isaías Junio De Sousa Moura Barros
238000309	Isly Vitoria Silva Santana
238021453	Ismael De Sousa Lima Santos
238016263	Ismael Souza Soares
238017369	Italo Augusto Alves Diniz
238020667	Italo Lucas De Brito
238020657	Izabella Almeida Oliveira
238035357	Izabella Faria De Mesquita
238007031	Izaías Da Silva Ramos
238026586	Jackson Gregorio De Sousa
238015139	Jackson Magalhães Léo De Souza
238004802	Jackuely Ferreira Vieira
238022697	Jacson Pereira Cursino
238021992	Jaderson Virginio Ferreira
238023390	Jadson Evangelista Da Silva
238018359	Jaine Da Silva Barros
238002984	Jairo Monteiro Ribeiro
238002052	James Mendes Ferreira
238005347	Janailson Lima De Oliveira
238005991	Jarbas Gabriel Oliveira Coelho
238028487	Jarbas Granjeira Coelho
238008514	Jeferson Augusto Fernandes Santos
238040063	Jeferson Da Silva Santos
238007811	Jeferson Leite De Oliveira
238011708	Jefferson Marques Soares
238000697	Jellanny Cruz Lira
238030265	Jesmailson Da Silva
238005978	Jessé Da Silva Reis
238008394	Jesse Pereira De Sá
238019088	Jessica Karoline Rodrigues Barroso
238002676	Jéssica Pereira De Moraes
238021043	Jhenyfer Moraes Torres
238032707	Jhonata Patrick Cardoso E Cardoso
238017595	Jhonatas Henrik Ivo Rocha
238009301	Jhonatas Viana Alencar
238009959	Jhonathan Dos Reis Rodrigues
238034585	Jhonathas Costa Aguiar
238022693	Jhonathas Costa Da Silva
238010178	Jhone Dawan Alves Machado
238032712	Jhony Alves De Almeida
238026228	Jhordan Oliveira Brito
238012651	Jhuly Kely Dos Santos
238023690	Joan De Oliveira Dos Santos Junior
238016953	Joanderson Da Rocha Lopes
238020458	João Antônio Barros Ferreira
238003183	João Antonio Magalhães Moreira Gomes
238021767	João Antônio Rios Quintino De Oliveira
238003229	João Clécio Almeida De Santana
238035110	João Fábio De Paula Rocha
238028845	Joao Filho Sousa Neres Oliveira
238011910	João Gabriel Rizerio Franco Coelho
238021761	João Guilherme De Oliveira Sena
238003285	João Henrique Neres Sampaio
238002429	João Igor Santos Dias
238012710	João Marcos Nascimento De Carvalho Gomes
238025843	Joao Paulo Lisboa Moreira
238000707	Joao Paulo Negroao Sarmanho
238023717	João Pedro Alves Vitalino
238015077	João Pedro Da Silva Feitosa
238008904	João Pedro Gomes Oliveira
238002310	João Pedro Gonçalves Borges Castanheira
238007985	João Pedro Lourival Marques Durães
238017721	João Pedro Pires Feitosa
238002497	Joao Pedro Roriz Vaz Quintanilha
238017669	João Pedro Santos Costa

238028120	João Pedro Vila Nova Aguiar
238028010	Joao Ranufo Vieira Costa Querido
238001121	Joao Samuel De Franca Ferreira
238001643	João Victor Corrêa Castro
238002316	Joao Victor Da Silva Sales
238018405	João Victor De Oliveira Ribeiro
238023878	João Victor Dias Silva
238004905	João Victor Moraes Silva
238006599	João Victor Moura Barbosa Cardoso
238008622	João Victor Oliveira Garcia
238042143	João Victor Santos Almeida
238024111	João Vinicius Camelo Pinheiro
238025105	Joao Vitor Barros Crispim
238031641	João Vitor Da Silva Bastos
238023113	João Vitor Dos Santos Silveira
238032824	João Vitor Oliveira Lima
238009409	Joao Vitor Sanches Barbosa
238001746	João Vitor Varão De Aguiar
238000305	Jocyelma Ferreira Feitosa Da Silva
238006092	Jodacy Neres Barbosa Filho
238007205	Joelson Martins Alves
238032377	Joelson Pereira Alves
238002487	Jonas Barcellos Santos
238002727	Jonatas Henrique De Souza Lima
238017907	Jônatas Marques De Sousa
238028265	Jonathan Kinton Cardoso De Oliveira
238023547	Jonathan Policarpo Lopes
238036830	Jonathan Thomas De Souza Oliveira
238004526	Jônathas Kauã Sousa Dos Santos
238023777	Jordana Aires Da Silva
238012553	Jordana Alves Jardim
238036959	Jordy Liborio Soares Da Silva
238004948	Jorge Antonio De Souza
238012589	Jorge Rodrigues De Miranda
238031861	Jorge Sousa Reis
238023219	Jose Belo Silva Do Nascimento
238001289	Jose Carlos Ferreira Dos Santos
238036610	Jose Da Cruz Lopes Junior
238041226	Jose Ferraz De Faria Neto
238039934	José Guilherme Almeida De Sousa
238000667	José Guilherme Leite De Jesus
238000132	José Jeovanni Siqueira Ribeiro E Barros
238025976	José Neto Botelho Milhomem
238008377	Jose Rafael Da Silva Junior
238011298	Jose Ricardo De Oliveira Pires
238015187	Jose Tiago Vieira Gomes
238018283	José Vinicius Mendes Saraiva
238004700	Josias Pereira Da Costa
238026687	Josivaldo Da Silva Aires Junior
238004389	Josivan Moreira Dos Reis
238000581	Júlia Magalhães Pontes
238002424	Juliana Rodrigues Reis
238010004	Juliany Halliny Pires De Abreu
238000813	Júlio Alves Glória Neto
238004386	Júlio César Costa De Moraes
238022508	Júlio César De Aguiar Cruz Júnior
238030293	Júlio César De Moraes Martins
238022202	Júlio César Diniz Castro
238042107	Júlio César França De Mendonça
238028824	Julio Cesar Pinheiro Amorim
238029449	Junior Alves Da Silva
238012608	Kacio Elias Lima Dos Reis
238012229	Kaelanny Rodrigues Dos Santos
238002463	Kaio Cesar Branquinho
238016026	Kaleb Sales De Oliveira
238023991	Kalebe Fernandes Ribeiro

238004211	Kálcés Estéfano Pereira Dantas
238015198	Kalel Enzo Neves Araújo
238000032	Kamila Fernandes De Oliveira
238038670	Kamilla Bueno Borges
238027882	Kamilla Rodrigues Belém
238002946	Karen Elissandra Reis Dos Santos
238000150	Kariny Santos Ribeiro
238002684	Kassio Rodrigues Ferreira
238008000	Kathariny Matos Faria
238005746	Katielly Silvério Afonso
238043030	Katrine Neves De Souza
238027895	Kauã Alves Soares
238026752	Kauã Vitor Da Silva Dos Santos
238021267	Kauan Ferreira Coimbra
238035095	Kauan Lourran Almeida Luz
238002965	Kauanny Silva Siqueira
238008534	Kayk Ribeiro Gomes Da Silva
238016343	Kayke Araújo Borges
238025438	Kayke Dos Santos Moraes
238001794	Kayky Da Cruz Costa
238029858	Kaylan Pereira Lustosa
238023656	Kaynan Felipe Almeida Figueiras Barbosa
238023082	Kayo Eduardo Cavalcante Ramos
238028775	Kelly Danielle Da Silva Batista Tavares
238022785	Kelson Farias Lima
238009201	Kelvin Sousa De Queiroga
238022419	Kennedy De Freitas Nunes
238006702	Kennedy Wanderson Dantas Silva
238025557	Kezia Pereira Da Silva
238028053	Khristyan Ferreira De Castro
238001824	Klayton Silva Costa
238002083	Klayvert Lopes Carvalho
238033548	Klebson Da Silva Sena
238002369	Klebson De Sousa Benedito
238019628	Kleyber Dias De Souza
238003305	Klismann Guimaraes Ximenes
238006400	Laiane Lima Cunha
238021158	Lairton Allan Marques Maia
238004047	Lais Soares Monteiro
238006138	Laisa Ferreira De Souza
238022494	Lana Mirella Leite Da Silva
238027555	Larissa Alves Dos Santos
238027551	Larissa Bandeira De Castro
238025229	Larisse Rodrigues Campos
238000683	Layonan Batista Cavalcante
238010473	Leandro Alves Clemente
238022303	Leandro Marcos Da Silva Sousa
238033781	Leandro Pereira Gomes
238006670	Leidiane Alves Oliveira
238004101	Leivison Monteiro Do Nascimento
238033010	Lemuel Cardoso Araujo
238029415	Leonardo Borges Santana
238023110	Leonardo Costa E Silva
238031834	Leonardo Gomes Dos Santos
238025351	Leonardo Júnio Pereira Silva
238033317	Leonardo Matias Da Silva Junior
238001102	Leonardo Oliveira Cardoso
238027499	Leonardo Régio Oliveira
238026562	Leonardo Sousa De Almeida
238010254	Leonel Marcos Ferreira Das Neves
238028840	Leonilia Dantas Rocha Miranda
238003248	Leticia Alves De Brito
238003404	Leticia Gabriela Lacerda Da Silva
238006324	Lilia Ribeiro De Almeida
238031544	Lincoln Abraão Mota Ramalho De Sousa
238023241	Lorena Cumpertino De Paula

238023993	Louislane Araujo Pinto
238006925	Lourismar Gonçalves De Oliveira
238001907	Loyanne Caroline Peixoto Da Silva
238021451	Luan Da Silva Souza
238001486	Luan De Assis Rodrigues Paz
238026269	Luan Gomes Pinheiro Alves
238026891	Luan Neves Dos Santos
238022129	Luan Pereira Da Silva
238030864	Luan Pereira Ferreira
238023860	Luan Rodrigues Ribeiro
238035092	Luan Sousa Da Conceição
238030498	Luan Victor Pinto De Araújo
238011479	Luan Wesley Santana De Jesus
238034784	Luana Diniz Rezende Da Silva
238004904	Luana Nascimento Freire
238023391	Luana Rodrigues Veloso
238033938	Lucas Aires Costa Gomes
238005526	Lucas Brito Lima
238028536	Lucas Da Silva Lima
238000521	Lucas De Albuquerque Lima
238019579	Lucas De Moraes Ferreira
238003049	Lucas De Sousa Brito
238039166	Lucas De Sousa Santos
238003651	Lucas Dos Santos Magalhaes
238042085	Lucas Dutra Dias
238026218	Lucas Eduardo Nunes Dos Santos
238017396	Lucas Evangelista Dias Alves
238024292	Lucas Ferreira De Oliveira
238023385	Lucas Gabriel Campos Da Silva
238026307	Lucas Gabriel Negre Ribeiro
238040350	Lucas Gonçalves Barbosa
238041640	Lucas Grangeiro Lopes
238025185	Lucas Guida Benício
238004383	Lucas Guilherme Dias Melo
238017873	Lucas Julião De Oliveira
238024451	Lucas Lima De Sousa
238002799	Lucas Lobo Dos Santos
238006911	Lucas Marques Resende
238033650	Lucas Martins Da Cruz
238040044	Lucas Martins França
238005893	Lucas Martins Sousa
238013614	Lucas Mendonça De Lima Sousa Cavalcanti
238001510	Lucas Menezes Martins
238023707	Lucas Miranda De Sá
238006539	Lucas Moura De Sousa Cirqueira
238024637	Lucas Oliveira Silva
238031791	Lucas Onishi
238027686	Lucas Pereira Leal Da Silva
238022429	Lucas Rocha Gonçalves
238007929	Lucas Silva Carneiro
238035509	Lucas Sousa Bispo
238031677	Lucas Sousa Soares
238000279	Lucas Tavares Fonseca
238009501	Lucas Temístocles Lopes De Moraes E Silva
238033802	Lucas Vieira Damascena
238004525	Lucas Vieira Lima
238036417	Lucas Vieira Queiroz
238006851	Luciana Silva Rocha
238033838	Luciano Lima Silva Costa
238028217	Ludymila De Sousa Macedo Araújo
238026928	Luenio Filipe Da Silva Carvalho
238002003	Luis Antonio Sobrinho De Sousa
238029774	Luis Felipe De Queiroz Castro
238023546	Luis Felipe De Souza Dos Santos
238023836	Luis Felipe Rodrigues De Araújo Barreira
238027548	Luis Fernando Batista Carneiro Araujo

238029177	Luis Fernando Silva Oliveira
238023193	Luis Gustavo Pereira Marques
238037787	Luis Henrique Coelho Da Silva
238020722	Luiz Claudio Valentim Da Silva
238025356	Luiz Filipe Duarte Sousa
238014194	Luiz Gustavo Andrade Siqueira
238021751	Luiz Gustavo Ribeiro Nascimento
238025296	Luiz Henrique Da Mota Luz
238007993	Luiz Leôncio Aguiar Viana Neto
238029042	Luiz Miguel França
238016909	Luiz Roberto Dias Andrade
238039806	Luiz Santos Lima Junior
238023841	Luiza Eduarda Oliveira Silva
238021046	Lukas Antônio Rodrigues De Sena
238024422	Luthero Pinheiro Martins Filho
238016337	Madson Klaivert Sampaio Oliveira
238001368	Maicon Rodrigues Nunes
238027214	Maíke Ferreira Dias
238036274	Maikon Vicente De Lima
238019691	Maikon Vinicio Fernandes Ribeiro
238015308	Mallon Moreira Santos
238007539	Manasseis Da Silva Alves
238025516	Manoel Alves Gramoza Vilarinho
238014569	Marcel Moreira Coelho
238028638	Marcelo Augusto Carvalho Da Silva
238009909	Marcelo Augusto Correia Silva
238011464	Marcelo Borges Carneiro
238021543	Marcelo Castro Oliveira
238022922	Marcelo Da Conceição Sousa
238002499	Marcelo Filho Gomes Nunes
238001612	Marcelo Henrique Do Vale Lima
238025573	Marcelo Leite Dos Santos
238017165	Marcelo Lima Domingues
238002468	Marcelo Pereira Da Silva
238004725	Marciano Dantas Neto
238031308	Marciel Alves Moreira
238037581	Marckson Costa Silva
238030021	Marco Aurélio Góes De Queirós
238024115	Marco Aurélio Rocha Dos Santos
238001852	Marco Vinicius Rodrigues Da Silva
238032146	Marcos Abilio Inacio Dos Santos
238026650	Marcos Adriano De Queiroz Campos
238016925	Marcos Antonio De Souza
238039471	Marcos Daniel Da Silva Romão
238025305	Marcos Davi Ferreira De Araújo
238011277	Marcos Eduardo Alves Da Silva
238001040	Marcos Jhones Rodrigues Oliveira
238027668	Marcos Paulo Chaves Costa
238024484	Marcos Paulo De Oliveira
238023149	Marcos Paulo Pereira Santos
238016790	Marcos Pereira Rolim
238035297	Marcos Rodrigues Araujo
238015750	Marcos Venicius Dos Santos Aguiar
238007098	Marcos Vinicio Cardoso Do Carmo
238004880	Marcos Vinicius Gomes Sousa
238006422	Marcos Vinicius Mendes Martins
238025528	Marcos Vinicius Meneses Matos
238014863	Marcos Vinicius Santos Da Cunha
238028759	Marcos Vinicius Santos Da Silva
238029857	Marcos Vinicius Silva Gomes
238025832	Marcos Vinicius Soares Da Cunha
238010207	Marcus Vinicius Lustosa Carvalho
238006527	Marcus Vinicyus Ribeiro De Oliveira
238043392	Maria Bethania Teodoro Rodrigues
238009371	Maria De Fatima Ferreira Da Silva
238035536	Maria Eduarda Alves De Souza

238000841	Maria Eduarda Barros De Oliveira
238009347	Maria Eduarda Lopes Costa
238014449	Maria Fernanda Borges Almeida
238023961	Maria Luiza Martins Rodrigues Dos Santos
238010170	Maria Myllena Rodrigues De Farias
238016068	Mariana Jaci Azevedo De Oliveira Santos
238018751	Mariana Silva De Souza
238025597	Mário Gentil De Oliveira Caetano
238009107	Marjory Maciel Barbosa
238027913	Martha Adrielle Oliveira Gomes Da Silva
238004810	Mateus Alves De Souza
238001703	Mateus Henrique Sousa Reis
238028585	Mateus Matias Carneiro De Andrade
238002111	Mateus Silva De Lima
238021400	Mateus Vital Ayres
238025405	Matheus Gama Costa E Coelho
238033827	Matheus Alves Aguiar
238040805	Matheus Antonio Dantas Pereira
238033633	Matheus Bilio Alves
238017679	Matheus Boaventura Malaquias Reis
238022740	Matheus Campelo Almeida
238006581	Matheus Carlos Pereira
238025120	Matheus Carvalho Lima
238030716	Matheus Conceição Da Costa Lima
238001004	Matheus Costa Novais
238025646	Matheus De Oliveira Reis
238020295	Matheus De Sousa Aguiar
238005697	Matheus Ferreira Carvalho
238041576	Matheus Fillipe Coimbra Gomes
238010887	Matheus Fragoso Coelho
238018043	Matheus Gonçalves Batista Orrico
238003473	Matheus Guilherme Pimentel Da Silva
238017366	Matheus Lopes Brito
238028019	Matheus Machado Magalhaes Campos
238000030	Matheus Marques Da Silva
238036631	Matheus Matos Martins
238024338	Matheus Nunes Dos Santos
238001138	Matilde Brandão Ribeiro
238006282	Maurício De Araujo Miranda
238017249	Mauro Cesar Leite Dos Santos
238016636	Maycon Brendo Rodrigues Moura
238027457	Maycon Silva Paulo
238020981	Mayda Josiane Silveira Bezerra
238017659	Meirielly Gonçalves Coelho
238001214	Melquisedeque Dos Santos Cunha
238023372	Mércia Contijo Gonçalves Costa
238005780	Michael Kane Dos Santos Junior
238007159	Michel De Abreu Lima
238002371	Michely Rhayane Morais Vidal
238005128	Miguel Arcanjo Santos Brandão Borges
238019688	Miguel Kayro Alves De Azevedo
238004405	Mika Sallo Arruda Viana
238023871	Mila Fialho De Melo
238004803	Milena Amorim Soares
238026925	Miqueias Vieira De Morais Leal
238036613	Mirian Jesus De Oliveira
238021024	Misia Samara Beatriz Da Costa Araújo
238032435	Mizael Alves Sousa
238031305	Mizael Rocha Xavier
238003757	Moisés Silva Sousa
238009661	Murilo Camargo Da Silva
238027719	Murilo Pereira De Oliveira
238034170	Murilo Ubiratan Alves De Almeida
238022428	Muryellen Neres Silva
238024571	Myllena Alves Ribeiro
238031849	Nadiele De Souza Fernandes

238024582	Natalia Kessia Silva Braga
238008426	Natanael Cunha De Freitas
238032753	Natasha Ferreira Delmondes
238029004	Nathalia Luiza Evangelista Neto
238012154	Nathália Pereira Placido
238009408	Nathan Murilo Silverio Da Silva
238034820	Nayra Caroline Monteiro Saraiva
238027749	Nicolas Cavalheiro Damasceno
238001279	Nielly Santos Da Fonseca
238000107	Niraldo Inácio Dos Santos Júnior
238015098	Nixon Da Silva Freitas
238017812	Nonato Lemes Maciel
238030850	Norberth Nascimento Gonçalves
238014565	Norton Moreira Da Rocha Filho
238035057	Odailton Dos Reis Ramos Junior
238011991	Orisvaldo Lopes Miranda Júnior
238031160	Osailton Júnior Morais Costa
238017463	Oseas Luiz Do Nascimento
238019313	Osvaldo Luiz Barboza Ferreira
238023945	Ovidio Fernandes Correia Mady
238020366	Pablo Gutery Carvalho Ribeiro
238021746	Pablo Henrique Amorim Lima
238005892	Pablo Yuri Carvalho Santana
238033506	Patrick Bessa Elvidio Leite
238032644	Patrick Cardoso Dos Santos
238010551	Patrick De Oliveira
238000402	Paulo César Souza Carvalho
238043010	Paulo Daniel Gomes Batista Da Silva
238011714	Paulo Eduardo Nepomuceno
238008724	Paulo Felipe Marinho Simplicio
238018077	Paulo Felix Do Nascimento
238002027	Paulo Henrique Dos Reis Santos
238024748	Paulo Henrique Martins Sales
238022659	Paulo Henrique Ramos Caetano
238021344	Paulo Henrique Ribeiro Lima
238004051	Paulo Henrique Santos Da Silva
238003283	Paulo Iran Pereira De Souza
238016312	Paulo Marques Gomes Júnior
238000428	Paulo Moura Nascimento
238033402	Paulo Natanael De Sá Carvalho Dantas
238017918	Paulo Ricardo De Jesus Alves
238000025	Paulo Ricardo Lopes Nascimento
238032524	Paulo Ricardo Valério Viana
238009202	Paulo Vinicius De Araújo Silva
238016449	Pedro Almeida De Oliveira
238026593	Pedro Arthur Gonçalves Sousa
238030876	Pedro Eduardo De Sousa Silva
238003613	Pedro Henrique Alves Dos Santos
238036338	Pedro Henrique Camara Oliveira
238023743	Pedro Henrique Cardoso Evangelista
238002669	Pedro Henrique Do Nascimento Matos
238032472	Pedro Henrique Dos Santos Pereira
238035522	Pedro Henrique Ferreira Lemes
238021036	Pedro Henrique Guedes Rodrigues De Sousa E Silva
238001985	Pedro Henrique Lourenço Dias
238026424	Pedro Henrique Neres De Oliveira
238038823	Pedro Henrique Rodrigues Salgado
238000269	Pedro Henrique Sousa Da Silva
238011517	Pedro Luan Lima Feitosa
238016237	Pedro Lucas Barbosa Da Silva
238004982	Pedro Lucas Ferreira Araújo
238002778	Pedro Lucas Jose De Souza
238000416	Pedro Lucas Queiroz Mota
238012024	Pedro Lucas Siriano Da Silva Zanella
238022868	Pedro Oliveira Dinalo
238020100	Pedro Victor Peres De Farias

238033665	Pedro Victor Sombra Da Costa
238022692	Peterson Willian Silva Santos
238014557	Phablo Murilo De Sousa Santana
238034921	Plátgoras Pacheco Santos Lima
238007163	Priscila Sousa Alves
238022721	Raelson Sousa Teles
238035937	Rafael Alves Da Silva Filho
238031276	Rafael Araujo De Moraes
238009925	Rafael Cavalcante Borges
238010125	Rafael Dos Santos Soares
238000043	Rafael Eudes Abreu Costa
238017163	Rafael Frazão Dos Santos
238001509	Rafael Henriques Correa
238019511	Rafael Viana Costa Da Silva
238022910	Rafael Wellington Neiva Do Nascimento
238023912	Rafaela Da Silva Chaves
238015894	Rafaela Santos Araujo Silva
238001242	Rafhael Costa Lindoso
238009796	Rafhaell Tarcyo Cruz De Oliveira
238000523	Raimundo Gabriel Barreto Cesarino Miranda
238004705	Raimundo Oliveira Miranda
238023395	Raimundo Werley Guimaraes Da Silva
238008772	Raíre Machado Da Silva
238000360	Raíza Regina Moura Ramos
238028017	Rallyson Fernandes Amaro
238033525	Ramisa Gomes Rodrigues
238009427	Ramon Teixeira Mota
238027988	Ranny Deangeles Marques Braga De Souza Sande
238020508	Ravi Rhermann Pires De Oliveira
238029953	Rayana Costa Da Silva
238005230	Rayky Jose Rodrigues Da Silva
238026537	Rayro Batista Cavalcante
238000690	Rayssa Victória Silva De Sousa
238031493	Regilson Costa Silva
238033297	Reginaldo Bastos Da Silva Junior
238010138	Regis Anderson Oliveira Lopes
238004254	Rejânio Pereira De Souza Júnior
238036343	Renan Santos Rodrigues
238020054	Renan Victor Ribeiro Nunes
238037410	Renato Bispo Cardoso
238042278	Renato José Dos Santos
238031488	Renato Rodrigues Soares
238000545	Renato Silva Carneiro
238023754	Renê Luiz Filho
238007718	Reneuan Santos De Brito
238026220	Reydsom Camilo Rocha
238002191	Rhailfem Thayam Ribeiro Dos Santos
238014212	Rhavila Bucar Diniz Lopes
238033027	Rhyan Keven Magalhães Benigno
238009321	Rian Campos Da Silva
238003036	Rian Nunes Rodrigues
238031204	Ricardo De Oliveira Maia
238007237	Ricardo Santos Luciano Terra Nova
238002099	Ricardo Sebalhos Waltrick
238040397	Ricardo Sousa Neres
238029744	Richardson Alves Mendes
238008912	Rincon Euler Carlos Dos Santos
238030808	Rivan Eduardo Muniz Nogueira
238032782	Robério Pereira Da Silva
238018338	Robert Anderson Souza Da Silva
238022810	Robert Gouveia Melo
238005833	Roberto Pereira De Araujo
238025948	Roberto Rios Do Nascimento
238006050	Rodrigo Abreu Silva
238006835	Rodrigo Antunes Bastos De Sá
238027671	Rodrigo Da Silva Sousa
238019223	Rodrigo Dos Santos Brandao
238022696	Rodrigo Everton Pires Rocha
238013157	Rodrigo Jorge Coelho
238006747	Rodrigo Jose De Souza Alves
238032919	Rodrigo Pereira Lima
238032038	Rodrigo Pereira Silva
238012309	Rodrigo Sousa Da Silva Dos Santos
238023970	Roger Mendonça Moura

238028543	Roger Nascimento Melo
238007519	Rogério Barbosa Ramos
238004827	Rogério Cardoso Brito
238004010	Rogério Da Silva Ribeiro
238020786	Rogério Henrique Leite Gomes
238028197	Romário Miranda Ferreira
238002283	Romário Saraiva Dos Santos
238011718	Rômulo Lavino Cabral Labre Rodrigues
238027190	Rômulo Augusto Nunes Da Silva
238031215	Rômulo Barbosa Ferreira
238027721	Ronald Macedo Pinheiro
238000423	Roniellington Galvao Lima Santos
238005591	Ronnan Costa Lino
238037044	Rosane Pereira Dos Santos Gomes
238023046	Rosangela Macedo Alves Rodrigues
238017586	Ruan Oliveira Milhomem Da Silva
238032195	Ruben Eduardo Salazar
238024506	Rubens Paulo Dias Torres
238011393	Rubervan Dos Santos Araujo
238019844	Ruither Gonçalves Ferreira
238015005	Ryan Augusto Lima Nepomuceno
238020303	Ryan Barroso De Souza
238026732	Ryan Carlos De Oliveira Frazão
238031871	Ryan Gabriel Silveira Do Nascimento
238002317	Ryan Lacerda Cavalcante
238000133	Ryan Vinicius Ribeiro Dias
238023965	Salomão Marques Pinheiro
238029081	Samara Orrico Almeida
238020737	Samuel Da Silva Aires Pinto
238015921	Samuel De Sousa Almeida
238008751	Samuel De Sousa Da Silva
238027291	Samuel Gonçalves De Moura
238006442	Samuel Mariano Santos Silva
238028610	Samuel Moreira Jacinto
238028084	Samuel Pereira Gonçalves
238001837	Samuel Santos Correia
238017806	Samuel Valadares De Souza
238018606	Samyr Brito Bucar Porto
238015134	Sara Chauana Ramos Da Silva
238018581	Sarah Elizabeth Flausino Vieira Borges
238000131	Saulo Vyctor Souza Lima Silva
238017282	Saulo Marinho Aleixo
238021183	Sávio Arceno De Miranda
238018221	Sávio Selino Sousa Machado
238022479	Sávio Vinicius De Souza
238024606	Sávio Vinicius Dias Coutinho
238014570	Saymon Gabriel Pereira Fernandes Da Silva
238025520	Sérgio Antonio De Oliveira Júnior
238022466	Sérgio Filipe Ferreira Cavalcante Fernandes
238041238	Shellyny Oliveira Silva
238000198	Steffane Correia De Oliveira
238000024	Suéder Filgueira Couto
238032012	Suzane Caroline Da Silva Carvalho
238002776	Suzane Lopes Da Fonseca
238002274	Tadson Silva Costa
238025912	Tarlen De Matos Moreira
238006724	Tathyanne Soares Rodrigues Fonseca
238000847	Tátia Nascimento Rocha
238005053	Tayuã Arruda Jucá Da Silva
238010107	Teodoro Rodrigues Borges Neto
238033185	Thageres Macedo Buna
238021608	Thaiane Alencar Araújo De Sá
238000530	Thainara Dos Santos Neves
238012099	Thais Barros Gonçalves
238009112	Thais Carvalho De Sá
238010795	Thais Resplande Martins
238025473	Thalison Carlos Portilho Da Silva
238017392	Thalles Gonçalves Bezerra
238000208	Thalles Teles Dias
238026678	Thailya Costa Da Silva Santana
238019013	Thalys Brito Dias
238033972	Thamyres Rodrigues De Azevedo Guimarães
238004238	Thayla Nunes Abreu
238023884	Thaylinson Soares Duarte

238005388	Thaynara Rodrigues Carvalho
238018200	Thays Emanuella Gomes Vieira
238003821	Thaysa Da Silva Sousa
238027590	Thaysila Alves Gomes
238016072	Thiago Augusto Preto De Melo
238026289	Thiago Barbosa Campos
238000514	Thiago Barbosa Dos Santos
238016952	Thiago Breno Silveira Carvalho
238034217	Thiago De Alencar Feitosa
238004013	Thiago De Andrade Silva
238021801	Thiago De Sousa Oliveira
238016135	Thiago Ferreira Da Silva Santos
238033632	Thiago Henrique Cordeiro Galvão
238029412	Thiago Lucas Franco Dos Santos
238026789	Thiago Nascimento Rodrigues
238017444	Thiago Siqueira Rodrigues
238022315	Thiago Souza Leda
238008867	Thomas Anderson Barbosa De Oliveira
238027589	Thyago Sales Resplandes
238023240	Tiago Batista Das Neves
238025441	Tiago Felipe Dos Santos Souza
238033179	Tiago Leite Da Silva
238032426	Tiago Macario Da Silva
238022732	Tiago Mendes Fragoso
238016589	Tiago Rafael De Sousa Miranda
238028761	Tiago Silva Santana
238000106	Tuaniny Lima Da Silva
238019198	Uriel Dos Santos De Oliveira
238014610	Valdeci Andrade Sousa Junior
238027849	Valdiney De Jesus Moreira Teodoro
238018914	Valter Carvalho De Souza
238037211	Victor Alves De Sousa
238043769	Victor Augusto De Souza
238000642	Victor Augusto Dos Santos Michels
238030918	Victor Ferreira De Andrade
238015055	Victor Guilherme Batista Silva
238007446	Victor Halex Fernandes Soares
238014260	Victor Hugo Gomes Ferreira
238001918	Victor José Silva Carvalho De Aguiar
238000045	Victor Lucas Campos Silva
238032079	Victor Manuel Teixeira De Oliveira
238002486	Victor Sadraque Melo Da Costa Martins
238014836	Victor Santos Amorim
238006173	Victor Wender Soares Silva
238017832	Victória Guerra Macedo
238032537	Victória Sousa Coelho
238011197	Vinicios Gesteira Mariano
238022773	Vinicius Alves Rodrigues
238026907	Vinicius Araújo Farias
238017169	Vinicius Eduardo Lopes Pimenta
238030914	Vinicius Ferreira Neves
238033789	Vinicius Ferreira Soares Novais
238030359	Vinicius Nunes Botelho
238027993	Vinicius Oliveira Cunha
238004976	Vinicius Rodrigues Cardoso
238023951	Vinicius Sousa Freitas
238013104	Vinycius Oliveira Nascimento
238027639	Viniley Correia Barbosa
238029474	Vitor Braga Maia
238021618	Vitor Da Silva Carlos
238022127	Vitor Elias Freitas
238020501	Vitor Felipe Barbosa Carvalho
238028045	Vitor Gomes Da Costa
238030070	Vitor Manoel De Araujo Galvão
238043791	Vitor Rayner Moura Silva
238016414	Vladimir Pereira Da Silva
238023604	Wadson José De Castro
238029221	Wagner Junior Alves Araújo
238008993	Waleson Da Silva
238031529	Walfran Alves De Souza Júnior
238033232	Walison Marques Sousa
238042640	Wallace Vitor Silva Da Cruz
238011675	Wallace Xavier Silva

238024297	Wallas Gomes Agra
238002613	Wallas Silva Matos
238004379	Wanderson Barbosa Moraes
238038863	Wanderson Da Silva Barbosa
238038115	Wanderson De Oliveira Silva
238006139	Wanderson De Queiroz Braga
238031198	Wanderson Dias Gomes
238001212	Wanderson Luan Soares Braga
238006373	Wanderson Luiz Oliveira
238018515	Wanderson Monteiro Sobral
238032392	Wanderson Pinheiro Alves
238032154	Wanderson Santos Da Conceicao
238000267	Wanderson Santos Da Silva
238017797	Wanderson Carlos Rodrigues
238026624	Warlei Souza De Carvalho
238027526	Warley Alves Ataídes Dos Santos
238020278	Weberson Beto Santos Magalhães
238042695	Welbison Da Silva Vieira
238035806	Welder Vitor Ramalho Soares
238031363	Wellington Barbosa De Oliveira
238013792	Wellington Correa Da Silva
238033541	Wellington Oliveira Evangelista Junior
238026675	Welton Brito
238037072	Welton Ferreira Feitosa
238023922	Wembley Vinck Sena Siqueira
238023272	Wemerson Henrique Ribeiro De Oliveira
238008211	Wemerson Lopes Da Silva
238015911	Wendel Bruno Silva Filgueira Dos Santos
238016329	Werley Santos Silva
238031766	Werner Costa Araujo
238031430	Werney Dias Pereira
238021556	Wescier Puridade Ataíde
238029430	Wesley Coelho De Sousa
238007222	Wesley Da Silva Santos
238031769	Wesley Kenison Soares Oliveira
238025454	Wesley Silva Costa
238024138	Wesley Araujo Da Costa
238032334	Wesley Da Silva Elvas De Sá
238003697	Wesley Reis Jorge
238029931	Wetton Terra Lopes De Oliveira
238018051	Weuler Henrique Guedes Dos Santos
238030761	Weyda Mascena Santos
238017825	Weyddy Glyceresse Neide Maia De Lima
238021149	Whadson Vieira Da Silva
238005182	Victorya Eduarda Lima Alves
238018765	Wilber Thiago Pires Braga
238022293	Wilhames Carlos Moraes Pereira
238000932	Willian Gabriel Brito Ribeiro
238015758	Wilker Silva Do Nascimento
238006515	Wilkinson Da Silva
238003842	Willame Da Silva Moreira
238016422	William Noletto Da Silva
238033731	Willian Ribeiro De Souza
238012489	Willy Nelson Pilger
238011023	Willyan Thailys De Aguiar Ferreira
238022276	Wilton Da Cruz Santos
238035640	Wilton Lima De Araújo
238002139	Wisley Giovane Lima De Araujo
238022439	Withor Hugo Marinho Sarzeda Pinto
238018209	Wwillian Wwallace Resplandes Cavalcante
238027098	Yago Alves De Oliveira
238036926	Yan Lima Araujo
238034304	Yan Rodrigues Soares
238035382	Yasmim Wolney Póvoa Chagas
238007627	Yehudi Dos Anjos Moraes
238010285	Yhago Lucas Alves Guerra
238041121	Yunna Layanne Pereira Cavalcante Duarte
238004119	Yure Carvalho Pinheiro
238043333	Yure Gomes Carneiro
238035911	Yure Santos Costa Lacerda
238038778	Yvissom Antonio Gomes Araujo
238009518	Ywry Willian Duarte Andrade

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

PORTARIA PGE/GAB Nº 252/2025.

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições, e consoante o disposto no art. 51 da Constituição do Estado c/c art. 19, I, da Lei Complementar nº 20, de 17 de junho de 1999,

RESOLVE:

DESIGNAR a Procuradora PRISCILLA MEDEIROS DE SOUZA BARROS, número funcional 11719613-1, para substituir o Subprocurador de Precatórios e Ações Trabalhista, JOSUÉ PEREIRA DE AMORIM, número funcional 581358-1, no período de 05/01/2026 a 09/01/2026 - 04 dias, referente ao período aquisitivo de 17/08/2020 a 16/08/2021, por motivo de férias do titular, revogando-se as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, em Palmas, aos 18 dias do mês de dezembro de 2025.

JAX JAMES GARCIA PONTES
Procurador-Geral do Estado

PORTARIA PGE/GAB Nº 253/2025.

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições, e consoante o disposto no art. 51 da Constituição do Estado c/c art. 19, I, da Lei Complementar nº 20, de 17 de junho de 1999,

RESOLVE:

DESIGNAR o Procurador CAIO E SILVA DE MOURA, número funcional 11755687-1, para substituir a Subprocuradora Fiscal e Tributária PAULA SOUZA CABRAL, número funcional 11694254-1, no período de 06/01/2026 a 30/01/2026 - 25 dias, referente ao período aquisitivo de 02/01/2023 a 01/01/2024, por motivo de férias da titular, revogando-se as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, em Palmas, aos 18 dias do mês de dezembro de 2025.

JAX JAMES GARCIA PONTES
Procurador-Geral do Estado

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 2908/2025/GASEC, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, c/c o art. 16, inciso VI, alínea b, da Lei Estadual nº 3.421, de 8 de março de 2019, publicada no Diário Oficial nº 5.314, de 8 de março de 2019, de acordo com a Lei Estadual nº 1.588, de 30 de junho de 2005, publicada no Diário Oficial nº 1.970, de 1º de julho de 2005, em conformidade com o disposto na Lei Estadual nº 2.670, de 19 de dezembro de 2012, publicada no Diário Oficial nº 3.778, de 19 de dezembro de 2012, com fulcro na Lei Estadual nº 3.901, de 31 de março de 2022, publicada no Diário Oficial nº 6.061, de 1º de abril de 2022 e no Decreto nº 6.950, de 29 de abril de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6.807, de 30 de abril de 2025.

CONSIDERANDO que o Despacho nº 511/2025/SES/DRMATS/GRT, expedido aos 10 dias do mês de setembro de 2025, anexado ao Processo nº 2025/30550/008084, concede evoluções funcionais ao(a) o servidor(a);

CONSIDERANDO a necessidade de regularização da situação funcional do(a) servidor(a) público(a);

CONSIDERANDO, ainda, que a Administração tem o poder/dever de rever seus atos, quando eivados de vícios ou ilegalidades.

RESOLVE:

Art. 1º ANULAR, na parte em que especifica o(a) servidor(a) público(a) JANETE CLAIR MARTINS SILVA, Número Funcional 1206524/1, Técnico em Enfermagem, CPF nº XXX.XXX.103-68, as Portarias abaixo elencadas:

- Portaria nº 558/2023/GASEC, de 8/5/2023, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.326, de 11/5/2023;
- Portaria nº 437/2024/GASEC, de 20/3/2024, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.536, de 22/3/2024;
- Portaria nº 1.065/2025/GASEC, de 9/5/2025, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.813, de 12/5/2025.

Art. 2º CONCEDER as evoluções funcionais ao(à) servidor(a) público(a) JANETE CLAIR MARTINS SILVA, Número Funcional 1206524/1, Técnico em Enfermagem, CPF nº XXX.XXX.103-68, integrante do Quadro da Saúde do Poder Executivo do Estado do Tocantins, posicionando-o(a) nos correspondentes padrões/referências, constantes na Tabela VIII, do Anexo V, da Lei nº 2.670/2012, a partir das datas de preenchimentos de requisitos legais, especificadas na tabela abaixo, a serem implementadas em folha de pagamento.

TIPO DE PROGRESSÃO	PADRÃO/REFERÊNCIA ANTERIOR	PADRÃO/REFERÊNCIA ATUAL	DATA DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS	DATA DO EFEITO FINANCEIRO (Considerando prescrição)
VERTICAL	I-B	II-B	01/08/2016	01/09/2016
HORIZONTAL	II-B	II-C	01/08/2018	01/09/2018
VERTICAL	II-C	III-C	01/08/2020	01/09/2020
HORIZONTAL	III-C	III-D	01/08/2022	01/09/2022
VERTICAL	III-D	IV-D	01/08/2024	01/09/2024

Art. 3º O eventual passivo financeiro, constituído em relação ao lapso temporal transcorrido entre a data de aquisição do direito ao incremento financeiro e a concessão processada na conformidade desta Portaria, será realizado conforme observado no art. 4º, da Lei Estadual nº 3.901, de 31/03/2022, respeitadas as capacidades orçamentária e financeira do Executivo Estadual.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

PORTARIA Nº 2911/2025/GASEC, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, c/c o art. 16, inciso VI, alínea b, da Lei Estadual nº 3.421, de 08 de março de 2019, publicada no Diário Oficial nº 5.314, de 08 de março de 2019, de acordo com a Lei Estadual nº 1.588, de 30 de junho de 2005, publicada no Diário Oficial nº 1.970, de 1º de julho de 2005, em conformidade com o disposto na Lei Estadual nº 2.670, de 19 de dezembro de 2012, publicada no Diário Oficial nº 3.778, de 19 de dezembro de 2012, com fulcro na Lei Estadual nº 3.901, de 31 de março de 2022, publicada no Diário Oficial nº 6.061, de 1º de abril de 2022 e no Decreto nº 6.950, de 29 de abril de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6.807, de 30 de abril de 2025.

CONSIDERANDO que o Despacho nº 53/2025/SES/DRMATS/GRT, expedido aos 21 dias do mês de janeiro de 2025, anexado ao Processo nº 2025/30550/000379, concede evoluções funcionais ao(a) o servidor(a);

CONSIDERANDO a necessidade de regularização da situação funcional do(a) servidor(a) público(a);

CONSIDERANDO, ainda, que a Administração tem o poder/dever de rever seus atos, quando eivados de vícios ou ilegalidades.

RESOLVE:

Art. 1º ANULAR, na parte em que especifica o(a) servidor(a) público(a) SUELY COSTAARAUJO, Número Funcional 573878/1, Técnico em Enfermagem, CPF nº XXX.XXX.041-20, as Portarias abaixo elencadas:

- Portaria nº 437/2024/GASEC, de 20/03/2024, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.536, de 22/03/2024;
- Portaria nº 1.065/2025/GASEC, de 09/05/2025, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.813, de 12/05/2025.

Art. 2º CONCEDER as evoluções funcionais ao(à) servidor(a) público(a) SUELY COSTAARAUJO, Número Funcional 573878/1, Técnico em Enfermagem, CPF nº XXX.XXX.041-20, integrante do Quadro da Saúde do Poder Executivo do Estado do Tocantins, posicionando-o(a) nos correspondentes padrões/referências, constantes na Tabela V, do Anexo III, da Lei nº 2.670/2012, a partir das datas de preenchimentos de requisitos legais, especificadas na tabela abaixo, a serem implementadas em folha de pagamento.

TIPO DE PROGRESSÃO	PADRÃO/REFERÊNCIA ANTERIOR	TRANSPOSIÇÃO/REPOSICIONAMENTO DE TABELA	PADRÃO/REFERÊNCIA ATUAL	DATA DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS	DATA DO EFEITO FINANCEIRO
VERTICAL	XI-L	-	XII-L	01/03/2020	01/04/2020
HORIZONTAL	XII-L	XIII-J	XIII-K	01/03/2022	01/04/2022
VERTICAL	XIII-K		XIV-K	01/03/2024	01/04/2024

Art. 3º O eventual passivo financeiro, constituído em relação ao lapso temporal transcorrido entre a data de aquisição do direito ao incremento financeiro e a concessão processada na conformidade desta Portaria, será realizado conforme observado no art. 4º, da Lei Estadual nº 3.901, de 31/03/2022, respeitadas as capacidades orçamentária e financeira do Executivo Estadual.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CESAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

PORTARIA Nº 2923/2025/GASEC, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, c/c o art. 16, inciso VI, alínea b, da Lei nº 3.421, de 08 de março de 2019, publicada no Diário Oficial nº 5.314, de 08 de março de 2019, em conformidade com o disposto na Lei nº 2.887, de 26 de junho de 2014, e na Lei nº 3.901, de 31 de março de 2022, publicada no Diário Oficial nº 6.061, de 1º de abril de 2022, c/c a Medida Provisória nº 8, de 20 de março de 2024, publicada no Diário Oficial nº 6.534, de 20 de março de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a evolução funcional abaixo elencada ao(à) servidor(a) público(a) EDUARDO HENRIQUE VITAL GODINHO, Número Funcional 1066960/3, Perito(a) Oficial, CPF nº XXX.XXX.541-49, integrante do Quadro de Peritos Oficiais da Polícia Civil do Estado do Tocantins, posicionando-o(a) no correspondente nível/referência constante no Anexo III da Lei Estadual nº 2.887/2014, a partir da data de preenchimento dos requisitos legais, especificada na tabela abaixo, a ser implementada em folha de pagamento.

TIPO DE PROGRESSÃO	PADRÃO/REFERÊNCIA ANTERIOR	PADRÃO/REFERÊNCIA ATUAL	DATA DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS	DATA DO EFEITO FINANCEIRO
Vertical	I-J	II-J	21/12/2024	1º/1/2025

Art. 2º O eventual passivo financeiro, constituído em relação ao lapso temporal transcorrido entre a data de aquisição do direito ao incremento financeiro e a concessão processada na conformidade dessa Portaria, será realizado conforme observado no art. 4º, da Lei 3.901, de 31 de março de 2022, respeitada a capacidade orçamentária e financeira do Executivo Estadual.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

PORTARIA Nº 2947/2025/GASEC, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, c/c o art. 16, inciso VI, alínea b da Lei Estadual nº 3.421, de 8/3/2019, e em cumprimento do Acórdão proferido nos autos do Mandado de Segurança nº 0014462-12.2025.8.27.2700, que tramita no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, impetrado em 11/9/2025.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, mediante determinação judicial:

As Evoluções Funcionais abaixo elencadas ao(a) servidor(a) público(a) ANA CRISTIANE ALVES DE ANDRADE DIAS, Número Funcional 742032/3, Papiloscopista, CPF nº XXX.XXX.241-34, integrante do Quadro da Polícia Civil do Estado do Tocantins, posicionando-o(a) nas correspondentes classe e referências constantes do Anexo II da Lei Estadual nº 1.545/2004, cujos valores retroativos provenientes da decisão judicial, anteriores à data da publicação desse ato, deverão ser pagos mediante o Regime de Precatório ou Requisição de Pequeno Valor - RPV, nos termos do artigo 100, da Constituição Federal, conforme tabela abaixo.

TIPO DE PROGRESSÃO	CLASSE/REFERÊNCIA ATUAL	DATA DE PREENCHIMENTO DE REQUISITOS	DATA DO EFEITO FINANCEIRO
HORIZONTAL	I	25/5/2023	1º/6/2023
HORIZONTAL	J	25/5/2023	1º/6/2023
HORIZONTAL	L	25/5/2023	1º/6/2023
VERTICAL	PADRÃO II	25/5/2024	1º/6/2024

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

PORTARIA Nº 2948/2025/GASEC, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, c/c o art. 16, inciso VI, alínea b, da Lei nº 3.421, de 08 de março de 2019, em conformidade com o disposto na Lei nº 2.669, de 19 de dezembro de 2012, e na Lei nº 3.901, de 31 de março de 2022, publicada no Diário Oficial nº 6.061, de 1º de abril de 2022, e no Decreto nº 6.950, de 29 de abril de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6.807, de 30 de abril de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER as evoluções funcionais abaixo elencadas, para os seguintes servidores públicos, integrantes do Quadro Geral do Poder Executivo, posicionando-os nos correspondentes níveis e referências constantes dos Anexos III e VI da Lei nº 2.669/2012, a partir das datas de preenchimento dos requisitos legais, especificadas abaixo, a serem implementadas em folha de pagamento.

Art. 2º O eventual passivo financeiro, constituído em relação ao lapso temporal transcorrido entre a data de aquisição do direito à do incremento financeiro e a concessão processada na conformidade dessa Portaria, será realizado conforme observado no art. 4º, da Lei nº 3.901, de 31 de março de 2022, respeitada a capacidade orçamentária e financeira do Executivo Estadual.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

PORTARIA Nº 2949/2025/GASEC, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, c/c o art. 16, inciso VI, alínea b, da Lei nº 3.421, de 08 de março de 2019, em conformidade com o disposto na Lei nº 2.670, de 19 de dezembro de 2012, e na Lei nº 3.901, de 31 de março de 2022, publicada no Diário Oficial nº 6.061, de 1º de abril de 2022, e no Decreto nº 6.950, de 29 de abril de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6.807, de 30 de abril de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER as evoluções funcionais abaixo elencadas, para os seguintes servidores públicos, integrantes do Quadro da Saúde do Poder Executivo, posicionando-os nos correspondentes níveis e referências constantes dos Anexos III, V e VII da Lei nº 2.670/2012, a partir das datas de preenchimento dos requisitos legais, especificadas abaixo, a serem implementadas em folha de pagamento.

Art. 2º O eventual passivo financeiro, constituído em relação ao lapso temporal transcorrido entre a data de aquisição do direito à do incremento financeiro e a concessão processada na conformidade desta Portaria, será realizado conforme observado no art. 4º, da Lei nº 3.901, de 31 de março de 2022, respeitada a capacidade orçamentária e financeira do Executivo Estadual.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

ANEXO À PORTARIA Nº 2949/2025/GASEC, de 19 de dezembro de 2025.

ORDEM	NÚMERO FUNCIONAL	VÍNCULO FUNCIONAL	NOME DO SERVIDOR	HABILITAÇÃO PARA CONCESSÃO	DATA DO FINANCEIRO	TIPO DE PROGRESSÃO	NÍVEL/ REFERÊNCIA ATUAL	NÍVEL/ REFERÊNCIA PROGRESSÃO
1	889584	1	CRISTIANE RESPLANDES D ASSUNÇÃO VIEIRA	26/09/2024	01/10/2024	PROGRESSÃO HORIZONTAL	II-H	II-I
2	1011723	6	KARLA AIRES PARENTE	24/05/2023	01/06/2023	PROGRESSÃO HORIZONTAL	II-B	II-C

PORTARIA Nº 2950/2025/GASEC, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, c/c o art. 16, inciso VI, alínea b, da Lei nº 3.421, de 08 de março de 2019, em conformidade com o disposto na Lei nº 2.807, de 12 de dezembro de 2013, e na Lei nº 3.901, de 31 de março de 2022, publicada no Diário Oficial nº 6.061 de 1º de abril de 2022, e no Decreto nº 6.950, de 29 de abril de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6.807, de 30 de abril de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER as evoluções funcionais abaixo elencadas, para os seguintes servidores públicos, integrantes do Quadro de Profissionais de Análise, Inspeção e Fiscalização Ambiental do Estado do Tocantins, posicionando-os nos correspondentes níveis e referências constantes dos Anexos II e IV da Lei nº 2.807/2012, a partir das datas de preenchimento dos requisitos legais, especificadas abaixo, a serem implementadas em folha de pagamento.

Art. 2º O eventual passivo financeiro, constituído em relação ao lapso temporal transcorrido entre a data de aquisição do direito à do incremento financeiro e a concessão processada na conformidade dessa Portaria, será realizado conforme observado no art. 4º, da Lei nº 3.901, de 31 de março de 2022, respeitada a capacidade orçamentária e financeira do Executivo Estadual.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

ANEXO À PORTARIA Nº 2950/2025/GASEC, de 19 de dezembro de 2025.

ORDEM	NÚMERO FUNCIONAL	VÍNCULO FUNCIONAL	NOME DO SERVIDOR	HABILITAÇÃO PARA CONCESSÃO	DATA DO FINANCEIRO	TIPO DE PROGRESSÃO	NÍVEL/ REFERÊNCIA ATUAL	NÍVEL/ REFERÊNCIA PROGRESSÃO
1	931096	2	FRED ALVES DE OLIVEIRA	24/07/2022	01/08/2022	PROGRESSÃO HORIZONTAL	II-H	II-I
2	931096	2	FRED ALVES DE OLIVEIRA	24/07/2024	01/08/2024	PROGRESSÃO VERTICAL	II-I	III-I

PORTARIA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2958/2025/GASEC, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado do Tocantins e, consoante o disposto no Decreto Estadual nº 6.898, de 7 de fevereiro de 2025, que dispõe sobre a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Poder Executivo Estadual, e;

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de empresa especializada referente a aquisição de cortinas tipo persiana, incluindo a instalação, para atender as necessidades da Unidade de Serviço de Atendimento ao Cidadão - PRONTO de Porto Nacional/TO, conforme devidamente justificado nos autos do Processo nº 2025/23000/003789;

CONSIDERANDO que o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021 prevê hipótese legal de dispensa de licitação, permitindo à Administração Pública, mediante comprovação dos requisitos legais, realizar contratação direta de forma motivada e discricionária;

CONSIDERANDO, ainda, o conteúdo da Justificativa nº 57/2025/ DILOC (SGD: 2025/23009/187975), na qual constam a demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido, a comprovação da habilitação e qualificação técnica do fornecedor, a justificativa de preço e a razão da escolha do contratado, nos termos do art. 72 da Lei nº 14.133/2021;

CONSIDERANDO, por fim, o Parecer Jurídico nº XX/2025/ ASJUR exarado pela Assessoria Jurídica desta Pasta, que opinou favoravelmente à contratação direta;

RESOLVE:

Art. 1º Dispensar a realização de licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, para a contratação direta da empresa CS EMPREENDIMENTOS LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 53.326.194/0001-86, no valor total de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), visando a aquisição de cortinas tipo persiana, incluindo a instalação, para atender as necessidades da Unidade de Serviço de Atendimento ao Cidadão - PRONTO de Porto Nacional/TO, conforme discriminado a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD. PEÇA	VALOR MT2	VALOR TOTAL
1	Cortina/Persiana - Categoria: rolô; Material: composto de 64% de vinil e 36% de fibra de vidro; Cor: cinza claro; Modelo: screen 3%; Requisito: com bloqueio de raios UV de 97%, antifungos e antichamas; Informações adicionais: com redutor de peso, e redutor de frestas, incluindo suportes de instalação.	120 M²	39	R\$125,00	R\$15.000,00

Parágrafo único. A despesa referente à execução do contrato correrá à conta das seguintes dotações orçamentárias previstas na Lei Orçamentária Anual:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA DA DESPESA	IE	FONTE/MARCADOR	DETALHAMENTO
23010.04.122.1166.2460	33.90.30	1	500.0000000	666666

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

PORTARIA Nº 2986/2025/GASEC, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, c/c o art. 16, inciso VI, alínea b, da Lei nº 3.421, de 8 de março de 2019, publicada no Diário Oficial do Estado nº 5.316, de 12 de março de 2019, em conformidade com o disposto na Lei nº 4.902, de 27 de novembro de 2025, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.948, de 27 de novembro de 2025, e com fulcro na Lei nº 3.901, de 31 de março 2022, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.601, de 1º abril de 2022 c/c Decreto nº 6.880, de 18 de dezembro de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6.720, de 18 de dezembro de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER as evoluções funcionais abaixo elencadas, aos servidores públicos, integrantes do Quadro de Profissionais da Educação Básica Pública do Poder Executivo do Estado do Tocantins, posicionando-os nos correspondentes níveis e referências constantes dos Anexos II e III da Lei nº 4.902/2025, a partir das datas de preenchimento dos requisitos legais, especificadas abaixo, a serem implementadas em folha de pagamento.

Art. 2º O eventual passivo financeiro, constituído em relação ao lapso temporal transcorrido entre a data de aquisição do direito à do incremento financeiro e a concessão processada na conformidade dessa portaria, será realizado conforme observado no art. 4º, da Lei nº 3.901, de 31 de março de 2022, respeitada a capacidade orçamentária e financeira do Executivo Estadual.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

ANEXO À PORTARIA Nº 2986/2025/GASEC, de 23 de dezembro de 2025.

ORD.	NÚMERO FUNCIONAL	VÍNCULO FUNCIONAL	NOME DO SERVIDOR	CARGO	HABILITAÇÃO PARA CONCESSÃO	DATA DO FINANCEIRO	TIPO DE PROGRESSÃO	MOTIVO	NÍVEL/ REFERÊNCIA ATUAL	NÍVEL/ REFERÊNCIA PROGRESSÃO
1	891347	5	ALMERSON PEREIRA DA SILVA	Professor da Educação Básica	31/01/2022	31/01/2022	HORIZONTAL	TEMPO DE SERVIÇO	A	B
2	891347	5	ALMERSON PEREIRA DA SILVA	Professor da Educação Básica	31/01/2025	31/01/2025	HORIZONTAL	TEMPO DE SERVIÇO	B	C
3	1233880	1	LUISITO SANTANA DE QUEIROZ	Professor da Educação Básica	10/12/2025	10/12/2025	VERTICAL	PÓS-GRADUAÇÃO	I	II
4	888646	3	PEDRO ALEXANDRE SOARES DE SOUZA	Professor da Educação Básica	18/12/2025	18/12/2025	VERTICAL	PÓS-GRADUAÇÃO	I	II
5	45679	4	SAMUEL SILVA CARDOSO QUEIROZ	Professor da Educação Básica	18/12/2025	18/12/2025	VERTICAL	MESTRADO	II	III
6	1178733	1	SILAS BARBOSA DA SILVA	Professor da Educação Básica	18/12/2025	18/12/2025	VERTICAL	PÓS-GRADUAÇÃO	I	II
7	1247409	1	SIMEIA DIAS SANTANA PERES	Professor da Educação Básica	15/12/2025	15/12/2025	VERTICAL	MESTRADO	II	III
8	926090	2	TATYANA ALBUQUERQUE OLIVEIRA	Professor da Educação Básica	09/12/2025	09/12/2025	VERTICAL	PÓS-GRADUAÇÃO	I	II
9	1281100	5	WILLIAM VIEIRA DE OLIVEIRA	Professor da Educação Básica	30/07/2024	30/07/2024	VERTICAL	MESTRADO	II	III

PORTARIA Nº 2987/2025/GASEC, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, c/c o art. 16, inciso VI, alínea b, da Lei nº 3.421, de 8 de março de 2019, publicada no Diário Oficial do Estado nº 5.316, de 12 de março de 2019, em conformidade com o disposto na Lei nº 4.902, de 27 de novembro de 2025, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.948, de 27 de novembro de 2025, e com fulcro na Lei nº 3.901, de 31 de março 2022, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.601, de 1º abril de 2022 c/c Decreto nº 6.880, de 18 de dezembro de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6.720, de 18 de dezembro de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER as evoluções funcionais abaixo elencadas, aos servidores públicos, integrantes do Quadro de Profissionais da Educação Básica Pública do Poder Executivo do Estado do Tocantins, posicionando-os nos correspondentes níveis e referências constantes dos Anexos II e III da Lei nº 4.902/2025, a partir das datas de preenchimento dos requisitos legais, especificadas abaixo, a serem implementadas em folha de pagamento.

Art. 2º O eventual passivo financeiro, constituído em relação ao lapso temporal transcorrido entre a data de aquisição do direito à do incremento financeiro e a concessão processada na conformidade dessa portaria, será realizado conforme observado no art. 4º, da Lei nº 3.901, de 31 de março de 2022, respeitada a capacidade orçamentária e financeira do Executivo Estadual.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CESAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

ANEXO À PORTARIA Nº 2987/2025/GASEC, de 23 de dezembro de 2025.

ORD.	NÚMERO FUNCIONAL	VÍNCULO FUNCIONAL	NOME DO SERVIDOR	CARGO	HABILITAÇÃO PARA CONCESSÃO	DATA DO FINANCEIRO	TIPO DE PROGRESSÃO	MOTIVO	NÍVEL/ REFERÊNCIA ATUAL	NÍVEL/ REFERÊNCIA PROGRESSÃO
1	517966	3	ADRIANNE SYNARA SANTOS FERREIRA	Professor da Educação Básica	16/12/2025	16/12/2025	VERTICAL	PÓS-GRADUAÇÃO	I	II
2	850618	1	ANA CARLA RAMOS ALENCAR	Professor da Educação Básica	13/11/2025	13/11/2025	VERTICAL	MESTRADO	II	III
3	812370	6	APARECIDA KRISTENIA DE OLIVEIRA	Professor da Educação Básica	12/11/2025	12/11/2025	VERTICAL	PÓS-GRADUAÇÃO	I	II
4	283621	3	DEBORAH ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA	Professor da Educação Básica	12/11/2025	12/11/2025	VERTICAL	PÓS-GRADUAÇÃO	I	II
5	1024264	6	ERINALDO DOS SANTOS	Professor da Educação Básica	16/12/2025	16/12/2025	VERTICAL	PÓS-GRADUAÇÃO	I	II
6	772723	3	EUVALDO SOARES DA SILVA	Professor da Educação Básica	10/02/2025	10/02/2025	VERTICAL	MESTRADO	II	III
7	1220292	2	IVANETE DA SILVA VILA NOVA AQUINO	Professor da Educação Básica	16/12/2025	16/12/2025	VERTICAL	PÓS-GRADUAÇÃO	I	II
8	502872	4	MARILENE CARVALHO SOARES	Professor da Educação Básica	17/12/2025	17/12/2025	VERTICAL	PÓS-GRADUAÇÃO	I	II
9	1208349	1	NAIA APARECIDA SILVA DE SOUSA BARROZO	Professor da Educação Básica	13/11/2024	13/11/2024	VERTICAL	PÓS-GRADUAÇÃO	I	II
10	1139240	1	RENAN DE SOUZA LIMA	Professor da Educação Básica	17/12/2025	17/12/2025	VERTICAL	PÓS-GRADUAÇÃO	I	II

PORTARIA Nº 2988/2025/GASEC, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, usando a competência que lhe atribui a alínea “d”, inciso II, art. 1º, do Decreto Estadual nº 2.919, de 02 de janeiro de 2007, c/c o inciso VI, art. 15, da Lei Estadual n.º 2.669, de 19 de dezembro de 2012, com fulcro no inciso I, §1º, art. 35, da Lei Estadual nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, e consoante o disposto na Instrução Normativa Geral Nº 02/2015, de 17 de setembro de 2015 e,

CONSIDERANDO que a movimentação de servidores é imprescindível para a manutenção do funcionamento permanente dos órgãos do Poder Executivo Estadual;

CONSIDERANDO que o quantitativo de vagas existente em cada órgão deve ser suprido sob pena de causar prejuízos ao regular andamento dos serviços públicos;

CONSIDERANDO, ainda, a conveniência administrativa manifestada entre os órgãos envolvidos, resolve:

REMOVER, a pedido para a Secretaria da Fazenda,

JOSE RIBEIRO NETO, Analista Técnico-Administrativo, número funcional 189586/4, CPF: xxx.xxx.002-49, oriundo da Agência de Tecnologia da Informação, a partir de 19 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

APOSTILAMENTO Nº 23/2025/GASEC

ONDE SE LÊ:

O Secretário de Estado da Administração, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, e, considerando o teor da Justificativa nº 40/2025/SUAFI (SGD 2025/23009/282252) e com fundamento no *caput* do artigo 136 da Lei nº 14.133/2021, à vista das demais informações contidas no Processo nº 2025/23000/004769, resolve:

APOSTILAR

Ao Contrato nº 467/2025, celebrado entre o ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO e a empresa WEBTRIP AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA., CNPJ nº 07.340.993/0010-80, cujo objeto consiste a execução dos seguintes serviços: reserva, emissão, marcação, remarcação e fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais e emissão de seguro de assistência em viagem internacional, por meio de disponibilização de sistema on-line automatizado via WEB, especificamente relacionadas ao Projeto: Pró-Gestão Tocantins, sob a forma e condições seguintes:

ONDE SE LÊ:

Seção V. Condições Especiais do Contrato (CE)

1.7 Os Representantes Autorizados são:

Para o Contratante: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Para o Contratado: HUGO HENRIQUE AURÉLIO DE LIMA

LEIA-SE:

1.7 Os Representantes Autorizados são:

Para o Contratante: PAULO CÉSAR BENFICA FILHO

Para o Contratado: HUGO HENRIQUE AURÉLIO DE LIMA

ONDE SE LÊ:

2.3 Os endereços de recebimento das notificações são:

Contratante: Secretaria do xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Atenção: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Endereço: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Telefone: 55 (63) xxxxxxxxxxxxxxxx

E-mail: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Site: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Contratado: WEBTRIP AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP

Atenção: Hugo Henrique Aurélio de Lima

Endereço: Rua Marechal Deodoro, 314, 3º andar, Centro, Curitiba/PR, CEP 80.010-010

Telefone 55 (41) 33630663

E-mail: comercial@webtrip.tur.br

Site: https://webtrip.tur.br/

LEIA-SE:

2.3 Os endereços de recebimento das notificações são:

Contratante: SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

Endereço: Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/Nº

Telefone: 55 (63) 3218-1500

E-mail: passagens.progestao.secad@gmail.com

Site: https://www.to.gov.br/secad

Contratado: WEBTRIP AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP

Endereço: ACSV SE 32, AV. LO 05, Lote 22, Plano Diretor Sul, CEP 77.021-026 Palmas/TO

Telefone 55 (41) 33630663

E-mail: comercial@webtrip.tur.br

Site: https://webtrip.tur.br/

ONDE SE LÊ:

7.3 (f) O Contratado deve entregar as faturas ao Contratante no seguinte endereço: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx - xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

LEIA-SE:

7.3 (f) O Contratado deve entregar as faturas ao Contratante no seguinte endereço: Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/Nº ou via E-mail: passagens.progestao.secad@gmail.com

Seção V. Condições Especiais do Contrato (CE)

Item 1.5: A legislação aplicável a este Contrato é a seguinte: Legislação subsidiária: Lei nº 10.520/2002, Lei Municipal nº 6.148/02, Decreto nº 13.724/2002 (Alterado pelo Dec. N 15.814/2005), Lei Municipal 4.484/1992, Decreto Municipais nº 15.611/2005, o Decreto nº 3.555/2000, o Decreto nº 5.450/2005, o Decreto nº 5.504/2005 e demais legislações correlatas, e a Lei 8.666/1993 e suas alterações e a Lei Complementar 123/2006. Decreto Federal 10.024/2019 e Decreto Municipal 32562/2020.

LEIA-SE:

Item 1.5: Seção V. Condições Especiais do Contrato (CE): Regulamento de Aquisições para Mutuários de Operações de Financiamento de Projetos de Investimento, de novembro de 2020. Legislação subsidiária: artigo 37, da Constituição Federal de 1988: Regula a atuação da Administração Pública. Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006: Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e altera outros dispositivos legais. Lei Complementar nº 147, de 07/08/2014: Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e as Leis nºs 5.889, de 8 de junho de 1973, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 9.099, de 26 de setembro de 1995, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e 14.133, de 1º de abril de 2021; e dá outras providências. Lei Federal nº 14.133, de 1º/04/2021: Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas gerais para licitações e contratos da Administração Pública direta, autárquica e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e dá outras providências, sendo aplicada ainda, todas as suas alterações. Decreto nº 6.606/2023 - Regulamenta, no âmbito da Administração Pública Estadual, direta, autárquica e fundacional do Estado do Tocantins, a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação, e adota outras providências. Decreto Estadual nº 4.769, de 02/04/2013: Regulamenta o tratamento diferenciado, favorecido e simplificado para as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e o Microempreendedor Individual, e adota outras providências.

ONDE SE LÊ:

Item 9.1 e 9.2 (b): As multas aplicáveis são:

(i) de 0,03 % (três centésimos por cento), por dia de atraso sobre o valor dos equipamentos entregues com atraso, quando a adjudicatária, sem justa causa, deixar de cumprir, dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida. A partir do décimo dia de atraso, essa multa será aplicada em dobro e decorridos 30 (trinta) dias corridos de atraso, a CONTRATANTE poderá decidir pela continuidade da multa ou pelo cancelamento do pedido ou documento correspondente, em razão da inexecução total do respectivo objeto, aplicando, na hipótese de inexecução total, apenas a multa prevista na alínea "b" deste inciso;

LEIA-SE:

Item 9.1 e 9.2 (b): As multas aplicáveis são:

(i) de 0,03 % (três centésimos por cento), por dia de atraso sobre o valor dos serviços entregues com atraso, quando a adjudicatária, sem justa causa, deixar de cumprir, dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida. A partir do décimo dia de atraso, essa multa será aplicada em dobro e decorridos 30 (trinta) dias corridos de atraso, a CONTRATANTE poderá decidir pela continuidade da multa ou pelo cancelamento do pedido ou documento correspondente, em razão da inexecução total do respectivo objeto, aplicando, na hipótese de inexecução total, apenas a multa prevista na alínea "b" deste inciso;

ONDE SE LÊ:

Item 9.2 (d): A Clausula 9.2 (d) da Seção IV - Condições Gerais do Contrato foi modificada para incluir a seguinte redação:

(d.1) A sanção estabelecida na alínea (d) desta Cláusula é de competência exclusiva da SEMGE - Secretaria Municipal de Gestão facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias corridos, de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua publicação, nos termos do §3º, do artigo 87, da Lei nº 8.666/93.

LEIA-SE:

9.2 (d) A Clausula 9.2 (d) da Seção IV - Condições Gerais do Contrato foi modificada para incluir a seguinte redação:

(d.1) A sanção estabelecida na alínea (d) desta Cláusula segue a competência conforme estabelecida nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021.

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, aos 17 dias do mês de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

ATO DECLARATÓRIO DE EXTINÇÃO Nº 959/2025/GASEC/SECAD, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, em atendimento à(s) solicitação(ões) oriunda(s) do(s) respectivo(s) órgão(s) abaixo indicado(s), constante(s) do(s) processo(s) mencionado(s), e consoante o disposto no art. 6º, inciso II, c/c art. 4º, inciso IV, da Lei nº 3.422, de 08 de março de 2019, resolve:

DECLARAR EXTINTO(S), a pedido, sem aviso prévio, o(s) Termo(s) de Compromisso de Serviço Público de Caráter Temporário firmado(s) com o(s) profissional(is) relacionado(s) abaixo:

ORD	Nº FUNCIONAL	NOME	FUNÇÃO	Nº PROCESSO	A PARTIR	ORGÃO
01	11851732/2	THALYSON FERREIRA DE SOUZA	ASSISTENTE IV	2025/23000/013181	10/12/2025	AGÊNCIA DE TRANSPORTES, OBRAS E INFRAESTRUTURA
02	12019577/1	CARLOS CELSO MIRANDA RABELO	AUXILIAR I	2025/23000/013189	24/11/2025	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
03	12020443/1	HELOIDES FRANCISCO DA CUNHA	AUXILIAR I	2025/23000/013190	30/11/2025	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
04	382866/14	MARIA DE NAZARE CARMO SOUSA	AUXILIAR I	2025/23000/013191	29/11/2025	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
05	11927194/2	MARISMAR FERREIRA NEVES	AUXILIAR I	2025/23000/013188	01/12/2025	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
06	12024210/1	OSLAIR LAZARO DA CONCEICAO SANTOS	ANALISTA I	2025/23000/013192	01/12/2025	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
07	11932759/2	POLIANA SANTOS SILVA	AUXILIAR I	2025/23000/013193	29/11/2025	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
08	11606800/4	SABRINA FERNANDES TAGUATINGA	ANALISTA III	2025/23000/013170	16/11/2025	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
09	11989041/1	TANIA RAQUEL DA CUNHA SOUZA	PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA	2025/23000/013173	11/09/2025	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
10	11878517/2	WELLINGTON GOMES DE CASTRO	AUXILIAR I	2025/23000/013194	09/12/2025	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

ATO DECLARATÓRIO DE EXTINÇÃO Nº 960/2025/GASEC/SECAD, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, em atendimento à(s) solicitação(ões) oriunda(s) do(s) respectivo(s) órgão(s) abaixo indicado(s), constante(s) do(s) processo(s) mencionado(s), e consoante o disposto no art. 6º, inciso III, alínea "b", da Lei nº 3.422, de 08 de março de 2019, resolve:

DECLARAR EXTINTO(S), por necessidade de reajustamento na prestação dos serviços, o(s) Termo(s) de Compromisso de Serviço Público de Caráter Temporário firmado(s) com o(s) profissional(is) relacionado(s) abaixo:

ORD	Nº FUNCIONAL	NOME	FUNÇÃO	Nº PROCESSO	A PARTIR	ORGÃO
01	12033855/1	JULLIA VICTORIA LEAL OLIVEIRA COSTA	AUXILIAR III	2025/23000/013146	15/12/2025	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
02	12033219/1	MARLI BRANDAO ARAUJO CESAR	ASSISTENTE ESPECIALIZADO II	2025/23000/013147	15/12/2025	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
03	12033790/1	NEIDIANE MOREIRA LOPES	ANALISTA III	2025/23000/013148	15/12/2025	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
04	12031100/1	RAIANE NOGUEIRA MOURA BRITO	ASSISTENTE II	2025/23000/013149	15/12/2025	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
05	11895454/2	VANDERLEIA ALVES DE SOUSA	ASSISTENTE IV	2025/23000/013150	15/12/2025	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
06	12030805/1	IASMIN RODRIGUES DA SILVA	ASSISTENTE ESPECIALIZADO II	2025/23000/013151	12/12/2025	SECRETARIA EXECUTIVA DA GOVERNADORIA
07	12030376/1	JULIA BORGES QUEIROZ	ASSISTENTE ESPECIALIZADO II	2025/23000/013152	12/12/2025	SECRETARIA EXECUTIVA DA GOVERNADORIA
08	765135/1	MARIA SALETE FREIRE	ASSISTENTE ESPECIALIZADO I	2025/23000/013153	12/12/2025	SECRETARIA EXECUTIVA DA GOVERNADORIA

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

8º TERMO DE PRORROGAÇÃO DE OFÍCIO DO TERMO DE CONVENIO Nº 23010/0001/2021 PROCESSO Nº 2021/23001/00001

O GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.894.022/0001-36, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, s/nº, CEP: 77.001-906, doravante denominada SECAD, neste ato representado pelo Secretário, o Senhor PAULO CESAR BENFICA FILHO, brasileiro, nomeado pelo Ato nº 3.153 - NM, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6955, de 06 de dezembro de 2025, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no art. 57, §1º, inciso VI da Lei nº 8.666/93, art. 27, Inciso VI da Portaria Interministerial 424/2016 e art. 13 Inciso VI do Decreto Estadual 5.815/2018 e, ainda, considerando o atraso na liberação do recurso decorrente de Emenda Parlamentar, no valor de R\$ 139.550,66 (cento e trinta e nove mil, quinhentos e cinquenta reais e sessenta e seis centavos), com vigência até 08/12/2025, resolve:

PRORROGAR DE OFÍCIO, até a data de 08 de junho de 2026, a vigência do referido Termo de Convênio, celebrado entre a SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.894.022/0001-36 e a PREFEITURA MUNICIPAL DE DIANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 01.138.957/0001-61, com sede na Travessa Jaime Pontes, 256, Centro, Dianópolis - TO., CEP: 77.300-000, doravante denominada(o) CONVENENTE, representado por seu Prefeito, o senhor JOSÉ SALOMÃO JACOBINA AÍRES, Prefeito Municipal, inscrito no CPF nº XXX.XXX.611-91 e RG nº XXX.500 - SSP/DF, residente e domiciliado na Praça Cel. Wolney, N. 0 - R31, Lt 07, Centro - Dianópolis - TO, que tem por objeto a aquisição de bens moveis para a Câmara Municipal de Vereadores.

Processo nº: 2021/23001/00001
Termo de Convênio: 23010/00001/2021
Concedente: Secretaria de Administração do Estado do Tocantins
Conveniente: Prefeitura Municipal de Dianópolis/To.
CNPJ: 01.138.957/0001-61
Objeto: Aquisição de bens moveis para a Câmara Municipal de Dianópolis/TO.
Valor do Convênio: R\$ 139.550,66 (cento e trinta e nove mil, quinhentos e cinquenta reais e sessenta e seis centavos), Sendo: R\$ 128.050,00 (cento e vinte e oito mil e cinquenta reais) da concedente; e R\$ 11.500,66 (onze mil e quinhentos reais e sessenta e seis centavos), da conveniente.
Dotação orçamentaria: 23010.04.122.1100.2194
Natureza de Despesa: 4.4.40.42 - Auxílios
Fonte de Recurso: 1.500.0000.10407.00895/2021 - Emenda Parlamentar do Deputado Eduardo Siqueira Campos.
Data da Assinatura do Termo Original: 27/12/2021
Vigência Prorrogada: 08/06/2025

Palmas, 09 de dezembro de 2025.

PAULO CESAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5352/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/27000/024712
INTERESSADO(A): DELUBYA MELO DE MORAES
NOME DO DEPENDENTE: Eunice Santos de Melo
GRAU DE PARENTESCO: Mãe
NÚMERO FUNCIONAL: 958582/2
CARGO: Professor da Educação Básica
ASSUNTO: REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO
ÓRGÃO: Secretaria da Educação
LOTAÇÃO: 012.ETIPRA - Escola de Tempo Integral Professora Rita Andrade Santos
MUNICÍPIO: PARAÍSO DO TOCANTINS

Com base na manifestação da Junta Médica Oficial do Estado, resolvo RATIFICAR o Despacho de Indeferimento nº 5009/2025, de 28 de novembro de 2025, tendo em vista que o cumprimento da carga horária da servidora durante o período laboral, não compromete a assistência à idosa e possui uma rede de apoio familiar para acompanhamento.

Gabinete do Secretário de Estado da Administração, em Palmas, aos 17 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5413/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/24830/002631
INTERESSADO(A): MAGNA DIAS DE SÁ
ASSUNTO: Abono de Permanência
CARGO: Enfermeiro
TIPO DE VÍNCULO: Concursado
NÚMERO FUNCIONAL: 833931/2
CPF: XXX.XXX.734-34
ÓRGÃO: Secretaria da Saúde

Tendo em vista a documentação que instrui os presentes autos, bem como nos termos da Informação Técnica, de 1º de dezembro de 2025, da Gerência de Concessão e Revisão de Benefícios, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins às fls. 29/30, CONCEDO Abono de Permanência ao(à) servidor(a) em referência, a partir de 15 de novembro de 2024, até a data em que se der sua aposentadoria, em valor equivalente a sua Contribuição Previdenciária, nos termos do art. 52, da Lei Complementar nº 150, de 20 de dezembro de 2023.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 11 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5415/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/24830/002994
INTERESSADO(A): DEUSENY ANTÔNIO DE FARIAS
ASSUNTO: Abono de Permanência
CARGO: Técnico em Enfermagem
TIPO DE VÍNCULO: Concursado
NÚMERO FUNCIONAL: 347490/1
CPF: XXX.XXX.961-34
ÓRGÃO: Secretaria de Saúde

Tendo em vista a documentação que instrui os presentes autos, bem como nos termos da Informação Técnica, de 18 de novembro de 2025, da Gerência de Concessão e Revisão de Benefícios, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins às fls. 88/89, CONCEDO Abono de Permanência ao(à) servidor(a) em referência, a partir de 20 de dezembro de 2023, até a data em que se der sua aposentadoria, em valor equivalente a sua Contribuição Previdenciária, nos termos do art. 52, da Lei Complementar nº 150, de 20 de dezembro de 2023.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 11 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5416/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/24830/002805
INTERESSADO(A): IVANILDE BARBOSA DOS SANTOS
ASSUNTO: Abono de Permanência
CARGO: Assistente Administrativo
TIPO DE VÍNCULO: Concursado
NÚMERO FUNCIONAL: 863390/1
CPF: XXX.XXX.031-49
ÓRGÃO: Junta Comercial do Estado do Tocantins

Tendo em vista a documentação que instrui os presentes autos, bem como nos termos da Informação Técnica, de 03 de dezembro de 2025, da Gerência de Concessão e Revisão de Benefícios, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins às fls. 56/57, CONCEDO Abono de Permanência ao(à) servidor(a) em referência, a partir de 12 de agosto de 2025, até a data em que se der sua aposentadoria, em valor equivalente a sua Contribuição Previdenciária, nos termos do art. 52, da Lei Complementar nº 150, de 20 de dezembro de 2023.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 11 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5417/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/24830/002566
INTERESSADO(A): SIVANILDE RODRIGUES DA SILVA FERREIRA
ASSUNTO: Abono de Permanência
CARGO: Professor Normalista
TIPO DE VÍNCULO: Concursado
NÚMERO FUNCIONAL: 697658/1
CPF: XXX.XXX.701-06
ÓRGÃO: Secretaria da Educação

Tendo em vista a documentação que instrui os presentes autos, bem como nos termos da Informação Técnica, de 19 de novembro de 2025, da Gerência de Concessão e Revisão de Benefícios, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins às fls. 54/55, CONCEDO Abono de Permanência ao(à) servidor(a) em referência, a partir de 08 de julho de 2025, até a data em que se der sua aposentadoria, em valor equivalente a sua Contribuição Previdenciária, nos termos do art. 52, da Lei Complementar nº 150, de 20 de dezembro de 2023.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 11 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5418/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/24830/002728
INTERESSADO(A): MARTA JULIANE SOUZA LACERDA PARANHOS
ASSUNTO: Abono de Permanência
CARGO: Técnico em Enfermagem
TIPO DE VÍNCULO: Concursado
NÚMERO FUNCIONAL: 634673/2
CPF: XXX.XXX.841-91
ÓRGÃO: Secretaria da Saúde

Tendo em vista a documentação que instrui os presentes autos, bem como nos termos da Informação Técnica, de 19 de novembro de 2025, da Gerência de Concessão e Revisão de Benefícios, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, às fls. 65/66, CONCEDO Abono de Permanência ao(à) requerente, no período de 09.09.2023 a 30.11.2025, equivalente ao valor de sua Contribuição Previdenciária, nos termos do art. 47, da Lei nº 1.614, de 04 de outubro de 2005.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 11 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5419/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/24830/002153
INTERESSADO(A): LUZIA MARIA DE ALENCAR SOARES
ASSUNTO: Abono de Permanência
CARGO: Assistente Administrativo
TIPO DE VÍNCULO: Concursado
NÚMERO FUNCIONAL: 746700/1
CPF: XXX.XXX.901-63
ÓRGÃO: Secretaria da Segurança Pública

Tendo em vista a documentação que instrui os presentes autos, bem como nos termos da Informação Técnica, de 24 de novembro de 2025, da Gerência de Concessão e Revisão de Benefícios, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, às fls. 70/71, CONCEDO Abono de Permanência ao(à) requerente, no período de 20.12.2023 a 02.06.2025, equivalente ao valor de sua Contribuição Previdenciária, nos termos do art. 52, da Lei Complementar nº 150, de 20 de dezembro de 2023.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 11 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5420/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/24830/001191
INTERESSADO(A): CLEIZENIR DIVINA DOS SANTOS
ASSUNTO: Abono de Permanência
CARGO: Professor da Educação Básica
TIPO DE VÍNCULO: Concursado
NÚMERO FUNCIONAL: 505708/1
CPF: XXX.XXX.742-91
ÓRGÃO: Secretaria da Educação

Tendo em vista a documentação que instrui os presentes autos, bem como nos termos da Informação Técnica, de 25 de novembro de 2025, da Gerência de Concessão e Revisão de Benefícios, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, às fls. 75/76, CONCEDO Abono de Permanência ao(à) requerente, no período de 29.09.2024 a 31.07.2025, equivalente ao valor de sua Contribuição Previdenciária, nos termos do art. 52, da Lei Complementar nº 150, de 20 de dezembro de 2023.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 11 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5421/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/24830/000575
INTERESSADO(A): JOSÉ LUIZ FERREIRA ALVES
ASSUNTO: Abono de Permanência
CARGO: Perito Oficial
TIPO DE VÍNCULO: Concursado
NÚMERO FUNCIONAL: 539482/2
CPF: XXX.XXX.681-15
ÓRGÃO: Secretaria da Segurança Pública

Tendo em vista a documentação que instrui os presentes autos, bem como nos termos da Informação Técnica, de 27 de agosto de 2025, da Gerência de Concessão e Revisão de Benefícios, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, às fls. 53/54, CONCEDO Abono de Permanência ao(à) requerente, no período de 02.12.2024 a 04.08.2025, equivalente ao valor de sua Contribuição Previdenciária, nos termos do art. 52, da Lei Complementar nº 150, de 20 de dezembro de 2023.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 11 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5422/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/24830/002909
INTERESSADO(A): MARIA VERONICA MIRANDA PERON
ASSUNTO: Abono de Permanência
CARGO: Cirurgião Dentista
TIPO DE VÍNCULO: Concursado
NÚMERO FUNCIONAL: 519884/1
CPF: XXX.XXX.646-68
ÓRGÃO: Secretaria da Saúde

Tendo em vista a documentação que instrui os presentes autos, bem como nos termos da Informação Técnica, de 25 de novembro de 2025, da Gerência de Concessão e Revisão de Benefícios, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins às fls. 74/75, CONCEDO Abono de Permanência ao(à) servidor(a) em referência, a partir de 20 de dezembro de 2023, até a data em que se der sua aposentadoria, em valor equivalente a sua Contribuição Previdenciária, nos termos do art. 52, da Lei Complementar nº 150, de 20 de dezembro de 2023.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 11 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5423/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/24830/002789
INTERESSADO(A): JOANA ERLY DA SILVA CAMPOS GUIMARÃES
ASSUNTO: Abono de Permanência
CARGO: Assistente Administrativo
TIPO DE VÍNCULO: Concursado
NÚMERO FUNCIONAL: 190679/2
CPF: XXX.XXX.888-54
ÓRGÃO: Secretaria da Educação

Tendo em vista a documentação que instrui os presentes autos, bem como nos termos da Informação Técnica, de 04 de dezembro de 2025, da Gerência de Concessão e Revisão de Benefícios, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins às fls. 59/60, CONCEDO Abono de Permanência ao(à) servidor(a) em referência, a partir de 28 de março de 2023, até a data em que se der sua aposentadoria, em valor equivalente a sua Contribuição Previdenciária, nos termos do art. 47, da Lei nº 1.614, de 04 de outubro de 2005.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 11 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5424/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/24830/002148
INTERESSADO(A): SOLIMAR BATISTA
ASSUNTO: Abono de Permanência
CARGO: Professor Normalista
TIPO DE VÍNCULO: Concursado
NÚMERO FUNCIONAL: 580378/3
CPF: XXX.XXX.801-44
ÓRGÃO: Secretaria da Educação

Tendo em vista a documentação que instrui os presentes autos, bem como nos termos da Informação Técnica, de 03 de dezembro de 2025, da Gerência de Concessão e Revisão de Benefícios, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins às fls. 54/55, CONCEDO Abono de Permanência ao(à) servidor(a) em referência, a partir de 22 de maio de 2025, até a data em que se der sua aposentadoria, em valor equivalente a sua Contribuição Previdenciária, nos termos do art. 52, da Lei Complementar nº 150, de 20 de dezembro de 2023.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 11 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5425/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/24830/001920
INTERESSADO(A): NOEMI DA MATA DE BRITO XERENTE
ASSUNTO: Abono de Permanência
CARGO: Professor Normalista
TIPO DE VÍNCULO: Concursado
NÚMERO FUNCIONAL: 748022/7
CPF: XXX.XXX.641-49
ÓRGÃO: Secretaria da Educação

Tendo em vista a documentação que instrui os presentes autos, bem como nos termos da Informação Técnica, de 24 de novembro de 2025, da Gerência de Concessão e Revisão de Benefícios, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins às fls. 52/53, CONCEDO Abono de Permanência ao(à) servidor(a) em referência, a partir de 20 de dezembro de 2023, até a data em que se der sua aposentadoria, em valor equivalente a sua Contribuição Previdenciária, nos termos do art. 52, da Lei Complementar nº 150, de 20 de dezembro de 2023.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 11 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5426/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/24830/003235
INTERESSADO(A): DOMINGAS PEREIRA DA SILVA
ASSUNTO: Abono de Permanência
CARGO: Auxiliar de Serviços Gerais
TIPO DE VÍNCULO: Concursado
NÚMERO FUNCIONAL: 453708/3
CPF: XXX.XXX.281-87
ÓRGÃO: Secretaria da Educação

Tendo em vista a documentação que instrui os presentes autos, bem como nos termos da Informação Técnica, de 1º de dezembro de 2025, da Gerência de Concessão e Revisão de Benefícios, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins às fls. 36/37, CONCEDO Abono de Permanência ao(à) servidor(a) em referência, a partir de 20 de dezembro de 2023, até a data em que se der sua aposentadoria, em valor equivalente a sua Contribuição Previdenciária, nos termos do art. 52, da Lei Complementar nº 150, de 20 de dezembro de 2023.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 11 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5427/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/24830/003054
INTERESSADO(A): NILZA BATISTA BORGES
ASSUNTO: Abono de Permanência
CARGO: Auxiliar Administrativo
TIPO DE VÍNCULO: Concursado
NÚMERO FUNCIONAL: 783046/1
CPF: XXX.XXX.251-72
ÓRGÃO: Polícia Militar do Estado do Tocantins

Tendo em vista a documentação que instrui os presentes autos, bem como nos termos da Informação Técnica, de 04 de dezembro de 2025, da Gerência de Concessão e Revisão de Benefícios, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins às fls. 39/40, CONCEDO Abono de Permanência ao(à) servidor(a) em referência, a partir de 17 de setembro de 2025, até a data em que se der sua aposentadoria, em valor equivalente a sua Contribuição Previdenciária, nos termos do art. 52, da Lei Complementar nº 150, de 20 de dezembro de 2023.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 11 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5428/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/24830/002306
INTERESSADO(A): CATIAREGINAABRAHAO DOS SANTOS DUFFECK
ASSUNTO: Abono de Permanência
CARGO: Professor Normalista
TIPO DE VÍNCULO: Concursado
NÚMERO FUNCIONAL: 693150/2
CPF: XXX.XXX.721-49
ÓRGÃO: Secretaria da Educação

Tendo em vista a documentação que instrui os presentes autos, bem como nos termos da Informação Técnica, de 19 de novembro de 2025, da Gerência de Concessão e Revisão de Benefícios, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins às fls. 58/62, e nos termos do art. 38, alínea "c" e I, do §1º, do art. 52, da Lei complementar nº 150, de 20 de dezembro de 2023, CONCEDO Abono de Permanência à servidora em referência, a partir de 20 de dezembro de 2023, até a data em que se der sua aposentadoria, em valor equivalente a sua Contribuição Previdenciária.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 11 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5429/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/24830/000372
INTERESSADO(A): ANA LUCIA GOMES DA SILVA
ASSUNTO: Abono de Permanência
CARGO: Professor da Educação Básica
TIPO DE VÍNCULO: Concursado
NÚMERO FUNCIONAL: 716781/4
CPF: XXX.XXX.921-72
ÓRGÃO: Secretaria da Educação

Tendo em vista a documentação que instrui os presentes autos, bem como nos termos da Informação Técnica, de 25 de novembro de 2025, da Gerência de Concessão e Revisão de Benefícios, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, às fls. 44/45, CONCEDO Abono de Permanência ao(à) requerente, no período de 29.05.2023 a 03.09.2025, equivalente ao valor de sua Contribuição Previdenciária, nos termos do art. 47, da Lei nº 1.614, de 04 de outubro de 2005.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 11 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5430/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/24830/002649
INTERESSADO(A): ALDINEIS VIEIRA TAVARES BEZERRA
ASSUNTO: Abono de Permanência
CARGO: Auxiliar de Enfermagem
TIPO DE VÍNCULO: Concursado
NÚMERO FUNCIONAL: 657764/3
CPF: XXX.XXX.031-53
ÓRGÃO: Secretaria da Saúde

Tendo em vista a documentação que instrui os presentes autos, bem como nos termos da Informação Técnica, de 1º de dezembro de 2025, da Gerência de Concessão e Revisão de Benefícios, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins às fls. 34/35, CONCEDO Abono de Permanência ao(à) servidor(a) em referência, a partir de 23 de outubro de 2022, até a data em que se der sua aposentadoria, em valor equivalente a sua Contribuição Previdenciária, nos termos do art. 47, da Lei nº 1.614, de 04 de outubro de 2005.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 11 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5446/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/27000/027543
INTERESSADO(A): ERICA FERNANDES DE MORAIS GOMES
NOME DO DEPENDENTE: Alice Gomes Fernandes
GRAU DE PARENTESCO: Filha
NÚMERO FUNCIONAL: 1012177/2
CARGO: Professor da Educação Básica
ASSUNTO: INDEFERIMENTO DE REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO
ÓRGÃO: Secretaria da Educação
LOTAÇÃO: Colégio Estadual Bernardo Sayão
MUNICÍPIO: Bernardo Sayão

Com base legal na Instrução Normativa, consoante faculta os arts. 41 e 42, recomendamos pelo INDEFERIMENTO do pedido do benefício de Redução da Jornada de Trabalho para Seis Horas Diárias Ininterruptas, devido à patologia não estar citada no rol de doenças da Legislação vigente.

Gabinete do Secretário de Estado da Administração, em Palmas, aos 17 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5447/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/27000/024963
INTERESSADO(A): KATIA GONÇALVES DIAS
NOME DO DEPENDENTE: Davi Gonçalves Lavor
GRAU DE PARENTESCO: Filho
NÚMERO FUNCIONAL: 1182080/1
CARGO: Professor da Educação Básica
ASSUNTO: REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO
ÓRGÃO: Secretaria da Educação
LOTAÇÃO: Superintendência Reg de Educação de Colinas do Toc
MUNICÍPIO: COLINAS

Com base na documentação constante do presente processo, em especial a manifestação da Junta Médica Oficial do Estado, resolvo CONCEDER, ao(à) requerente KATIA GONCALVES DIAS, o benefício de Redução de Jornada de Trabalho, de 8 (oito) para 6 (seis) horas diárias ininterruptas, nos termos do art. 112, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, pelo prazo de um ano, para o período de 18/11/2025 a 17/11/2026.

Para fins de renovação do benefício em referência faz-se necessária a apresentação de documentação comprobatória de permanência das necessidades especiais do(a) dependente, com antecedência de 30 (trinta) dias do término do período retrocitado.

Gabinete do Secretário de Estado da Administração, em Palmas, aos 17 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5448/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/27000/024963
INTERESSADO(A): RENATA MARINHO DOS REIS
NOME DO DEPENDENTE: Heitor Araújo dos Reis
GRAU DE PARENTESCO: Filho
NÚMERO FUNCIONAL: 1111825/15
CARGO: Professor da Educação Básica
ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO
ÓRGÃO: Secretaria da Educação
LOTAÇÃO: Superintendência Reg de Educação de Colinas do Toc
MUNICÍPIO: COLINAS

Com base na manifestação da Junta Médica Oficial do Estado, resolvo PRORROGAR o período de concessão do benefício de Redução de Jornada de Trabalho, de 08 (oito) horas para 06 (seis) horas ininterruptas, inicialmente concedido ao servidor(a) RENATA MARINHO DOS REIS, por meio do Despacho nº 4750, de 10 de dezembro de 2024, nos termos do art. 112, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, pelo prazo de um ano, para o período de 26/11/2025 a 25/11/2026.

Gabinete do Secretário de Estado da Administração, em Palmas, aos 17 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5449/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/27000/026592
INTERESSADO(A): VANESSA SANTIAGO FONSECA
NÚMERO FUNCIONAL: 11924098/1
CARGO: Professor da Educação Básica
ASSUNTO: RATIFICAÇÃO DE REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO
ÓRGÃO: Secretaria da Educação
LOTAÇÃO: Instituto Presbi Vale do Tocantins - Convênio
MUNICÍPIO: PARAÍSO

Com base na manifestação da Junta Médica Oficial do Estado, resolvo RATIFICAR o Despacho de Indeferimento nº 4177/2025, de 25 de setembro de 2025, haja vista que a(s) patologia(s) do(a) servidor(a) não se enquadra(m) na(s) deficiência(s) especificada(s) nos arts. 40 e 41, da Instrução Normativa nº 1/2022/GASEC.

Gabinete do Secretário de Estado da Administração, em Palmas, aos 17 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5450/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/27000/023175
INTERESSADO(A): JOÃO VITOR SOARES DA COSTA
NÚMERO FUNCIONAL: 11919477/1
CARGO: Professor da Educação Básica
ASSUNTO: REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO
ÓRGÃO: Secretaria da Educação
LOTAÇÃO: Colégio Militar do Estado do Tocantins - Presidente Costa e Silva
MUNICÍPIO: GURUPI

Com base na documentação constante do presente processo, em especial a manifestação da Junta Médica Oficial do Estado, resolvo CONCEDER, ao(à) requerente JOAO VITOR SOARES DA COSTA, o benefício de Redução de Jornada de Trabalho, de 8 (oito) para 6 (seis) horas diárias ininterruptas, nos termos do art. 115, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, pelo prazo de um ano, para o período de 03/11/2025 a 02/11/2026.

Para fins de renovação do benefício em referência faz-se necessária a apresentação de documentação comprobatória de permanência das necessidades especiais do(a) servidor, com antecedência de 30 (trinta) dias do término do período retrocitado.

Gabinete do Secretário de Estado da Administração, em Palmas, aos 17 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5455/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/24830/002339
INTERESSADO(A): JUSCELINO DE OLIVEIRA CESAR
ASSUNTO: Abono de Permanência
CARGO: Auditor Fiscal da Receita Estadual
TIPO DE VÍNCULO: Concursado
NÚMERO FUNCIONAL: 349012/3
CPF: XXX.XXX.351-53
ÓRGÃO: Secretaria da Fazenda

Tendo em vista a documentação que instrui os presentes autos, bem como nos termos da Informação Técnica, de 13 de novembro de 2025, da Gerência de Concessão e Revisão de Benefícios, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins às fls. 47/48, CONCEDO Abono de Permanência ao(à) servidor(a) em referência, a partir de 14 de julho de 2020 (com dedução do período prescrito em conformidade com o art. 125, da Lei nº 1.818/2007), até a data em que se der sua aposentadoria, em valor equivalente a sua Contribuição Previdenciária, nos termos do art. 47, da Lei nº 1.614, de 04 de outubro de 2005.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 12 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5481/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2022/24830/000176
INTERESSADO(A): ANTONIO ALMEIDA CÂMARA
ASSUNTO: Revisão Abono de Permanência
CARGO: Professor da Educação Básica
TIPO DE VÍNCULO: Concursado
NÚMERO FUNCIONAL: 230197/2
CPF: XXX.XXX.701-72
ÓRGÃO: Secretaria da Educação

Após reanálise dos autos, promovida no presente feito, por meio da Informação Técnica, de 25 de julho de 2023, às fls. 160/163 e Despacho nº 3.097, de 26 de julho de 2023, ambos, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, resolvo:

- TORNAR SEM EFEITO o Despacho nº 2.410, de 07 de agosto de 2023, publicado no Diário Oficial nº 6.391, de 15 de agosto de 2023, de indeferimento do pedido em questão;

- RETIFICAR o Despacho nº 5.779, de 31 de outubro de 2017, que concedeu ao(à) requerente Abono de Permanência, para que onde consta: "a partir de 20 de junho de 2017, até a data que se der sua aposentadoria passe a constar: "no período de 29.08.2014 a 07.07.2021".

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 15 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5482/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/24830/003010
INTERESSADO(A): JOSILENE OLIMPIO ARAUJO SILVA
ASSUNTO: Abono de Permanência
CARGO: Assistente Administrativo
TIPO DE VÍNCULO: Concursado
NÚMERO FUNCIONAL: 649949/3
CPF: XXX.XXX.561-20
ÓRGÃO: Departamento Estadual de Trânsito

Tendo em vista a documentação que instrui os presentes autos, bem como nos termos da Informação Técnica, de 18 de novembro de 2025, da Gerência de Concessão e Revisão de Benefícios, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, às fls. 29/30, CONCEDO Abono de Permanência ao(à) requerente, no período de 25.01.2025 a 30.11.2025, equivalente ao valor de sua Contribuição Previdenciária, nos termos do art. 52, da Lei Complementar nº 150, de 20 de dezembro de 2023.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 15 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5483/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/24830/003506
INTERESSADO(A): ROSIRA LOPES DA ROCHA AYRES
ASSUNTO: Abono de Permanência
CARGO: Auxiliar de Serviços Gerais
TIPO DE VÍNCULO: Concursado
NÚMERO FUNCIONAL: 299847/4
CPF: XXX.XXX.311-34
ÓRGÃO: Secretaria da Educação

Tendo em vista a documentação que instrui os presentes autos, bem como nos termos da Informação Técnica, de 02 de dezembro de 2025, da Gerência de Concessão e Revisão de Benefícios, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins às fls. 66/67, CONCEDO Abono de Permanência ao(à) servidor(a) em referência, a partir de 20 de dezembro de 2023, até a data em que se der sua aposentadoria, em valor equivalente a sua Contribuição Previdenciária, nos termos do art. 52, da Lei Complementar nº 150, de 20 de dezembro de 2023.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 15 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5488/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/24830/003150
INTERESSADO(A): MARILDA FELIX DE MIRANDA
ASSUNTO: Abono de Permanência
CARGO: Biomédico
TIPO DE VÍNCULO: Concursado
NÚMERO FUNCIONAL: 627565/1
CPF: XXX.XXX.931-91
ÓRGÃO: Secretaria da Saúde

Tendo em vista a documentação que instrui os presentes autos, bem como nos termos da Informação Técnica, de 24 de novembro de 2025, da Gerência de Concessão e Revisão de Benefícios, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, às fls. 29/30, CONCEDO Abono de Permanência ao(à) requerente, no período de 26.06.2025 a 30.11.2025, equivalente ao valor de sua Contribuição Previdenciária, nos termos do art. 52, da Lei Complementar nº 150, de 20 de dezembro de 2023.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 15 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5489/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/24830/003352
INTERESSADO(A): IRAIDES CARLOS BELEM
ASSUNTO: Abono de Permanência
CARGO: Assistente Administrativo
TIPO DE VÍNCULO: Concursado
NÚMERO FUNCIONAL: 493056/1
CPF: XXX.XXX.571-20
ÓRGÃO: Secretaria da Saúde

Tendo em vista a documentação que instrui os presentes autos, bem como nos termos da Informação Técnica, de 18 de novembro de 2025, da Gerência de Concessão e Revisão de Benefícios, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, às fls. 47/48, CONCEDO Abono de Permanência ao(à) requerente, no período de 11.10.2025 a 30.11.2025, equivalente ao valor de sua Contribuição Previdenciária, nos termos do art. 52, da Lei Complementar nº 150, de 20 de dezembro de 2023.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 15 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5490/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/24830/003404
INTERESSADO(A): ANGÉLICA PEREIRA DA SILVA
ASSUNTO: Abono de Permanência
CARGO: Professor Normalista
TIPO DE VÍNCULO: Concursado
NÚMERO FUNCIONAL: 749373/1
CPF: XXX.XXX.401-00
ÓRGÃO: Secretaria da Educação

Tendo em vista a documentação que instrui os presentes autos, bem como nos termos da Informação Técnica, de 1º de dezembro de 2025, da Gerência de Concessão e Revisão de Benefícios, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, às fls. 27/28, CONCEDO Abono de Permanência ao(à) requerente, no período de 14.10.2025 a 04.12.2025, equivalente ao valor de sua Contribuição Previdenciária, nos termos do art. 52, da Lei Complementar nº 150, de 20 de dezembro de 2023.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 15 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5491/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/24830/002812
INTERESSADO(A): SERGIO AUGUSTO TAVARES ANDRADE
ASSUNTO: Abono de Permanência
CARGO: Engenheiro Eletricista
TIPO DE VÍNCULO: Concursado
NÚMERO FUNCIONAL: 357884/1
CPF: XXX.XXX.392-15
ÓRGÃO: Secretaria da Fazenda

Tendo em vista a documentação que instrui os presentes autos, bem como nos termos da Informação Técnica, de 12 de novembro de 2025, da Gerência de Concessão e Revisão de Benefícios, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins às fls. 45/46, CONCEDO Abono de Permanência ao(à) servidor(a) em referência, a partir de 30 de julho de 2025, até a data em que se der sua aposentadoria, em valor equivalente a sua Contribuição Previdenciária, nos termos do art. 52, da Lei Complementar nº 150, de 20 de dezembro de 2023.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 15 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5492/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/39000/000132
INTERESSADO(A): GABRIELLA FERREIRA DEBIAZZI
ASSUNTO: Prorrogação de Licença para Tratar de Interesses Particulares
CARGO: Assistente Administrativo
TIPO DE VÍNCULO: Concursado
NÚMERO FUNCIONAL: 11142375/2
CPF: xxx.xxx.761-16
ÓRGÃO: Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
LOTAÇÃO: Gerência de Gestão de Pessoas
MUNICÍPIO: Palmas

Acolhendo a Informação Técnica, prestada pela Diretoria de Gestão Funcional, da Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, desta Pasta, e demais documentos constantes dos autos, e ainda nos termos do art. 103, da Lei Estadual nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, resolvo PRORROGAR a Licença para Tratar de Interesses Particulares, concedida ao(à) servidor(a) Gabriela Ferreira Debiazzi, por meio do Despacho nº 3.922, de 18 de outubro de 2022, publicado no Diário Oficial nº 6.198, de 26 de outubro de 2022, por mais 02 (dois) anos, compreendido(s) no período de 18.09.2025 a 17.09.2027.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 16 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5493/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/34430/002575
INTERESSADO(A): RODRIGO ROCHA NOGUEIRA
ASSUNTO: Prorrogação de Licença para Tratar de Interesses Particulares
CARGO: Assistente Administrativo
TIPO DE VÍNCULO: Concursado
NÚMERO FUNCIONAL: 11187379/1
CPF: xxx.xxx.461-27
ÓRGÃO: Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins
LOTAÇÃO: Unidade Seccional
MUNICÍPIO: Chapada de Areia

Acolhendo a Informação Técnica, prestada pela Diretoria de Gestão Funcional, da Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, desta Pasta, e demais documentos constantes dos autos, e ainda nos termos do art. 103, da Lei Estadual nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, resolvo PRORROGAR a Licença para Tratar de Interesses Particulares, concedida ao(à) servidor(a) Rodrigo Rocha Nogueira, por meio do Despacho nº 139, de 11 de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial nº 6.253, de 19 de janeiro de 2023, por mais 03 (três) anos, compreendido(s) no período de 02.01.2026 a 01.01.2029.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 16 de dezembro de 2025

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5495/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/27000/029134
INTERESSADO(A): NILZA BORGES DE CARVALHO
ASSUNTO: Prorrogação de Licença para Tratar de Interesses Particulares
CARGO: Assistente Administrativo
TIPO DE VÍNCULO: Concursado
NÚMERO FUNCIONAL: 761968/5
CPF: xxx.xxx.401-10
ÓRGÃO: Secretaria da Educação
LOTAÇÃO: Colégio Estadual Marechal Costa e Silva
MUNICÍPIO: Muricilândia
REGIONAL: Araguaína

Acolhendo a Informação Técnica, prestada pela Diretoria de Gestão Funcional, da Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, desta Pasta, e demais documentos constantes dos autos, e ainda nos termos do art. 103, da Lei Estadual nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, resolvo PRORROGAR a Licença para Tratar de Interesses Particulares, concedida ao(à) servidor(a) Nilza Borges de Carvalho, por meio do Despacho nº 3.659, de 26 de setembro de 2022, publicado no Diário Oficial nº 6.182, de 30 de setembro de 2022, por mais 03 (três) anos, compreendido(s) no período de 25.11.2025 a 24.11.2028.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 16 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5511/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/24830/003619
INTERESSADO(A): MARGANETE VIEIRA DE MELO
ASSUNTO: Abono de Permanência
CARGO: Professor Normalista
TIPO DE VÍNCULO: Concursado
NÚMERO FUNCIONAL: 761567/2
CPF: XXX.XXX.561-34
ÓRGÃO: Secretaria da Educação

Tendo em vista a documentação que instrui os presentes autos, bem como nos termos da Informação Técnica, de 03 de dezembro de 2025, da Gerência de Concessão e Revisão de Benefícios, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins às fls. 18/19, CONCEDO Abono de Permanência ao(à) servidor(a) em referência, a partir de 18 de setembro de 2025, até a data em que se der sua aposentadoria, em valor equivalente a sua Contribuição Previdenciária, nos termos do art. 52, da Lei Complementar nº 150, de 20 de dezembro de 2023.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 16 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5512/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/24830/003211
INTERESSADO(A): NEIVALDO LUIZ FIGUEIREDO
ASSUNTO: Abono de Permanência
CARGO: Professor da Educação Básica
TIPO DE VÍNCULO: Concursado
NÚMERO FUNCIONAL: 339500/1
CPF: XXX.XXX.592-68
ÓRGÃO: Secretaria da Educação

Tendo em vista a documentação que instrui os presentes autos, bem como nos termos da Informação Técnica, de 02 de dezembro de 2025, da Gerência de Concessão e Revisão de Benefícios, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, às fls. 49/50, CONCEDO Abono de Permanência ao(à) requerente, no período de 22.02.2025 a 04.12.2025, equivalente ao valor de sua Contribuição Previdenciária, nos termos do art. 52, da Lei Complementar nº 150, de 20 de dezembro de 2023.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 16 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5514/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/24830/002650
INTERESSADO(A): RUTE MARIA MAIA FERREIRA
ASSUNTO: Abono de Permanência
CARGO: Professor da Educação Básica
TIPO DE VÍNCULO: Concursado
NÚMERO FUNCIONAL: 635835/2
CPF: XXX.XXX.221-53
ÓRGÃO: Secretaria da Educação

Tendo em vista a documentação que instrui os presentes autos, bem como nos termos da Informação Técnica, de 05 de novembro de 2025, da Gerência de Concessão e Revisão de Benefícios, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, às fls. 50/51, CONCEDO Abono de Permanência ao(à) requerente, no período de 14.08.2025 a 05.11.2025, equivalente ao valor de sua Contribuição Previdenciária, nos termos do art. 52, da Lei Complementar nº 150, de 20 de dezembro de 2023.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 16 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5515/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/24830/000841
INTERESSADO(A): LUZINETE AZEVEDO GUIMARÃES GUSTMANN
ASSUNTO: Abono de Permanência
CARGO: Assistente Administrativo
TIPO DE VÍNCULO: Concursado
NÚMERO FUNCIONAL: 615800/2
CPF: XXX.XXX.131-04
ÓRGÃO: Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social

Tendo em vista a documentação que instrui os presentes autos, bem como nos termos da Informação Técnica, de 11 de setembro de 2025, da Gerência de Concessão e Revisão de Benefícios, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, às fls. 48/49, CONCEDO Abono de Permanência ao(à) requerente, no período de 27.02.2025 a 05.11.2025, equivalente ao valor de sua Contribuição Previdenciária, nos termos do art. 52, da Lei Complementar nº 150, de 20 de dezembro de 2023.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 16 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5518/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/27000/027542
INTERESSADO(A): FRANCISCO LAZARO OLIVEIRA DA SILVA
NOME DO DEPENDENTE: Kalebe Alves Oliveira
GRAU DE PARENTESCO: Filho
NÚMERO FUNCIONAL: 11562013/6
CARGO: Professor da Educação Básica
ASSUNTO: REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO
ÓRGÃO: Secretaria da Educação
LOTAÇÃO: Centro de Ensino Médio José Alves de Assis
MUNICÍPIO: PARAÍSO DO TOCANTINS

Com base na documentação constante do presente processo, em especial a manifestação da Junta Médica Oficial do Estado, resolvo CONCEDER, ao(à) requerente FRANCISCO LAZARO OLIVEIRA DA SILVA, o benefício de Redução de Jornada de Trabalho, de 8 (oito) para 6 (seis) horas diárias ininterruptas, nos termos do art. 112, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, pelo prazo de um ano, para o período de 10/11/2025 a 09/11/2026.

Para fins de renovação do benefício em referência faz-se necessária a apresentação de documentação comprobatória de permanência das necessidades especiais do(a) dependente, com antecedência de 30 (trinta) dias do término do período retrocitado.

Gabinete do Secretário de Estado da Administração, em Palmas, aos 17 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5519/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/31000/003283
INTERESSADO(A): LARISSA CHAVES E SILVA
NOME DO DEPENDENTE: Giovanna Chaves Santos
GRAU DE PARENTESCO: Filha
NÚMERO FUNCIONAL: 11176660/1
CARGO: Assistente Administrativo
ASSUNTO: REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO
ÓRGÃO: Secretaria da Segurança Pública
LOTAÇÃO: Diretoria de Papiloscopia
MUNICÍPIO: PALMAS

Com base na documentação constante do presente processo, em especial a manifestação da Junta Médica Oficial do Estado, resolvo CONCEDER, ao(à) requerente LARISSA CHAVES E SILVA, o benefício de Redução de Jornada de Trabalho, de 8 (oito) para 6 (seis) horas diárias ininterruptas, nos termos do art. 112, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, pelo prazo de um ano, para o período de 10/11/2025 a 09/11/2026.

Para fins de renovação do benefício em referência faz-se necessária a apresentação de documentação comprobatória de permanência das necessidades especiais do(a) dependente, com antecedência de 30 (trinta) dias do término do período retrocitado.

Gabinete do Secretário de Estado da Administração, em Palmas, aos 17 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5520/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/27000/026625
INTERESSADO(A): DEJANIRA FERREIRA RIBEIRO
NOME DO DEPENDENTE: Perpetua Ferreira Ribeiro
GRAU DE PARENTESCO: Mãe
NÚMERO FUNCIONAL: 801656/1
CARGO: Assistente Administrativo
ASSUNTO: INDEFERIMENTO DE REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO
ÓRGÃO: Secretaria da Educação
LOTAÇÃO: 012.ESDP II - Escola Estadual Dom Pedro II
MUNICÍPIO: WANDERLÂNDIA

Com base na manifestação da Junta Médica Oficial do Estado, resolvo INDEFERIR a solicitação de concessão do benefício de Redução de Jornada de Trabalho, tendo em vista que o servidor optou pelo cancelamento da solicitação, conforme parecer social.

Gabinete do Secretário de Estado da Administração, em Palmas, aos 17 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5521/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/30550/007295
INTERESSADO(A): MISMA ROSANE RESPLANDES FARIAS
NOME DO DEPENDENTE: Isaque Resplandes Farias Rodrigues Borges
GRAU DE PARENTESCO: Filho
NÚMERO FUNCIONAL: 854399/1
CARGO: Auxiliar de Enfermagem
ASSUNTO: INDEFERIMENTO DE REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO
ÓRGÃO: Secretaria da Saúde
LOTAÇÃO: Gerência Técnica do Hem Regional de Araguaína
MUNICÍPIO: ARAGUAÍNA

Com base legal na Instrução Normativa, consoante faculta os arts. 41 e 42, recomendamos pelo INDEFERIMENTO do pedido do benefício de Redução da Jornada de Trabalho para Seis Horas Diárias Ininterruptas, embora esteja contemplada no rol de doenças que possibilitam a redução de carga horária, conforme previsão da referida Instrução Normativa, verifica-se que a servidora já cumpre jornada de trabalho de seis horas diárias, o que caracteriza, na prática, uma jornada reduzida.

Gabinete do Secretário de Estado da Administração, em Palmas, aos 17 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5522/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/27000/026852
INTERESSADO(A): BRUNA REGES FURTADO DA CUNHA
NOME DO DEPENDENTE: Isaac Reges da Cunha
GRAU DE PARENTESCO: Filho
NÚMERO FUNCIONAL: 11922303/1
CARGO: Professor da Educação Básica
ASSUNTO: REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO
ÓRGÃO: Secretaria da Educação
LOTAÇÃO: Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto
MUNICÍPIO: PALMAS

Com base na documentação constante do presente processo, em especial a manifestação da Junta Médica Oficial do Estado, resolvo CONCEDER, ao(à) requerente BRUNA REGES FURTADO DA CUNHA, o benefício de Redução de Jornada de Trabalho, de 8 (oito) para 6 (seis) horas diárias ininterruptas, nos termos do art. 112, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, pelo prazo de um ano, para o período de 03/11/2025 a 02/11/2026.

Para fins de renovação do benefício em referência faz-se necessária a apresentação de documentação comprobatória de permanência das necessidades especiais do(a) dependente, com antecedência de 30 (trinta) dias do término do período retrocitado.

Gabinete do Secretário de Estado da Administração, em Palmas, aos 17 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5523/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/27000/027484
INTERESSADO(A): GEORGIA ROSAL BEZERRA BARROS REIS
NOME DO DEPENDENTE: Sarah Rosal Barros Reis
GRAU DE PARENTESCO: Filha
NÚMERO FUNCIONAL: 603561/1
CARGO: Professor da Educação Básica
ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO
ÓRGÃO: Secretaria da Educação
LOTAÇÃO: Escola Estadual Novo Horizonte
MUNICÍPIO: ARAGUAÍNA

Com base na manifestação da Junta Médica Oficial do Estado, resolvo PRORROGAR o período de concessão do benefício de Redução de Jornada de Trabalho, de 08 (oito) para 06 (seis) horas ininterruptas, inicialmente concedido à servidora GEORGIA ROSAL BEZERRA BARROS REIS, por meio do Despacho nº 5025, de 08 de janeiro de 2025, nos termos do art. 112, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, pelo prazo de um ano, para o período de 30/09/2025 a 29/09/2026.

Gabinete do Secretário de Estado da Administração, em Palmas, aos 17 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5524/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/27000/025694
INTERESSADO(A): RITA DE CASSIA CASTRO VIDAL
NOME DO PORTADOR DE
NECESSIDADES ESPECIAIS: Artur Miguel Vidal Nogueira
GRAU DE PARENTESCO: Filho
NÚMERO FUNCIONAL: 11234180/2
CARGO: Professor da Educação Básica
ASSUNTO: REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO
ÓRGÃO: Secretaria da Educação
LOTAÇÃO: Superintendência Regional de Educação de Palmas
MUNICÍPIO: PALMAS

Com base na documentação constante do presente processo, em especial a manifestação da Junta Médica Oficial do Estado, resolvo CONCEDER, ao(à) requerente RITA DE CASSIA CASTRO VIDAL, o benefício de Redução de Jornada de Trabalho, de 8 (oito) para 6 (seis) horas diárias ininterruptas, nos termos do art. 112, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, pelo prazo de um ano, para o período de 03/11/2025 a 02/11/2026.

Para fins de renovação do benefício em referência faz-se necessária a apresentação de documentação comprobatória de permanência das necessidades especiais do(a) dependente, com antecedência de 30 (trinta) dias do término do período retrocitado.

Gabinete do Secretário de Estado da Administração, em Palmas, aos 17 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5525/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/30550/008952
INTERESSADO(A): LEANDRO COUTO CARVALHO
NOME DO DEPENDENTE: Nicholas Felipe Moreira Couto
GRAU DE PARENTESCO: Filho
NÚMERO FUNCIONAL: 88605/2
CARGO: Administrador
CARGO: Supervisor de Serviços Operacionais
ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO
ÓRGÃO: Secretaria da Saúde
LOTAÇÃO: Hospital de Referência de Dianópolis
MUNICÍPIO: DIANÓPOLIS

Com base na manifestação da Junta Médica Oficial do Estado, resolvo PRORROGAR o período de concessão do benefício de Redução de Jornada de Trabalho, de 08 (oito) horas para 06 (seis) horas ininterruptas, inicialmente concedido ao servidor(a) LEANDRO COUTO CARVALHO, por meio do Despacho nº 4751, de 10 de Dezembro de 2024, nos termos do art. 112, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, pelo prazo de um ano, para o período de 11/11/2025 a 10/11/2026.

Gabinete do Secretário de Estado da Administração, em Palmas, aos 17 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5526/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/27000/027388
INTERESSADO(A): MARIA DAS DORES DO BONFIM E SOUSA
NÚMERO FUNCIONAL: 495648/1
CARGO: Professor Normalista
ASSUNTO: REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO
ÓRGÃO: Secretaria da Educação
LOTAÇÃO: Escola Estadual Adeuvaldo de Oliveira Moraes
MUNICÍPIO: FILADELFIA

Com base na documentação constante do presente processo, em especial a manifestação da Junta Médica Oficial do Estado, resolvo CONCEDER, ao(à) requerente MARIA DAS DORES DO BONFIM E SOUSA, o benefício de Redução de Jornada de Trabalho, de 8 (oito) para 6 (seis) horas diárias ininterruptas, nos termos do art. 115, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, pelo prazo de um ano, para o período de 04/11/2025 a 03/11/2026.

Para fins de renovação do benefício em referência faz-se necessária a apresentação de documentação comprobatória de permanência das necessidades especiais do(a) servidor, com antecedência de 30 (trinta) dias do término do período retrocitado.

Gabinete do Secretário de Estado da Administração, em Palmas, aos 17 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5528/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/39000/000131
INTERESSADO(A): SINVALDO BORGES LEAL
ASSUNTO: Prorrogação de Licença para Tratar de Interesses Particulares
CARGO: Motorista
TIPO DE VÍNCULO: Concursado
NÚMERO FUNCIONAL: 847050/2
CPF: xxx.xxx.571-49
ÓRGÃO: Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
LOTAÇÃO: Gerência Geral de Administração
MUNICÍPIO: Palmas

Acolhendo a Informação Técnica, prestada pela Diretoria de Gestão Funcional, da Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, desta Pasta, e demais documentos constantes dos autos, e ainda nos termos do art. 103, da Lei Estadual nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, resolvo PRORROGAR a Licença para Tratar de Interesses Particulares, concedida ao(à) servidor(a) Sinvaldo Borges Leal, por meio do Despacho nº 44, de 08 de janeiro de 2024, publicado no Diário Oficial nº 6.491, de 16 de janeiro de 2024, por mais 01 (um) ano, compreendido(s) no período de 10.01.2026 a 09.01.2027.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 16 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5529/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/17010/002277
INTERESSADO(A): NENIVEA DE MOURA COELHO
ASSUNTO: Prorrogação de Licença para Tratar de Interesses Particulares
CARGO: Policial Penal
TIPO DE VÍNCULO: Concursado
NÚMERO FUNCIONAL: 1062840/2
CPF: xxx.xxx.101-78
ÓRGÃO: Secretaria da Cidadania e Justiça
LOTAÇÃO: Unidade Penal de Colinas do Tocantins
MUNICÍPIO: Colinas do Tocantins

Acolhendo a Informação Técnica, prestada pela Diretoria de Gestão Funcional, da Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, desta Pasta, e demais documentos constantes dos autos, e ainda nos termos do art. 103, da Lei Estadual nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, resolvo PRORROGAR a Licença para Tratar de Interesses Particulares, concedida ao(à) servidor(a) Nenivea de Moura Coêlho, por meio do Despacho nº 5.064, de 20 de dezembro de 2024, publicado no Diário Oficial nº 6.736, de 15 de janeiro de 2025, por mais 01 (um) ano, compreendido(s) no período de 01.01.2026 a 31.12.2026.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 16 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5532/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/30550/010036
INTERESSADO(A): VANIDIA GAGLIERO DA SILVA BARBOSA
NOME DO DEPENDENTE: Lucas Silva Barbosa
GRAU DE PARENTESCO: Filho
NÚMERO FUNCIONAL: 11546727/1
CARGO: Supervisor de Serviços Operacionais
CARGO: Assistente de Serviços de Saúde
ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO
ÓRGÃO: Secretaria da Saúde
LOTAÇÃO: Centro de Int de Assistência à Mulher e à Criança Dona Regina Siqueira Campos
MUNICÍPIO: PALMAS

Com base na manifestação da Junta Médica Oficial do Estado, resolvo PRORROGAR o período de concessão do benefício de Redução de Jornada de Trabalho, de 08 (oito) horas para 06 (seis) horas ininterruptas, inicialmente concedido ao servidor(a) VANIDIA GAGLIERO DA SILVA BARBOSA, por meio do Despacho nº 4840, de 10 de Dezembro de 2024, nos termos do art. 112, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, pelo prazo de um ano, para o período de 26/10/2025 a 25/10/2026.

Gabinete do Secretário de Estado da Administração, em Palmas, aos 17 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5533/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/27000/027453
INTERESSADO(A): HELDER LUCIO CHAVES EVANGELISTA
NOME DO DEPENDENTE: Rebecca Rodrigues Evangelista
GRAU DE PARENTESCO: Filha
NÚMERO FUNCIONAL: 113314/13
CARGO: Professor da Educação Básica
ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO
ÓRGÃO: Secretaria da Educação
LOTAÇÃO: Escola Estadual Almeida Sardinha
MUNICÍPIO: ITACAJA

Com base na manifestação da Junta Médica Oficial do Estado, resolvo PRORROGAR o período de concessão do benefício de Redução de Jornada de Trabalho, de 08 (oito) horas para 06 (seis) horas ininterruptas, inicialmente concedido ao servidor(a) HELDER LUCIO CHAVES EVANGELISTA, por meio do Despacho nº 4839, de 10 de Dezembro de 2024, nos termos do art. 112, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, pelo prazo de um ano, para o período de 05/11/2025 a 04/11/2026.

Gabinete do Secretário de Estado da Administração, em Palmas, aos 17 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5534/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/30550/009408
INTERESSADO(A): FABIANA FLEURY CURADO
NOME DO DEPENDENTE: João Bento Curado Rossini
GRAU DE PARENTESCO: Filho
NÚMERO FUNCIONAL: 1114565/1
CARGO: Psicólogo
ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO
ÓRGÃO: Secretaria da Saúde
LOTAÇÃO: Centro de Int de Ass a Mul e a Cri D Regina S Campos
MUNICÍPIO: PALMAS

Com base na manifestação da Junta Médica Oficial do Estado, resolvo PRORROGAR o período de concessão do benefício de Redução de Jornada de Trabalho, de 08 (oito) horas para 06 (seis) horas ininterruptas, inicialmente concedido ao servidor(a) FABIANA FLEURY CURADO, por meio do Despacho nº 4978, de 18 de Dezembro de 2024, nos termos do art. 112, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, pelo prazo de um ano, para o período de 22/11/2025 a 21/11/2026.

Gabinete do Secretário de Estado da Administração, em Palmas, aos 17 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5535/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/27000/019680
INTERESSADO(A): TEREZILZA PEREIRA DOS SANTOS AMORIM
NOME DO DEPENDENTE: Valter Araújo de Amorim
GRAU DE PARENTESCO: Cônjuge
NÚMERO FUNCIONAL: 953500/4
CARGO: Professor Normalista
ASSUNTO: REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO
ÓRGÃO: Secretaria da Educação
LOTAÇÃO: Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto
MUNICÍPIO: PALMAS

Com base na documentação constante do presente processo, em especial a manifestação da Junta Médica Oficial do Estado, resolvo CONCEDER, ao(à) requerente TEREZILZA PEREIRA DOS SANTOS AMORIM, o benefício de Redução de Jornada de Trabalho, de 8 (oito) para 6 (seis) horas diárias ininterruptas, nos termos do art. 112, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, pelo prazo de um ano, para o período de 03/11/2025 a 02/11/2026.

Para fins de renovação do benefício em referência faz-se necessária a apresentação de documentação comprobatória de permanência das necessidades especiais do(a) dependente, com antecedência de 30 (trinta) dias do término do período retrocitado.

Gabinete do Secretário de Estado da Administração, em Palmas, aos 19 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5540/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/30550/008520
INTERESSADO(A): JACYANNE BESSA VON SCHWANER
NOME DO DEPENDENTE: José Marcos Pontes
GRAU DE PARENTESCO: Cônjuge
NÚMERO FUNCIONAL: 1289454/1
CARGO: Médico
ASSUNTO: REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO
ÓRGÃO: Secretaria da Saúde
LOTAÇÃO: Hospital de Referência de Araguaína
MUNICÍPIO: ARAGUAINA

Com base na documentação constante do presente processo, em especial a manifestação da Junta Médica Oficial do Estado, resolvo CONCEDER, ao(à) requerente JACYANNE BESSA VON SCHWANER, o benefício de Redução de Jornada de Trabalho, de 8 (oito) para 6 (seis) horas diárias ininterruptas, nos termos do art. 112, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, pelo prazo de um ano, para o período de 31/10/2025 a 30/10/2026.

Para fins de renovação do benefício em referência faz-se necessária a apresentação de documentação comprobatória de permanência das necessidades especiais do(a) dependente, com antecedência de 30 (trinta) dias do término do período retrocitado.

Gabinete do Secretário de Estado da Administração, em Palmas, aos 17 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5541/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/27000/026848
INTERESSADO(A): FABIANE GERALDA ALVES MOREIRA CAIXETA
NOME DO DEPENDENTE: Heitor Moreira Caixeta
GRAU DE PARENTESCO: Filha
NÚMERO FUNCIONAL: 11516950/4
CARGO: Professor da Educação Básica
ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO
ÓRGÃO: Secretaria da Educação
LOTAÇÃO: IPÊS - Instituto Presb Educac e Social - Convênio
MUNICÍPIO: PALMAS

Com base na manifestação da Junta Médica Oficial do Estado, resolvo PRORROGAR o período de concessão do benefício de Redução de Jornada de Trabalho, de 08 (oito) horas para 06 (seis) horas ininterruptas, inicialmente concedido ao servidor(a) FABIANE GERALDA ALVES MOREIRA CAIXETA, por meio do Despacho nº 137, de 21 de Janeiro de 2025, nos termos do art. 112, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, pelo prazo de um ano, para o período de 01/10/2025 a 30/09/2026.

Gabinete do Secretário de Estado da Administração, em Palmas, aos 17 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5542/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/27000/025439
INTERESSADO(A): JANEPE OLIVEIRA COELHO CARVALHO
NOME DO DEPENDENTE: João Bento Coelho e Carvalho
GRAU DE PARENTESCO: Filho
NÚMERO FUNCIONAL: 1062433/3
CARGO: Professor da Educação Básica
ASSUNTO: REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO
ÓRGÃO: Secretaria da Educação
LOTAÇÃO: Col Est Jardim Paulista
MUNICÍPIO: ARAGUAÍNA

Com base na documentação constante do presente processo, em especial a manifestação da Junta Médica Oficial do Estado, resolvo CONCEDER, ao(à) requerente JANEPE OLIVEIRA COELHO CARVALHO, o benefício de Redução de Jornada de Trabalho, de 8 (oito) para 6 (seis) horas diárias ininterruptas, nos termos do art. 112, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, pelo prazo de um ano, para o período de 29/08/2025 a 28/08/2026.

Para fins de renovação do benefício em referência faz-se necessária a apresentação de documentação comprobatória de permanência das necessidades especiais do(a) dependente, com antecedência de 30 (trinta) dias do término do período retrocitado.

Gabinete do Secretário de Estado da Administração, em Palmas, aos 17 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5543/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/23000/013124
INTERESSADO(A): GILBERTO CONCEIÇÃO AMORIM
NÚMERO FUNCIONAL: 11516950/4
CARGO: Professor da Educação Básica
ASSUNTO: REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO
ÓRGÃO: Secretaria da Educação
LOTAÇÃO: Colégio Estadual Jorge Amado
MUNICÍPIO: ARAGUAÍNA

Com base na documentação constante do presente processo, em especial a manifestação da Junta Médica Oficial do Estado, resolvo CONCEDER a partir de 18/11/2025, ao(à) requerente GILBERTO CONCEIÇÃO AMORIM, o benefício de Redução de Jornada de Trabalho, de 8 (oito) para 6 (seis) horas diárias ininterruptas, nos termos do art. 115, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, por período definitivo.

Ressaltamos que o(a) servidor(a) em questão é portador(a) de deficiência física de caráter sequelar e irreversível, não havendo a necessidade de comprovação da permanência das necessidades especiais, conforme a Lei nº 4.138, de 12 de janeiro de 2023.

Gabinete do Secretário de Estado da Administração, em Palmas, aos 17 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5544/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 0002582-27.2024.8.27.2710
INTERESSADO(A): RITA HELENA DE MACEDO DA SILVA
NOME DO DEPENDENTE: Lucas Ravi de Macedo da Silva
GRAU DE PARENTESCO: Filho
NÚMERO FUNCIONAL: 1198262/1
CARGO: Técnico em Enfermagem
CARGO: Supervisor de Serviços Operacionais
ASSUNTO: REVOGAÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO
ÓRGÃO: Secretaria da Saúde
LOTAÇÃO: Hospital de Referência de Augustinópolis
MUNICÍPIO: AUGUSTINOPOLIS

Com base na informação prestada pela Junta Médica Oficial do Estado, resolvo REVOGAR o Benefício de Redução da Jornada de Trabalho, no patamar de 50% (cinquenta por cento) em relação à carga horária normal de trabalho, considerando que, embora o referido benefício tenha sido concedido por decisão judicial, a própria servidora requereu expressamente a sua revogação.

Gabinete do Secretário de Estado da Administração, em Palmas, aos 17 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5545/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/30550/009376
INTERESSADO(A): CARLA DE ANDRADE SILVA
NOME DO DEPENDENTE: Daniel Victor Oliveira Araujo
GRAU DE PARENTESCO: Filho
NÚMERO FUNCIONAL: 1170430/1
CARGO: Fonoaudiólogo
ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO
ÓRGÃO: Secretaria da Saúde
LOTAÇÃO: Gerência Técnica do CER Estadual de Palmas
MUNICÍPIO: PALMAS

Com base na manifestação da Junta Médica Oficial do Estado, resolvo PRORROGAR o período de concessão do benefício de Redução de Jornada de Trabalho, de 08 (oito) horas para 06 (seis) horas ininterruptas, inicialmente concedido ao servidor(a) CARLA DE ANDRADE SILVA, por meio do Despacho nº 139, de 21 de Janeiro de 2025, nos termos do art. 112, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, pelo prazo de um ano, para o período de 21/09/2025 a 20/09/2026.

Gabinete do Secretário de Estado da Administração, em Palmas, aos 17 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5546/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/27000/027636
INTERESSADO(A): ELISANGELA SILVA GOMES
NOME DO DEPENDENTE: Alexandre Gomes Pereira
GRAU DE PARENTESCO: Filho
NÚMERO FUNCIONAL: 839738/2
CARGO: Professor da Educação Básica
ASSUNTO: REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO
ÓRGÃO: Secretaria da Educação
LOTAÇÃO: Colégio Estadual Jardim Paulista
MUNICÍPIO: ARAGUAINA

Com base na documentação constante do presente processo, em especial a manifestação da Junta Médica Oficial do Estado, resolvo CONCEDER, ao(à) requerente ELISANGELA SILVA GOMES, o benefício de Redução de Jornada de Trabalho, de 8 (oito) para 6 (seis) horas diárias ininterruptas, nos termos do art. 112, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, pelo prazo de um ano, para o período de 14/10/2025 a 13/10/2026.

Para fins de renovação do benefício em referência faz-se necessária a apresentação de documentação comprobatória de permanência das necessidades especiais do(a) dependente, com antecedência de 30 (trinta) dias do término do período retrocitado.

Gabinete do Secretário de Estado da Administração, em Palmas, aos 17 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5547/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/27000/028033
INTERESSADO(A): ANDREA SIQUEIRA DE MELO
NOME DO DEPENDENTE: Clara Siqueira de Melo Moura
GRAU DE PARENTESCO: Filha
NÚMERO FUNCIONAL: 1015575/4
CARGO: Professor da Educação Básica
ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO
ÓRGÃO: Secretaria da Educação
LOTAÇÃO: Centro de Ensino Médio Prof Florêncio Aires
MUNICÍPIO: PORTO NACIONAL

Com base na manifestação da Junta Médica Oficial do Estado, resolvo PRORROGAR o período de concessão do benefício de Redução de Jornada de Trabalho, de 08 (oito) horas para 06 (seis) horas ininterruptas, inicialmente concedido ao servidor(a) ANDREA SIQUEIRA DE MELO, por meio do Despacho nº 3943, de 04 de Outubro de 2024, nos termos do art. 112, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, pelo prazo de um ano, para o período de 20/09/2025 a 19/09/2026.

Gabinete do Secretário de Estado da Administração, em Palmas, aos 17 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5548/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/27000/027639
INTERESSADO(A): JACIENE APARECIDA ALVES SOUSA
NÚMERO FUNCIONAL: 816726/3
CARGO: Professor da Educação Básica
ASSUNTO: REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO
ÓRGÃO: Secretaria da Educação
LOTAÇÃO: APAE - Escola Esp Raios de Luz - Convênio
MUNICÍPIO: ARAGUAINA

Com base na documentação constante do presente processo, em especial a manifestação da Junta Médica Oficial do Estado, resolvo CONCEDER, ao(à) requerente JACIENE APARECIDA ALVES SOUSA, o benefício de Redução de Jornada de Trabalho, de 8 (oito) para 6 (seis) horas diárias ininterruptas, nos termos do art. 115, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, pelo prazo de um ano, para o período de 11/11/2025 a 10/11/2026.

Para fins de renovação do benefício em referência faz-se necessária a apresentação de documentação comprobatória de permanência das necessidades especiais do(a) servidor, com antecedência de 30 (trinta) dias do término do período retrocitado.

Gabinete do Secretário de Estado da Administração, em Palmas, aos 17 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5549/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/27000/027056
INTERESSADO(A): ILDA NETA SILVA DE ALMEIDA
NOME DO DEPENDENTE: Helena Almeida Rezende
GRAU DE PARENTESCO: Filha
NÚMERO FUNCIONAL: 1244256/1
CARGO: Professor da Educação Básica
ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO
ÓRGÃO: Secretaria da Educação
LOTAÇÃO: Centro de Ensino Médio Tiradentes
MUNICÍPIO: PALMAS

Com base na manifestação da Junta Médica Oficial do Estado, resolvo PRORROGAR o período de concessão do benefício de Redução de Jornada de Trabalho, de 08 (oito) horas para 06 (seis) horas ininterruptas, inicialmente concedido ao servidor(a) ILDA NETA SILVA DE ALMEIDA, por meio do Despacho nº 3949, de 04 de Outubro de 2024, nos termos do art. 112, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, pelo prazo de um ano, para o período de 12/09/2025 a 11/09/2026.

Gabinete do Secretário de Estado da Administração, em Palmas, aos 17 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5550/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/27000/027229
INTERESSADO(A): EDIVANIA PALMEIRA RODRIGUES
NÚMERO FUNCIONAL: 1042513/3
CARGO: Professor da Educação Básica
ASSUNTO: REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO
ÓRGÃO: Secretaria da Educação
LOTAÇÃO: Colégio João Dabreu - Convênio
MUNICÍPIO: DIANOPOLIS

Com base na documentação constante do presente processo, em especial a manifestação da Junta Médica Oficial do Estado, resolvo **CONCEDER** a partir de 20/10/2025, ao(à) requerente EDIVANIA PALMEIRA RODRIGUES o benefício de Redução de Jornada de Trabalho, de 8 (oito) para 6 (seis) horas diárias ininterruptas, nos termos do art. 115, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, por período definitivo.

Ressaltamos que o(a) servidor(a) em questão é portador(a) de deficiência física de caráter sequelar e irreversível, não havendo a necessidade de comprovação da permanência das necessidades especiais, conforme a Lei nº 4.138, de 12 de janeiro de 2023.

Gabinete do Secretário de Estado da Administração, em Palmas, aos 17 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5551/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/27000/027059
INTERESSADO(A): JEFFERSON DIAS ANDRADE DE JESUS
NÚMERO FUNCIONAL: 11945338/1
CARGO: Professor da Educação Básica
ASSUNTO: REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO
ÓRGÃO: Secretaria da Educação
LOTAÇÃO: Centro de Ensino Médio Bom Jesus
MUNICÍPIO: GURUPI

Com base na documentação constante do presente processo, em especial a manifestação da Junta Médica Oficial do Estado, resolvo **CONCEDER** a partir de 20/10/2025, ao(à) requerente JEFFERSON DIAS ANDRADE DE JESUS o benefício de Redução de Jornada de Trabalho, de 8 (oito) para 6 (seis) horas diárias ininterruptas, nos termos do art. 115, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, por período definitivo.

Ressaltamos que o(a) servidor(a) em questão é portador(a) de deficiência física de caráter sequelar e irreversível, não havendo a necessidade de comprovação da permanência das necessidades especiais, conforme a Lei nº 4.138, de 12 de janeiro de 2023.

Gabinete do Secretário de Estado da Administração, em Palmas, aos 17 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 5552/2025/GASEC

PROCESSO Nº: 2025/27000/027389
INTERESSADO(A): OLGA CILEIA DA SILVA SANTOS
NÚMERO FUNCIONAL: 840182/2
CARGO: Professor da Educação Básica
ASSUNTO: REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO
ÓRGÃO: Secretaria da Educação
LOTAÇÃO: Escola Paroquial Cristo Rei - Convênio
MUNICÍPIO: TOCANTINOPOLIS

Com base na manifestação da Junta Médica Oficial do Estado, resolvo **PRORROGAR** o período de concessão do benefício de Redução de Jornada de Trabalho, de 08 (oito) horas para 06 (seis) horas ininterruptas, inicialmente concedido ao servidor(a) OLGA CILEIA DA SILVA SANTOS, por meio do Despacho nº 4984, de 18 de Dezembro de 2024, nos termos do art. 115, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, pelo prazo de um ano, para o período de 12/11/2025 a 11/11/2026.

Gabinete do Secretário de Estado da Administração, em Palmas, aos 17 de dezembro de 2025.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

PORTARIA Nº 107/2025/SEAGRO/GASEC

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere a legislação vigente,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Secretário de Estado da Agricultura e Pecuária, FREDERICO SODRÉ DOS SANTOS, matrícula funcional nº 645233/5, para exercer, cumulativamente, a função de Titular do Sistema Unificado de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte - SUSAF/TO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palmas/TO, 19 de dezembro de 2025.

FREDERICO SODRÉ DOS SANTOS
Secretário de Estado da Agricultura e Pecuária

TERMO DE PRORROGAÇÃO DE OFÍCIO DO CONVÊNIO Nº 33010000001/2025

O Secretário Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins, designado pelo Ato nº 3.170 (6.955/DOE) de 06/12/2025, conforme Diário Oficial nº 6.955, de 06 de dezembro de 2025, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no art. 57, §1º, inciso I, e art. 65, inciso I, ambos da Lei nº 8.666/93 c/c art. 27 da Portaria Interministerial CGU/MF/MP nº 424, de 30 de dezembro de 2016, bem como o art. 13, inciso VI, do Decreto Estadual nº 5.815, que trata da obrigação da Administração Pública Estadual em prorrogar "de ofício" a vigência da parceria antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada à prorrogação ao exato período do atraso verificado, sendo que sua publicação se dará no Sistema de Convênios e Parcerias do Estado do Tocantins - Transfere.TO, no endereço <https://transfere.to.gov.br>, ou em outro que vier a substituí-lo e ainda considerando o atraso na liberação do recurso, **RESOLVE PRORROGAR DE OFÍCIO** a vigência do Termo de Convênio, conforme dados abaixo:

Processo nº: 2025/33001/000005

Termo de Convênio: 33010000001/2025

Concedente: Secretaria da Agricultura e Pecuária

Conveniente: Associação das mulheres artesãs do P.A. Antônio Moreira - boca da mata do município de Ananás/TO.

CNPJ: 36.544.240/0001-02

Objeto: Abertura de pequenas barraginhas, gradagem de terras e roço no município de Riachinho e região, não superior a 50 km da sede da entidade.

Valor do Convênio: R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais)

Dotação Orçamentária: 20.631.1147.2058

Natureza da Despesa: 33.50.41 - Contribuições.

Fonte de Recurso: 104.202510 - Emenda Parlamentar do Deputado Estadual Olyntho Neto.

Data da vigência original: 31/12/2025

Vigência Prorrogada Até: 31/12/2026

Gabinete do Secretário da Agricultura e Pecuária em Palmas, aos 12 (doze) dias do mês de dezembro de 2025.

LILIAN MARTINS VENTURINI PARANHOS
Secretária Interina de Estado

SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA

PORTARIA SECIJU Nº 794, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025.

Torna sem efeito a Portaria SECIJU/TO nº 668, de 3 de novembro de 2025, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.936, de 7 de novembro de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA DO TOCANTINS (SECIJU/TO), no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, incisos I, II e IV, da Constituição do Estado do Tocantins, o art. 16 da Lei nº 3.421, de 8 de março de 2019, e demais disposições legais aplicáveis, e

CONSIDERANDO a publicação da Portaria SECIJU/TO nº 668, de 3 de novembro de 2025, no Diário Oficial do Estado nº 6.936, de 7 de novembro de 2025, na qual foi designado o servidor CHRISTIAN STRAATMANN, Assistente Administrativo II, matrícula nº 834418-2, para exercer, em caráter interino, as atribuições da Diretoria de Prevenção contra as Drogas, em substituição ao servidor EVANDRO SOUZA DA SILVA, no período compreendido entre 14/11/2025 a 28/11/2025;

CONSIDERANDO que a Administração Pública exerce controle sobre seus próprios atos, tendo a possibilidade de revogar os inoportunos e inconvenientes,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria SECIJU/TO nº 668, de 3 de novembro de 2025, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.936, de 7 de novembro de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA, em Palmas/TO, aos 18 dias do mês de dezembro de 2025.

HÉLIO PEREIRA MARQUES
Secretário de Estado da Cidadania e Justiça

PORTARIA SECIJU Nº 795, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025.

Remove servidora por necessidade do serviço

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA DO TOCANTINS (SECIJU/TO), no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, incisos I, II e IV, da Constituição do Estado do Tocantins, o art. 16 da Lei nº 3.421, de 8 de março de 2019, e demais disposições legais aplicáveis, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 35, §1º, inciso I, da Lei Estadual nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Tocantins, o qual prevê a possibilidade de remoção de servidor de ofício entre unidades orgânicas do mesmo Órgão, observadas as necessidades do serviço público,

RESOLVE:

Art. 1º Remover, de ofício e por necessidade de serviço, a servidora ANALÚCIA ALVES MACHADO FELIX, Assistente Especializado I, matrícula nº 11955902-2, da Gerência de Gestão de Pessoas para a Superintendência de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor, a partir de 1º de janeiro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA, em Palmas/TO, aos 19 dias de dezembro de 2025.

HÉLIO PEREIRA MARQUES
Secretário de Estado da Cidadania e Justiça

PORTARIA SECIJU Nº 796, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025.

Remove servidora por necessidade do serviço

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA DO TOCANTINS (SECIJU/TO), no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, incisos I, II e IV, da Constituição do Estado do Tocantins, o art. 16 da Lei nº 3.421, de 8 de março de 2019, e demais disposições legais aplicáveis, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 35, §1º, inciso I, da Lei Estadual nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Tocantins, o qual prevê a possibilidade de remoção de servidor de ofício entre unidades orgânicas do mesmo Órgão, observadas as necessidades do serviço público,

RESOLVE:

Art. 1º Remover, de ofício e por necessidade de serviço, a servidora WALDENIA PEREIRA DA SILVA, matrícula nº 11840587-3, do Gabinete do Secretário para a Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor de Palmas, a partir de 1º de janeiro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA, em Palmas/TO, aos 19 dias de dezembro de 2025.

HÉLIO PEREIRA MARQUES
Secretário de Estado da Cidadania e Justiça

PORTARIA SECIJU Nº 797, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025.

Remove servidora por necessidade do serviço

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA DO TOCANTINS (SECIJU/TO), no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, incisos I, II e IV, da Constituição do Estado do Tocantins, o art. 16 da Lei nº 3.421, de 8 de março de 2019, e demais disposições legais aplicáveis, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 35, §1º, inciso I, da Lei Estadual nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Tocantins, o qual prevê a possibilidade de remoção de servidor de ofício entre unidades orgânicas do mesmo Órgão, observadas as necessidades do serviço público,

RESOLVE:

Art. 1º Remover, de ofício e por necessidade de serviço, a servidora YASMINE ULISSES DE FREITAS SILVA, Analista II, matrícula nº 11958901-2, da Diretoria de Planejamento e Convênios para a Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor de Palmas, a partir de 1º de janeiro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA, em Palmas/TO, aos 19 dias de dezembro de 2025.

HÉLIO PEREIRA MARQUES
Secretário de Estado da Cidadania e Justiça

PORTARIA SECIJU Nº 798, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025.

Remove servidora por necessidade do serviço

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA DO TOCANTINS (SECIJU/TO), no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, incisos I, II e IV, da Constituição do Estado do Tocantins, o art. 16 da Lei nº 3.421, de 8 de março de 2019, e demais disposições legais aplicáveis, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 35, §1º, inciso I, da Lei Estadual nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Tocantins, o qual prevê a possibilidade de remoção de servidor de ofício entre unidades orgânicas do mesmo Órgão, observadas as necessidades do serviço público,

RESOLVE:

Art. 1º Remover, de ofício e por necessidade de serviço, a servidora MERY AB JAUDI FERREIRA LOPES, Assessora Especial Técnico III, matrícula nº 234970/3, do Gabinete do Secretário para a Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor de Palmas, a partir de 1º de janeiro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA, em Palmas/TO, aos 19 dias de dezembro de 2025.

HÉLIO PEREIRA MARQUES
Secretário de Estado da Cidadania e Justiça

PORTARIA SECIJU Nº 799, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025.

Remove servidora por necessidade do serviço

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA DO TOCANTINS (SECIJU/TO), no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, incisos I, II e IV, da Constituição do Estado do Tocantins, o art. 16 da Lei nº 3.421, de 8 de março de 2019, e demais disposições legais aplicáveis, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 35, §1º, inciso I, da Lei Estadual nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Tocantins, o qual prevê a possibilidade de remoção de servidor de ofício entre unidades orgânicas do mesmo Órgão, observadas as necessidades do serviço público,

RESOLVE:

Art. 1º Remover, de ofício e por necessidade de serviço, a servidora DAVYLA PINTO ALENCAR, assessora comissionada I, matrícula nº 11869372-2, da Diretoria de Planejamento e Convênios para a Superintendência de Direitos do Humanos e Política de Drogas, a partir de 1º de janeiro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA, em Palmas/TO, aos 19 dias de dezembro de 2025.

HÉLIO PEREIRA MARQUES
Secretário de Estado da Cidadania e Justiça

PORTARIA SECIJU Nº 800, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025.

Remove servidora por necessidade do serviço

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA DO TOCANTINS (SECIJU/TO), no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, incisos I, II e IV, da Constituição do Estado do Tocantins, o art. 16 da Lei nº 3.421, de 8 de março de 2019, e demais disposições legais aplicáveis, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 35, §1º, inciso I, da Lei Estadual nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Tocantins, o qual prevê a possibilidade de remoção de servidor de ofício entre unidades orgânicas do mesmo Órgão, observadas as necessidades do serviço público,

RESOLVE:

Art. 1º Remover, de ofício e por necessidade de serviço, a servidora FABIOLA BARBOSA LUSTOSA, Assistente Especializada I, matrícula nº 11888547-2, da Diretoria de Administração e Finanças para a Gerência de Promoção à Igualdade Racial, à Pessoa Idosa e à Pessoa com Deficiência, a partir de 1º de janeiro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA, em Palmas/TO, aos 19 dias de dezembro de 2025.

HÉLIO PEREIRA MARQUES
Secretário de Estado da Cidadania e Justiça

PORTARIA SECIJU Nº 801, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025.

Remove servidora por necessidade do serviço

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA DO TOCANTINS (SECIJU/TO), no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, incisos I, II e IV, da Constituição do Estado do Tocantins, o art. 16 da Lei nº 3.421, de 8 de março de 2019, e demais disposições legais aplicáveis, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 35, §1º, inciso I, da Lei Estadual nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Tocantins, o qual prevê a possibilidade de remoção de servidor de ofício entre unidades orgânicas do mesmo Órgão, observadas as necessidades do serviço público,

RESOLVE:

Art. 1º Remover, de ofício e por necessidade de serviço, a servidora ANA CAROLINE RIBEIRO CRUZ, matrícula nº 12002747-1, Assistente Especializado I, da Superintendência de Administração do Sistema de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SASPDCA) para a Superintendência de Direitos Humanos e Política sobre Drogas (SDHPD), a partir de 1º de janeiro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA, em Palmas/TO, aos 19 dias de dezembro de 2025.

HÉLIO PEREIRA MARQUES
Secretário de Estado da Cidadania e Justiça

PORTARIA SECIJU Nº 802, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025.

Remove servidora por necessidade do serviço

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA DO TOCANTINS (SECIJU/TO), no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, incisos I, II e IV, da Constituição do Estado do Tocantins, o art. 16 da Lei nº 3.421, de 8 de março de 2019, e demais disposições legais aplicáveis, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 35, §1º, inciso I, da Lei Estadual nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Tocantins, o qual prevê a possibilidade de remoção de servidor de ofício entre unidades orgânicas do mesmo Órgão, observadas as necessidades do serviço público,

RESOLVE:

Art. 1º Remover, de ofício e por necessidade de serviço, a servidora SANDRA MARIA ALVES DA SILVA, Auxiliar I, matrícula nº 11962119-1, da Superintendência de Administração do Sistema de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SASPDCA) para a Superintendência de Direitos Humanos e Política sobre Drogas (SDHPD), a partir de 1º de janeiro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA, em Palmas/TO, aos 19 dias de dezembro de 2025.

HÉLIO PEREIRA MARQUES
Secretário de Estado da Cidadania e Justiça

PORTARIA SECIJU Nº 804, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025.

Remove servidor por necessidade do serviço

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA DO TOCANTINS (SECIJU/TO), no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, incisos I, II e IV, da Constituição do Estado do Tocantins, o art. 16 da Lei nº 3.421, de 8 de março de 2019, e demais disposições legais aplicáveis, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 35, §1º, inciso I, da Lei Estadual nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Tocantins, o qual prevê a possibilidade de remoção de servidor de ofício entre unidades orgânicas do mesmo Órgão, observadas as necessidades do serviço público,

RESOLVE:

Art. 1º Remover, de ofício e por necessidade de serviço, o servidor NILRAMAR FEITOSA BATISTA, matrícula nº 11618060-6, Auxiliar I, da Superintendência de Administração do Sistema de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SASPDCA) para a Superintendência de Direitos Humanos e Política sobre Drogas (SDHPD), a partir de 1º de janeiro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA, em Palmas/TO, aos 19 dias de dezembro de 2025.

HÉLIO PEREIRA MARQUES
Secretário de Estado da Cidadania e Justiça

SECRETARIA DA CULTURA

EXTRATO DE TERMO DE DOAÇÃO

Processo nº: 2025/77010/000120
Doadora: Secretaria da Cultura - Secult
Donatária: APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PALMAS.
CNPJ: 26.753.681/0001-52
Objeto: Doação de bens móveis inservíveis da Secretária da Cultura para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Palmas - APAE
Valor: R\$ 11.048,04 (onze mil e quarenta e oito reais e quatro centavos).
Fundamento legal: art. 76, II da Lei nº 14.133/2021.
Data da Assinatura: 19/12/2025
Signatários: Maria Valéria Miranda Kurovski - Pela Doadora/Vilma Maria Gomes da Silva - Pela Donatária.

RELAÇÃO DE BENS PRÓPRIOS CONTROLADOS DA SECULT - DESTINADOS À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE						
12311.0303 - BENS MOVEIS>MOBILIÁRIO EM GERAL						
	Nº Patrimônio	Descrição	Estado de Conservação	Valor Entrada	Valor Depreciação	Valor Líquido
1	0000000435611	ESTAÇÃO DE TRABALHO EM L EM MDF, COM DUAS GAVETAS, ESTRUTURA EM AÇO, SEM MARCA, SEM MODELO, MEDINDO: 1,60X1,40X0,60X0,72, COM PAINEL EM AÇO REVESTIDO EM TECIDO POLIÉSTER, SEM MARCA, SEM MODELO, MEDINDO: 1,10X1,60X1,40MT.	INSERVÍVEL	R\$ 133,23	R\$ 36,05	R\$ 97,18
2	0000000383121	CADEIRA EXECUTIVA FIXA, ESTRUTURA EM AÇO, ENCOSTO E ASSENTO EM ESTOFADO NA COR AZUL.	INSERVÍVEL	R\$ 257,03	R\$ 94,47	R\$ 162,56
3	0000000246624	CADEIRA EXECUTIVA FIXA BALANÇO S/ BRAÇO ENC. EM MADEIRA COMPENSADA, C/ESPUMA INJETADA ANATÔMICA, REVESTIDA EM TECIDO 100% POLIÉSTER, ESTRUTURA EM POLIPROPILENO, MARCA CADERODE, MOD. 5015 COR PRETA.	INSERVÍVEL	R\$ 209,30	R\$ 83,68	R\$ 125,62
4	0000000246644	CADEIRA EXECUTIVA FIXA BALANÇO S/ BRAÇO ENC. EM MADEIRA COMPENSADA, C/ESPUMA INJETADA ANATÔMICA, REVESTIDA EM TECIDO 100% POLIÉSTER, ESTRUTURA EM POLIPROPILENO, MARCA CADERODE, MOD. 5015 COR PRETA.	INSERVÍVEL	R\$ 209,30	R\$ 83,68	R\$ 125,62
5	0000000246625	CADEIRA EXECUTIVA FIXA BALANÇO S/ BRAÇO ENC. EM MADEIRA COMPENSADA, C/ESPUMA INJETADA ANATÔMICA, REVESTIDA EM TECIDO 100% POLIÉSTER, ESTRUTURA EM POLIPROPILENO, MARCA CADERODE, MOD. 5015 COR PRETA.	INSERVÍVEL	R\$ 209,30	R\$ 84,45	R\$ 124,85
6	809800000971	CADEIRA FIXA, COR AZUL MESCLADO, MODELO CF 20 SKI	INSERVÍVEL	R\$ 50,03	R\$ 20,03	R\$ 30,00

7	809800000949	CADEIRA FIXA, COR AZUL MESCLADO, MODELO CF 20 SKI	INSERVÍVEL	R\$ 50,03	R\$ 20,01	R\$ 30,02
8	0000000606781	CADEIRA EXECUTIVA/SECRETARIA COM BRAÇOS ESTRUTURA EM AÇO TECIDO EM ESTOFADO COR VERMELHO MARCA CAVALETT	INSERVÍVEL	R\$ 34,27	R\$ 5,47	R\$ 28,80
9	0000000408136	CADEIRA EXECUTIVA, EM AÇO, COM RODINHAS, ASSENTO E ENCOSTO EM COURO, SEM BRAÇOS, NA COR AZUL.	INSERVÍVEL	R\$ 249,62	R\$ 101,07	R\$ 148,55
10	0000000024305	CADEIRA EXECUTIVA GIRATÓRIA SEM BRAÇOS COM ESPUMA INJETADA, REVESTIDA COURISSIMO AZUL BASE PRETA A GÁS MARCA MB MÓVEIS COM RODAS COM ARMAÇÃO DE FERRO	INSERVÍVEL	R\$ 241,50	R\$ 97,44	R\$ 144,06
11	809800001608	CADEIRA COM ASSENTO E ENCOSTO INDEPENDENTES, COR AZUL MESCLADO, MARCA CADFLEX.	INSERVÍVEL	R\$ 108,74	R\$ 44,00	R\$ 64,74
12	0000000246721	POLTRONA DIRETOR A GÁS GOMADA C/ BRAÇO GIRATÓRIA, C/ RODÍZIO, ESPALDAR MÉDIO, COURO SINTÉTICO, ASSENTO E ENCOSTO EM MADEIRA COMPENSADA MULTILAMINADA, ESTRUTURA EM AÇO, FORMATO ANATÔMICO DE 14MM A 15MM DE ESPESSURA, MARCA CADERODE, MOD. 2001-RT, COR PRETA	INSERVÍVEL	R\$ 515,20	R\$ 208,09	R\$ 307,11
13	00000000246735	POLTRONA DIRETOR A GÁS GOMADA C/ BRAÇO GIRATÓRIA, C/ RODÍZIO, ESPALDAR MÉDIO, COURO SINTÉTICO, ASSENTO E ENCOSTO EM MADEIRA COMPENSADA MULTILAMINADA, ESTRUTURA EM AÇO, FORMATO ANATÔMICO DE 14MM A 15MM DE ESPESSURA, MARCA CADERODE, MOD. 2001-RT, COR PRETA	INSERVÍVEL	R\$ 515,20	R\$ 207,93	R\$ 307,27
14	00000000260419	GAVETEIRO PEDESTAL, 4 GAVETAS, MED. 400X800X740MM EM AGLOMERADO DE MADEIRA REVESTIDO EM MELAMINICO, COR NOGUEIRA CLARA, COM BORDAS DE ACABAMENTO EM FITA DE PVC NA COR PRETA, MARCA CADERODE, MODELO 6V-2002-E	INSERVÍVEL	R\$ 227,64	R\$ 64,43	R\$ 163,21
15	8098000000063	GAVETEIRO EM MADEIRA NA COR TABACO C/ 02 GAVETAS, FECHADURA, RODÍZIOS, MEDINDO 57X45X41CM	INSERVÍVEL	R\$ 144,16	R\$ 58,33	R\$ 85,83
16	00000000146760	MESA EM MELAMINICO, NA COR AZUL, ACABAMENTO EM PVC CINZA, 02 GAVETAS EM AÇO, MEDINDO 125X75X75 CM, MODELO 2824, ARMAÇÃO EM AÇO, MARCA MARTINUCCI	INSERVÍVEL	R\$ 231,51	R\$ 48,28	R\$ 183,23
17	00000000246395	MESA DE TRABALHO EM MADEIRA AGLOMERADA DE 25MM, S/ GAVETAS, ESTRUTURA EM AÇO, REVESTIDA EM LAMINADO MELAMINICO, ACABAMENTO EM FITA PVC 2MM, MARCA CADERODE, MOD. MRR2001-08 MED. 1200X900X750MM COR MARFIM	INSERVÍVEL	R\$ 402,50	R\$ 162,69	R\$ 239,81
18	408261	MESA EM MADEIRA TIPO PENINSULA, REVESTIDA EM LAMINADO MELAMINICO, EST. EM AÇO, COM CALHA HORIZONTAL DE PASSAGEM DE FIAÇÃO SOB O TAMPO, S/ GAVETAS, NA COR PRETA, MED. 160X160X60X60X60X75 CM	INSERVÍVEL	R\$ 637,56	R\$ 255,35	R\$ 382,21
19	00000000224119	ARMÁRIO ALTO COM 02 PORTAS DE MADEIRA AGLOMERADO EM MELAMINICO MED. 800X472X1600 MM COM TRÊS DIVISÕES DE MADEIRAS MARCA MB MÓVEIS	INSERVÍVEL	R\$ 362,37	R\$ 146,27	R\$ 216,10
20	00000000214924	AMARMÁRIO BAIXO EM AGLOMERADO DE MADEIRA, REVESTIDO EM MELAMINICO, COR NOGUEIRA CLARA, C/1 PRATELEIRA, MED. 800X600X750 MM (AXLXP), MARCA CADERODE, MODELO AR-2003	INSERVÍVEL	R\$ 274,13	R\$ 73,67	R\$ 200,46
21	00000000157502	AMARMÁRIO EM AGLOMERADO DE MADEIRA REVESTIDO EM MELAMINICO, COR BEGE PADRÃO MARFIM, C/ 4 DIVISÓRIAS, MED. 90X50X160 CM, (L X P X H)	INSERVÍVEL	R\$ 432,31	R\$ 122,46	R\$ 309,85
22	00000000214993	ARMÁRIO MÉDIO EM AGLOMERADO DE MADEIRA REVESTIDO EM MELAMINICO, COR NOGUEIRA CLARA, C/3 PRATELEIRAS, MED. 1100X800X478 MM (AXLXP), MARCA CADERODE, MODELO AR/2003	INSERVÍVEL	R\$ 321,03	R\$ 91,02	R\$ 230,01
23	00000000214905	ARMÁRIO MÉDIO EM AGLOMERADO DE MADEIRA, REVESTIDO EM MELAMINICO, COR NOGUEIRA CLARA, C/3 PRATELEIRAS, MED. 1100X800X478 MM (AXLXP), MARCA CADERODE, MODELO AR-2003	INSERVÍVEL	R\$ 321,03	R\$ 87,46	R\$ 233,57
24	00000000260217	ARMÁRIO ALTO, ABERTO COM BORDA ARREDONDADA, EM AGLOMERADO DE ARMÁRIO ALTO, ABERTO COM BORDA ARREDONDADA, EM AGLOMERADO DE MADEIRA, REVESTIDO EM MELAMINICO, COR NOGUEIRA CLARA, COM BORDAS DE ACABAMENTO EM FITA DE PVC NA COR PRETA, MED. 800X600X1600MM, MODELO AR-2001, MARCA CADERODE	INSERVÍVEL	R\$ 365,27	R\$ 103,54	R\$ 261,73
25	8098000001513	ARMÁRIO ALTO MOD. COM 02 PORTAS, MED. 800X500X1600MM, COM 02 PORTAS.	INSERVÍVEL	R\$ 551,37	R\$ 220,84	R\$ 330,83
26	00000000224106	ARMÁRIO ALTO COM 02 PORTAS DE MADEIRA AGLOMERADO EM MELAMINICO MED. 800X472X1600 MM COM TRÊS DIVISÕES DE MADEIRAS MARCA MB MÓVEIS	INSERVÍVEL	R\$ 362,37	R\$ 146,27	R\$ 216,10
27	00000000215005	ARMÁRIO MÉDIO EM AGLOMERADO DE MADEIRA REVESTIDO EM MELAMINICO, COR NOGUEIRA CLARA, C/1 PRATELEIRA, MED. 1100X800X478 MM (AXLXP), MARCA CADERODE, MODELO AR/2003	INSERVÍVEL	R\$ 274,13	R\$ 77,72	R\$ 196,41
28	00000000214897	ARMÁRIO MÉDIO EM AGLOMERADO DE MADEIRA, REVESTIDO EM MELAMINICO, COR NOGUEIRA CLARA, C/3 PRATELEIRAS, MED. 1100X800X478 MM (AXLXP), MARCA CADERODE, MODELO AR-2003	INSERVÍVEL	R\$ 321,03	R\$ 91,02	R\$ 230,01
29	8098000001654	ARMÁRIO ALTO MISTO COM UM VÃO ABERTO, TAMPO EM BP 18MM, ACABAMENTO FITA DE BORDA 2MM, RODAPÉ EM QUADRO TUBULAR, SAPATA REGULÁVEL MEDINDO 1600X800X500MM, COR MARFIM.	INSERVÍVEL	R\$ 539,47	R\$ 216,10	R\$ 323,37
30	0000000014968	ARMÁRIO EM MELAMINICO, COR AZUL/CINZA, MED. 158X90X40CM, MOD. 2546, MARCA MARTINUCCI	INSERVÍVEL	R\$ 280,14	R\$ 112,15	R\$ 167,99
31	0000000606772	ARMÁRIO 02 PORTAS BAIXO FECHADO EM MADEIRA AGLOMERADA COM REVESTIMENTO MELAMINICO COR CINZA/PRETO MED. 900X400X820 MM SEM MARCA APARENTE	INSERVÍVEL	R\$ 45,40	R\$ 7,15	R\$ 38,25
Quantidade Patrimônios da Conta Contábil				31		
Total da Conta Contábil				R\$ 8.596,03	R\$ 3.058,97	R\$ 5.705,35

12311.0201 - BENS MOVEIS-EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS						
	Nº Patrimônio	Descrição	Estado de Conservação	Valor Entrada	Valor Depreciação	Valor Líquido
1	280336	MICROCOMPUTADOR MODELO TC M57E 9481 BNP. PROC. INTEL CORE 2 DUO 2.4GHZ, 2 MB 800MHZ, GAB. DESKTOP ATX, HD 160GB. SATA II 7.2KRP/M, MEMÓRIA 1GB DDR2, 667MHZ VIDEO 256MB REDE GB, GRAV. COMBO CD-R/RW, DVD-R 16X SATA 1.44MB 3.5 SOFTWARE WINDOWS VISTA BUSINESS BR, SÉRIE L1AD9HW, MARCA LENOVO, COM TECLADO.	INSERVÍVEL	R\$ 1.298,84	R\$ 1.093,94	R\$ 204,90
2	271765	MICROCOMPUTADOR INTEL PENTIUM 4 3.0MHZ, MODELO: LABEL INOVE, PLACA MÃE 775 S/R, MEMÓRIA 1GB 400MHZ, HD 80GB 7200RPM, GRAVADORA DE DVD RW, PLACA DE VIDEO 128MB RADEON AGP, PLACA FAX MODEM 56K, TECLADO ABNT2, GABINETE ATX 4 BAÍAS 450W, DRIVE DE DISQUETE 1.44MB 3.5", WINDOWS XP ORIGINAL OEM, SEM NUMERO DE SÉRIE.	INSERVÍVEL	R\$ 1.159,00	R\$ 969,00	R\$ 190,00
3	0000000477758	MICROCOMPUTADOR DESKTOP, 2.8 GHZ INFOWAY SM 330, COM TECLADO, MOUSE, CAIXAACÚSTICA, USB, CAPACIDADE DE HD 320 GB, CAPACIDADE DE MEMÓRIA: 4GB, PROCESSADOR: AMD ATHLON II X2, Marca ITAUTEC, MODELO INFOWAY VISION	INSERVÍVEL	R\$ 594,44	R\$ 484,82	R\$ 109,62
4	0000000361351	MICROCOMPUTADOR MARCA ITAUTEC, MODELO INFOWAY SM 3330, WIN 7 PROFISSIONAL, PROCESSADOR AMD PHENOM II X2 3.30 GHZ, 4GB RAM, 500 GB HD	INSERVÍVEL	R\$ 121,58	0	R\$ 121,58
5	0000000477744	MICROCOMPUTADOR DESKTOP, 2.8 GHZ INFOWAY SM 330, COM TECLADO, MOUSE, CAIXAACÚSTICA, USB, CAPACIDADE DE HD 320 GB, CAPACIDADE DE MEMÓRIA: 4GB, PROCESSADOR: AMD ATHLON II X2, Marca ITAUTEC, MODELO INFOWAY VISION	INSERVÍVEL	R\$ 594,44	R\$ 489,31	R\$ 105,13
6	0000000477739	MICROCOMPUTADOR DESKTOP, 2.8 GHZ INFOWAY SM 330, COM TECLADO, MOUSE, CAIXAACÚSTICA, USB, CAPACIDADE DE HD 320 GB, CAPACIDADE DE MEMÓRIA: 4GB, PROCESSADOR: AMD ATHLON II X2, Marca ITAUTEC, MODELO INFOWAY VISION	INSERVÍVEL	R\$ 594,44	R\$ 488,94	R\$ 105,50
7	0000000477762	MICROCOMPUTADOR DESKTOP, 2.8 GHZ INFOWAY SM 330, COM TECLADO, MOUSE, CAIXAACÚSTICA, USB, CAPACIDADE DE HD 320 GB, CAPACIDADE DE MEMÓRIA: 4GB, PROCESSADOR: AMD ATHLON II X2, Marca ITAUTEC, MODELO INFOWAY VISION	INSERVÍVEL	R\$ 594,44	R\$ 484,82	R\$ 109,62
8	0000000408122	MICROCOMPUTADOR MARCA LENOVO, MOD. 8253-A16, PORCESSADOR INTEL CELERON, 3.06 GHZ, 512KBB, 533MHZ, GABINETE TORRE ATX FNT, 310W, HD 80 GB SATA, 7.2 KRP/M, MEMÓRIA DDR 400 MHZ, VIDEO 64 MB, REDE 10/100/1000, PLACA DE REDE WIRELESS DWLG510 PCI, CD-ROM 528 IDE, 1.44 MB 3.5, CAIXA DE SOM 240 PMPO, SÉRIE L1AD30L, COM TECLADO.	INSERVÍVEL	R\$ 1.324,98	R\$ 1.107,77	R\$ 217,21
9	0000000408155	MICROCOMPUTADOR MARCA LENOVO, MOD. 8253-A16, PROCESSADOR INTEL CELERON, 3.06 GHZ, 512KBB, 533MHZ, GABINETE TORRE ATX FNT, 310W, HD 80 GB SATA, 7.2 KRP/M, MEMÓRIA DDR 400 MHZ, VIDEO 64 MB, REDE 10/100/1000, PLACA DE REDE WIRELESS DWLG510 PCI, CD-ROM 528 IDE, 1.44 MB 3.5, CAIXA DE SOM 240 PMPO, SÉRIE L1AD30L, COM TECLADO.	INSERVÍVEL	R\$ 1.324,98	R\$ 1.107,77	R\$ 217,21
10	0000000283663	MICROCOMPUTADOR MODELO TC M57E, PROC. INTEL CORE 2 DUO 2.4GHZ, 2 MB 800MHZ, HD 160GB, MEMÓRIA 1GB DDR2, 667MHZ GRAV. DVD-R/RW, CD-R/RW, SOFTWARE WINDOWS VISTA BUSINESS BR, SÉRIE L1AK4AZ, MARCA LENOVO, COM TECLADO.	INSERVÍVEL	R\$ 1.250,01	R\$ 1.045,11	R\$ 204,90
11	0000000477737	MICROCOMPUTADOR DESKTOP, 2.8 GHZ INFOWAY SM 330, COM TECLADO, MOUSE, CAIXAACÚSTICA, USB, CAPACIDADE DE HD 320 GB, CAPACIDADE DE MEMÓRIA: 4GB, PROCESSADOR: AMD ATHLON II X2, Marca ITAUTEC, MODELO INFOWAY VISION	INSERVÍVEL	R\$ 594,44	R\$ 484,82	R\$ 109,62
12	0000000477747	MICROCOMPUTADOR DESKTOP, 2.8 GHZ INFOWAY SM 330, COM TECLADO, MOUSE, CAIXAACÚSTICA, USB, CAPACIDADE DE HD 320 GB, CAPACIDADE DE MEMÓRIA: 4GB, PROCESSADOR: AMD ATHLON II X2, Marca ITAUTEC, MODELO INFOWAY VISION	INSERVÍVEL	R\$ 594,44	R\$ 489,69	R\$ 104,75
13	0000000477749	MICROCOMPUTADOR DESKTOP, 2.8 GHZ INFOWAY SM 330, COM TECLADO, MOUSE, CAIXAACÚSTICA, USB, CAPACIDADE DE HD 320 GB, CAPACIDADE DE MEMÓRIA: 4GB, PROCESSADOR: AMD ATHLON II X2, Marca ITAUTEC, MODELO INFOWAY VISION	INSERVÍVEL	R\$ 594,44	R\$ 494,82	R\$ 109,62
14	809800001814	MICRO INTEL CORE 2 DUO 2.66GHZ, HD 160GB SATA, 1GB MEMÓRIA DDR2 667MHZ, VIDEO 128MB, PLACAMAE GIGABYTE, CD-R/RW SATA, DRIVE 1.44MB, TECLADO, MOUSE, SOFTWARE WINDOWS VISTA, MARCA LENOVO, SÉRIE: L1ANON	INSERVÍVEL	R\$ 930,37	R\$ 777,87	R\$ 152,50
15	00000000477754	MICROCOMPUTADOR DESKTOP, 2.8 GHZ INFOWAY SM 330, COM TECLADO, MOUSE, CAIXAACÚSTICA, USB, CAPACIDADE DE HD 320 GB, CAPACIDADE DE MEMÓRIA: 4GB, PROCESSADOR: AMD ATHLON II X2, Marca ITAUTEC, MODELO INFOWAY VISION	INSERVÍVEL	R\$ 594,44	R\$ 488,94	R\$ 105,50
16	0000000477761	MICROCOMPUTADOR DESKTOP, 2.8 GHZ INFOWAY SM 330, COM TECLADO, MOUSE, CAIXAACÚSTICA, USB, CAPACIDADE DE HD 320 GB, CAPACIDADE DE MEMÓRIA: 4GB, PROCESSADOR: AMD ATHLON II X2, Marca ITAUTEC, MODELO INFOWAY VISION	INSERVÍVEL	R\$ 594,44	R\$ 484,82	R\$ 109,62
17	0000000477731	MICROCOMPUTADOR DESKTOP, 2.8 GHZ INFOWAY SM 330, COM TECLADO, MOUSE, CAIXAACÚSTICA, USB, CAPACIDADE DE HD 320 GB, CAPACIDADE DE MEMÓRIA: 4GB, PROCESSADOR: AMD ATHLON II X2, Marca ITAUTEC, MODELO INFOWAY VISION	INSERVÍVEL	R\$ 594,44	R\$ 489,69	R\$ 104,75
18	0000000302786	MICROCOMPUTADOR, MODELO: TC U57 9481 BNP, PROCESSADOR INTEL CORE 2 DUO 2.46HZ 2MB 800MHZ, GABINETE DESKTOP ATX, HD 160GB SATA II 7.200RPM, MEMÓRIA 1GB DDR2 667MHZ, VIDEO 256MB, REDE GIGABIT, GRAVADORA DE DVD-R/RW CD-R/RW SATA, TECLADO USB ABNT2, WINDOWS VISTA BUSINESS, MARCA: LENOVO, SEM SÉRIE.	INSERVÍVEL	R\$ 1.039,44	R\$ 869,04	R\$ 170,40
19	809800001881	MICRO INTEL CORE 2 DUO 2.4GHZ, HD 160GB SATA, 1GB MEMÓRIA DDR2 667MHZ, VIDEO 256MB, PLACAMAE GIGABYTE, CD-R/RW SATA, DRIVE 1.44MB, TECLADO, MOUSE, SOFTWARE WINDOWS VISTA, MARCA LENOVO, SÉRIE: L1AD4BL	INSERVÍVEL	R\$ 1.039,44	R\$ 869,04	R\$ 170,40
20	0000000302785	MICROCOMPUTADOR, MODELO: TC U57 9481 BNP, PROCESSADOR INTEL CORE 2 DUO 2.46HZ 2MB 800MHZ, GABINETE DESKTOP ATX, HD 160GB SATA II 7.200RPM, MEMÓRIA 1GB DDR2 667MHZ, VIDEO 256MB, REDE GIGABIT, GRAVADORA DE DVD-R/RW CD-R/RW SATA, TECLADO USB ABNT2, WINDOWS VISTA BUSINESS, MARCA: LENOVO, SEM SÉRIE.	INSERVÍVEL	R\$ 1.039,44	R\$ 869,04	R\$ 170,40

21	000000020826	MESA PARA IMPRESSORA EM MELAMÍNICO COR CINZA MED. 60X40X72 CM	INSERVÍVEL	R\$ 38,64	R\$ 15,66	R\$ 22,98
22	0000000384955	MICRO COMPUTADOR LENOVO PROCESSADOR INTEL CORE 2 DUO 4GB DE MEMÓRIA DDR3 1600MHZ, DISCO RÍGIDO 320GB 7200RPM GRAVADOR DE DVDS E CDS SÉRIE L1BM6KM	INSERVÍVEL	R\$ 120,20	0	R\$ 120,20
23	0000000384947	MICRO COMPUTADOR LENOVO PROCESSADOR INTEL CORE 2 DUO 4GB DE MEMÓRIA DDR3 1600MHZ, DISCO RÍGIDO 320GB 7200RPM GRAVADOR DE DVDS E CDS SÉRIE L1BM6RH	INSERVÍVEL	R\$ 120,20	0	R\$ 120,20
24	0000000385001	MICRO COMPUTADOR LENOVO PROCESSADOR INTEL CORE 2 DUO 4GB DE MEMÓRIA DDR3 1600MHZ, DISCO RÍGIDO 320GB 7200RPM GRAVADOR DE DVDS E CDS SÉRIE L1BM6LP	INSERVÍVEL	R\$ 120,20	0	R\$ 120,20
25	0000000418285	MICROCOMPUTADOR MARCA POSITIVO, MODELO POS-AT SERIES Q, PROCESSADOR PENTIUM DUAL CORE, MEMORIA DE 2GB, HD DE	INSERVÍVEL	R\$ 34,00	0	R\$ 34,00
26	801100008938	MICROCOMPUTADOR THINKCENTRE M55P + PROC. INTEL CORE 2 DUO 1.86, N/S: L1AF8YV, MOD.F43, MARCA LENOVO.	INSERVÍVEL	R\$ 974,31	R\$ 687,81	R\$ 286,50
27	0000000443340	MICROCOMPUTADOR, MARCA: POSITIVO, MODELO: POS-AT SERIES Q, INTEL PENTIUM DUAL CORE, 320GB HD, 2GB RAM, WINDOWS 7,	INSERVÍVEL	R\$ 65,00	R\$ 31,00	R\$ 34,00
28	0000000443387	MICROCOMPUTADOR, MARCA: POSITIVO, MODELO: POS-AT SERIES Q, INTEL PENTIUM DUAL CORE, 320GB HD, 2GB RAM, WINDOWS 7, N° SÉRIE: 1A2399T9M	INSERVÍVEL	R\$ 65,00	R\$ 31,00	R\$ 34,00

29	0000000015760	LIXEIRO EM MADEIRA MOGNO MED. 35X34X40 CM	INSERVÍVEL	R\$ 10,00	0	R\$ 10,00
30	0000000280212	MONITOR 17" LCD TELA PLANA, MODELO L172 PTO VGA/SVGA, RESOLUÇÃO 1280X1024, MARCA LENOVO, SÉRIE N° VF41347.	INSERVÍVEL	R\$ 393,05	R\$ 331,05	R\$ 62,00
31	809800001817	MICRO INTEL CORE 2 DUO 2.66GHZ, HD 160GB SATA, 1GB MEMÓRIA DDR2 667MHZ, VIDEO 128 MB, PLACA MAE GIGABYTE, CD-R/RW STA, DRIVE 1.44MB, TECLADO, MOUSE, SOFTWARE WINDOWS VISTA, MARCA LENOVO, SÉRIE: L1AMOCM	INSERVÍVEL	R\$ 930,37	R\$ 777,87	R\$ 152,50
32	0000000303800	MONITOR DE VIDEO LCD 17" POLEGADAS, VGA/SVGA, 100/240 V, 50/60 HZ, RESOLUÇÃO 1024X1280, COR PRETO MODELO L172 MARCA LENOVO N° DE SÉRIE VF58390.	INSERVÍVEL	R\$ 278,12	R\$ 232,52	R\$ 45,60
33	0000000284001	MONITOR 17" LCD TELA PLANA, MODELO L172PTO, MARCA LENOVO, COR: PRETO, SÉRIE N° VF69123.	INSERVÍVEL	R\$ 378,20	R\$ 316,20	R\$ 62,00
34	0000000447740	MICROCOMPUTADOR DESKTOP, 2.8 GHZ INFOWAY SM 330, COM TECLADO, MOUSE, CAIXAACÚSTICA, USB, CAPACIDADE DE HD 320 GB, CAPACIDADE DE MEMÓRIA: 4GB, PROCESSADOR: AMD ATHLON II X2, Marca ITAUTEC, MODELO INFOWAY VISION	INSERVÍVEL	R\$ 594,44	R\$ 488,94	R\$ 105,50

Quantidade Patrimônios da Conta Contábil				34		
Total da Conta Contábil				R\$ 20.594,21	R\$ 16.491,30	R\$ 4.136,91

12311.0202 - BENS MOVEIS-EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO						
	Nº Patrimônio	Descrição	Estado de Conservação	Valor Entrada	Valor Depreciação	Valor Líquido
1	0000000418226	MONITOR DE VIDEO MARCA LG, 17 POLEGADAS, MODELO FLATRON-L1753HS, NUMERO DE SERIE 711SPYRU5426	INSERVÍVEL	R\$ 13,00	0	R\$ 13,00
2	0000000634325	MONITOR , TAMANHO DA TELA: 19 Polegadas, CONECTOR DE ENTRADA: DVI, VGA, FORÇA	INSERVÍVEL	R\$ 1.039,44	R\$ 869,04	R\$ 170,40
Quantidade Patrimônios da Conta Contábil				2		
Total da Conta Contábil				R\$ 1.052,44	R\$ 869,04	R\$ 183,40

12311.0301 - BENS MOVEIS-APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS						
	Nº Patrimônio	Descrição	Estado de Conservação	Valor Entrada	Valor Depreciação	Valor Líquido
1	0000000282449	CONDICIONADOR DE AR SPLIT, MODELO HIGH WALL, 9.000 BTUS, 220V. MARCA CONSUL, COR BRANCA, UNIDADE INTERNA EVAPORADORA - SÉRIE N° M18773868, UNIDADE EXTERNA-CONDENSADORA - SÉRIE N° M18776808	INSERVÍVEL	R\$ 597,31	R\$ 499,41	R\$ 97,90
2	0000000365877	CONDICIONADOR DE AR TIPO MONO SPLIT, COM CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO DE 18.000BTUS/H FRIQ, 220V VAC/60 HZ, EVAPORADORA MODELO CBV18BBBNA N° DE SÉRIE MB1492286, E CONDENSADORA MODELO CBV18BBBNA N° DE SÉRIE M10709146, COR BRANCO, MARCA CONSUL	INSERVÍVEL	R\$ 180,43	0	R\$ 180,43
3	0000000252879	CONDICIONADOR DE AR, MODELO SPLIT, GSW12-22CI, 12.000 BTU'S, UNIDADE INTERNA - EVAPORADORA: 220V/60HZ, MARCA GREE, COR CINZA, SÉRIE N° 4545870000106	INSERVÍVEL	R\$ 301,34	R\$ 251,94	R\$ 49,40
4	0000000365856	CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT, PISO/TETO (PAREDE) COM CONTROLE REMOTO SEM FIO E CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO DE 36.000BTUS/H FRIQ, 220 V VAC/60 HZ-MONOFÁSICO, EVAPORADORA NA COR BRANCA MODELO CF136, N° DE SÉRIE: 14500632 E CONDENSADORA NA COR CINZA CLARO MODELO CFE36 N° DE SÉRIE: 14501279 MARCA: ELETROLUX.	INSERVÍVEL	R\$ 299,07	0	R\$ 299,07
5	0000000365861	CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT, CILCO FRIQ, COM CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO DE 9.000BTUS/H LINHA HI WALL, EVAPORADORA MODELO P109F N° DE SÉRIE 20100862 E CONDENSADORA MODELO P209F N° DE SÉRIE 20101626, COR BRANCO ANDINO, MARCA ELECTROLUX.	INSERVÍVEL	R\$ 109,64	0	R\$ 109,64
6	360825	CONDICIONADOR DE AR SPLIT HI-WALL, CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO 24.000BTU/H, MARCA KONECO, MOD. KOS24FC, 220V, OPERAÇÃO ELETRÔNICO, CICLO FRIQ, COMPRESSOR ROTATIVO, COMPOSTO POR CONDENSADORA E EVAPORADORA, SEM N° DE SÉRIE, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO	INSERVÍVEL	R\$ 226,94	0	R\$ 226,94
7	0000000224016	EVAPORADOR BI-SPLIT 9000 BTUS, MARCA: ELGIN, MODELO: BGFI- 9000 - 2, N° DE SÉRIE: C1G6004506.	INSERVÍVEL	R\$ 567,30	R\$ 474,30	R\$ 93,00
Quantidade Patrimônios da Conta Contábil				7		
Total da Conta Contábil				R\$ 2.282,03	R\$ 1.225,65	R\$ 1.056,38
Quantidade Patrimônios da Conta Contábil				74		
Total da Conta Contábil				R\$ 32.524,71	R\$ 21.644,96	R\$ 11.048,04

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

PORTARIA-SEDUC Nº 2033, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado do Tocantins, e ainda com fulcro na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações correlatas, resolve:

Art. 1º Designar os servidores para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem o encargo de Fiscal de Contrato, bem como seu respectivo substituto, para os casos de impedimentos e afastamentos legais do titular, do contrato/documento equivalente elencado a seguir:

Processo: 2024/27000/020081;
Número do Contrato: 100/2025;
Gestores do Contrato: Titular - Donaldo Lourinho de Oliveira - Matrícula nº 839477-2;
Substituto - Fernanda Soares Mendes - Matrícula nº 11758872-1;
Fiscais Administrativos do Contrato: Titular - Cláudia Favaro da Silva - Matrícula nº 1245430-2;
Substituto - Marcus André Nogueira da Silva Júnior - Matrícula nº 11781203-3;
Fiscais Técnicos do Contrato: Titular - Kleverson Lopes Aguiar - Matrícula nº 90223-11;
Substituto - Adriano Cardoso Coelho - Matrícula nº 1202413-1;
Contratada: EXPERT SOLUÇÕES EM IMPRESSÃO LTDA;
CNPJ: 04.657.535/0001-90;
Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de *Outsourcing* de Impressão, com locação de equipamentos de impressão, cópias, digitalização, plotagem e encadernação, através de Ata de Registro de Preços destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria da Educação do Estado do Tocantins - SEDUC, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

Art. 2º São atribuições do Fiscal:

I - Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do Contrato das cláusulas avençadas;

II - Anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito a Diretoria de Administração sobre tais eventos;

III - Determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes imediatamente comunicar através de relatório a Diretoria de Administração para ciência e apreciação das providências;

IV - Relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;

V - Opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto, com antecedência de 60 dias do final da vigência, logo após encaminhar para Gerência de Contratos para as devidas providências;

VI - Responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;

VII - Atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimento dos materiais;

VIII - Observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;

IX - Manifestar-se por escrito, mensalmente, em forma de relatório juntado aos autos acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual;

X - O fiscal deve observar o que reza o Termo de Contrato, principalmente em relação ao prazo previsto;

XI - Exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais, revogando a Portaria-SEDUC nº 1908, de 28 de novembro de 2025.

FÁBIO PEREIRA VAZ
Secretário de Estado da Educação

PROCESSO Nº 2024/27000/012685
ASSUNTO: PAGAMENTO DE BOLSA PERMANÊNCIA "PRESENTE, PROFE!" AOS ESTUDANTES DO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO DAS ESCOLAS EM REGIME DE TEMPO INTEGRAL DA REDE ESTADUAL DE ENSINO - 2024

**TERMO DE RECONHECIMENTO
DE DÍVIDA DE EXERCÍCIO ANTERIOR**
Republicado para correção

Visando legitimar a presente despesa, e considerando que o reconhecimento de dívida de exercício anterior constitui instrumento legal de que dispõe o Administrador Público para sanar débitos/despesas contraídas em exercícios anteriores, conforme as determinações contidas no art. 37 da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março 1964, reconheço a dívida no valor total de R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais), decorrente do não pagamento do Programa de Bolsa Permanência - "Presente, PROFE!" destinado aos estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental e Ensino Médio das Escolas em Regime de Tempo Integral da Rede Estadual de Ensino", referente ao período de setembro a dezembro de 2024, conforme os autos do Processo nº 2024/27000/012685.

O presente reconhecimento de dívida é realizado em favor dos estudantes: Robert Ruan Leal de Carvalho, CPF nº XXX.XXX.101-50, da Escola Agrícola Zé de Deus, no valor de R\$ 1.300,00 (mil e trezentos reais) e Alexandre Neres Ribeiro, CPF nº XXX.XXX.011-80, do Centro de Ensino Médio Presidente Castelo Branco, no Município de Colinas/TO, no valor de R\$ 1.300,00 (mil e trezentos reais), na Fonte de Recurso: 500.0000.000, Natureza de Despesa: 3.3.90.92, em conformidade com a Justificativa para Reconhecimento de Dívida nº 01/2025/DEIJA/SEB/SEDUC, vinculada ao SGD: 2025/27009/278562.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO,
em Palmas, aos 23 dias do mês de dezembro de 2025.

FÁBIO PEREIRA VAZ
Secretário de Estado da Educação

PROCESSO: 2022/27000/000063
INTERESSADO: Secretaria de Estado da Educação
ASSUNTO: Reconhecimento de Despesa

**TERMO DE RECONHECIMENTO
DE DESPESA Nº 02/2025/GLT/SAIO/SEDUC**

Visando legitimar a presente despesa e considerando que o reconhecimento de despesa é o instrumento legal de que dispõe o administrador público para sanar dívidas em exercício vigente, em conformidade com as determinações contidas no art. 37 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março 1964, reconheço a despesa no valor total de R\$ 8.858,40 (oito mil oitocentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos), em favor da TB SERVIÇOS TRANSP LIMP GER RH SA, CNPJ sob nº 60.924.040/0001-51, referente ao Contrato nº 001/2022, decorrente de "despesas de locação de veículos ônibus" destinado a atender a necessidade desta Pasta e SRE'S - referente ao valor parcial da fatura nº 000022467 do mês de outubro de 2025, Fonte de Recurso 500.0000.000 Processo n.º 2022/27000/000063.

Gabinete do Secretário - SEDUC, em Palmas - TO, aos vinte e três dias do mês de dezembro de 2025.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO,
em Palmas, aos 23 dias do mês de dezembro de 2025.

FÁBIO PEREIRA VAZ
Secretário de Estado da Educação

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 18, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre procedimentos relativos à lotação e remoção de servidor público, e adota outras providências, para o exercício de 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 42, §1º, inciso II e IV, da Constituição do Estado, resolve:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º As lotações e as remoções dos servidores públicos, no âmbito da Secretaria da Educação, obedecem aos procedimentos contidos nesta Instrução Normativa.

Art. 2º Define-se o quantitativo de servidores públicos das unidades escolares da Rede Estadual de Ensino, em conformidade ao quadro de pessoal das unidades escolares, Anexo I e IV, e das Superintendências Regionais de Educação, conforme o Anexo II a esta Normativa.

Art. 3º A carga horária de todos os professores será definida de acordo com as estruturas curriculares vigentes e o número de turmas da unidade escolar, distribuída conforme a Tabela de Carga Horária, contida no Anexo III a esta Normativa.

CAPÍTULO II
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE LOTAÇÃO

Art. 4º Compete ao Diretor da unidade escolar a lotação de servidores públicos, a qual se dará na seguinte ordem:

I. lotação dos professores efetivos para a função de docência;

II. lotação de professores efetivos para as funções do setor pedagógico;

III. lotação dos demais servidores efetivos nas funções do setor administrativo.

§1º A lotação de professor nas funções do Item III somente poderá ocorrer após o atendimento dos Itens I e II.

§2º Só será permitido a lotação de professor efetivo em estágio probatório nas funções de Vice-Diretor e Professor Inspetor, quando não houver servidor efetivo estabilizado apto a assumir as funções, e não gerar déficit na sala de aula.

§3º Os professores que se encontrarem com recomendação da Junta Médica Oficial do Estado, deverão ser lotados, conforme perfil, dentro das vagas nas funções do item II (Vice-Diretor, Coordenador Pedagógico, Orientador Educacional e Coordenador de Programas e Projetos) ou no item III (Coordenador Administrativo e Financeiro), observando e respeitando as recomendações médicas contidas no Despacho.

§4º A atribuição e responsabilidade da lotação dos professores será do Diretor da unidade escolar, homologada pelo respectivo Superintendente Regional de Educação.

Art. 5º Concluída a lotação dos professores efetivos, e ainda havendo déficits, será realizada a contratação temporária de professores, para atendimento à docência, devendo ser observado a Lei nº 3.422, de 8 de março de 2019, publicada na Edição nº 5.314 e Instrução Normativa Vigente.

Parágrafo único. A autorização do Chefe do Executivo, bem como do Titular da Pasta são condições indispensáveis para a contratação.

Art. 6º Para ser lotado na regência dos Anos Finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio Básico, Ensino Integral, Ensino Médio Integrado, Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Segundo e Terceiro Segmentos da Educação de Jovens e Adultos, o professor deve possuir formação superior em Licenciatura ou Bacharelado, com complementação pedagógica específica para atuar nas áreas de conhecimento, a seguir:

a) Ciências Humanas e Sociais Aplicadas - História, Sociologia, Geografia e Filosofia;

b) Linguagens e suas Tecnologias - Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e Língua Estrangeira Moderna (Inglês/Espanhol) e Língua Brasileira de Sinais (Libras);

c) Ciências da Natureza e suas Tecnologias - Ciências, Química, Física e Biologia;

d) Matemática e suas Tecnologias - Matemática.

Parágrafo único. Para ser lotado na docência dos componentes curriculares específicos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, na coordenação de curso, o professor deverá ter a formação superior na respectiva área do curso.

Art. 7º Ao professor deve ser garantido, sempre que possível, o maior número de aulas do mesmo componente curricular, preferencialmente, em uma única unidade escolar.

Art. 8º Fica vedado ao Diretor da unidade escolar proceder com a lotação de professor em outro componente curricular/unidade curricular, quando esse mesmo componente de formação deste professor, encontrar-se em déficit.

Art. 9º Os professores a serem lotados nas escolas do campo, devem ter, prioritariamente, formação de nível superior e que habite nas comunidades ou nas proximidades das mesmas.

Parágrafo único. Os professores do componente curricular Saberes e Fazer do Campo devem, prioritariamente, ter o maior número de carga horária neste componente.

Art. 10. O professor lotado nas unidades escolares que ofertam a Educação Básica (Ensino Fundamental Anos Iniciais, Ensino Fundamental Anos Finais, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos), em todas as modalidades, deverá ter 28 aulas semanais.

Parágrafo único. Nas unidades escolares que a aula tenha duração de 60 minutos, os professores, deverão ter 24 aulas semanais.

Art. 11. O Diretor da Unidade Escolar deverá organizar a distribuição das aulas, considerando a Formação Geral Básica e dos Itinerários Formativos de Aprofundamento, de acordo com a área de formação e o perfil dos professores.

Art. 12. Ao fazer a distribuição da carga horária do professor, nas unidades curriculares nos Itinerários Formativos de Aprofundamento, nas etapas do Ensino Fundamental e Médio, o Diretor da Unidade, deverá observar o perfil indicado pela equipe técnica pedagógica da Superintendência de Educação Básica, modulando aquele que possuir maior experiência e/ou habilidades afins conforme sua área de formação.

§1º O professor que ministra a unidade curricular Projeto de Vida, nas unidades escolares em tempo integral, deverá ser lotado nos componentes curriculares correlacionados à sua Área do Conhecimento quanto à Formação Geral Básica, de forma que preferencialmente, sejam lotados no máximo 03 (três) professores com o componente curricular.

§2º As Eletivas, nas unidades escolares em tempo integral, são oferecidas semestralmente, conforme a carga horária das Estruturas Curriculares vigentes/2026, considerando os interesses dos estudantes, as demandas e potencialidades da região/município. A lotação deve ser correlacionada a uma Área do Conhecimento da Formação Geral Básica e preferencialmente na área de formação do professor.

Art. 13. Para ser lotado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e no primeiro segmento da Educação de Jovens e Adultos, o professor deve possuir nível superior, com formação em Pedagogia ou Normal Superior.

Art. 14. Os professores a serem lotados nas turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental das Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino deverão ser, prioritariamente, os que possuem maior tempo de experiência docente em turmas dessa etapa de ensino.

Art. 15. Os professores a serem lotados nas turmas do ciclo de alfabetização (1º e 2º ano) do Ensino Fundamental das Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino deverão ser, prioritariamente, os que possuem maior experiência docente em turmas de alfabetização, permanecendo no ciclo de alfabetização no ano seguinte.

Art. 16. Nos municípios em que houver número suficiente de professores e de turmas dos Anos Iniciais (5º ano) será facultado a sua modulação na pluridocência, desde que comprovem experiência de sala de aula em turmas dessa etapa de ensino.

Art. 17. Os professores que atuam nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na modalidade regular parcial, terão carga horária de 25 (vinte e cinco) aulas semanais, por turma, para atender às atividades de regência e 03 aulas semanais, que podem ser lotadas em turmas de outras etapas ofertadas pela escola ou nas atividades complementares da Jornada Escolar e Ampliada.

Art. 18. O professor lotado com aulas não presenciais deverá cumprir as horas na unidade escolar, desenvolvendo as atividades pedagógicas com foco no atendimento exclusivo aos estudantes da etapa do ensino médio e no 2º e 3º Segmento da Educação de Jovens e Adultos Noturno.

CAPÍTULO III DAS UNIDADES ESCOLARES DE ENSINO EM TEMPO INTEGRAL

Art. 19. A distribuição das aulas dos professores dar-se-á de acordo com a Estrutura Curricular aprovada para este modo de oferta de ensino.

§1º Para os professores que ministram aulas do componente curricular de Ciências serão acrescidas, preferencialmente, na sua carga horária as aulas de Prática Experimental correspondentes.

§2º Para os professores que ministram aulas dos componentes curriculares de Matemática, Física, Biologia e Química serão acrescidas na sua carga horária as aulas de Prática Experimental correspondentes.

§3º Para os professores que ministram aulas dos componentes curriculares de Matemática e Língua Portuguesa serão acrescidas na sua carga horária as aulas de Nivelamento em Matemática e Língua Portuguesa.

Art. 20. O professor lotado no Componente Curricular Eletiva ministrará 40h semestrais com formação preferencialmente na área de Linguagem para o Ensino Fundamental, e Linguagens e suas tecnologias para o Ensino Médio:

Art. 21. O Professor Coordenador do Complexo Esportivo das Unidades Escolares, Padrão ETI, deverá possuir licenciatura em Educação Física.

Art. 22. Na função de Professor Inspetor, a Unidade Escolar deverá modular, preferencialmente, servidores efetivos com formação em Pedagogia ou Normal Superior, sendo obrigatoriamente, um servidor do sexo masculino e outro feminino.

CAPÍTULO IV DOS PROFESSORES NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 23. Os professores lotados nas turmas de Atendimento Educacional Especializado - AEE, nas Salas de Recursos Multifuncionais e Centros de AEE terão carga horária de 90 horas mensais por turma.

§1º Para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e com pós-graduação na área da Educação Especial, por uma instituição reconhecida.

§2º O professor de AEE dos Centros de AEE deve possuir especialização específica nas áreas de Deficiências, Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD). A lotação do professor dos Centros de AEE somente deverá ocorrer após o parecer favorável da Diretoria de Educação Inclusiva e Acessibilidade e autorização da Diretoria de Provimento e Folha de Pagamento.

Art. 24. Para ser lotado como Tradutor e Intérprete de Libras, o profissional deverá possuir formação de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa que deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa. Caso não haja profissional com titulação citada, as unidades escolares deverão incluir em seus quadros profissionais com o seguinte perfil:

I. profissional ouvinte, de nível superior, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação em instituições de ensino médio e de educação superior;

II. profissional ouvinte, de nível médio, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação no ensino fundamental.

Parágrafo único. Na impossibilidade de atendimento às exigências do artigo anterior, a função poderá ser exercida por profissional ouvinte de nível médio, com cursos específicos de Libras com carga horária mínima de 360 horas, ministrados por instituição reconhecida.

Art. 25. O Tradutor e Intérprete de Libras, preferencialmente permanecerá na mesma escola, enquanto houver estudantes surdos, deficientes auditivos e surdocegos; caso contrário, os profissionais poderão ser lotados em outra unidade escolar que tenha estudantes matriculados com necessidades desse atendimento. Na inexistência de estudantes em outro turno o profissional terá carga horária de 90 horas mensais.

I. É vedado o revezamento de Tradutores e Intérpretes de Libras, ficando autorizado o ingresso e permanência de apenas um profissional por sala de aula que tenha estudantes que necessitam de tradução e interpretação.

II. A lotação do Tradutor e Intérprete de Libras somente deverá ocorrer após o parecer favorável da Diretoria de Educação Inclusiva e Acessibilidade, que realizará avaliação de fluência da Libras antes da emissão do parecer, com avaliadores surdos e ouvintes.

Art. 26. Para ser lotado na regência do componente curricular de Libras, o professor deverá possuir formação de nível superior em Licenciatura em Letras-Libras ou Licenciatura em qualquer área da educação, devendo ter no mínimo, um dos cursos abaixo:

I. Pós-graduação *Lato Sensu* em Língua Brasileira de Sinais;

II. Cursos específicos de Libras, ministrados por instituição reconhecida com, no mínimo, 360 horas.

§1º As vagas do componente curricular de Libras deverão ser preenchidas, preferencialmente, por professores surdos.

§2º É vedada a lotação de professores de Libras na função de tradutor e intérprete de Libras para atendimento individual ou em grupo de estudantes e professores surdos nas unidades escolares.

§3º Os professores de Libras efetivos em atividades na função de tradutor e intérprete de Libras, lotados na Secretaria de Educação, Superintendências, Diretorias, Gerências e demais setores da Seduc, em atividade fora da regência da disciplina de Libras das unidades escolares, não fazem jus a hora atividade ou livre docência, devendo cumprir carga horária, férias e outros, de igual modo aos demais professores lotados na função de técnicos da Seduc.

CAPÍTULO V DOS PROFESSORES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Art. 27. Para ser lotado na docência dos componentes curriculares específicos da Educação Profissional Técnico de Nível Médio, na coordenação de curso, o professor deverá ter a formação superior na respectiva área do curso.

Art. 28. A lotação nos Centros de Educação Profissional e a distribuição das aulas dos professores dar-se-á de acordo com a Estrutura Curricular aprovada para este modo de oferta de ensino.

CAPÍTULO VI DOS PROFESSORES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS e EJA DE PESSOAS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE - EJA/PPL

Art. 29. Os professores a serem lotados na EJA devem, prioritariamente, ter o maior número de carga horária nas turmas que ofertam essa modalidade de ensino, principalmente nas áreas de Linguagens e Códigos, Matemática, a fim de não se tornar complementação de carga horária.

Art. 30. A lotação do professor mediador da Educação de Jovens e Adultos de Pessoas Privadas de Liberdade - EJA/PPL do 2º e 3º Segmento, com aulas mediadas por tecnologia nas unidades penais, será realizada pela escola sede, sendo um professor com formação em Letras, que atuará também na área de Ciências Humanas e um professor com formação em Matemática e suas Tecnologias, que também atuará na área de Ciências da Natureza, por turma/segmento, e esses serão responsáveis pela transmissão das vídeoaulas nas unidades penais e também pela execução de 20% (vinte por cento) da carga horária, para ofertar as atividades presenciais.

Art. 31. A lotação do professor da Educação de Jovens e Adultos de Pessoas Privadas de Liberdade - EJA/PPL, do 2º e 3º Segmento, com aulas presenciais nas Unidades Penais, será realizada pela escola sede, sendo um professor por área de conhecimento.

CAPÍTULO VII DOS PROFESSORES NA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA

Art. 32. A lotação de professores e demais profissionais da educação nas Unidades Escolares Quilombolas obedecerá às seguintes especificidades:

§1º Os profissionais da educação a serem lotados nas Unidades Escolares Quilombolas da Rede Estadual de Ensino deverão ser, preferencialmente, quilombolas, oriundos das comunidades onde a unidade escolar está situada.

§2º O professor lotado nos itinerários formativos de aprofundamento, deverá ser preferencialmente, quilombola.

Art. 33. Os demais profissionais das Escolas Quilombolas deverão ter conhecimento básico sobre a legislação educacional brasileira e quilombola vigente; preferencialmente ser quilombola a fim de garantir um ambiente educacional com, no mínimo, paridade entre profissionais quilombolas e não quilombolas.

CAPÍTULO VIII DAS UNIDADES ESCOLARES COM JORNADA AMPLIADA AUTORIZADA

Art. 34. A Jornada Ampliada caracteriza-se por ofertar turmas não seriadas, com carga horária de 17 horas/aulas semanais por Unidade Escolar autorizada pelo Titular da Pasta.

§1º Das 17 horas aulas, 6 horas serão destinadas para atendimento do letramento, sendo:

- a) 3 aulas para o letramento de língua portuguesa; e
- b) 3 aulas para o letramento de matemática.

§2º As demais 11h serão destinadas às Atividades Complementares da Jornada Ampliada, sendo distribuídas conforme as especificações da organização curricular.

Art. 35. Para a lotação nas atividades de Jornada Ampliada desenvolvidas no contraturno, nas etapas de ensino fundamental e médio, assegurado o caráter pedagógico, diversificação das metodologias e abordagem de atividades esportivas, culturais, artísticas e outras relativas aos temas contemporâneos e transversais, deve-se observar:

§1º A lotação do Professor só será autorizada após o cumprimento de todas as etapas de implantação da Jornada Ampliada, conforme as Orientações para a Jornada Escolar Ampliada Educação Básica para Rede Estadual de Ensino.

§2º Quando autorizado a oferta da Jornada Escolar Ampliada será priorizada a lotação do professor já modulado na unidade escolar.

§3º Não havendo disponibilidade para trabalhar no contra turno, poderá ser lotado Professor de outra unidade escolar, priorizando a formação pedagógica e experiência no campo de atuação.

§4º Não será autorizado lotar Professor somente nas turmas de Jornada Ampliada.

§5º É vedado lotar Professor na Jornada Ampliada havendo déficits de aulas nos componentes curriculares da formação geral básica e dos itinerários formativos.

§6º Nas Atividades Complementares da Jornada Ampliada, nas áreas de cultura, dança e desporto e outras, que exigem formação específica, o Diretor da Unidade só poderá modular Professor com a devida formação.

CAPÍTULO IX DO COORDENADOR PEDAGÓGICO DE ÁREA

Art. 36. O Coordenador Pedagógico de Área para o Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos deverá ser lotado na sua unidade de lotação, na Formação Geral Básica, da seguinte forma:

I. Unidades escolares com 1 a 4 turmas: não haverá Coordenador Pedagógico de Área; o atendimento aos professores será realizado pela Coordenação Pedagógica.

II. Unidades escolares com 5 a 7 turmas: serão designados 4 (quatro) Coordenadores Pedagógicos de Área, com 90 horas mensais cada, sendo 1 (um) por área de conhecimento, acrescidos de 14 aulas de regência, totalizando 180 horas mensais.

III. Unidades escolares com 8 ou mais turmas: serão designados 4 (quatro) Coordenadores Pedagógicos de Área, com 129 horas mensais cada, sendo 1 (um) por área de conhecimento, acrescidos de 8 aulas de regência, totalizando 180 horas mensais.

Art. 37. Os Coordenadores Pedagógicos de Área serão lotados com 90h ou 129h mensais para atenderem a coordenação de área e, para completar a jornada de 180h, serão obrigatoriamente lotados na docência.

§1º O Coordenador Pedagógico de Área será escolhido pela equipe diretiva atendendo o perfil indicado no Regimento Padrão da Secretaria Estadual de Educação.

§2º O Coordenador Pedagógico e o Coordenador Pedagógico de Área, ficarão responsáveis pelo acompanhamento do professor no desenvolvimento das aulas presenciais e não presenciais.

§3º O Coordenador Pedagógico de Área não deverá ser lotado nos Itinerários Formativos de Aprofundamento, salvo quando não houver professor habilitado disponível na Unidade Escolar.

§4º Ao Coordenador Pedagógico de Área serão atribuídas Horas Atividades e horas de Livre Docência referente exclusivamente à Carga Horária destinada à docência.

§5º É vedado ao Coordenador Pedagógico de Área ministrar aulas em substituição a servidores afastados em forma de extensão de carga horária e déficit.

§6º O Coordenador Pedagógico de Área ficará responsável em assumir as turmas na ausência do professor dentro da sua área de conhecimento, devendo o diretor da unidade escolar reduzir as suas horas na Coordenação, conforme organização curricular e a proposta pedagógica da escola.

§7º Para atuar na área de Linguagens, o Coordenador Pedagógico de Área deverá possuir formação exclusiva em Letras.

§8º Para atuar na área de Matemática e suas Tecnologias, o Coordenador Pedagógico de Área deverá possuir formação exclusiva em Matemática.

§9º O Coordenador Pedagógico de Área não poderá ser modulado na Jornada Escolar Ampliada (JEA) ou nos Itinerários Formativos.

CAPÍTULO X PROGRAMA AVANÇA MAIS - CORREÇÃO DE FLUXO

Art. 38. O Programa Avança Mais - Correção de Fluxo tem como público-alvo os estudantes da Rede Estadual de Ensino que apresentam distorção idade-série. O programa é organizado em ciclos sequenciais de correção, conforme descrito a seguir:

I. Ciclo Sequencial de Correção de Fluxo II - Quando aplicado, terá regência por componente curricular e/ou por área de conhecimento, conforme a especificidade do atendimento.

II. Ciclo Sequencial de Correção de Fluxo III - Quando aplicado, terá regência exclusivamente por componente curricular.

Art. 39. As turmas serão constituídas nas unidades escolares autorizadas pelo Titular da Pasta, de acordo com a Estrutura Curricular vigente para a Correção de Fluxo.

Art. 40. A distribuição das aulas ocorrerá conforme a Estrutura Curricular aprovada para este modo de oferta de ensino.

Parágrafo único. Para atuar nos Ciclos II e III, o professor deverá possuir Licenciatura ou Bacharelado com complementação pedagógica, habilitando-o para a respectiva área de conhecimento ou componente curricular.

CAPÍTULO XI DO CENTRO DE MÍDIAS

Art. 41. A lotação dos professores, dos coordenadores pedagógicos e dos coordenadores pedagógicos de área no Centro de Mídias observará a necessidade administrativa da Secretaria da Educação e a oferta prevista na Proposta Pedagógica do referido setor, conforme as diretrizes vigentes para a integração das tecnologias digitais à educação.

§1º Os servidores lotados no Centro de Mídias atuarão na produção, organização e disponibilização de conteúdos educacionais digitais destinados ao uso institucional pela Rede, conforme planejamento definido pela Secretaria.

§2º Os conteúdos produzidos poderão ser utilizados pelas unidades escolares como recurso pedagógico de apoio, inclusive em situações de ausência eventual do professor regente, cabendo ao coordenador pedagógico ou responsável designado conduzir as atividades previstas.

§3º A lotação no Centro de Mídias implica o cumprimento das atribuições específicas do setor, incluindo participação em formações, alinhamento técnico com as áreas finalísticas e atendimento às demandas administrativas definidas pela Seduc.

CAPÍTULO XII DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL

Art. 42. Fica estabelecido que as Superintendências Regionais de Educação (SRE) contarão com equipes multiprofissionais distribuídas de acordo com o anexo IV, desta normativa.

§1º A lotação das equipes nas SREs possui caráter organizacional e estratégico, com o objetivo de assegurar o planejamento, a coordenação e o suporte técnico às unidades escolares vinculadas a cada regional.

Art. 43. A Equipe Multiprofissional deverá ser lotada na sua unidade de lotação, da seguinte forma:

I. O Orientador Educacional permanece como profissional fixo da unidade escolar, responsável por coordenar as ações da equipe multiprofissional e acompanhar o desenvolvimento escolar dos estudantes.

II. Os profissionais de Psicologia e Serviço Social continuarão a compor essa equipe, porém em regime de nucleação, ou seja, atuarão de forma escalonada em mais de uma unidade escolar.

III. A atuação ocorrerá em articulação com a equipe da Superintendência Regional de Educação, mediante cronograma validado pela equipe gestora da unidade escolar envolvida.

IV. As Unidades Escolares que apresentarem necessidade de uma equipe multiprofissional exclusiva deverão encaminhar a solicitação à Superintendência Regional de Educação, por meio de relatório técnico devidamente fundamentado, respeitando os critérios preestabelecidos pela Diretoria de Desenvolvimento das Competências Socioemocionais.

Parágrafo Único: Nos casos, especificado no inciso IV, a Superintendência Regional de Educação (SRE) deverá analisar a solicitação, elaborar justificativa detalhada e encaminhá-la à Diretoria de Desenvolvimento das Competências Socioemocionais, responsável por emitir parecer e orientações e, posteriormente, encaminhar o processo para apreciação da Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoal, respeitada a disponibilidade orçamentária e financeira.

CAPÍTULO XIII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE REMOÇÃO

Art. 44. As remoções a pedido, no âmbito da Secretaria da Educação, somente serão concedidas mediante a existência de vaga compatível com a área de formação do servidor e emissão do parecer técnico da SEDUC, observando-se, obrigatoriamente, o início de cada semestre letivo do respectivo ano, conforme o calendário escolar vigente.

§1º Para fins de concessão da remoção no primeiro semestre letivo, o servidor deverá protocolar o pedido no mês de dezembro do ano anterior, sendo a efetivação da remoção realizada para o primeiro semestre, a partir do primeiro dia do planejamento escolar, conforme calendário letivo vigente.

§2º Para fins de concessão da remoção no segundo semestre letivo, o servidor deverá protocolar o pedido no mês de junho do ano em curso, sendo a efetivação da remoção realizada a partir do primeiro dia do planejamento escolar, conforme o calendário escolar vigente.

Art. 45. As remoções dos servidores efetivos em estágio probatório somente poderão ocorrer por permuta, entre servidores que possuam a mesma formação, e cumpram a mesma jornada de trabalho, após análise e parecer técnico da Pasta.

§1º De acordo com o art. 20, da Lei 1818, de 27 agosto de 2007, e Instrução Normativa Geral nº 02/2015 o servidor em estágio probatório:

I- somente pode ser removido por necessidade justificada do serviço e a existência de vaga.

Art. 46. Havendo solicitações de remoção em número maior que as vagas existentes para o município ou unidade escolar pleiteada terão preferência os servidores que atenderem aos seguintes critérios:

- I. maior idade;
- II. ter disponibilidade para assumir maior carga horária nos turnos em que a unidade escolar necessitar;
- III. ter maior tempo de serviço no cargo;
- IV. ter menor número de faltas injustificadas.

Art. 47. É vedada a remoção de servidor que se encontrar:

I - em qualquer das licenças ou afastamentos previstos no art. 88 e 105, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007:

- a) para tratamento de saúde;
- b) por motivo de doença em pessoa da família;
- c) por tutoria ou adoção;
- d) por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro;
- e) para o serviço militar;
- f) para atividade política;
- g) para capacitação ou especialização;
- h) para tratar de interesses particulares;
- i) para desempenho de mandato classista;
- j) afastado para servir a outro órgão ou entidade;
- k) exercendo mandato eletivo;
- l) afastado para estudar no país ou no exterior;
- m) realizando missão oficial no exterior;
- n) atendendo convocação na Justiça Eleitoral, durante o período eletivo;
- o) servindo no Tribunal do Júri.

II - respondendo a processo administrativo disciplinar ou sindicância;

III - cumprindo pena disciplinar de suspensão;

IV - em estágio probatório, exceto em virtude de necessidade imprescindível de serviço, plenamente justificada pelo Titular da unidade de destino;

V - em gozo de férias;

VI - cedido a outro Poder ou Esfera.

Art. 48. O servidor removido a pedido deve permanecer pelo menos 12 meses na nova lotação para solicitar nova remoção, salvo situações previstas em Lei.

Art. 49. O servidor deverá aguardar, na unidade de lotação de origem, em exercício, o resultado da solicitação de remoção, ficando sujeito ao cômputo de faltas, caso não exerça normalmente suas atividades no período de verificação do trâmite de remoção.

Art. 50. Se deferido o pedido de remoção, a lotação do servidor na nova unidade de trabalho deverá obedecer aos mesmos critérios de lotação definidos nesta Normativa.

CAPÍTULO XIV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 51. Aplicam-se aos instrumentos regulamentados por esta Normativa a legislação pertinente, especialmente, as Leis Federais nº 9.394/1996, 13.415/2017, 13.146/2015, 14.945/2024 e as Leis Estaduais nºs 4.902/2025, 1.818/2007 e 2.139/2009, a Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018, as Portarias nº 521, de 13 de julho de 2021, e 1.432, de 28 de dezembro de 2018, ambas do Ministério da Educação, bem como o documento orientador para a Implementação do Novo Ensino Médio na etapa de ensino.

Art. 52. No início de cada semestre letivo o Diretor da unidade escolar ao modular os professores efetivos, deve priorizar além do perfil, o que tenha maior tempo serviço na unidade de lotação.

Art. 53. O professor com o benefício de 6 (seis) horas ininterruptas, concedido pela Secretaria da Administração, com o exercício em sala de aula, será lotado com 21 aulas semanais em sala de aula, sendo que as horas atividades deverão ser cumpridas no mesmo turno.

Art. 54. No período noturno, o tempo de duração da aula terá a seguinte distribuição:

I. 50 minutos para a realização das atividades presenciais em sala de aula.

§1º O monitoramento da realização dos projetos complementares será realizado pelo Superintendente Regional de Educação e pelo setor Regional de Assessoria de Gestão Pedagógica e Educacional.

§2º A atribuição e responsabilidade da lotação dos professores será do Diretor da unidade escolar, homologada pelo respectivo Superintendente Regional de Educação.

Art. 55. Fica vedada a lotação de servidores ocupantes do cargo de Professor da Educação Básica (PROEB), sejam efetivos ou contratados, no exercício das funções de Auxiliar Administrativo (AA) ou Auxiliar de Apoio Escolar (AAE).

Art. 56. O Professor que não estiver lotado dentro das vagas disponíveis na unidade escolar, sem amparo de Despacho emitido pela Junta Médica Oficial do Estado, terá sua carga horária reduzida para 90 horas mensais.

Art. 57. Quando designado para o exercício da função de Diretor de Unidade Escolar e que esta funcione em três turnos, o servidor ocupante de dois cargos efetivos de professor deverá ser modulado com:

I - 3 turnos 270 horas mensais na função de Diretor com dedicação exclusiva;

II - 2 turnos 180 horas mensais na função de Diretor com dedicação exclusiva.

Parágrafo único. Nas unidades escolares com funcionamento em dois turnos o Professor com 2 vínculos, designado para o exercício da função de Diretor de unidade escolar, deverá ser modulado 20 horas em outra unidade escolar.

Art. 58. A distribuição da carga horária, para os professores do Programa Esporte na Escola, será de acordo às especificidades de Instrução Normativa própria.

Art. 59. O servidor que, no desempenho do cargo ou função, agir em descumprimento com as normas contidas nesta Normativa, poderá responder civil e administrativamente por sua conduta.

Art. 60. As escolas indígenas e escolas especiais - APAES serão moduladas de acordo às especificidades por Instrução Normativa própria.

Art. 61. A lotação do Profissional de Apoio Escolar dos Estudantes da Educação Especial Inclusiva segue as especificidades por Instrução Normativa própria.

Art. 62. A designação de professores para extensão de carga horária deverá obedecer a Instrução Normativa nº 08, de 10 de fevereiro de 2025.

Art. 63. Os casos omissos nesta Instrução Normativa serão analisados pela Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoal e pelo Titular da Pasta.

Art. 64. Revogam-se:

I - todas as autorizações especiais de lotação concedidas no ano letivo anterior;

II - a Instrução Normativa nº 02, de 21 de janeiro de 2025.

Art. 65. Esta Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO PEREIRA VAZ
Secretário de Estado da Educação

ANEXO I À INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 18, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025.

MODELO DE QUADRO DE PESSOAL DE UNIDADES ESCOLARES DE ENSINO REGULAR		UNIDADE DE GRANDE PORTE				UNIDADE DE MÉDIO PORTE		UNIDADE DE PEQUENO PORTE			
		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X
		a partir de 1.600 alunos	de 1.066 a 1.599 alunos	de 886 a 1.065 alunos	de 736 a 885 alunos	de 616 a 735 alunos	de 496 a 615 alunos	de 376 a 495 alunos	de 196 a 375 alunos	de 106 a 195 alunos	até 105 alunos
SETOR PEDAGÓGICO											
DR	Diretor de Unidade Escolar	180h	180h	180h	180h	180h	180h	180h	180h	180h	180h
VDR	Vice-Diretor de Unidade Escolar	180h	180h	180h	180h	180h	180h	180h	180h	180h	180h
CP	Coordenador Pedagógico	900h	720h	540h	540h	360h	360h	360h	180h	180h	180h
OE	Orientador Educacional	540h	360h	360h	360h	360h	360h	180h	180h	180h	180h
PI	Professor Inspetor*	360h	360h	360h	360h	—	—	—	—	—	—
CPP	Coordenador de Programas e Projetos*	no máximo 3 por unidade escolar				no máximo 2 por unidade escolar					
SETOR ADMINISTRATIVO											
AA	Auxiliar Administrativo	540h	540h	540h	360h	360h	360h	360h	360h	180h	—
CAF	Coordenador Administrativo e Financeiro	180h	180h	180h	180h	180h	180h	180h	180h	180h	—
AAE	Auxiliar de Apoio Escolar	360h	360h	180h	180h	180h	180h	180h	180h	180h	180h
AHE	Auxiliar de Higienização do Ambiente Escolar - 2 turnos	1 para cada 9 dependências									
AHE	Auxiliar de Higienização do Ambiente Escolar - 3 turnos	1 para cada 8 dependências									
MAE	Manipulador de Alimentação Escolar	1 para cada 130 alunos									
AMPE	Auxiliar de Monitoramento do Patrimônio Escolar e Meio Ambiente	540h	540h	540h	540h	540h	540h	540h	540h	540h	540h
DOCENTES											
.	Professor Regente de Turmas	De acordo com a Estrutura Curricular									
.	Professor Regente de Disciplinas	De acordo com a Estrutura Curricular									
COORDENADOR PEDAGÓGICO DE ÁREA											
.	De 05 a 07 turmas - 4 de 90h	360h				—	14 AULAS		—	180	
.	A partir de 08 turmas - 4 de 129h	516h				—	8 AULAS		—	180	
MODELO DE QUADRO DE PESSOAL DE UNIDADES ESCOLARES AGRÍCOLAS											
		UNIDADE DE GRANDE PORTE				UNIDADE DE MÉDIO PORTE		UNIDADE DE PEQUENO PORTE			
		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X
		a partir de 1.600 alunos	de 1.066 a 1.599 alunos	de 886 a 1.065 alunos	de 736 a 885 alunos	de 616 a 735 alunos	de 496 a 615 alunos	de 376 a 495 alunos	de 196 a 375 alunos	de 106 a 195 alunos	até 105 alunos
SETOR PEDAGÓGICO											
DR	Diretor de Unidade Escolar	180h	180h	180h	180h	180h	180h	180h	180h	180h	180h
VDR	Vice-Diretor de Unidade Escolar	180h	180h	180h	180h	180h	180h	180h	180h	180h	180h
CP	Coordenador Pedagógico	720h	540h	360h	360h	360h	360h	180h	180h	180h	180h
CCP	Coordenador da Educação Profissional Técnica	180h	180h	180h	180h	180h	180h	180h	180h	180h	180h
OE	Orientador Educacional	360h	360h	180h	180h	180h	180h	180h	180h	180h	180h
PI	Professor Inspetor*	360h	360h	360h	360h	360h	360h	360h	360h	360h	360h
CPP	Coordenador de Programas e Projetos*	no máximo 3 por unidade escolar				no máximo 2 por unidade escolar					
SETOR ADMINISTRATIVO											
AA	Auxiliar Administrativo	540h	540h	540h	360h	360h	360h	360h	360h	180h	—
CAF	Coordenador Administrativo e Financeiro	180h	180h	180h	180h	180h	180h	180h	180h	180h	180h
AAE	Auxiliar de Apoio Escolar	180h	180h	180h	180h	180h	180h	180h	180h	180h	180h
TECA	Técnico de Área	2 para cada Curso ofertado na Unidade Escolar									
MONN	Monitor Noturno	720h	720h	720h	720h	720h	720h	720h	720h	720h	720h
AHE	Auxiliar de Higienização do Ambiente Escolar	1 para cada 7 dependências									
AAG	Auxiliar de Apoio Agropecuário	360h	360h	360h	360h	360h	360h	360h	360h	360h	360h
MAE	Manipulador de Alimentação Escolar	1 para cada 50 alunos									
AMPE	Ambiente	540h	540h	540h	540h	540h	540h	540h	540h	540h	540h
MT	Motorista	1 para cada veículo de Transporte Escolar									
DOCENTES											
.	Professor Regente de Turmas	De acordo a Estrutura Curricular									
.	Professor Regente de Disciplinas	De acordo a Estrutura Curricular									
COORDENADOR PEDAGOGICO DE ÁREA											
.	De 05 a 07 turmas - 4 de 90h	360h				—	14 AULAS		—	180	
.	A partir de 08 turmas - 4 de 129h	516h				—	8 AULAS		—	180	
MODELO DE QUADRO DE PESSOAL DE UNIDADES ESCOLARES DE TEMPO INTEGRAL											
		UNIDADE DE GRANDE PORTE				UNIDADE DE MÉDIO PORTE		UNIDADE DE PEQUENO PORTE			
		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X
		a partir de 1.600 alunos	de 1. 066 a 1.599 alunos	de 886 a 1.065 alunos	de 736 a 885 alunos	de 616 a 735 alunos	de 496 a 615 alunos	de 376 a 495 alunos	de 196 a 375 alunos	de 106 a 195 alunos	até 105 alunos
SETOR PEDAGÓGICO											
DR	Diretor de Unidade Escolar	180h	180h	180h	180h	180h	180h	180h	180h	180h	180h
VDR	Vice-Diretor de Unidade Escolar	180h	180h	180h	180h	180h	180h	180h	180h	180h	180h
CP	Coordenador Pedagógico	540h	540h	540h	540h	540h	360h	360h	180h	180h	180h
OE	Orientador Educacional	540h	360h	360h	360h	360h	360h	180h	180h	180h	180h
PI	Professor Inspetor *	360h	360h	360h	360h	360h	360h	360h	360h	360h	360h
CPP	Coordenador de Programas e Projetos*	no máximo 3 por unidade escolar				no máximo 2 por unidade escolar					
SETOR ADMINISTRATIVO											
AA	Auxiliar Administrativo	540h	540h	540h	360h	360h	360h	360h	180h	180h	180h
CAF	Coordenador Administrativo e Financeiro	180h	180h	180h	180h	180h	180h	180h	180h	180h	180h
AAE	Auxiliar de Apoio Escolar	360h	360h	180h	180h	180h	180h	180h	180h	180h	180h
AHE	Auxiliar de Higienização do Ambiente Escolar	1 para cada 7 dependências utilizadas									
MAE	Manipulador de Alimentação Escolar	1 para cada 60 alunos									
AMPE	Ambiente	540h	540h	540h	540h	540h	540h	540h	540h	540h	540h
DOCENTES											
.	Professor Regente de Turmas	De acordo a Estrutura Curricular									
.	Professor Regente de Disciplinas	De acordo a Estrutura Curricular									
COORDENADOR PEDAGOGICO DE ÁREA											
.	De 05 a 07 turmas - 4 de 90h	360h				—	14 AULAS		—	180	
.	A partir de 08 turmas - 4 de 129h	516h				—	8 AULAS		—	180	
MODELO DE QUADRO DE PESSOAL DE UNIDADES ESCOLARES DE TEMPO INTEGRAL – NOVO PADRÃO DE EDIFICAÇÃO		GRANDE PORTE				MÉDIO PORTE			PEQUENO PORTE		
		IV				V			VI		
		acima de 736				de 616 a 735 alunos			de 300 a 615 alunos		
SETOR PEDAGÓGICO											
DR	Diretor de Unidade Escolar	180h				180h			180h		
VDR	Vice-Diretor de Unidade Escolar	180h				180h			180h		
CP	Coordenador Pedagógico	540h				540h			360h		
OE	Orientador Educacional	360h				360h			360h		

PI	Professor Inspetor *	360h	360h	360h		
CPP	Coordenador de Programas e Projetos*	no máximo 3 por unidade escolar	no máximo 2 por unidade escolar	no máximo 2 por unidade escolar		
CPCE	Coordenador Pedagógico - Complexo Esportivo	180h	180h	180h		
SETOR ADMINISTRATIVO						
AA1	Auxiliar Administrativo	720h	540h	360h		
AAUD	Auxiliar Administrativo - Auditório	360h	360h	360h		
CAF	Coordenador Administrativo e Financeiro	180h	180h	180h		
AAE	Auxiliar de Apoio Escolar	360h	360h	360h		
AHE	Auxiliar de Higienização do Ambiente Escolar	1 para cada 7 dependências utilizadas	1 para cada 7 dependências utilizadas	1 para cada 7 dependências utilizadas		
MAE	Manipulador de Alimentação Escolar	1 para cada 60 alunos	1 para cada 60 alunos	1 para cada 60 alunos		
AMPE	Auxiliar de Monitoramento do Patrimônio Escolar e Meio Ambiente	1080h	1080h	1080h		
DOCENTES						
.	Professor Regente de Turmas	De acordo com a Estrutura Curricular				
.	Professor Regente de Disciplinas	De acordo com a Estrutura Curricular				
COORDENADOR PEDAGOGICO DE ÁREA						
.	De 05 a 07 turmas - 4 de 90h	360h	-	14 AULAS	-	180
.	A partir de 08 turmas - 4 de 129h	516h	-	8 AULAS	-	180

A escala de trabalho dos servidores na função de Auxiliar de Monitoramento do Patrimônio Escolar e Meio Ambiente, será distribuída conforme quadro abaixo:

AUXILIAR DE MONITORAMENTO DO PATRIMONIO ESCOLAR E MEIO AMBIENTE	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO DIA	SÁBADO NOITE	DOMINGO DIA	DOMINGO NOITE
A	p			p			p		
B		p			p			p	
C			p			p			p

HORÁRIOS DOS SERVIÇOS DOS AUXILIARES DE MONITORAMENTO DO PATRIMONIO ESCOLAR E MEIO AMBIENTE:

.	de segunda à sexta - noturno: das 18h às 06h
.	sábado, domingo e feriado - diurno: das 6h às 18h
.	sábado, domingo e feriado - noturno: das 18h às 06h
ORIENTAÇÕES COMPLEMENTARES	
1 - As Unidades Escolares com número de estudantes até 105 (cento e cinco) terá direito a um Manipulador de Alimentação Escolar.	
2- A Unidade Escolar com número de estudantes entre 106 (cento e seis) e 259 (duzentos e sessenta), que funcionar em dois turnos, terá direito a 2 (dois) Manipuladores de Alimentação Escolar.	
3 - A Unidade Escolar de Tempo Integral com menos de 50 estudantes terá direito a 1 Manipulador de Alimentação Escolar.	
4 - Na função de Coordenador Pedagógico deverá ser modulado exclusivamente servidor efetivo com formação em Pedagogia ou Normal Superior com Pós-graduação em Gestão ou Coordenação Pedagógica.	
5- Na função de Orientação Educacional deverá ser modulado exclusivamente servidor efetivo com formação em Pedagogia, com habilitação em Orientação Educacional, em nível de Graduação e/ou Pós Graduação.	
6 - No município que não houver servidor efetivo habilitado em Orientação Educacional, as horas destinadas a esta função poderão ser transferidas para a função de Coordenador Pedagógico, a critério do Diretor da Unidade Escolar, mediante autorização do Titular da Pasta.	
7 - A Unidade Escolar que ofertar cursos técnicos terá direito a 90 horas de Coordenador de Cursos Profissionalizantes para cada curso ofertado, devendo complementar a carga horária para 180 horas na docência da disciplina específica do curso.	
8 - Para a função de Coordenador de Programas e Projetos, a Unidade Escolar deverá modular, exclusivamente, servidores efetivos com recomendação da Junta Médica Oficial do Estado, Os professores modulados nesta função ficarão responsáveis, pelas atividades desenvolvidas na Biblioteca e Laboratório .	
9 - A função de Auxiliar de Apoio Escolar tem por finalidade auxiliar o Coordenador de Apoio Administrativo e Financeiro, principalmente no acompanhamento da Alimentação Escolar.	
10 - Os professores efetivos com recomendação médica deverão ser modulados nas funções existentes na Unidade Escolar, como: Orientador Educacional(OE), Coordenador Pedagógico(CP), Coordenador Administrativo e Financeiro(CAF), Vice-Diretor(VDR) e Coordenador de Programas e Projetos. Nas unidades escolares com Bibliotecas e Laboratórios em funcionamento, o profissional remanejado de função exercerá suas atividades nesses departamentos trabalhando Projetos Pedagógicos juntamente com o Coordenador Pedagógico, Coordenador Pedagógico de Área e o Orientador Educacional.	
11 - Nas Unidades Escolares de médio e pequeno porte indígenas, o atendimento do Psicólogo e Assistente Social, ficará a cargo dos profissionais lotados nas Superintendências Regionais de Educação.	
12 - As Escolas Agrícolas que funcionam em regime de internato, deverá modular na função de Monitor Noturno, 2 servidores do sexo masculino e 2 servidores do sexo feminino	
13 - A definição do Modelo de cada Unidade Escolar, será com base no número de alunos matriculados no início do ano letivo de 2026, conforme o SGE 3.0.	

ANEXO II À INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 18, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025.

CRITÉRIOS PARA LOTAÇÃO DE PESSOAL NAS SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO – 2026

SETOR	FUNÇÃO	Código da Função	SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO													Total por Função
			Araguaína	Araguatins	Arraias	Colinas do Tocantins	Dianópolis	Guaraí	Gurupi	Miracema do Tocantins	Palmas	Paraíso do Tocantins	Pedro Afonso	Porto Nacional	Tocantinópolis	
GABINETE	Superintendente Regional de Educação	SRE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13
	Assistente de Gabinete	AG	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13
	Técnico de Assuntos Jurídicos e de Ouvidoria	TEAJ	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13
ASSESSORIA EXECUTIVA	Assessor Executivo	AEXE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13
	Técnico de Gestão Financeira	TEGF	3	2	1	1	1	1	3	1	3	2	1	2	2	23
	Técnico de Núcleo de Controle Interno	TNCI	6	4	3	3	3	3	6	3	6	4	3	4	3	51
	Técnico de Políticas de Juventude	TEPJ	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13
	Técnico da ASMET - (Assessoria de Apoio aos Municípios)	TASMT	3	3	2	2	2	2	3	2	3	3	2	3	3	33
	Técnico de Desporto Educacional	TDE	2	2	1	1	1	1	2	1	2	2	1	2	2	20
	Técnico de Apoio às Associações das UE's e Alimentação Escolar	TEAUA	8	6	4	4	4	4	8	4	8	6	4	6	6	72
	Nutricionista	NUTC	6	4	2	2	2	2	6	2	6	4	2	4	4	46
ASSESSORIA REGIONAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E DE PESSOAS	Assessor Regional de Gestão Administrativa e de Pessoas	AGAP	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13
	Assistente de Apoio Administrativo - Patrimônio	AAAP	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13
	Assistente de Apoio Administrativo - Protocolo e Recepção	AAAPR	2	1	1	1	1	1	2	1	2	1	1	1	1	16
	Assistente de Apoio ao Usuário - Informática	AAUI	2	1	1	1	1	1	1	1	2	2	1	1	1	16
	Auxiliar de Higienização - DRE	AHD	8	4	4	4	3	5	8	4	6	5	3	7	5	66
	Motorista *(por veículo)	MOT	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13
	Técnico Regional de Transporte Escolar	TRTE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13
	Técnico Operacional e Suporte às Escolas Indígenas	TOSEI	2	0	0	0	0	0	2	3	0	2	2	0	2	13
	Técnico de Gestão de Pessoas	TEGP	10	6	4	4	4	4	8	4	8	6	4	6	6	74
	Auxiliar de Monitoramento do Patrimônio - DRE	AMPD	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	52
ASSESSORIA REGIONAL DE GESTÃO PEDAGÓGICA E EDUCACIONAL	Assessor Regional de Gestão Pedagógica e Educacional	AGPE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13
	Técnico de Estatísticas e Informações Educacionais/CENSO	TEIEC	2	1	1	1	1	1	2	1	2	1	1	1	1	16
	Técnico do Sistema de Gerenciamento Escolar	TCSGE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13
	Técnico Pedagógico de Currículo, Formação e Avaliação da Aprendizagem	TPCFA	10	9	9	9	9	9	10	9	10	9	9	9	9	120
	Técnico Pedagógico do Ensino Fundamental	TPEF	3	2	2	2	2	2	3	2	3	2	2	2	2	29
	Técnico Pedagógico do Ensino Médio	TPEM	3	2	1	2	2	1	3	2	3	2	2	2	2	27
	Técnico Pedagógico de EJA, Campo, Quilombola e Diversidade	TPEJA	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13
	Técnico Pedagógico de Educação Especial	TPEE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13
	Técnico Pedagógico de Educação Indígena	TPEI	2	0	0	0	0	0	2	2	0	2	2	0	2	12
	Técnico Pedagógico de Ensino Integral	TPEI2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	26
	Técnico Pedagógico de Educação Profissional e Tecnológica	TPEPT	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13
	Técnico de Inspeção Escolar	TIE	12	8	5	5	5	6	12	7	13	8	6	9	7	103
	Técnico Pedagógico de Supervisão e Fortalecimento da Gestão Escolar	TPSE	10	7	5	5	5	5	10	5	10	7	5	7	7	88
	Técnico Pedagógico de Orientação Educacional	TPOE	2	1	1	1	1	1	2	1	2	1	1	1	1	16
	Técnico Pedagógico de Tecnologias e Mídias Educacionais	TPTME	2	2	1	1	1	1	2	1	2	2	1	2	2	20
	Psicólogo	PSIC	2	2	1	2	1	1	2	1	2	2	1	2	2	21
	Assistente Social	ASTS	2	2	1	2	1	1	2	1	2	2	1	2	2	21
TOTAL GERAL DE SERVIDORES			122	89	70	73	70	72	119	78	115	95	75	93	92	1.163
Observações Importantes:																
a) A função de Motorista será ocupada de acordo com o número de veículos disponíveis em cada Superintendência Regional de Educação.																
b) As Equipes de Currículo, Formação e Avaliação da Aprendizagem serão compostas respectivamente por: 01 Técnico Pedagógico com formação em Pedagogia ; 02 Técnicos Pedagógicos da área de Linguagens (sendo: 01 de Letras; e 01 de Língua Estrangeira; Educação Física ou Artes); 02 Técnicos Pedagógicos da área de Matemática (Matemática); 02 Técnicos Pedagógicos da área de Ciências da Natureza (Ciências ; Biologia ; Física ou Química) e 02 Técnico Pedagógico da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (História ; Geografia ; Sociologia ou Filosofia).																
c) O acompanhamento às Escolas Indígenas será realizado pelo Técnico Pedagógico da Educação Indígena, bem como o caso das Escolas do Campo e Quilombola será realizado pelo Técnico Pedagógico de Educação de Jovens e Adultos, Campo e Quilombola.																
d) Os Psicólogos e Assistentes Sociais lotados nas Superintendências Regionais de Educação, ficarão responsáveis pelo atendimento das unidades escolares com um número inferior a 299 alunos.																
e) Os Professores Tutores do programa PROFUNICIONÁRIO são definidos por número de turmas, ou seja, para cada turma é lotado um técnico com 20h.																

ANEXO III À INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 18 , DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025.						
TABELA DE CARGA HORÁRIA DE AULAS COM DURAÇÃO DE 50 MINUTOS						
Nº AULAS SEMANAL	Nº DE AULAS MENSAL	Nº DE AULAS ATIVIDADES SEMANAL	Nº DE AULAS ATIVIDADE MENSAL	TOTAL DE AULAS SEMANAIS + AULAS ATIVIDADE	TOTAL DE AULAS MENSAIS	Nº DE HORAS MENSAL- FOLHA DE PAGAMENTO (CONVERSÃO DE AULAS EM HORA)
1	5	1	4	2	9	8
2	9	1	5	3	14	12
3	14	2	9	5	23	19
4	18	3	13	7	31	26
5	23	3	15	8	38	32
6	27	4	19	10	46	38
7	32	5	23	12	55	46
8	36	5	25	13	61	51
9	41	6	28	15	69	58
10	45	7	32	17	77	64
11	50	8	36	19	86	72
12	54	8	38	20	92	77
13	59	9	41	22	100	83
14	63	10	45	24	108	90
15	68	10	47	25	115	96
16	72	11	51	27	123	103
17	77	12	54	29	131	109
18	81	13	58	31	139	116
19	86	13	60	32	146	122
20	90	14	64	34	154	128
21	95	15	66	36	161	134
22	99	15	69	37	168	140
23	104	16	72	39	176	147
24	108	17	77	41	185	154
25	113	18	80	43	193	161
26	117	18	83	44	200	167
27	122	19	86	46	208	173
28	126	20	90	48	216	180

ANEXO IV À INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 18, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025.				
CRITÉRIO PARA COMPOSIÇÃO DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL (PSICÓLOGOS E ASSISTENTES SOCIAIS) NAS UNIDADES ESCOLARES - 2026				
SRE	MUNICÍPIO	QUANTIDADE DE ESCOLA NO MUNICÍPIO	PSIC	ASTS
ARAGUAÍNA	Ananás	4	2	2
ARAGUAÍNA	Aragominas	2	1	1
ARAGUAÍNA	Araguaína	32	13	13
ARAGUAÍNA	Araguanã	2	1	1
ARAGUAÍNA	Babaçulândia	2	1	1
ARAGUAÍNA	Barra do Ouro	2	1	1
ARAGUAÍNA	Campos Lindos	1	1	1
ARAGUAÍNA	Carmolândia	1	1	1
ARAGUAÍNA	Filadélfia	3	1	1
ARAGUAÍNA	Goiatins	1	1	1
ARAGUAÍNA	Muricilândia	2	1	1
ARAGUAÍNA	Nova Olinda	2	2	2
ARAGUAÍNA	Piraquê	1	1	1
ARAGUAÍNA	Riachinho	1	1	1
ARAGUAÍNA	Santa Fé do Araguaia	2	1	1
ARAGUAÍNA	Wanderlândia	2	1	1
ARAGUAÍNA	Xambioá	3	2	2
TOTAL ARAGUAÍNA			32	32
ARAGUATINS	Araguatins	9	3	3
ARAGUATINS	Augustinópolis	5	2	2
ARAGUATINS	Axixá do Tocantins	2	1	1
ARAGUATINS	Burití do Tocantins	5	2	2
ARAGUATINS	Carrasco Bonito	2	1	1

ARAGUATINS	Esperantina	3	2	2
ARAGUATINS	Praia Norte	2	1	1
ARAGUATINS	Sampaio	1	1	1
ARAGUATINS	São Bento do Tocantins	2	1	1
ARAGUATINS	São Miguel do Tocantins	2	2	2
ARAGUATINS	São Sebastião do Tocantins	2	1	1
ARAGUATINS	Sítio Novo do Tocantins	4	1	1
TOTAL ARAGUATINS			18	18
ARRAIAS	Arraias	6	2	2
ARRAIAS	Aurora do Tocantins	2	1	1
ARRAIAS	Combinado	3	1	1
ARRAIAS	Lavandeira	1	1	1
ARRAIAS	Novo Alegre	1	1	1
ARRAIAS	Paraná	4	2	2
TOTAL ARRAIAS			8	8
COLINAS DO TOCANTINS	Arapoema	2	1	1
COLINAS DO TOCANTINS	Bandeirantes do Tocantins	1	1	1
COLINAS DO TOCANTINS	Bernardo Sayão	1	1	1
COLINAS DO TOCANTINS	Brasilândia do Tocantins	1	1	1
COLINAS DO TOCANTINS	Colinas do Tocantins	8	4	4
COLINAS DO TOCANTINS	Itapiratins	1	1	1
COLINAS DO TOCANTINS	Juarina	1	1	1
COLINAS DO TOCANTINS	Palmeirante	1	1	1
COLINAS DO TOCANTINS	Pau D'Arco	1	1	1
COLINAS DO TOCANTINS	Tupiratins	1	1	1
TOTAL COLINAS DO TOCANTINS			13	13
DIANÓPOLIS	Almas	3	2	2
DIANÓPOLIS	Conceição do Tocantins	1	1	1
DIANÓPOLIS	Dianópolis	5	3	3
DIANÓPOLIS	Novo Jardim	1	1	1
DIANÓPOLIS	Ponte Alta do Bom Jesus	2	1	1
DIANÓPOLIS	Porto Alegre do Tocantins	1	1	1
DIANÓPOLIS	Rio da Conceição	1	1	1
DIANÓPOLIS	Taguatinga	3	2	2
DIANÓPOLIS	Taipas do Tocantins	1	1	1
TOTAL DIANÓPOLIS			12	12
GUARAÍ	Colméia	4	1	1
GUARAÍ	Couto Magalhães	3	1	1
GUARAÍ	Goianorte	2	1	1
GUARAÍ	Guaraí	5	3	3
GUARAÍ	Itaporã do Tocantins	1	1	1
GUARAÍ	Pequizeiro	2	1	1
GUARAÍ	Presidente Kennedy	1	1	1
GUARAÍ	Taboão	1	1	1
TOTAL GUARAI			10	10
GURUPI	Aliança do Tocantins	2	1	1
GURUPI	Alvorada	3	1	1
GURUPI	Araguaçu	3	1	1
GURUPI	Cariri do Tocantins	1	1	1
GURUPI	Crixás do Tocantins	1	1	1
GURUPI	Dueré	1	1	1
GURUPI	Figueirópolis	2	1	1
GURUPI	Formoso do Araguaia	3	1	1
GURUPI	Gurupi	15	6	6
GURUPI	Jaú do Tocantins	1	1	1
GURUPI	Lagoa da Confusão	1	1	1
GURUPI	Palmeirópolis	3	1	1
GURUPI	Peixe	2	1	1
GURUPI	Sandolândia	4	1	1
GURUPI	São Salvador do Tocantins	4	1	1
GURUPI	São Valério	1	1	1
GURUPI	Sucupira	1	1	1
GURUPI	Talismã	1	1	1
TOTAL GURUPI			23	23

MIRACEMA DO TOCANTINS	Dois Irmãos do Tocantins	1	1	1
MIRACEMA DO TOCANTINS	Lizarda	2	1	1
MIRACEMA DO TOCANTINS	Miracema do Tocantins	8	3	3
MIRACEMA DO TOCANTINS	Miranorte	2	1	1
MIRACEMA DO TOCANTINS	Rio dos Bois	1	1	1
MIRACEMA DO TOCANTINS	Tocantínia	2	1	1
TOTAL MIRACEMA DO TOCANTINS			8	8
PALMAS	Aparecida do Rio Negro	1	1	1
PALMAS	Lagoa do Tocantins	1	1	1
PALMAS	Lajeado	1	1	1
PALMAS	Mateiros	2	1	1
PALMAS	Novo Acordo	2	1	1
PALMAS	Palmas	26	12	12
PALMAS	Rio Sono	2	1	1
PALMAS	Santa Tereza do Tocantins	1	1	1
PALMAS	São Félix do Tocantins	1	1	1
TOTAL PALMAS			20	20
PARAÍSO DO TOCANTINS	Abreulândia	1	1	1
PARAÍSO DO TOCANTINS	Araguacema	2	1	1
PARAÍSO DO TOCANTINS	Barrolândia	3	1	1
PARAÍSO DO TOCANTINS	Caseara	2	1	1
PARAÍSO DO TOCANTINS	Cristalândia	2	1	1
PARAÍSO DO TOCANTINS	Divinópolis do Tocantins	2	1	1
PARAÍSO DO TOCANTINS	Lagoa da Confusão	1	1	1
PARAÍSO DO TOCANTINS	Marianópolis do Tocantins	1	1	1
PARAÍSO DO TOCANTINS	Nova Rosalândia	3	1	1
PARAÍSO DO TOCANTINS	Paraíso do Tocantins	10	4	4
PARAÍSO DO TOCANTINS	Pium	1	1	1
PARAÍSO DO TOCANTINS	Pugmil	1	1	1
TOTAL PARAISO DO TOCANTINS			15	15
PEDRO AFONSO	Bom Jesus do Tocantins	1	1	1
PEDRO AFONSO	Centenário	1	1	1
PEDRO AFONSO	Goiatins	1	1	1
PEDRO AFONSO	Itacajá	2	1	1
PEDRO AFONSO	Pedro Afonso	5	3	3
PEDRO AFONSO	Recursolândia	1	1	1
PEDRO AFONSO	Santa Maria do Tocantins	1	1	1
PEDRO AFONSO	Tupirama	1	1	1
TOTAL PEDRO AFONSO			10	10
PORTO NACIONAL	Brejinho de Nazaré	2	1	1
PORTO NACIONAL	Chapada da Natividade	1	1	1
PORTO NACIONAL	Fátima	1	1	1
PORTO NACIONAL	Ipueiras	1	1	1
PORTO NACIONAL	Monte do Carmo	4	1	1
PORTO NACIONAL	Natividade	4	2	2
PORTO NACIONAL	Oliveira de Fátima	1	1	1
PORTO NACIONAL	Pindorama do Tocantins	2	1	1
PORTO NACIONAL	Ponte Alta do Tocantins	2	2	2
PORTO NACIONAL	Porto Nacional	15	6	6
PORTO NACIONAL	Santa Rita do Tocantins	1	1	1
PORTO NACIONAL	Santa Rosa do Tocantins	2	1	1
PORTO NACIONAL	Silvanópolis	2	1	1
TOTAL PORTO NACIONAL			20	20
TOCANTINÓPOLIS	Aguiarnópolis	1	1	1
TOCANTINÓPOLIS	Angico	1	1	1
TOCANTINÓPOLIS	Cachoeirinha	1	1	1
TOCANTINÓPOLIS	Darcinópolis	1	1	1
TOCANTINÓPOLIS	Itaguatins	1	1	1
TOCANTINÓPOLIS	Luzinópolis	1	1	1
TOCANTINÓPOLIS	Maurilândia do Tocantins	1	1	1
TOCANTINÓPOLIS	Nazaré	3	1	1
TOCANTINÓPOLIS	Palmeiras do Tocantins	2	1	1
TOCANTINÓPOLIS	Santa Terezinha do Tocantins	1	1	1
TOCANTINÓPOLIS	Tocantinópolis	7	3	3
TOTAL TOCANTINÓPOLIS			13	13

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 19, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre procedimentos relativos à lotação e remoção de servidores das Unidades Escolares Indígenas, para o exercício de 2026 e adota outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 42, §1º, inciso II e IV, da Constituição do Estado, resolve:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A lotação e a remoção de servidores nas Unidades Escolares Indígenas da Rede Estadual de Ensino do Estado do Tocantins obedecem aos procedimentos contidos nesta Normativa.

Art. 2º Define-se o quantitativo de servidores para as Unidades Escolares Indígenas da Rede Estadual de Ensino em conformidade com o Módulo das Unidades Escolares Indígenas, na forma do Anexo I desta Normativa.

Art. 3º A carga horária de todos os professores será definida em conformidade com as estruturas curriculares e o número de turmas da unidade escolar, distribuída de acordo com a tabela de Carga Horária, Anexo II a esta Normativa.

CAPÍTULO II
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE LOTAÇÃO

Art. 4º Compete ao Diretor da Unidade Escolar a lotação de servidores públicos, a qual se dará na seguinte ordem:

I - lotação dos professores efetivos para a função de docência;

II - lotação de professores efetivos para as funções do setor pedagógico;

III - lotação dos demais servidores efetivos nas funções do setor administrativo.

§1º A lotação de professor nas funções do Item III somente poderá ocorrer após o atendimento dos Itens I e II.

§2º Os professores que se encontrarem com recomendação da Junta Médica Oficial do Estado, deverão ser lotados, conforme perfil, dentro das vagas nas funções do item II (Vice-Diretor, Coordenador Pedagógico, Coordenador de Programas e Projetos, Orientador Educacional e Professor Inspetor) ou no item III (Coordenador Administrativo e Financeiro), observando e respeitando as recomendações médicas contidas no Despacho.

§3º As funções do setor administrativo são prioritárias aos servidores efetivos ocupantes de cargos administrativos e de professor com recomendação da Junta Médica Oficial, devendo ser respeitadas as informações contidas no despacho da JMO, podendo ser contratado caso não tenha efetivo à disposição.

Art. 5º Concluída a lotação dos servidores efetivos, ainda havendo déficits, será realizada a contratação temporária por tempo determinado, observando o que determina a Lei nº 3.422, de 8 de março de 2019, e Instrução Normativa de contratação vigente.

Parágrafo único. A autorização do Chefe do Executivo, bem como do Titular da Pasta são condições indispensáveis para a contratação dos servidores para suprir déficit.

Art. 6º Para ser lotado nos anos iniciais do Ensino Fundamental e no primeiro segmento da Educação de Jovens e Adultos, o professor deve possuir, prioritariamente, nível superior, em Pedagogia, Licenciaturas ou Magistério Indígena. Caso não haja profissionais com essa formação, será admitida contratação de profissional com Nível Médio.

Art. 7º Os professores a serem lotados nas Unidades Escolares Indígenas da Rede Estadual de Ensino deverão ser, prioritariamente, profissionais indígenas, oriundos dos respectivos povos e os que possuem maior tempo de experiência docente em turmas dessa etapa de ensino.

Art. 8º Os professores a serem lotados nas turmas do ciclo de alfabetização (1º e 2º ano) do Ensino Fundamental das Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino deverão ser, obrigatoriamente, indígenas dos respectivos povos, falante da língua materna, e os que possuem maior experiência docente em turmas de alfabetização, permanecendo no ciclo de alfabetização no ano seguinte. Será priorizada a contratação de professores com formação superior em Letras ou Pedagogia, para ministrar as aulas de Língua Portuguesa do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

Art. 9º Nas escolas indígenas em que houver número suficiente de professores e de turmas dos Anos Iniciais, será facultado a sua modulação na pluridocência, para atendimento das necessidades das escolas.

Art. 10 Os professores que atuam nas turmas de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental Anos Iniciais, na modalidade regular, terão carga horária de 25 (vinte e cinco) aulas semanais, por turma, para atender às atividades de regência.

Parágrafo único. A lotação dos professores será de responsabilidade do Diretor da Unidade Escolar com orientação dos Técnicos Pedagógicos de Educação Indígena, homologada pelo respectivo Superintendente Regional de Educação.

Art. 11. Para ser lotado na docência dos Anos Finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio Básico, Ensino Médio Integrado, Ensino Profissionalizante, Segundo e Terceiro Segmentos da Educação de Jovens e Adultos, o professor deve possuir formação superior em Licenciatura, Licenciatura Intercultural ou Bacharelado, com complementação pedagógica específica para atuar nas áreas de conhecimento ou área afins, a seguir:

- a) Ciências Humanas - História, Sociologia, Geografia, Filosofia;
- b) Linguagens - Língua Portuguesa, Arte, Educação Física, Língua Indígena;
- c) Ciências da Natureza - Ciências, Química, Física, Biologia;
- d) Matemática - Matemática;
- e) Ciências da Cultura - Saberes Indígenas, Cosmologia, Língua Indígena.

Parágrafo único. Para ser lotado na docência dos componentes curriculares específicos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, na coordenação de curso, o professor deverá ter a formação superior na respectiva área do curso. Para o Componente Curricular de Língua Indígena, Saberes Indígenas, Cosmologia deverá ser lotado obrigatoriamente professor indígena do respectivo povo.

Art. 12. Ao professor deve ser garantido, sempre que possível, o maior número de aulas do mesmo componente curricular, preferencialmente, em uma única Unidade Escolar.

Parágrafo único. A atribuição e responsabilidade da lotação dos professores será do Diretor da Unidade Escolar com orientação dos Técnicos Pedagógicos das Escolas Indígenas, homologada pelo respectivo Superintendente Regional de Educação.

Art. 13. O professor lotado na modalidade Ensino Médio, deverá ter 28 aulas semanais, distribuídas na Formação Geral Básica e nas unidades curriculares que compõem os Itinerários Formativos, da parte flexível do currículo, conforme sua área de formação.

Art. 14. As Eletivas são ofertadas, conforme a carga horária das Estruturas Curriculares vigentes, considerando os interesses dos estudantes, as demandas e potencialidades da região/município. A lotação deve ser correlacionada a uma Área do Conhecimento da Formação Geral Básica e preferencialmente na área de formação do professor.

Art. 15. O Diretor da Unidade Escolar identificará, dentre os professores, aquele que possuir maior experiência e/ou habilidades afins com as unidades curriculares dos itinerários formativos.

Art. 16. A complementação da carga horária dos professores lotados nas Unidades Escolares que ofertam Ensino Médio deve ocorrer, prioritariamente, na sua unidade de lotação.

Art. 17. Fica proibido ao Diretor da Unidade Escolar proceder com a lotação de professor em outro componente curricular, quando esse mesmo componente de formação deste professor, encontrar-se em déficit.

Art. 18. O Coordenador Pedagógico e o Coordenador Pedagógico de Área ficarão responsáveis por acompanhar o professor no desenvolvimento das aulas presenciais e não presenciais.

CAPÍTULO III DOS PROFESSORES NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 19. Os professores lotados nas turmas de Atendimento Educacional Especializado - AEE, nas Salas de Recursos Multifuncionais e Centros de AEE terão carga horária de 90 horas mensais por turma.

§1º Para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e com pós-graduação na área da Educação Especial, por uma instituição reconhecida.

§2º O professor de AEE deve possuir especialização específica nas áreas de Deficiências, Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD). A lotação do professor somente deverá ocorrer após o parecer favorável da Diretoria de Educação Inclusiva e Acessibilidade e autorização da Diretoria de Provimento e Folha de Pagamento.

Art. 20. Para ser lotado como Tradutor e Intérprete de Libras, o profissional deverá possuir formação de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa que deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa. Caso não haja profissional com titulação citada, as unidades escolares deverão incluir em seus quadros profissionais com o seguinte perfil:

I. profissional ouvinte, de nível superior, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação em instituições de ensino médio e de educação superior;

II. profissional ouvinte, de nível médio, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação no ensino fundamental.

Parágrafo único. Na impossibilidade de atendimento às exigências do artigo anterior, a função poderá ser exercida por profissional ouvinte de nível médio, com cursos específicos de Libras com carga horária mínima de 360 horas, ministrados por instituição reconhecida.

Art. 21. O Tradutor e Intérprete de Libras, preferencialmente permanecerá na mesma escola, enquanto houver estudantes surdos, deficientes auditivos e surdocegos; caso contrário, os profissionais poderão ser lotados em outra unidade escolar que tenha estudantes matriculados com necessidades desse atendimento. Na inexistência de estudantes em outro turno o profissional terá carga horária de 90 horas mensais.

I. É vedado o revezamento de Tradutores e Intérpretes de Libras, ficando autorizado o ingresso e permanência de apenas um profissional por sala de aula que tenha estudantes que necessitam de tradução e interpretação.

II. A lotação do Tradutor e Intérprete de Libras somente deverá ocorrer após o parecer favorável da Diretoria de Educação Inclusiva e Acessibilidade, que realizará avaliação de fluência da Libras antes da emissão do parecer, com avaliadores surdos e ouvintes.

Art. 22. Para ser lotado na regência do componente curricular de Libras, o professor deverá possuir formação de nível superior em Licenciatura em Letras-Libras ou Licenciatura em qualquer área da educação, devendo ter no mínimo, um dos cursos abaixo:

I. Pós-graduação *Lato Sensu* em Língua Brasileira de Sinais;

II. Cursos específicos de Libras, ministrados por instituição reconhecida com, no mínimo, 360 horas.

§1º As vagas do componente curricular de Libras deverão ser preenchidas, preferencialmente, por professores surdos.

§2º É vedada a lotação de professores de Libras na função de tradutor e intérprete de Libras para atendimento individual ou em grupo de estudantes e professores surdos nas unidades escolares.

§3º Os professores de Libras efetivos em atividades na função de tradutor e intérprete de Libras, lotados na Secretaria de Educação, Superintendências, Diretorias, Gerências e demais setores da Seduc, em atividade fora da regência da disciplina de Libras das unidades escolares, não fazem jus a hora atividade ou livre docência, devendo cumprir carga horária, férias e outros, de igual modo aos demais professores lotados na função de técnicos da Seduc.

Art. 23. A lotação do Profissional de Apoio Escolar da Educação Especial Inclusiva somente deverá ocorrer após o parecer favorável da Diretoria de Educação Inclusiva e Acessibilidade e autorização da Diretoria de Provimento e Folha de Pagamento.

Parágrafo único: É vedada a lotação de Professores efetivos ocupantes dos cargos de Professor da Educação Básica (PROEB) e Professor Normalista (PRONO) na função de Profissional de Apoio Escolar da Educação Especial e Inclusão.

Art. 24. O Profissional de Apoio Escolar da Educação Especial Inclusiva, quando for contratado para atender de um a três alunos em apenas um turno, 20h, caso não tenha atendimento no turno inverso, deverá complementar as outras 20 horas no Administrativo.

Art. 25. Nas Unidades Escolares Indígenas que possuem sala de recursos, deverão lotar os professores nas turmas de Salas de Recursos Multifuncionais com carga horária de 90 horas mensais, por turma.

CAPÍTULO IV DAS UNIDADES ESCOLARES DE ENSINO EM TEMPO INTEGRAL

Art. 26. A distribuição das aulas dos professores dar-se-á de acordo com a Estrutura Curricular aprovada para este modo de oferta de ensino.

Art. 27. A Unidade Escolar lotará os servidores pedagógicos e administrativos conforme o Anexo I desta Instrução Normativa.

Parágrafo único: A lotação de professores nas escolas indígenas de tempo integral deverá ser prioritariamente exercida pelos indígenas dos respectivos povos e os que possuem maior experiência docente.

CAPÍTULO V DAS UNIDADES ESCOLARES INDÍGENAS COM JORNADA ESCOLAR AMPLIADA

Art. 28. A Jornada Ampliada caracteriza-se por ofertar turmas não seriadas, com carga horária de 17 horas/aulas semanais por Unidade Escolar autorizada pelo Titular da Pasta.

§1º do total das 17 horas aulas, 6 horas serão destinadas para atendimento do letramento, sendo:

- a) 3 aulas para o letramento de língua portuguesa; e
- b) 3 aulas para o letramento de matemática.

§2º As demais horas (11h) serão destinadas às Atividades Complementares da Jornada Ampliada, sendo distribuídas conforme as especificações da organização curricular.

Art. 29. Para a lotação nas atividades de Jornada Ampliada desenvolvidas no contraturno, nas etapas de ensino fundamental e médio, assegurado o caráter pedagógico, diversificação das metodologias e abordagem de atividades esportivas, culturais, artísticas e outras relativas aos temas contemporâneos e transversais, deve-se observar:

§1º A lotação do Professor só será autorizada após o cumprimento de todas as etapas de implantação da Jornada Ampliada, conforme as Orientações para a Jornada Escolar Ampliada Educação Básica para Rede Estadual de Ensino.

§2º Quando autorizado a oferta da Jornada Escolar Ampliada será priorizada a lotação do professor já modulado na unidade escolar.

§3º Não havendo disponibilidade para trabalhar no contraturno, poderá ser lotado Professor de outra unidade escolar, priorizando a formação pedagógica e experiência no campo de atuação.

§4º Não será autorizado lotar Professor somente nas turmas de Jornada Ampliada.

§5º Fica vedado lotar Professor na Jornada Ampliada havendo déficits de aulas nos componentes curriculares da formação geral básica e dos itinerários formativos.

§6º Nas Atividades Complementares da Jornada Ampliada, nas áreas de cultura, dança e desporto e outras, que exigem formação específica, o Diretor da Unidade só poderá modular Professor com a devida formação.

CAPÍTULO VI DA LOTAÇÃO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO DE ÁREA

Art. 30. O Coordenador Pedagógico de Área para o Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos deverá ser lotado na sua unidade de lotação, na Formação Geral Básica, da seguinte forma:

Art. 31. Os Coordenadores Pedagógicos de Área, serão lotados com 90h mensais para atender a coordenação de área e as outras 90h mensais obrigatoriamente serão lotados na docência.

I. De 01 a 08 turmas: 2 (dois) Coordenadores Pedagógicos de Área, com 90 horas mensais cada, sendo: um para atender as áreas de Linguagem, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, e um para atender às áreas de Matemática e Ciências da Natureza e mais 14 aulas na regência, totalizando 180h mensais;

II. Unidades escolares com 09 ou mais turmas: 4 (quatro) Coordenadores Pedagógicos de Área, com 90 horas mensais cada, sendo 1 (um) por área de conhecimento, acrescidos de 14 aulas de regência, totalizando 180 horas mensais.

§1º O Coordenador Pedagógico de Área deverá ser escolhido pela equipe diretiva atendendo o perfil indicado no Regimento Padrão da Secretaria Estadual de Educação.

§2º O Coordenador Pedagógico e o Coordenador Pedagógico de Área, ficarão responsáveis por acompanhar o professor no desenvolvimento das aulas presenciais e não presenciais.

§3º O Coordenador Pedagógico de Área não deverá ser lotado nos Itinerários Formativos, somente em caso de não haver o professor habilitado para docência na Unidade Escolar.

§4º Para o Coordenador Pedagógico de Área será destinado o período de Horas Atividades e Livre Docência referente apenas a Carga Horária da docência.

§5º Fica proibido ao Coordenador Pedagógico de Área ministrar aulas em substituição a servidores afastados em forma de extensão de carga horária e déficit.

§6º O Coordenador Pedagógico de Área ficará responsável em assumir as turmas na falta do professor dentro da sua área de conhecimento, devendo o diretor da unidade escolar reduzir as suas horas na Coordenação conforme organização curricular e a proposta pedagógica da escola.

§7º O Coordenador Pedagógico de Área para atuar na área de Linguagens deverá possuir formação exclusiva em Letras.

§8º O Coordenador Pedagógico de Área para atuar na área de Matemática e suas Tecnologias deverá possuir formação exclusiva em Matemática.

§9º O Coordenador Pedagógico de Área não deverá ser modulado na Jornada Escolar Ampliada/JEA.

§10 As funções de Coordenador Pedagógico e Coordenador Pedagógico de Área será exercida, preferencialmente, por indígenas oriundos da respectiva comunidade.

CAPÍTULO VII DAS SECRETARIAS CENTRALIZADAS

Art. 32. As secretarias centralizadas atenderão as Unidades Escolares com menos de 50 estudantes e/ou em Polos Indígenas, centralizando todo o trabalho de secretaria nestes espaços físicos, não só observando o critério acima de 50 estudantes, mas que possua espaço físico, equipamentos e acesso à internet nos municípios mais próximos dos territórios indígenas que são atendidos com Unidades Escolares Indígenas.

Art. 33. As unidades escolares com menos de 50 estudantes irão ceder toda a documentação escolar para centralização e organização nas unidades maiores e/ou em polos indígenas, orientados pela Gerência de Legislação, Normatização, Certificação e Inspeção Escolar/SEDUC e o Inspetor Escolar das Superintendências Regionais de Educação.

Art. 34. Nas Unidades Escolares maiores, a secretaria continuará funcionando dentro do prédio com o Secretário designado e auxiliares quando for necessário e de acordo com o Anexo I, desta Instrução Normativa.

Art. 35. Para os Polos será organizada a equipe de acordo o Anexo I, desta Instrução Normativa.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE REMOÇÃO

Art. 36. As remoções a pedido, no âmbito da Secretaria da Educação, somente serão concedidas mediante a existência de vaga compatível com a área de formação do servidor e emissão do parecer técnico da SEDUC, observando-se, obrigatoriamente, o início de cada semestre letivo do respectivo ano, conforme o calendário escolar vigente.

§1º Para fins de concessão da remoção no primeiro semestre letivo, o servidor deverá protocolar o pedido no mês de dezembro do ano anterior, sendo a efetivação da remoção realizada para o primeiro semestre, a partir do primeiro dia do planejamento escolar, conforme calendário letivo vigente.

§2º Para fins de concessão da remoção no segundo semestre letivo, o servidor deverá protocolar o pedido no mês de junho do ano em curso, sendo a efetivação da remoção realizada a partir do primeiro dia do planejamento escolar, conforme o calendário escolar vigente.

Art. 37. As remoções dos servidores efetivos em estágio probatório ocorrerão somente por permuta, com profissionais detentores da mesma formação, ministrando os mesmos componentes curriculares, com a mesma jornada de trabalho.

§1º De acordo com o art. 20, da Lei 1818, de 27 agosto de 2007, e Instrução Normativa Geral nº 02/2015 o servidor em estágio probatório:

I- somente pode ser removido por necessidade justificada do serviço e a existência de vaga.

Art. 38. Havendo solicitações de remoção em número maior que as vagas existentes para o município ou unidade escolar pleiteada terão preferência os servidores que atenderem aos seguintes critérios:

- I. maior idade;
- II. ter disponibilidade para assumir maior carga horária nos turnos em que a unidade escolar necessitar;
- III. ter maior tempo de serviço no cargo;
- IV. ter menor número de faltas injustificadas.

Art. 39. É vedada a remoção de servidor que se encontrar:

I - em qualquer das licenças ou afastamentos previstos no art. 88 e 105, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007:

- a) para tratamento de saúde;
- b) por motivo de doença em pessoa da família;
- c) por tutoria ou adoção;
- d) por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro;
- e) para o serviço militar;
- f) para atividade política;
- g) para capacitação ou especialização;
- h) para tratar de interesses particulares;
- i) para desempenho de mandato classista;
- j) afastado para servir a outro órgão ou entidade;
- k) exercendo mandato eletivo;
- l) afastado para estudar no país ou no exterior;
- m) realizando missão oficial no exterior;
- n) atendendo convocação na Justiça Eleitoral, durante o período

eletivo;

- o) servindo no Tribunal do Júri.

II - respondendo a processo administrativo disciplinar ou sindicância;

III - cumprindo pena disciplinar de suspensão;

IV - em estágio probatório, exceto em virtude de necessidade imprescindível de serviço, plenamente justificada pelo Titular da unidade de destino;

V - em gozo de férias;

VI - cedido a outro Poder ou Esfera.

Art. 40. O servidor deverá aguardar, na unidade de lotação de origem, em exercício, o resultado da solicitação de remoção, ficando sujeito ao cômputo de faltas, caso não exerça normalmente suas atividades no período de verificação do trâmite de remoção.

Art. 41. Se deferido o pedido de remoção, a lotação do servidor na nova unidade de trabalho deverá obedecer aos mesmos critérios de lotação definidos nesta Normativa.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 42. Somente será permitida a abertura de turmas no Sistema de Lotação de Pessoal após a devida inclusão no Sistema de Gerenciamento Escolar - SGE.

Art. 43. As turmas formadas nas Unidades Escolares Indígenas, principalmente turmas de entrada, só poderão constar no Sistema de Gerenciamento Escolar - SGE, após o parecer técnico da Superintendência Regional de Educação - SRE, da Gerência de Educação Escolar Indígena, seguido da Gerência de Legislação, Normatização, Certificação e Inspeção Escolar da SEDUC, conforme normativas vigentes.

Art. 44. Os membros da Comissão serão designados pelo titular da Pasta.

Art. 45. Aplicam-se aos instrumentos regulamentados por esta Normativa a legislação pertinente, especialmente, as Leis Federais no 9.394/1996 e 13.415/2017, Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024, Resolução CNE/CEB Nº 5, de 22 de junho de 2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, as Leis Estaduais nº 2.859/2014, 1.818/2007, 2.139/2009 e 4.902/2025, a Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018, as Portarias nº 521, de 13 de julho de 2021, e 1.432, de 28 de dezembro de 2018, ambas do Ministério da Educação.

Art. 46. A implantação de modalidades de ensino nas escolas indígenas em funcionamento requer análise e parecer da equipe da Gerência de Educação Indígena/SEDUC, após manifestação do Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena e autorização do Titular da Pasta.

Art. 47. No período noturno, o tempo de duração da aula será de 50 minutos para a realização das atividades presenciais em sala de aula.

Parágrafo único. O monitoramento da realização dos projetos complementares será realizado pelo setor Regional de Assessoria de Gestão Pedagógica e Educacional.

Art. 48. A distribuição da carga horária, para os professores do Programa Esporte na Escola de Tempo Integral, será de acordo às especificidades de Instrução Normativa própria.

Art. 49. O Professor que não estiver lotado dentro das vagas disponíveis na Unidade Escolar, sem amparo de Despacho emitido pela Junta Médica Oficial do Estado, terá sua carga horária reduzida para 90 horas mensais.

Art. 50. O professor com o benefício de 6 (seis) horas ininterruptas, concedido pela Secretaria da Administração, com o exercício em sala de aula, será lotado com 21 aulas semanais em sala de aula, sendo que as horas atividades deverão ser cumpridas no mesmo turno.

Art. 51. O professor lotado com aulas não presenciais deverá cumprir as horas na Unidade Escolar, desenvolvendo as atividades pedagógicas com foco no atendimento exclusivo aos estudantes da etapa do ensino médio.

Art. 52. O Ensino Fundamental anos iniciais deve ser ofertado, prioritariamente, na aldeia, considerando o não afastamento das crianças, adolescentes e jovens do convívio familiar e suas comunidades, com vistas à preservação cultural e linguística de cada povo.

Parágrafo único. Excepcionalmente, quando não for possível o atendimento em sua própria aldeia, poderão ser atendidos na Unidade Escolar Indígena mais próxima, por meio de transporte escolar.

Art. 53. As demandas de alunos do Ensino Fundamental anos finais, quando não for possível o atendimento em sua própria aldeia, poderão ser atendidas na Unidade Escolar Indígena mais próxima.

Parágrafo único. Nos casos de inviabilidade do atendimento com o transporte escolar, a demanda será atendida na própria comunidade, em turmas e/ou escolas de extensão das Unidades Escolares que estão em funcionamento e com atos regularizados, mediante autorização do Titular desta Pasta.

Art. 54. Para ser contratado em qualquer cargo nas escolas indígenas, o profissional não deverá ter vínculo com organizações indígenas ou não indígenas nas funções diretivas (associação, cooperativa e outros) ou organização da comunidade (cacique e vice-cacique).

Art. 55. Os casos especiais não contemplados nesta Normativa serão submetidos à Gerência de Educação Indígena e ao Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena para análise, e encaminhamento ao Titular da Pasta.

Art. 56. Revogam-se:

I - Todas as autorizações especiais de lotação concedidas no ano letivo anterior;

II - A Instrução Normativa nº 01, de 17 de janeiro de 2024.

Art. 57. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO PEREIRA VAZ
Secretário de Estado da Educação

ANEXO I À INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 19,
DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025.

MODELO DE QUADRO DE PESSOAL		I	II	III	IV	V	VI
		Acima de 360 alunos	De 200 A 359 alunos	De 101 a 199 alunos	De 71 a 100 alunos	De 35 a 70 alunos	Até 34 alunos
SETOR PEDAGÓGICO							
DR	Diretor de Unidade Escolar	180h	180h	180h	180h	180h	-
SG	Secretário Geral	180h	180h	180h	-	-	-
CP	Coordenador Pedagógico	360h	360h	180h	180h	-	-
OE	Orientador Educacional*	360h	180h	180h	180h	-	-
SETOR ADMINISTRATIVO							
AA	Auxiliar Administrativo	180h	180h	180h	180h	180h	-
CAF	Coordenador Administrativo e Financeiro	-	-	-	-	-	-
AAE	Auxiliar de Apoio Escolar	180h	180h	180h	180h	180h	-
AHE	Auxiliar de Higienezação do Ambiente Escolar	1 para cada 9 dependências.					
MAE	Manipulador de Alimentação Escolar	1 para cada 130 alunos					
AMPE	Auxiliar de Monitoramento do Patrimônio Escolar e Meio Ambiente	540h	540h	540h	-	-	-
DOCENTES							
	Professor regente de turmas	De acordo a Estrutura Curricular					
	Professor regente de aulas	De acordo a Estrutura Curricular					
	Coordenador Pedagógico de Área/Docente	De acordo com o número de turma/ Estrutura Curricular					

ORIENTAÇÕES COMPLEMENTARES							
1 - A Unidade Escolar que possuir até 34 alunos, ficará um professor com 20 horas semanais, responsável pela escola.							
2 - A Unidade Escolar que possuir turmas de extensão, terá direito a uma Manipulador de Alimentação Escolar e Higienezação do Ambiente Escolar - Extensão. A parte administrativa e pedagógica será de responsabilidade da escola sede.							
3 - A Unidade Escolar Modelo V, que não tem direito ao suporte administrativo e pedagógico, será atendida pelos servidores lotados nos Polos Indígenas.							
4 - A Unidade Escolar com até 34 alunos, terá direito a um Manipulador de Alimentação Escolar e a mesma realizará atividade de limpeza no ambiente escolar, desde que não funcione em dois períodos.							
5 - A Unidade Escolar que possuir acima de 34 alunos, e funcionar em mais de um turno, terá direito a 2 Manipulador de Alimentação Escolar e 1 Auxiliar de Higienezação do Ambiente Escolar.							
6 - A função de Auxiliar de Apoio Escolar tem por finalidade auxiliar o Coordenador de Apoio Administrativo e Financeiro, principalmente no acompanhamento da Alimentação Escolar							
7 - Na função de Coordenador Pedagógico deverá ser modulado exclusivamente servidor com formação em Pedagogia ou Normal Superior com Pós-graduação em Gestão Educacional ou Coordenação Pedagógica.							
8 - Na função de Orientador Educacional deverá ser modulado exclusivamente servidor com formação em Pedagogia, com habilitação em Orientação Educacional, em nível de Graduação e/ou Pós-graduação, conforme a necessidade da escola e com anuência da SRE.							
9 - O critério para lotação de Auxiliar de Higienezação do Ambiente Escolar, para as unidades que atenderem nos 3 turnos será 1 para 8 dependências.							
10 - O Psicólogo e o Assistente Social lotados na Superintendência Regional de Educação ficarão responsáveis pelo atendimento das Escolas Indígenas.							
11 - Na Escola que não houver servidor efetivo habilitado em Orientação Educacional, às horas destinadas a esta função poderão ser transferidas para a função de Coordenador Pedagógico, a critério do Diretor da Unidade Escolar.							
12 - Para as unidades escolares com menos de 101 estudantes, somente terá direito a função de Auxiliar de Monitoramento do Patrimônio Escolar e Meio Ambiente aquelas que comprovarem a existência de bens tecnológicos (computadores, impressoras e/ou laboratórios).							
13 - A definição do Modelo de cada Unidade Escolar será definida com base no número de estudantes matriculados no início do ano letivo de 2026, conforme o SGE.							

CRITÉRIO PARA LOTAÇÃO DOS PÓLOS INDÍGENAS

SETOR ADMINISTRATIVO DOS PÓLOS DE APOIO ÀS ESCOLAS INDÍGENAS			
TEEI	Técnico Educacional das Unidades Escolares Indígenas	360 h	
TAEI	Técnico Administrativo das Unidades Escolares Indígenas	180 h	
AA	Auxiliar Administrativo	360 h	
AHE	Auxiliar de Higienezação do Ambiente Escolar	180 h	
AMPE	Auxiliar de Monitoramento do Patrimônio Escolar e Meio Ambiente	540 h	
PSIC	Psicólogo	180h	
ASTS	Assistente Social	180h	

OBS.: A indicação dos servidores para as funções dos Polos Indígenas será de responsabilidade da Secretaria de Educação

ANEXO II À INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 19,
DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025.

TABELA DE CARGA HORÁRIA DE AULAS COM DURAÇÃO DE 50 MINUTOS						
Nº DE AULAS SEMANAL	Nº DE AULAS MENSAL	Nº DE AULAS ATIVIDADE S SEMANAL	Nº DE AULAS ATIVIDADES MENSAL	TOTAL DE AULAS SEMANAIS + AULAS ATIVIDADE	TOTAL DE AULAS MENSAIS	Nº DE HORAS - FOLHA DE PAGAMENTO (CONVERSA DE AULAS EM HORA)
1	5	1	4	2	9	8
2	9	1	5	3	14	12
3	14	2	9	5	23	19
4	18	3	13	7	31	26
5	23	3	15	8	38	32

6	27	4	19	10	46	38
7	32	5	23	12	55	46
8	36	5	25	13	61	51
9	41	6	28	15	69	58
10	45	7	32	17	77	64
11	50	8	36	19	86	72
12	54	8	38	20	92	77
13	59	9	41	22	100	83
14	63	10	45	24	108	90
15	68	10	47	25	115	96
16	72	11	51	27	123	103
17	77	12	54	29	131	109
18	81	13	58	31	139	116
19	86	13	60	32	146	122
20	90	14	64	34	154	128
21	95	15	66	36	161	134
22	99	15	69	37	168	140
23	104	16	72	39	176	147
24	108	17	77	41	185	154
25	113	18	80	43	193	161
26	117	18	83	44	200	167
27	122	19	86	46	208	173
28	126	20	90	48	216	180

ANEXO III À INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 19,
DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025.

PERFIL DOS PROFISSIONAIS PARA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

FUNÇÃO	ITENS	PERFIL
DIRETOR DE ESCOLA INDÍGENA	Formação Mínima	- Licenciado ou cursando licenciatura, caso não haja indígena com a formação necessária, poderá um não indígena assumir provisoriamente a função até que um indígena atenda as exigências;
	Pré-requisitos	- Prioritariamente que a função seja exercida por um indígena do respectivo povo, no qual a escola está localizada; - Ter conhecimento fundamental e abrangente da prática educacional; - Conhecer e interpretar as diretrizes e normas da SEDUC/Gerência de Educação Indígena; - Ter conhecimentos básicos sobre a legislação educacional brasileira indígena vigente; - Exercer com ética e responsabilidade as atribuições e prerrogativas que são prescritas através de instruções e normativas da SEDUC; - Não ter vínculo com qualquer organização indígena ou ser liderança na comunidade.
	Experiências	- 2 anos de docência em educação escolar indígena;
	Conhecimentos adquiridos	- Geral: ter conhecimento nas diretrizes da educação nacional; - Específico: em educação Escolar Indígena.
	Competências	- Dispor de atenção e receptividade; - Agir com imparcialidade; - Ouvir os anseios da comunidade indígena na qual a escola está inserida - Ter postura ética, frente às realidades vivenciadas com posicionamentos claros e seguros diante de fatos apresentados pelo processo educacional e comunidade indígena; - Ter espírito de liderança - Usar de criatividade para as constantes buscas de soluções dos problemas e questões surgidas no processo educativo; - Ter flexibilidade e respeito para conviver com diversidades e adversidades;
	Seleção	- Prioritariamente, ser efetivo; - O candidato deve ter anuência prévia da comunidade local formalizada mediante indicação de no máximo três currículos por UEI; - Constará de Análise Curricular e Entrevista apresentado à comissão mista multidisciplinar no âmbito da Superintendência Regional de Educação e Técnicos da SEDUC;

FUNÇÃO	ITENS	PERFIL
PROFESSOR INDÍGENA	Formação Mínima	Deverá ter concluído licenciatura, caso não haja profissional com esse perfil, com formação em magistério indígena ou nível médio; Para atuar na primeira e a segunda fase do ensino fundamental; Para atuar no ensino médio, deverá ter concluído ou estar cursando a Licenciatura; Caso não haja indígena com a formação necessária, para atuar no ensino médio, poderá ser preenchida por não indígena;
	Pré-requisitos	Deverá pertencer ao mesmo povo dos educandos e qualquer exceção somente será admitida se não houver indígena com a necessária qualificação para assumir as atividades escolares; Possuir domínio dos aspectos socioculturais e linguísticos do seu povo. Apresentar Declaração que não tem vínculo com qualquer organização indígena na comunidade
	Experiências	Possuir habilidades de leitura e escrita em língua materna e em português; Possuir perfil para a docência
	Conhecimentos adquiridos	Geral: na área de educação escolar indígena; Específicos: em Educação Escolar Indígena em língua história e cultura de seu povo;
	Competências	- Ser pesquisador, buscando os conhecimentos da história da cultura de seu povo, junto aos mais velhos, aos caciques, as lideranças e demais membros de sua comunidade; - Falar, ler e escrever a língua materna e também o Português; - Conhecer e transmitir os direitos e deveres dos povos indígenas; - Utilizar prática didático/ pedagógico de acordo com a realidade de seu povo; - Apropriar-se das diretrizes da educação escolar indígena, levando em consideração um bom aporte teórico e metodológico, voltado para a educação escolar indígena de seu povo;

FUNÇÃO	ITENS	PERFIL
PROFESSOR NÃO INDIGENA	Formação Mínima	Deverá ter formação em licenciatura, para ministrar as disciplinas específicas e áreas afins.
	Pré-requisitos	- Ter conhecimento abrangente da prática educacional; - Conhecer e interpretar as diretrizes e normativas da SEDUC/Gerência de Educação Escolar Indígena; - Ter conhecimentos básicos sobre a legislação educacional brasileira e indígena vigente; - Exercer ética e responsavelmente as atribuições e prerrogativas que são prescritas através de instruções e normativas da SEDUC; - Manter-se atualizado sobre os processos educativos, principalmente os relacionados às questões indígenas; - Respeitar a língua, a religião e a cultura do povo onde ele irá exercer sua função;
	Experiências	- Ter experiência na docência, comprovando através de currículo;
	Conhecimentos adquiridos	- Geral: na área educacional escolar indígena; - Específicos: conhecimento das leis e diretrizes da educação escolar indígena; - Habilidades e perfil para exercer com ética o cargo de docente.
	Competências	Ser capaz de: - Agir com imparcialidade, ética e moral; - Ouvir os anseios da comunidade indígena na qual a escola está inserida; - Ter flexibilidade e respeito para conviver com diversidades culturais, religiosas e linguísticas do povo indígena; - Apropriar-se do Referencial Curricular para as Escolas Indígenas, bem como das diretrizes da educação escolar indígena; - Desenvolver estratégias didático/pedagógicas, diferenciadas para a condução ao sucesso de cada aluno; - Não deverá se envolver nas questões internas das comunidades indígenas;

FUNÇÃO	ITENS	PERFIL
SECRETÁRIO GERAL DE ESCOLA INDIGENA	Formação Mínima	- Nível Superior de preferência efetiva, caso não haja profissional conforme exigida será preenchido com formação em nível médio; - Prioritariamente a função deverá ser exercida por indígena do respectivo povo no qual a escola está inserida. - Caso não haja indígena com a formação necessária, poderá um não indígena assumir provisoriamente a função até que um índio atenda as exigências;
	Pré-requisitos	- Deverá pertencer ao povo dos educandos, com exceção admissão do não indígena se não houver qualificação para assumir a vaga. - Apresentar Declaração que não tem vínculo com qualquer organização indígena na comunidade
	Experiências	- Experiência com escolas indígenas e conhecimento com as rotinas administrativas na organização escolar
	Conhecimentos adquiridos	- Conhecimentos gerais de educação escolar indígena; - Conhecimentos de atividades administrativas; - Específicos em Educação Escolar Indígena; - Ter domínio das ferramentas tecnológicas atuais;
	Competências	Ser capaz de: - Dispor de atenção e receptividade; - Agir com imparcialidade; - Ouvir os anseios da comunidade indígena na qual a escola está inserida; - Planejar, executar, coordenar, orientar e avaliar as atividades de apoio administrativo da Unidade Escolar; - Cumprir a legislação e as especificidades das comunidades indígenas; - Informar sobre as reuniões para discutir e resolver problemas relacionados à sua área de atuação; - Usar de criatividade para as constantes buscas de soluções dos problemas e questões surgidas no processo educativo; - Ter flexibilidade e ética para conviver com diversidades; - Receber, identificar e dar os devidos encaminhamentos às comunicações internas e externas;

COORDENADOR PEDAGÓGICO DE ESCOLA INDIGENA	Formação Mínima	- Licenciado em Pedagogia ou outras Licenciaturas; - Caso não haja indígena com a formação necessária, poderá um não indígena assumir a função até que um indígena atenda as exigências;
	Pré-requisitos	- Prioritariamente que a função seja exercida por indígena do respectivo povo, no qual a escola está localizada - Ter conhecimento abrangente das práticas educacionais da educação escolar indígena; - Conhecer e interpretar as diretrizes e normativas da SEDUC/Gerência de Educação Indígena; - Ter conhecimentos básicos sobre a legislação educacional brasileira e indígena vigente; - Exercer com ética e responsabilidade as atribuições e prerrogativas que são prescritas através de instruções e normativas da SEDUC; - Apresentar Declaração que não tem vínculo com qualquer organização indígena na comunidade
	Conhecimentos adquiridos	Geral: possuir conhecimento na área da educação escolar indígena;
	Competências	Ser capaz de: - Agir com imparcialidade; - Ouvir os anseios da comunidade indígena na qual a escola está inserida; - Ter postura ética frente às realidades vivenciadas com posicionamentos claros e seguro, diante de fatos apresentados pelo processo educacional e comunidade indígena; - Usar de criatividade para as constantes buscas de soluções dos problemas e questões surgidas no processo educativo; - Ter flexibilidade e respeito para conviver com diversidades; - Planejar, elaborar, coordenar, orientar e monitorar todo o processo pedagógico da Unidade escolar; - Ouvir e acatar sugestões da comunidade; - Promover reuniões, para discussão e reflexão sobre os problemas vivenciados pelos povos indígenas; - Articular, motivar e liderar sua equipe de trabalho, com espírito ético.

FUNÇÃO	ITENS	PERFIL
AUXILIAR DE HIGIENIZAÇÃO DO AMBIENTE ESCOLAR	Formação Mínima	- Preferencialmente Ensino Fundamental Incompleto.
	Pré-requisitos	- Que a função seja exercida por um indígena; - Apresentar Declaração que não tem vínculo com qualquer organização indígena na comunidade
	Experiências	-
	Conhecimentos adquiridos	- Básicos em limpeza
	Competências	Ser capaz de: - Executar serviços de limpeza nas dependências que lhe forma atribuídas; - Cumprir a escala de serviços; - Manter a organização e a higiene no ambiente escolar; - Auxiliar na conservação do patrimônio escolar;

MANIPULADOR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	Formação Mínima	- Preferencialmente Ensino Fundamental Incompleto.
	Pré-requisitos	- Que a função seja exercida por um indígena; - Apresentar Declaração que não tem vínculo com qualquer organização indígena na comunidade
	Experiências	- Preparação de alimentos
	Conhecimentos adquiridos	- Conhecimento dos hábitos alimentares indígenas; - Básicos em limpeza
	Competências	Ser capaz de: - Preparar a merenda em pequena e grande escala; - Zelar pelo correto armazenamento e conservação dos alimentos; - Criar e adaptar cardápio; - Manter asseio pessoal, dos materiais e das áreas de uso da merenda escolar; - Colaborar para o bom desempenho das atividades gerais da unidade escolar; - Cumprir com outras determinações do interesse da Unidade escolar; - Seguir as orientações da coordenação e direção da escola; - Servir a merenda nos utensílios próprios; - Colaborar para que os alunos desenvolvam hábitos sadios de alimentação;

FUNÇÃO	ITENS	PERFIL
AUXILIAR DE APOIO ESCOLAR E ADMINISTRATIVO	Formação Mínima	- Ensino Médio Completo; - Caso não haja indígena com a formação necessária, poderá um não indígena assumir provisoriamente a função até que um índio atenda as exigências;
	Pré-requisitos	- Prioritariamente que a função seja exercida por um(a) índio(a) do respectivo povo, no qual a escola está localizada; - Ter conhecimento fundamental e abrangente da prática educacional e administrativa; - Conhecer e interpretar as diretrizes e normas da SEDUC/Coordenação de Educação Indígena; - Ter conhecimentos básicos sobre a legislação educacional brasileira e indígena vigente; - Apresentar Declaração que não tem vínculo com qualquer organização indígena na comunidade
	Experiências	- Não exigida
	Conhecimentos adquiridos	- Gerais na área educacional e administrativa; - Específicos em Educação Escolar Indígena. - Conhecimentos de atividades administrativas; - Específicos em Educação Escolar Indígena. - Datilografia/Digitação
	Competências	Ser capaz de: - Dispor de atenção e receptividade; - Agir com imparcialidade; - Ouvir os anseios da comunidade indígena na qual a escola está inserida; - Tolerar, ter calma e paciência no trato com outros servidores e comunidade indígena; - Usar de criatividade para as constantes buscas de soluções dos problemas e questões surgidas no seu trabalho; - Ter flexibilidade e bom senso para conviver com diversidades; - Planejar, elaborar, coordenar, orientar, monitorar e avaliar as atividades de apoio administrativo da unidade escolar; - Cumprir a legislação e as especificidades das comunidades indígenas; Competências Ser capaz de: - Zelar pelos bens patrimoniais e prestar contas dos bens e recursos da unidade escolar; - Promover reuniões para discutir e resolver problemas relacionados a sua área de atuação; - Orientar as atividades relativas à confecção de alimentos Obs.: - Quando não indígena, o profissional: - Não deverá se envolver nas questões internas das comunidades indígenas; - Deverá manter suas convicções religiosas e outras, bem distanciadas de preconceitos relativos às tradições, costumes e usos indígenas; - Ter disponibilidade para morar em área indígena, realizar viagens e lidar com situações desconfortáveis.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 20, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025.

Estabelece normas sobre o Perfil, Atribuição e Lotação do Profissional de Apoio Escolar dos Estudantes da Educação Especial Inclusiva, lotados nas unidades escolares da Rede Estadual de Ensino e dá outras providências

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 42, §1º, inciso II, da Constituição do Estado, resolve:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Define o Perfil, Atribuição e Lotação do Profissional de Apoio Escolar dos Estudantes da Educação Especial Inclusiva para a Rede Estadual de Ensino, obedecendo aos procedimentos estabelecidos nesta Instrução Normativa.

CAPÍTULO II
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE PERFIL, ATRIBUIÇÕES E LOTAÇÃO

Art. 2º O perfil do profissional de apoio escolar deve seguir aos seguintes critérios:

I - ser do mesmo sexo biológico do estudante atendido para garantia do cuidado nos momentos de apoio nas atividades fisiológicas no uso de banheiro;

II - portar-se com postura ética compatível com a função;

III - apresentar perfil condizente ao cargo que ocupa no que tange à empatia e trabalho colaborativo;

IV - possuir formação mínima em Nível Médio, com formação complementar em Capacitação para Cuidador de Pessoas com Deficiência - PcD, com carga horária mínima de 80 (oitenta) horas para os profissionais de apoio escolar dos estudantes com deficiências, devidamente comprovada via certificado registrado pela instituição formadora, legalmente autorizada, contendo carga horária e conteúdos ministrados;

V - possuir formação mínima em Nível Médio, com formação complementar em Capacitação para Cuidador de Pessoa com Transtorno do Espectro Autista - TEA, carga horária mínimo de 80 (oitenta) horas para os profissionais de apoio escolar dos estudantes autistas, devidamente comprovada via certificado registrado pela instituição formadora, legalmente autorizada, contendo carga horária e conteúdos ministrados.

Art. 3º São atribuições do profissional de apoio escolar:

I - O profissional de apoio escolar atua no apoio às atividades de alimentação, higiene, locomoção, e comunicação e interação social, aos estudantes com deficiências que não realizam essas atividades com independência e autonomia. Esse apoio ocorre conforme condições funcionais comprovadas no Estudo de Caso do estudante, relacionadas à sua condição de funcionalidade individual.

II - Apoiar os estudantes com deficiências atendidos no:

a) Auxílio à alimentação do estudante que não possui independência na alimentação e que necessitam que outra pessoa o alimente;

b) Acompanhamento e auxílio do estudante atendido em suas necessidades fisiológicas (auxílio no uso do banheiro, cuidados troca de fraldas, e atividades similares);

c) Apoio na locomoção dos estudantes cadeirantes, restrições de mobilidade e que fazem uso de andador transfer e congêneres, durante as rotinas da turma nos ambientes em suas atividades escolares, incluindo as atividades de laboratórios, educação física e congêneres, garantindo a inclusão e não a separação do estudante nas atividades da sua turma;

d) Apoio à comunicação e interação social do estudante autista, quando e se for necessário, com histórico segregado comprovado, com objetivo de favorecer o executar colaborativamente com a equipe escolar processos para o desenvolvimento da autonomia e independência do estudante nessas habilidades;

e) Relatar diariamente em diário de bordo, conforme modelo oficial, relatando de forma descritiva as atividades desenvolvidas no apoio e desenvolvimento da autonomia e independência do estudante, informando aos professores e à coordenação pedagógica em caso de intercorrências do dia, para as providências necessárias.

III - Atuar de forma consistente, constante e gradual, promovendo desenvolvimento da autonomia e independência das habilidades funcionais relacionadas às atividades de alimentação, higiene, locomoção, e comunicação e interação social, dentro das possibilidades de avanço do estudante, conforme indicado no Plano de Atendimento Educacional Especializado - AEE do estudante;

IV - Cumprir horário estabelecido pela Unidade de Ensino no desempenho de suas atribuições, e em caso de horário excedente, seguir o disposto na Instrução Normativa de Lotação.

Parágrafo Único: Não é atribuição do profissional de apoio planejar, desenvolver ou aplicar atividades educacionais e pedagógicas diferenciadas para o estudante que recebe o apoio funcional, nem se responsabilizar pelo ensino do estudante dentro ou fora da sala de aula.

Art. 4º A lotação do Profissional de Apoio Escolar da Educação Especial Inclusiva somente deverá ocorrer após o parecer favorável da Diretoria de Educação Inclusiva e Acessibilidade e autorização da Diretoria de Provimento e Folha de Pagamento.

Parágrafo único: É vedada a lotação de Professores efetivos ocupantes dos cargos de Professor da Educação Básica - PROEB e Professor Normalista - PRONO na função de Profissional de Apoio Escolar da Educação Especial e Inclusão.

Art. 5º O Profissional de Apoio Escolar da Educação Especial Inclusiva, quando for contratado para atender de um a três alunos em apenas um turno, 20h, caso não tenha atendimento no turno inverso, deverá complementar as outras 20 horas no Administrativo.

CAPÍTULO III DO PÚBLICO-ALVO ATENDIDO PELO PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR

Art. 6º Fica assegurado o profissional de apoio escolar para os estudantes:

I - Deficiência Física - estudantes com comprometimento físico e motor com comprometimento na autonomia e independência nas atividades de alimentação, higiene (uso de banheiro para necessidades fisiológicas), locomoção (uso de cadeiras de rodas, andadores e congêneres);

II - Deficiência Intelectual - estudantes com Transtorno do Desenvolvimento Intelectual - TDI com comprometimento na autonomia e independência nas atividades de alimentação, higiene (uso de banheiro para necessidades fisiológicas), locomoção (uso de cadeiras de rodas, andadores e congêneres);

III - Deficiência Múltipla - estudantes com associação de duas ou mais deficiências primárias, com comprometimento nas atividades de alimentação, higiene (uso de banheiro para necessidades fisiológicas), locomoção (uso de cadeiras de rodas, andadores e congêneres);

IV - Estudantes com Transtornos do Espectro Autista - TEA:

a) TEA que apresentam prejuízos significativos de autonomia das habilidades funcionais, exigindo apoio muito substancial, ou apoio substancial nas atividades de alimentação, higiene e locomoção, e comunicação/interação social;

b) ou TEA com Transtorno do Desenvolvimento Intelectual - TDI concomitante e que exige apoio substancial nas atividades de alimentação, higiene, locomoção, e comunicação/interação social;

c) ou TEA com Transtorno do Desenvolvimento Intelectual - TDI com prejuízo ou com ausência de linguagem funcional.

§1º Os critérios para TEA e para TDI são comprovados através da avaliação da linguagem funcional (falada ou sinalizada) relativa à idade do indivíduo, que não é capaz de usar mais do que palavras isoladas ou frases simples para fins instrumentais, tal como para expressar necessidades pessoais, registrados no Plano de Atendimento Educacional Especializado - AEE.

§2º Nos casos de comportamentos agressivos persistentes dos estudantes com deficiências e autistas, e sem deficiências, colocam em risco a integridade física do próprio estudante e demais pessoas do contexto escolar, a equipe pedagógica da Unidade Escolar - UE deverá solicitar apoio do Conselho Tutelar e realizar encaminhamento para diagnóstico e apoio terapêutico especializado da rede de saúde;

Art. 7º A análise sobre a necessidade de concessão de profissional de apoio escolar deve se dar na perspectiva do Modelo Social da deficiência, preconizado pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, e no bojo da elaboração do Estudo de Caso, elaborado pela equipe pedagógica da escola (diretor, coordenador pedagógico, orientador educacional, e pelo professor do Atendimento Educacional Especializado - AEE quando modulado na Unidade Escolar - UE).

I - A oferta do profissional de apoio escolar independe de resultado de diagnóstico, laudo, relatório ou qualquer documento emitido por profissional de saúde, conforme Decreto nº 12.686/2025.

II - O Estudo de Caso do estudante deverá conter relato descritivo e exemplificado dos comprometimentos na funcionalidade individual do estudante e os motivos e circunstâncias que comprovam a ausência de autonomia nas atividades funcionais, tipos de apoios que são necessários para alimentar-se, tipos de apoios necessários para locomover-se com cadeira de rodas, andadores e congêneres pelo ambiente escolar que não possui acessibilidade arquitetônica, e os tipos de apoios necessários para o uso do banheiro, troca de fraldas e congêneres, tipos de apoios para comunicação e interação social, conforme modelo oficial.

III - A Unidade Escolar - UE deverá manter arquivo dos instrumentos utilizados para a realização do Estudo de Caso para a elaboração dos Planos de Atendimento Educacional Especializado - AEE, sendo as equipes pedagógicas legalmente responsáveis pela veracidade das informações prestadas nos documentos por eles emitidos.

Art. 8º A escola poderá anexar junto ao requerimento via Sistema de Gestão de Documento - SGD, os laudos médicos e relatórios clínicos que complementam as informações sobre a funcionalidade do estudante contida no Estudo de Caso, em arquivo digital completamente legível, sendo desconsiderados os arquivos ilegíveis.

Art. 9º Cada Superintendência Regional de Educação - SRE solicitante fará o monitoramento bimestral da atuação dos profissionais de apoio escolar das unidades escolares através dos técnicos da Educação Especial, por meio do preenchimento de instrumento oficial;

§1º Caso o estudante com Transtorno do Espectro Autista - TEA não consiga formar um vínculo de aceitação que possibilite o desenvolvimento do apoio funcional, a Unidade Escolar - UE deverá solicitar a substituição do profissional de apoio escolar à Diretoria de Educação Inclusiva e Acessibilidade via Sistema de Gestão de Documento - SGD após no mínimo duas tentativas de superação da barreira;

§2º A equipe pedagógica da Unidade Escolar - UE solicitante deverá avaliar bimestralmente o avanço no desenvolvimento da autonomia e independência do estudante que recebe apoio funcional do profissional de apoio escolar.

§3º Constatado avanço significativo do estudante, ou casos nos quais o estudante não necessita mais do apoio funcional, é responsabilidade da equipe de elaboração do Estudo de Caso e Plano de Atendimento Educacional Especializado - AEE a imediata solicitação da suspensão do serviço de apoio à Superintendência Regional de Educação - SRE e Diretoria de Educação Inclusiva e Acessibilidade;

Art. 10 O profissional de apoio escolar deve atuar de forma articulada com o Plano de Atendimento Educacional Especializado - AEE, e deve utilizar eventuais tecnologias e recursos auxiliares de acessibilidade desenvolvidos pelo Atendimento Educacional Especializado - AEE para autonomia e independência do estudante atendido.

Art. 11 Nos casos de ausência do profissional de apoio escolar, a escola não pode se recusar a receber o estudante, cabendo à equipe diretiva organizar-se para realizar seu apoio e atender suas necessidades.

Art. 12 Em caso de ausência do estudante atendido, cabe à equipe diretiva da Unidade Escolar - UE redirecionar o profissional de apoio escolar para atendimento a outro estudante que esteja desassistido com autorização de atendimento de apoio, ou outra atividade administrativa na Unidade Escolar - UE.

Parágrafo único. Caso o estudante apresente atestado médico superior a 30 (trinta) dias, ou seja transferido para outra Unidade Escolar - UE, a equipe diretiva, deverá comunicar via Sistema de Gestão de Documento - SGD à Superintendência Regional de Educação - SRE e Diretoria de Educação Inclusiva e Acessibilidade para as providências necessárias.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 13 Havendo a transferência do estudante atendido pelo profissional de apoio escolar é de responsabilidade imediata da Unidade Escolar - UE e Superintendência Regional de Educação - SRE informar via Sistema de Gestão de Documento - SGD o fato à Diretoria de Educação Inclusiva e Acessibilidade;

Art. 14 Um profissional de apoio escolar deverá acompanhar até três estudantes por sala de aula, de acordo com a complexidade do comprometimento das funcionalidades dos estudantes.

Parágrafo único. Nos casos de estudante que necessite de apoio exclusivo, a Unidade - Escolar deverá comprovar tal necessidade de forma clara e objetiva no Estudo de Caso utilizado para requerimento.

Art. 15 A necessidade da permanência do atendimento de apoio deve ser avaliada por meio de relatório das atividades desenvolvidas registradas no diário de bordo, e da evidência do progresso na autonomia e independência do estudante atendido.

Art. 16 Aplicam-se aos instrumentos regulamentados por esta Normativa a legislação pertinente, especialmente, as Leis Federais: 13.146/2015, 12.764/2012, 10.098/2000 e 9.394/96, e o Decreto nº 12.686/2025.

Art. 17 Circunstâncias omissas na presente normativa serão definidas pelo titular da Pasta.

Art. 18 Revoga-se, a Instrução Normativa nº 05, de 21 de janeiro de 2025.

Art. 19 Esta Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO PEREIRA VAZ
Secretário de Estado da Educação

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 21, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre procedimentos relativos à contratação de pessoal no âmbito da Secretaria da Educação do Estado do Tocantins.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 42, §1º, inciso II e IV, da Constituição do Estado, resolve:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Estabelecer normas e procedimentos para a contratação de pessoal administrativo e regente, em substituição a licenças, afastamentos e déficits, visando atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, no âmbito da Secretaria da Educação do Estado do Tocantins, nos termos da Lei nº 3.422, de 8 de março de 2019, observados os critérios e condições estabelecidos nesta Instrução e em seu anexo I e II.

CAPÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES SOBRE CONTRATAÇÃO

Art. 2º A modalidade de contratação de que trata o parágrafo anterior será utilizada em caráter excepcional e temporário, para suprir a falta de Professores e funções administrativas do quadro de pessoal efetivo nas unidades escolares da Rede Estadual de Ensino, podendo ser empregada apenas nos seguintes casos:

I - vacância do cargo;

II - afastamentos ou licenças, na forma legal:

a) licença para tratamento de saúde quando superior a 15 dias, a partir do ato de concessão;

b) licença para tratamento de saúde de doença em pessoa da família quando superior a 15 dias, a partir do ato de concessão;

c) licença maternidade ou em razão de adoção ou guarda judicial para tal fim;

- d) licença para tratar de assuntos particulares;
- e) licença para desempenho de mandato classista;
- f) afastamento de servidor cedido para outro órgão, a partir da publicação da Portaria de cessão, pela autoridade competente;
- g) licença para exercer atividade política;
- h) licença para aprimoramento profissional;
- i) débitos, ocasionados por aberturas de novas turmas.

Art. 3º Constatada a necessidade de contratação de pessoal nas unidades escolares da rede estadual de ensino, a Superintendência Regional de Educação deverá encaminhar solicitação, via SGD, apresentando justificativa detalhada para autorização do Titular da Pasta, que contenha:

- I - quantidade de carga horária da área por componente curricular;
- II - o motivo e o período que ocasionou o déficit;
- III - descrição clara da situação que motivou a contratação
- IV - Nos casos de afastamentos por licença, informar na justificativa o nome do servidor afastado;

§1º Relatório nominal por Unidade Escolar com justificativa, evidenciando a impossibilidade de lotar outro profissional para atender o déficit, respeitando o que determina o art. 2º desta Normativa.

Art. 4º Todas as solicitações para contratação serão analisadas pela Diretoria de Provimento e Folha de Pagamento, respeitando o seguinte:

- a) A disponibilidade de professores habilitados nas unidades requerente, para assumirem a carga horária que se encontrarem em débitos;
- b) A justificativa apresentada deverá estar vinculada à vaga a que se refere e ser devidamente comprovada por meio documental;
- c) A quantidade de aulas mínima exigida, para a contratação do docente será de 12 aulas semanais, para as unidades escolares com duração da aula de 60 minutos e 14 aulas nas unidades escolares com duração da aula de 50 minutos;
- d) As contratações, de que tratam esta normativa, dependem de autorização do Titular da Pasta, bem como seja seguido o rito disposto no art. 3º da Lei Estadual nº 3.422/2019, atendendo às despesas decorrentes da contratação;
- e) Não é permitido o início do exercício do contrato sem autorização e a formalização do mesmo.

CAPÍTULO III DOS CRITÉRIOS E PERFIL EXIGIDO PARA CONTRATAÇÃO DO PROFESSOR

Art. 5º As contratações serão feitas mediante análise de vaga nas unidades escolares da rede estadual de ensino, bem como análise do currículo do profissional a ser contratado;

§1º O currículo apresentado deve seguir o modelo de acordo anexo II, a esta Normativa.

Art. 6º Para o cargo de Professor da Educação Básica, o profissional contratado deve possuir licenciatura para ministrar aulas teóricas e práticas nas disciplinas específicas e áreas afins no Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e Médio Profissionalizante:

- a) O profissional da área do conhecimento de Linguagens e suas Tecnologias, deve atuar nos componentes curriculares de sua área de formação;
- b) O profissional da área do conhecimento de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, deve atuar nos componentes curriculares de sua área de formação;

c) O profissional da área do conhecimento de Ciências da Natureza e suas Tecnologias, deve atuar nos componentes curriculares de sua área de formação;

d) O profissional da área do conhecimento de Matemática e suas Tecnologias, deve atuar no componente curricular Matemática, bem como nos Itinerários Formativos de Aprofundamento;

e) O professor que atua nos cursos técnicos profissionalizantes nas disciplinas específicas, deverá possuir formação na área técnica do curso ofertado.

Art. 7º O Professor a ser contratado deverá apresentar currículo, junto às Superintendências Regionais de Educação/Assessoria Regional de Gestão Administrativa e de Pessoas, no ato da contratação, comprovando que o mesmo possui formação, experiência, conhecimento e competência, conforme relacionado abaixo:

- a) Ter experiência comprovada na docência, coordenação pedagógica e orientação educacional;
- b) Ter conhecimento geral na área educacional escolar;
- c) Ter conhecimento para fazer seu planejamento em consonância com o plano curricular da escola, atendendo o avanço das ferramentas tecnológicas pertinentes à função.
- d) Desenvolver estratégias didático/pedagógicas, diferenciadas para a condução ao sucesso de cada estudante;

CAPÍTULO IV DOS CRITÉRIOS E PERFIL EXIGIDO PARA CONTRATAÇÃO NA ÁREA ADMINISTRATIVA

Art. 8º As contratações na área administrativa serão feitas mediante vaga nas unidades escolares da rede estadual, departamentos da Sede/SEDUC e Superintendências Regionais de Educação, bem como análise do currículo do profissional a ser contratado;

Art. 9º Perfil/requisitos para a contratação de cargos administrativos:

- a) Requisitos básicos para contratação no cargo de Auxiliar I, ser alfabetizado;
- b) Requisitos básicos para a contratação dos cargos de Assistente III e IV, bem como Assistente Especializado I e II, possuir formação, ensino médio completo;
- c) Requisitos básicos para a contratação dos cargos de Analista I a III, possuir formação superior em qualquer área, e para o cargo Analista III deve apresentar experiência comprovada na área de trabalho a ser contratado;
- d) Requisitos básicos para a contratação dos cargos de Assistente Técnico II, possuir formação, ensino médio técnico completo, na área a ser preenchida;

e) Requisitos para contratação no cargo de Motorista de Representação, possuir ensino fundamental completo e carteira de motorista na categoria exigida;

f) Requisitos para contratação no cargo de Nutricionista, Psicólogo e Assistente Social, possuir formação superior na área a ser contratado.

§1º Os profissionais contratados para os cargos administrativos e de professor deverão apresentar toda documentação constante no anexo I, desta Instrução Normativa.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 10 Os casos omissos a esta Instrução Normativa serão analisados pela Diretoria de Provimento e Folha de Pagamento e o Titular da Pasta.

Art. 11 As contratações para os profissionais que atuam na educação indígena seguirá o perfil e conhecimento adquiridos contidos em Instrução Normativa específica de lotação.

Art. 12 Os Professores contratados para suprir déficit de afastamentos de licença deverão ser contratados por igual período.

Art. 13 Esta Instrução normativa entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO PEREIRA VAZ
Secretário de Estado da Educação

ANEXO I À INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 21,
DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025.

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS
PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL

1. Foto 3x4;
2. Documento de Identificação com foto; (RG ou CNH);
3. Comprovante de situação cadastral do CPF, emitido no site da Receita Federal:<https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cpf/consultasituacao/consultapublica.asp>;
4. Certidão de quitação com a Justiça Eleitoral, devendo estar em pleno gozo dos direitos políticos e no regular exercício do voto, acessar link: <https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral/#/certidões-eleitor>
5. Para pessoas do sexo masculino, e com idade de até 44 anos: documento que comprove a quitação com as obrigações militares;
6. Comprovante de endereço atualizado, contendo CEP. Obs.: CEP geral não será aceito. Na ausência de comprovante de endereço, servirá a declaração de endereço assinada pelo Compromissado;
7. A depender da função, apresentar Carteira Nacional de Habilitação - CNH, na categoria da vaga a ser preenchida (Conforme função);
8. Comprovante de escolaridade (requisitos previstos na Lei nº 3.422, de 08 de março de 2019). Na ausência do diploma ou certificado, poderá o Compromissado apresentar declaração de conclusão (constando a data de colação de grau, nos casos de nível superior), acompanhada do respectivo histórico, quando o término do curso tenha ocorrido no máximo a um ano da data de admissão contratual. (OBS: Não é necessário enviar outros tipos de comprovação, tais como; aperfeiçoamento, especialização, mestrado entre outros);
9. Registro no Conselho Regional deste Estado do Tocantins, para os cargos de: Psicólogo e Assistente Social;
10. Comprovante de titularidade individual de conta corrente ou salário no Banco do Brasil, constando número da conta e agência;
11. Declarações (modelo SECAD) para fins de admissão em cargo ou função pública. Integralmente preenchida e assinada, localizada no link <https://www.to.gov.br/secad/declaracoes/5auh1simqb80>;
12. Protocolo da apresentação da Declaração de Bens e Valores criado por meio do Portal de Serviços, no link <https://servicos.to.gov.br/>, cujo motivo selecionado deverá ser INGRESSO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;
- Caso acumule cargo, enviar a declaração de compatibilidade dos dois órgãos. Na declaração de exercício devem constar os turnos/horários de trabalho;
13. Declaração de Antecedente Criminais emitida pelo Tribunal de Justiça do Tocantins. Link: https://eproc1.tjto.jus.br/eprocV2_prod_1grau/externo_controlador.php?acao=cj_online&acao_origem=&acao_retorno=cj
- Obs.: Após acessar o link basta preencher com o CPF do solicitante, marcar na competência a opção criminal e consultar. Logo em seguida abrirá uma nova aba com a certidão gerada.
14. Autodeclaração étnico-racial nos atos de admissão;(modelo padrão)
15. É obrigatório fornecer um número de telefone válido e atualizado.
16. Obrigatoriamente todas as cópias apresentadas devem estar legíveis.

ANEXO II À INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 21, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025.

CURRÍCULO

Nome:	Data de nascimento:
	CPF:
	Nacionalidade:
Formação:	Status civil:
	Email:
	Telefone:
Área ou cargos de interesse:	Endereço:
OBJETIVOS:	
HABILIDADES:	
CONHECIMENTO TECNOLÓGICO:	
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:	

ANEXO III À INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 21, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025.

TABELA DE SALÁRIO CONFORME LEI DE CONTRATAÇÃO VIGENTE - SEDUC - 2026					
CÓDIGO	CARGO	CATEGORIA	FUNÇÃO	ESCOLARIDADE	VALOR
30484	AUXILIAR I	QUADRO GERAL	AUXILIAR DE HIGIENIZAÇÃO DO AMBIENTE ESCOLAR - AHE	ALFABETIZADO	1.518,00
			MANIPULADOR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - MAE		
			AUXILIAR DE APOIO AGROPECUARIO - AAG/ ESCOLAS AGRÍCOLAS		
			MONITOR DE ROTAS / APAES		
			AUXILIAR DE MONITORAMENTO DO PATRIMÔNIO ESCOLAR E MEIO AMBIENTE - AMPE		
30491	ASSISTENTE III	QUADRO GERAL	PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR - PAEEI/ CURSO CONFORME IN PAEEI - (80H)	ENSINO MÉDIO	1.800,00
30492	ASSISTENTE IV	QUADRO GERAL	ADMINISTRATIVO DAS ESCOLAS (AA/AAE/ AAUD)	ENSINO MÉDIO	2.100,00
30493	ASSISTENTE ESPECIALIZADO I	QUADRO GERAL	TÉCNICO DAS SRE'S	ENSINO MÉDIO	2.400,00
30494	ASSISTENTE ESPECIALIZADO II	QUADRO GERAL	TÉCNICO DA SEDE/SEDUC	ENSINO MÉDIO	2.700,00
30496	ASSISTENTE TÉCNICO II	QUADRO GERAL	TECA(Técnico Agrícola)/ TÉCNICO DE INFORMÁTICA	ENSINO MÉDIO/ TÉCNICO	2.100,00
30497	ANALISTA I	QUADRO GERAL	COORDENADOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO - CAF	SUPERIOR	3.100,00
			RESPONSÁVEL PELA SECRETARIA (ONDE NÃO TIVER VICE DIRETOR)		
			INTÉRPRETE DE LIBRAS (LETRAS- LIBRAS OU LICENCIATURAS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO COM PÓS-GRADUAÇÃO OU CURSO DE 360 HORAS)		
30498	ANALISTA II	QUADRO GERAL	TÉCNICOS PARA SEDE, SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS E PÓLO INDÍGENA	SUPERIOR	3.600,00
30499	ANALISTA III	QUADRO GERAL	TÉCNICO PARA SEDE COM COMPROVAÇÃO PARA A ÁREA A SER CONTRATADA	SUPERIOR	3.800,00
30474	PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA	MAGISTÉRIO	PROFESSOR/ COORDENADOR PEDAGÓGICO/ORIENTADOR EDUCACIONAL/PROFESSOR INSPETOR	SUPERIOR	5.009,40
40008	PROFº DE CURSO PROFISSIONALIZANTE	MAGISTÉRIO	PROFESSOR DE CURSO PROFISSIONALIZANTE/COORDENADOR DE CURSO PROFISSIONALIZANTE	SUPERIOR	5.009,40
30473	PROFESSOR NORMALISTA	MAGISTÉRIO	REGENTE DE AULAS INDÍGENAS / PNCT	ENSINO MÉDIO	4.986,00
30469	MONITOR EDUCACIONAL	MAGISTÉRIO	MONITOR EDUCACIONAL/INSTRUTOR DE MÚSICA OU DANÇA(PROJETO)/MONITOR NOTURNO	ENSINO MÉDIO	2.870,00
30472	PROFESSOR AUXILIAR II	MAGISTÉRIO	REGENTE DE AULAS INDÍGENAS	ENSINO MÉDIO	1.518,00
40009	NUTRICIONISTA	QUADRO GERAL	NUTRICIONISTA	SUPERIOR	3.069,71
40010	PSICÓLOGO		PSICÓLOGO		3.069,71
40011	ASSISTENTE SOCIAL		ASSISTENTE SOCIAL		3.069,71
30488	MOTORISTA DE REPRESENTAÇÃO	QUADRO GERAL	MOTORISTA	ENSINO FUNDAMENTAL	1.518,00

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 22, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025.

Estabelece normas sobre os procedimentos necessários para a designação de professores para extensão de carga horária.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 42, §1º, inciso II, da Constituição do Estado, resolve:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Estabelecer normas e procedimentos para extensão de carga horária de Professores efetivos, em substituição a licenças, afastamentos e déficit de pessoal, no decorrer do ano letivo, nos termos da Lei nº 4.902, de 27 de novembro de 2025, observados os critérios e condições estabelecidos nesta Instrução.

CAPÍTULO II
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE EXTENSÃO DE CARGA HORÁRIA

Art. 2º A modalidade de extensão de carga horária de que trata o parágrafo anterior será utilizada para suprir a falta de Professor efetivo nas unidades escolares da Rede Estadual de Ensino, podendo ser empregada apenas nos seguintes casos:

I - a designação para a extensão de carga horária ocorrerá somente no contra turno em que o servidor estiver modulado;

II - é expressamente vedada à designação de servidores excedentes, contratos temporários, Coordenadores Pedagógicos - Complexo Esportivo, Coordenadores de Programas e Projetos, Coordenadores Pedagógicos de Área, Coordenadores Administrativo e Financeiro, Diretores e Vice-Diretores de Unidades Escolares, bem como o Secretário Geral, onde houver;

III - aos Professores da Educação Básica lotados nas Superintendências Regionais de Educação e na Sede da Secretaria, somente poderão estender carga horária em período noturno e desde que não exerçam cargo em comissão, função de confiança ou função que exija acompanhamento escolar;

IV - as aulas de extensão de carga horária deverão estar devidamente moduladas;

V - aos Coordenadores Pedagógicos e Orientadores Educacionais, não será permitido estender carga horária no mesmo turno em que desempenham suas funções na Unidade Escolar;

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 3º A distribuição das aulas de extensão de carga horária deve seguir os critérios estabelecidos na Lei nº 4.902, de 27 de novembro de 2025 e na Instrução Normativa de Lotação e Movimentação vigente no ano de 2026.

Art. 4º Não é permitida a designação para estender carga horária ao servidor que possui 270 (duzentos e setenta) horas mensais, independente da lotação.

Art. 5º Os casos omissos a esta Instrução Normativa serão analisados pela Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoal e pelo Titular da Pasta.

Art. 6º Revogar a Instrução Normativa Nº 08, de 10 de fevereiro de 2025.

Art. 7º Esta Instrução Normativa entra em vigor a partir da data de sua publicação.

FÁBIO PEREIRA VAZ
Secretário de Estado da Educação

SECRETARIA DOS ESPORTES E JUVENTUDE**EXTRATO PRORROGAÇÃO DE OFÍCIO**

CONVÊNIO Nº: 27010.000022/2022
PROCESSO: 2021/27001/000142
CONCEDENTE: SECRETARIA DE ESTADO DOS ESPORTES E JUVENTUDE
CNPJ: 45.434.894/0001-66
CONVENIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO
CNPJ: 37.420.676/0001-44
OBJETO: Prorrogar a Vigência, até 31/12/2025, para a CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA
DATA DA ASSINATURA: 30/12/2024
SIGNATÁRIOS: ATOS GOMES DE ARAUJO
Secretário de Estado da Secretaria dos Esportes e Juventude
FOCÍLIDES CARVALHO SILVA
PREFEITO MUNICIPAL DE CENTENÁRIO

EXTRATO PRORROGAÇÃO DE OFÍCIO

CONVÊNIO Nº: 27010.000022/2022
PROCESSO: 2021/27001/000142
CONCEDENTE: SECRETARIA DE ESTADO DOS ESPORTES E JUVENTUDE
CNPJ: 45.434.894/0001-66
CONVENIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO
CNPJ: 37.420.676/0001-44
OBJETO: Prorrogar a Vigência, até 31/12/2024, para a CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA
DATA DA ASSINATURA: 01/11/2023
SIGNATÁRIOS: ELENIL DA PENHA ALVES DE BRITO
Secretário de Estado da Secretaria dos Esportes e Juventude
FOCÍLIDES CARVALHO SILVA
PREFEITO MUNICIPAL DE CENTENÁRIO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO

PROCESSO: 2022/79010/000201
CONTRATO Nº: 003/2024
OBJETO: Prorrogação do prazo do Contrato nº 003/2024 e do prazo de execução, que trata da realização de obras civis de reforma do Ginásio de Esportes João Ferreira Lima em Nova Olinda-TO.
CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DOS ESPORTES E JUVENTUDE
CNPJ nº 45.434.894/0001-66
CONTRATADO: H K ENGENHARIA LTDA
CNPJ nº 35.704.334/0001-20
DATA DA ASSINATURA: 19 de dezembro de 2025
VIGÊNCIA: 19 de junho de 2026
SIGNATÁRIOS: ATOS GOMES DE ARAÚJO - Contratante
DIACY GALVÃO CAVALCANTE LOPES FILHO - Contratado

SECRETARIA DA FAZENDA**PORTARIA SEFAZ Nº 1234/2025/GABSEC, DE 17/12/2025.**

Institui o Laboratório de Inovação da Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins - LUMEN, vinculado à Escola de Gestão Fazendária Antônio Propício de Aguiar Franco - EGEFAZ, e define seus objetivos, diretrizes, competências e estrutura de governança.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição Estadual;

Considerando os artigos 218 e 219-B da Constituição Federal que tratam de desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação no Brasil;

Considerando a importância de adotar metodologias ágeis e recursos tecnológicos a fim de aprimorar continuamente os processos de trabalho visando à melhoria da prestação de serviços ao contribuinte estadual;

Considerando a necessidade de promover um serviço público orientado por princípios de eficiência, eficácia e efetividade;

Considerando que, desde 2015, o Brasil aderiu oficialmente à Agenda 2030 da ONU, comprometendo-se com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial o ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura -, que reconhece a inovação como elemento essencial para o desenvolvimento sustentável e para a melhoria dos serviços públicos com foco em soluções eficazes e centradas no cidadão,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído o Laboratório de Inovação da Secretaria da Fazenda (LUMEN), vinculado à Escola de Gestão Fazendária Antônio Propício de Aguiar Franco (EGEFAZ), com o propósito de fomentar a cultura de inovação entre os servidores da Sefaz, transformando ideias em melhorias reais nos serviços prestados ao contribuinte.

Art. 2º São objetivos do LUMEN:

- I. promover a cultura de inovação na Sefaz;
- II. criar espaços seguros que propiciem a criatividade e a cooperação;
- III. ampliar a colaboração entre áreas internas e parcerias externas;
- IV. desenvolver e apoiar projetos de inovação voltados à gestão fazendária que melhorem a experiência do contribuinte e o desempenho institucional.

Art. 3º O LUMEN atuará segundo as seguintes diretrizes:

- I. Promoção da cultura de inovação na SEFAZ, estimulando ambientes colaborativos, criativos e abertos à experimentação, ao aprendizado contínuo e à transformação institucional, que beneficie direta ou indiretamente o cidadão;
- II. Incentivo à articulação interinstitucional e ao trabalho em rede por meio do compartilhamento de experiências voltadas à melhoria dos serviços oferecidos ao cidadão;
- III. Estímulo à transparência, à participação social e ao desenvolvimento sustentável.

Art. 4º Constituem competências do LUMEN:

- I. gerenciar e apoiar projetos de inovação com metodologias colaborativas e centradas no cidadão;
- II. propor, desenvolver, testar e validar soluções inovadoras para os desafios da gestão fazendária;
- III. estimular ambientes criativos e manter espaços de experimentação, prototipagem e aprendizagem organizacional;
- IV. estabelecer e articular parcerias estratégicas com instituições públicas, privadas e acadêmicas, nacionais e internacionais;

V. monitorar, avaliar e compartilhar os resultados, impactos institucionais e boas práticas oriundas das iniciativas inovadoras;

VI. executar outras atividades correlatas à sua finalidade institucional;

VII. possibilitar a participação cidadã na concepção de projetos inovadores.

Art. 5º O fluxo de trabalho do LUMEN seguirá as seguintes etapas:

- I. recebimento de demandas e propostas de inovação;
- II. análise por Grupo de Trabalho designado;
- III. coordena o desenvolvimento de soluções;
- IV. apresenta a solução inovadora ao gestor competente.

§1º A responsabilidade do LUMEN encerra-se com a apresentação da solução, não lhe competindo deliberar sobre sua implementação.

§2º A implementação dependerá de decisão da gestão da SEFAZ, condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira.

§3º As etapas do processo de inovação sob a responsabilidade do LUMEN possuem flexibilidade e serão ajustadas conforme os resultados obtidos em cada fase e outras análises que se mostrem necessárias, podendo ser pausadas, suprimidas ou executadas de forma simultânea, conforme a conveniência e a eficiência do processo.

Art. 6º As atividades do LUMEN serão coordenadas pela Gerência de Programação, Capacitação e Educação - GECAPE e desenvolvidas pelo Núcleo de Gestão do Conhecimento e Inovação - NGCI da Egefaz, por meio de:

- I. Equipe dedicada composta por servidores lotados no NGCI;
- II. Equipe transitória composta por servidores com atuação temporária, conforme as competências específicas e a natureza de cada projeto ou atividade.

Art. 7º As unidades administrativas da SEFAZ e os servidores fazendários poderão atuar como demandantes do LUMEN, identificando desafios institucionais, propondo soluções e participando ativamente no desenvolvimento das iniciativas inovadoras.

Art. 8º O LUMEN está sediado em espaço próprio na Escola de Gestão Fazendária Antônio Propício de Aguiar Franco - EGEFAZ.

Art. 9º A EGEFAZ expedirá ato complementar para estabelecer a operacionalização do LUMEN, quando necessário.

Art. 10. Os casos omissos nesta Portaria serão decididos pela Escola de Gestão Fazendária Antônio Propício de Aguiar Franco - EGEFAZ, com anuência da Superintendência de Administração e Finanças..

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DONIZETH A. SILVA
Secretário de Estado da Fazenda

COMISSÃO DE FIXAÇÃO DE METAS

RESOLUÇÃO Nº 26, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a fixação da meta global de arrecadação do ICMS para a Secretaria da Fazenda, referente ao mês de janeiro de 2026.

A COMISSÃO DE FIXAÇÃO DE METAS, instituída nos termos do art. 3º, inciso II, da Lei nº 1.209, de 21 de fevereiro de 2001 e composta na conformidade do parágrafo único do art. 8º do Decreto nº 5.164, de 8 de dezembro de 2014, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 3º da Lei nº 1.209/2001, e o art. 8º do Decreto nº 5.164/2014.

RESOLVE:

Art. 1º Fixar a meta global de arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS para o mês de janeiro de 2026 em R\$ 533.170.970,78.

Parágrafo único. A meta de arrecadação foi calculada conforme parágrafo único, art. 3º da Lei nº 1.209/2001, combinado com o art. 8º do Decreto nº 5.164, de 8 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026.

DONIZETH APARECIDO SILVA
Secretário de Estado da Fazenda

MÁRCIA MANTOVANI
Secretária Executiva de Gestão Tributária

JORGE ANTÔNIO DA SILVA COUTO
Chefe da Assessoria Técnica Fazendária

PAULO AUGUSTO BISPO DE MIRANDA
Superintendente de Administração Tributária

DELEGACIA REGIONAL TRIBUTÁRIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 04/2025

Pelo presente Edital de Notificação o Auditor Fiscal da Receita Estadual abaixo identificado, nos termos do art. 22 inciso IV da Lei 1.288, de 28 de dezembro de 2001, NOTIFICA o(s) contribuinte(s) abaixo indicado, para no prazo de quinze (15) dias, conforme dispõe os artigos 109-A a 109-C do Decreto 2.912/2006 - RICMS, contados do quinto dia da publicação deste no Diário Oficial do Estado - DOE, manifestar-se sobre o fato de que o Fisco Estadual fez diligência (vistoria in loco) na data de 28/11/2025 ao endereço cadastrado no Boletim de Informações Cadastrais - BIC como sendo a sede da empresa abaixo arrolada e encontrou o estabelecimento em posse de outro proprietário conforme documentação de Compra e Venda da propriedade apresentada, caracterizando assim que a atividade deixou de ser exercida pelo titular no local cadastrado.

Nº	SUJEITO PASSIVO	INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ/CPF	ENDEREÇO
01	RAIMUNDA CARVALHO SILVA (FAZENDA RETORNO)	29.565.829-0	730.248.883-00	ROD. TO 134, KM 14 A ESQUERDA 14 km - ZONA RURAL - DARCINÓPOLIS TOCANTINS.

Darcinópolis/TO, 15 de dezembro de 2025.

ARI MARCOS RABELO CUNHA
Auditor Fiscal da Receita Estadual

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 102/2025

Pelo presente Edital de Notificação o Auditor Fiscal da Receita Estadual abaixo identificado, nos termos dos artigos 109-A a 109-C do Decreto 2.912, de 29 de dezembro de 2006 com redação dada pelo Decreto 6.447, de 04 de maio de 2022 e artigo 22, inciso IV da Lei 1.288, de 28 de dezembro de 2001, NOTIFICA o contribuinte abaixo indicado, para no prazo de quinze (15) dias, contados do quinto dia da publicação deste no Diário Oficial do Estado - DOE, a manifestar-se sobre o fato de que o Fisco Estadual fez diligência (vistoria in loco) na data de 17/11/2025 ao endereço cadastrado no Boletim de Informações Cadastrais - BIC como sendo a sede da empresa abaixo arrolada e encontrou o estabelecimento fechado, com indícios de paralisação das atividades.

Nº	SUJEITO PASSIVO	INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ/ME	ENDEREÇO
01	MARIA NILMA OLIVEIRA FURTADO EIRELI	29.508.158-9	22.436.533/0001-53	AV. MANOEL JOSÉ PEDREIRA Nº 860, QD. K. LT. 10, SETOR AEROPORTO, PORTO NACIONAL-TO.

Porto Nacional-TO, 18 de dezembro de 2025.

EVERTON DIAS DA SILVA
Auditor Fiscal da Receita Estadual

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 103/2025

Pelo presente Edital de Notificação o Auditor Fiscal da Receita Estadual abaixo identificado, nos termos dos artigos 109-A a 109-C do Decreto 2.912, de 29 de dezembro de 2006 com redação dada pelo Decreto 6.447, de 04 de maio de 2022 e artigo 22, inciso IV da Lei 1.288, de 28 de dezembro de 2001, NOTIFICA o contribuinte abaixo indicado, para no prazo de quinze (15) dias, contados do quinto dia da publicação deste no Diário Oficial do Estado - DOE, a manifestar-se sobre o fato de que o Fisco Estadual fez diligência (vistoria in loco) na data de 17/11/2025 ao endereço cadastrado no Boletim de Informações Cadastrais - BIC como sendo a sede da empresa abaixo arrolada e encontrou o estabelecimento fechado, com indícios de paralisação das atividades.

Nº	SUJEITO PASSIVO	INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ/ME	ENDEREÇO
01	XAVIER E MENDES LTDA	29.518.933-9	44.931.420/0001-67	RUA GETÚLIO VARGAS Nº 554, CENTRO, PORTO NACIONAL-TO.

Porto Nacional-TO, 18 de dezembro de 2025.

EVERTON DIAS DA SILVA
Auditor Fiscal da Receita Estadual

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 104/2025

Pelo presente Edital de Notificação o Auditor Fiscal da Receita Estadual abaixo identificado, nos termos dos artigos 109-A a 109-C do Decreto 2.912, de 29 de dezembro de 2006 com redação dada pelo Decreto 6.447, de 04 de maio de 2022 e artigo 22, inciso IV da Lei 1.288, de 28 de dezembro de 2001, NOTIFICA o contribuinte abaixo indicado, para no prazo de quinze (15) dias, contados do quinto dia da publicação deste no Diário Oficial do Estado - DOE, a manifestar-se sobre o fato de que o Fisco Estadual fez diligência (vistoria in loco) na data de 17/11/2025 ao endereço cadastrado no Boletim de Informações Cadastrais - BIC como sendo a sede da empresa abaixo arrolada e encontrou o estabelecimento fechado, com indícios de paralisação das atividades.

Nº	SUJEITO PASSIVO	INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ/ME	ENDEREÇO
01	J P COMÉRCIO VAREJISTA DE UTILIDADES DOMÉSTICAS LTDA	29.527.796-3	48.872.161/0001-00	AV. ENGENHEIRO LUIZ CRULS Nº 266, QD. 291, LT. 07, SETOR PORTO IMPERIAL, PORTO NACIONAL-TO.

Porto Nacional-TO, 18 de dezembro de 2025.

EVERTON DIAS DA SILVA
Auditor Fiscal da Receita Estadual

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 226/2025
Pessoa Jurídica

Pelo presente edital, a Agência de Atendimento de Palmas - TO, nos termos do art. 22, inciso IV, da Lei 1.288, de 28 de dezembro de 2001, intima, o(s) contribuinte(s) abaixo indicado(s), a promover no prazo de 30 (trinta) dias, contados do quinto dia da publicação deste, o pagamento do(s) crédito(s) tributário(s) constituído(s) por intermédio do(s) Auto(s) de Infração a seguir relacionado(s), nos termos da legislação vigente ou apresentar impugnação ou pagar o crédito tributário nesta Agência, localizada à Quadra 104 Norte, ACNE 01, Conjunto 04, Lote 26A, Rua NE 05, Plano Diretor Norte, Palmas/TO, sob pena de Revelia.

Nº	SUJEITO PASSIVO	INSCRIÇÃO ESTADUAL	AUTO DE INFRAÇÃO	VALOR ORIGINÁRIO	PERÍODO DE REFERÊNCIA
01	COMERCIAL AGROSOL DE PRODUTOS AGRICOLAS LTDA	29.489.445-4	2020/001229	686.118,18 2.660.223,44	01/2019 A 12/2019 01/2020 A 05/2020
02	COMERCIAL AGROSOL DE PRODUTOS AGRICOLAS LTDA	29.489.445-4	2020/001230	3.202.758,52	01/2020 A 05/2020
03	COMERCIAL AGROSOL DE PRODUTOS AGRICOLAS LTDA	29.489.445-4	2020/001228	762.353,54 2.955.803,83	01/2019 A 12/2019 01/2020 A 05/2020
04	COMERCIAL AGROSOL DE PRODUTOS AGRICOLAS LTDA	29.489.445-4	2020/001227	8.000,00	01/2020 A 06/2020

Palmas/TO, 11 de dezembro de 2025.

BEATRIZ ARAÚJO LIMA
Supervisora da Agência

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 228/2025
Pessoa Jurídica

Pelo presente edital, a Agência de Atendimento de Palmas/TO, situada à Quadra ACNE 01, Conj. 04, Rua NE-05, Lote 26-A, Plano Diretor Norte, nos termos do art. 22, inciso IV, da Lei 1.288, de dezembro de 2001, NOTIFICA o contribuinte abaixo indicado, sobre a Decisão Fundamentada FAVORÁVEL à suspensão de ofício, expedida nos autos do processo abaixo relacionado, conforme preceitos do art. 109-C do Decreto nº 2.912, de 29 de dezembro de 2006, haja vista, o não saneamento das pendências constante no seu cadastro de contribuinte.

Nº	SUJEITO PASSIVO	INSCRIÇÃO ESTADUAL	PROCESSO
01	AKIRA FARMA EIRELI	29.504.875-1	2025/6040/504109
02	ANA PAULA CIRQUEIRA GOMES DA SILVA CONFECCOES	29.417.481-8	2025/6040/504108
03	AQUI INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA	29.524.616-2	2025/6040/504001
04	AUTEM DO BRASIL LTDA	29.544.168-2	2025/6040/503278
05	GE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA	29.480.530-3	2025/6040/503614
06	SAVANA RANCH COMERCIO DE ROUPAS E ACESSORIOS LTDA	29.526.442-0	2025/6040/504117
07	T J RUFINO NETO LTDA	29.535.710-0	2025/6040/503636

Palmas - TO, 19 de dezembro de 2025.

BEATRIZ ARAÚJO LIMA
Supervisora da Agência

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 229/2025
Pessoa Jurídica

A Fazenda Pública Estadual, por meio desta Agência de Atendimento de Palmas/TO, situada à Quadra 104 Norte, ACNE 01, conj. 04, Rua NE-05, Lote 26-A, Plano Diretor Norte, nos termos do art. 22, inciso I, da Lei nº 1.288, de 28 de dezembro de 2001, NOTIFICA o(s) contribuinte(s) abaixo qualificado(s), para no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do quinto dia da publicação deste, em consonância com o art. 109-A, art. 109-B, art. 109-C, do Decreto 2.912/2006 RICMS, MANIFESTAR-SE sobre DESPACHO/DRF/GERAR, sob pena de SUSPENSÃO DE OFÍCIO, conforme previsto no art. 101, inciso II, do Decreto nº 2.912/2006.

Nº	SUJEITO PASSIVO	INSCRIÇÃO ESTADUAL	PROCESSO
01	AGRO COMÉRCIO E TRANSPORTE DE CALCÁRIO LTDA	29.534.735-0	2025/6040/505178
02	BBB COMERCIO DE BEBIDAS E ALIMENTAÇÃO LTDA	29.495.185-7	2025/6040/505144
03	BRISAMAR SEAFOOD LTDA	29.535.083-0	2025/6040/505179
04	CARDOSO E OLIVEIRA LTDA	29.534.400-8	2025/6040/505154
05	CRVM COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA	29.532.656-5	2025/6040/505175

Palmas - TO, 19 de dezembro de 2025.

BEATRIZ ARAÚJO LIMA
Supervisora da Agência

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 230/2025
Pessoa Jurídica

A Fazenda Pública Estadual, por meio desta Agência de Atendimento de Palmas, nos termos do art. 22, inciso I, da Lei nº 1.288 de 28 de dezembro de 2001, NOTIFICA o contribuinte acima qualificado, para no prazo de 15 (quinze) dias úteis, em consonância com o art. 109-A, art. 109-B, art. 109-C, do Decreto 2.912/2006 RICMS, a contar da data da ciência deste, MANIFESTAR-SE sobre TERMO DE VISTORIA CADASTRAL DESFAVORÁVEL, sob pena de SUSPENSÃO DE OFÍCIO, conforme previsto no art. 101, inciso II, do Decreto nº 2.912/2006, combinado com o art. 103, §2º, inciso II, alínea “c” do Regulamento do ICMS conforme processo(s) abaixo listado(s).

Nº	EMPRESA	CNPJ	PROCESSO
01	BIG WORKS COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	28.128.868/0012-43	2025/6040/504780
02	FENIX CAM FRIAS CONF E MANUT DE CAM E APARELHOS FRIGOR LTDA	10.900.873/0001-04	2025/6040/504525

Palmas - TO, 19 de dezembro de 2025.

BEATRIZ ARAÚJO LIMA
Supervisora da Agência

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 231/2025
Pessoa Jurídica

Pelo presente edital, a Agência de Atendimento de Palmas/TO, situada à Quadra ACNE 01, Conj. 04, Rua NE-05, Lote 26-A, Plano Diretor Norte, nos termos do art. 22, inciso IV, da Lei 1.288, de dezembro de 2001, NOTIFICA o contribuinte abaixo indicado, sobre a Decisão Fundamentada CONTRA à suspensão de ofício, expedida nos autos do processo abaixo relacionado, conforme preceitos do art. 109-C do Decreto nº 2.912, de 29 de dezembro de 2006, haja vista, o saneamento das pendências constante no seu cadastro de contribuinte.

Nº	SUJEITO PASSIVO	INSCRIÇÃO ESTADUAL	PROCESSO
01	ANTONIO SABINO NETO LTDA	29.517.734-9	2024/6040/506822

Palmas - TO, 19 de dezembro de 2025.

BEATRIZ ARAÚJO LIMA
Supervisora da Agência

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 232/2025

Pessoa Jurídica

A Fazenda Pública Estadual, por meio desta Agência de Atendimento de Palmas, nos termos do art. 22, inciso I, da Lei nº 1.288, de 28 de dezembro de 2001, NOTIFICA o contribuinte acima qualificado, para no prazo de 15 (quinze) dias úteis, em consonância com o art. 109-A, art. 109-B, art. 109-C, do Decreto 2.912/2006 RICMS, a contar da data da ciência deste, MANIFESTAR-SE sobre TERMO DE VISTORIA CADASTRAL DESFAVORÁVEL, sob pena de SUSPENSÃO DE OFÍCIO, conforme previsto no art. 101, inciso II, do Decreto nº 2.912/2006, combinado com o art. 103, §2º, inciso II, alínea "c" do Regulamento do ICMS conforme processo(s) abaixo listado(s).

Nº	EMPRESA	CNPJ	PROCESSO
01	SIGMA GREEN LTDA	56.782.150/0005-82	2025/6040/504776
02	SKYSHIP IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE ARTIGOS DE USO PESSOAL LTDA	17.084.536/0002-16	2025/6040/504524
03	SILVA & JIMENES MANIPULACAO E TRANSPORTES LTDA	55.329.813/0001-11	2025/6040/503658
04	SUPERCAR PALMAS COMERCIO DE VEICULOS USADOS LTDA	48.951.739/0001-05	2025/6040/504530
05	SGJ COMERCIAL LTDA	42.386.927/0003-13	2025/6040/504932
06	TOXA- TOCANTINS EXPANSÃO ATACADISTA LTDA	60.758.197/0001-54	2025/6040/504527
07	TEC AGROPEC PROJETOS & CONSTRUÇÕES LTDA	42.596.648/0001-12	2025/6040/504931
08	TRANS ARAGUAIA TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA	47.919.456/0001-13	2025/6040/504537

Palmas - TO, 19 de dezembro de 2025.

BEATRIZ ARAÚJO LIMA
Supervisora da Agência**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 233/2025**

Pessoa Jurídica

A Fazenda Pública Estadual, por meio desta Agência de Atendimento de Palmas/TO, situada à Quadra 104 Norte, ACNE 01, conj. 04, Rua NE-05, Lote 26-A, Plano Diretor Norte, nos termos do art. 22, inciso I, da Lei nº 1.288, de 28 de dezembro de 2001, NOTIFICA o(s) contribuinte(s) abaixo qualificado(s), para no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do quinto dia da publicação deste, em consonância com o art. 109-A, art. 109-B, art. 109-C, do Decreto 2.912/2006 RICMS, MANIFESTAR-SE sobre DESPACHO/DRF/GERAR, sob pena de SUSPENSÃO DE OFÍCIO, conforme previsto no art. 101, inciso II, do Decreto nº 2.912/2006.

Nº	SUJEITO PASSIVO	INSCRIÇÃO ESTADUAL	PROCESSO
01	REICAR AUTO CENTER LTDA	29.524.964-1	2025/6040/505146
02	R.F. CARDOSO LTDA	29.533.700-1	2025/6040/505177
03	TRADICAO INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	29.523.498-9	2025/6040/505170
04	TRUCKSCARS MECANICA E AUTO ELETRICA LTDA	29.522.145-3	2025/6040/504824

Palmas - TO, 19 de dezembro de 2025.

BEATRIZ ARAÚJO LIMA
Supervisora da Agência**SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E CENTRAL DE LICITAÇÕES****RESULTADO DE JULGAMENTO
LEILÃO Nº 001/2025**SECRETARIA DA FAZENDA
PROCESSO Nº 2025/25000/00836

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Superintendência de Compras e Central de Licitações, designada pela PORTARIA/SEFAZ/GABSEC Nº 876/2025/GABSEC, DE 09/09/2025, torna público o resultado do Leilão supracitado, Veículos Oficiais (Circulação e Sucata), Máquinas e objetos patrimoniais classificados como inservíveis ao poder público, que teve a aprovação de maior lance no valor total de R\$ 4.873.700,09 (quatro milhões, oitocentos e setenta e três mil, setecentos reais e nove centavos).

VALOR TOTAL: R\$ 4.873.700,09 (quatro milhões, oitocentos e setenta e três mil, setecentos reais e nove centavos).

O resultado encontra-se disponível no <http://centraldecompras.to.gov.br>.

Palmas/TO, 18 de dezembro de 2025.

MEIRE LEAL DOVIGO PEREIRA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação**AVISO DE LICITAÇÃO**

A SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E CENTRAL DE LICITAÇÃO, DA SECRETARIA DA FAZENDA, torna público que fará realizar a licitação abaixo. Demais informações poderão ser obtidas pelos fones: 063 3027-2135 e 3027-2126, ou no guichê da SCCL, em dias úteis, das 8h às 14h. O edital estará disponível no site: www.gov.br/compras/pt-br e/ou <https://centraldecompras.to.gov.br>.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90090/2025. Abertura dia 13.01.2026, às 09h00min (Horário de Brasília). Aquisição de material de consumo (cera alveolada, caixa para apicultura, macacão apicultor e etc.). Visando atender as necessidades do INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO TOCANTINS - RURALTINS. Proc. 2025/34490/00353. Recursos: fundo de combate a erradicação da pobreza. Pregoeiro: FRANCISCO PONTES JARDIM NETO. A sessão pública ocorrerá no site www.gov.br/compras/pt-br.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90092/2025. Abertura dia 15.01.2026, às 09h00min (Horário de Brasília). Prestação de serviços voltados à coleta biométrica, confecção, emissão, personalização e pré-postagem de Carteiras Nacionais de Habilitação e Permissões Internacionais para Dirigir. Visando atender as necessidades do DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO TOCANTINS - DETRAN. Proc. 2025/32470/00415. Recursos: outras vinculações legais. Pregoeira: DORCELINA MARIA TEIXEIRA. A sessão pública ocorrerá no site www.gov.br/compras/pt-br.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PEL SRP Nº 90114/2025. Abertura dia 15.01.2026, às 09h00min (Horário de Brasília). Contratação de empresa especializada em curso de capacitação em operação de drones e aplicador aeragrícola remoto, com conteúdo teórico e prático. Visando atender as necessidades da SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA - SEAGRO. Proc. 2025/33000/00174. Recursos: não vinculados de impostos. Pregoeiro: FRANCISCO PONTES JARDIM NETO. A sessão pública ocorrerá no site: www.gov.br/compras/pt-br.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PEL SRP Nº 90115/2025. Abertura dia 15.01.2026, às 09h00min (Horário de Brasília). Contratação de empresa para fornecimento e instalação de película/insulfilm. Visando atender as necessidades da SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO - SECAD. Proc. 2025/23000/01897. Recursos: não vinculados de impostos. Pregoeira: ETA PLESSE GONÇALVES CARVALHO. A sessão pública ocorrerá no site www.siga.to.gov.br/licitacao.

Palmas/TO, 22 de dezembro de 2025.

VIVIANNE FRANTZ B. DA SILVA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTABILIDADE GERAL

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
ANEXO 2 - COMPARATIVO DA DESP. ORÇADA, AUTORIZADA E REALIZADA GERAL - até 11 / 2025

Natureza		DESPESA AUTORIZADA			DESPESA REALIZADA			SALDO ORÇAMENTÁRIO
		INICIAL	ALTERAÇÕES	TOTAL	PAGA	A PAGAR	TOTAL	
317170	RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	0,00	1.518.000,00	1.518.000,00	206.000,00	600.000,00	806.000,00	712.000,00
319001	APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	1.832.040.082,00	630.786.723,98	2.462.826.805,98	2.093.533.432,15	14.854.987,78	2.108.388.419,93	354.438.386,05
319003	PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	194.462.720,00	56.099.884,46	250.562.604,46	200.420.547,21	1.720.821,74	202.141.368,95	48.421.235,51
319004	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	1.090.537.579,00	35.231.611,96	1.125.769.190,96	1.028.693.770,76	29.388.799,55	1.058.082.570,31	67.686.620,65
319007	CONTRIBUICAO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	0,00	489.131,00	489.131,00	321.417,35	56.428,24	377.845,59	111.285,41
319008	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	0,00	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.878.022.148,00	136.946.241,83	4.014.968.389,83	3.705.723.461,33	79.431.638,04	3.785.155.099,37	229.813.290,46
319012	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	593.323.078,00	5.300.371,13	598.623.449,13	572.430.965,78	18.672.234,44	591.103.200,22	7.520.248,91
319013	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	143.366.056,00	50.993.302,14	194.359.358,14	167.263.793,53	14.874.879,44	182.138.672,97	12.220.685,17
319016	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVL	11.389.038,00	35.642.546,00	47.031.584,00	40.818.898,16	339.104,44	41.158.002,60	5.873.581,40
319017	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL MILITAR	0,00	9.620,00	9.620,00	9.620,00	0,00	9.620,00	0,00
319046	AUXILIO-ALIMENTACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
319086	COMPENSAÇOES A REGIME DE PREVIDENCIA	0,00	28.000,00	28.000,00	15.326,44	6.806,45	22.132,89	5.867,11
319091	SENTENÇAS JUDICIAIS	120.335.553,00	-59.799.574,37	60.535.978,63	33.452.365,72	17.230.582,15	50.682.947,87	9.853.030,76
319092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	177.286.510,00	211.233.034,27	388.519.544,27	348.899.869,36	2.134.242,97	351.034.112,33	37.485.431,94
319093	INDENIZACOES E RESTITUIÇOES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
319094	INDENIZACOES E RESTITUIÇOES TRABALHISTAS	351.289.788,00	7.571.894,72	358.861.682,72	342.213.200,37	74.571,69	342.287.772,06	16.573.910,66
319096	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	2.497.790,00	347.832,22	2.845.622,22	1.885.844,60	23.015,92	1.908.860,52	936.761,70
319103	PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
319113	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.377.925.692,00	-1.091.719.576,41	1.286.206.115,59	1.070.951.778,19	58.526.413,55	1.129.478.191,74	156.727.923,85
319192	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	24.097.307,00	14.325.564,39	38.422.871,39	33.002.800,25	2.930.278,22	35.933.078,47	2.489.792,92
Total	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.796.573.341,00	35.009.607,32	10.831.582.948,32	9.639.843.091,20	240.864.804,62	9.880.707.895,82	950.875.052,50
329021	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	125.499.016,00	193.191.469,21	318.690.485,21	316.456.581,89	0,00	316.456.581,89	2.233.903,32
329022	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	4.000.000,00	6.894.562,79	10.894.562,79	10.893.403,73	0,00	10.893.403,73	1.159,06
329121	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	6.692.544,00	8.713.510,00	15.406.054,00	15.249.326,68	0,00	15.249.326,68	156.727,32
Total	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	136.191.560,00	208.799.542,00	344.991.102,00	342.599.312,30	0,00	342.599.312,30	2.391.789,70
332020	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
332030	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
332039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
332041	CONTRIBUIÇOES	0,00	730.000,00	730.000,00	168.750,00	506.250,00	675.000,00	55.000,00
332047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
333030	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
333039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	0,00	750,00	750,00	0,00	0,00	0,00	750,00
333041	CONTRIBUIÇOES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
333092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
334041	CONTRIBUIÇOES	100.953.700,00	214.791.933,00	315.745.633,00	233.600.997,31	33.837.774,72	267.438.772,03	48.306.860,97
334092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
334141	CONTRIBUIÇOES	125.211.836,00	-34.409.143,23	90.802.692,77	61.010.766,70	17.794.205,24	78.804.971,94	11.997.720,83
334192	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	3.960.794,00	-431.427,00	3.529.367,00	3.529.366,06	0,00	3.529.366,06	0,94
335030	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
335040	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA (PORTARIA CONJUNTA Nº 2/2017)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
335041	CONTRIBUIÇOES	83.996.626,00	29.206.348,33	113.202.974,33	73.317.215,38	14.005.682,50	87.322.897,88	25.880.076,45
335042	AUXILIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
335043	SUBVENCOES SOCIAIS	121.371.340,00	-6.316.742,70	115.054.597,30	80.914.921,10	390.197,49	81.305.118,59	33.749.478,71
335092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	1.575.566,88	1.575.566,88	1.575.566,88	0,00	1.575.566,88	0,00
337141	CONTRIBUIÇOES	500.000,00	187.510,00	687.510,00	0,00	0,00	0,00	687.510,00
337170	RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	1.050.000,00	1.989.751,10	3.039.751,10	1.785.239,70	0,00	1.785.239,70	1.254.511,40
338092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
339001	APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
339008	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	50.657.042,00	6.883.958,70	57.541.000,70	51.597.050,11	87.503,81	51.684.553,92	5.856.446,78
339010	SEGURO DESEMPREGO E ABONO SALARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
339014	DIARIAS - CIVIL	70.524.585,00	15.956.989,26	86.481.574,26	55.027.551,27	1.022.920,83	56.050.472,10	30.431.102,16
339015	DIARIAS - MILITAR	6.462.543,00	-874.262,49	5.588.280,51	4.490.567,00	114.454,93	4.605.021,93	983.258,58
339016	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
339018	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	23.778.559,00	-854.828,68	22.923.730,32	12.202.126,12	788.120,00	12.990.246,12	9.933.484,20
339019	AUXILIO-FARDAMENTO	204.860,00	3.269.945,34	3.474.805,34	3.031.574,10	0,00	3.031.574,10	443.231,24
339020	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	10.691.515,00	7.697.761,71	18.389.276,71	15.020.000,45	83.100,00	15.103.100,45	3.286.176,26
339030	MATERIAL DE CONSUMO	279.513.759,00	176.429.561,69	455.943.320,69	233.318.540,19	70.781.975,74	304.100.515,93	151.842.804,76
339031	PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTIFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	22.206.446,00	-4.003.772,96	18.202.673,04	7.246.825,38	334.029,55	7.580.854,93	10.621.818,11
339032	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	71.280.729,00	-24.651.457,47	46.629.271,53	8.921.309,21	5.856.407,32	14.777.716,53	31.851.555,00
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	166.031.032,00	79.467.396,07	245.498.428,07	142.771.333,76	51.507.871,14	194.279.204,90	51.219.223,17
339035	SERVICOS DE CONSULTORIA	27.878.517,00	3.357.464,67	31.235.981,67	6.600.067,02	7.477.325,09	14.077.392,11	17.158.589,56
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	50.995.075,00	14.024.503,56	65.019.578,56	41.218.940,82	2.885.755,28	44.104.696,10	20.914.882,46
339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	105.444.265,00	37.716.660,19	143.160.925,19	105.472.740,12	21.963.845,20	127.436.585,32	15.724.339,87
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1.417.203.992,00	931.405.901,98	2.348.609.893,98	1.776.109.325,37	239.496.150,53	2.015.605.475,90	333.004.418,08

339040	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA (PORTARIA CONJUNTA Nº 2/2017)	258.428.931,00	28.419.728,36	286.848.659,36	146.976.406,97	41.173.692,58	188.150.099,55	98.698.559,81
339041	CONTRIBUICOES	255.576.231,00	-69.342.224,62	186.234.006,38	74.917.715,30	156.411,14	75.074.126,44	111.159.879,94
339042	AUXILIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
339045	SUBVENCoes ECONOMICAS	24.940.650,00	1.020.000,00	25.960.650,00	21.720.820,91	1.690.579,15	23.411.400,06	2.549.249,94
339046	AUXILIO-ALIMENTACAO	213.146.492,00	25.556.393,23	238.702.885,23	221.846.729,42	63.083,31	221.909.812,73	16.793.072,50
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	66.588.921,00	65.863.141,63	132.452.062,63	124.403.776,94	3.865.474,26	128.269.251,20	4.182.811,43
339048	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	10.873.254,00	16.074.032,00	26.947.286,00	9.876.561,01	74.980,85	9.951.541,86	16.995.744,14
339049	AUXILIO-TRANSPORTE	811.182,00	-637.071,52	174.110,48	121.354,71	4.725,00	126.079,71	48.030,77
339052	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
339061	AQUISICAO DE IMOVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
339086	COMPENSACOES A REGIME DE PREVIDENCIA	20.000,00	-7.000,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00
339091	SENTENCAS JUDICIAIS	153.917.633,00	100.236.845,10	254.154.478,10	222.364.902,12	5.473.438,92	227.838.341,04	26.316.137,06
339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	214.718.799,00	171.884.109,52	386.602.908,52	366.641.998,87	3.745.582,14	370.387.581,01	16.215.327,51
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	183.683.329,00	154.727.825,51	338.411.154,51	314.924.716,53	2.292.837,25	317.217.553,78	21.193.600,73
339095	INDENIZACAO PELA EXECUCAO DE TRABALHOS DE CAMPO	29.194.371,00	8.001.691,00	37.196.062,00	37.163.878,51	0,00	37.163.878,51	32.183,49
339113	OBRIGACOES PATRONAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
339139	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	3.095.260,00	-25.000,00	3.070.260,00	0,00	0,00	0,00	3.070.260,00
339141	CONTRIBUICOES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
339191	SENTENCAS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
339192	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	25.000,00	-25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
339193	INDENIZACOES E RESTITUICOES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
339330	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
339393	INDENIZACOES E RESTITUICOES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.154.937.268,00	1.954.900.338,16	6.109.837.606,16	4.459.889.635,34	527.474.373,97	4.987.364.009,31	1.122.473.596,85
Total	DESPESAS CORRENTES	15.087.702.169,00	2.198.709.487,48	17.286.411.656,48	14.442.332.038,84	768.339.178,59	15.210.671.217,43	2.075.740.439,05
442001	APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
442042	AUXILIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
442051	OBRAS E INSTALACOES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
444041	CONTRIBUICOES	2.000,00	603.392,00	605.392,00	0,00	0,00	0,00	605.392,00
444042	AUXILIOS	73.467.814,00	-8.834.234,20	64.633.579,80	45.359.704,66	2.722.334,01	48.082.038,67	16.551.541,13
444051	OBRAS E INSTALACOES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
444052	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
444141	CONTRIBUICOES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
444142	AUXILIOS	8.964.102,00	10.895.220,00	19.859.322,00	10.835.000,00	7.045.000,00	17.880.000,00	1.979.322,00
445041	CONTRIBUICOES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
445042	AUXILIOS	4.675.000,00	3.786.150,00	8.461.150,00	3.406.440,24	530.000,00	3.936.440,24	4.524.709,76
445052	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
447170	RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	100.000,00	-18.000,00	82.000,00	48.000,00	0,00	48.000,00	34.000,00
449014	DIARIAS - CIVIL	729.202,00	-357.159,00	372.043,00	83.018,00	0,00	83.018,00	289.025,00
449020	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	1.300.000,00	0,00	1.300.000,00	800.000,00	0,00	800.000,00	500.000,00
449030	MATERIAL DE CONSUMO	25.000,00	47.537,00	72.537,00	0,00	3.133,80	3.133,80	69.403,20
449033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.154.094,00	-314.867,84	839.226,16	78.079,80	156.448,36	234.528,16	604.698,00
449035	SERVICOS DE CONSULTORIA	14.952.000,00	-6.343.582,79	8.608.417,21	434.016,56	787.289,62	1.221.306,18	7.387.111,03
449036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	196.264,00	100.000,00	296.264,00	0,00	0,00	0,00	296.264,00
449039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	16.073.036,00	-4.528.249,18	11.544.786,82	578.011,54	997.189,15	1.575.200,69	9.969.586,13
449040	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA (PORTARIA CONJUNTA Nº 2/2017)	22.357.043,00	-10.320.566,51	12.036.476,49	2.065.125,38	211.986,62	2.277.112,00	9.759.364,49
449047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	309.713,00	78.550,00	388.263,00	70.135,21	2.713,03	72.848,24	315.414,76
449051	OBRAS E INSTALACOES	847.938.105,00	193.450.444,74	1.041.388.549,74	323.267.995,32	107.557.120,40	430.825.115,72	610.563.434,02
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	419.007.410,00	119.958.468,39	538.965.878,39	38.193.454,71	100.169.849,84	138.363.304,55	400.602.573,84
449061	AQUISICAO DE IMOVEIS	100.000,00	-80.855,00	19.145,00	0,00	16.700,00	16.700,00	2.445,00
449065	CONSTITUICAO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
449091	SENTENCAS JUDICIAIS	100.000,00	6.598.833,69	6.698.833,69	5.863.367,08	600.000,08	6.463.367,16	235.466,53
449092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	77.456.812,00	17.469.318,07	94.926.130,07	60.108.534,82	6.514.647,08	66.623.181,90	28.302.948,17
449093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	0,00	1.252.649,48	1.252.649,48	1.230.777,87	0,00	1.230.777,87	21.871,61
449192	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	INVESTIMENTOS	1.488.907.595,00	323.443.048,85	1.812.350.643,85	492.421.661,19	227.314.411,99	719.736.073,18	1.092.614.570,67
459065	CONSTITUICAO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	200.000,00	9.000.000,00	9.200.000,00	9.000.000,00	0,00	9.000.000,00	200.000,00
459066	CONCESSAO DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	5.002.988,00	7.420.000,00	12.422.988,00	10.781.156,90	6.000,00	10.787.156,90	1.635.831,10
Total	INVERSOES FINANCEIRAS	5.202.988,00	16.420.000,00	21.622.988,00	19.781.156,90	6.000,00	19.787.156,90	1.835.831,10
469071	PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO	243.518.853,00	1.729.903.059,66	1.973.421.912,66	316.563.698,22	0,00	316.563.698,22	1.656.858.214,44
469171	PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO	28.353.829,00	13.730.681,27	42.084.510,27	41.805.023,67	279.485,74	42.084.509,41	0,86
Total	AMORTIZACAO DA DIVIDA	271.872.682,00	1.743.633.740,93	2.015.506.422,93	358.368.721,89	279.485,74	358.648.207,63	1.656.858.215,30
Total	DESPESAS DE CAPITAL	1.765.983.265,00	2.083.496.789,78	3.849.480.054,78	870.571.539,98	227.599.897,73	1.098.171.437,71	2.751.308.617,07
999999	RESERVA DE CONTINGENCIA	539.591.481,00	-408.321.811,00	131.269.670,00	0,00	0,00	0,00	131.269.670,00
Total	RESERVA DE CONTINGENCIA	539.591.481,00	-408.321.811,00	131.269.670,00	0,00	0,00	0,00	131.269.670,00
Total	RESERVA DE CONTINGENCIA	539.591.481,00	-408.321.811,00	131.269.670,00	0,00	0,00	0,00	131.269.670,00
TOTAL GERAL		17.393.276.915,00	3.873.884.466,26	21.267.161.381,26	15.312.903.578,82	995.939.076,32	16.308.842.655,14	4.958.318.726,12

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

ANEXO 10 - COMPARATIVO DA RECEITA PREVISTA COM A REALIZADA (Sem Fonte - Com Deduções Detalhadas- Consolidado) - 11/2025

Código / Especificação		Prevista		Arrecadada		Diferença	
Receita Bruta		Inicial	Atualizada	No Período	Acumulada	No Período	Acumulada
		21.357.138.621,00	24.548.282.944,50	2.227.566.266,48	22.806.120.862,08	2.227.566.266,48	1.742.162.082,42
1112510100	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - PRINCIPAL	414.958.868,00	414.958.868,00	18.905.358,31	476.803.131,75	18.905.358,31	-61.844.263,75
1112510300	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - DÍVIDA ATIVA	95.210.648,00	95.210.648,00	4.453.007,96	78.791.673,24	4.453.007,96	16.418.974,76
1112510500	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - MULTAS	4.405.927,00	4.405.927,00	945,49	47.857,10	945,49	4.358.069,90
1112510600	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - JUROS DE MORA	801.811,00	801.811,00	773,58	39.463,42	773,58	762.347,58
1112510700	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - MULTAS DA DÍVIDA ATIVA	12.009.371,00	12.009.371,00	159.115,92	4.837.275,37	159.115,92	7.172.095,63
1112510800	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA	7.082.716,00	7.082.716,00	260.072,40	4.283.743,28	260.072,40	2.798.972,72
1112520100	IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS - PRINCIPAL	88.658.902,00	88.658.902,00	7.705.601,14	89.171.493,58	7.705.601,14	-512.591,58
1112520300	IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS - DÍVIDA ATIVA	150.356,00	150.356,00	274.841,31	2.321.040,31	274.841,31	-2.170.684,31
1112520500	IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS - MULTAS	3.813.473,00	3.813.473,00	120.733,85	2.988.099,61	120.733,85	825.373,39
1112520600	IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO ?CAUSA MORTIS E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS - JUROS DE MORA	206.186,00	206.186,00	24.079,69	105.611,96	24.079,69	100.574,04
1112520700	IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS - MULTAS DA DÍVIDA ATIVA	969,00	969,00	224,40	45.912,64	224,40	-44.943,64
1112520800	IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS - JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA	2.679,00	2.679,00	466,01	65.365,13	466,01	-62.686,13
1113031100	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO PRINCIPAL	1.078.623.103,00	1.078.623.103,00	102.141.926,11	1.011.229.078,39	102.141.926,11	67.394.024,61
1113034100	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS - PRINCIPAL	2.063.817,00	2.063.817,00	7.026.335,06	85.233.356,46	7.026.335,06	-83.169.539,46
1114501100	IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVICOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO - PRINCIPAL	5.665.059.593,00	6.409.864.431,38	775.133.725,38	7.843.546.130,39	775.133.725,38	-1.433.681.699,01
1114501200	IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO - MULTAS E JUROS DE MORA	10.165,00	10.165,00	0,00	1.692,50	0,00	8.472,50
1114501300	IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVICOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO - DÍVIDA ATIVA	54.648.443,00	54.648.443,00	6.008.718,36	80.638.778,62	6.008.718,36	-25.990.335,62
1114501500	IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO - MULTAS	10.209.030,00	10.209.030,00	1.180.932,85	15.475.894,58	1.180.932,85	-5.266.864,58
1114501600	IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVICOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO - JUROS DE MORA	3.643.800,00	3.643.800,00	402.058,63	6.890.136,64	402.058,63	-3.246.336,64
1114501700	IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTACOES DE SERVICOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO - MULTAS DA DÍVIDA ATIVA	1.960.285,00	1.960.285,00	30.545,99	1.518.427,50	30.545,99	441.857,50
1114501800	IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS A CIRCULACAO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVICOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICACAO - JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA	1.188.752,00	2.349.661,00	207.936,48	4.128.105,45	207.936,48	-1.778.444,45
1114502100	ADICIONAL ICMS - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - PRINCIPAL	39.442.082,00	39.442.082,00	3.276.086,39	37.720.219,61	3.276.086,39	1.721.862,39
1114502500	ADICIONAL ICMS - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - MULTAS	8.325,00	8.325,00	589,61	7.722,81	589,61	602,19
1114502600	ADICIONAL ICMS - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - JUROS DE MORA	6.603,00	6.603,00	1,28	357,33	1,28	6.245,67
1121010100	TAXA DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - PRINCIPAL	88.272.576,00	88.272.576,00	8.915.533,05	86.955.887,02	8.915.533,05	1.316.688,98
1121010500	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - MULTAS	0,00	0,00	673,50	673,50	673,50	-673,50
1121040100	TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL - PRINCIPAL	20.498.080,00	20.498.080,00	1.144.865,48	17.343.787,66	1.144.865,48	3.154.292,34
1121040500	TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL - MULTAS	0,00	0,00	0,00	288,64	0,00	-288,64
1121050100	TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA PESCA E AQUICULTURA - PRINCIPAL	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
1121500100	TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - PRINCIPAL	159.000,00	159.000,00	2.380,00	106.500,00	2.380,00	52.500,00
1121500500	TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - MULTAS	0,00	0,00	9.000,00	62.986,48	9.000,00	-62.986,48
1122010100	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVICOS EM GERAL - PRINCIPAL	182.760.978,00	182.760.978,00	9.635.772,65	122.601.115,16	9.635.772,65	60.159.862,84
1122010500	TAXAS DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS EM GERAL - MULTAS	0,00	0,00	0,00	1.659,58	0,00	-1.659,58
1122020100	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - PRINCIPAL	22.784.212,00	22.784.212,00	2.866.685,08	31.955.160,18	2.866.685,08	-9.170.948,18
1122020300	EMOLUENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - DÍVIDA ATIVA	578.272,00	578.272,00	35.630,19	482.464,05	35.630,19	95.807,95
1122020800	EMOLUENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA	65.684,00	65.684,00	713,34	20.817,40	713,34	44.866,60
1122500100	TAXAS JUDICIAIS - PRINCIPAL	61.800.341,00	61.800.341,00	6.417.136,52	70.575.167,71	6.417.136,52	-8.774.826,71
1122500300	TAXAS JUDICIAIS - DÍVIDA ATIVA	104.718,00	104.718,00	42.310,92	554.176,36	42.310,92	-449.458,36
1122500800	TAXAS JUDICIAIS - JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA	3.253,00	3.253,00	150,88	41.197,34	150,88	-37.944,34
1122510100	TAXAS EXTRAJUDICIAIS - PRINCIPAL	38.339.460,00	38.339.460,00	3.353.421,71	31.745.362,13	3.353.421,71	6.594.097,87
Total	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	7.899.533.478,00	8.645.499.225,38	959.738.349,52	10.108.337.810,88	959.738.349,52	-1.462.838.585,50
1215011100	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL	502.385.947,00	502.385.947,00	47.581.226,32	452.149.524,29	47.581.226,32	50.236.422,71
1215012100	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL INATIVO - PRINCIPAL	63.575.985,00	63.575.985,00	5.979.522,78	59.230.124,72	5.979.522,78	4.345.860,28
1215013100	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL - PENSIONISTAS - PRINCIPAL	10.108.274,00	10.108.274,00	618.608,53	6.191.289,90	618.608,53	3.916.984,10
1215014100	CONTRIBUIÇÃO ORIUNDA DE SENTENÇAS JUDICIAIS - SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL	2.080.000,00	2.080.000,00	525.149,93	5.361.017,02	525.149,93	-3.281.017,02
1215021100	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL	3.771.000,00	3.771.000,00	253.724,76	2.114.112,73	253.724,76	1.656.887,27
1215521100	CONTRIBUIÇÃO DO MILITAR ATIVO - PRINCIPAL	99.960.000,00	99.960.000,00	7.257.031,00	78.781.691,97	7.257.031,00	21.178.308,03
1215522100	CONTRIBUIÇÃO DO MILITAR INATIVO - PRINCIPAL	64.170.750,00	64.170.750,00	5.322.985,08	53.969.212,34	5.322.985,08	10.201.537,66
1215523100	CONTRIBUIÇÃO DOS PENSIONISTAS MILITARES - PRINCIPAL	4.943.400,00	4.943.400,00	364.111,58	3.859.262,16	364.111,58	1.084.137,84

1215561100	CONTRIBUIÇÃO DO MILITAR ORIUNDA DE SENTENÇAS JUDICIAIS - MILITAR ATIVO - PRINCIPAL	0,00	0,00	24.508,63	92.217,07	24.508,63	-92.217,07
1217011100	CONTRIBUIÇÃO SOBRE A LOTERIA FEDERAL - PRINCIPAL	1.000.000,00	1.000.000,00	143.299,52	2.811.249,38	143.299,52	-1.811.249,38
1219991100	DEMAIS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS NÃO ARRECADADAS E NÃO PROJETADAS PELA RFB - PRINCIPAL	192.521.807,00	213.128.170,00	21.532.184,65	222.470.849,79	21.532.184,65	-9.342.679,79
1221991100	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONOMICAS NAO ARRECADADAS E NAO PROJETADAS PELA RFB - PRINCIPAL	153.505.860,00	153.505.860,00	11.679.127,48	149.368.893,27	11.679.127,48	4.136.966,73
1221991500	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONOMICAS NAO ARRECADADAS E NÃO PROJETADAS PELA RFB - MULTAS	286.503,00	286.503,00	17.538,47	292.689,18	17.538,47	-6.186,18
1221991600	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS NAO ARRECADADAS E NÃO PROJETADAS PELA RFB - JUROS DE MORA	86.300,00	86.300,00	2.173,91	49.884,92	2.173,91	36.415,08
Total	CONTRIBUIÇOES	1.098.395.826,00	1.119.002.189,00	101.301.192,64	1.036.742.018,74	101.301.192,64	82.260.170,26
1311011100	ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS - PRINCIPAL	146.537,00	146.537,00	13.940,94	138.740,49	13.940,94	7.796,51
1311020100	CONCESSÃO, PERMISSÃO, AUTORIZAÇÃO OU CESSÃO DO DIREITO DE USO DE BENS IMÓVEIS PÚBLICOS - PRINCIPAL	36.062,00	36.062,00	2.536,18	32.799,69	2.536,18	3.262,31
1321010100	REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	415.090.296,00	567.200.447,36	26.112.857,39	314.513.361,44	26.112.857,39	252.687.085,92
1321020100	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS ESPECIAIS - PRINCIPAL	2.150.000,00	2.150.000,00	0,00	0,00	0,00	2.150.000,00
1321030100	REMUNERAÇÃO DE SALDOS DE RECURSOS NAO-DESEMBOLSADOS - PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1321040100	REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS - PRINCIPAL	242.327.460,00	242.327.460,00	64.192.177,91	246.051.567,20	64.192.177,91	-3.724.107,20
1321050100	JUROS DE TÍTULOS DE RENDA - PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00	253.137,70	0,00	-253.137,70
1322010100	DIVIDENDOS - PRINCIPAL	25.615.618,00	25.615.618,00	10.506.525,32	44.919.210,29	10.506.525,32	-19.303.592,29
1329990100	OUTROS VALORES MOBILIARIOS - PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1334010100	CONCESSÃO DOS SERVICOS DE GERAÇÃO, TRANSMISSÃO OU DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00	550.963,09	0,00	-550.963,09
1339010100	OUTORGA DE LOTERIA DE APOSTA DE QUOTA FIXA - PRINCIPAL	0,00	0,00	2.313,32	5.170,29	2.313,32	-5.170,29
1339020100	OUTORGA DE LOTERIA INSTANTÂNEA EXCLUSIVA - LOTEX - PRINCIPAL	0,00	0,00	3.124,91	15.721,48	3.124,91	-15.721,48
1339990100	OUTRAS DELEGAÇÕES DE SERVICOS PÚBLICOS - PRINCIPAL	4.000.000,00	4.000.000,00	1.460.483,62	18.516.331,64	1.460.483,62	-14.516.331,64
1349010100	COMPENSAÇÕES AMBIENTAIS - PRINCIPAL	8.260.000,00	8.260.000,00	347,14	32.527,65	347,14	8.227.472,35
1361011100	CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DE PAGAMENTOS - PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - PRINCIPAL	0,00	57.339.331,90	0,00	57.823.345,06	0,00	-484.013,16
Total	RECEITA PATRIMONIAL	697.625.973,00	907.075.456,26	102.294.306,73	682.852.876,02	102.294.306,73	224.222.580,24
1611010100	SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - PRINCIPAL	39.753.000,00	39.753.000,00	2.579.988,24	28.010.132,03	2.579.988,24	11.742.867,97
1611010300	SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS PRESTADOS POR ENTIDADES E ÓRGÃOS PÚBLICOS EM GERAL - DÍVIDA ATIVA	0,00	0,00	23.155,53	246.469,83	23.155,53	-246.469,83
1611010800	SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS PRESTADOS POR ENTIDADES E ÓRGÃOS PUBLICOS EM GERAL - JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA	0,00	0,00	0,00	181,36	0,00	-181,36
1611020100	INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS - PRINCIPAL	11.593.380,00	13.704.746,66	72.120,00	6.156.611,50	72.120,00	7.548.135,16
1611030100	SERVICOS DE REGISTRO, CERTIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO - PRINCIPAL	10.389.000,00	10.991.921,33	897.624,06	11.428.134,39	897.624,06	-436.213,06
1641010100	RETORNO DE OPERAÇÕES, JUROS E ENCARGOS FINANCEIROS - PRINCIPAL	561.809,00	561.809,00	43.598,20	435.244,26	43.598,20	126.564,74
1699990100	OUTROS SERVICOS - PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00	1.168,00	0,00	-1.168,00
Total	RECEITA DE SERVICOS	62.297.189,00	65.011.476,99	3.616.486,03	46.277.941,37	3.616.486,03	18.733.535,62
1711500100	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL - FPE - PRINCIPAL	6.464.403.290,00	6.641.652.619,36	688.089.288,11	7.007.068.981,40	688.089.288,11	-365.416.362,04
1711530100	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS ? ESTADOS EXPORTADORES DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - PRINCIPAL	16.127.441,00	16.127.441,00	1.777.502,97	18.916.864,15	1.777.502,97	-2.789.423,15
1711540100	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - PRINCIPAL	7.000.000,00	14.985.864,00	0,00	19.300.965,70	0,00	-4.315.101,70
1712500100	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORACAO DE RECURSOS HÍDRICOS - PRINCIPAL	9.380.000,00	11.610.152,00	1.423.293,62	10.895.877,03	1.423.293,62	714.274,97
1712510100	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS - CFEM - PRINCIPAL	10.687.708,00	15.379.677,00	583.822,38	4.691.969,53	583.822,38	10.687.707,47
1712524100	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO ? FEP - PRINCIPAL	43.455.442,00	43.455.442,00	2.299.471,04	26.800.024,90	2.299.471,04	16.655.417,10
1713501100	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVICOS PÚBLICOS DE SAÚDE ATENÇÃO PRIMÁRIA - PRINCIPAL	110.000,00	110.000,00	0,00	823.500,00	0,00	-713.500,00
1713502100	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVICOS PÚBLICOS DE SAÚDE ATENÇÃO ESPECIALIZADA - PRINCIPAL	567.000.000,00	587.000.000,00	36.025.931,16	449.614.238,10	36.025.931,16	137.385.761,90
1713503100	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVICOS PÚBLICOS DE SAÚDE VIGILÂNCIA EM SAÚDE - PRINCIPAL	10.000.000,00	10.000.000,00	1.591.814,20	8.181.648,34	1.591.814,20	1.818.351,66
1713504100	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVICOS PÚBLICOS DE SAÚDE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - PRINCIPAL	2.040.000,00	2.040.000,00	225.229,88	981.906,68	225.229,88	1.058.093,32
1713505100	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVICOS PÚBLICOS DE SAÚDE - GESTÃO DO SUS - PRINCIPAL	67.217.000,00	67.217.000,00	4.073.675,25	47.946.117,77	4.073.675,25	19.270.882,23
1714500100	TRANSFERÊNCIAS DOS?SALÁRIO-EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	67.569.400,00	67.569.400,00	6.153.939,44	72.546.787,68	6.153.939,44	-4.977.387,68
1714510100	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE - PRINCIPAL	797.216,00	797.216,00	0,00	20.340,00	0,00	776.876,00
1714520100	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PNAE - PRINCIPAL	36.086.356,00	36.086.356,00	0,00	21.865.921,60	0,00	14.220.434,40
1714530100	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO ESCOLAR - PNATE - PRINCIPAL	729.391,00	729.391,00	0,00	169.900,29	0,00	559.490,71
1714990100	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE - PRINCIPAL	18.155.931,00	18.155.931,00	0,00	3.607.045,94	0,00	14.548.885,06
1715520100	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB ? VAAR - PRINCIPAL	10.752.500,00	10.752.500,00	0,00	4.876.661,80	0,00	5.875.838,20
1715530100	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB DESTINADOS À CRIAÇÃO DE MATRÍCULAS EM ETI - PRINCIPAL	0,00	0,00	2.014.931,80	6.044.795,40	2.014.931,80	-6.044.795,40
1716500100	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ? FNAS - PRINCIPAL	2.596.000,00	2.696.000,00	98.833,46	4.500.950,89	98.833,46	-1.804.950,89

1717500100	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO PARA O SISTEMA UNICO DE SAÚDE ? SUS - PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00	1.849.064,00	0,00	-1.849.064,00
1717510100	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	230.000,00	230.000,00	0,00	754.700,85	0,00	-524.700,85
1717520100	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	-250.000,00
1717540100	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO - PRINCIPAL	7.500.000,00	7.500.000,00	0,00	0,00	0,00	7.500.000,00
1717990100	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL	28.604.383,00	29.405.633,00	1.349.166,45	9.565.184,34	1.349.166,45	19.840.448,66
1719530100	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO PENITENCIÁRIO NACIONAL - FUPEN - PRINCIPAL	700.000,00	700.000,00	0,00	2.574.529,42	0,00	-1.874.529,42
1719541100	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - FNSP - OBRIGATÓRIAS - PRINCIPAL	12.000.000,00	12.000.000,00	0,00	23.613.414,88	0,00	-11.613.414,88
1719580100	TRANSFERÊNCIA OBRIGATÓRIA DECORRENTE DA LEI COMPLEMENTAR 176/2020 - PRINCIPAL	0,00	35.535.506,90	3.553.550,69	39.089.057,59	3.553.550,69	-3.553.550,69
1719590100	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR - FAT - PRINCIPAL	3.534.718,00	3.819.807,00	0,00	0,00	0,00	3.819.807,00
1719600100	TRANSFERÊNCIAS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO A CULTURA - LEI 14.399/2022	15.000.000,00	15.000.000,00	0,00	13.821.961,52	0,00	1.178.038,48
1719990100	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL	8.660.000,00	8.660.000,00	0,00	0,00	0,00	8.660.000,00
1741990100	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS - PRINCIPAL	893.040,00	1.283.040,00	15.000,00	1.574.163,00	15.000,00	-291.123,00
1751500100	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	1.474.573.701,00	1.474.573.701,00	127.009.579,47	1.326.473.329,51	127.009.579,47	148.100.371,49
1759990100	DEMAIS TRANSFERENCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS - PRINCIPAL	60.000,00	60.000,00	0,00	24.184,44	0,00	35.815,56
1761990100	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR - PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00	8.648,68	0,00	-8.648,68
1791010100	TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS PARA ÓRGÃOS E ENTIDADES DA UNIÃO - PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1791990100	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS - PRINCIPAL	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Total	TRANSFERENCIAS CORRENTES	8.885.868.517,00	9.135.137.677,26	876.285.029,92	9.128.452.735,43	876.285.029,92	6.684.941,83
1911010100	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - PRINCIPAL	68.116.682,00	71.626.897,00	5.892.342,05	23.228.659,07	5.892.342,05	48.398.237,93
1911010200	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - MULTAS E JUROS DE MORA	65.108,00	65.108,00	0,00	0,00	0,00	65.108,00
1911010300	MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - DÍVIDA ATIVA	1.461.403,00	1.461.403,00	40.423,90	537.145,88	40.423,90	924.257,12
1911010500	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA -MULTAS	1.597.536,00	1.597.536,00	85.807,44	1.652.277,00	85.807,44	-54.741,00
1911010600	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - JUROS DE MORA	4.023,00	4.023,00	2.436,00	29.234,90	2.436,00	-25.211,90
1911010700	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - MULTAS DA DÍVIDA ATIVA	1.462,00	1.462,00	0,00	0,00	0,00	1.462,00
1911010800	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA	1.057.675,00	1.057.675,00	1.252,09	51.800,59	1.252,09	1.005.874,41
1911040100	MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS - PRINCIPAL	3.000.000,00	3.000.000,00	415.658,98	4.392.742,14	415.658,98	-1.392.742,14
1911040300	MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS - DÍVIDA ATIVA	6.000.000,00	6.000.000,00	561.063,55	3.782.157,69	561.063,55	2.217.842,31
1911040500	MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS - MULTAS	0,00	0,00	0,00	25,00	0,00	-25,00
1911040600	MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS - JUROS DE MORA	0,00	0,00	0,00	1.392,13	0,00	-1.392,13
1911040800	MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS - JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA	0,00	0,00	16.328,98	718.772,04	16.328,98	-718.772,04
1911061100	MULTAS ADMINISTRATIVAS POR DANOS AMBIENTAIS - PRINCIPAL	2.152.963,00	2.152.963,00	279.690,34	2.244.559,35	279.690,34	-91.596,35
1911061500	MULTAS ADMINISTRATIVAS POR DANOS AMBIENTAIS - MULTAS	3.825,00	3.825,00	0,00	0,00	0,00	3.825,00
1911070100	MULTAS APLICADAS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS - PRINCIPAL	2.800.000,00	2.800.000,00	272.694,11	2.404.826,82	272.694,11	395.173,18
1911070300	MULTAS APLICADAS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS - DÍVIDA ATIVA	0,00	0,00	231.286,41	2.475.426,85	231.286,41	-2.475.426,85
1911070500	MULTAS APLICADAS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS - MULTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1911070800	MULTAS APLICADAS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS - DÍVIDA ATIVA - JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA	0,00	0,00	995,06	79.528,99	995,06	-79.528,99
1911080100	MULTAS DECORRENTES DE SENTENÇAS JUDICIAIS - PRINCIPAL	350.000,00	1.664.540,00	30.214,26	1.736.840,49	30.214,26	-72.300,49
1911090100	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS - PRINCIPAL	8.000,00	8.000,00	30,00	30,00	30,00	7.970,00
1911090500	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS - MULTAS	0,00	0,00	204,00	204,00	204,00	-204,00
1911140100	MULTAS PREVISTAS NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO CTB - PRINCIPAL	55.800.000,00	55.800.000,00	5.728.554,05	70.370.422,50	5.728.554,05	-14.570.422,50
1921010100	INDENIZACOES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO - PRINCIPAL	1.000,00	1.000,00	2.040,00	9.109,44	2.040,00	-8.109,44
1921030100	INDENIZAÇÃO POR SINISTRO - PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00	135.000,00	0,00	-135.000,00
1921990100	OUTRAS INDENIZAÇÕES - PRINCIPAL	39.103,00	39.103,00	410,35	431.113,02	410,35	-392.010,02
1922011100	RESTITUIÇÃO DE CONVÊNIOS - PRIMÁRIAS - PRINCIPAL	0,00	0,00	654,23	2.763.192,01	654,23	-2.763.192,01
1922030100	RESTITUIÇÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - PRINCIPAL	802.000,00	802.000,00	23.100,05	537.580,70	23.100,05	264.419,30
1922063100	RESTITUIÇÃO DE DESPESAS PRIMÁRIAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - PRINCIPAL	0,00	0,00	321.090,44	321.090,44	321.090,44	-321.090,44
1922510100	RESTITUICOES DE RECURSOS DO FUNDEB - PRINCIPAL	10.540,00	10.540,00	0,00	21.346,77	0,00	-10.806,77
1922990100	OUTRAS RESTITUIÇÕES - PRINCIPAL	21.314.337,00	21.380.624,58	122.483,16	3.330.600,90	122.483,16	18.050.023,68
1922990200	OUTRAS RESTITUIÇÕES - MULTAS E JUROS DE MORA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
1922990300	OUTRAS RESTITUIÇÕES - DÍVIDA ATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1922990500	OUTRAS RESTITUIÇÕES -MULTAS	0,00	0,00	0,00	10,95	0,00	-10,95
1923020100	RESSARCIMENTO DE CUSTOS - PRINCIPAL	803.236,00	803.236,00	25.066,00	422.060,91	25.066,00	381.175,09
1923990100	OUTROS RESSARCIMENTOS - PRINCIPAL	60.000,00	60.000,00	1.717,34	37.517,89	1.717,34	22.482,11
1944060500	MULTAS E JUROS DE MORA DE AMORTIZAÇÃO DE EMPÉSTIMOS CONTRATUAIS - MULTAS	20.607,00	20.607,00	4.834,33	34.184,46	4.834,33	-13.577,46
1944060600	MULTAS E JUROS DE MORA DE AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONTRATUAIS - JUROS DE MORA	8.242,00	8.242,00	1.065,24	26.260,38	1.065,24	-18.018,38
1999030100	COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE OS REGIMES DE PREVIDÊNCIA - PRINCIPAL	57.828.606,00	57.828.606,00	10.095.876,02	26.870.797,65	10.095.876,02	30.957.808,35
1999122100	ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA - PRINCIPAL	944.939,00	1.195.975,00	103.096,09	1.804.766,73	103.096,09	-608.791,73
1999992100	OUTRAS RECEITAS NÃO ARRECADADAS E NÃO PROJETADAS PELA RFB - PRIMARIAS - PRINCIPAL	100.501.478,00	100.501.478,00	3.310.130,53	30.690.674,66	3.310.130,53	69.810.803,34

1999992300	OUTRAS RECEITAS NÃO ARRECADADAS E NÃO PROJETADAS PELA RFB - PRIMÁRIAS - DÍVIDA ATIVA	9.529.861,00	9.529.861,00	1.328.831,03	5.455.063,17	1.328.831,03	4.074.797,83
1999992400	OUTRAS RECEITAS NÃO ARRECADADAS E NÃO PROJETADAS PELA RFB - PRIMÁRIAS - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
1999992500	OUTRAS RECEITAS NÃO ARRECADADAS E NÃO PROJETADAS PELA RFB - PRIMÁRIAS - MULTAS	7.500,00	7.500,00	0,00	19.177,89	0,00	-11.677,89
1999992600	OUTRAS RECEITAS NÃO ARRECADADAS E NÃO PROJETADAS PELA RFB - PRIMÁRIAS - JUROS DE MORA	0,00	0,00	0,00	53,24	0,00	-53,24
1999992700	OUTRAS RECEITAS NÃO ARRECADADAS E NÃO PROJETADAS PELA RFB - PRIMÁRIAS - MULTAS DA DÍVIDA ATIVA	14.477,00	14.477,00	11,54	807,84	11,54	13.669,16
1999992800	OUTRAS RECEITAS NÃO ARRECADADAS E NAO PROJETADAS PELA RFB - PRIMÁRIAS - JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA	390.077,00	390.077,00	61.544,40	124.489,58	61.544,40	265.587,42
1999993100	OUTRAS RECEITAS NÃO ARRECADADAS E NAO PROJETADAS PELA RFB - FINANCEIRAS - PRINCIPAL	2.472,00	2.472,00	0,00	113.923,87	0,00	-111.451,87
Total	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	334.699.152,00	339.841.230,58	28.960.931,97	186.854.867,94	28.960.931,97	152.986.362,64
TOTAL	RECEITAS CORRENTES	18.978.420.135,00	20.211.567.255,47	2.072.196.296,81	21.189.518.250,38	2.072.196.296,81	-977.950.994,91
2112010100	OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATUAIS - MERCADO INTERNO - PRINCIPAL	282.744.500,00	1.982.744.500,00	360.628,62	241.350.805,27	360.628,62	1.741.393.694,73
2122540100	OPERACOES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PRINCIPAL	155.901.763,00	155.901.763,00	0,00	0,00	0,00	155.901.763,00
Total	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	438.646.263,00	2.138.646.263,00	360.628,62	241.350.805,27	360.628,62	1.897.295.457,73
2211020100	ALIENAÇÃO DE TÍTULOS, VALORES MOBILIARIOS E APLICAÇÕES CONGÊNERES PERMANENTES - PRINCIPAL	0,00	0,00	600.000,08	600.000,08	600.000,08	-600.000,08
2213010100	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES - PRINCIPAL	6.508.200,00	6.508.200,00	0,00	292.385,00	0,00	6.215.815,00
2221010100	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS - PRINCIPAL	29.052.713,00	99.444.212,22	1.029,03	36.648.792,56	1.029,03	62.795.419,66
Total	ALIENAÇÃO DE BENS	35.560.913,00	105.952.412,22	601.029,11	37.541.177,64	601.029,11	68.411.234,58
2311060100	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONTRATUAIS - PRINCIPAL	5.520.775,00	5.520.775,00	413.331,11	4.939.841,63	413.331,11	580.933,37
Total	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	5.520.775,00	5.520.775,00	413.331,11	4.939.841,63	413.331,11	580.933,37
2411512100	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVICOS PUBLICOS DE SAÚDE - ATENÇÃO ESPECIALIZADA - PRINCIPAL	30.000.000,00	30.000.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000.000,00
2412509100	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	77.671.000,00	131.132.683,00	13.460.786,95	31.702.349,51	13.460.786,95	99.430.333,49
2414500100	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE ? SUS - PRINCIPAL	145.000.000,00	145.000.000,00	0,00	0,00	0,00	145.000.000,00
2414510100	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	32.712.478,00	33.062.339,00	0,00	5.011.817,02	0,00	28.050.521,98
2414990100	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL	82.469.020,00	105.739.711,77	6.123.324,31	38.946.604,65	6.123.324,31	66.793.107,12
2419510100	TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO - PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00	1.693.000,00	0,00	-1.693.000,00
2419990100	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL	39.058.500,00	41.428.207,04	0,00	0,00	0,00	41.428.207,04
2441990100	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇOES PRIVADAS - PRINCIPAL	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
2451010100	TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS - PRINCIPAL	750.000,00	750.000,00	0,00	0,00	0,00	750.000,00
Total	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	407.675.998,00	487.127.940,81	19.584.111,26	77.353.771,18	19.584.111,26	409.774.169,63
TOTAL	RECEITAS DE CAPITAL	887.403.949,00	2.737.247.391,03	20.959.100,10	361.185.595,72	20.959.100,10	2.376.061.795,31
7215021100	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL	1.030.368.629,00	1.030.368.629,00	96.574.140,82	837.966.213,82	96.574.140,82	192.402.415,18
7215511100	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO - PARCELAMENTOS - PRINCIPAL	40.586.454,00	40.586.454,00	3.382.204,48	41.805.023,67	3.382.204,48	-1.218.569,67
7215511200	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO - PARCELAMENTOS - MULTAS E JUROS DE MORA	9.516.596,00	9.516.596,00	1.400.347,96	15.249.326,68	1.400.347,96	-5.732.730,68
7215531100	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - MILITAR ATIVO - PRINCIPAL	199.500.000,00	307.653.761,00	14.370.482,55	155.350.946,42	14.370.482,55	152.302.814,58
7219991100	DEMAIS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS NÃO ARRECADADAS E NÃO PROJETADAS PELA RFB - PRINCIPAL	211.342.858,00	211.342.858,00	18.683.693,76	205.045.505,39	18.683.693,76	6.297.352,61
Total	CONTRIBUIÇÕES	1.491.314.537,00	1.599.468.298,00	134.410.869,57	1.255.417.015,98	134.410.869,57	344.051.282,02
TOTAL	RECEITAS CORRENTES - INTRA ORCAMENTÁRIAS	1.491.314.537,00	1.599.468.298,00	134.410.869,57	1.255.417.015,98	134.410.869,57	344.051.282,02
Deduções		-3.963.861.706,00	-4.234.901.085,03	-612.505.856,68	-6.312.351.948,72	-612.505.856,68	2.077.450.863,69
Restituições		-30.868.273,00	-301.907.652,03	-230.348.482,19	-2.219.332.688,55	-230.348.482,19	1.917.425.036,52
1112510100	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - PRINCIPAL	0,00	0,00	-476.891,98	-20.898.932,12	-476.891,98	20.898.932,12
1112510300	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - DÍVIDA ATIVA	0,00	0,00	0,00	-20.691,26	0,00	20.691,26
1112510500	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - MULTAS	0,00	0,00	0,00	-447,04	0,00	447,04
1112510700	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - MULTAS DA DÍVIDA ATIVA	0,00	0,00	0,00	-6.240,06	0,00	6.240,06
1112510800	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA	0,00	0,00	0,00	-15,14	0,00	15,14
1112520100	IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO ?CAUSA MORTIS? E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS - PRINCIPAL	0,00	0,00	-140.611,38	-315.770,00	-140.611,38	315.770,00
1112520300	IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO ?CAUSA MORTIS? E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS - DÍVIDA ATIVA	0,00	0,00	0,00	-18.874,56	0,00	18.874,56
1112520500	IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO ?CAUSA MORTIS? E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS - MULTAS	0,00	0,00	0,00	-1.269,52	0,00	1.269,52
1113034100	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS - PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00	-527,12	0,00	527,12
1114501100	IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS A CIRCULACAO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVICOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO - PRINCIPAL	0,00	0,00	-213.924.275,69	-2.135.972.080,82	-213.924.275,69	2.135.972.080,82
1114501300	IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVICOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO - DÍVIDA ATIVA	0,00	0,00	0,00	-239,66	0,00	239,66

1114501500	IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO - MULTAS	0,00	0,00	0,00	-395,17	0,00	395,17
1114501600	IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO - JUROS DE MORA	0,00	0,00	0,00	-23,88	0,00	23,88
1114501800	IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVICOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICACAO - JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA	0,00	0,00	0,00	-0,21	0,00	0,21
1114502100	ADICIONAL ICMS - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - PRINCIPAL	0,00	0,00	-105.866,19	-105.866,19	-105.866,19	105.866,19
1121040100	TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL - PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00	-8.835,85	0,00	8.835,85
1122010100	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVICOS EM GERAL - PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00	-64.948,23	0,00	64.948,23
1122020100	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - PRINCIPAL	-62.686,00	-62.686,00	-4.143,95	-115.360,75	-4.143,95	52.674,75
1122500100	TAXAS JUDICIAIS - PRINCIPAL	-481.747,00	-481.747,00	-12.503,78	-233.979,34	-12.503,78	-247.767,66
Total	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	-544.433,00	-544.433,00	-214.664.292,97	-2.157.764.496,92	-214.664.292,97	2.157.220.063,92
1215011100	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL	-480.000,00	-480.000,00	-222.537,93	-224.604,10	-222.537,93	-255.395,90
1215012100	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL INATIVO - PRINCIPAL	-187.100,00	-187.100,00	-46.702,77	-821.633,00	-46.702,77	634.533,00
1215013100	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL - PENSIONISTAS - PRINCIPAL	-4.000,00	-4.000,00	-1.971,76	-27.684,07	-1.971,76	23.684,07
1215014100	CONTRIBUIÇÃO ORIUNDA DE SENTENCAS JUDICIAIS - SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00	-3.453,91	0,00	3.453,91
1215021100	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL	0,00	0,00	-321.090,44	-321.090,44	-321.090,44	321.090,44
1215522100	CONTRIBUIÇÃO DO MILITAR INATIVO - PRINCIPAL	-50.000,00	-50.000,00	-40,76	-1.536.866,34	-40,76	1.486.866,34
1215523100	CONTRIBUIÇÃO DOS PENSIONISTAS MILITARES - PRINCIPAL	-1.000,00	-1.000,00	-28,12	-129.259,70	-28,12	128.259,70
1219991100	DEMAIS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS NÃO ARRECADADAS E NÃO PROJETADAS PELA RFB - PRINCIPAL	0,00	0,00	-7.043,25	-35.886,64	-7.043,25	35.886,64
1221991100	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS ? NÃO ARRECADADAS E NÃO PROJETADAS PELA RFB - PRINCIPAL	0,00	-1.298.540,00	0,00	-17.675,69	0,00	-1.280.864,31
Total	CONTRIBUIÇÕES	-722.100,00	-2.020.640,00	-599.415,03	-3.118.153,89	-599.415,03	1.097.513,89
1321010100	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCARIOS - PRINCIPAL	0,00	0,00	-0,02	-2.040.265,98	-0,02	2.040.265,98
Total	RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	-0,02	-2.040.265,98	-0,02	2.040.265,98
1611030100	SERVICOS DE REGISTRO, CERTIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO - PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00	-6.220,96	0,00	6.220,96
Total	RECEITA DE SERVICOS	0,00	0,00	0,00	-6.220,96	0,00	6.220,96
1713502100	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS ACOES E SERVICOS PÚBLICOS DE SAÚDE ATENÇÃO ESPECIALIZADA - PRINCIPAL	0,00	-20.000.000,00	0,00	0,00	0,00	-20.000.000,00
1716500100	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ? FNAS - PRINCIPAL	0,00	-100.000,00	0,00	0,00	0,00	-100.000,00
1717990100	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL	0,00	-343.869,00	0,00	0,00	0,00	-343.869,00
1719590100	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR - FAT - PRINCIPAL	0,00	-285.089,00	0,00	0,00	0,00	-285.089,00
Total	TRANSFERENCIAS CORRENTES	0,00	-20.728.958,00	0,00	0,00	0,00	-20.728.958,00
1911010100	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00	-922,88	0,00	922,88
1911080100	MULTAS DECORRENTES DE SENTENCAS JUDICIAIS - PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00	-237,57	0,00	237,57
1911140100	MULTAS PREVISTAS NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO - CTB - PRINCIPAL	-29.000.000,00	-29.000.000,00	-15.081.572,83	-53.904.644,30	-15.081.572,83	24.904.644,30
1999992100	OUTRAS RECEITAS NÃO ARRECADADAS E NÃO PROJETADAS PELA RFB - PRIMÁRIAS - PRINCIPAL	-601.740,00	-601.740,00	-3.201,34	-132.912,95	-3.201,34	-468.827,05
1999992300	OUTRAS RECEITAS NÃO ARRECADADAS E NÃO PROJETADAS PELA RFB - PRIMÁRIAS - DÍVIDA ATIVA	0,00	0,00	0,00	-21.516,21	0,00	21.516,21
Total	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-29.601.740,00	-29.601.740,00	-15.084.774,17	-54.060.233,91	-15.084.774,17	24.458.493,91
2221010100	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS - PRINCIPAL	0,00	-61.235.296,22	0,00	0,00	0,00	-61.235.296,22
Total	ALIENACAO DE BENS	0,00	-61.235.296,22	0,00	0,00	0,00	-61.235.296,22
2412509100	OUTRAS TRANSFERENCIAS DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	0,00	-53.461.683,00	0,00	0,00	0,00	-53.461.683,00
2414510100	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCACAO - PRINCIPAL	0,00	-349.861,00	0,00	0,00	0,00	-349.861,00
2414990100	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL	0,00	-16.093.385,49	0,00	-2.343.316,89	0,00	-13.750.068,60
2419990100	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL	0,00	-9.717.894,32	0,00	0,00	0,00	-9.717.894,32
Total	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	0,00	-79.622.823,81	0,00	-2.343.316,89	0,00	-77.279.506,92
7215531100	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - MILITAR ATIVO - PRINCIPAL	0,00	-108.153.761,00	0,00	0,00	0,00	-108.153.761,00
Total	CONTRIBUICOES	0,00	-108.153.761,00	0,00	0,00	0,00	-108.153.761,00
Transferências	Constitucionais e Legais a Municípios	-1.364.220.065,00	-1.364.220.065,00	-154.355.452,34	-1.735.549.123,84	-154.355.452,34	371.329.058,84
1112510100	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - PRINCIPAL	-165.983.547,00	-165.983.547,00	-9.214.232,45	-227.952.087,93	-9.214.232,45	61.968.540,93
1112510300	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - DÍVIDA ATIVA	-38.084.259,00	-38.084.259,00	-2.226.503,28	-39.385.480,62	-2.226.503,28	1.301.221,62
1112510500	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - MULTAS	-1.762.371,00	-1.762.371,00	-472,72	-23.704,78	-472,72	-1.738.666,22
1112510600	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - JUROS DE MORA	-320.725,00	-320.725,00	-386,75	-19.731,18	-386,75	-300.993,82
1112510700	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - MULTAS DA DÍVIDA ATIVA	-4.803.749,00	-4.803.749,00	-79.557,25	-2.415.510,38	-79.557,25	-2.388.238,62
1112510800	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA	-2.833.086,00	-2.833.086,00	-130.035,56	-2.141.856,61	-130.035,56	-691.229,39
1114501100	IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTACOES DE SERVICOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO - PRINCIPAL	-1.133.011.919,00	-1.133.011.919,00	-140.302.358,90	-1.426.893.479,97	-140.302.358,90	293.881.560,97
1114501200	IMPOSTO SOBRE OPERACOES RELATIVAS A CIRCULACAO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO - MULTAS E JUROS DE MORA	-2.033,00	-2.033,00	0,00	-423,09	0,00	-1.609,91
1114501300	IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS A CIRCULACAO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVICOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO - DÍVIDA ATIVA	-10.929.689,00	-10.929.689,00	-1.502.179,76	-20.159.633,97	-1.502.179,76	9.229.944,97

1114501500	IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS A CIRCULACAO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO - MULTAS	-2.041.806,00	-2.041.806,00	-295.225,27	-3.868.759,96	-295.225,27	1.826.953,96
1114501600	IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS A CIRCULACAO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO - JUROS DE MORA	-728.760,00	-728.760,00	-100.504,58	-1.722.365,78	-100.504,58	993.605,78
1114501700	IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO - MULTAS DA DÍVIDA ATIVA	-254.883,00	-254.883,00	-7.635,88	-379.606,34	-7.635,88	124.723,34
1114501800	IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO - JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA	-237.750,00	-237.750,00	-51.984,28	-1.032.025,71	-51.984,28	794.275,71
Total	11 - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	-1.360.994.577,00	-1.360.994.577,00	-153.911.076,68	-1.725.994.666,32	-153.911.076,68	365.000.089,32
1711530100	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS ESTADOS EXPORTADORES DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - PRINCIPAL	-3.225.488,00	-3.225.488,00	-444.375,66	-4.729.216,10	-444.375,66	1.503.728,10
1711540100	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO - PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00	-4.825.241,42	0,00	4.825.241,42
Total	17 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-3.225.488,00	-3.225.488,00	-444.375,66	-9.554.457,52	-444.375,66	6.328.969,52
Deduções do Fundeb		-2.568.773.368,00	-2.568.773.368,00	-227.801.922,15	-2.357.470.136,33	-227.801.922,15	-211.303.231,67
Dedução Fundeb das Receitas tributárias		-2.568.773.368,00	-2.568.773.368,00	-227.801.922,15	-2.357.470.136,33	-227.801.922,15	-211.303.231,67
1112510100	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - PRINCIPAL	-82.991.774,00	-82.991.774,00	-1.842.848,09	-45.590.436,14	-1.842.848,09	-37.401.337,86
1112510300	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - DÍVIDA ATIVA	-19.042.130,00	-19.042.130,00	-445.302,02	-7.877.112,20	-445.302,02	-11.165.017,80
1112510500	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - MULTAS	-881.186,00	-881.186,00	-94,57	-4.741,37	-94,57	-876.444,63
1112510600	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - JUROS DE MORA	-160.362,00	-160.362,00	-77,38	-3.946,78	-77,38	-156.415,22
1112510700	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - MULTAS DA DÍVIDA ATIVA	-2.401.874,00	-2.401.874,00	-15.912,26	-483.111,41	-15.912,26	-1.918.762,59
1112510800	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA	-1.416.544,00	-1.416.544,00	-26.007,97	-428.380,19	-26.007,97	-988.163,81
1112520100	IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS - PRINCIPAL	-17.731.780,00	-17.731.780,00	-1.512.997,96	-17.771.144,62	-1.512.997,96	39.364,62
1112520300	IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO ?CAUSA MORTIS E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS - DÍVIDA ATIVA	-30.071,00	-30.071,00	-54.968,29	-460.433,20	-54.968,29	430.362,20
1112520500	IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO ?CAUSA MORTIS E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS - MULTAS	-762.695,00	-762.695,00	-24.146,76	-597.366,02	-24.146,76	-165.328,98
1112520600	IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO ?CAUSA MORTIS E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS - JUROS DE MORA	-41.237,00	-41.237,00	-4.815,94	-21.122,34	-4.815,94	-20.114,66
1112520700	IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO ?CAUSA MORTIS E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS - MULTAS DA DÍVIDA ATIVA	-194,00	-194,00	-44,88	-9.182,52	-44,88	8.988,52
1112520800	IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO ?CAUSA MORTIS E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS - JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA	-536,00	-536,00	-93,21	-13.073,04	-93,21	12.537,04
1114501100	IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO - PRINCIPAL	-1.133.011.919,00	-1.133.011.919,00	-84.181.421,01	-856.136.139,57	-84.181.421,01	-276.875.779,43
1114501200	IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO - MULTAS E JUROS DE MORA	-2.033,00	-2.033,00	0,00	-253,91	0,00	-1.779,09
1114501300	IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO - DÍVIDA ATIVA	-10.929.688,00	-10.929.688,00	-901.307,58	-12.095.781,56	-901.307,58	1.166.093,56
1114501500	IMPOSTO SOBRE OPERÇÕES RELATIVAS A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO - MULTAS	-2.041.805,00	-2.041.805,00	-177.147,83	-2.321.439,62	-177.147,83	279.634,62
1114501600	IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO - JUROS DE MORA	-728.760,00	-728.760,00	-60.318,86	-1.033.679,13	-60.318,86	304.919,13
1114501700	IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO - MULTAS DA DÍVIDA ATIVA	-254.883,00	-254.883,00	-4.581,91	-227.764,17	-4.581,91	-27.118,83
1114501800	IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO - JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA	-237.751,00	-237.751,00	-31.190,33	-619.216,46	-31.190,33	381.465,46
1114502100	ADICIONAL ICMS - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - PRINCIPAL	0,00	0,00	-634.044,06	-7.522.870,87	-634.044,06	7.522.870,87
1114502500	ADICIONAL ICMS - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - MULTAS	0,00	0,00	-117,88	-1.544,44	-117,88	1.544,44
1114502600	ADICIONAL ICMS - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - JUROS DE MORA	0,00	0,00	-0,26	-71,42	-0,26	71,42
Total	11 - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	-1.272.667.222,00	-1.272.667.222,00	-89.917.439,05	-953.218.810,98	-89.917.439,05	-319.448.411,02
1711500100	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL - FPE - PRINCIPAL	-1.292.880.658,00	-1.292.880.658,00	-137.617.857,59	-1.401.413.795,95	-137.617.857,59	108.533.137,95
1711530100	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS ? ESTADOS EXPORTADORES DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - PRINCIPAL	-3.225.488,00	-3.225.488,00	-266.625,51	-2.837.529,40	-266.625,51	-387.958,60
Total	17 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-1.296.106.146,00	-1.296.106.146,00	-137.884.483,10	-1.404.251.325,35	-137.884.483,10	108.145.179,35
Dedução Fundeb de Transferências da União		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		17.393.276.915,00	20.313.381.859,47	1.615.060.409,80	16.493.768.913,36	1.615.060.409,80	3.819.612.946,11

Impresso em 16/12/2025 - Consulta: 007045

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
E RECURSOS HÍDRICOS

PORTARIA-SEMARH Nº 97, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 42 da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no Decreto Estadual nº 6.084, de 14 de abril de 2020, que instituiu o Sistema Integrado de Gestão Administrativa do Estado do Tocantins - SIGA-TO, módulo de Almoxarifado,

CONSIDERANDO a necessidade de realização do Inventário dos materiais de consumo existentes no Setor de Almoxarifado desta Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos,

Art. 1º Designar os seguintes servidores desta Secretaria para, sem prejuízo dos cargos e funções que ocupam, comporem a Comissão Permanente de Inventário de Almoxarifado:

- a) NATÁLIA PEREIRA DE ARAÚJO, número funcional 117226571-1, na função de Presidente;
- b) BRENNER RODRIGUES DO COUTO, número funcional 11830450-3, como Membro;
- c) WANDERSON MATSUDA SOARES SEVERINO, número funcional 1114921-6, como Membro.

Art. 2º A Comissão Permanente de Inventário de Almoxarifado deverá:

- I - No Sistema de Almoxarifado, emitir o Relatório de Inventário para realização do levantamento dos materiais em estoque;
- II - Conferir a existência e localização dos materiais constantes no Almoxarifado, tendo por base o relatório mencionado no inciso anterior, atualizando as informações, quando necessárias;
- III - Elaborar relatório conclusivo informando ao Ordenador de Despesas a relação de materiais de uso descontinuado e materiais em desuso;
- IV - Verificar se os quantitativos de estoque físico conferem com o Relatório de Inventário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, em Palmas - TO, aos 16 dias do mês de dezembro de 2025.

MARCELLO DE LIMA LELIS
Secretário

SECRETARIA DA INDÚSTRIA,
COMÉRCIO E SERVIÇOS

PORTARIA Nº 145/2025/GABSEC/SICS

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS, designado pelo Ato Governamental nº 3.160 - NM e publicado no Diário Oficial do Estado de número 6.955, de 06/12/2025, no uso das atribuições que lhe conferem a Constituição do Estado, art. 42, §1º e seus respectivos incisos.

RESOLVE:

Art. 1º Lotar o servidor abaixo relacionado em seu respectivo setor:

NOME	MATRICULA	SETOR
Everton Paulo dos Reis	11891209-3	Assessoria de Gabinete

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 18 de dezembro de 2025.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS, em Palmas, aos 18 dias do mês de dezembro de 2025.

MILTON NERIS DE SANTANA
Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Serviços

SECRETARIA DA MULHER

EXTRATO DO CONTRATO

PROCESSO: 2025/81010/000063
CONTRATO Nº: 21/2025/SECMULHER
CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER
CONTRATADA: JJ COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 45.332.507/0001-80
OBJETO: aquisição de materiais decorativos, tais como arranjos de flores artificiais, vasos decorativos, elementos de ambientação, para atender a implantação da Casa da Mulher Tocantinense, em Gurupi/TO.
VALOR: R\$ 13.424,00 (treze mil quatrocentos e vinte e quatro reais)
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA: 14.422.1164.2442
NATUREZA DE DESPESA: 33.90.30
FONTE: 500
VIGÊNCIA: O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, observados os dispositivos legais
DATA DE ASSINATURA: 04/12/2025
SIGNATÁRIOS: Larissa Carlos Rosenda - Representante Legal da Contratante, Jaudo Correa Gomes Junior - Representante legal da Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO

PROCESSO: 2025/81010/000063
CONTRATO Nº: 22/2025/SECMULHER
CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER
CONTRATADA: DIAN VARIEDADES LTDA
CNPJ: 11.226.934/0001-62
OBJETO: aquisição de materiais diversos (cortinas, quadros decorativos, tatames, flores e arranjos naturais) para atender à implantação da Casa da Mulher Tocantinense, em Gurupi/TO.
VALOR: R\$ 38.815,26 (trinta e oito mil oitocentos e quinze reais e vinte e seis centavos)
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA: 14.422.1164.2475
NATUREZA DE DESPESA: 33.90.30
FONTE: 500
VIGÊNCIA: O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, observados os dispositivos legais
DATA DE ASSINATURA: 04/12/2025
SIGNATÁRIOS: Larissa Carlos Rosenda - Representante Legal da Contratante, Diogo Fernando Fonseca Valente - Representante legal da Contratada.

SECRETARIA DA SAÚDE

PORTARIA DE FISCAL DE CONTRATO Nº 216/2025/SES/GASEC

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, nomeado pelo Ato Nº 3.232 - NM publicado no Diário Oficial do Estado Nº 6.960, em 12 de dezembro de 2025, consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos II e IV da Constituição do Estado, art. 3º, §I, tendo em vista que lhe compete à prática de atos de gestão administrativa, em conformidade com o art. 58, inc. III c/c art. 67 da Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e a Instrução Normativa TCE/-TO Nº 3/2024-Pleno, 15 de abril de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o art. 1º da Portaria Nº 125/2025/SES/GASEC, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins Nº 6921, de 16 de outubro 2025, na parte que trata da designação dos servidores para exercerem o cargo de Gestor, Fiscal e Suplente do Contrato Nº 35/2020, que passará a ser:

CONTRATO Nº 35/2020
PROCESSO Nº 2020/30550/001530.
EMPRESA: CONSTRUTORA PORTO S/A.
OBJETO DA CONTRATAÇÃO: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e preditiva com gerenciamento nas instalações prediais, elétricas e hidrossanitárias, equipamentos (não médico hospitalares) e mobiliários em geral, destinados aos 18 hospitais da rede estadual e demais unidades de apoio à saúde.

UNIDADES	FISCAL	SUPLENTE	GESTOR
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - DAF	Telma de Matos Guimarães Mat.: 55831	Mylla Karilly De Oliveira Costa Mat.: 11963824-1	Kedma Maria Carneiro Mat.: 11483865-2

Art. 2º São competências e atribuições do gestor de contratos, dentre outras:

- I - zelar por uma adequada instrução processual, sobre tudo quanto à correta juntada de documentos;
- II - manter sob sua guarda os processos de contratação;
- III - controlar o saldo do contrato em função dos valores e dos prazos;
- IV - controlar o prazo de vigência do contrato, e analisar a solicitação de prorrogação, quando for o caso;
- V - encaminhar à unidade de programação orçamentária e financeira até o mês de novembro de cada exercício os pedidos de empenhamento para os contratos ainda em vigor no exercício seguinte;
- VI - manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, observando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;
- VII - cuidar das questões relativas à prorrogação ou os acréscimos/supressões necessários ao objeto do contrato, por meio de aditivos, junto à unidade requisitante, que deve ser providenciada antes de seu término, reunindo as justificativas pertinentes;
- VIII - comunicar a contratada das eventuais glosas nas faturas, referente aos serviços não prestados;
- IX - verificar a regularidade de recolhimento das obrigações tributárias, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
- X - aferir as certidões de regularidade fiscal e sua validade dentro do período de pagamento;
- XI - zelar para que o início da prestação de serviços e seu término estejam rigorosamente cobertos pela vigência do contrato;

- XII - comunicar, formalmente, à área requisitante sobre a necessidade de abertura de nova licitação, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias da data de término do contrato;
- XIII - conferir e confrontar se os valores referentes às retenções de INSS, IRRF e ISSQN, estão destacados nas faturas/notas fiscais e em conformidade com a respectiva incidência dos devidos objetos contratuais, assim como acompanhar se as retenções foram efetuadas nas contas depósitos vinculadas.
- Art. 3º São competências e atribuições do fiscal de contratos, dentre outras:
 - I - acompanhar e fiscalizar a execução das cláusulas contratuais;
 - II - emitir relatório de fiscalização, circunstanciado, quando o objeto da contratação de mandar informações acessórias, do resultado do acompanhamento e da fiscalização da execução do objeto, de maneira concisa e clara, de forma que não parem dúvidas quanto às informações e interpretações ali registradas;
 - III - anotar em formulário próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou de feitos observados;
 - IV - conferir se o objeto contratado fornecido está no prazo de entrega, nas especificações, nas quantidades estabelecidas e encontram-se de acordo com o instrumento contratual;
 - V - conferir se a nota fiscal/fatura apresentada pela contratada está de acordo com o cronograma de execução contratual em relação ao mês de referência ou período da prestação de serviços e se está compatível com a descrição do objeto contratado e o valor referente ao cronograma de pagamento mensal;
 - VI - atestar as notas fiscais/faturas correspondentes à execução dos objetos contratados;
 - VII - subsidiar em informações o gestor de contratos, em atividades burocráticas administrativas, como vigência contratual, repactuações, reajustes, prorrogações, processos de penalidade, avaliação da qualidade dos serviços, entre outras;
 - VIII - zelar pela fiel execução do objeto contratado, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais empregados;
 - IX - dirigir-se ao preposto da contratada para resolver qualquer problema na execução do objeto contratado, notificando por escrito e com prazo para cumprimento, o que for necessário para a regularização das falhas ou fatos observados em desconformidade com as cláusulas contratuais, constando do seu relatório de fiscalização e comunicando o fato ao gestor do contrato;
 - X - informar ao gestor do contrato, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;
 - XI - indicar ao gestor de contrato eventuais glosas nas faturas, referente aos serviços não prestados;
 - XII - nos casos de pendência cumprida pela contratada, apresentar formalmente a informação de conclusão da pendência para respaldar a emissão de fatura específica ao objeto pendente;
 - XIII - exigir da contratada, quando for o caso, o uso de uniforme, crachá e Equipamento de Proteção Individual - EPI's pelos seus funcionários, repassando ao gestor do contrato o seu descumprimento;
 - XIV - avaliar se o quantitativo de funcionários alocados ao serviço, definidos no contrato, é suficiente para o bom desempenho das atividades, sugerindo e munindo de informações o gestor de contratos para tomada de decisões acerca de supressões ou aumento necessários desse quantitativo;

XV - fiscalizar o cumprimento dos regulamentos internos da SES-TO, bem como das normas e dos procedimentos de segurança e higiene estabelecidos em contrato, quando for o caso;

XVI - acompanhar e controlar, quando for o caso, o estoque de materiais de reposição, disponibilizado pela contratada, destinado à execução do objeto contratado, inclusive quanto à sua qualidade;

XVII - manter cópia do contrato e todos os aditivos (se existentes), do edital da licitação, do projeto básico ou termo de referência, da proposta da contratada, da relação das faturas recebidas e das pagas e das Correspondências entre fiscal e contratada/preposto, para que possa dirimir dúvidas originárias do cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE - SES/TO, Palmas, capital do estado, aos 16 dias do mês de dezembro do ano de 2025.

CARLOS FELINTO JÚNIOR
Secretário de Estado da Saúde

PORTARIA DE FISCAL DE CONTRATO Nº 226/2025/SES/GASEC

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, nomeado pelo Ato Nº 3.232 - NM, publicado no Diário Oficial do Estado Nº 6960, em 12 de dezembro de 2025, consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos II e IV da Constituição do Estado, art. 3º, §I, tendo em vista que lhe compete à prática de atos de gestão administrativa, em conformidade com o art. 58, inc. III c/c art. 67 da Lei Nº 8.666 e a Instrução Normativa TCE-TO Nº 3/2024-Pleno, 15 de abril de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o art. 1º da Portaria Nº 57/2025/SES/GASEC, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins Nº 6899, de 16 de setembro de 2025, na parte que trata da designação dos servidores para exercerem o cargo de Gestor, Fiscal e Suplente do Contrato Nº 128/2022, que passará a ser:

CONTRATO Nº 128/2022
PROCESSO Nº 2022/30550/009691.
EMPRESA: CASA DE CARIDADE DOM ORIONE
OBJETO DA CONTRATAÇÃO: Tem por objeto a contratação de ações e serviços de atenção ambulatorial especializada à gestação de alto risco com o seguimento do recém-nascido e da criança egressos de Unidade Neonatal e os serviços de atenção hospitalar com Leitos obstétricos e Leitos neonatais, com suporte diagnóstico e terapêutico clínico e cirúrgico para atendimento a gestantes, puérperas e recém-nascidos, com acesso regulado, ágil e oportuno ao cuidado intensivo às intercorrências obstétricas com risco de morbidade grave à gestante ou puérpera, ao recém-nascido e à criança com a oferta dos seguintes Leitos e cuidado progressivo ao recém-nascido.

UNIDADES	FISCAL	SUPLENTE	GESTOR
SPAS	Márcia Miranda Cabrera Mat.: 11974893-2	Franderia Corado Lopes Mat.: 1121529-8	Lourena Figueredo Marra Mat.: 12026980-1

Art. 2º São competências e atribuições do gestor de contratos, dentre outras:

- I - zelar por uma adequada instrução processual, sobre tudo quanto à correta juntada de documentos;
- II - manter sob sua guarda os processos de contratação;
- III - controlar o saldo do contrato em função dos valores e dos prazos;
- IV - controlar o prazo de vigência do contrato, e analisar a solicitação de prorrogação, quando for o caso;

V - encaminhar à unidade de programação orçamentária e financeira até o mês de novembro de cada exercício os pedidos de empenhamento para os contratos ainda em vigor no exercício seguinte;

VI - manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, observando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

VII - cuidar das questões relativas à prorrogação ou os acréscimos/supressões necessários ao objeto do contrato, por meio de aditivos, junto à unidade requisitante, que deve ser providenciada antes de seu término, reunindo as justificativas pertinentes;

VIII - comunicar a contratada das eventuais glosas nas faturas, referente aos serviços não prestados;

IX - verificar a regularidade de recolhimento das obrigações tributárias, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

X - aferir as certidões de regularidade fiscal e sua validade dentro do período de pagamento;

XI - zelar para que o início da prestação de serviços e seu término estejam rigorosamente cobertos pela vigência do contrato;

XII - comunicar, formalmente, à área requisitante sobre a necessidade de abertura de nova licitação, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias da data de término do contrato;

XIII - conferir e confrontar se os valores referentes às retenções de INSS, IRRF e ISSQN, estão destacados nas faturas/notas fiscais e em conformidade com a respectiva incidência dos devidos objetos contratuais, assim como acompanhar se as retenções foram efetuadas nas contas depósitos vinculadas.

Art. 3º São competências e atribuições do fiscal de contratos, dentre outras:

- I - acompanhar e fiscalizar a execução das cláusulas contratuais;
- II - emitir relatório de fiscalização, circunstanciado, quando o objeto da contratação de mandar informações acessórias, do resultado do acompanhamento e da fiscalização da execução do objeto, de maneira concisa e clara, de forma que não parem dúvidas quanto às informações e interpretações ali registradas;
- III - anotar em formulário próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou de feitos observados;
- IV - conferir se o objeto contratado fornecido está no prazo de entrega, nas especificações, nas quantidades estabelecidas e encontram-se de acordo com o instrumento contratual;

V - conferir se a nota fiscal/fatura apresentada pela contratada está de acordo com o cronograma de execução contratual em relação ao mês de referência ou período da prestação de serviços e se está compatível com a descrição do objeto contratado e o valor referente ao cronograma de pagamento mensal;

VI - atestar as notas fiscais/faturas correspondentes à execução dos objetos contratados;

VII - subsidiar em informações o gestor de contratos, em atividades burocráticas administrativas, como vigência contratual, repactuações, reajustes, prorrogações, processos de penalidade, avaliação da qualidade dos serviços, entre outras;

VIII - zelar pela fiel execução do objeto contratado, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais empregados;

IX - dirigir-se ao preposto da contratada para resolver qualquer problema na execução do objeto contratado, notificando por escrito e com prazo para cumprimento, o que for necessário para a regularização das falhas ou fatos observados em desconformidade com as cláusulas contratuais, constando do seu relatório de fiscalização e comunicando o fato ao gestor do contrato;

X - informar ao gestor do contrato, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;

XI - indicar ao gestor de contrato eventuais glosas nas faturas, referente aos serviços não prestados;

XII - nos casos de pendência cumprida pela contratada, apresentar formalmente a informação de conclusão da pendência para respaldar a emissão de fatura específica ao objeto pendente;

XIII - exigir da contratada, quando for o caso, o uso de uniforme, crachá e Equipamento de Proteção Individual - EPI's pelos seus funcionários, repassando ao gestor do contrato o seu descumprimento;

XIV - avaliar se o quantitativo de funcionários alocados ao serviço, definidos no contrato, é suficiente para o bom desempenho das atividades, sugerindo e munindo de informações o gestor de contratos para tomada de decisões acerca de supressões ou aumento necessários desse quantitativo;

XV - fiscalizar o cumprimento dos regulamentos internos da SES-TO, bem como das normas e dos procedimentos de segurança e higiene estabelecidos em contrato, quando for o caso;

XVI - acompanhar e controlar, quando for o caso, o estoque de materiais de reposição, disponibilizado pela contratada, destinado à execução do objeto contratado, inclusive quanto à sua qualidade;

XVII - manter cópia do contrato e todos os aditivos (se existentes), do edital da licitação, do projeto básico ou termo de referência, da proposta da contratada, da relação das faturas recebidas e das pagas e das Correspondências entre fiscal e contratada/preposto, para que possa dirimir dúvidas originárias do cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de 1 de novembro de 2025.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE - SES/TO, Palmas, capital do estado, aos 17 dias do mês de dezembro do ano de 2025.

CARLOS FELINTO JÚNIOR
Secretário de Estado da Saúde

PORTARIA DE FISCAL DE CONTRATO Nº 227/2025/SES/GASEC

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, nomeado pelo Ato Nº 3.232 - NM, publicado no Diário Oficial do Estado Nº 6.960, em 12 de dezembro de 2025, consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos II e IV da Constituição do Estado, art. 3º, §I, tendo em vista que lhe compete à prática de atos de gestão administrativa, em conformidade com o art. 58, inc. III c/c art. 67 da Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e a Instrução Normativa TCE/TO Nº 3/2024-Pleno, 15 de abril de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o art. 1º da Portaria Nº 192/2025/SES/GASEC, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins Nº 6834, de 11 de junho de 2025, na parte que trata da designação dos servidores para exercerem o cargo de Gestor, Fiscal e Suplente do Contrato Nº 93/2023, que passará a ser:

CONTRATO Nº 93/2023
PROCESSO Nº 2023/30550/002669.
EMPRESA: HOSPITAL DO CORAÇÃO DO TOCANTINS H CORT.
OBJETO DA CONTRATAÇÃO: Prestação de serviços de cateterismo cardíaco pediátrico em cardiopatias congênitas, destinadas a atender as necessidades de pacientes do SUS.

UNIDADES	FISCAL	SUPLENTE	GESTOR
SPAS.	Kátia Jucar Moraes Mat.: 11974559-1	Giriane Dorxa Ferreira Chaves Mat.: 113983-1	Caroline Borges Tomazi Mat.: 11239948-4

Art. 2º São competências e atribuições do gestor de contratos, dentre outras:

I - zelar por uma adequada instrução processual, sobre tudo quanto à correta juntada de documentos;

II - manter sob sua guarda os processos de contratação;

III - controlar o saldo do contrato em função dos valores e dos prazos;

IV - controlar o prazo de vigência do contrato, e analisar a solicitação de prorrogação, quando for o caso;

V - encaminhar à unidade de programação orçamentária e financeira até o mês de novembro de cada exercício os pedidos de empenhamento para os contratos ainda em vigor no exercício seguinte;

VI - manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, observando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

VII - cuidar das questões relativas à prorrogação ou os acréscimos/supressões necessários ao objeto do contrato, por meio de aditivos, junto à unidade requisitante, que deve ser providenciada antes de seu término, reunindo as justificativas pertinentes;

VIII - comunicar a contratada das eventuais glosas nas faturas, referente aos serviços não prestados;

IX - verificar a regularidade de recolhimento das obrigações tributárias, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

X - aferir as certidões de regularidade fiscal e sua validade dentro do período de pagamento;

XI - zelar para que o início da prestação de serviços e seu término estejam rigorosamente cobertos pela vigência do contrato;

XII - comunicar, formalmente, à área requisitante sobre a necessidade de abertura de nova licitação, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias da data de término do contrato;

XIII - conferir e confrontar se os valores referentes às retenções de INSS, IRRF e ISSQN, estão destacados nas faturas/notas fiscais e em conformidade com a respectiva incidência dos devidos objetos contratuais, assim como acompanhar se as retenções foram efetuadas nas contas depósitos vinculadas.

Art. 3º São competências e atribuições do fiscal de contratos, dentre outras:

I - acompanhar e fiscalizar a execução das cláusulas contratuais;

II - emitir relatório de fiscalização, circunstanciado, quando o objeto da contratação de mandar informações acessórias, do resultado do acompanhamento e da fiscalização da execução do objeto, de maneira concisa e clara, de forma que não parem dúvidas quanto às informações e interpretações ali registradas;

III - anotar em formulário próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou de feitos observados;

IV - conferir se o objeto contratado fornecido está no prazo de entrega, nas especificações, nas quantidades estabelecidas e encontram-se de acordo com o instrumento contratual;

V - conferir se a nota fiscal/fatura apresentada pela contratada está de acordo com o cronograma de execução contratual em relação ao mês de referência ou período da prestação de serviços e se está compatível com a descrição do objeto contratado e o valor referente ao cronograma de pagamento mensal;

VI - atestar as notas fiscais/faturas correspondentes à execução dos objetos contratados;

VII - subsidiar em informações o gestor de contratos, em atividades burocráticas administrativas, como vigência contratual, repactuações, reajustes, prorrogações, processos de penalidade, avaliação da qualidade dos serviços, entre outras;

VIII - zelar pela fiel execução do objeto contratado, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais empregados;

IX - dirigir-se ao preposto da contratada para resolver qualquer problema na execução do objeto contratado, notificando por escrito e com prazo para cumprimento, o que for necessário para a regularização das falhas ou fatos observados em desconformidade com as cláusulas contratuais, constando do seu relatório de fiscalização e comunicando o fato ao gestor do contrato;

X - informar ao gestor do contrato, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;

XI - indicar ao gestor de contrato eventuais glosas nas faturas, referente aos serviços não prestados;

XII - nos casos de pendência cumprida pela contratada, apresentar formalmente a informação de conclusão da pendência para respaldar a emissão de fatura específica ao objeto pendente;

XIII - exigir da contratada, quando for o caso, o uso de uniforme, crachá e Equipamento de Proteção Individual - EPI's pelos seus funcionários, repassando ao gestor do contrato o seu descumprimento;

XIV - avaliar se o quantitativo de funcionários alocados ao serviço, definidos no contrato, é suficiente para o bom desempenho das atividades, sugerindo e munindo de informações o gestor de contratos para tomada de decisões acerca de supressões ou aumento necessários desse quantitativo;

XV - fiscalizar o cumprimento dos regulamentos internos da SES-TO, bem como das normas e dos procedimentos de segurança e higiene estabelecidos em contrato, quando for o caso;

XVI - acompanhar e controlar, quando for o caso, o estoque de materiais de reposição, disponibilizado pela contratada, destinado à execução do objeto contratado, inclusive quanto à sua qualidade;

XVII - manter cópia do contrato e todos os aditivos (se existentes), do edital da licitação, do projeto básico ou termo de referência, da proposta da contratada, da relação das faturas recebidas e das pagas e das Correspondências entre fiscal e contratada/preposto, para que possa dirimir dúvidas originárias do cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de 1 de novembro de 2025.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE - SES/TO, Palmas, capital do estado, aos 17 dias do mês de dezembro do ano de 2025.

CARLOS FELINTO JÚNIOR
Secretário de Estado da Saúde

PORTARIA DE FISCAL DE CONTRATO Nº 229/2025/SES/GASEC

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, nomeado pelo Ato Nº 3.232 - NM, publicado no Diário Oficial do Estado Nº 6960, em 12 de dezembro de 2025, consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos II e IV da Constituição do Estado, art. 3º, §I, tendo em vista que lhe compete à prática de atos de gestão administrativa, em conformidade com o art. 58, inc. III c/c art. 67 da Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e a Instrução Normativa TCE/-TO Nº 3/2024-Pleno, 15 de abril de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o art. 1º da Portaria Nº 221/2025/SES/GASEC, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins Nº 6833 de 10 de junho de 2025, na parte que trata da designação dos servidores para exercerem o cargo de Gestor, Fiscal e Suplente do Contrato Nº 172/2022, que passará a ser:

CONTRATO Nº 172/2022
PROCESSO Nº 2022/30550/011421
EMPRESA: HOSPITAL PALMAS MEDICAL S.A
OBJETO DA CONTRATAÇÃO: Tem por objeto o credenciamento de instituições privadas (com ou sem fins lucrativos), de forma complementar ao Sistema Único de Saúde (SUS) no Estado do Tocantins interessadas na prestação de serviços de saúde para a realização de serviços hospitalares especializadas na assistência cardiovascular.

UNIDADES	FISCAL	SUPLENTE	GESTOR
SPAS	Franderia Corado Lopes Mat.: 1121529-8	Giriane Dorxa Ferreira Chaves Mat.: 113983-1	Dahyene Cris Alves Silva Mat.: 12002224-1

Art. 2º São competências e atribuições do gestor de contratos, dentre outras:

I - zelar por uma adequada instrução processual, sobre tudo quanto à correta juntada de documentos;

II - manter sob sua guarda os processos de contratação;

III - controlar o saldo do contrato em função dos valores e dos prazos;

IV - controlar o prazo de vigência do contrato, e analisar a solicitação de prorrogação, quando for o caso;

V - encaminhar à unidade de programação orçamentária e financeira até o mês de novembro de cada exercício os pedidos de empenhamento para os contratos ainda em vigor no exercício seguinte;

VI - manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, observando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

VII - cuidar das questões relativas à prorrogação ou os acréscimos/supressões necessários ao objeto do contrato, por meio de aditivos, junto à unidade requisitante, que deve ser providenciada antes de seu término, reunindo as justificativas pertinentes;

VIII - comunicar a contratada das eventuais glosas nas faturas, referente aos serviços não prestados;

IX - verificar a regularidade de recolhimento das obrigações tributárias, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

X - aferir as certidões de regularidade fiscal e sua validade dentro do período de pagamento;

XI - zelar para que o início da prestação de serviços e seu término estejam rigorosamente cobertos pela vigência do contrato;

XII - comunicar, formalmente, à área requisitante sobre a necessidade de abertura de nova licitação, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias da data de término do contrato;

XIII - conferir e confrontar se os valores referentes às retenções de INSS, IRRF e ISSQN, estão destacados nas faturas/notas fiscais e em conformidade com a respectiva incidência dos devidos objetos contratuais, assim como acompanhar se as retenções foram efetuadas nas contas depósitos vinculadas.

Art. 3º São competências e atribuições do fiscal de contratos, dentre outras:

- I - acompanhar e fiscalizar a execução das cláusulas contratuais;
- II - emitir relatório de fiscalização, circunstanciado, quando o objeto da contratação de mandar informações acessórias, do resultado do acompanhamento e da fiscalização da execução do objeto, de maneira concisa e clara, de forma que não parem dúvidas quanto às informações e interpretações ali registradas;
- III - anotar em formulário próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou de feitos observados;
- IV - conferir se o objeto contratado fornecido está no prazo de entrega, nas especificações, nas quantidades estabelecidas e encontram-se de acordo com o instrumento contratual;
- V - conferir se a nota fiscal/fatura apresentada pela contratada está de acordo com o cronograma de execução contratual em relação ao mês de referência ou período da prestação de serviços e se está compatível com a descrição do objeto contratado e o valor referente ao cronograma de pagamento mensal;
- VI - atestar as notas fiscais/faturas correspondentes à execução dos objetos contratados;
- VII - subsidiar em informações o gestor de contratos, em atividades burocráticas administrativas, como vigência contratual, repactuações, reajustes, prorrogações, processos de penalidade, avaliação da qualidade dos serviços, entre outras;
- VIII - zelar pela fiel execução do objeto contratado, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais empregados;
- IX - dirigir-se ao preposto da contratada para resolver qualquer problema na execução do objeto contratado, notificando por escrito e com prazo para cumprimento, o que for necessário para a regularização das falhas ou fatos observados em desconformidade com as cláusulas contratuais, constando do seu relatório de fiscalização e comunicando o fato ao gestor do contrato;
- X - informar ao gestor do contrato, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;
- XI - indicar ao gestor de contrato eventuais glosas nas faturas, referente aos serviços não prestados;
- XII - nos casos de pendência cumprida pela contratada, apresentar formalmente a informação de conclusão da pendência para respaldar a emissão de fatura específica ao objeto pendente;
- XIII - exigir da contratada, quando for o caso, o uso de uniforme, crachá e Equipamento de Proteção Individual - EPI's pelos seus funcionários, repassando ao gestor do contrato o seu descumprimento;
- XIV - avaliar se o quantitativo de funcionários alocados ao serviço, definidos no contrato, é suficiente para o bom desempenho das atividades, sugerindo e munindo de informações o gestor de contratos para tomada de decisões acerca de supressões ou aumento necessários desse quantitativo;
- XV - fiscalizar o cumprimento dos regulamentos internos da SES-TO, bem como das normas e dos procedimentos de segurança e higiene estabelecidos em contrato, quando for o caso;

XVI - acompanhar e controlar, quando for o caso, o estoque de materiais de reposição, disponibilizado pela contratada, destinado à execução do objeto contratado, inclusive quanto à sua qualidade;

XVII - manter cópia do contrato e todos os aditivos (se existentes), do edital da licitação, do projeto básico ou termo de referência, da proposta da contratada, da relação das faturas recebidas e das pagas e das Correspondências entre fiscal e contratada/preposto, para que possa dirimir dúvidas originárias do cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de 1º de novembro de 2025.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE - SES/TO, Palmas, capital do estado, aos 18 dias do mês de dezembro do ano de 2025.

CARLOS FELINTO JÚNIOR
Secretário de Estado da Saúde

PORTARIA DE FISCAL DE CONTRATO Nº 239/2025/SES/GASEC

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, nomeado pelo Ato Nº 3.232 - NM, publicado no Diário Oficial do Estado Nº 6960, em 12 de dezembro de 2025, consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos II e IV da Constituição do Estado, art. 3º §I, tendo em vista que lhe compete à prática de atos de gestão administrativa, em conformidade com o art. 58, inc. III c/c art. 67 da Lei Nº 8.666 e a Instrução Normativa TCE/TO Nº 3/2024-Pleno, 15 de abril de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o art. 1º da Portaria Nº 188/2025/SES/GASEC/GASEX, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins Nº 6834, de 11 de junho de 2025, na parte que trata da designação dos servidores para exercerem o cargo de Gestor, Fiscal e Suplente do Contrato Nº 238/2017, que passará a ser:

CONTRATO Nº 238/2017
PROCESSO Nº 2015/30550/003746.
EMPRESA: EVA FERREIRA DE MOURA.
OBJETO DA CONTRATAÇÃO: Locação de imóvel para atender as atividades da Residência Terapêutica de Araguaína.

UNIDADES	FISCAL	SUPLENTE	GESTOR
Centro de Atenção Psicossocial (CAPS infantil) Araguaína	Dagma Luzia Carvalhode Sousa Mat: 280 383-3	Eurenice Pereira Cunha Mat: 11140283-6	Zeli Pereira da Silva Mat: 11537159-6

Art. 2º São competências e atribuições do gestor de contratos, dentre outras:

- I - zelar por uma adequada instrução processual, sobre tudo quanto à correta juntada de documentos;
- II - manter sob sua guarda os processos de contratação;
- III - controlar o saldo do contrato em função dos valores e dos prazos;
- IV - controlar o prazo de vigência do contrato, e analisar a solicitação de prorrogação, quando for o caso;
- V - encaminhar à unidade de programação orçamentária e financeira até o mês de novembro de cada exercício os pedidos de empenhamento para os contratos ainda em vigor no exercício seguinte;
- VI - manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, observando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;
- VII - cuidar das questões relativas à prorrogação ou os acréscimos/supressões necessários ao objeto do contrato, por meio de aditivos, junto à unidade requisitante, que deve ser providenciada antes de seu término, reunindo as justificativas pertinentes;

VIII - comunicar a contratada das eventuais glosas nas faturas, referente aos serviços não prestados;

IX - verificar a regularidade de recolhimento das obrigações tributárias, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

X - aferir as certidões de regularidade fiscal e sua validade dentro do período de pagamento;

XI - zelar para que o início da prestação de serviços e seu término estejam rigorosamente cobertos pela vigência do contrato;

XII - comunicar, formalmente, à área requisitante sobre a necessidade de abertura de nova licitação, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias da data de término do contrato;

XIII - conferir e confrontar se os valores referentes às retenções de INSS, IRRF e ISSQN, estão destacados nas faturas/notas fiscais e em conformidade com a respectiva incidência dos devidos objetos contratuais, assim como acompanhar se as retenções foram efetuadas nas contas depósitos vinculadas.

Art. 3º São competências e atribuições do fiscal de contratos, dentre outras:

I - acompanhar e fiscalizar a execução das cláusulas contratuais;

II - emitir relatório de fiscalização, circunstanciado, quando o objeto da contratação de mandar informações acessórias, do resultado do acompanhamento e da fiscalização da execução do objeto, de maneira concisa e clara, de forma que não parem dúvidas quanto às informações e interpretações ali registradas;

III - anotar em formulário próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou de feitos observados;

IV - conferir se o objeto contratado fornecido está no prazo de entrega, nas especificações, nas quantidades estabelecidas e encontram-se de acordo com o instrumento contratual;

V - conferir se a nota fiscal/fatura apresentada pela contratada está de acordo com o cronograma de execução contratual em relação ao mês de referência ou período da prestação de serviços e se está compatível com a descrição do objeto contratado e o valor referente ao cronograma de pagamento mensal;

VI - atestar as notas fiscais/faturas correspondentes à execução dos objetos contratados;

VII - subsidiar em informações o gestor de contratos, em atividades burocráticas administrativas, como vigência contratual, repactuações, reajustes, prorrogações, processos de penalidade, avaliação da qualidade dos serviços, entre outras;

VIII - zelar pela fiel execução do objeto contratado, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais empregados;

IX - dirigir-se ao preposto da contratada para resolver qualquer problema na execução do objeto contratado, notificando por escrito e com prazo para cumprimento, o que for necessário para a regularização das falhas ou fatos observados em desconformidade com as cláusulas contratuais, constando do seu relatório de fiscalização e comunicando o fato ao gestor do contrato;

X - informar ao gestor do contrato, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;

XI - indicar ao gestor de contrato eventuais glosas nas faturas, referente aos serviços não prestados;

XII - nos casos de pendência cumprida pela contratada, apresentar formalmente a informação de conclusão da pendência para respaldar a emissão de fatura específica ao objeto pendente;

XIII - exigir da contratada, quando for o caso, o uso de uniforme, crachá e Equipamento de Proteção Individual - EPIs pelos seus funcionários, repassando ao gestor do contrato o seu descumprimento;

XIV - avaliar se o quantitativo de funcionários alocados ao serviço, definidos no contrato, é suficiente para o bom desempenho das atividades, sugerindo e munindo de informações o gestor de contratos para tomada de decisões acerca de supressões ou aumento necessários desse quantitativo;

XV - fiscalizar o cumprimento dos regulamentos internos da SES/TO, bem como das normas e dos procedimentos de segurança e higiene estabelecidos em contrato, quando for o caso;

XVI - acompanhar e controlar, quando for o caso, o estoque de materiais de reposição, disponibilizado pela contratada, destinado à execução do objeto contratado, inclusive quanto à sua qualidade;

XVII - manter cópia do contrato e todos os aditivos (se existentes), do edital da licitação, do projeto básico ou termo de referência, da proposta da contratada, da relação das faturas recebidas e das pagas e das Correspondências entre fiscal e contratada/preposto, para que possa dirimir dúvidas originárias do cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE - SES/TO, Palmas, capital do estado, aos 22 dias do mês de dezembro do ano de 2025.

CARLOS FELINTO JÚNIOR
Secretário de Estado da Saúde

PORTARIA 585/2025/SES/SGPES/DGP/GGP

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos I, II e IV, da Constituição Estadual, considerando o art. 129, da Lei Nº 1.818, de 23 de agosto de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR interinamente a servidora JOSELMA PATRICIA DIAS SILVA, Diretora Administrativo e Financeiro de Unidade Porte 3, matrícula Nº 11590947/7, CPF: XXX.XXX.011-04, para responder cumulativamente pela Diretoria Geral do Hospital e Maternidade Dona Regina, a partir de 19 de dezembro de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas capital do estado, aos 19 dias do mês de dezembro do ano de 2025.

CARLOS FELINTO JÚNIOR
Secretário de Estado da Saúde

PORTARIA Nº 1318/2025/SES/GASEC.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, designado pelo Ato Governamental de Nº 3.232 - NM, publicado no Diário Oficial do Estado Nº 6.960, de 12 de dezembro de 2025, consoante o disposto art. 40, inciso XI, da Constituição do Estado.

Considerando a Decisão do Processo Nº 0004207-20.2021.8.27.2737, a qual determina em suma: "(...) ESTADO DO TOCANTINS e MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL FORNEÇA os meios necessários à realização do tratamento fisioterápico de que necessita na forma prescrita nos laudos e receitas médicas (...)";

Considerando a Justificativa do Gestor da Pasta quanto à compra direta, emitida as folhas de Nº 176/178;

Considerando, ainda, a Nota Jurídica "SAJ/NDJ" Nº 118/2025, exarado pela Gerência do Núcleo de Demandas Judiciais, devidamente homologado pelo Despacho Nº 1834/2025/SES/GASEC no qual se manifestam favoráveis à aquisição de TERAPIA THERASUIT, junto a empresa ESPAÇO LINEAR FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO NEUROFUNCIONAL LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 55.665.923/0001-54.

RESOLVE:

Art. 1º Dispensar à realização de procedimento licitatório, nos termos do artigo 75, inciso VIII da Lei 14.133/21, 1º de abril de 2021, em atendimento da decisão judicial, visando à contratação da empresa, ESPAÇO LINEAR FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO NEUROFUNCIONAL LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 55.665.923/0001-54, para a aquisição de TERAPIA THERASUIT, no valor de R\$ 80.640,00 (oitenta mil seiscientos e quarenta reais), destinado ao atendimento de demanda judicial, referente ao paciente, menor impúbere, L. S. G., contido no bojo do Processo Administrativo Nº 2024/30550/009272.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor e produz efeitos na data de sua publicação.

GABINETE DO SECRETÁRIO ESTADUAL DE SAÚDE - SES/TO, Palmas, capital do estado, aos 17 dias do mês de dezembro do ano de 2025.

CARLOS FELINTO JUNIOR
Secretário de Estado da Saúde

PORTARIA Nº 1330/2025/SES/GASEC.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, designado pelo Ato Governamental de Nº 3.232 - NM, publicado no Diário Oficial do Estado Nº 6.960, de 12 de dezembro de 2025, consoante o disposto art. 40, inciso XI, da Constituição do Estado.

Considerando a Decisão do Processo Nº 0000172-28.2023.8.27.2743, a qual determina em suma: "(...) ESTADO DO TOCANTINS e o MUNICÍPIO DE PALMAS apresentem nos autos, em observância aos ENUNCIADOS Nº 2 e Nº 105 do FONAJUS, os respectivos PLANOS TERAPÊUTICOS para fisioterapia motora pelo método Pediasuit (...)";

Considerando o Ato Motivado Nº 203/2025/SES/NDJ, no qual se manifesta favorável à contratação direta da empresa ESPAÇO LINEAR FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO NEUROFUNCIONAL LTDA, inscrita sob o CNPJ Nº 55.665.923/0001-54;

Considerando a Justificativa do Gestor da Pasta quanto à compra direta, emitida as folhas de Nº 125/127.

RESOLVE:

Art. 1º Dispensar à realização de procedimento licitatório, nos termos do artigo 75, inciso II da Lei Nº 14.133/21, 1º de abril de 2021, em atendimento a decisão judicial, visando à contratação da empresa ESPAÇO LINEAR FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO NEUROFUNCIONAL LTDA, inscrita sob o CNPJ Nº 55.665.923/0001-54, para a aquisição de INTERVENÇÃO FÍSICA EM FISIOTERAPIA MOTORA PELO MÉTODO PEDIASUIT, no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), destinado ao atendimento de demanda judicial, referente ao paciente, menor impúbere, V. H. M. S., contido no bojo do Processo Administrativo Nº 2025/30550/003808.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor e produz efeitos na data de sua publicação.

GABINETE DO SECRETÁRIO ESTADUAL DE SAÚDE - SES/TO, Palmas, capital do estado, aos 16 dias do mês de dezembro do ano de 2025.

CARLOS FELINTO JUNIOR
Secretário de Estado da Saúde

PORTARIA Nº 1334/2025/SES/GASEC.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, designado pelo Ato Governamental de Nº 3.232 - NM, publicado no Diário Oficial do Estado Nº 6.960, de 12 de dezembro de 2025, consoante o disposto art. 40, inciso XI, da Constituição do Estado.

Considerando a Decisão do Processo Nº 0000582-90.2025.8.27.2719, a qual determina em suma: "(...) Determino aos requeridos Município de Formoso do Araguaia e ao Estado do Tocantins que disponibilizem à requerente a realização do exame de "Identificação de Alteração Cromossômica Submicroscópica por Array-CGH" (código 02.02.10.010-3), no prazo de 72hs, na rede pública de saúde ou, na impossibilidade de fazê-lo, que promova o custeio em estabelecimento na rede privada nesta ou em outra unidade da Federação. (...)";

Considerando o Ato Motivado Nº 202/2025/SES/NDJ, no qual se manifesta favorável à contratação direta da empresa LABEXATO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA, inscrita sob o CNPJ Nº 10.910.190/0001-38;

Considerando a Justificativa do Gestor da Pasta quanto à compra direta, emitida as folhas de Nº 106/108.

RESOLVE:

Art. 1º Dispensar à realização de procedimento licitatório, nos termos do artigo 75, inciso II da Lei Nº 14.133/21, 1º de abril de 2021, em atendimento a decisão judicial, visando à contratação da empresa LABEXATO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA, inscrita sob o CNPJ Nº 10.910.190/0001-38, para a aquisição de EXAME DE IDENTIFICAÇÃO DE ALTERAÇÃO CROMOSSÔMICA SUBMICROSCÓPICA POR ARRAY-CGH, no valor de R\$ 8.200,00, (oito mil e duzentos reais), destinado ao atendimento de demanda judicial, referente ao paciente, menor impúbere, V. M. G., contido no bojo do Processo Administrativo Nº 2025/30550/008479.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor e produz efeitos na data de sua publicação.

GABINETE DO SECRETÁRIO ESTADUAL DE SAÚDE - SES/TO, Palmas, capital do estado, aos 19 dias do mês de dezembro do ano de 2025.

CARLOS FELINTO JUNIOR
Secretário de Estado da Saúde

PORTARIA Nº 1335/2025/SES/GASEC.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, designado pelo Ato Governamental de Nº 3.232 - NM, publicado no Diário Oficial do Estado Nº 6.960, de 12 de dezembro de 2025, consoante o disposto art. 40, inciso XI, da Constituição do Estado.

Considerando a Decisão do Processo Nº 0015941-50.2025.8.27.2729, a qual determina em suma: "(...) Ao Estado do Tocantins que disponibilize a parte autora D.S. O, consulta pré-operatória ortopédica com médico especialista em ombros, vinculado ao quadro de recursos humanos do Hospital Geral Público de Palmas ou de outra unidade hospitalar pública, ou conveniada. (...)";

Considerando o Ato Motivado Nº 202/2025/SES/NDJ, no qual se manifesta favorável à contratação direta da empresa NORMED PRODUTOS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS LTDA, inscrita sob o CNPJ Nº 31.431.882/0001-73;

Considerando a Justificativa do Gestor da Pasta quanto à compra direta, emitida as folhas de Nº 176/178.

RESOLVE:

Art. 1º Dispensar à realização de procedimento licitatório, nos termos do artigo 75, inciso II da Lei Nº 14.133/21, 1º de abril de 2021, em atendimento a decisão judicial, visando à contratação da empresa NORMED PRODUTOS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS LTDA, inscrita sob o CNPJ Nº 31.431.882/0001-73, para a aquisição de MATERIAIS CIRÚRGICOS, no valor de R\$ 18.500,00, (dezoito mil e quinhentos reais), destinado ao atendimento de demanda judicial, referente ao paciente, menor impúbere, D. S. O, contido no bojo do Processo Administrativo Nº 2025/30550/007336.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor e produz efeitos na data de sua publicação.

GABINETE DO SECRETÁRIO ESTADUAL DE SAÚDE - SES/TO, Palmas, capital do estado, aos 19 dias do mês de dezembro do ano de 2025.

CARLOS FELINTO JUNIOR
Secretário de Estado da Saúde

PROCESSO Nº: 2025/30550/000280

ERRATA Nº 62/2025/SES/GASEC

Informamos que após verificação dos Autos, constatamos um erro na CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, PARÁGRAFO ÚNICO - DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO do Contrato Nº 62/2025/SES/SAEL/DMC, firmado entre a SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE e a empresa: PROCARE - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o Nº 05.050.260/0001-95 nos termos e condições constantes nos Autos do Processo em epígrafe.

Importa mencionarmos que, a referida publicação não traz prejuízo ao erário, sendo um mero erro material, ao passo que a Administração Pública deve corrigir seus atos com defeitos sanáveis, conforme preleciona o art. 55 da Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro, de 1999.

Considerando a necessidade de adequação das informações constantes no Termo Contratual CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, PARÁGRAFO ÚNICO - DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO, referente ao item 07:

Onde se lê:

ITEM	QTD	UND	ESPECIFICAÇÕES	PREÇO UNIT.	PREÇO GLOBAL
07	60	TESTE	Analísador Automatizado Galileo NEO; LOCAÇÃO DE 02 (DOIS) EQUIPAMENTOS AUTOMATIZADOS Equipamento - Analísador Automatizado Galileo NEO O Galileo NEO™ é um instrumento concebido para os testes diagnósticos imuno-hematológicos in vitro de amostras de sangue humano. O NEO permite a automatização total das funções de processamento dos testes, interpretação dos Página 4/8 PÁGINA 510 Verifique a autenticidade deste documento em https://sgd.to.gov.br/verificador informando o código: C4CAD8D5020427A2 SGD:2025/30559/160561 resultados e de gestão de dados. O NEO está concebido para testes imunohematológicos padronizados que utilizam uma plataforma à base de microplacas. Registro M.S.: 10077090107 Procedência: USA Marca: IMMUCOR	R\$ 14.000,00	R\$ 840.000,00

Leia-se:

ITEM	QTD	UND	ESPECIFICAÇÕES	PREÇO UNIT.	PREÇO GLOBAL
07	60	MESES	Analísador Automatizado Galileo NEO; LOCAÇÃO DE 02 (DOIS) EQUIPAMENTOS AUTOMATIZADOS Equipamento - Analísador Automatizado Galileo NEO O Galileo NEO™ é um instrumento concebido para os testes diagnósticos imuno-hematológicos in vitro de amostras de sangue humano. O NEO permite a automatização total das funções de processamento dos testes, interpretação dos Página 4/8 PÁGINA 510 Verifique a autenticidade deste documento em https://sgd.to.gov.br/verificador informando o código: C4CAD8D5020427A2 SGD:2025/30559/160561 resultados e de gestão de dados. O NEO está concebido para testes imunohematológicos padronizados que utilizam uma plataforma à base de microplacas. Registro M.S.: 10077090107 Procedência: USA Marca: IMMUCOR	R\$ 14.000,00	R\$ 840.000,00

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE - SES/TO, Palmas, capital do estado, aos 19 dias do mês de dezembro do ano de 2025.

CARLOS FELINTO JÚNIOR
Secretário de Estado da Saúde

A Empresa
CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR INCLUSIVA LTDA
CNPJ 51.845.357/0001-01 - Endereço: Q Arse 12, Alameda 2, Lote 17 A
CEP: 77.020-068, PALMAS/TO

NOTIFICAÇÃO - 20/2025/SES/GASEC

A empresa CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR INCLUSIVA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CPNJ sob o Nº 51.845.357/0001-01, não realizou o agendamento da INTERVENÇÃO MULTIPROFISSIONAL EM PSICOLOGIA, FONOAUDIOLOGIA, TERAPIA OCUPACIONAL e NUTRICIONISTA, para o cumprimento de decisão, conforme planilha abaixo:

Processo	NE	Tipo da Notificação	Data do envio do Empenho	Prazo final da entrega do Empenho	Valor NE R\$
2024/30550/9276	2025NE006765	Emissão da NE	25/04/2025	09/05/2025	36.576,00

Neste âmbito, o descumprimento do referido prazo de prestação de serviços impõe ao fornecedor a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e afins.

Em que pese não esteja o direito à saúde, previsto expressamente entre os Direitos e Garantias Fundamentais, o certo é que o caput do artigo 5º da Constituição da República garante o direito à vida. Óbvio que o direito ali previsto refere-se a uma vida digna e saudável, e engloba, via de consequência, o direito à saúde.

O dever dos entes estatais de disponibilizar adequado tratamento de saúde vem expresso no artigo 23 da Constituição Federal, é compartilhado pela União, pelos Estados e pelos Municípios, sendo todos solidariamente responsáveis.

Assim, demonstrada pelo reconhecimento do direito à saúde como direito público subjetivo de todos e pela correlata obrigação dos pacientes, em garantir e efetivar esse direito e a necessidade de se prover, urgentemente, o tratamento da doença, ou os meios de tratamento, o que acarretaria sérios problemas clínicos aos pacientes.

Desta forma, o paciente depende da INTERVENÇÃO MULTIPROFISSIONAL EM PSICOLOGIA, FONOAUDIOLOGIA, TERAPIA OCUPACIONAL e NUTRICIONISTA, que por negligência desta empresa resultará em risco a saúde pública e a vida do paciente. Assim, é impreterível que seja realizada a entrega IMEDIATAMENTE, sob pena de ocasionar sequelas irreparáveis aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

Percebe-se que há previsão que o PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA é de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho. Assim a empresa deveria ter realizado o agendamento até o dia 09 de maio de 2025.

Por fim, considerando os termos previamente firmados no Termo de Referência Nº 46/2024/SES/NDJ, bem como ante ao princípio da vinculação do instrumento convocatório e contraditório e ampla defesa, caso não sejam respeitadas as regras acima mencionadas, solicita-se à empresa justificativa plausível em virtude do descumprimento, sob pena de envio de processo para Corregedoria da Saúde para verificação e aplicação das medidas legais pertinentes.

Diante do exposto, NOTIFICA-SE a empresa CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR INCLUSIVA LTDA para que:

Regularize o agendamento em 24 (vinte e quatro) horas ao paciente oriundo de determinação judicial, sob pena das medidas legais cabíveis;

Sempre adote mecanismos para atendimento das demandas da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins, sob pena de responsabilidades no âmbito administrativo, cível e penal;

Em obediência ao contraditório e a ampla defesa, apresente defesa quanto a eventuais punições prevista em Lei, no prazo máximo e improrrogável de 01 (um) dia, a contar da data do recebimento desta, sob pena de revelia.

Publique-se esta Notificação no Diário Oficial do Estado, de modo que os prazos correrão a partir da publicação.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE - SES/TO, Palmas, capital do estado, aos 19 dias do mês de dezembro do ano de 2025.

CARLOS FELINTO JÚNIOR
Secretário de Estado da Saúde

A Empresa
CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR INCLUSIVA LTDA
CNPJ 51.845.357/0001-01 - Endereço: Q Arse 12, Alameda 2, Lote 17 A
CEP: 77.020-068, PALMAS/TO

NOTIFICAÇÃO - 21/2025/SES/GASEC

A empresa CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR INCLUSIVA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CPNJ sob o Nº 51.845.357/0001-01, não realizou o agendamento da INTERVENÇÃO MULTIPROFISSIONAL EM FONOAUDIOLOGIA, para o cumprimento de decisão, conforme planilha abaixo:

Processo	NE	Tipo da Notificação	Data do envio do Empenho	Prazo final da entrega do Empenho	Valor NE R\$
2024/30550/8798	2025NE018479	Emissão da NE	24/09/2025	08/10/2025	13.680,00

Neste âmbito, o descumprimento do referido prazo de prestação de serviços impõe ao fornecedor a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e afins.

Em que pese não esteja o direito à saúde, previsto expressamente entre os Direitos e Garantias Fundamentais, o certo é que o *caput* do artigo 5º da Constituição da República garante o direito à vida. Óbvio que o direito ali previsto refere-se a uma vida digna e saudável, e engloba, via de consequência, o direito à saúde.

O dever dos entes estatais de disponibilizar adequado tratamento de saúde vem expresso no artigo 23 da Constituição Federal, é compartilhado pela União, pelos Estados e pelos Municípios, sendo todos solidariamente responsáveis.

Assim, demonstrada pelo reconhecimento do direito à saúde como direito público subjetivo de todos e pela correlata obrigação dos pacientes, em garantir e efetivar esse direito e a necessidade de se prover, urgentemente, o tratamento da doença, ou os meios de tratamento, o que acarretaria sérios problemas clínicos aos pacientes.

Desta forma, o paciente depende da INTERVENÇÃO MULTIPROFISSIONAL EM FONOAUDIOLOGIA, que por negligência desta empresa resultará em risco a saúde pública e a vida do paciente. Assim, é impreterível que seja realizada a entrega IMEDIATAMENTE, sob pena de ocasionar sequelas irreparáveis aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

Percebe-se que há previsão que o PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA é de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho. Assim a empresa deveria ter realizado o agendamento até o dia 08 de outubro de 2025.

Por fim, considerando os termos previamente firmados no Termo de Referência Nº 32/2024/SES/NDJ, bem como ante ao princípio da vinculação do instrumento convocatório e contraditório e ampla defesa, caso não sejam respeitadas as regras acima mencionadas, solicita-se à empresa justificativa plausível em virtude do descumprimento, sob pena de envio de processo para Corregedoria da Saúde para verificação e aplicação das medidas legais pertinentes.

Diante do exposto, NOTIFICA-SE a empresa CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR INCLUSIVA LTDA para que:

Regularize o agendamento em 24 (vinte e quatro) horas ao paciente oriundo de determinação judicial, sob pena das medidas legais cabíveis;

Sempre adote mecanismos para atendimento das demandas da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins, sob pena de responsabilidades no âmbito administrativo, cível e penal;

Em obediência ao contraditório e a ampla defesa, apresente defesa quanto a eventuais punições prevista em Lei, no prazo máximo e improrrogável de 01 (um) dia, a contar da data do recebimento desta, sob pena de revelia.

Publique-se esta Notificação no Diário Oficial do Estado, de modo que os prazos correrão a partir da publicação.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE - SES/TO, Palmas, capital do estado, aos 19 dias do mês de dezembro do ano de 2025.

CARLOS FELINTO JÚNIOR
Secretário de Estado da Saúde

A Empresa
CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR INCLUSIVA LTDA
CNPJ 51.845.357/0001-01 - Endereço: Q Arse 12, Alameda 2, Lote 17 A
CEP: 77.020-068, PALMAS/TO

NOTIFICAÇÃO - 22/2025/SES/GASEC

A empresa CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR INCLUSIVA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CPNJ sob o Nº 51.845.357/0001-01, não realizou o agendamento da INTERVENÇÃO MULTIPROFISSIONAL EM PSICOLOGIA, FONOAUDIOLOGIA e TERAPIA OCUPACIONAL, para o cumprimento de decisão, conforme planilha abaixo:

Processo	NE	Tipo da Notificação	Data do envio do Empenho	Prazo final da entrega do Empenho	Valor NE R\$
2025/30550/179	2025NE012182	Emissão da NE	01/07/2025	15/07/2025	28.224,00

Neste âmbito, o descumprimento do referido prazo de prestação de serviços impõe ao fornecedor a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e afins.

Em que pese não esteja o direito à saúde, previsto expressamente entre os Direitos e Garantias Fundamentais, o certo é que o *caput* do artigo 5º da Constituição da República garante o direito à vida. Óbvio que o direito ali previsto refere-se a uma vida digna e saudável, e engloba, via de consequência, o direito à saúde.

O dever dos entes estatais de disponibilizar adequado tratamento de saúde vem expresso no artigo 23 da Constituição Federal, é compartilhado pela União, pelos Estados e pelos Municípios, sendo todos solidariamente responsáveis.

Assim, demonstrada pelo reconhecimento do direito à saúde como direito público subjetivo de todos e pela correlata obrigação dos pacientes, em garantir e efetivar esse direito e a necessidade de se prover, urgentemente, o tratamento da doença, ou os meios de tratamento, o que acarretaria sérios problemas clínicos aos pacientes.

Desta forma, o paciente depende da INTERVENÇÃO MULTIPROFISSIONAL EM PSICOLOGIA, FONOAUDIOLOGIA e TERAPIA OCUPACIONAL, que por negligência desta empresa resultará em risco a saúde pública e a vida do paciente. Assim, é impreterível que seja realizada a entrega IMEDIATAMENTE, sob pena de ocasionar sequelas irreparáveis aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

Percebe-se que há previsão que o PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA é de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho. Assim a empresa deveria ter realizado o agendamento até o dia 15 de julho de 2025.

Por fim, considerando os termos previamente firmados no Termo de Referência Nº 4/2025/SES/NDJ, bem como ante ao princípio da vinculação do instrumento convocatório e contraditório e ampla defesa, caso não sejam respeitadas as regras acima mencionadas, solicita-se à empresa justificativa plausível em virtude do descumprimento, sob pena de envio de processo para Corregedoria da Saúde para verificação e aplicação das medidas legais pertinentes.

Diante do exposto, NOTIFICA-SE a empresa CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR INCLUSIVA LTDA para que:

Regularize o agendamento em 24 (vinte e quatro) horas ao paciente oriundo de determinação judicial, sob pena das medidas legais cabíveis;

Sempre adote mecanismos para atendimento das demandas da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins, sob pena de responsabilidades no âmbito administrativo, cível e penal;

Em obediência ao contraditório e a ampla defesa, apresente defesa quanto a eventuais punições prevista em Lei, no prazo máximo e improrrogável de 01 (um) dia, a contar da data do recebimento desta, sob pena de revelia.

Publique-se esta Notificação no Diário Oficial do Estado, de modo que os prazos correrão a partir da publicação.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE - SES/TO, Palmas, capital do estado, aos 19 dias do mês de dezembro do ano de 2025.

CARLOS FELINTO JÚNIOR
Secretário de Estado da Saúde

A Empresa
CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR INCLUSIVA LTDA
CNPJ 51.845.357/0001-01 - Endereço: Q Arse 12, Alameda 2, Lote 17 A
CEP: 77.020-068, PALMAS/TO

NOTIFICAÇÃO - 23/2025/SES/GASEC

A empresa CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR INCLUSIVA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CPNJ sob o Nº 51.845.357/0001-01, não realizou o agendamento da AVALIAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA, para o cumprimento de decisão, conforme planilha abaixo:

Processo	NE	Tipo da Notificação	Data do envio do Empenho	Prazo final da entrega do Empenho	Valor NE R\$
2024/30550/3443	2024NE021783	Emissão da NE	31/10/2024	14/11/2024	1.400,00

Neste âmbito, o descumprimento do referido prazo de prestação de serviços impõe ao fornecedor a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e afins.

Em que pese não esteja o direito à saúde, previsto expressamente entre os Direitos e Garantias Fundamentais, o certo é que o caput do artigo 5º da Constituição da República garante o direito à vida. Óbvio que o direito ali previsto refere-se a uma vida digna e saudável, e engloba, via de consequência, o direito à saúde.

O dever dos entes estatais de disponibilizar adequado tratamento de saúde vem expresso no artigo 23 da Constituição Federal, é compartilhado pela União, pelos Estados e pelos Municípios, sendo todos solidariamente responsáveis.

Assim, demonstrada pelo reconhecimento do direito à saúde como direito público subjetivo de todos e pela correlata obrigação dos pacientes, em garantir e efetivar esse direito e a necessidade de se prover, urgentemente, o tratamento da doença, ou os meios de tratamento, o que acarretaria sérios problemas clínicos aos pacientes.

Desta forma, o paciente depende da AVALIAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA, que por negligência desta empresa resultará em risco a saúde pública e a vida do paciente. Assim, é impreterível que seja realizada a entrega IMEDIATAMENTE, sob pena de ocasionar sequelas irreparáveis aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

Percebe-se que há previsão que o PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA é de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho. Assim a empresa deveria ter realizado o agendamento até o dia 14 de novembro de 2024.

Por fim, considerando os termos previamente firmados no Termo de Referência Nº 110/2024/SES/NDJ, bem como ante ao princípio da vinculação do instrumento convocatório e contraditório e ampla defesa, caso não sejam respeitadas as regras acima mencionadas, solicita-se à empresa justificativa plausível em virtude do descumprimento, sob pena de envio de processo para Corregedoria da Saúde para verificação e aplicação das medidas legais pertinentes.

Diante do exposto, NOTIFICA-SE a empresa CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR INCLUSIVA LTDA para que:

Regularize o agendamento em 24 (vinte e quatro) horas ao paciente oriundo de determinação judicial, sob pena das medidas legais cabíveis;

Sempre adote mecanismos para atendimento das demandas da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins, sob pena de responsabilidades no âmbito administrativo, cível e penal;

Em obediência ao contraditório e a ampla defesa, apresente defesa quanto a eventuais punições prevista em Lei, no prazo máximo e improrrogável de 01 (um) dia, a contar da data do recebimento desta, sob pena de revelia.

Publique-se esta Notificação no Diário Oficial do Estado, de modo que os prazos correrão a partir da publicação.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE - SES/TO, Palmas, capital do estado, aos 19 dias do mês de dezembro do ano de 2025.

CARLOS FELINTO JÚNIOR
Secretário de Estado da Saúde

A Empresa
CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR INCLUSIVA LTDA
CNPJ 51.845.357/0001-01 - Endereço: Q Arse 12, Alameda 2, Lote 17 A
CEP: 77.020-068, PALMAS/TO

NOTIFICAÇÃO - 24/2025/SES/GASEC

A empresa CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR INCLUSIVA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CPNJ sob o Nº 51.845.357/0001-01, não realizou o agendamento da INTERVENÇÃO MULTIPROFISSIONAL FONOAUDIOLOGIA, TERAPIA OCUPACIONAL e TERAPIA COM ANÁLISE COM COMPORTAMENTO APLICADA - ABA, para o cumprimento de decisão, conforme planilha abaixo:

Processo	NE	Tipo da Notificação	Data do envio do Empenho	Prazo final da entrega do Empenho	Valor NE R\$
2025/30550/1021	2025NE012327	Emissão da NE	02/07/2025	16/07/2025	50.208,00

Neste âmbito, o descumprimento do referido prazo de prestação de serviços impõe ao fornecedor a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e afins.

Em que pese não esteja o direito à saúde, previsto expressamente entre os Direitos e Garantias Fundamentais, o certo é que o caput do artigo 5º da Constituição da República garante o direito à vida. Óbvio que o direito ali previsto refere-se a uma vida digna e saudável, e engloba, via de consequência, o direito à saúde.

O dever dos entes estatais de disponibilizar adequado tratamento de saúde vem expresso no artigo 23 da Constituição Federal, é compartilhado pela União, pelos Estados e pelos Municípios, sendo todos solidariamente responsáveis.

Assim, demonstrada pelo reconhecimento do direito à saúde como direito público subjetivo de todos e pela correlata obrigação dos pacientes, em garantir e efetivar esse direito e a necessidade de se prover, urgentemente, o tratamento da doença, ou os meios de tratamento, o que acarretaria sérios problemas clínicos aos pacientes.

Desta forma, o paciente depende da INTERVENÇÃO MULTIPROFISSIONAL FONOAUDIOLOGIA, TERAPIA OCUPACIONAL e TERAPIA COM ANÁLISE COM COMPORTAMENTO APLICADA - ABA, que por negligência desta empresa resultará em risco a saúde pública e a vida do paciente. Assim, é impreterível que seja realizada a entrega IMEDIATAMENTE, sob pena de ocasionar sequelas irreparáveis aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

Percebe-se que há previsão que o PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA é de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho. Assim a empresa deveria ter realizado o agendamento até o dia 16 de julho de 2025.

Por fim, considerando os termos previamente firmados no Termo de Referência Nº 9/2025/SES/NDJ, bem como ante ao princípio da vinculação do instrumento convocatório e contraditório e ampla defesa, caso não sejam respeitadas as regras acima mencionadas, solicita-se à empresa justificativa plausível em virtude do descumprimento, sob pena de envio de processo para Corregedoria da Saúde para verificação e aplicação das medidas legais pertinentes.

Diante do exposto, NOTIFICA-SE a empresa CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR INCLUSIVA LTDA para que:

Regularize o agendamento em 24 (vinte e quatro) horas ao paciente oriundo de determinação judicial, sob pena das medidas legais cabíveis;

Sempre adote mecanismos para atendimento das demandas da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins, sob pena de responsabilidades no âmbito administrativo, cível e penal;

Em obediência ao contraditório e a ampla defesa, apresente defesa quanto a eventuais punições prevista em Lei, no prazo máximo e improrrogável de 01 (um) dia, a contar da data do recebimento desta, sob pena de revelia.

Publique-se esta Notificação no Diário Oficial do Estado, de modo que os prazos correrão a partir da publicação.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE - SES/TO Palmas, capital do estado, aos 19 dias do mês de dezembro do ano de 2025.

CARLOS FELINTO JÚNIOR
Secretário de Estado da Saúde

PROCESSO Nº: 2025/30550/008820

TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA - 352/2025/SES/GASEC/SESAU

O Estado do Tocantins, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO TOCANTINS, inscrita no CNPJ sob o número 25.053.117/0001-64, neste ato representada pelo Senhor Secretário de Estado da Saúde, CARLOS FELINTO JÚNIOR, brasileiro, residente e domiciliado nesta capital, designado pelo Ato Nº 3.232- NM, publicado no Diário Oficial do Estado Nº 6.960, em 12 de dezembro de 2025, adiante designada simplesmente DEVEDORA, celebra o presente instrumento, conforme as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A DEVEDORA reconhece expressamente, na forma do disposto nos arts. 62 e 63, §1º e §2º, incisos I e III da Lei Federal Nº 4.320/64, que deve a empresa ECOSERVICE GESTÃO E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA, inscrita sob o CNPJ Nº 01.897.642/0001-06, no valor de R\$ 416.812,73 (quatrocentos e dezesseis mil e oitocentos e doze reais e setenta e três centavos), em face da prestação de serviços de coleta externa, transporte externo, tratamento e disposição final dos resíduos de serviço de saúde, os quais foram realizados entre 01/08/2025 a 31/08/2025 para o Hospital Regional de Guaraí, Hospital Regional de Xambioá, Hospital Regional de Augustinópolis, Hospital Regional de Araguaína, Hospital Regional de Pedro Afonso, Hospital Geral de Palmas (HGP), Hospital Regional de Arapoema, Hospital Regional de Paraíso, Hospital Regional de Miracema, Hospital Maternidade Dona Regina, Unidade de Coleta e Transfusão de Augustinópolis, Hemocentro Coordenador de Palmas, Laboratório de Saúde Pública Regional de Araguaína - LSPA, Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN - Palmas, CER Palmas.

CLÁUSULA SEGUNDA - Por fim, destaca-se que consta nos autos informação de abertura de Processo de Representação Nº 2025/30550/009391, a fim de apurar a responsabilidade do servidor que deu causa ao Reconhecimento da Dívida, em virtude da falta de cobertura contratual para a realização do fornecimento, nos termos do art. 149 da Lei Nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - Fica eleito o Foro da Comarca de Palmas para dirimir qualquer litígio.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE - SES/TO, em Palmas, capital do estado, aos 19 dias do mês de dezembro do ano de 2025.

CARLOS FELINTO JÚNIOR
Secretário de Estado da Saúde

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO Republicado para correção

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 29010.000014/2025
PROCESSO Nº: 2025/30551/000244
PARCEIRO/CONCEDENTE: Estado do Tocantins, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde.
PARCEIRA/EXECUTORA: COMSAUDE Hospital Padre Luso
CNPJ DA PARCEIRA/EXECUTORA: 01.189.836/0007-34
OBJETO: transferência de recursos financeiros, visando a aquisição de equipamentos hospitalares.
VALOR DO CONCEDENTE: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)
VALOR DA CONTRAPARTIDA: R\$ 31.900,00 (trinta e um mil e novecentos reais)
FONTE: 500.1002.104
DATA DA ASSINATURA: 19/12/2025.
VIGÊNCIA: Este Termo de Colaboração terá vigência até 18/12/2026, iniciando-se a partir da publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Tocantins.
LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS: até 30 (trinta) dias a contar do encerramento da vigência ou da conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro.
SIGNATÁRIOS: CARLOS FELINTO JÚNIOR - Secretário de Estado da Saúde.
MARIAALICE DE ARAUJO - Diretora da COMSAUDE Hospital Padre Luso

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE TERMO DE COLABORAÇÃO

PROCESSO Nº: 2023/30551/000117
2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 29010.000018/2023
PARCEIRO/CONCEDENTE: Estado do Tocantins, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde.
PARCEIRA/EXECUTORA: Fundação Pio XII - Hospital do Amor Palmas
CNPJ DA PARCEIRA/EXECUTORA: 49.150.352/0024-09
DATA DA ASSINATURA: 19/12/2025
OBJETO: Prorrogar a vigência do Termo de Colaboração
LIMITE PARA EXECUÇÃO: 31/12/2026
LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS: até 30 (trinta) dias a contar do encerramento da vigência ou da conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro.
SIGNATÁRIO: CARLOS FELINTO JÚNIOR - Secretário de Estado da Saúde.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO

14º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 01/2014/ESTADO DO TOCANTINS/UFT.
PROCESSO Nº: 2013.09060.000393.
CONCEDENTE: Estado do Tocantins, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde.
CONVENIENTE: Fundação Universidade Federal do Tocantins - UFT.
OBJETO: Alterar a Cláusula Décima Primeira (DA VIGÊNCIA) do CONVÊNIO Nº 01/2014/ESTADO DO TOCANTINS/UFT, prorrogando sua vigência por mais 12 (doze) meses, a contar da data de 31 de dezembro de 2025.
DATA DA ASSINATURA: 19/12/2025.
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2026.
SIGNATÁRIOS: CARLOS FELINTO JÚNIOR - Secretário de Estado da Saúde
MARIA SANTANA FERREIRA DOS SANTOS MILHOMEM - Reitora da Fundação Universidade Federal do Tocantins.

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 32/2024

PROCESSO PRINCIPAL Nº 2024/30550/001370
PROCESSO ADITIVO Nº 2024/30550/010351
CONTRATO Nº: 32/2024
CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Saúde - SES
CONTRATADA: M.R. Biomédica Rio Preto LTDA.
OBJETO: O presente instrumento tem como objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato, pelo período de 12 (doze meses). Referente a aquisições por SISTEMA DE CONSIGNAÇÃO DE ÓRTESE E PRÓTESE E MATERIAIS ESPECIAIS - OPME para os serviços de cirurgia CARDIACA nos hospitais do Estado.
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 10.302.1165.4539.
NATUREZA DE DESPESA: 33.90.30.
FONTE: 600.0000.250 e 500.1002.102.
VALOR: R\$ 171.968,00 (cento e setenta e um mil e novecentos e sessenta e oito reais).
VIGÊNCIA: 25/03/2026 a 25/03/2027
DATA DA ASSINATURA: 19/12/2025
SIGNATÁRIOS: Carlos Felinto Junior - P/CONTRATANTE
M.R. Biomédica Rio Preto LTDA - P/CONTRATADA

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 159/2023

PROCESSO PRINCIPAL Nº 2023/30550/007628
PROCESSO ADITIVO Nº 2024/30550/009923
CONTRATO Nº: 159/2023
CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Saúde - SES
CONTRATADA: Cirúrgica Tocantins Distribuidora De Produtos Médicos LTDA.
OBJETO: O presente instrumento tem como objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato, pelo período de 12 (doze meses). Referente à contratação de empresa especializada no fornecimento por SISTEMA DE CONSIGNAÇÃO DE ÓRTESES E PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS - OPME para os serviços de cirurgia ORTOPÉDICA - (PLACAS, PARAFUSOS, ARRUELAS, HASTES E FIOS ORTOPEDICOS) nos hospitais do Estado.
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 10.302.1165.4539.
NATUREZA DE DESPESA: 33.90.30.
FONTE: 600.0000.250 e 500.1002.102.
VALOR: R\$ 318.491,20 (trezentos e dezoito mil quatrocentos e noventa e um reais e vinte centavos).
VIGÊNCIA: 02/01/2026 a 02/01/2027
DATA DA ASSINATURA: 19/12/2025
SIGNATÁRIOS: Carlos Felinto Junior - P/CONTRATANTE
Cirúrgica Tocantins Distribuidora De Produtos Médicos LTDA - P/CONTRATADA

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 179/2024

PROCESSO PRINCIPAL Nº 2024/30550/010070
PROCESSO ADITIVO Nº 2025/30550/009996
CONTRATO Nº: 179/2024
CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Saúde - SES
CONTRATADA: M.R. Biomédica Rio Preto LTDA.
OBJETO: O presente instrumento tem como objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato, pelo período de 12 (doze meses). Referente à aquisição de Órtese, Prótese e Materiais Especiais - OPME, fornecimento em regime de consignação, para atender o Hospital Geral Público de Palmas.
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 10.302.1165.4539.
NATUREZA DE DESPESA: 33.90.30.
FONTE: 600.0000.250 e 500.1002.102.
VALOR: R\$ 625.382,60 (seiscentos e vinte e cinco mil, trezentos e oitenta e dois reais e sessenta centavos).
VIGÊNCIA: 03/01/2026 a 03/01/2027.
DATA DA ASSINATURA: 19/12/2025
SIGNATÁRIOS: Carlos Felinto Junior - P/CONTRATANTE
M.R. Biomédica Rio Preto LTDA - P/CONTRATADA

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 29/2024

PROCESSO PRINCIPAL Nº 2024/30550/001373
PROCESSO ADITIVO Nº 2024/30550/010350
CONTRATO Nº: 29/2024
CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Saúde - SES
CONTRATADA: Medicicor Comercial LTDA.
OBJETO: O presente instrumento tem como objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato, pelo período de 12 (doze meses). Referente à aquisições por SISTEMA DE CONSIGNAÇÃO DE ÓRTESE E PRÓTESE E MATERIAIS ESPECIAIS - OPME para os serviços de cirurgia CARDIACA nos hospitais do Estado.
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 10.302.1165.4539.
NATUREZA DE DESPESA: 33.90.30.
FONTE: 600.0000.250 e 1.500.1002.102.
VALOR: R\$ 184.000,00 (cento e oitenta e quatro mil reais).
VIGÊNCIA: 27/03/2026 a 27/03/2027.
DATA DA ASSINATURA: 19/12/2025
SIGNATÁRIOS: Carlos Felinto Junior - P/CONTRATANTE
Medicicor Comercial LTDA - P/CONTRATADA

VIGILÂNCIA SANITÁRIA

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2022.10.0000000014
Autuado: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA OLINDA/PRONTO ATENDIMENTO JOSÉ ALVES CUNHA
Auto de Infração: 20/2022
Base Legal: Art. 10, incisos XXIX e XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977 c/c 5.1.2, 5.3.1 e 8.1 alíneas “a”, “b” da RDC/ANVISA Nº 302/2005.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: “(...) julgo ter o Autuado infringido a norma do art. 10, incisos XXIX e XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977 c/c itens 5.1.2, 5.3.1 e 8.1, alíneas “a” e “b” da RDC/ANVISA nº 302/2005. Levando-se em consideração a natureza da infração e o fato de a autuada não ter demonstrado esforço para regularizar-se à norma sanitária, (...), mormente o risco sanitário insculpido na ação infratora, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 6.437/1977, aplico à autuada a pena de multa no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações.” “(...) concorre em desfavor da Autuada a circunstância agravante prevista no inciso V, art. 8º da Lei nº 6.437/77, motivo pelo qual majoro a pena em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), passando a pena de multa para R\$ 11.000,00 (onze mil reais), que a torno definitiva.

O inteiro teor desta decisão pode ser obtido junto à Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 19 de julho de 2024.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2022.10.0000000035

Autuado: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FILADÉLFIA/
LABORATÓRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FILADÉLFIA

Auto de Infração: 7659.2022

Base Legal: Art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, c/c itens 5.3.1 e 8.1, alínea "b", da RDC/ANVISA nº 302/2005 e RDC/ANVISA nº 50/2002.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...) julgo ter o Autuado infringido a norma do art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, c/c itens 5.3.1 e 8.1, alínea "b", da RDC/ANVISA nº 302/2005 e RDC/ANVISA nº 50/2002. Levando-se em consideração a natureza da infração e o fato de a autuada não ter demonstrado esforço para regularizar-se à norma sanitária, mormente o risco sanitário insculpido na ação infratora, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 6.437/1977, aplico à autuada a pena de multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. Concorre em desfavor da autuada a circunstância agravante da reincidência, prevista no art. 2º, §1º, inciso II, da Lei nº 6.437/1977, motivo pelo qual majoro a pena em R\$ 500,00 (quinhentos reais), passando a pena de multa para R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), que a torno definitiva." (Fls.11, Processo Administrativo Sanitário nº 2022.10.0000000035).

O inteiro teor desta decisão está disponível no sistema INFOVISA, no Processo Administrativo Sanitário (PAS) da Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027- 4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 19 de julho de 2024.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2022.10.0000000060

Autuado: SERGIO ANTONIO AGUIAR/LABORATÓRIO SÍNTESE

Auto de Infração: 8110.2022

Base Legal: Art. 10, inciso II da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...), julgo ter a Autuada infringido a norma do art. 10, inciso II da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. Levando-se em consideração a natureza da infração e o fato de que a Autuada não tomou medidas/providências para regularizar-se, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 6.437/1977, aplico à Autuada a pena de multa no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações.(...), concorre em desfavor da Autuada a circunstância agravante prevista no inciso V, art. 8º da Lei nº 6.437/77, motivo pelo qual majoro a pena em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), passando a pena de multa para R\$ 8.000,00 (oito mil reais), que a torno definitiva. (...)" (fls.14, Processo nº 2022.10.0000000060).

O inteiro teor desta decisão pode ser obtido junto ao sistema INFOVISA da Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 2 de agosto de 2024.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2022.10.0000000018

Autuado: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO ACORDO/
LABORATÓRIO MUNICIPAL DE NOVO ACORDO

Auto de Infração: 6993.2022

Base Legal: Art. 10, inciso XXXI da Lei Federal 6437, de 20 de agosto de 1977.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...) julgo ter a autuada infringido a norma do art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1.977. Levando-se em consideração a natureza da infração e a ausência de medidas/providências adotadas pela autuada, mormente o risco sanitário insculpido na ação infratora, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 6.437/1977, APLICO À AUTUADAA PENA DE MULTA no valor de R\$2.000,00 (Dois mil reais), independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. (...)" (Fls. 14, Processo nº 2022.10.0000000018).

O inteiro teor desta decisão encontra-se disponível no presente sistema INFOVISA da Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027- 4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 2 de agosto de 2024.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2022.10.0000000024

Autuado: LAVEBRAS GESTÃO DE TÊXTEIS S.A/LAVEBRAS GESTÃO DE TÊXTEIS S.A

Auto de Infração: 7519.2022

Base Legal: Art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...), julgo ter o Autuado infringido a norma do art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. Levando-se em consideração a natureza da infração e o fato de que a Autuada não tomou medidas/providências para regularizar-se, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 6.437/1977, aplico à Autuada a pena de multa no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. Como já ventilado, concorre em desfavor da Autuada a circunstância agravante prevista nos incisos I e V, art. 8º da Lei nº 6.437/77, motivo pelo qual majoro a pena em R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), passando a pena de multa para R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais), que a torno definitiva.(...)" (fls. 111, Processo nº 2022.10.0000000024).

O inteiro teor desta decisão pode ser obtido junto ao sistema INFOVISA da Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027- 4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 2 de agosto de 2024.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2022.10.0000000017
Autuado: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE FORMOSO DO ARAGUAIA/LABORATÓRIO MUNICIPAL DE FORMOSO DO ARAGUAIA
Auto de Infração: 6709.2022
Base Legal: Art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437/1977.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...) julgo ter a Autuada infringido a norma do art. 10, inciso XXXI da Lei Federal 6.437/77 c/c RDC/ANVISA nº 52/2009. Levando-se em consideração a natureza da infração e o fato de que a autuada não tomou medidas/providências para regularizar-se, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 6.437/1977, aplico à Autuada a pena de multa no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. (...), concorre em desfavor da Autuada à circunstância agravante da reincidência prevista no art. 2º, §2º da Lei nº 6.437/1977, motivo pelo qual majoro a pena em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), passando a pena de multa para R\$ 6.000,00 (seis mil reais), que a torno definitiva. (...)" (Fls. 14, Processo nº 2022.10.0000000017).

O inteiro teor desta decisão encontra-se disponível no presente sistema INFOVISA da Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027- 4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 2 de agosto de 2024.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2022.10.0000000037
Autuado: M.S. GESTAO EM ALIMENTACAO S.A/MAIS SABOR
Auto de Infração: 7828/2022
Base Legal: Art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977 c/c itens 4.1.1, 4.1.2, 4.1.3 e 4.1.4 da RDC/ANVISA nº 216/2004.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...) julgo ter a Autuada infringido a norma do artigo 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437/77, c/c itens 4.1.1, 4.1.2, 4.1.3 e 4.1.4 da RDC/ANVISA nº 216/2004. Considerando a natureza da infração e as medidas/providências não adotadas pela autuada para regularizar-se, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 6.437/1977, APLICO À AUTUADA PENA DE MULTA NO VALOR DE R\$2.000,00 (dois mil reais) independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. (...) (fls. 13, Processo nº 2022.10.0000000037).

O inteiro teor desta decisão encontra-se disponível no presente sistema INFOVISA da Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027- 4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 26 de agosto de 2024.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2022.10.0000000101
Autuado: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COLINAS DO TOCANTINS/ HOSPITAL MUNICIPAL DE COLINAS
Auto de Infração: 8425/2022
Base Legal: Art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...) julgo ter o Autuado infringido a norma do art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. Levando-se em consideração a natureza da infração e o fato de a autuada não ter demonstrado esforço para regularizar-se à norma sanitária, mormente o risco sanitário insculpido na ação infratora, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 6.437/1977, aplico à autuada a pena de multa no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. (...), concorre em desfavor da Autuada a circunstância agravante prevista no inciso V, art. 8º da Lei nº 6.437/77, motivo pelo qual majoro a pena em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), passando a pena de multa para R\$ 9.000,00 (nove mil reais), que a torno definitiva. (...)" (fls. 18, Processo nº 2022.10.0000000101).

O inteiro teor desta decisão encontra-se disponível no presente sistema INFOVISA da Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 28 de agosto de 2024.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2021.30550.009469
Autuado: SECRETARIA DA SAÚDE/HOSPITAL REGIONAL DE MIRACEMA
Auto de Infração: 3682/2021
Base Legal: Art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento (GIM) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...) Com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso I da Lei Federal nº 6.437/1977, APLICO A AUTUADA PENA DE ADVERTÊNCIA, independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações (...)". (pág. 16, Processo nº 2021/30550/009469).

O inteiro teor desta decisão pode ser obtido junto à Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77.006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3218-3264.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 28 de agosto de 2023.

AMANDA CAMPOS FEITOSA
Diretora de Vigilância Sanitária

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2022.10.0000000016
Autuado: M L DE MATTOS MULLER EIREL/ANDOLINIARAGUAÇU
Auto de Infração: 7007.2022
Base Legal: Art. 10, incisos III e XXXI da Lei Federal 6.437 de 20 de agosto de 1977.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "...), julgo ter a Autuada infringido a norma do art. 10, incisos III e XXXI da Lei Federal 6.437/77 c/c RDC/ANVISA nº 216/2004. Levando-se em consideração a natureza da infração e o fato de que a autuada não tomou medidas/providências para regularizar-se, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 6.437/1977, aplico à Autuada a pena de multa no valor de R\$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais), independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. (...), concorre em desfavor da Autuada circunstância agravante de reincidência, prevista no art. 8º, inciso I e art. 2º, §2º da Lei nº 6.437/1977, motivo pelo qual majoro a pena em R\$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais), passando a pena de multa para R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), que a torno definitiva. (...)" (fls. 12, Processo nº 2022.10.0000000016).

O inteiro teor desta decisão encontra-se disponível no presente sistema INFOVISA da Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 28 de agosto de 2024.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2022.10.0000000076
Autuado: SECRETARIA DA SAÚDE - HOSPITAL REGIONAL DE ALVORADA/HOSPITAL DE PEQUENO PORTE DEALVORADA
Auto de Infração: 8213.2022
Base Legal: Art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "...), julgo ter o Autuado infringido a norma do art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. Levando-se em consideração a natureza da infração e o fato de a autuada não ter demonstrado esforço para regularizar-se à norma sanitária, mormente o risco sanitário insculpido na ação infratora, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso I da Lei Federal nº 6.437/1977, aplico à autuada a pena de advertência, independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. (...)" (Fls. 13, Processo nº 2022.10.0000000076).

O inteiro teor desta decisão encontra-se disponível no presente sistema INFOVISA da Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 29 de agosto de 2024.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2022.10.0000000077
Autuado: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CRISTALÂNDIA/HOSPITAL DE PEQUENO PORTE NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO
Auto de Infração: 7988.2022
Base Legal: Art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "...), julgo ter o Autuado infringido a norma do art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. Levando-se em consideração a natureza da infração e o fato de a autuada não ter demonstrado esforço para regularizar-se à norma sanitária, mormente o risco sanitário insculpido na ação infratora, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 6.437/1977, aplico à autuada a pena de multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. (...)" (Fls. 15, Processo nº 2022.10.0000000077).

O inteiro teor desta decisão encontra-se disponível no presente sistema INFOVISA da Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 29 de agosto de 2024.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2022.10.0000000091

Autuado: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARANÁ/HOSPITAL MUNICIPAL MENINO JESUS DE PRAGA

Auto de Infração: 8100.2022

Base Legal: Art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...), julgo ter o Autuado infringido a norma do art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. Levando-se em consideração a natureza grave da infração e o fato de a autuada não ter demonstrado esforço para regularizar-se à norma sanitária, mormente o risco sanitário insculpido na ação infratora, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 6.437/1977, aplico à autuada a pena de multa no valor de R\$2.000,00 (dois mil reais), independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. (...), concorre em desfavor da Autuada circunstância agravante de reincidência, prevista no art. 8º, inciso I e art. 2º, §2º da Lei nº 6.437/1977, motivo pelo qual majoro a pena em R\$ 1.000,00 (mil reais), passando a pena de multa para R\$ 3.000,00 (três mil reais), que a torno definitiva. (...)" (fls. 23, Processo nº 2022.10.0000000091).

O inteiro teor desta decisão encontra-se disponível no presente sistema INFOVISA da Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 30 de agosto de 2024.

Crislane Maria da Silva Bastos

Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2022.10.0000000082

Autuado: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PEIXE (HOSPITAL MUNICIPAL)/HOSPITAL MUNICIPAL ANTONIO PIRES.

Auto de Infração: 8242.2022

Base Legal: Art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437/1977.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...) julgo ter o autuado infringido a norma do art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1.977. Levando-se em consideração a natureza da infração e a ausência de medidas/providências adotadas pela autuada, mormente o risco sanitário insculpido na ação infratora, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 6.437/1977, APLICO À AUTUADA A PENA DE MULTA NO VALOR DE R\$ 2.000,00 (dois mil reais), independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. (...), concorre em desfavor da Autuada circunstância agravante de reincidência, prevista no art. 8º, inciso I e art. 2º, §2º da Lei nº 6.437/1977, motivo pelo qual MAJORO A PENA EM R\$ 1.000,00 (Um mil reais), PASSANDO A PENA DE MULTA PARA R\$ 3.000,00 (três mil reais), que a torno definitiva. (...)" (Fls. 14, Processo nº 2022.10.0000000082).

O inteiro teor desta decisão encontra-se disponível no presente sistema INFOVISA da Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 2 de setembro de 2024.

Crislane Maria da Silva Bastos

Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2022.10.0000000083

Autuado: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PALMEIRÓPOLIS/HOSPITAL MUNICIPAL FRANCISCO MACEDO

Auto de Infração: 8174.2022

Base Legal: Art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...), julgo ter o autuado infringido a norma do art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1.977. Levando-se em consideração a natureza da infração e a ausência de medidas/providências adotadas pela autuada, mormente o risco sanitário insculpido na ação infratora, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 6.437/1977, APLICO À AUTUADA A PENA DE MULTA NO VALOR DE R\$ 3.000,00 (três mil reais), independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. Concorre em desfavor da autuada a circunstância agravante da reincidência, prevista no art. 2º, §1º, inciso II, da Lei nº 6.437/1977, motivo pelo qual majoro a pena em R\$ 1.000,00 (um mil reais), passando a pena de multa para R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), que a torno definitiva, independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. (...)" (fls. 13, Processo nº 2022.10.0000000083).

O inteiro teor desta decisão encontra-se disponível no presente sistema INFOVISA da Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 2 de setembro de 2024.

Crislane Maria da Silva Bastos

Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2022.10.0000000112

Autuado: PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDORAMA/HOSPITAL DE PEQUENO PORTE DE PINDORAMA

Auto de Infração: 8562.2022

Base Legal: Art. 10, incisos XXIX e XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977 c/c art. 23, itens I, IV e XVIII da RDC/ANVISA nº63/2011 e RDC/ANVISA nº 50/2002.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...), julgo ter o Autuado infringido a norma do art. 10, incisos XXIX e XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977 c/c art. 23, itens I, IV e XVIII da RDC/ANVISA nº 63/2011 e RDC/ANVISA nº 50/2002. Levando-se em consideração a natureza da infração e o fato de a autuada não ter demonstrado esforço para regularizar-se à norma sanitária, mormente o risco sanitário insculpido na ação infratora, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 6.437/1977, aplico à autuada a pena de multa no valor de R\$2.000,00 (dois mil reais), independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. (...), concorre em desfavor da Autuada circunstância agravante de reincidência, prevista no art. 8º, inciso I e art. 2º, §2º da Lei nº 6.437/1977, motivo pelo qual majoro a pena em R\$ 1.000,00 (mil reais), passando a pena de multa para R\$ 3.000,00 (três mil reais), que a torno definitiva. (...)" (fls. 30, Processo nº 2022.10.0000000112).

O inteiro teor desta decisão encontra-se disponível no presente sistema INFOVISA da Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 3 de setembro de 2024.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2022.15.0000000006
Autuado: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA OLINDA/PRONTO ATENDIMENTO JOSÉ ALVES CUNHA
Auto de Infração: 8085.2022
Base Legal: Art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...), julgo ter o Autuado infringido a norma do art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. Levando-se em consideração a natureza da infração e o fato de a autuada não ter demonstrado esforço para regularizar-se à norma sanitária, em tempo regular e hábil, mormente o risco sanitário insculpido na ação infratora, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 6.437/1977, aplico à autuada a pena de multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. (...), concorre em desfavor da Autuada a circunstância agravante prevista no inciso V, art. 8º da Lei nº 6.437/77, motivo pelo qual majoro a pena em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), passando a pena de multa para R\$ 10.000,00 (dez mil reais), que a torno definitiva. (...)" (fls. 14, Processo nº 2022.15.0000000006).

O inteiro teor desta decisão encontra-se disponível no presente sistema INFOVISA da Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 3 de setembro de 2024.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2022.10.00000000051
Autuado: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAZARÉ/LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DE NAZARÉ
Auto de Infração: 7949.2022
Base Legal: Art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...), julgo ter o Autuado infringido a norma do art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. Levando-se em consideração a natureza da infração e o fato de a autuada não ter demonstrado esforço para regularizar-se à norma sanitária, mormente o risco sanitário insculpido na ação infratora, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 6.437/1977, aplico à autuada a pena de multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. (...)" (Fls. 16, Processo nº 2022.10.0000000051).

O inteiro teor desta decisão encontra-se disponível no presente sistema INFOVISA da Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 9 de setembro de 2024.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2022.10.00000000065
Autuado: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PONTE ALTA DO TOCANTINS HPP/HOSPITAL DE PEQUENO PORTE DE PONTE ALTA DO TOCANTINS Auto de Infração: 8021.2022
Base Legal: Art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...), julgo ter o Autuado infringido a norma do art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. Levando-se em consideração a natureza da infração e o fato de a autuada não ter demonstrado esforço para regularizar-se à norma sanitária, mormente o risco sanitário insculpido na ação infratora, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 6.437/1977, aplico à autuada a pena de multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. (...), concorre em desfavor da Autuada circunstância agravante de reincidência, prevista no art. 8º, inciso I e art. 2º, §2º da Lei nº 6.437/1977, motivo pelo qual majoro a pena em R\$ 1.000,00 (mil reais), passando a pena de multa para R\$ 3.000,00 (três mil reais), que a torno definitiva. (...)" (Fls. 12, Processo nº 2022.10.0000000065).

O inteiro teor desta decisão encontra-se disponível no presente sistema INFOVISA da Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 10 de setembro de 2024.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2022.10.0000000069
Autuado: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TAGUATINGA/HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOÃO BATISTA
Auto de Infração: 8103.2022
Base Legal: Art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...), julgo ter o Autuado infringido a norma do art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977 (...). Levando-se em consideração a natureza da infração e o fato de a autuada não ter demonstrado esforço para regularizar-se à norma sanitária, mormente o risco sanitário insculpido na ação infratora, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 6.437/1977, aplico à autuada a pena de multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. Concorre em desfavor da autuada a circunstância agravante da reincidência, prevista no art. 2º, §1º, inciso II, da Lei nº 6.437/1977, motivo pelo qual majoro a pena em R\$ 500,00 (quinhentos reais), passando a pena de multa para R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), que a torno definitiva, (...)" (Fls. 18, Processo nº 2022.10.0000000069).

O inteiro teor desta decisão encontra-se disponível no presente sistema INFOVISA da Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 10 de setembro de 2024.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2022.10.0000000064
Autuado: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/HOSPITAL REGIONAL DE ARRAIAS
Auto de Infração: 8104.2022
Base Legal: Art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...), julgo ter a Autuada infringido a norma do art. 10, inciso XXXI da Lei Federal 6.437/77. Levando-se em consideração a natureza da infração e o fato de que a autuada não tomou medidas/providências para regularizar-se, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso I da Lei Federal nº 6.437/1977, aplico à Autuada a pena de advertência, independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. (...)" (Fls. 18, Processo nº 2022.10.0000000064).

O inteiro teor desta decisão encontra-se disponível no presente sistema INFOVISA da Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 10 de setembro de 2024.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2022.15.0000000002
Autuado: ML DE MATTOS MULLER EIRELI/ANDOLINIARAGUAÇU
Auto de Infração: 8203.2022
Base Legal: Art. 10, incisos IV e XXXI da Lei Federal 6.437, de 20 de agosto de 1977, c/c item 4.11.1 da RDC/ANVISA Nº 216/2004.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...), julgo ter o Autuado infringido a norma do art. 10, incisos IV e XXXI da Lei Federal 6.437, de 20 de agosto de 1977, c/c item 4.11.1 da RDC/ANVISA Nº 216/2004. Levando-se em consideração a natureza da infração e o fato de que o autuado não tomou medidas/providências para regularizar-se, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 6.437/1977, aplico ao Autuado a pena de multa no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. (...), concorre em desfavor da autuada a circunstância agravante prevista nos incisos I e V, art. 8º da Lei 6.437/77, motivo pelo qual majoro a pena em R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais), passando a pena de multa para R\$ 79.000,00 (setenta e nove mil reais), que a torno definitiva. (...)" (Fls. 12, Processo nº 2022.15.0000000002).

O inteiro teor desta decisão encontra-se disponível no presente sistema INFOVISA da Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 10 de setembro de 2024.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2022.15.0000000003
Autuado: ML DE MATTOS MULLER EIRELI/ANDOLINICOMÉRCIO E SERVIÇOS-HOSPITAL ALVORADA
Auto de Infração: 8214.2022
Base Legal: Art. 10, inciso IV da Lei Federal 6.437, de 20 de agosto de 1977, c/c item 4.11.1 da RDC/ANVISA Nº 216/2004.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...), julgo ter o Autuado infringido a norma do art. 10, inciso IV, da Lei Federal 6.437 de 20 de agosto de 1977, c/c item 4.11.1 da RDC/ANVISA Nº 216/2004. Levando-se em consideração a natureza da infração e o fato de que o autuado não tomou medidas/providências para regularizar-se, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 6.437/1977, aplico ao Autuado a pena de multa no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. (...), concorre em desfavor da autuada a circunstância agravante prevista nos incisos I e V, art. 8º da Lei 6.437/77, motivo pelo qual majoro a pena em R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), passando a pena de multa para R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), que a torno definitiva. (...)" (Fls. 12, Processo nº 2022.15.0000000003).

O inteiro teor desta decisão encontra-se disponível no presente sistema INFOVISA da Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 10 de setembro de 2024.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2022.10.0000000089
Autuado: LAVEBRAS GESTÃO DE TÊXTEIS S.A/LAVEBRAS GESTÃO DE TÊXTEIS S.A - ARAGUAÇU
Auto de Infração: 8196.2022
Base Legal: Art. 10, inciso II da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: “(...)”, julgo ter o Autuado infringido a norma do art. 10, inciso II da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. Levando-se em consideração a natureza da infração e o fato de que a Autuada não tomou medidas/providências para regularizar-se, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 6.437/1977, aplico à Autuada a pena de multa no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. (...)” (Fls.70, Processo nº2022.10.0000000089).

O inteiro teor desta decisão encontra-se disponível no presente sistema INFOVISA da Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 11 de setembro de 2024.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2022.15.0000000007
Autuado: LAVEBRÁS GESTÃO DE TÊXTEIS S.A/LAVEBRÁS GESTÃO DE TÊXTEIS S.A - ALVORADA
Auto de Infração: 8195.2022
Base Legal: Art. 10, inciso II da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: “(...)”, julgo ter a Autuada infringido a norma do art. 10, inciso II da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. Levando-se em consideração a natureza da infração e o fato de que a Autuada não tomou medidas/providências para regularizar-se, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 6.437/1977, aplico à Autuada a pena de multa no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. (...)”, concorre em desfavor da Autuada à circunstância agravante prevista nos incisos I e V, art. 8º da Lei nº 6.437/77, motivo pelo qual majoro a pena em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), passando a pena de multa para R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), que a torno definitiva. (...)” (Fls. 17, Processo nº 2022.15.0000000007).

O inteiro teor desta decisão encontra-se disponível no presente sistema INFOVISA da Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 11 de setembro de 2024.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2022.10.0000000013
Autuado: M L DE MATTOS MULLER EIRELI/ANDOLINI COMERCIO E SERVICOS - HOSPITAL ALVORADA
Auto de Infração: 6893.2022
Base Legal: Art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: “(...)”, julgo ter a Autuada infringido a norma prevista no art. 10, inciso XXXI da Lei Federal 6.437/77. Levando-se em consideração a natureza da infração e o fato de que a autuada não tomou medidas/providências para regularizar-se, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 6.437/1977, aplico à Autuada a pena de multa no valor de R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais), independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. (...)”, concorre em desfavor da Autuada circunstância agravante de reincidência, prevista no art. 8º, inciso I e art. 2º, §2º da Lei nº 6.437/1977, motivo pelo qual majoro a pena em R\$ 38.00,00 (trinta e oito mil reais), passando a pena de multa para R\$ 76.000,00 (setenta e seis mil reais), que a torno definitiva. (...)” (Fls. 15, Processo nº 2022.10.0000000013).

O inteiro teor desta decisão encontra-se disponível no presente sistema INFOVISA da Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 11 de setembro de 2024.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2022.10.0000000046
Autuado: ML DE MATTOS MULLER EIRELI/ANDOLINI PORTO NACIONAL Auto de Infração: 7990.2022
Base Legal: Art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...), julgo ter o Autuado infringido a norma do art. 10, inciso XXXI, da Lei Federal 6.437, de 20 de agosto de 1977. Levando-se em consideração a natureza da infração e o fato de que o autuado não tomou medidas/providências para regularizar-se, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 6.437/1977, aplico ao Autuado a pena de multa no valor de R\$ 38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos reais), independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. (...) , concorre em desfavor da autuada a circunstância agravante prevista nos incisos I e V, art. 8º da Lei 6.437/77, motivo pelo qual majoro a pena em R\$ 38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos reais), passando a pena de multa para R\$ 77.000,00 (setenta e sete mil reais), que a torno definitiva. (...) " (Fls. 13, Processo nº 2022.10.0000000046).

O inteiro teor desta decisão encontra-se disponível no presente sistema INFOVISA da Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 11 de setembro de 2024.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2022.10.0000000061
Autuado: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANANÁS/HOSPITAL DE PEQUENO PORTE NOSSA SENHORA APARECIDA
Auto de Infração: 8135.2022
Base Legal: Art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977 c/c RDC/ANVISA Nº 50/2002 e RDC/ANVISA Nº 63/2011.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...), julgo ter o Autuado infringido a norma do art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977 c/c RDC/ANVISA Nº 50/2002 e RDC/ANVISA Nº 63/2011. Levando-se em consideração a natureza da infração e o fato de a autuada não ter demonstrado esforço para regularizar-se à norma sanitária, mormente o risco sanitário insculpido na ação infratora, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 6.437/1977, aplico à autuada a pena de multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. (...) " (fls.33, Processo nº 2022.10.0000000061).

O inteiro teor desta decisão encontra-se disponível no presente sistema INFOVISA da Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 16 de setembro de 2024.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2022.10.0000000072
Autuado: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORMOSO DO ARAGUAIA/HOSPITAL MUNICIPAL HERMINIO DE AZEVEDO SOARES
Auto de Infração: 7926.2022
Base Legal: Art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...), julgo ter o Autuado infringido a norma do art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. Levando-se em consideração a natureza da infração e o fato de a autuada não ter demonstrado esforço para regularizar-se à norma sanitária, mormente o risco sanitário insculpido na ação infratora, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 6.437/1977, aplico à autuada a pena de multa no valor de R\$17.000,00 (dezesete mil reais), independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. (...) , concorre em desfavor da Autuada a circunstância agravante prevista no art.2º, §1º, inciso II, da Lei nº 6.437/77, motivo pelo qual majoro a pena em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), passando a pena de multa para R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), que a torno definitiva. (...) " (Fls. 14, Processo nº 2022.10.0000000072).

O inteiro teor desta decisão encontra-se disponível no presente sistema INFOVISA da Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 16 de setembro de 2024.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2022.10.0000000071
Autuado: QUALITY LABORATÓRIO CLÍNICO POSTO DE COLETA/ POSTO DE COLETA MATERNIDADE TIA DEDEÉ
Auto de Infração: 7880.2022
Base Legal: Art. 10, incisos XXIX e XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, c/c 5.1.2 e 5.3.1 da RDC/ANVISA nº302/2005.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...), julgo ter o Autuado infringido a norma do art. 10, incisos XXIX e XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, c/c 5.1.2 e 5.3.1 da RDC/ANVISA nº 302/2005. Levando-se em consideração a natureza da infração e o fato de a autuada não ter demonstrado esforço para regularizar-se à norma sanitária, mormente o risco sanitário insculpido na ação infratora, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 6.437/1977, aplico à autuada a pena de multa no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. Concorre em desfavor da autuada a circunstância agravante da reincidência, prevista no art. 2º, §1º, inciso II, da Lei nº 6.437/1977, motivo pelo qual majoro a pena em R\$ 3.000,00 (três mil reais), passando a pena de multa para R\$ 6.000,00 (seis mil reais), que a torno definitiva, independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. (...) " (Fls. 15, Processo nº 2022.10.0000000071).

O inteiro teor desta decisão encontra-se disponível no presente sistema INFOVISA da Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 16 de setembro de 2024.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2022.10.0000000108
Autuado: ML DE MATTOS MULLER EIRELI/ANDOLINI PORTO NACIONAL I
Auto de Infração: 8574.2022
Base Legal: Art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...), julgo ter o Autuado infringido a norma do art. 10, inciso XXXI, da Lei Federal 6.437, de 20 de agosto de 1977. Levando-se em consideração a natureza da infração e o fato de que o autuado não tomou medidas/providências para regularizar-se, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 6.437/1977, aplico ao Autuado a pena de multa no valor de R\$ 38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos reais), independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. (...), concorre em desfavor da autuada a circunstância agravante prevista nos incisos I e V, art. 8º da Lei 6.437/77, motivo pelo qual majoro a pena em R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais), passando a pena de multa para R\$ 76.500,00 (setenta e seis mil e quinhentos reais), que a torno definitiva. (...)" (Fls. 13, Processo nº 2022.10.0000000108).

O inteiro teor desta decisão encontra-se disponível no presente sistema INFOVISA da Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 18 de setembro de 2024.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2022.10.0000000041
Autuado: CUIDARE CUIDADOS INTENSIVOS LTDA/CUIDARE CUIDADOS INTENSIVOS
Auto de Infração: 7794.2022
Base Legal: Art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...), julgo ter o Autuado infringido a norma do art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. Levando-se em consideração a natureza da infração e o fato de a autuada não ter demonstrado esforço para regularizar-se à norma sanitária, mormente o risco sanitário insculpido na ação infratora, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 6.437/1977, aplico à autuada a pena de multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. (...)" (Fls. 25, Processo nº 2022.10.0000000041).

O inteiro teor desta decisão encontra-se disponível no presente sistema INFOVISA da Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 19 de setembro de 2024.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2022.10.0000000034
Autuado: FBK ALIMENTAÇÃO LTDA/FÁBRICA NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO Auto de Infração: 7780.2022
Base Legal: Art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...), julgo ter o Autuado infringido a norma do art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. Levando-se em consideração a natureza da infração e o fato de a autuada não ter demonstrado esforço para regularizar-se à norma sanitária, mormente o risco sanitário insculpido na ação infratora, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 6.437/1977, aplico à autuada a pena de multa no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. (...), concorre em desfavor da Autuada a circunstância agravante prevista no art. 2º, §1º, inciso III, da Lei nº 6.437/77, motivo pelo qual majoro a pena em R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), passando a pena de multa para R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais), que a torno definitiva. (...)" (Fls. 42, Processo nº 2022.10.0000000034).

O inteiro teor desta decisão encontra-se disponível no presente sistema INFOVISA da Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 19 de setembro de 2024.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2022.10.0000000121
Autuado: ASSOCIAÇÃO SAÚDE EM MOVIMENTO - HMDR
Auto de Infração: 8547.2022
Base Legal: Art. 10, incisos II e XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...), julgo ter o Autuado infringido a norma do art. 10, incisos II e XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. Levando-se em consideração a natureza da infração e o fato de a autuada não ter demonstrado esforço para regularizar-se à norma sanitária, mormente o risco sanitário insculpido na ação infratora, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 6.437/1977, aplico à autuada a pena de multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. (...)" (Fls. 46, Processo nº 2022.10.0000000121).

O inteiro teor desta decisão encontra-se disponível no presente sistema INFOVISA da Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 19 de setembro de 2024.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2022.10.0000000114
Autuado: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIUM/LABORATÓRIO MUNICIPAL MANOEL MARTINS OLIVEIRA
Auto de Infração: 7900.2022
Base Legal: Art. 10, incisos XXIX e XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977 c/c RDC/ANVISA nº 50/2002.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...), julgo ter o Autuado infringido a norma do art. 10, incisos XXIX e XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977 c/c RDC/ANVISA Nº50/2002. Levando-se em consideração a natureza da infração e o fato de a autuada não ter demonstrado esforço para regularizar-se à norma sanitária, mormente o risco sanitário insculpido na ação infratora, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 6.437/1977, aplico à autuada a pena de multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. (...), concorre em desfavor da Autuada circunstância agravante de reincidência, prevista no art. 8º, inciso I e art. 2º, §2º da Lei nº 6.437/1977, motivo pelo qual majoro a pena em R\$ 1.000,00 (mil reais), passando a pena de multa para R\$ 3.000,00 (três mil reais), que a torno definitiva. (...)" (Fls. 14, Processo nº 2022.10.0000000114).

O inteiro teor desta decisão encontra-se disponível no presente sistema INFOVISA da Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 19 de setembro de 2024.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2022.10.0000000073
Autuado: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTE DO CARMO/HOSPITAL DE PEQUENO PORTE ABEL DE OLIVEIRA NEGRE
Auto de Infração: 8022.2022
Base Legal: Art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...), julgo ter o autuado infringido a norma do art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. Levando-se em consideração a natureza da infração e a ausência de medidas/providências adotadas pela autuada, mormente o risco sanitário insculpido na ação infratora, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso I da Lei Federal nº 6.437/1977, APLICO À AUTUADA A PENA DE ADVERTÊNCIA, independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. (...)" (Fls. 32-33, Processo nº 2022.10.0000000073).

O inteiro teor desta decisão encontra-se disponível no presente sistema INFOVISA da Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 24 de setembro de 2024.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2022.10.0000000075
Autuado: LAVEBRÁS GESTÃO DE TÊXTEIS S.A/LAVEBRÁS GESTÃO DE TÊXTEIS S.A - ARRAIAS
Auto de Infração: 8207.2022
Base Legal: Art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...), julgo ter o Autuado infringido a norma do art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. Levando-se em consideração a natureza da infração e o fato de que a Autuada não tomou medidas/providências para regularizar-se, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 6.437/1977, aplico à Autuada a pena de multa no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. (...), concorre em desfavor da Autuada circunstância agravante de reincidência, prevista no art. 8º, inciso I e art. 2º, §2º da Lei nº 6.437/1977, motivo pelo qual majoro a pena em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), passando a pena de multa para R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), que a torno definitiva. (...)" (fls. 63, Processo nº 2020.10.0000000075).

O inteiro teor desta decisão encontra-se disponível no presente sistema INFOVISA da Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 30274487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 25 de setembro de 2024.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2022.10.0000000043
Autuado: SECRETARIA DA SAÚDE/HOSPITAL MATERNO INFANTIL TIA DEDÉ
Auto de Infração: 7899.2022
Base Legal: Art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...), julgo ter o Autuado infringido a norma do art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. Levando-se em consideração a natureza da infração e o fato de a autuada não ter demonstrado esforço para regularizar-se à norma sanitária, mormente o risco sanitário insculpido na ação infratora, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso I da Lei Federal nº 6.437/1977, aplico à autuada a pena de advertência, independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. (...)" (Fls. 11, Processo nº 2022.10.0000000043).

O inteiro teor desta decisão encontra-se disponível no presente sistema INFOVISA da Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 29 de setembro de 2024.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2022.10.0000000011
Autuado: QUALITY LABORATÓRIO CLÍNICO LTDA/QUALITY
Auto de Infração: 6740.2022
Base Legal: Art. 10, inciso XXXI da Lei Federal 6.437 de 20 de agosto de 1977.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...), julgo ter a Autuada infringido a norma prevista no art. 10, inciso XXXI da Lei Federal 6.437/77 c/c art. 2º da Portaria nº 598/2020/SES/GASEC de 20 de novembro de 2020. (...) Levando-se em consideração a natureza da infração e o fato de a autuada não ter demonstrado esforço para regularizar-se à norma sanitária, mormente o risco sanitário insculpido na ação infratora, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 6.437/1977, aplico à autuada a pena de multa no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais). Concorre em desfavor da autuada a circunstância agravante da reincidência, prevista no art. 2º, §1º, inciso II, da Lei nº 6.437/1977, motivo pelo qual majoro a pena em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), passando a pena de multa para R\$ 10.000,00 (dez mil reais), que a torno definitiva, independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. (...)" (Fls. 12-13, Processo nº 2022.10.0000000011).

O inteiro teor desta decisão encontra-se disponível no presente sistema INFOVISA da Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77.006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 22 de outubro de 2024.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2022.15.0000000005
Autuado: NEOLAB LABORATÓRIO CLÍNICO/NEOLAB DIAGNÓSTICO HRP
Auto de Infração: 8294.2022
Base Legal: Art. 10, inciso II da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...) julgo ter o autuado infringido a norma do art. 10, inciso II da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. Levando-se em consideração a natureza da infração e a ausência de medidas/providências adotadas pela autuada, mormente o risco sanitário insculpido na ação infratora, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 6.437/1977, APLICO À AUTUADA A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 8.000,00 (Oito mil reais), independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. (...), concorre em desfavor da Autuada a circunstância agravante prevista no inciso V, art. 8º da Lei nº 6.437/77, motivo pelo qual majoro a pena em R\$ 8.000,00 (oito mil reais), passando a pena de multa para R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais), que a torno definitiva. (...)" (fls. 12, Processo nº 2022.15.0000000005).

O inteiro teor desta decisão encontra-se disponível no presente sistema INFOVISA da Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77.006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 22 de outubro de 2024.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2022.10.0000000116
Autuado: FBK ALIMENTAÇÃO LTDA/FABRIKA NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO Auto de Infração: 8613.2022
Base Legal: Art. 10, inciso XXXI da Lei Federal 6.437, de 20 de agosto de 1977.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...) julgo ter o Autuado infringido a norma do art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. Levando-se em consideração a natureza da infração e o fato de o autuada não ter demonstrado esforço para regularizar-se à norma sanitária, mormente o risco sanitário insculpido na ação infratora, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 6.437/1977, aplico à autuada a pena de multa no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. (...), concorre em desfavor da autuada as circunstâncias agravantes previstas nos incisos I e V, art. 8º e art. 2º, §2º da Lei 6.437/77, motivo pelo qual majoro a pena em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), passando a pena de multa para R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), que a torno definitiva. (...)" (Fls. 42, Processo nº 2022.10.0000000116).

O inteiro teor desta decisão encontra-se disponível no presente sistema INFOVISA da Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 27 de fevereiro de 2025.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2021.30550.009773
Autuado: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COUTO MAGALHÃES/
UPA - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO
Auto de Infração: 3886/2021
Base Legal: Art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...) Levando-se em consideração a natureza da infração e o fato de que a Autuada não tomou medidas/providências para regularizar-se, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 6.437/1977. APLICO À AUTUADA A PENA DE MULTA FIXADA EM R\$ 2.000,00 (dois mil reais), independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. (...), concorre em desfavor da Autuada à circunstância agravante prevista no art. 2º, §2º da Lei nº 6.437/1977, motivo pelo qual majoro a pena em R\$ 1.000,00 (Um mil reais), passando a pena de multa para R\$ 3.000,00 (três mil reais), que a torno definitiva (...)" (pág. 12, Processo nº 2021/30550/009773).

O inteiro teor desta decisão pode ser obtido junto à Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77.006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 13 de junho de 2025.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2021.30550.010033
Autuado: Fundo Municipal de Saúde de Figueirópolis/Hospital de Pequeno Porte de Figueirópolis
Auto de Infração: 3946/2021
Base Legal: Art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1997.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...) julgo ter a Autuada infringido a norma do art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. Levando-se em consideração a natureza da infração e o fato de que a Autuada não tomou medidas/providências para regularizar-se, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 6.437/1977, aplico à Autuada a pena de multa no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. (...), concorre em desfavor da Autuada à circunstância agravante prevista no inciso V, art. 8º da Lei nº 6.437/77, motivo pelo qual majoro a pena em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), passando a pena de multa para R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), que a torno definitiva. (...)" (pág. 12, Processo nº 2021/30550/010033).

O inteiro teor desta decisão pode ser obtido junto à Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77.006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 13 de junho de 2025.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE JULGAMENTO Nº 15/2023/SES/SVS/DVISA

A Diretoria de Vigilância Sanitária Estadual, no exercício de suas atribuições, encartadas nos artigos 535 e segs. do Decreto nº 680/1998 e demais dispositivos da Lei nº 6.437/77, vale-se do presente para NOTIFICAR o responsável legal da empresa SECRETARIA DE SAÚDE, nome fantasia: HOSPITAL REGIONAL DE ARAGUAÍNA, CNPJ nº 25.053.117/0053-95, de que na data de 21/07/2022 foi julgado PROCEDENTE o Auto de Infração Sanitária nº 67/2018, sendo aplicada a penalidade de ADVERTÊNCIA à infratora nos autos do Processo Administrativo Sanitário (PAS) nº 2019.30550.000960. Passados 05 (cinco) dias corridos da publicação desta, o responsável pelo estabelecimento será considerado notificado (art. 17, §2º da Lei Federal nº 6.437/77) e terá o prazo de 15 (quinze) dias para, querendo, apresentar recurso nos termos do artigo 30, *caput*, da Lei Federal nº 6.437/77, junto ao Órgão autuador, Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4090. Esta notificação faz-se necessária, devido às tentativas infrutíferas em todos os meios de localização e comunicação com a Autuada.

Palmas-TO, 16 de junho de 2025.

Amanda Campos Feitosa
Diretora de Vigilância Sanitária

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2021.30550.009706
Autuado: SECRETARIA DO ESTADO/AGÊNCIA TRANSFUSIONAL DO HOSPITAL REGIONAL DE PEDRO AFONSO
Auto de Infração: 3830/2021
Base Legal: Art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...) Com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso I da Lei Federal nº 6.437/1977, APLICO A AUTUADA PENA DE ADVERTÊNCIA, independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações (...)". (pág. 13, Processo nº 2021/30550/009706).

O inteiro teor desta decisão pode ser obtido junto à Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 17 de junho de 2025.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2021.30550.004004
Autuado: NEOLAB LABORATÓRIO CLÍNICO LTDA/LABORATÓRIO NEOLAB

Auto de Infração: 29/2021

Base Legal: Art. 10, incisos XXIX da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977 c/c itens 5.1.2 da RDC ANVISA nº 302/2005.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...) Levando-se em consideração a natureza da infração e o fato de a Autuada não ter tomado medidas/providências para regularizar-se, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 6.437/1977, aplico à Autuada a pena de multa no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. Como já ventilado, concorre em desfavor da Autuada à circunstância agravante prevista no inciso I, art. 8º da Lei nº 6.437/77, motivo pelo qual majoro a pena em R\$ 1.000,00 (um mil reais), passando a pena de multa para R\$ 2.000,00 (dois mil reais), que a torno definitiva (...)". (fls. 10, Processo nº 2021/30550/004004).

O inteiro teor desta decisão pode ser obtido junto à Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 17 de junho de 2025.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2021.30550.009067
Autuado: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARAGUACEMA/HOSPITAL DE PEQUENO PORTE DE ARAGUACEMA

Auto de Infração: 3664/2021

Base Legal: Art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437/1977.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...) julgo ter o Autuado infringido a norma do art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. Levando-se em consideração a natureza da infração e o fato de que a Autuada não tomou medidas/providências para regularizar-se, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 6.437/1977. APLICO À AUTUADA A PENA DE MULTA FIXADA EM R\$ 2.000,00 (dois mil reais), independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. Como já ventilado, concorre em desfavor da Autuada à circunstância agravante da reincidência prevista no art. 2º, §2º da Lei nº 6.437/1977, motivo pelo qual majoro a pena em R\$ 1.000,00 (Um mil reais), passando a pena de multa para R\$ 3.000,00 (três mil reais), que a torno definitiva (...)". (pág. 10, Processo nº 2021/30550/009067).

O inteiro teor desta decisão pode ser obtido junto à Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 17 de junho de 2025.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2021/30550/008950

Autuado: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PONTE ALTA DO TOCANTINS/LABORATÓRIO MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO TOCANTINS

Auto de Infração: 3643.2021

Base Legal: Art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...) julgo ter o Autuado infringido a norma do art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. Considerando a natureza da infração e a inércia do Autuado na tomada de medidas/providências para regularizar-se, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 6.437/1977, aplico à autuada a pena de multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. (...) concorre em desfavor da Autuada a circunstância agravante da reincidência prevista no art. 2º, §2º da Lei 6.437/1977, motivo pelo qual majoro a pena em R\$2.000,00 (dois mil reais), passando a pena de multa para R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), que a torno definitiva. (...) (fls. 11, Processo nº 2021/30550/008950).

O inteiro teor desta decisão pode ser obtido junto à Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 17 de junho de 2025.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2021/30550/008165

Autuado: A&P FOODS INDÚSTRIA DE ALIMENTOS EIRELI/A&P FOODS
Auto de Infração: 3379/2021

Base Legal: Art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...) julgo ter a Autuada infringido a norma do art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437/77. Levando-se em consideração a natureza da infração e o fato de que a autuada não tomou em tempo hábil medidas/providências para regularizar-se, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 6.437/1977, aplico à autuada a pena de multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. (...) concorre em desfavor da Autuada circunstância agravante de reincidência, prevista no art. 8º, inciso I e art. 2º, §2º da Lei nº 6.437/1977, motivo pelo qual majoro a pena em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), passando a pena de multa para R\$ 10.000,00 (dez mil reais), que a torna definitiva. (...) (fls. 73 verso, Processo nº 2021/30550/008165).

O inteiro teor desta decisão pode ser obtido junto à Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 17 de junho de 2025.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2021.30550.007951

Autuado: LAVEBRÁS GESTÃO DE TÊXTEIS S.A/LAVEBRÁS GESTÃO DE TÊXTEIS

Auto de Infração: 3352/2021

Base Legal: Art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437/1977.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...) Pelo exposto, levando em consideração a natureza das infrações e as medidas adotadas pela infratora para regularizar-se, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 6.437/1977. APLICO À AUTUADA A PENA DE MULTA FIXADA EM R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. (...)". (pág. 12, Processo nº 2021/30550/007951).

O inteiro teor desta decisão pode ser obtido junto à Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 17 de junho de 2025.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2021.30550.003921

Autuado: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARAGUACEMA/ LABORATÓRIO MUNICIPAL

Auto de Infração: 05/2021

Base Legal: Art. 10, incisos XXIX e XXXI da Lei Federal nº 6.437/1977 c/c item 8 da RDC nº 302/2005.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...) julgo ter a Autuada infringido a norma do art. 10, incisos XXIX e XXXI da Lei Federal nº 6.437/1977 c/c item 8 da RDC ANVISA nº 302/2005. Levando-se em consideração a natureza da infração e o fato de que a Autuada não tomou medidas/providências para regularizar-se, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 6.437/1977. APLICO À AUTUADA A PENA DE MULTA FIXADA EM R\$ 2.000,00 (dois mil reais), independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. Como já ventilado, concorre em desfavor da Autuada a circunstância agravante da reincidência prevista no art. 2º, §2º da Lei nº 6.437/1977, motivo pelo qual majoro a pena em R\$ 1.000,00 (Um mil reais), passando a pena de multa para R\$ 3.000,00 (Três mil reais), que a torna definitiva (...)". (pág. 09, Processo nº 2021/30550/003921).

O inteiro teor desta decisão pode ser obtido junto à Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 17 de junho de 2025.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2021.30550.010057

Autuado: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TOCANTÍNIA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TOCANTÍNIA

Auto de Infração: 3878/2021

Base Legal: Art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

A Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...) Isto posto, sem nada mais a evocar, conhecemos do recurso interposto pelo estabelecimento Secretaria de Estado da Saúde, nome fantasia: Fundo Municipal de Saúde de Tocantínia, para NEGAR-LHE provimento, mantendo-se a decisão combatida pelos seus próprios fundamentos (...)". (Fls. 27, Processo nº 2021.30550.010057)

O inteiro teor desta decisão pode ser obtido junto à Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 17 de junho de 2025.

Amanda Campos Feitosa
Diretora de Vigilância Sanitária

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
DE JULGAMENTO Nº 20/2023/SES/SVS/DVISA**

A Diretoria de Vigilância Sanitária Estadual, no exercício de suas atribuições, encartadas nos artigos 535 e segs. do Decreto nº 680/1998 e demais dispositivos da Lei nº 6.437/77, vale-se do presente para NOTIFICAR o responsável legal da empresa FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BENTO DO TOCANTINS, nome fantasia: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ nº 12.937.604/0001-48, de que na data de 01/11/2022 foi julgado PROCEDENTE o Auto de Infração Sanitária nº 3905/2021, sendo aplicada a penalidade de MULTA no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) à infratora nos autos do Processo Administrativo Sanitário (PAS) nº 2021.30550.010027. Passados 05 (cinco) dias corridos da publicação desta, o responsável pelo estabelecimento será considerado notificado (art. 17, §2º da Lei Federal nº 6.437/77) e terá o prazo de 15 (quinze) dias para, querendo, apresentar recurso nos termos do artigo 30, *caput*, da Lei Federal nº 6.437/77, junto ao Órgão autuador, Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487. Esta notificação faz-se necessária, devido às tentativas infrutíferas em todos os meios de localização e comunicação com a Autuada.

Palmas/TO, 17 de junho de 2025.

Amanda Campos Feitosa
Diretora de Vigilância Sanitária

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
DE JULGAMENTO Nº 05/2023/SES/SVS/DVISA**

A Diretoria de Vigilância Sanitária Estadual, no exercício de suas atribuições, encartadas nos artigos 535 e segs. do Decreto nº 680/1998 e demais dispositivos da Lei nº 6.437/77, vale-se do presente para NOTIFICAR o responsável legal da empresa FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORMOSO DO ARAGUAIA, nome fantasia: HOSPITAL MUNICIPAL HERMÍNIO AZEVEDO SOARES, CNPJ nº 11.429.603/0001-20, de que na data de 11/08/2022 foi julgado PROCEDENTE o Auto de Infração Sanitária nº 031/2018, sendo aplicada a penalidade de MULTA no valor de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) à infratora nos autos do Processo Administrativo Sanitário (PAS) nº 2018.30550.004680. Passados 05 (cinco) dias corridos da publicação desta, o responsável pelo estabelecimento será considerado notificado (art. 17, §2º da Lei Federal nº 6.437/77) e terá o prazo de 15 (quinze) dias para, querendo, apresentar recurso nos termos do artigo 30, *caput*, da Lei Federal nº 6.437/77, junto ao Órgão autuador, Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487. Esta notificação faz-se necessária, devido às tentativas infrutíferas em todos os meios de localização e comunicação com a Autuada.

Palmas/TO, 17 de junho de 2025.

Amanda Campos Feitosa
Diretora de Vigilância Sanitária

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE COBRANÇA AMIGÁVEL
DE DÍVIDA Nº 04/2023/SES/SVS/DVISA**

A Diretoria de Vigilância Sanitária Estadual, no exercício de suas atribuições, encartadas nos artigos 535 e segs. do Decreto nº 680/1998 e demais dispositivos da Lei nº 6.437/77 vale-se do presente para NOTIFICAR o responsável legal pelo estabelecimento QUALITY LABORATÓRIO CLÍNICO LTDA, CNPJ nº 38.143.442/0001-60, de que na data de 11/10/2022 foi julgado PROCEDENTE o Auto de Infração Sanitária nº 33/2020, sendo aplicada a penalidade de MULTA NO VALOR DE R\$ 8.000,00 (oito mil reais) ao infrator, autos do Processo Administrativo Sanitário (PAS) nº 2021.30550.000567. A decisão proferida transitou em julgado, e até a presente data não restou demonstrado o cumprimento da penalidade aplicada. Assim, solicitamos a comprovação do recolhimento da multa, ou seu pagamento caso ainda não tenha sido providenciado, conforme determina o artigo 33 da Lei 6.437/77,

SOB PENA DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA. Certos do pronto atendimento, colocando-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos necessários. Passados 05 (cinco) dias corridos da publicação desta, o responsável pelo estabelecimento será considerado notificado (art. 17, §2º da Lei Federal nº 6.437/77). Esta notificação faz-se necessária, pelo fato de o Autuado não ter sido localizado no endereço informado, e todas as tentativas de contato restaram-se infrutíferas impossibilitando a Cobrança Amigável da dívida.

Palmas/TO, 17 de junho de 2025.

Amanda Campos Feitosa
Diretora de Vigilância Sanitária

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2021.30550.009745
Autuado: SECRETARIA DO ESTADO/UNIDADE DE COLETA DE PALMAS
Auto de Infração: 3847/2021
Base Legal: Art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...) julgo ter a autuada infringido a norma do art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1.977. Levando-se em consideração a natureza da infração e as medidas/providências adotadas pela Autuada para regularizar-se, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso I da Lei Federal nº 6.437/1977, APLICO A AUTUADA PENA DE ADVERTÊNCIA, independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações (...)". (pág. 17, Processo nº 2021/30550/009745).

O inteiro teor desta decisão pode ser obtido junto à Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 18 de junho de 2025.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2020.30550.005713
Autuado: LAVEBRÁS GESTÃO DE TÊXTEIS S.A./LAVEBRÁS GESTÃO DE TÊXTEIS
Auto de Infração: 2324/2021
Base Legal: Art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437/1977.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...) julgo ter a Autuado infringido a norma do art. 10, inciso XXXI da Lei Federal 6.437 de 20 de agosto de 1977. Levando-se em consideração a natureza da infração e o fato de que a Autuada não tomou medidas/providências para regularizar-se, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 6.437/1977, aplico à autuada a pena de multa fixada em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. Como já ventilado, concorre em desfavor da Autuada circunstância agravante em relação à gravidade do ato lesivo à saúde pública, prevista no art. 8º, inciso V e art. 2º, §2º da Lei nº 6.437/1977, motivo pelo qual majoro a pena em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), passando a pena de multa para R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), que a torno definitiva (...)". (pág. 09, Processo nº 2020/30550/005713).

O inteiro teor desta decisão pode ser obtido junto à Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77.006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4480.

Publique-se e archive-se.

Palmas-TO, 18 de junho de 2025.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2021.30550.009355
Autuado: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA OLINDA/UPA - PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL
Auto de Infração: 3685/2021
Base Legal: Art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437/1977.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...) julgo ter a Autuada infringido a norma do art. 10, inciso XXXI da Lei Federal 6.437 de 20 de agosto de 1977. Considerando a natureza da infração e a inércia da Autuada na tomada de medidas/providências para regularizar-se, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 6.437/1977. APLICO À AUTUADAA PENA DE MULTA FIXADA EM R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais), independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. (...), concorre em desfavor da Autuada à circunstância agravante da reincidência prevista no art. 2º, §2º da Lei nº 6.437/1977, motivo pelo qual majoro a pena em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), passando a pena de multa para R\$ 8.000,00 (oito mil reais), que a torno definitiva (...)" (pág. 14, Processo nº 2021/30550/009355).

O inteiro teor desta decisão pode ser obtido junto à Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 18 de junho de 2025.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2021.30550.009312
Autuado: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGOA DA CONFUSÃO/ HOSPITAL DE PEQUENO PORTE BARTOLOMEU BANDEIRA BARROS
Auto de Infração: 3679/2021
Base Legal: Art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...) julgo ter a Autuada infringido a norma do art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6437 de 20 de agosto de 1977. (...), levando em consideração a natureza das infrações e as medidas adotadas pela infratora para regularizar-se, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 6.437/1977. APLICO À AUTUADAA PENA DE MULTA FIXADA EM R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. (...)" (pág. 19, Processo nº 2021/30550/009312).

O inteiro teor desta decisão pode ser obtido junto à Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 18 de junho de 2025.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2021.30550.010061
Autuado: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAZARÉ/LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DE NAZARÉ
Auto de Infração: 3962/2021
Base Legal: Art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437/1977.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...) julgo ter a autuada infringido a norma do art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1.977. (...), levando em consideração a natureza das infrações e as medidas adotadas pela infratora para regularizar-se, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 6.437/1977. APLICO À AUTUADA A PENA DE MULTA FIXADA EM R\$ 2.000,00 (dois mil reais), independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. (...)" (pág. 10, Processo nº 2021/30550/010061).

O inteiro teor desta decisão pode ser obtido junto à Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 18 de junho de 2025.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2021.30550.010054
Autuado: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TOCANTINÓPOLIS/ LABORATÓRIO MUNICIPAL DE TOCANTINÓPOLIS
Auto de Infração: 140/2021
Base Legal: Art. 10, inciso XXIX da Lei Federal nº 6.437/1977 c/c item 8 da RDC ANVISA nº 302/2005.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...) julgo ter a autuada infringido a norma do art. 10, inciso XXIX da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1.977 c/c item 8 da RDC ANVISA nº 302/2005. (...), levando em consideração a natureza das infrações e a inércia da infratora em regularizar-se, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 6.437/1977. APLICO À AUTUADA A PENA DE MULTA FIXADA EM R\$ 2.000,00 (dois mil reais), independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. (...)". (pág. 11, Processo nº 2021/30550/010054).

O inteiro teor desta decisão pode ser obtido junto à Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 18 de junho de 2025.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2021.30550.009589
Autuado: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARANÁ/HOSPITAL MUNICIPAL DE PARANÁ
Auto de Infração: 3771/2021
Base Legal: Art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437/1977.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...) julgo ter a autuada infringido a norma do art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. (...), levando em consideração a natureza das infrações e as medidas adotadas pela infratora para regularizar-se, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 6.437/1977. APLICO À AUTUADA A PENA DE MULTA FIXADA EM R\$ 2.000,00 (dois mil reais), independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. (...)". (pág. 16, Processo nº 2021/30550/009589).

O inteiro teor desta decisão pode ser obtido junto à Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 18 de junho de 2025.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2021.30550.007169
Autuado: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARAGUACEMA/LABORATÓRIO MUNICIPAL
Auto de Infração: 77/2021
Base Legal: Art. 10, incisos XXIX e XXXI da Lei Federal nº 6.437/1977 c/c itens 5.1.2, 5.3.1, 5.8 e 8.1 alíneas "a" e "b" da RDC ANVISA nº 302/2005.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...) julgo ter a Autuada infringido a norma do art. 10, incisos XXIX e XXXI da Lei Federal nº 6.437/1977 c/c itens 5.1.2, 5.3.1, 5.8 e 8.1 alíneas a e b da RDC ANVISA nº 302/2005. Levando-se em consideração a natureza da infração e o fato de que a Autuada não tomou medidas/providências para regularizar-se, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 6.437/1977. APLICO À AUTUADA A PENA DE MULTA FIXADA EM R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. (...), concorre em desfavor da Autuada à circunstância agravante da reincidência prevista no art. 2º, §2º da Lei nº 6.437/1977, motivo pelo qual majoro a pena em R\$ 1.000,00 (Um mil reais), passando a pena de multa para R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), que a torno definitiva (...)". (pág. 12, Processo nº 2021/30550/007169).

O inteiro teor desta decisão pode ser obtido junto à Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 18 de junho de 2025.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2021.30550.006091
Autuado: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COLINAS DO TOCANTINS/AGÊNCIA TRANSFUSIONAL DO HOSPITAL MUNICIPAL DE COLINAS
Auto de Infração: 2353/2021
Base Legal: Art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...) julgo ter a Autuada infringido a norma do art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. (...), levando em consideração a natureza das infrações e as medidas adotadas pela infratora para regularizar-se, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 6.437/1977. APLICO À AUTUADA A PENA DE MULTA FIXADA EM R\$ 3.000,00 (três mil reais), independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. (...)". (pág. 16, Processo nº 2021/30550/006091).

O inteiro teor desta decisão pode ser obtido junto à Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 18 de junho de 2025.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2021.30550.000920
Autuado: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMEIRÓPOLIS/
HOSPITAL MUNICIPAL FRANCISCO MACEDO
Auto de Infração: 02/2021
Base Legal: Art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437/1977.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...) julgo ter a Autuada infringido a norma do art. 10, inciso XXXI da Lei Federal 6.437/1977. Levando-se em consideração a natureza da infração e o fato de que a Autuada não tomou medidas/providências para regularizar-se, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 6.437/1977. APLICO À AUTUADA A PENA DE MULTA FIXADA EM R\$ 2.000,00 (dois mil reais), independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. (...), concorre em desfavor da Autuada à circunstância agravante da reincidência prevista no art. 2º, §2º da Lei nº 6.437/1977, motivo pelo qual majoro a pena em R\$ 1.000,00 (Um mil reais), passando a pena de multa para R\$ 3.000,00 (três mil reais), que a torno definitiva (...)". (pág. 13, Processo nº 2021/30550/000920).

O inteiro teor desta decisão pode ser obtido junto à Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 18 de junho de 2025.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
DE JULGAMENTO Nº 1/2025/SES/SVS/DVISA**

A Diretoria de Vigilância Sanitária Estadual, no exercício de suas atribuições, encartadas nos artigos 535 e segs. do Decreto nº 680/1998 e demais dispositivos da Lei nº 6.437/77, vale-se do presente para NOTIFICAR o responsável legal da empresa FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORMOSO DO ARAGUAIA, nome fantasia: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORMOSO DO ARAGUAIA, CNPJ nº 11.429.603/0001-20, de que na data de 26/10/2022 foi julgado PROCEDENTE o Auto de Infração Sanitária nº 3515/2021, sendo aplicada a penalidade de multa no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) à infratora nos autos do Processo Administrativo Sanitário (PAS) nº 2021.30550.008491. Passados 05 (cinco) dias corridos da publicação desta, o responsável pelo estabelecimento será considerado notificado (art. 17, §2º da Lei Federal nº 6.437/77) e terá o prazo de 15 (quinze) dias para, querendo, apresentar recurso nos termos do artigo 30, caput, da Lei Federal nº 6.437/77, junto ao Órgão autuador, Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487. Esta notificação faz-se necessária, devido às tentativas infrutíferas em todos os meios de localização e comunicação com a Autuada.

Palmas/TO, 18 de junho de 2025.

Amanda Campos Feitosa
Diretora de Vigilância Sanitária

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
DE JULGAMENTO Nº 10/2023/SES/SVS/DVISA**

A Diretoria de Vigilância Sanitária Estadual, no exercício de suas atribuições, encartadas nos artigos 535 e segs. do Decreto nº 680/1998 e demais dispositivos da Lei nº 6.437/77, vale-se do presente para NOTIFICAR o responsável legal da empresa FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPORÃ, nome fantasia: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPORÃ, CNPJ nº 11.231.139/0001-62, de que na data de 18/08/2022 foi julgado PROCEDENTE o Auto de Infração Sanitária nº 3840/2021, sendo aplicada a penalidade de MULTA no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) à infratora nos autos do Processo Administrativo Sanitário (PAS) nº 2021.30550.010028. Passados 05 (cinco) dias corridos da publicação desta, o responsável pelo estabelecimento será considerado notificado (art. 17, §2º da Lei Federal nº 6.437/77) e terá o prazo de 15 (quinze) dias para, querendo, apresentar recurso nos termos do artigo 30, caput, da Lei Federal nº 6.437/77, junto ao Órgão autuador, Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4487. Esta notificação faz-se necessária, devido às tentativas infrutíferas em todos os meios de localização e comunicação com a Autuada.

Palmas/TO, 18 de junho de 2025.

Amanda Campos Feitosa
Diretora de Vigilância Sanitária

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2021.30550.004940
Autuado: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TOCANTINÓPOLIS/
LABORATÓRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TOCANTINÓPOLIS
Auto de Infração: 33/2021 (SGD: 092259)
Base Legal: Art. 10, inciso XXIX da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977 c/c itens 5.3.1, 5.4.1, alíneas "c", "d", "e" e item 8 da RDC/ANVISA Nº302/2005.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...), julgo ter a Autuada infringido a norma do art. 10, inciso XXIX da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977 c/c itens 5.3.1, 5.4.1, alíneas "c" "d" "e" e item 8 da RDC/ANVISA nº 302/2005. Considerando a natureza da infração e a inércia da Autuada na tomada de medidas/providências para regularizar-se, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 6.437/1977, APLICO À AUTUADA A PENA DE MULTA NO VALOR DE R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. (...), concorre em desfavor da Autuada à circunstância agravante da reincidência prevista no art. 2º, §2º da Lei nº 6.437/1977, motivo pelo qual majoro a pena em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), passando a pena de multa para R\$ 10.000,00 (dez mil reais), que a torno definitiva. (...) (Fls. 9, verso, Processo nº 2021.30550.004940).

O inteiro teor desta decisão pode ser obtido junto à Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4480.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 23 de junho de 2025.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2021.30550.008871
Autuado: SECRETARIA DO ESTADO/HOSPITAL MATERNO INFANTIL DONA REGINA
Auto de Infração: 3439/2021
Base Legal: Art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...), julgo ter o Autuado infringido a norma do art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. Levando-se em consideração a natureza da infração e a inércia do Autuado em regularizar-se, Com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso I da Lei Federal nº 6.437/1977, APLICO A AUTUADA PENA DE ADVERTÊNCIA, independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações (...)" (pág. 19, Processo nº 2021/30550/008871).

O inteiro teor desta decisão pode ser obtido junto à Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4480.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 26 de junho de 2025.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2021.30550.009768
Autuado: SECRETARIA DA SAÚDE/HOSPITAL REGIONAL DE ARRAIAS
Auto de Infração: 3870/2021
Base Legal: Art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...), julgo ter o autuado infringido a norma do art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1.977. Levando-se em consideração a natureza da infração e as medidas/providências adotadas pela Autuada para regularizar-se, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso I da Lei Federal nº 6.437/1977, APLICO A AUTUADA PENA DE ADVERTÊNCIA, independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações (...)" (pág. 13, Processo nº 2021/30550/009768).

O inteiro teor desta decisão pode ser obtido junto à Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4480.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 26 de junho de 2025.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2021.30550.008490
Autuado: SECRETARIA DO ESTADO/HOSPITAL REGIONAL DE AUGUSTINÓPOLIS
Auto de Infração: 3517/2021
Base Legal: Art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...), julgo ter o Autuado infringido a norma do art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. Levando-se em consideração a natureza da infração e a inércia do Autuado em regularizar-se, Com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso I da Lei Federal nº 6.437/1977, APLICO A AUTUADA PENA DE ADVERTÊNCIA, independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações (...)" (pág. 12, Processo nº 2021/30550/008490).

O inteiro teor desta decisão pode ser obtido junto à Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4480.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 26 de junho de 2025.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2021.30550.010032
Autuado: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUANÃ/UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DE ARAGUANÃ
Auto de Infração: 3915/2021
Base Legal: Art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437/1977.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...), julgo ter a Autuado infringido a norma do art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437 de 20 de agosto de 1977. (...), levando em consideração a natureza das infrações e as medidas adotadas pela infratora para regularizar-se, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 6.437/1977. APLICO À AUTUADA A PENA DE MULTA FIXADA EM R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações (...)" (pág. 23, Processo nº 2021/30550/010032).

O inteiro teor desta decisão pode ser obtido junto à Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4480.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 27 de junho de 2025.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

FEITO: Recurso Administrativo
REFERÊNCIA: Auto de Infração 062/2019
PROCESSO Nº: 2019.30550.010573
RECORRENTE: Secretaria da Saúde/Hospital Geral de Palmas Dr. Francisco Ayres.
RECORRIDA: Diretoria de Vigilância Sanitária (DVISA)
Base Legal: Art. 10, incisos II e XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, c/c art.36 da RDC/ANVISA nº 63/2011.

A Superintendência de Vigilância em Saúde do estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e ss. do Decreto 680/1998, e demais dispositivos da Lei Federal nº 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o processo administrativo em epígrafe, profere a seguinte decisão.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...) Isto posto, sem nada mais a evocar, com base no §2º do art. 22 e inciso I do artigo 2º, ambos da Lei Federal nº 6.437/77, conhecemos do recurso interposto pelo estabelecimento SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/Hospital Geral de Palmas Dr. Francisco Ayres, para NEGAR-LHE provimento e RATIFICARA PENA DE ADVERTÊNCIA: (...)".(Fl. 33, Processo nº 2019.30550.010573).

O inteiro teor desta decisão pode ser obtido junto à Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77.006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4480.

Publique-se e archive-se.

Palmas-TO, 02 de julho de 2025.

Perciliana Joaquina Bezerra de Carvalho
Superintendente de Vigilância em Saúde (SVS)

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

FEITO: Recurso Administrativo
REFERÊNCIA: Auto de Infração nº 93/2021
PROCESSO Nº: 2021.30550.007866
RECORRENTE: SECRETARIA DA SAÚDE/HOSPITAL REGIONAL DE ARAPOEMA
RECORRIDA: Gerência de Inspeção e Monitoramento (GIM)
Base Legal: Art. 10, inciso XXXI da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1.977.

A Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins (DVISA/TO), no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...) conhecemos do recurso interposto pela instituição: SECRETARIA DA SAÚDE, nome fantasia: HOSPITAL REGIONAL DE ARAPOEMA, para NEGAR-LHE provimento, mantendo-se a decisão combatida pelos seus próprios fundamentos (...)". (Fls. 23, Processo nº 2021.30550.007866).

O inteiro teor desta decisão pode ser obtido junto à Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77.006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4480.

Publique-se e archive-se.

Palmas-TO, 02 de julho de 2025.

Amanda Campos Feitosa
Diretora de Vigilância Sanitária

EXTRATO DE DECISÃO FINAL

Processo Administrativo: 2021.30550.009449
Autuado: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TOCANTINÓPOLIS/HOSPITAL MUNICIPAL JOSÉ SABÓIA
Auto de Infração: 3270/2021
Base Legal: Art. 10, incisos II e XXXI da Lei Federal nº 6.437/1977 c/c art. 36º da RDC 63/2011.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS) da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 535 e segs. do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, em análise acurada dos documentos e manifestações que instruem o Processo Administrativo Sanitário (PAS) em epígrafe, profere o que segue.

EXTRATO DA DECISÃO: "(...) Pelo exposto, levando em consideração a natureza das infrações e as medidas adotadas pela infratora para regularizar-se, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 6.437/1977. APLICO À AUTUADA A PENA DE MULTA FIXADA EM R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações. (...)". (pág. 14, Processo nº 2021/30550/009449).

O inteiro teor desta decisão pode ser obtido junto à Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: Quadra 104 Norte, Avenida LO 02, Lote 30, Edifício Lauro Knopp, 3º Andar, Plano Diretor Norte, CEP: 77.006-022, Palmas-TO, Telefone: (63) 3027-4480.

Publique-se e archive-se.

Palmas/TO, 02 de julho de 2025.

Crislane Maria da Silva Bastos
Gerente de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GIMSS)

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90043/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2024/30550/008941

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO e com base no Decreto Federal Nº 7.892, de 21 de junho de 2013, fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90043, de 16 de abril de 2025, da Secretaria de Estado da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

EMPRESA: C.A. HOSPITALAR LTDA
CNPJ: 26.457.348/0001-04

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
36	93.960	COMPRIMIDO	SINVASTATINA 20MG COMPRIMIDO	SANDOZ	R\$ 0,09	R\$ 8.456,40
VALOR TOTAL						R\$ 8.456,40

1. CONDIÇÕES GERAIS

1.1. Prazo de vigência da Ata de Registro de Preços

a) O prazo de vigência da Ata será, de 1 (um) ano, contado da publicação, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme disposto no art. 84 da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021.

b) A prorrogação fica condicionada à comprovação da vantajosidade dos preços registrados, mediante pesquisa de preço a ser realizada.

1.2. Alteração ou Atualização dos Preços Registros

1.2.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

1.2.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

1.2.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

1.2.1.3. Na hipótese de previsão no Edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

1.2.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

1.2.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

1.3. Do local e prazo de entrega

O local e prazo de entrega será de acordo com o Termo de Referência, anexo do Edital.

1.4. Condições para Contratação:

a) O Proponente vencedor e registrado, quando convocado, terá o prazo de até 05 (cinco) dias para retirar a Nota de empenho, e/ou assinar o Termo Contratual, podendo este prazo ser prorrogado a critério da Administração, por igual período e em uma vez, desde que ocorra motivo justificado.

b) O prazo de vigência da contratação será o definido no Termo de Referência, de acordo com a natureza da contratação.

c) O órgão contratante, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, deve observar a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

d) As aquisições ou contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e para os Órgãos Participantes.

e) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de Órgãos Não Participantes que aderirem.

f) Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme art. 271 do Decreto Estadual nº 6.606/2023.

g) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços.

1.5. Condições de Gerais:

As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.6. Das Assinaturas:

Assinam a presente Ata de Registro de Preços, a empresa abaixo descrita, por meio de seu representante credenciado no certame, juntamente com o(a) Pregoeiro(a) e o Secretário de Estado da Saúde.

Palmas, capital do estado, aos 16 dias do mês de dezembro de 2025.

C.A. HOSPITALAR LTDA
CNPJ: 26.457.348/0001-04

CARLOS FELINTO JÚNIOR
Secretário de Estado da Saúde

ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90043/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2024/30550/008941

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO e com base no Decreto Federal Nº 7.892, de 21 de junho de 2013, fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90043, de 16 de abril de 2025, da Secretaria de Estado da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

EMPRESA: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA - CNPJ: 44.734.671/0022-86

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	34.020	AMPOLA	HIDRALAZINA 20MG/ML SOLUCAO INJETAVEL 1 ML AMPOLA	CRISTALIA	R\$ 5,00	R\$ 170.100,00
17	27.311	AMPOLA	METARAMINOL 10MG/ML SOLUCAO INJETAVEL 1ML AMPOLA	CRISTALIA	R\$ 15,04	R\$ 410.757,44
27	16.734	AMPOLA	NITROGLICERINA 5MG/ML INJETAVEL 10ML AMPOLA	CRISTALIA	R\$ 37,00	R\$ 619.158,00
VALOR TOTAL						R\$ 1.200.015,44

1. CONDIÇÕES GERAIS

1.1. Prazo de vigência da Ata de Registro de Preços

a) O prazo de vigência da Ata será, de 1 (um) ano, contado da publicação, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme disposto no art. 84 da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021.

b) A prorrogação fica condicionada à comprovação da vantajosidade dos preços registrados, mediante pesquisa de preço a ser realizada.

1.2. Alteração ou Atualização dos Preços Registros

1.2.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

1.2.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

1.2.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

1.2.1.3. Na hipótese de previsão no Edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

1.2.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

1.2.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

1.3. Do local e prazo de entrega

O local e prazo de entrega será de acordo com o Termo de Referência, anexo do Edital.

1.4. Condições para Contratação:

a) O Proponente vencedor e registrado, quando convocado, terá o prazo de até 05 (cinco) dias para retirar a Nota de empenho, e/ou assinar o Termo Contratual, podendo este prazo ser prorrogado a critério da Administração, por igual período e em uma vez, desde que ocorra motivo justificado.

b) O prazo de vigência da contratação será o definido no Termo de Referência, de acordo com a natureza da contratação.

c) O órgão contratante, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, deve observar a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

d) As aquisições ou contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e para os Órgãos Participantes.

e) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de Órgãos Não Participantes que aderirem.

f) Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme art. 271 do Decreto Estadual nº 6.606/2023.

g) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços.

1.5. Condições de Gerais:

As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.6. Das Assinaturas:

Assinam a presente Ata de Registro de Preços, a empresa abaixo descrita, por meio de seu representante credenciado no certame, juntamente com o(a) Pregoeiro(a) e o Secretário de Estado da Saúde.

Palmas, capital do estado, aos 16 dias do mês de dezembro de 2025.

CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA
CNPJ: 44.734.671/0022-86

CARLOS FELINTO JÚNIOR
Secretário de Estado da Saúde

ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90043/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2024/30550/008941

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO e com base no Decreto Federal Nº 7.892, de 21 de junho de 2013, fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90043, de 16 de abril de 2025, da Secretaria de Estado da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

EMPRESA: FRESENIUS KABI BRASIL LTDA
CNPJ: 49.324.221/0016-90

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
15	10.584	BOLSA/FRASCO	MANITOL 20% (200 MG/ML) SOLUCAO INJETAVEL 250ML SISTEMA FECHADO C/2 PONTOS DE CONEXAO BOLSA/FRASCO	FRESENIUS	R\$ 7,00	R\$ 74.088,00
VALOR TOTAL						R\$ 74.088,00

1. CONDIÇÕES GERAIS

1.1. Prazo de vigência da Ata de Registro de Preços

a) O prazo de vigência da Ata será, de 1 (um) ano, contado da publicação, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme disposto no art. 84 da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021.

b) A prorrogação fica condicionada à comprovação da vantajosidade dos preços registrados, mediante pesquisa de preço a ser realizada.

1.2. Alteração ou Atualização dos Preços Registros

1.2.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

1.2.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

1.2.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

1.2.1.3. Na hipótese de previsão no Edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

1.2.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

1.2.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

1.3. Do local e prazo de entrega

O local e prazo de entrega será de acordo com o Termo de Referência, anexo do Edital.

1.4. Condições para Contratação:

a) O Proponente vencedor e registrado, quando convocado, terá o prazo de até 05 (cinco) dias para retirar a Nota de empenho, e/ou assinar o Termo Contratual, podendo este prazo ser prorrogado a critério da Administração, por igual período e em uma vez, desde que ocorra motivo justificado.

b) O prazo de vigência da contratação será o definido no Termo de Referência, de acordo com a natureza da contratação.

c) O órgão contratante, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, deve observar a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

d) As aquisições ou contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e para os Órgãos Participantes.

e) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de Órgãos Não Participantes que aderirem.

f) Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme art. 271 do Decreto Estadual nº 6.606/2023.

g) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços.

1.5. Condições de Gerais:

As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.6. Das Assinaturas:

Assinam a presente Ata de Registro de Preços, a empresa abaixo descrita, por meio de seu representante credenciado no certame, juntamente com o(a) Pregoeiro(a) e o Secretário de Estado da Saúde.

Palmas, capital do estado, aos 16 dias do mês de dezembro de 2025.

FRESENIUS KABI BRASIL LTDA
CNPJ: 49.324.221/0016-90

CARLOS FELINTO JÚNIOR
Secretário de Estado da Saúde

ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90043/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2024/30550/008941

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO e com base no Decreto Federal Nº 7.892, de 21 de junho de 2013, fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90043, de 16 de abril de 2025, da Secretaria de Estado da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

EMPRESA: HALEX ISTAR INDÚSTRIA FARMACEUTICA
CNPJ: 01.571.702/0001-98

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
22	14.312	FRASCO-AMPOLA	METOPROLOL 1MG/ML SOLUCAO INJETAVEL 5 ML FRASCO-AMPOLA/ AMPOLA	HALEX ISTAR	R\$ 8,98	R\$ 128.521,76
VALOR TOTAL						R\$ 128.521,76

1. CONDIÇÕES GERAIS

1.1. Prazo de vigência da Ata de Registro de Preços

a) O prazo de vigência da Ata será, de 1 (um) ano, contado da publicação, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme disposto no art. 84 da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021.

b) A prorrogação fica condicionada à comprovação da vantajosidade dos preços registrados, mediante pesquisa de preço a ser realizada.

1.2. Alteração ou Atualização dos Preços Registros

1.2.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

1.2.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

1.2.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

1.2.1.3. Na hipótese de previsão no Edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

1.2.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

1.2.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

1.3. Do local e prazo de entrega

O local e prazo de entrega será de acordo com o Termo de Referência, anexo do Edital.

1.4. Condições para Contratação:

a) O Proponente vencedor e registrado, quando convocado, terá o prazo de até 05 (cinco) dias para retirar a Nota de empenho, e/ou assinar o Termo Contratual, podendo este prazo ser prorrogado a critério da Administração, por igual período e em uma vez, desde que ocorra motivo justificado.

b) O prazo de vigência da contratação será o definido no Termo de Referência, de acordo com a natureza da contratação.

c) O órgão contratante, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, deve observar a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

d) As aquisições ou contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e para os Órgãos Participantes.

e) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de Órgãos Não Participantes que aderirem.

f) Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme art. 271 do Decreto Estadual nº 6.606/2023.

g) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços.

1.5. Condições de Gerais:

As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.6. Das Assinaturas:

Assinam a presente Ata de Registro de Preços, a empresa abaixo descrita, por meio de seu representante credenciado no certame, juntamente com o(a) Pregoeiro(a) e o Secretário de Estado da Saúde.

Palmas, capital do estado, aos 16 dias do mês de dezembro de 2025.

HALEX ISTAR INDÚSTRIA FARMACEUTICA
CNPJ: 01.571.702/0001-98

CARLOS FELINTO JÚNIOR
Secretário de Estado da Saúde

ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90043/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2024/30550/008941

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO e com base no Decreto Federal Nº 7.892, de 21 de junho de 2013, fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90043, de 16 de abril de 2025, da Secretaria de Estado da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

EMPRESA: HOSPITALAR CATARINENSE LTDA
CNPJ: 53.518.891/0001-39

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
16	3.528	BOLSA/FRASCO	MANITOL 20% (200 MG/ML) SOLUCAO INJETAVEL 250ML SISTEMA FECHADO C/2 PONTOS DE CONEXAO BOLSA/FRASCO	GENERICO/HALEX ISTAR	R\$ 10,19	R\$ 35.950,32
23	2.968	FRASCO-AMPOLA	METOPROLOL 1MG/ML SOLUCAO INJETAVEL 5 ML FRASCO-AMPOLA/AMPOLA	BECA TARTARATO/HALEX ISTAR	R\$ 21,42	R\$ 63.574,56
30	2.340	FRASCO-AMPOLA	NITROPRUSSETO DE SODIO 50MG INJETAVEL FRASCO-AMPOLA/AMPOLA	NITROP/HYPOFARMA	R\$ 20,40	R\$ 47.736,00
VALOR TOTAL						R\$ 147.260,88

1. CONDIÇÕES GERAIS

1.1. Prazo de vigência da Ata de Registro de Preços

a) O prazo de vigência da Ata será, de 1 (um) ano, contado da publicação, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme disposto no art. 84 da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021.

b) A prorrogação fica condicionada à comprovação da vantajosidade dos preços registrados, mediante pesquisa de preço a ser realizada.

1.2. Alteração ou Atualização dos Preços Registros

1.2.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

1.2.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

1.2.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

1.2.1.3. Na hipótese de previsão no Edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

1.2.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

1.2.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

1.3. Do local e prazo de entrega

O local e prazo de entrega será de acordo com o Termo de Referência, anexo do Edital.

1.4. Condições para Contratação:

a) O Proponente vencedor e registrado, quando convocado, terá o prazo de até 05 (cinco) dias para retirar a Nota de empenho, e/ou assinar o Termo Contratual, podendo este prazo ser prorrogado a critério da Administração, por igual período e em uma vez, desde que ocorra motivo justificado.

b) O prazo de vigência da contratação será o definido no Termo de Referência, de acordo com a natureza da contratação.

c) O órgão contratante, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, deve observar a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

d) As aquisições ou contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e para os Órgãos Participantes.

e) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de Órgãos Não Participantes que aderirem.

f) Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme art. 271 do Decreto Estadual nº 6.606/2023.

g) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços.

1.5. Condições de Gerais:

As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.6. Das Assinaturas:

Assinam a presente Ata de Registro de Preços, a empresa abaixo descrita, por meio de seu representante credenciado no certame, juntamente com o(a) Pregoeiro(a) e o Secretário de Estado da Saúde.

Palmas, capital do estado, aos 16 dias do mês de dezembro de 2025.

HOSPITALAR CATARINENSE LTDA
CNPJ: 53.518.891/0001-39

CARLOS FELINTO JÚNIOR
Secretário de Estado da Saúde

ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90043/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2024/30550/008941

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO e com base no Decreto Federal Nº 7.892, de 21 de junho de 2013, fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90043, de 16 de abril de 2025, da Secretaria de Estado da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

EMPRESA: HYPOFARMA INSTITUTO DE HYPODERMIA E FARMACIA LTDA - CNPJ: 17.174.657/0008-44

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
29	17.244	FRASCO-AMPOLA	NITROPRUSSETO DE SODIO 50MG INJETAVEL FRASCO-AMPOLA/AMPOLA	HYPOFARMA/ NITROP 25MG/ML IV	R\$ 14,82	R\$ 255.556,08
VALOR TOTAL						R\$ 255.556,08

1. CONDIÇÕES GERAIS

1.1. Prazo de vigência da Ata de Registro de Preços

a) O prazo de vigência da Ata será, de 1 (um) ano, contado da publicação, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme disposto no art. 84 da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021.

b) A prorrogação fica condicionada à comprovação da vantajosidade dos preços registrados, mediante pesquisa de preço a ser realizada.

1.2. Alteração ou Atualização dos Preços Registros

1.2.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

1.2.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

1.2.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

1.2.1.3. Na hipótese de previsão no Edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

1.2.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

1.2.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

1.3. Do local e prazo de entrega

O local e prazo de entrega será de acordo com o Termo de Referência, anexo do Edital.

1.4. Condições para Contratação:

a) O Proponente vencedor e registrado, quando convocado, terá o prazo de até 05 (cinco) dias para retirar a Nota de empenho, e/ou assinar o Termo Contratual, podendo este prazo ser prorrogado a critério da Administração, por igual período e em uma vez, desde que ocorra motivo justificado.

b) O prazo de vigência da contratação será o definido no Termo de Referência, de acordo com a natureza da contratação.

c) O órgão contratante, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, deve observar a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

d) As aquisições ou contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e para os Órgãos Participantes.

e) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de Órgãos Não Participantes que aderirem.

f) Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme art. 271 do Decreto Estadual nº 6.606/2023.

g) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços.

1.5. Condições de Gerais:

As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.6. Das Assinaturas:

Assinam a presente Ata de Registro de Preços, a empresa abaixo descrita, por meio de seu representante credenciado no certame, juntamente com o(a) Pregoeiro(a) e o Secretário de Estado da Saúde.

Palmas, capital do estado, aos 16 dias do mês de dezembro de 2025.

HYPOFARMA INSTITUTO DE HYPODERMIA E FARMACIA LTDA
CNPJ: 17.174.657/0008-44

CARLOS FELINTO JÚNIOR
Secretário de Estado da Saúde

ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90043/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2024/30550/008941

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO e com base no Decreto Federal Nº 7.892, de 21 de junho de 2013, fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90043, de 16 de abril de 2025, da Secretaria de Estado da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

EMPRESA: MEDICINALI PRODUTOS PARA SAUDE LTDA
CNPJ: 20.918.668/0001-20

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
7	50.400	COMPRIMIDO	ISOSSORBIDA MONONITRATO 20MG COMPRIMIDO	ACHE -BIOSINTETICA	R\$ 0,35	R\$ 17.640,00
VALOR TOTAL						R\$ 17.640,00

1. CONDIÇÕES GERAIS

1.1. Prazo de vigência da Ata de Registro de Preços

a) O prazo de vigência da Ata será, de 1 (um) ano, contado da publicação, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme disposto no art. 84 da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021.

b) A prorrogação fica condicionada à comprovação da vantajosidade dos preços registrados, mediante pesquisa de preço a ser realizada.

1.2. Alteração ou Atualização dos Preços Registros

1.2.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

1.2.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

1.2.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

1.2.1.3. Na hipótese de previsão no Edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

1.2.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

1.2.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

1.3. Do local e prazo de entrega

O local e prazo de entrega será de acordo com o Termo de Referência, anexo do Edital.

1.4. Condições para Contratação:

a) O Proponente vencedor e registrado, quando convocado, terá o prazo de até 05 (cinco) dias para retirar a Nota de empenho, e/ou assinar o Termo Contratual, podendo este prazo ser prorrogado a critério da Administração, por igual período e em uma vez, desde que ocorra motivo justificado.

b) O prazo de vigência da contratação será o definido no Termo de Referência, de acordo com a natureza da contratação.

c) O órgão contratante, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, deve observar a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

d) As aquisições ou contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e para os Órgãos Participantes.

e) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de Órgãos Não Participantes que aderirem.

f) Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme art. 271 do Decreto Estadual nº 6.606/2023.

g) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços.

1.5. Condições de Gerais:

As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.6. Das Assinaturas:

Assinam a presente Ata de Registro de Preços, a empresa abaixo descrita, por meio de seu representante credenciado no certame, juntamente com o(a) Pregoeiro(a) e o Secretário de Estado da Saúde.

Palmas, capital do estado, aos 16 dias do mês de dezembro de 2025.

MEDICINALI PRODUTOS PARA SAUDE LTDA
CNPJ: 20.918.668/0001-20

CARLOS FELINTO JÚNIOR
Secretário de Estado da Saúde

ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90043/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2024/30550/008941

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO e com base no Decreto Federal Nº 7.892, de 21 de junho de 2013, fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90043, de 16 de abril de 2025, da Secretaria de Estado da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

EMPRESA: ROSAFARM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 37.676.047/0001-80

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
13	164.661	COMPRIMIDO	LOSARTANA 50MG COMPRIMIDO	PRATI	R\$ 0,07	R\$ 11.526,27
20	44.280	COMPRIMIDO	METILDOPA 500MG COMPRIMIDO	HIPOLABOR	R\$ 1,04	R\$ 46.051,20
21	14.760	COMPRIMIDO	METILDOPA 500MG COMPRIMIDO	HIPOLABOR	R\$ 1,04	R\$ 15.350,40
37	31.320	COMPRIMIDO	SINVASTATINA 20MG COMPRIMIDO	LEGRAND	R\$ 0,31	R\$ 9.709,20
38	4.320	COMPRIMIDO REVESTIDO	VERAPAMIL 80MG COMPRIMIDO REVESTIDO	BIOSINTETICA	R\$ 0,31	R\$ 1.339,20
VALOR TOTAL						R\$ 83.976,27

1. CONDIÇÕES GERAIS

1.1. Prazo de vigência da Ata de Registro de Preços

a) O prazo de vigência da Ata será, de 1 (um) ano, contado da publicação, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme disposto no art. 84 da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021.

b) A prorrogação fica condicionada à comprovação da vantajosidade dos preços registrados, mediante pesquisa de preço a ser realizada.

1.2. Alteração ou Atualização dos Preços Registros

1.2.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

1.2.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

1.2.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

1.2.1.3. Na hipótese de previsão no Edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

1.2.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

1.2.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

1.3. Do local e prazo de entrega

O local e prazo de entrega será de acordo com o Termo de Referência, anexo do Edital.

1.4. Condições para Contratação:

a) O Proponente vencedor e registrado, quando convocado, terá o prazo de até 05 (cinco) dias para retirar a Nota de empenho, e/ou assinar o Termo Contratual, podendo este prazo ser prorrogado a critério da Administração, por igual período e em uma vez, desde que ocorra motivo justificado.

b) O prazo de vigência da contratação será o definido no Termo de Referência, de acordo com a natureza da contratação.

c) O órgão contratante, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, deve observar a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

d) As aquisições ou contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e para os Órgãos Participantes.

e) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de Órgãos Não Participantes que aderirem.

f) Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme art. 271 do Decreto Estadual nº 6.606/2023.

g) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços.

1.5. Condições de Gerais:

As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.6. Das Assinaturas:

Assinam a presente Ata de Registro de Preços, a empresa abaixo descrita, por meio de seu representante credenciado no certame, juntamente com o(a) Pregoeiro(a) e o Secretário de Estado da Saúde.

Palmas, capital do estado, aos 16 dias do mês de dezembro de 2025.

ROSAFARM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 37.676.047/0001-80

CARLOS FELINTO JÚNIOR
Secretário de Estado da Saúde

ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90043/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2024/30550/008941

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO e com base no Decreto Federal Nº 7.892, de 21 de junho de 2013, fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90043, de 16 de abril de 2025, da Secretaria de Estado da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

EMPRESA: UPA FARMA DROGARIA LTDA
CNPJ: 23.976.706/0001-99

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
26	64.800	COMPRIMIDO	NIFEDIPINO 20MG COMPRIMIDO	NIFEDIPRESS/ MEDQUIMICA	R\$ 0,47	R\$ 30.456,00
VALOR TOTAL						R\$ 30.456,00

1. CONDIÇÕES GERAIS

1.1. Prazo de vigência da Ata de Registro de Preços

a) O prazo de vigência da Ata será, de 1 (um) ano, contado da publicação, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme disposto no art. 84 da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021.

b) A prorrogação fica condicionada à comprovação da vantajosidade dos preços registrados, mediante pesquisa de preço a ser realizada.

1.2. Alteração ou Atualização dos Preços Registros

1.2.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

1.2.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

1.2.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

1.2.1.3. Na hipótese de previsão no Edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

1.2.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

1.2.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

1.3. Do local e prazo de entrega

O local e prazo de entrega será de acordo com o Termo de Referência, anexo do Edital.

1.4. Condições para Contratação:

a) O Proponente vencedor e registrado, quando convocado, terá o prazo de até 05 (cinco) dias para retirar a Nota de empenho, e/ou assinar o Termo Contratual, podendo este prazo ser prorrogado a critério da Administração, por igual período e em uma vez, desde que ocorra motivo justificado.

b) O prazo de vigência da contratação será o definido no Termo de Referência, de acordo com a natureza da contratação.

c) O órgão contratante, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, deve observar a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

d) As aquisições ou contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e para os Órgãos Participantes.

e) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de Órgãos Não Participantes que aderirem.

f) Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme art. 271 do Decreto Estadual nº 6.606/2023.

g) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços.

1.5. Condições de Gerais:

As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.6. Das Assinaturas:

Assinam a presente Ata de Registro de Preços, a empresa abaixo descrita, por meio de seu representante credenciado no certame, juntamente com o(a) Pregoeiro(a) e o Secretário de Estado da Saúde.

Palmas, capital do estado, aos 16 dias do mês de dezembro de 2025.

UPA FARMA DROGARIA LTDA
CNPJ: 23.976.706/0001-99

CARLOS FELINTO JÚNIOR
Secretário de Estado da Saúde

**AVISO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO Nº 2025/30550/002143**

A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO ESTADO DO TOCANTINS na competência de Órgão Gerenciador, conforme prevê o Decreto Estadual nº 6.606/2023, vem registrar Intenção de Registro de Preços para aquisição de Mobiliário Hospitalar, destinados a atender as necessidades das Unidades Hospitalares Estaduais geridas pela Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins (SES/TOE), conforme condições, especificações e quantitativos constantes do Termo de Referência.

Os órgãos que tiverem intenção de participar do referido Registro de Preços, deverão encaminhar ofício para esta Comissão de Contratação manifestando seu interesse e concordância com o objeto a ser licitado, devidamente acompanhado de:

I - Solicitação de Compras;

II - Termo de anuência ao Termo de Referência do Órgão Participante, aprovado pela autoridade competente;

III - Orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, amparados em pesquisa de mercado.

O Termo de Referência deverá ser solicitado via e-mail airp.sesauto@gmail.com.

O prazo para manifestação de interesse em participar do presente Registro é de 08 (oito) dias úteis após a publicação no Diário Oficial do Estado do Tocantins.

Maiores informações poderão ser obtidas na SES/CC que fica localizada na Av. NS 01, AANO, Praça dos Girassóis, s/nº, Palmas/TO, CEP: 77.015-007 ou através dos telefones: (063) 3027- 4361/4362.

Palmas, capital do estado, aos 19 dias do mês de dezembro, do ano de 2025.

DANILO VELOSO OLIVEIRA
Superintendente da Central de Licitação respondendo interinamente

**AVISO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO Nº 2025/30550/009925**

A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO ESTADO DO TOCANTINS na competência de Órgão Gerenciador, conforme prevê o Decreto Estadual nº 6.606/2023, vem registrar Intenção de Registro de Preços para aquisição MEDICAMENTOS ANTIALÉRGICOS E OFTALMOLÓGICOS, 2026-2027, conforme condições, especificações e quantitativos constantes do Termo de Referência.

Os órgãos que tiverem intenção de participar do referido Registro de Preços, deverão encaminhar ofício para esta Comissão de Contratação manifestando seu interesse e concordância com o objeto a ser licitado, devidamente acompanhado de:

I - Solicitação de Compras;

II - Termo de anuência ao Termo de Referência do Órgão Participante, aprovado pela autoridade competente;

III - Orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, amparados em pesquisa de mercado.

O Termo de Referência deverá ser solicitado via e-mail airp.sesauto@gmail.com.

O prazo para manifestação de interesse em participar do presente Registro é de 08 (oito) dias úteis após a publicação no Diário Oficial do Estado do Tocantins.

Maiores informações poderão ser obtidas na SES/CC que fica localizada na Av. NS 01, AANO, Praça dos Girassóis, s/nº, Palmas/TO, CEP: 77.015-007 ou através dos telefones: (063) 3027-4361/4362.

Palmas, capital do estado, aos 22 dias do mês de dezembro, do ano de 2025.

DANILO VELOSO OLIVEIRA
Superintendente da Central de Licitação respondendo interinamente

**AVISO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO Nº 2025/30550/010281**

A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO ESTADO DO TOCANTINS na competência de Órgão Gerenciador, conforme prevê o Decreto Estadual nº 6.606/2023, vem registrar Intenção de Registro de Preços para aquisição de VIDRARIAS, TUBOS E AFINS destinados a atender as necessidades Hemorrede do Tocantins, conforme condições, especificações e quantitativos constantes do Termo de Referência.

Os órgãos que tiverem intenção de participar do referido Registro de Preços, deverão encaminhar ofício para esta Comissão de Contratação manifestando seu interesse e concordância com o objeto a ser licitado, devidamente acompanhado de:

I - Solicitação de Compras;

II - Termo de anuência ao Termo de Referência do Órgão Participante, aprovado pela autoridade competente;

III - Orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, amparados em pesquisa de mercado.

O Termo de Referência deverá ser solicitado via e-mail airp.sesauto@gmail.com.

O prazo para manifestação de interesse em participar do presente Registro é de 08 (oito) dias úteis após a publicação no Diário Oficial do Estado do Tocantins.

Maiores informações poderão ser obtidas na SES/CC que fica localizada na Av. NS 01, AANO, Praça dos Girassóis, s/nº, Palmas/TO, CEP: 77.015-007 ou através dos telefones: (063) 3027-4361/4362.

Palmas, capital do estado, aos 22 dias do mês de dezembro, do ano de 2025.

DANILO VELOSO OLIVEIRA
Superintendente da Central de Licitação respondendo interinamente

**AVISO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO Nº 2025/30550/010815**

A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO ESTADO DO TOCANTINS na competência de Órgão Gerenciador, conforme prevê o Decreto Estadual nº 6.606/2023, vem registrar Intenção de Registro de Preços para Aquisição de medicamentos destinados ao abastecimento do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica. Neste Presente termo constam Medicamentos Elencados no Grupo 2, conforme condições, especificações e quantitativos constantes do Termo de Referência.

Os órgãos que tiverem intenção de participar do referido Registro de Preços, deverão encaminhar ofício para esta Comissão de Contratação manifestando seu interesse e concordância com o objeto a ser licitado, devidamente acompanhado de:

I - Solicitação de Compras;

II - Termo de anuência ao Termo de Referência do Órgão Participante, aprovado pela autoridade competente;

III - Orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, amparados em pesquisa de mercado.

O Termo de Referência deverá ser solicitado via e-mail airp.sesauto@gmail.com.

O prazo para manifestação de interesse em participar do presente Registro é de 08 (oito) dias úteis após a publicação no Diário Oficial do Estado do Tocantins.

Maiores informações poderão ser obtidas na SES/CC que fica localizada na Av. NS 01, AANO, Praça dos Girassóis, s/nº, Palmas/TO, CEP: 77.015-007 ou através dos telefones: (063) 3027-4361/4362.

Palmas, capital do estado, aos 22 dias do mês de dezembro, do ano de 2025.

DANILO VELOSO OLIVEIRA
Superintendente da Central de Licitação
Respondendo interinamente
Portaria Nº 584/2025/SES/SGPES/DGP/GGP

**AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2025**

O Superintendente da Central de Licitação da Secretaria de Estado da Saúde/TO torna público o Resultado do Pregão Eletrônico Nº 90083/2025 - Processo Administrativo Nº 2024/30550/003335, conforme segue:

DATAMED LTDA
CNPJ: 38.658.399/0001-75, o valor adjudicado R\$ 195.880,00.

LOCCUS DO BRASIL LTDA
CNPJ: 05.094.718/0001-08, o valor adjudicado R\$ 118.000,00.

O valor total adjudicado R\$ 313.880,00. O resultado completo encontra-se disponível no site: www.comprasgovernamentais.gov.br.

Palmas/TO, 22 de dezembro de 2025.

DANILO VELOSO OLIVEIRA
Superintendente da Central de Licitação
Respondendo interinamente

**AVISO DE SUSPENSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90174/2025
SITE: WWW.COMPRASGOVERNAMENTAIS.GOV.BR**

A Secretaria de Estado da Saúde torna público que foi suspenso "Sine Die", a data da abertura do certame acima, que tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento de conjunto integrado de insumos e locação de equipamento para realização de exames de forma automatizada de detecção de hemoglobinas normais e anormais (A, A2, S, C) pelas metodologias de eletroforese capilar ou Cromatografia Líquida de Alta Eficiência (HPLC) destinados à realização dos testes hematológicos em doadores de sangue destinados a atender as necessidades da Hemorrede do Tocantins, conforme especificado no Edital e seus anexos. (Processo nº 2025/30550/003447).

Palmas, capital do estado, aos 18 dias do mês de dezembro, do ano de 2025.

DANILO VELOSO OLIVEIRA
Superintendente da Central de Licitação
Respondendo interinamente

**AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2025**

O Superintendente da Central de Licitação da Secretaria de Estado da Saúde/TO torna público o Resultado do Pregão Eletrônico Nº 90043/2025 - Processo Administrativo Nº 2024/30550/008941, conforme segue:

ROSAFARM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 37.676.047/0001-80, o valor adjudicado R\$ 83.976,27.

CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA
CNPJ: 44.734.671/0022-86, o valor adjudicado R\$ 1.200.015,44.

HOSPITALAR CATARINENSE LTDA
CNPJ: 53.518.891/0001-39, o valor adjudicado R\$ 147.260,88.

C.A. HOSPITALAR LTDA
CNPJ: 26.457.348/0001-04, o valor adjudicado R\$ 8.456,40.

UPA FARMA DROGARIA LTDA
CNPJ: 23.976.706/0001-99, o valor adjudicado R\$ 30.456,00.

HYPOFARMA INSTITUTO DE HYPODERMIA E FARMACIA LTDA
CNPJ: 17.174.657/0008-44, o valor adjudicado R\$ 255.556,08.

HALEX ISTAR INDÚSTRIA FARMACEUTICA
CNPJ: 01.571.702/0001-98, o valor adjudicado R\$ 128.521,76.

FRESENIUS KABI BRASIL LTDA
CNPJ: 49.324.221/0016-90, o valor adjudicado R\$ 74.088,00.

MEDICINALI PRODUTOS PARA SAUDE LTDA
CNPJ: 20.918.668/0001-20, o valor adjudicado R\$ 17.640,00.

ITENS SEM SUCESSO

ITENS FRACASSADOS: 3, 5, 6, 8, 9, 10, 18, 24, 25, 28, 33 e 34.

O valor total adjudicado R\$ 1.945.970,83. O resultado completo encontra-se disponível no site: www.comprasgovernamentais.gov.br.

Palmas/TO, 16 de dezembro de 2025.

DANILO VELOSO OLIVEIRA
Superintendente da Central de Licitação
Respondendo interinamente

**AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90129/2025**

O Superintendente da Central de Licitação da Secretaria de Estado da Saúde/TO torna público o Resultado do Pregão Eletrônico Nº 90129/2025 - Processo Administrativo Nº 2024/30550/004297, conforme segue:

PROC9 INDUSTRIA QUIMICA LTDA
CNPJ: 07.944.100/0001-15, o valor adjudicado R\$ 4.147,80.

OBAH PRODUTOS E SERVICOS ANALITICOS LTDA
CNPJ: 09.134.068/0001-38, o valor adjudicado R\$ 851,19.

OGCP COMERCIAL LTDA
CNPJ: 56.340.616/0001-66, o valor adjudicado R\$ 580,00.

COMERCIAL SOL RADIANTE LTDA
CNPJ: 40.392.813/0001-99, o valor adjudicado R\$ 3.330,00

INTERJET COMERCIAL LTDA
CNPJ: 59.403.410/0001-26, o valor adjudicado R\$ 3.037,60.

ROSAFARM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 37.676.047/0001-80, o valor adjudicado R\$ 967,95.

SOLABOR PRODUTOS PARA LABORATORIOS LTDA
CNPJ: 45.812.327/0001-04, o valor adjudicado R\$ 5.013,29.

DELTA TECH COMERCIO E ASSESSORIA LTDA
CNPJ: 53.319.657/0001-82, o valor adjudicado R\$ 15.777,12.

ITENS SEM SUCESSO

ITENS FRACASSADOS: 3, 11, 17, 18, 20, 21, 27, 35, 36, 37, 39, 42, 46, 54, 60, 62, 64, 67, 72, 73 e 76.

O valor total adjudicado R\$ 33.704,95 O resultado completo encontra-se disponível no site: www.comprasgovernamentais.gov.br.

Palmas/TO, 17 de dezembro de 2025.

DANILO VELOSO OLIVEIRA
Superintendente da Central de Licitação
Respondendo interinamente

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

PORTARIA SSP Nº 752, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, nomeado pelo Ato de nº 3.150 - NM, de 06 de dezembro de 2025, do Chefe do Poder Executivo, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado do Tocantins, c/c art. 16 da Lei 3.421/19 e art. 258 da Lei 3.461/19, com as alterações incluídas pela Lei 3.608/19,

Considerando a Portaria SSP nº 511, de 14/11/2024, publicada no Boletim Interno Nº 629-SSP/TO, de 14/11/2024, que deu publicidade ao resultado provisório da Avaliação Periódica de Desempenho - APED/2024, referente ao interstício de 01/10/2023 a 30/09/2024;

Considerando a sentença judicial proferida em 17/11/2025 nos autos do Processo nº 0029953-69.2025.8.27.2729, da 5ª Vara do Juizado Especial de Palmas-TO, que determinou a reabertura do processo recursal SGD Nº 2024/31009/133830 para análise do mérito do recurso interposto pelo servidor identificado pela matrícula 882693-2;

Considerando o Despacho GAB/SSP nº 278/2025 (SGD Nº 2025/31009/132472), referente ao cumprimento da determinação judicial;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir Comissão para análise e julgamento do recurso impetrado pelo servidor de matrícula 882693-2, avaliado pela APED/2024, referente ao interstício de 01/10/2023 a 30/09/2024.

Art. 2º Designar, para compor a referida comissão, os membros abaixo relacionados, os quais estarão sob a presidência do primeiro:

I - Rommel Rubens Costa Rabelo - Corregedor-Geral da Segurança Pública;

II - Ibanez Ayres da Silva Neto - Corregedor-Adjunto;

III - Rafael Santos e Silva - Corregedor-Adjunto;

IV - Rodrigo Saud Anturiano - Corregedor-Adjunto.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Palmas/TO, 19 de dezembro de 2025.

BRUNO SOUSA AZEVEDO
Secretário de Estado da Segurança Pública

SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PORTARIA - SETAS Nº 206, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025.

A SECRETÁRIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, conforme o disposto no art. 42, §1º, inciso II, da Constituição do Estado do Tocantins,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora: LILIAN PRAIGIDA FEITOSA - Matrícula: 37233, para o encargo de Fiscal do Processo (titular), abaixo relacionado:

I. Processo nº 2025 41000 000597, firmado com a empresa: RC CARTUCHOS, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 06.015.659/0001-06.

II. Processo nº 2025 41000 000597, firmado com a empresa: VICTORIA COMERCIO, SERVIÇOS E SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 39.838.935/0001-87.

Art. 2º Designar a servidora: ILZA SOUSA MATOS BORGES - Matrícula 1121608-5, como Fiscal Suplente, pelo acompanhamento e fiscalização do referido processo, no impedimento e afastamento legal da titular: LILIAN PRAIGIDA FEITOSA.

Art. 3º São atribuições do fiscal de contrato e nos impedimentos do titular também do (a) suplente:

I - Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do contrato;

II - Atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou fornecimento de equipamentos, manifestando-se por escrito, em forma de relatório juntado aos autos, acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual tempestivamente, das irregularidades encontradas quando for o caso, das providências que determinam os incidentes verificados e do resultado dessas medidas, bem como, informar por escrito à Diretoria de Administração e Finanças sobre tais eventos para ciência e apreciação das providências;

III - Observar a execução do processo, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinado;

IV - Responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em resposta a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;

V - Manifestar quanto à oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto, com antecedência de 60 (sessenta) dias do final da vigência, logo após encaminhar para Diretoria de Administração e Finanças para as devidas providências.

Art. 4º Desenvolver suas atribuições conforme as orientações do Manual Interno de Fiscalização de Contrato - SETAS, aprovado pela Portaria/SETAS nº 177/2012.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA SECRETÁRIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, em Palmas - TO, aos 18 (dezoito) dias do mês de dezembro de 2025.

CLEIZENIR DIVINA DOS SANTOS
Secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social

PORTARIA - SETAS Nº 207, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025.

A SECRETÁRIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, conforme o disposto no art. 42, §1º, inciso II, da Constituição do Estado do Tocantins.

CONSIDERANDO que a Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais gráficos personalizados, com o objetivo de atender às necessidades da 15ª Conferência Estadual de Assistência Social do Estado do Tocantins. Além do referido evento, os materiais também serão destinados ao apoio de reuniões, capacitações e demais atividades institucionais promovidas pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (SETAS), assegurando padronização, qualidade e identidade visual adequada à comunicação institucional.

CONSIDERANDO que não se trata de parcelas de uma mesma compra e/ou serviço.

CONSIDERANDO, as demais informações constantes no presente processo.

RESOLVE:

DISPENSAR a realização de licitação, nos termos do art. 75, incisos II da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, para a contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais gráficos personalizados destinado a atender às necessidades da sede da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Tocantins, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, em favor das empresas RC CARTUCHOS INFORMATICA E PAPELARIA LTDA - CNPJ: 06.015.659/0001-06 - Valor total: R\$ 20.525,00 (vinte mil quinhentos e vinte e cinco reais) e VICTORIA COMERCIO, SERVIÇOS E SOLUCOES INTELIGENTES LTDA - CNPJ: 39.838.935/0001-87 - valor total: R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais), após comprovar a vantagem para a administração pública, bem como verificada a compatibilidade das propostas ofertadas com preço de mercado, tudo em conformidade com o processo de nº 2025 41000 000597 da SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

GABINETE DA SECRETÁRIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, em Palmas - TO, aos 18 (dezoito) dias do mês de dezembro de 2025.

CLEIZENIR DIVINA DOS SANTOS
Secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO

Processo nº: 2025/41000/000602
Conveniente: Governo do Estado do Tocantins/Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social
Concedente: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMAS-TO
CNPJ: 01.138.551/0001-89
Objeto: O presente Termo tem por objeto promover a parceria entre a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social e a Prefeitura Municipal de Almas do Tocantins, visando à operacionalização dos serviços prestados pelos Postos de Atendimento ao Trabalhador, por intermédio das unidades SINE - TO
Vigência: O prazo será de 02 (dois) anos, a contar da data de sua assinatura
Data da assinatura: 16/12/2025
Vigência: Até 16/12/2027
Signatários:
CLEIZENIR DIVINADOS SANTOS - Secretária de Estado - CONVENIENTE
RAINERIVAL RIBEIRO XAVIER - Prefeito - CONCEDENTE

ADAPEC

PORTARIA Nº 373, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

O Vice Presidente da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins - ADAPEC/TOCANTINS no uso das suas atribuições que lhe dão o art. 2º, inciso X, do Decreto 6.384, de 04 de janeiro de 2022, c/c a Portaria Nº 2753/2025/GASEC, de 26 de novembro de 2025.

CONSIDERANDO, a determinação do Parecer Prévio TCE/TO nº 54/2025 (Processo nº 5114/2025);

CONSIDERANDO, a Portaria Conjunta SECAD/SEFAZ/CGE Nº 8/2025, de 10 de novembro de 2025, publicada no DOE Nº 6.942, em 17 de novembro de 2025;

CONSIDERANDO, o Decreto Estadual nº 6.084, de 14 de abril de 2020, que institui o Sistema Integrado de Gestão Administrativa do Estado do Tocantins - SIGA-TO.

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Agência de Defesa Agropecuária (ADAPEC), a Comissão Especial de Regularização Patrimonial, responsável pela condução, execução, acompanhamento e consolidação das ações voltadas ao saneamento, regularização e atualização dos bens imóveis sob gestão da pasta.

Art. 2º A Comissão de Regularização será composta pelos seguintes servidores, sendo o primeiro deles o seu Presidente.

Nº	MEMBROS	SETOR	MATRÍCULA
I	MARIELY SILVA RICHTER DOS SANTOS	Gerência Geral de Apoio Administrativo - GGAD	11961430-1
II	JOSÉ MILTON DA SILVA ARAGÃO	Financeiro	751987-1
III	GUILBERTH NORONHA DE CERQUEIRA	Gerência Geral de Apoio Administrativo - GGAD	1199324-3
IV	VALDIR SARDEIRO DA SILVA	Contabilidade	11982004-1
V	FRANCISCO DE ASSIS FILHO	Assessoria Jurídica	935909-1
VI	LUIS ANTONIO NAVES MORAES	Assessoria Jurídica	1201450-8

Os membros exercerão suas funções sem prejuízo das atribuições de seus cargos.

Art. 3º Compete à Comissão Especial de Regularização Patrimonial:

I - Elaborar e formalizar processos administrativos específicos para execução do Plano de Regularização Patrimonial, com os seguintes elementos mínimos:

a) cronograma detalhado, com etapas, prazos e marcos de acompanhamento

b) relatório circunstanciado das divergências, não conformidades e irregularidades identificadas nos bens móveis e imóveis e nos demonstrativos contábeis;

c) descrição das ações corretivas, com documentos comprobatórios e identificação dos responsáveis.

II - Promover e acompanhar a execução das ações previstas no Plano de Ação da Portaria Conjunta SECAD/SEFAZ/CGE nº 8/2025/GASEC.

III - Assegurar a atualização e correção dos dados patrimoniais nos sistemas SIGA-TO (Patrimônio Mobiliário e Imobiliário) e SIAFE-TO, promovendo conciliações físicas, cadastrais e contábeis.

IV - Implementar medidas de saneamento relativas a:

a) imóveis sem registro, organização documental e articulação com Tocantins Parcerias, ITERTINS e PGE;

b) divergências cadastrais nos sistemas patrimoniais e contábeis;

c) diferenças entre registros físicos e contábeis, garantindo consistência e fidedignidade das informações.

V - Solicitar apoio técnico dos órgãos necessários sempre que a demanda exigir.

Art. 4º O prazo para execução das ações de regularização patrimonial será:

I - Bens imóveis até 31 de dezembro de 2026.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, aos 17 dias do mês de dezembro de 2025.

DALVAN SANTOS OLIVEIRA DA SILVA
Presidente Interino

PORTARIA Nº 374, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025.

O Vice Presidente da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins - ADAPEC/TOCANTINS no uso das suas atribuições legais e com fulcro no art. 2º, incisos XI e XIII, do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 3.481, de 1º de setembro de 2008, RESOLVE,

Art. 1º DESIGNAR para responderem pelas respectivas Unidades na fruição de férias dos titulares responsáveis, conforme tabela abaixo.

SERVIDOR	TITULAR	SUBSTITUTO
	Edivaldo Mascarenhas Rocha	José Aparecido da Silva
Nº FUNCIONAL	933688-1	289696-3
UNIDADE/PERÍODO	Delegado Regional de Palmas	05/01/2026 a 19/01/2026
SERVIDOR	TITULAR	SUBSTITUTO
	João José Melo de Oliveira Neto	Beatriz Braga
Nº FUNCIONAL	502537-4	12019011-1
UNIDADE/PERÍODO	Supervisor Regional	06/01/2026 a 20/01/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, aos 18 dias do mês de dezembro de 2025.

DALVAN SANTOS OLIVEIRA DA SILVA
Presidente Interino

PORTARIA Nº 375, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025.

O Vice Presidente da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins - ADAPEC/TOCANTINS no uso das suas atribuições legais e com fulcro no art. 2º, incisos XI e XIII, do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 3.481, de 1º de setembro de 2008, RESOLVE,

Art. 1º DESIGNAR o servidor WANDERSON MARQUES GOMES, nº funcional: 11143231-2, cargo: Inspetor de Defesa Agropecuária, para responder pela Chefia da Unidade Local de Execução de Serviços de Araguatins, em substituição do titular Ivalto Lázaro Pereira Júnior, nº funcional: 926416-2, no período de férias compreendido entre 22/12/2025 a 31/12/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data da sua publicação.

GABINETE DO PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, aos 18 dias do mês de dezembro de 2025.

DALVAN SANTOS OLIVEIRA DA SILVA
Presidente Interino

PORTARIA Nº 376, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025.

O Vice Presidente da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins - ADAPEC/TOCANTINS no uso das suas atribuições legais e com fulcro no art. 2º, incisos XI e XIII, do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 3.481, de 1º de setembro de 2008, RESOLVE,

Art. 1º DESIGNAR para responderem pelas respectivas Unidades na fruição de férias dos titulares responsáveis, conforme tabela abaixo.

SERVIDOR	TITULAR	SUBSTITUTO
	Lidiane Barbosa da Silva	Kailon Felipe Costa Santos
Nº FUNCIONAL	961593-4	11989327-1
UNIDADE/PERÍODO	Chefe Unidade Local de Aragominas	05/01/2026 a 24/01/2026
SERVIDOR	TITULAR	SUBSTITUTO
	Mansueto Azevedo Costa	Nadya Abrão Haloun
Nº FUNCIONAL	527285-3	1254006-10
UNIDADE/PERÍODO	Chefe Unidade Local de Filadelfia	05/01/2026 a 03/02/2026
SERVIDOR	TITULAR	SUBSTITUTO
	Mararruth Mendes Marques da Silva	Ricardo Lopes Evangelista
Nº FUNCIONAL	734310-4	880167-2
UNIDADE/PERÍODO	Chefe Unidade Local de Carmolândia	16/01/2026 a 30/01/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, aos 18 dias do mês de dezembro de 2025.

DALVAN SANTOS OLIVEIRA DA SILVA
Presidente Interino

PORTARIA Nº 377, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025.

O Vice Presidente da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins - ADAPEC/TOCANTINS no uso das suas atribuições legais e com fulcro no art. 2º, incisos XI e XIII, do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 3.481, de 1º de setembro de 2008, RESOLVE,

Art. 1º DESIGNAR o servidor DAVI SALES SILVA, nº funcional: 11143835-2, cargo: Inspetor de Defesa Agropecuária, para responder como Supervisor Regional da área Vegetal, em substituição a titular Patrícia de Lourdes Pinto Xavier, nº funcional: 11188650-1, no período de férias compreendido entre 16/12/2025 a 30/12/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data da sua publicação.

GABINETE DO PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, aos 18 dias do mês de dezembro de 2025.

DALVAN SANTOS OLIVEIRA DA SILVA
Presidente Interino

PORTARIA Nº 378, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025.

O Vice Presidente da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins - ADAPEC/TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, inciso X, do Regimento interno, aprovado pelo Decreto nº 6.384 de 4 de janeiro de 2022, c/c art. 4º, inciso II, alínea “a”, da Lei nº 1.082, de 1º de julho de 1999, c/c o art. 1º, §2º e art. 2º, §1º, do Decreto nº 860, de 11 de novembro de 1999,

CONSIDERANDO o que dispõe o Regulamento Técnico do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose (PNCEBT), aprovada pela Instrução Normativa SDA MAPA Nº 10, de 03 de março de 2017, a Portaria ADAPEC/TO Nº 297, de 27 de setembro de 2018 e Portaria ADAPEC/TO Nº 214, de 03 de agosto de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º Cadastrar junto à ADAPEC/TO o Médico Veterinário EMANUEL VICTOR VIEIRA DA SILVA inscrito no CRMV-TO sob o nº 02727 residente neste Estado, para fins de execução de atividades previstas no Regulamento Técnico do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal, referente à vacinação de fêmeas bovinas e bubalinas entre três a oito meses de idade, em dose única, com amostra 19 de Brucella abortus e/ou amostra RB 51, de acordo com a legislação vigente.

Art. 2º O profissional supracitado utilizará o nº 625 e estará atuando em todos os municípios do Estado do Tocantins.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

GABINETE DO PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, aos 19 dias do mês de dezembro de 2025.

DALVAN SANTOS OLIVEIRA DA SILVA
Presidente Interino

PORTARIA Nº 379, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025.

O Vice Presidente da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins - ADAPEC/TOCANTINS no uso das suas atribuições legais e com fulcro no art. 2º, incisos XI e XIII, do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 3.481, de 1º de setembro de 2008, RESOLVE,

Art. 1º DESIGNAR a servidora CKRYSTIANA ALVES GUIMARÃES, nº funcional: 11683937-5, cargo: Analista II, para responder pela Chefia da Unidade Local de Execução de Serviços de Wanderlândia, em substituição a titular Karen Gonçalves Mota, nº funcional: 949611-4, no período de férias compreendido entre 22/12/2025 a 05/01/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data da sua publicação.

GABINETE DO PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, aos 19 dias do mês de dezembro de 2025.

DALVAN SANTOS OLIVEIRA DA SILVA
Presidente Interino

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO

CONTRATO: Nº 040/2021.
PROCESSO: Nº 2021.34530.000115.
CONTRATANTE: AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS - ADAPEC/TO.
CONTRATADA: CS BRASIL FROTAS S.A
OBJETO: Prorrogar a vigência do contrato nº 040/2021, referente à prestação de serviços de locação de veículos e atualiza a dotação orçamentária para o exercício.
VALOR: A quantia mensal de R\$ 156.554,66 (cento e cinquenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e seis centavos), perfazendo um montante anual de R\$ 1.878.655,92 (um milhão, oitocentos e setenta e oito mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e noventa e dois centavos)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 34530.20.122.1148.4079
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39
FONTE: 0759
VIGÊNCIA: 10 de dezembro de 2025 a 09 de dezembro de 2026.
DATA DA ASSINATURA: 08/12/2025.
SIGNATÁRIOS: PAULO ANTONIO DE LIMA - Presidente - ADAPEC/TOCANTINS - Contratante
CS BRASIL FROTAS S.A - Empresa Contratada.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATO: Nº 032/2022
PROCESSO: Nº 2022.34530.000106
LOCATÁRIO: AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS - ADAPEC/TO.
LOCADOR: EPAMINONDAS ALVES VIEIRA.
OBJETO: Tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 032/2022 de locação de imóvel na cidade de LAVANDEIRA-TO, reajustar valores e atualizar a dotação orçamentária para o exercício
VALOR: R\$ 644,85 (seiscentos e quarenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos) mensais, Totalizando o valor anual de R\$ 7.738,20 (sete mil, setecentos e trinta e oito reais e vinte centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 34530 20 122 1148 4080 0000
ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.36
FONTE: 0759.
VIGÊNCIA: 1º de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2026.
DATA DA ASSINATURA: 17/12/2025
SIGNATÁRIOS: DALVAN SANTOS OLIVEIRA DA SILVA - Presidente Interino ADAPEC/TOCANTINS.
EPAMINONDAS ALVES VIEIRA - Locador.

AGETO**EXTRATO CONTRATO Nº 57/2025**

PROCESSO Nº 2025/38960/003577
CONTRATO Nº 57/2025
CONTRATANTE: Agência de Transporte, Obras e Infraestrutura - AGETO.
CONTRATADA: Lucena Infraestrutura LTDA
CPF/CNPJ: 03.992.929/0001-32
OBJETO DO CONTRATO Nº Contratação integrada de empresa de engenharia civil para elaboração dos projetos básico e executivo de engenharia e construção do projeto executivo, relativos à implantação da rodovia TO-110 no trecho Mateiros/Entroncamento TO-030 (prata), extensão 55,50 km
PRAZO: O contrato terá validade de 72 (setenta e dois) meses, contados a partir da assinatura do respectivo termo.
VALOR: R\$ 109.073.521,81 (cento e nove milhões, setenta e três mil, quinhentos e vinte e um reais e oitenta e um centavos)
FIRMADO EM: 27/11/2025
SIGNATÁRIOS: ANTÔNIO TRABULSI SOBRINHO - Representante Legal da Contratante e ANTÔNIO EDINALDO DA LUZ LUCENA - Representante Legal da Contratada.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 047/2024

PROCESSO Nº 2024/38960/004056.
CONTRATO Nº 047/2024.
CONTRATANTE: Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura - AGETO.
CONTRATADA: Primor Engenharia LTDA.
CPF/CNPJ: 16.791.765/0001-27
OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto acréscimo e/ou supressão do Contrato Administrativo nº 47/2024, o contrato visa contratação de empresa para execução de serviços contínuos de conservação rodoviária, aplicando operações rotineiras, preventivas periódicas, corretivas e especiais nas rodovias, obras de arte especial e aeródromos do Estado do Tocantins.
VALOR: R\$ 30.782.581,36 (trinta milhões, setecentos e oitenta e dois mil e quinhentos e oitenta e um reais e trinta e seis centavos), decorrente de um acréscimo no valor de R\$ 6.099.847,43 (seis milhões, noventa e nove mil e oitocentos e quarenta e sete reais e quarenta e três centavos) correspondendo um reflexo financeiro de 24,71%, e supressão no valor de R\$ 277,29 (duzentos e setenta e sete reais e vinte e nove centavos) que corresponde ao percentual negativo de -0,00%.
FIRMADO EM: 26/11/2025.
SIGNATÁRIOS:
ANTONIO TRABULSI SOBRINHO - Representante Legal da Contratante.
ROGÉRIO DUARTE GODINHO - Representante Legal da Contratada.

EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 007/2022

PROCESSO: 2022/38960/000758.
CONTRATO: 007/2022.
CONTRATANTE: Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura - AGETO.
CONTRATADA: Lucena Infraestrutura LTDA.
CPF/CNPJ: 03.992.929/0001-32
OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto realizar acréscimo contratual, bem como a prorrogação/renovação, por mais 12 (doze) meses, do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 07/2022, que visa à execução de serviços de conservação e manutenção de trechos da malha rodoviária do estado do Tocantins - Lote IV, nos trechos: Rodovia TO-070, trecho: Dueré/Formoso do Araguaia e Rodovia TO-373, trecho: Alvorada/Araguaçu - Divisa TO-GO.
PRAZO: 12 (doze) meses, contados da data de seu vencimento.
VALOR: R\$ 54.973.590,38 (cinquenta e quatro milhões, novecentos e setenta e três mil, quinhentos e noventa reais e trinta e oito centavos).
FIRMADO EM: 05/12/2025.
SIGNATÁRIOS: ANTONIO TRABULSI SOBRINHO - Representante Legal da Contratante e ANTONIO EDINALDO DA LUZ LUCENA - Representante Legal da Contratada.

**EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 040/2024**

PROCESSO Nº 2024/38960/004063
CONTRATO Nº 040/2024
CONTRATANTE: Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura - AGETO
CONTRATADA: Lucena Infraestrutura LTDA.
CPF/CNPJ: 03.992.929/0001-32
OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a supressão e acréscimo do Contrato Administrativo nº 040/2024, o contrato visa a execução de serviços contínuos de conservação rodoviária, aplicando operações rotineiras, periódicas, corretivas e especiais nas rodovias, obras de arte especial e aeródromos do Estado do Tocantins - Lote 01, na Região de Conservação 01 - Cidade Polo Tocantinópolis.
VALOR: R\$ 19.116.354,06 (dezenove milhões, cento e dezesseis mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e seis centavos).
FIRMADO EM: 15/12/2025
SIGNATÁRIOS:
TÚLIO PARREIRA LABRE - Representante Legal da Contratante.
ANTONIO EDINALDO DA LUZ LUCENA - Representante Legal da Contratada.

**EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 051/2024**

PROCESSO Nº 2024/38960/004058
CONTRATO Nº 051/2024
CONTRATANTE: Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura - AGETO.
CONTRATADA: Primor Engenharia LTDA.
CPF/CNPJ: 16.791.765/0001-27
OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto acréscimo e supressão do Contrato Administrativo nº 51/2024, que visa contratação de empresa para execução de serviços contínuos de conservação rodoviária, aplicando operações rotineiras, preventivas periódicas, corretivas e especiais nas rodovias, obras de arte especial e aeródromos do Estado do Tocantins.
VALOR: R\$ 31.806.975,37 (trinta e um milhões, oitocentos e seis mil, novecentos e setenta e cinco reais e trinta e sete centavos).
FIRMADO EM: 15/12/2025.
SIGNATÁRIOS:
TÚLIO PARREIRA LABRE - Representante Legal da Contratante.
ROGÉRIO DUARTE GODINHO - Representante Legal da Contratada.

**EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 010/2022**

PROCESSO Nº 2022/38960/000741.
CONTRATO Nº 010/2022.
CONTRATANTE: Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura - AGETO.
CONTRATADA: Lucena Infraestrutura LTDA.
CPF/CNPJ: 03.992.929/0001-32
OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a renovação do saldo contratual bem como, a prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato por mais 12 meses, referente à execução de serviços de conservação e manutenção de trechos da malha rodoviária do Estado do Tocantins - Lote II - trechos: Rodovia TO-010, Entr. BR-153 (Wanderlândia/ Entr. TO-416 (Riachinho); Rodovia TO-164 (Entr. TO 355/Bernardo Sayão/ Povoado Dezenove - 69,30 km), na forma do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
PRAZO: 12 (doze) meses
VALOR: R\$ 28.769.047,73 (vinte e oito milhões, setecentos e sessenta e nove mil, quarenta e sete reais e setenta e três centavos).
FIRMADO EM: 10/12/2025.
SIGNATÁRIOS:
TÚLIO PARREIRA LABRE - Representante Legal da Contratante.
ANTONIO EDINALDO DA LUZ LUCENA - Representante Legal da Contratada.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 049/2024

PROCESSO Nº: 2024/38960/0004054
CONTRATO Nº: 049/2024
CONTRATANTE: Agência de Transporte, Obras e Infraestrutura - AGETO
CONTRATADA: CONSÓRCIO RODOTINS
CPF/CNPJ: 56.054.931/0001-27
OBJETO: Alteração do nome e da composição do CONSÓRCIO MCDR/JM contratado no âmbito do Contrato nº 049/2024, a fim de se substituir a empresa JM TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA. pela empresa EDP INFRAESTRUTURA E PAVIMENTAÇÃO LTDA, originado do Pregão Eletrônico nº 029/2023, cujo objeto consiste na contratação de empresa para execução de serviços contínuos de conservação rodoviária, aplicando operações rotineiras, preventivas periódicas, corretivas e especiais nas rodovias, obras de arte especial e aeródromos do Estado do Tocantins.
FIRMADO EM: 19/12/2025
SIGNATÁRIOS: TÚLIO PARREIRA LABRE - Representante Legal da Contratante e EDUARDO JOSÉ BARROS COSTA - Representante Legal da Contratada.

EXTRATO DO 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 009/2022

PROCESSO Nº: 2022/38960/000761
CONTRATO Nº: 009/2022
CONTRATANTE: Agência de Transporte, Obras e Infraestrutura - AGETO
CONTRATADA: Consorcio Manutenção Tocantins
CPF/CNPJ: 46.833.262/0001-38
OBJETO: Acréscimo contratual, bem como a prorrogação/renovação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 09/2022, que visa à execução de serviços de conservação e manutenção de trechos da malha rodoviária do estado do Tocantins, nos trechos das Rodovia TO-010, Trecho: Entr. BR-230/Araguatins/Entr. TO-404/Buriti Do Tocantins/São Sebastião Do Tocantins, Rodovia TO-126, Trecho: Maurilândia/Itaguatins/ Sítio Novo Do Tocantins, Rodovia TO-210, Trecho: Tocantinópolis/ Entr. BR230 e Rodovia TO201, Trecho: Entr. TO-404 (Augustinópolis)/ Buriti/Esperantina, para atendimento das necessidades da Agência de Transportes e Obras e Infraestrutura - AGETO.
PRAZO: 12 (doze) meses.
VALOR: R\$ 48.402.010,44 (quarenta e oito milhões, quatrocentos e dois mil, dez reais e quarenta e quatro centavos).
FIRMADO EM: 18/12/2025
SIGNATÁRIOS: TÚLIO PARREIRA LABRE - Representante Legal da Contratante e CESAR AUGUSTO VIEIRA BARBETTA - Representante Legal da Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 061/2025

PROCESSO Nº: 2025/38960/003452
CONTRATO Nº: 061/2025
CONTRATANTE: Agência de Transporte, Obras e Infraestrutura - AGETO
CONTRATADA: Consórcio Construpontes
CPF/CNPJ: 57.673.587/0001-17
OBJETO: Contratação integrada de empresa de engenharia civil para elaboração de projeto e construção de pontes padrão em Jaú do Tocantins - Rio Limoeiro Estado do Tocantins, em conformidade com o edital, projeto básico e seus anexos
VALOR: R\$ 582.172,21 (quinhentos e oitenta e dois mil, cento e setenta e dois reais e vinte e um centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 38960.26.782.1152.3111
ELEMENTO DE DESPESA: 44.90.51
FONTE: 2.754.0000000
VIGÊNCIA: 24 (vinte e quatro) meses.
FIRMADO EM: 18/12/2025
SIGNATÁRIOS: TÚLIO PARREIRA LABRE - Representante Legal da Contratante e ANDRÉ TEIXEIRA DE FREITAS SILVEIRA - Representante Legal da Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 062/2025

PROCESSO Nº: 2025/38960/003292
CONTRATO Nº: 062/2025
CONTRATANTE: Agência de Transporte, Obras e Infraestrutura - AGETO
CONTRATADA: Consórcio Construpontes
CPF/CNPJ: 36.457.536/0001-88
OBJETO: Contratação integrada de empresa de engenharia civil para elaboração de projeto e construção de pontes padrão em Santa Fé do Araguaia - Rio Cabiruru Estado do Tocantins, em conformidade com o edital, projeto básico e seus anexos.
VALOR: R\$ 598.142,02 (quinhentos e noventa e oito mil, cento e quarenta e dois reais e dois centavos)
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 38960.26.782.1152.3111
ELEMENTO DE DESPESA: 44.90.51
FONTE: 2.754.0000000
VIGÊNCIA: 24 (vinte e quatro) meses.
FIRMADO EM: 18/12/2025
SIGNATÁRIOS: TÚLIO PARREIRA LABRE - Representante Legal da Contratante e ANDRÉ TEIXEIRA DE FREITAS SILVEIRA - Representante Legal da Contratada.

ATI**PORTARIA ATI Nº 129/2025/GABPRES/ATI, DE 15/12/2025.**

Republicada para correção

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição Estadual, c/c o art. 10, parágrafo único da Lei 3.421, de 8 de março de 2019, e art. 37, §1º e §2º da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor MARCOS ANTÔNIO RODRIGUES FERNANDES, Número Funcional 739653-1, Analista em Tecnologia da Informação, para responder pela Gerência de Fiscalização de Contratos de TI, durante os impedimentos ou afastamentos de seu titular LEONIDAS XAVIER DE GODOY JUNIOR, Número Funcional 863789-2, no período de 05/01/2026 a 23/01/2026.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente da Agência de Tecnologia da Informação, em Palmas, aos 15/12/2025.

WAGNER LUIZ DE CASTRO SILVA

Vice-Presidente Executivo pela Agência de Tecnologia da Informação

PORTARIA ATI Nº 131/2025/GABPRES/ATI, DE 19/12/2025.

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição Estadual, c/c o art. 10, parágrafo único da Lei 3.421, de 8 de março de 2019, e art. 37, §1º e §2º da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor PAULO PERCIO QUINTANILHA GUELPELI, Número Funcional 918080-2, Analista em Tecnologia da Informação, para responder pela Gerência de Sistemas Fazendários, durante os impedimentos ou afastamentos de sua titular JESSICA BATISTA PEIXOTO DOPKE, Número Funcional 11149892-2, no período de 29/12/2025 a 27/01/2026.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente da Agência de Tecnologia da Informação, em Palmas, aos 19/12/2025.

WAGNER LUIZ DE CASTRO SILVA

Vice-Presidente Executivo da Agência de Tecnologia da Informação

ATS**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE CONTRATO**

PROCESSO Nº: 2021/38970/00024
CONTRATO Nº: 29/2023
CONTRATANTE: AGÊNCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO - ATS
CONTRATADO: SANEVIAS CONSULTORIA E PROJETOS LTDA
OBJETO DO CONTRATO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato original por mais 6 (seis) meses, em conformidade com o art. 57, II da Lei Federal nº 8.666/93
VIGÊNCIA DO CONTRATO: O contrato terá a sua vigência a partir de 21 de dezembro de 2025 e se finda em 21 de junho de 2026
NATUREZA DE DESPESA: 44.90.51
FONTE: 1.799.0000240
DATA DA ASSINATURA: 19 de dezembro de 2025
SIGNATÁRIOS: PEDRO HENRIQUE CARDOSO BECKMAN - Representante Legal da Contratante, SERGIO XAVIER DE CAMARGO - Representante Legal da Contratada

DETRAN**EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 44/2024**

Processo: 2024/32470/000477.

Contrato: 44/2024.

Contratante: Departamento de Trânsito do Tocantins - Detran/TO.

Contratado: Unity ONE Soluções em Gestão Tecnológica Ltda.

Objeto: Prorrogação da vigência do contrato de prestação de serviços técnicos especializados, para implantação e fornecimento de plataforma de gestão e fiscalização de trânsito.

Valor Estimativo Da Despesa: R\$ 1.467.672,89 (um milhão, quatrocentos e sessenta e sete mil, seiscentos e setenta e dois reais e oitenta e nove centavos).

Vigência: 20/12/2025 a 19/12/2026.

Unidade Orçamentária: 32470.06.126.1100.4519.

Elemento De Despesa: 3.3.90.40.

Data Da Assinatura: 18 de dezembro de 2025.

Signatários: Hercy Ayres Rodrigues Filho - Contratante e Unity One Soluções em Gestão Tecnológica Ltda - Contratada.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 002159/2025

O Departamento Estadual de Trânsito, com base nas competências elencadas nos arts. 21 e 281 da Lei 9.503/97 - CTB, e também nas disposições da Lei nº 9.873/99, resolve dar ciência dos respectivos Autos de Infração constantes do edital e estabelece o prazo de 30 dias para interposição de recursos. Os dados das infrações de trânsito estão na seguinte ordem: Placa/UF; Órgão Autuador; Nº Auto de Infração; Data do cometimento; Hora do cometimento; Código/Desdobramento. Demais informações e segunda via das notificações devem ser obtidas através do endereço eletrônico: multas@detran.to.gov.br.

PLACA/UF	Órgão Autuador	Nº Auto de Infração	Data do cometimento	Hora do cometimento	Código/Desdobramento
MVU4C20/TO	DETRAN	MB00048808	18/12/2025	08:13	6920-1
QWD1B73/TO	DETRAN	MB00048809	18/12/2025	08:23	6920-1
JUP4C58/TO	DETRAN	MB00048810	18/12/2025	08:27	6920-1
OYC0H47/TO	DETRAN	MB00048811	18/12/2025	08:29	6920-1
QTQ7E15/TO	DETRAN	MB00048812	18/12/2025	08:30	6920-1
MVY1E53/TO	DETRAN	MB00048813	18/12/2025	08:33	6920-1
MWR3D15/TO	DETRAN	MB00048814	18/12/2025	08:34	6920-1
RSA3I84/TO	DETRAN	MB00048815	18/12/2025	08:36	6920-1
RSAGF45/TO	DETRAN	MB00048816	18/12/2025	08:37	6920-1
QK5I33/TO	DETRAN	MB00048817	18/12/2025	08:41	6920-1
MWV5G13/TO	DETRAN	MB00048818	18/12/2025	08:43	6920-1
NOC3I80/TO	DETRAN	MB00048819	18/12/2025	08:46	6920-1
ONL8E13/TO	DETRAN	MB00048820	18/12/2025	09:00	6920-1
RSE1E86/TO	DETRAN	MB00048821	18/12/2025	09:01	6920-1
OOK9J61/TO	DETRAN	MB00048822	18/12/2025	09:02	6920-1
RSF1H24/TO	DETRAN	MB00048823	18/12/2025	09:03	6920-1
MXB1I44/TO	DETRAN	MB00048824	18/12/2025	09:09	6920-1
NKC9I48/TO	DETRAN	MB00048825	18/12/2025	09:13	6920-1
QKE8I34/TO	DETRAN	MB00048826	18/12/2025	09:16	6920-1
NKM3F09/TO	DETRAN	MB00048827	18/12/2025	09:21	6920-1
OFR5F80/TO	DETRAN	MB00048828	18/12/2025	09:21	6920-1
RUB3B19/TO	DETRAN	MB00048829	18/12/2025	09:31	6920-1
REP1J04/TO	DETRAN	MB00048830	18/12/2025	09:47	6920-1
OBRS669/TO	DETRAN	MB00048831	18/12/2025	09:53	6920-1
MWQ6D35/TO	DETRAN	MB00048832	18/12/2025	09:55	6920-1
EFR8I57/TO	DETRAN	MB00048833	18/12/2025	09:58	6920-1
TCN9E49/TO	DETRAN	MB00048834	18/12/2025	09:59	6920-1
OLH4J17/TO	DETRAN	MB00048835	18/12/2025	10:00	6920-1
MWV7G32/TO	DETRAN	MB00048836	18/12/2025	10:02	6920-1
MWV6E26/TO	DETRAN	MB00048837	18/12/2025	10:03	6920-1
RVS6C97/TO	DETRAN	MB00048838	18/12/2025	10:03	6920-1
QEN5G42/TO	DETRAN	MB00048839	18/12/2025	10:04	6920-1
JVQ2H92/TO	DETRAN	MB00048840	18/12/2025	10:05	6920-1
RBQ7I29/TO	DETRAN	MB00048841	18/12/2025	10:05	6920-1
REM5D74/TO	DETRAN	MB00048842	18/12/2025	10:08	6920-1
NSN9C61/TO	DETRAN	MB00048843	18/12/2025	10:13	6920-1
JKM7D58/TO	DETRAN	MB00048844	18/12/2025	10:23	6920-1
OJF9B23/TO	DETRAN	MB00048845	18/12/2025	10:23	6920-1
JHO3I02/TO	DETRAN	MB00048846	18/12/2025	10:23	6920-1
SMB2B00/TO	DETRAN	MB00048847	18/12/2025	10:27	6920-1
RWW0G81/TO	DETRAN	MB00048848	18/12/2025	10:27	6920-1
SCY6A52/TO	DETRAN	MB00048849	18/12/2025	10:27	6920-1
QKF5A70/TO	DETRAN	MB00048850	18/12/2025	10:30	6920-1
QUJ0G77/TO	DETRAN	MB00048851	18/12/2025	10:33	6920-1
RSB2C05/TO	DETRAN	MB00048852	18/12/2025	10:35	6920-1
NFI0I07/TO	DETRAN	MB00048853	18/12/2025	10:35	6920-1
PGH5F44/TO	DETRAN	MB00048854	18/12/2025	10:39	6920-1
OVR0C40/TO	DETRAN	MB00048855	18/12/2025	10:43	6920-1
OXW2H89/TO	DETRAN	MB00048856	18/12/2025	10:44	6920-1
QKA2249/TO	DETRAN	MB00048857	18/12/2025	10:53	6920-1
ROC7G84/TO	DETRAN	MB00048858	18/12/2025	10:53	6920-1
RMA4E37/TO	DETRAN	MB00048859	18/12/2025	10:55	6920-1
QKB6040/TO	DETRAN	MB00048860	18/12/2025	10:57	6920-1

RSB0H46/TO	DETRAN	MB00048861	18/12/2025	10:59	6920-1
RSA3H74/TO	DETRAN	MB00048862	18/12/2025	11:00	6920-1
QKL0C09/TO	DETRAN	MB00048863	18/12/2025	11:00	6920-1
OLJ5A73/TO	DETRAN	MB00048864	18/12/2025	11:02	6920-1
PQY7C38/TO	DETRAN	MB00048865	18/12/2025	11:05	6920-1
OVP8A30/TO	DETRAN	MB00048866	18/12/2025	11:06	6920-1
HDK2J19/TO	DETRAN	MB00048867	18/12/2025	11:07	6920-1
QKM6C11/TO	DETRAN	MB00048868	18/12/2025	11:07	6920-1
PSR2J17/TO	DETRAN	MB00048869	18/12/2025	11:13	6920-1
JDQ1B19/TO	DETRAN	MB00048870	18/12/2025	11:14	6920-1
MXA1C44/TO	DETRAN	MB00048871	18/12/2025	11:17	6920-1
NSB0B63/TO	DETRAN	MB00048872	18/12/2025	11:18	6920-1
NWO0J92/TO	DETRAN	MB00048873	18/12/2025	11:22	6920-1
NPA1C17/TO	DETRAN	MB00048874	18/12/2025	11:26	6920-1
OMP3H71/TO	DETRAN	MB00048875	18/12/2025	11:27	6920-1
GIR2D12/TO	DETRAN	MB00048876	18/12/2025	11:30	6920-1
JSE2G52/TO	DETRAN	MB00048877	18/12/2025	11:31	6920-1
RSF6D56/TO	DETRAN	MB00048878	18/12/2025	11:36	6920-1
NNB6H91/TO	DETRAN	MB00048879	18/12/2025	11:36	6920-1
REG4D38/TO	DETRAN	MB00048880	18/12/2025	11:41	6920-1
NSV2G50/TO	DETRAN	MB00048881	18/12/2025	11:47	6920-1
NNH7G42/TO	DETRAN	MB00048882	18/12/2025	11:49	6920-1
JHW3G62/TO	DETRAN	MB00048883	18/12/2025	11:52	6920-1
MWK3B18/TO	DETRAN	MB00048884	18/12/2025	11:55	6920-1
QLH2G84/TO	DETRAN	MB00048885	18/12/2025	12:01	6920-1
SHV3E60/TO	DETRAN	MB00048886	18/12/2025	12:09	6920-1
CXP1E41/TO	DETRAN	MB00048887	18/12/2025	12:10	6920-1
QAE0E10/TO	DETRAN	MB00048888	18/12/2025	12:11	6920-1
HMV4J93/TO	DETRAN	MB00048889	18/12/2025	12:12	6920-1
QAN8G76/TO	DETRAN	MB00048890	18/12/2025	12:12	6920-1
QWE8E06/TO	DETRAN	MB00048891	18/12/2025	12:12	6920-1
QKB2B27/TO	DETRAN	MB00048892	18/12/2025	12:15	6920-1
QKM8D95/TO	DETRAN	MB00048893	18/12/2025	12:15	6920-1
NWE1F96/TO	DETRAN	MB00048894	18/12/2025	12:17	6920-1
MWY5F42/TO	DETRAN	MB00048895	18/12/2025	12:17	6920-1
OYA9F99/TO	DETRAN	MB00048896	18/12/2025	12:18	6920-1
RSD8E57/TO	DETRAN	MB00048897	18/12/2025	12:18	6920-1
EUP7I21/TO	DETRAN	MB00048898	18/12/2025	12:20	6920-1
NFO7J89/TO	DETRAN	MB00048899	18/12/2025	12:26	6920-1
HPP8D35/TO	DETRAN	MB00048900	18/12/2025	12:31	6920-1
DFZ7G31/TO	DETRAN	MB00048901	18/12/2025	12:33	6920-1
NKW5B27/TO	DETRAN	MB00048902	18/12/2025	12:40	6920-1
PCZ4F33/TO	DETRAN	MB00048903	18/12/2025	12:41	6920-1
KCK3A58/TO	DETRAN	MB00048904	18/12/2025	12:42	6920-1
MWV0J47/TO	DETRAN	MB00048905	18/12/2025	12:46	6920-1
OLG2H72/TO	DETRAN	MB00048906	18/12/2025	12:48	6920-1
SII3H57/TO	DETRAN	MB00048907	18/12/2025	12:49	6920-1
PVH4G09/TO	DETRAN	MB00048908	18/12/2025	12:52	6920-1
RSF2H27/TO	DETRAN	MB00048909	18/12/2025	12:54	6920-1
GC8I08/TO	DETRAN	MB00048910	18/12/2025	12:58	6920-1
NWG0H29/TO	DETRAN	MB00048911	18/12/2025	12:58	6920-1
RSA1J37/TO	DETRAN	MB00048912	18/12/2025	13:03	6920-1
OHA3I18/TO	DETRAN	MB00048913	18/12/2025	13:05	6920-1
OHA9I26/TO	DETRAN	MB00048914	18/12/2025	13:07	6920-1
JVO1A69/TO	DETRAN	MB00048915	18/12/2025	13:10	6920-1
RSF6D06/TO	DETRAN	MB00048916	18/12/2025	13:11	6920-1
PIM8A12/TO	DETRAN	MB00048917	18/12/2025	13:13	6920-1
RBL0D19/TO	DETRAN	MB00048918	18/12/2025	13:18	6920-1
JH0C01/TO	DETRAN	MB00048919	18/12/2025	13:21	6920-1
OTW0J65/TO	DETRAN	MB00048920	18/12/2025	13:22	6920-1
MXD1C24/TO	DETRAN	MB00048921	18/12/2025	13:24	6920-1
RCC1B39/TO	DETRAN	MB00048922	18/12/2025	13:25	6920-1
RSA6B89/TO	DETRAN	MB00048923	18/12/2025	13:26	6920-1
QKI3J29/TO	DETRAN	MB00048924	18/12/2025	13:27	6920-1
MWL0B95/TO	DETRAN	MB00048925	18/12/2025	13:28	6920-1
RBL3E70/TO	DETRAN	MB00048926	18/12/2025	13:29	6920-1

MWD1B84/TO	DETRAN	MB00048927	18/12/2025	13:29	6920-1
QWE6C99/TO	DETRAN	MB00048928	18/12/2025	13:32	6920-1
QWA7D89/TO	DETRAN	MB00048929	18/12/2025	13:33	6920-1
QME2C08/TO	DETRAN	MB00048930	18/12/2025	13:37	6920-1
MMW7B93/TO	DETRAN	MB00048931	18/12/2025	13:38	6920-1
HOE7H40/TO	DETRAN	MB00048932	18/12/2025	13:39	6920-1
NFJ0E88/TO	DETRAN	MB00048933	18/12/2025	13:39	6920-1
JVY5G03/TO	DETRAN	MB00048934	18/12/2025	13:40	6920-1
QWB7H29/TO	DETRAN	MB00048935	18/12/2025	13:44	6920-1
RMB3A25/TO	DETRAN	MB00048936	18/12/2025	13:50	6920-1
SCD4J59/TO	DETRAN	MB00048937	18/12/2025	13:50	6920-1
RVS3H41/TO	DETRAN	MB00048938	18/12/2025	13:51	6920-1
RBT2B46/TO	DETRAN	MB00048939	18/12/2025	13:58	6920-1
JVC5E44/TO	DETRAN	MB00048940	18/12/2025	14:04	6920-1
QQG2J40/TO	DETRAN	MB00048941	18/12/2025	14:05	6920-1
CQX4G41/TO	DETRAN	MB00048942	18/12/2025	14:49	6920-1
NWF1I69/TO	DETRAN	MB00048943	18/12/2025	15:09	6920-1
RIN1B54/TO	DETRAN	MB00048944	18/12/2025	16:17	6920-1
OLH7B00/TO	DETRAN	MB00048945	18/12/2025	16:46	6920-1
OLH4H96/TO	DETRAN	MB00048946	18/12/2025	17:09	6920-1
OLH4I26/TO	DETRAN	MB00048947	18/12/2025	17:10	6920-1
ONG9A68/TO	DETRAN	MB00048948	18/12/2025	17:31	6920-1
QKH9B00/TO	DETRAN	MB00048949	18/12/2025	17:43	6920-1
GUG4B30/TO	DETRAN	MB00048950	18/12/2025	17:58	6920-1
MVW7A72/TO	DETRAN	MB00048951	18/12/2025	17:59	6920-1
QXK8660/TO	DETRAN	MB00048952	18/12/2025	18:16	6920-1
QKD5A27/TO	DETRAN	SJ00NB800U	18/12/2025	00:33	5010-0
QKD5A27/TO	DETRAN	SJ00NB800V	18/12/2025	00:38	5738-0
QKD5A27/TO	DETRAN	SJ00NB800W	18/12/2025	00:45	7340-0
RMC4A09/TO	DETRAN	SJ00TM3034	18/12/2025	05:14	7048-1
MWZ0097/TO	DETRAN	SJ00NS100D	18/12/2025	06:00	7048-1
MWZ0097/TO	DETRAN	SJ00NS100E	18/12/2025	06:14	6599-2
OLM1873/TO	DETRAN	SJ00NS100F	17/12/2025	11:28	6297-0
QWC3C98/TO	DETRAN	SJ00RS5005	17/12/2025	23:15	5738-0
RIN6B35/TO	DETRAN	SJ00KYD006	18/12/2025	07:29	6050-1
OYB3496/TO	DETRAN	SJ00NB800X	18/12/2025	08:23	5010-0
QKC4856/TO	DETRAN	SJ00L38028	18/12/2025	08:20	6599-2
OYB3496/TO	DETRAN	SJ00NB800Y	18/12/2025	08:29	6599-2
MWT4D98/TO	DETRAN	SJ00AL30DR	18/12/2025	08:30	6653-1
MWT4D98/TO	DETRAN	SJ00AL30DS	18/12/2025	08:35	6637-1
MWT4D98/TO	DETRAN	SJ00AL30DT	18/12/2025	08:37	6602-0
QWB0C55/TO	DETRAN	SJ00L38029	18/12/2025	08:40	6599-2
RMB7J18/TO	DETRAN	SJ00NB800Z	18/12/2025	08:49	6653-1
OLK8593/TO	DETRAN	SJ00L3802A	18/12/2025	09:02	5010-0
SCE9I46/GO	DETRAN	SJ00NB8010	18/12/2025	09:13	6610-2
RMA8F81/TO	DETRAN	SJ00L3802B	18/12/2025	09:12	5010-0
SCE9I46/GO	DETRAN	SJ00NB8011	18/12/2025	09:17	5010-0
SCE9I46/GO	DETRAN	SJ00NB8012	18/12/2025	09:22	7340-0
OYB4D82/TO	DETRAN	SJ00L3802C	18/12/2025	09:19	6599-2
SCE9I46/GO	DETRAN	SJ00NB8013	18/12/2025	09:25	6599-2
SCE9I46/GO	DETRAN	SJ00NB8014	18/12/2025	09:26	6726-1
PSS8590/MA	DETRAN	SJ00AL30DU	18/12/2025	09:27	6602-0
MXE3542/TO	DETRAN	SJ00AL30DV	18/12/2025	09:37	6637-2
NHA3D79/TO	DETRAN	SJ00L3802D	18/12/2025	09:44	5185-1
QKH3435/TO	DETRAN	SJ00AL30DV	18/12/2025	09:50	6653-1
QEG7H99/TO	DETRAN	SJ00NB8015	18/12/2025	10:06	7366-2
RMB4G18/TO	DETRAN	SJ00NB8016	18/12/2025	10:28	5550-0
NFX4F04/TO	DETRAN	SJ00NB8017	18/12/2025	10:35	5550-0
QWC0C16/TO	DETRAN	SJ00NB8018	18/12/2025	10:39	5550-0
NEV6261/TO	DETRAN	SJ00NB8019	18/12/2025	10:44	5550-0
JIQ6A15/TO	DETRAN	SJ00L3802E	18/12/2025	10:44	5487-0
QEE6I23/TO	DETRAN	SJ00NB801A	18/12/2025	10:52	5550-0
QKK9G82/TO	DETRAN	SJ00NB801B	18/12/2025	11:00	5452-2
RMA3H16/TO	DETRAN	SJ00AL30DY	18/12/2025	11:00	6602-0
QKL0692/TO	DETRAN	SJ00L3802F	18/12/2025	10:54	5550-0
QKA6G04/TO	DETRAN	SJ00NB801C	18/12/2025	11:05	5550-0

OLJ5C64/TO	DETRAN	SJ00L3802G	18/12/2025	11:05	5550-0
QKD9690/TO	DETRAN	SJ00NB801D	18/12/2025	11:12	5452-3
MMU3724/TO	DETRAN	SJ00L3802H	18/12/2025	11:15	5550-0
OEG2F87/TO	DETRAN	SJ00NB801E	18/12/2025	11:22	5550-0
TVL0D20/PA	DETRAN	SJ00L3802J	18/12/2025	11:27	5550-0
QKM4H81/TO	DETRAN	SJ00NB801F	18/12/2025	11:28	5550-0
QEB3B90/TO	DETRAN	SJ00L3802K	18/12/2025	11:30	5550-0
OML7C31/TO	DETRAN	SJ00QO3003	18/12/2025	11:00	5010-0
QKB7G81/TO	DETRAN	SJ00NB801G	18/12/2025	11:31	5550-0
OLL4I32/TO	DETRAN	SJ00MN2004	18/12/2025	11:31	5010-0
OML7C31/TO	DETRAN	SJ00QO3004	18/12/2025	11:05	7340-0
QKL1028/TO	DETRAN	SJ00NB801H	18/12/2025	11:39	5550-0
MQG4F33/GO	DETRAN	SJ00L3802L	18/12/2025	11:40	5550-0
OML7C31/TO	DETRAN	SJ00QO3005	18/12/2025	11:10	6645-0
RM07G88/MG	DETRAN	SJ00NB801I	18/12/2025	11:43	5541-1
QVK4J28/TO	DETRAN	SJ00L3802M	18/12/2025	11:48	5452-2
QKD8J30/TO	DETRAN	SJ00NB801J	18/12/2025	11:56	5550-0
TVAC5C6/TO	DETRAN	SJ00NB801K	18/12/2025	12:07	5550-0
RMB5I09/TO	DETRAN	SJ00NB801L	18/12/2025	12:11	5550-0
QWD1949/TO	DETRAN	SJ00NB801M	18/12/2025	12:30	5541-1
QGB4G52/TO	DETRAN	SJ00L3802N	18/12/2025	12:33	5550-0
QKH2792/TO	DETRAN	SJ00NB801N	18/12/2025	12:39	5550-0
JKEOE06/TO	DETRAN	SJ00L3802O	18/12/2025	12:40	5550-0
RCA8G37/GO	DETRAN	SJ00NB801O	18/12/2025	12:45	5550-0
PRZ1J10/TO	DETRAN	SJ00NB801P	18/12/2025	12:48	5550-0
OLM3F61/TO	DETRAN	SJ00L3802P	18/12/2025	12:49	5410-0
RAP7B10/TO	DETRAN	SJ00NB801Q	18/12/2025	12:51	5550-0
MMV4B73/TO	DETRAN	SJ00NB801R	18/12/2025	13:00	5452-2
RIN5G42/TO	DETRAN	SJ00NB801S	18/12/2025	13:05	5550-0
NLE0D07/GO	DETRAN	SJ00MR600L	18/12/2025	13:41	5487-0
QWD8F24/TO	DETRAN	SJ00H610C4	17/12/2025	23:09	5274-1
QWD8F24/TO	DETRAN	SJ00H610C6	17/12/2025	23:12	5207-0
QWA4B65/TO	DETRAN	SJ00P54039	18/12/2025	16:18	5452-2
MMV7D63/TO	DETRAN	SJ00NT800P	18/12/2025	16:25	7633-2
QKG7G97/TO	DETRAN	SJ00KS800W	18/12/2025	17:48	6602-0
QKG7G97/TO	DETRAN	SJ00KS800X	18/12/2025	17:54	5010-0
QWB0361/TO	DETRAN	SJ00TA500N	18/12/2025	18:09	7340-0
QKK0F84/TO	DETRAN	SJ00L61057	18/12/2025	17:27	6530-0
BXP1248/SP	DETRAN	SJ00ML300C	18/12/2025	20:39	5010-0
OCA7H88/GO	DETRAN	SJ00N5500M	18/12/2025	20:30	5029-1
QWB4037/TO	DETRAN	SJ00OC800M	18/12/2025	20:59	5045-0
RSC6B04/TO	DETRAN	SJ00R7103J	18/12/2025	21:19	5452-1
OCA7H88/GO	DETRAN	SJ00N5500N	18/12/2025	20:30	5169-1
RMB1D95/TO	DETRAN	SJ00PQB008	18/12/2025	22:54	5720-0
RMB1D95/TO	DETRAN	SJ00PQB009	18/12/2025	23:16	5010-0
RMB1D95/TO	DETRAN	SJ00PQB00A	18/12/2025	23:19	6912-0
RMB1D95/TO	DETRAN	SJ00PQB00B	18/12/2025	23:21	5835-0
QWC3J79/TO	DETRAN	SJ00P5403A	18/12/2025	23:22	5010-0
RMB1D95/TO	DETRAN	SJ00PQB00C	18/12/2025	23:28	5274-1
QWC3J78/TO	DETRAN	SJ00P5403B	18/12/2025	23:32	7340-0
QWC3J79/TO	DETRAN	SJ00P5403C	18/12/2025	23:39	5274-1
TVC2H05/TO	DETRAN	SJ00CQ800N	18/12/2025	20:10	5738-0
HIB1F20/TO	DETRAN	SJ00N5500O	19/12/2025	00:06	5169-1
QWC3J79/TO	DETRAN	SJ00P5403D	19/12/2025	02:03	6599-2
MMV2769/TO	DETRAN	SJ00CQ200K	19/12/2025	03:46	6599-2
MMV2769/TO	DETRAN	SJ00CQ200L	19/12/2025	03:46	6653-2
RMA0J67/TO	DETRAN	SJ00CQ3800E	19/12/2025	08:29	5738-0
OZT5A05/TO	DETRAN	SJ00NT800Q	19/12/2025	08:57	5452-2
RMA0J67/TO	DETRAN	SJ00CQ3800G	19/12/2025	08:54	5010-0
RMA0J67/TO	DETRAN	SJ00CQ3800H	19/12/2025	09:02	7340-0
RMA0J67/TO	DETRAN	SJ00CQ3800I	19/12/2025	09:08	5274-1
OLN2874/TO	DETRAN	SJ00AL30DZ	19/12/2025	09:23	6610-2
OLN2874/TO	DETRAN	SJ00AL30E0	19/12/2025	09:28	6602-0
SNF1H21/MA	DETRAN	SJ00P8502B	19/12/2025	09:25	7030-1
OLN2874/TO	DETRAN	SJ00AL30E1	19/12/2025	09:34	6599-2
MMW6131/TO	DETRAN	SJ00NT800R	19/12/2025	09:38	7366-2

RSD3D35/TO	DETRAN	SJ00PR2047	19/12/2025	10:33	6912-0
RSD3D35/TO	DETRAN	SJ00PR2048	19/12/2025	10:40	5010-0
RSD3D35/TO	DETRAN	SJ00PR2049	19/12/2025	10:44	7030-3
RSA1E68/TO	DETRAN	SJ00T7100I	19/12/2025	02:10	5525-0
HWE6J37/TO	DETRAN	SJ00Q4400I	19/12/2025	11:13	5410-0
RSA1E68/TO	DETRAN	SJ00T7100J	19/12/2025	02:10	6599-2
QKB3159/TO	DETRAN	SJ00AL30E2	19/12/2025	11:23	6653-1
NOB2D16/TO	DETRAN	SJ00N5500P	19/12/2025	11:36	6599-2
GMI6157/TO	DETRAN	SJ00AL30E3	19/12/2025	11:46	6530-0
QWD8F76/TO	DETRAN	SJ00AL30E4	19/12/2025	12:27	6602-0
TVC3B82/TO	DETRAN	SJ00AL30E7	19/12/2025	13:34	5010-0
TVC3B82/TO	DETRAN	SJ00AL30E8	19/12/2025	13:44	6653-1
TVC3B82/TO	DETRAN	SJ00AL30E9	19/12/2025	13:50	5274-1
TVC3B82/TO	DETRAN	SJ00AL30EA	19/12/2025	13:54	7340-0
TVC3B82/TO	DETRAN	SJ00AL30EC	19/12/2025	14:00	5835-0
TVB3J57/TO	DETRAN	SJ00NH802F	19/12/2025	14:11	7030-1
OCA2168/TO	DETRAN	SJ00OQ200M	19/12/2025	13:30	5010-0
OCA2168/TO	DETRAN	SJ00OQ200N	19/12/2025	13:30	5835-0
QKKA032/TO	DETRAN	SJ00RS5006	19/12/2025	11:06	7030-1
MWZ5868/TO	DETRAN	SJ00RS5007	19/12/2025	14:26	5010-0
OCA2168/TO	DETRAN	SJ00OQ200O	19/12/2025	13:30	5274-1
QWE6231/TO	DETRAN	SJ00NT800S	19/12/2025	14:33	7366-2
OCA2168/TO	DETRAN	SJ00OQ200P	19/12/2025	13:30	6394-4
QWE7F88/TO	DETRAN	SJ00NW501J	19/12/2025	09:10	5738-0
MVU6568/GO	DETRAN	SJ00NW501L	19/12/2025	10:44	7030-1
QK11563/TO	DETRAN	SJ00NW501M	19/12/2025	09:15	5738-0
OFI7024/PA	DETRAN	SJ00IB104B	19/12/2025	15:49	6602-0
TVB0J63/TO	DETRAN	SJ00IB104C	19/12/2025	16:10	5010-0
TVB0J63/TO	DETRAN	SJ00IB104E	19/12/2025	16:31	7340-0
QKF6G12/TO	DETRAN	SJ00AL30ED	19/12/2025	16:28	6653-1
QKG7H6/TO	DETRAN	SJ00P8502C	19/12/2025	16:27	6637-2
TVB0J63/TO	DETRAN	SJ00IB104F	19/12/2025	16:35	6645-0
QWD4A39/TO	DETRAN	SJ00IB104G	19/12/2025	16:49	5010-0
QKK1366/TO	DETRAN	SJ00P8502D	19/12/2025	16:53	7030-1
MWL1C22/TO	DETRAN	SJ00AL30EE	19/12/2025	16:57	6602-0
RMA2I34/TO	DETRAN	SJ00N4300R	19/12/2025	16:57	5010-0
SIP7F33/PA	DETRAN	SJ00OM2004	19/12/2025	16:55	5428-3
RSB0C81/TO	DETRAN	SJ00IB104H	19/12/2025	17:00	5010-0
RSB0C81/TO	DETRAN	SJ00IB104I	19/12/2025	17:09	6637-1
RSB0C81/TO	DETRAN	SJ00IB104J	19/12/2025	17:17	6637-2
RIN5105/TO	DETRAN	SJ00AL30EF	19/12/2025	17:24	5010-0
OLL5787/TO	DETRAN	SJ00HZ200A	19/12/2025	17:24	5010-0
QWD4B18/TO	DETRAN	SJ00AL30EG	19/12/2025	17:39	5010-0
SB18106/CE	DETRAN	SJ00P7302M	19/12/2025	17:41	5010-0
RSC1116/TO	DETRAN	SJ00NW501N	19/12/2025	17:32	5541-1
QWE6E42/TO	DETRAN	SJ00P7302N	19/12/2025	17:47	5010-0
RMA6J63/TO	DETRAN	SJ00NW501O	19/12/2025	17:32	5541-1
BEB5I02/PR	DETRAN	SJ00NW501P	19/12/2025	17:32	5541-1
RMC7G43/TO	DETRAN	SJ00HZ200C	19/12/2025	18:19	6653-1
QKG1074/TO	DETRAN	SJ00N4300S	19/12/2025	18:17	6076-0
QYB3171/TO	DETRAN	SJ00P0600U	19/12/2025	18:27	5460-0
QWE7I43/TO	DETRAN	SJ00HZ200D	19/12/2025	18:34	6602-0
OTV9705/PA	DETRAN	SJ00HZ200E	19/12/2025	18:43	5010-0
QKB9A58/TO	DETRAN	SJ00HZ200F	19/12/2025	18:47	6637-2
MWC9F85/TO	DETRAN	SJ00NE1014	19/12/2025	18:50	6599-2
MW05022/TO	DETRAN	SJ00HZ200G	19/12/2025	18:56	5010-0
MVR8G94/TO	DETRAN	SJ00L3802Q	19/12/2025	19:23	7340-0
NUJ3G54/TO	DETRAN	SJ00L3802R	19/12/2025	19:23	6122-0
RIN3J27/TO	DETRAN	SJ00KYD007	19/12/2025	19:55	7056-1
RIN3J27/TO	DETRAN	SJ00KYD008	19/12/2025	20:04	5010-0
RIN3J27/TO	DETRAN	SJ00KYD009	19/12/2025	20:07	6637-1
QKG7043/TO	DETRAN	SJ00L3802U	19/12/2025	19:55	6050-1
QKG7043/TO	DETRAN	SJ00L3802V	19/12/2025	20:00	5045-0
RIN3C73/TO	DETRAN	SJ00NE1015	19/12/2025	20:29	6599-2
PTN5277/MA	DETRAN	SJ00L3802W	19/12/2025	20:35	6050-1
PTN5277/MA	DETRAN	SJ00L3802X	19/12/2025	20:45	6599-2

PTN5277/MA	DETRAN	SJ00L3802Y	19/12/2025	20:47	5037-1
HPR1626/MA	DETRAN	SJ00PK200W	19/12/2025	21:33	6769-0
HPR1626/MA	DETRAN	SJ00PK200X	19/12/2025	21:37	7340-0
MXC4A95/TO	DETRAN	SJ00MR600M	19/12/2025	22:15	5010-0
QWB9D59/TO	DETRAN	SJ00LOD00I	19/12/2025	22:28	5010-0
OLL6955/TO	DETRAN	SJ00LOD00J	19/12/2025	22:48	5010-0
MW04684/TO	DETRAN	SJ00L4A00O	19/12/2025	22:48	6599-2
MW04684/TO	DETRAN	SJ00L4A00P	19/12/2025	23:01	5010-0
MXE8H68/TO	DETRAN	SJ00O56004	19/12/2025	20:59	5010-0
RSF1C63/TO	DETRAN	SJ00LOD00K	19/12/2025	23:01	5010-0
RSF1C63/TO	DETRAN	SJ00LOD00L	19/12/2025	23:07	6599-2
MXE8H68/TO	DETRAN	SJ00O56005	19/12/2025	23:08	6653-1
MVW4D50/MA	DETRAN	SJ00PL500D	19/12/2025	23:09	5010-0
MXE8H68/TO	DETRAN	SJ00O56006	19/12/2025	23:14	5274-2
TVB1B47/TO	DETRAN	SJ00L3802Z	19/12/2025	23:22	6050-1
QWD3A85/TO	DETRAN	SJ00LOD00M	19/12/2025	23:25	5010-0
RSB8C16/TO	DETRAN	SJ00LOD00N	19/12/2025	23:29	6599-2
MWW7608/TO	DETRAN	SJ00PW104M	19/12/2025	18:03	6653-1
MWW7608/TO	DETRAN	SJ00PW104N	19/12/2025	23:57	5010-0
MWW7608/TO	DETRAN	SJ00PW104O	20/12/2025	00:02	6637-1
OYA6672/TO	DETRAN	SJ00L4A00Q	19/12/2025	23:45	5169-1
QDP9D53/TO	DETRAN	SJ00L38030	19/12/2025	23:45	6599-2
QDP9D53/TO	DETRAN	SJ00L38031	19/12/2025	23:47	5010-0
QDP9D53/TO	DETRAN	SJ00L38032	19/12/2025	23:47	6653-1
MXE8H68/TO	DETRAN	SJ00O56007	19/12/2025	20:50	5169-1
QDP9D53/TO	DETRAN	SJ00L38033	19/12/2025	23:48	6726-1
NKD0J02/TO	DETRAN	SJ00O2008	20/12/2025	00:17	6530-0
OLN6H38/TO	DETRAN	SJ00AL30EL	20/12/2025	00:23	6602-0
KBX6884/TO	DETRAN	SJ00HZ200H	20/12/2025	00:21	5738-0
OLN6H38/TO	DETRAN	SJ00AL30EN	20/12/2025	00:34	6432-1
RMC1153/TO	DETRAN	SJ00L38034	19/12/2025	23:55	6653-1
RMC1153/TO	DETRAN	SJ00L38035	19/12/2025	23:58	5010-0
MWC3G58/TO	DETRAN	SJ00AL30EO	20/12/2025	00:37	6653-1
RMC1153/TO	DETRAN	SJ00L38036	20/12/2025	00:00	7340-0
RMC1153/TO	DETRAN	SJ00L38037	20/12/2025	00:02	6912-0
OLL3J22/TO	DETRAN	SJ00AL30EP	20/12/2025	00:41	6602-0
RMC1153/TO	DETRAN	SJ00L38038	20/12/2025	00:04	6726-1
MVW8A88/TO	DETRAN	SJ00AL30ER	20/12/2025	00:49	6653-1
MWR2475/TO	DETRAN	SJ00AL30ES	20/12/2025	00:53	6602-0
MWR2475/TO	DETRAN	SJ00AL30ET	20/12/2025	00:58	6653-1
MWR2475/TO	DETRAN	SJ00AL30EU	20/12/2025	01:01	6432-1
QVD4F72/PA	DETRAN	SJ00KS800Z	20/12/2025	01:01	6599-2
QVD4F72/PA	DETRAN	SJ00KS8010	20/12/2025	01:08	5010-0
OLL3J22/TO	DETRAN	SJ00AL30EV	20/12/2025	01:16	6653-1
OLN6116/TO	DETRAN	SJ00GN100V	20/12/2025	01:24	6653-1
OYA4943/TO	DETRAN	SJ00GZ102R	20/12/2025	01:18	5010-0
NGI8634/TO	DETRAN	SJ00PW104P	20/12/2025	01:42	5010-0
NGI8634/TO	DETRAN	SJ00PW104Q	20/12/2025	01:50	6637-1
JGB0227/TO	DETRAN	SJ00N5500Q	20/12/2025	02:27	5010-0
JWD3E88/TO	DETRAN	SJ00O0A005	20/12/2025	05:41	6548-0
JWD3E88/TO	DETRAN	SJ00O0A006	20/12/2025	05:59	6912-0
JWD3E88/TO	DETRAN	SJ00O0A007	20/12/2025	06:04	6610-2
TVB4G72/TO	DETRAN	SJ00RT103J	20/12/2025	08:10	5010-0
RMC4I97/TO	DETRAN	SJ00NT800T	20/12/2025	08:21	7030-1
NSV3573/TO	DETRAN	SJ00GJD01H	20/12/2025	08:28	5550-0
QWD8E15/TO	DETRAN	SJ00OM2005	20/12/2025	08:36	5274-1
JQU5636/DF	DETRAN	SJ00GLF01D	20/12/2025	08:41	5010-0
QWD8E15/TO	DETRAN	SJ00OM2006	20/12/2025	08:46	7340-0
QWD8E15/TO	DETRAN	SJ00OM2007	20/12/2025	08:52	5010-0
QWD8E15/TO	DETRAN	SJ00OM2008	20/12/2025	08:53	6645-0
OLK1147/TO	DETRAN	SJ00GLF01E	20/12/2025	09:01	5010-0
GBK6118/TO	DETRAN	SJ00QL200I	20/12/2025	09:12	5487-0
RSD2G68/TO	DETRAN	SJ00TD3011	20/12/2025	09:17	6050-1
RMA7J59/TO	DETRAN	SJ00TD3012	20/12/2025	09:32	6050-1
MWV3816/TO	DETRAN	SJ00MR600N	20/12/2025	09:32	6599-2
QKJ3F16/TO	DETRAN	SJ00SS200I	20/12/2025	09:39	5010-0

MWX3A22/TO	DETRAN	SJ00MR8000	20/12/2025	09:41	6599-2
MWV3816/TO	DETRAN	SJ00MR800P	20/12/2025	09:49	5045-0
QKJ3F16/TO	DETRAN	SJ00SS200J	20/12/2025	10:09	6637-1
MWX3A22/TO	DETRAN	SJ00MR800Q	20/12/2025	10:10	5169-1
RSA3G24/TO	DETRAN	SJ00MU1050	20/12/2025	10:13	6599-2
MWF7I86/TO	DETRAN	SJ00R3C001	20/12/2025	10:34	5010-0
QKB1J50/TO	DETRAN	SJ00NB801T	20/12/2025	10:38	5541-1
MWF7I86/TO	DETRAN	SJ00R3C002	20/12/2025	10:41	6599-2
MWF7I86/TO	DETRAN	SJ00R3C003	20/12/2025	10:44	7340-0
MWF7I86/TO	DETRAN	SJ00R3C004	20/12/2025	10:46	6637-2
QFC9C88/TO	DETRAN	SJ00GLF01F	20/12/2025	11:17	5541-1
PRP3440/GO	DETRAN	SJ00TD3013	20/12/2025	11:20	5525-0
GNC5067/TO	DETRAN	SJ00P13001	20/12/2025	12:23	6599-2
RSE3B79/TO	DETRAN	SJ00TD3014	20/12/2025	12:24	6050-1
RSE3B79/TO	DETRAN	SJ00TD3015	20/12/2025	12:35	5010-0
MWU8E59/TO	DETRAN	SJ00TG4001	20/12/2025	12:40	5010-0
JFU6I03/DF	DETRAN	SJ00RC101I	20/12/2025	01:25	6530-0
JFU6I03/DF	DETRAN	SJ00RC101J	20/12/2025	01:33	5525-0
MVN5728/TO	DETRAN	SJ00R7I03K	20/12/2025	12:00	6599-2
JFU6I03/DF	DETRAN	SJ00RC101K	20/12/2025	01:37	6599-2
MWE5770/TO	DETRAN	SJ00MR800R	20/12/2025	15:10	5010-0
OTU9B33/TO	DETRAN	SJ00GJD01I	20/12/2025	15:30	5550-0
MWE5770/TO	DETRAN	SJ00MR800S	20/12/2025	15:30	6556-4
RSD4H77/TO	DETRAN	SJ00GJD01J	20/12/2025	15:34	5550-0
QVR3A49/PA	DETRAN	SJ00GJD01K	20/12/2025	15:38	5550-0
MWE5770/TO	DETRAN	SJ00MR800T	20/12/2025	15:39	7048-1
MWX2B91/TO	DETRAN	SJ00GJD01L	20/12/2025	15:41	5550-0
NGI4266/TO	DETRAN	SJ00NT800U	20/12/2025	15:41	6050-1
QPM4D41/TO	DETRAN	SJ00GJD01M	20/12/2025	15:52	5541-1
PZH5I17/TO	DETRAN	SJ00GJD01N	20/12/2025	15:57	5410-0
JVL6I93/TO	DETRAN	SJ00TA500O	20/12/2025	15:53	6599-2
MXG8325/TO	DETRAN	SJ00NW501Q	20/12/2025	16:18	6610-2
QKM0551/TO	DETRAN	SJ00QL200J	20/12/2025	16:16	5452-1
MWZ7358/TO	DETRAN	SJ00TD3016	20/12/2025	17:00	5169-1
OLJQJ07/TO	DETRAN	SJ00PW104T	20/12/2025	17:43	5010-0
OLJQJ07/TO	DETRAN	SJ00PW104U	20/12/2025	17:45	6599-2
OLJ7B66/TO	DETRAN	SJ00TL200O	20/12/2025	18:04	7030-1
RMB4A45/TO	DETRAN	SJ00PU4003	20/12/2025	19:30	6653-1
RMB4A45/TO	DETRAN	SJ00PU4004	20/12/2025	19:35	5010-0
MXF5752/TO	DETRAN	SJ00C0302R	20/12/2025	19:56	6599-2
MWC8020/TO	DETRAN	SJ00PW104V	20/12/2025	20:25	5398-0
RMB4A45/TO	DETRAN	SJ00PU4005	20/12/2025	19:38	6610-2
QWF7G61/TO	DETRAN	SJ00KYD00A	20/12/2025	19:47	5738-0
NKC9841/TO	DETRAN	SJ00P0600V	20/12/2025	18:10	6599-2
NKC9841/TO	DETRAN	SJ00P0600W	20/12/2025	18:10	5010-0
NKC9841/TO	DETRAN	SJ00P0600X	20/12/2025	18:10	5169-1
KJC1591/TO	DETRAN	SJ00BL1048	20/12/2025	20:00	6599-2
NF03I96/GO	DETRAN	SJ00TL200P	20/12/2025	21:16	5452-2
QJG1A48/SP	DETRAN	SJ00TL200Q	20/12/2025	21:23	5479-0
RSA5D69/TO	DETRAN	SJ00TL200R	20/12/2025	21:31	6050-1
SZW7B87/PA	DETRAN	SJ00OKO001	20/12/2025	21:56	7030-1
SZW7B87/PA	DETRAN	SJ00OKO002	20/12/2025	22:04	7048-1
SZW7B87/PA	DETRAN	SJ00OKO003	20/12/2025	22:09	6637-1
OYA8I86/TO	DETRAN	SJ00Q2F00L	20/12/2025	22:03	6548-0
KJC1591/TO	DETRAN	SJ00BL1049	20/12/2025	20:00	6610-1
NFQ3D99/TO	DETRAN	SJ00Q2F00M	20/12/2025	22:17	6530-0
KJC1591/TO	DETRAN	SJ00BL104A	20/12/2025	20:00	5452-1
QVO0I29/TO	DETRAN	SJ00L38039	20/12/2025	22:43	5568-0
KJC1591/TO	DETRAN	SJ00BL104B	20/12/2025	20:44	6599-2

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 001637/2025

O Departamento Estadual de Trânsito, com base nas competências elencadas nos arts. 21 e 281 da Lei 9.503/97 - CTB, e também nas disposições da Lei nº 9.873/99, resolve dar ciência da imposição de penalidade de multa constantes do edital, dispondo até 22/01/2026 para efetuar o pagamento com desconto de 20% (vinte por cento) e/ou, interpor, até a mesma data, recurso, que será julgado pela JARI. Os dados das infrações de trânsito estão na seguinte ordem: Placa/UF; Órgão Autuador; Nº Auto de Infração; Data do cometimento; Hora do cometimento e Código/Desdobramento. Demais informações podem ser obtidas através do endereço eletrônico: multas@detran.to.gov.br.

PLACA/UF	Orgão Autuador	Nº Auto de Infração	Data do cometimento	Hora do cometimento	Código/ Desdobramento
JGZ7112/TO	DETRAN	DT00013862	05/05/2025	11:12	5185-1
PZN7918/DF	DETRAN	DT00011969	05/05/2025	12:31	5436-0
PHI1H75/TO	DETRAN	DT00014710	10/05/2025	21:14	6670-0
RSD3H76/TO	DETRAN	DT00014596	12/05/2025	18:41	5274-1
RSD3H76/TO	DETRAN	DT00014597	12/05/2025	18:41	7056-1
OLH4F41/TO	DETRAN	DT00015099	15/05/2025	22:37	5452-7
MXE2565/TO	DETRAN	DT00015198	13/05/2025	07:45	5819-1
MXD2415/TO	DETRAN	SJ00RL1001	18/05/2025	12:19	5274-1
QKM4H71/TO	DETRAN	DT00015654	16/05/2025	16:48	5819-7
MXB1438/TO	DETRAN	DT00015929	23/05/2025	11:26	7340-0
MXB1438/TO	DETRAN	DT00015930	23/05/2025	11:26	7684-2
QWF4E47/TO	DETRAN	DT00015953	23/05/2025	17:17	5185-1
OXX5388/TO	DETRAN	DT00016825	30/05/2025	23:28	7579-0
MWE1942/TO	DETRAN	DT00015826	31/05/2025	22:06	7579-0
OFD1B40/TO	DETRAN	MB00036637	03/06/2025	13:44	6920-1
QKB6732/TO	DETRAN	DT00005548	06/06/2025	22:10	5452-7
SDA0H46/TO	DETRAN	DT00019146	15/06/2025	17:10	7030-1
DJSSD79/TO	DETRAN	MB00037357	16/06/2025	16:38	6920-1
OMS3J75/TO	DETRAN	MB00037391	17/06/2025	10:48	6920-1
OLH4F41/TO	DETRAN	SJ00KU200N	16/06/2025	13:37	5215-1
RSB5A58/TO	DETRAN	DT00019613	17/06/2025	17:44	6670-0
RSB5A58/TO	DETRAN	DT00019614	17/06/2025	17:44	6599-2
MWV7E85/TO	DETRAN	DT00018585	19/06/2025	21:59	7579-0
QKA9A69/TO	DETRAN	DT00019670	21/06/2025	00:53	5010-0
FQV7B47/TO	DETRAN	DT00020549	22/06/2025	01:47	7579-0
MWW5I25/TO	DETRAN	DT00020681	22/06/2025	17:06	6726-1
MWW5I25/TO	DETRAN	DT00020682	22/06/2025	17:06	7340-0
MWW5I25/TO	DETRAN	DT00020683	22/06/2025	17:06	6602-0
MWW5I25/TO	DETRAN	DT00020684	22/06/2025	17:06	6610-2
MWN0016/TO	DETRAN	DT00020985	23/06/2025	13:15	5185-2
OB0A89/TO	DETRAN	DT00021073	25/06/2025	09:16	5185-1
MWP2F91/TO	DETRAN	MB00046279	11/11/2025	11:51	6920-1
OYB0J72/TO	DETRAN	MB00046347	12/11/2025	10:46	6920-1
JIB2C24/TO	DETRAN	MB00046356	12/11/2025	11:17	6920-1
ONF6D48/TO	DETRAN	MB00046392	12/11/2025	13:24	6920-1
QWC5B43/TO	DETRAN	DT00043815	10/11/2025	15:43	7340-0
QWB8782/TO	DETRAN	DT00042720	12/11/2025	11:43	7633-2
QKJ8014/TO	DETRAN	DT00042160	12/11/2025	22:46	7340-0
OKN8C49/TO	DETRAN	MB00046415	13/11/2025	08:15	6920-1
QKD5I71/TO	DETRAN	MB00046416	13/11/2025	08:18	6920-1
RSF4D03/TO	DETRAN	MB00046417	13/11/2025	09:57	6920-1
MXE7J62/TO	DETRAN	MB00046419	13/11/2025	10:11	6920-1
BCR2E62/TO	DETRAN	MB00046420	13/11/2025	10:17	6920-1
PAR2I90/TO	DETRAN	MB00046421	13/11/2025	10:40	6920-1
JUM8I37/TO	DETRAN	MB00046422	13/11/2025	10:48	6920-1
OLK7G54/TO	DETRAN	MB00046423	13/11/2025	10:49	6920-1
QWB6F70/TO	DETRAN	MB00046424	13/11/2025	10:52	6920-1
QKL5E71/TO	DETRAN	MB00046425	13/11/2025	10:58	6920-1
BWZ4G33/TO	DETRAN	MB00046426	13/11/2025	10:58	6920-1
IUN6A68/TO	DETRAN	MB00046427	13/11/2025	11:17	6920-1
RHJ3H88/TO	DETRAN	MB00046428	13/11/2025	11:17	6920-1
IUT7J91/TO	DETRAN	MB00046429	13/11/2025	11:18	6920-1
IUT8A33/TO	DETRAN	MB00046430	13/11/2025	11:22	6920-1
NWQ4A93/TO	DETRAN	MB00046431	13/11/2025	11:31	6920-1
PSS6C02/TO	DETRAN	MB00046432	13/11/2025	11:45	6920-1
QTN8D10/TO	DETRAN	MB00046433	13/11/2025	11:46	6920-1
AQH5B75/TO	DETRAN	MB00046434	13/11/2025	11:46	6920-1
HZ1A113/TO	DETRAN	MB00046435	13/11/2025	11:46	6920-1
PQH8C95/TO	DETRAN	MB00046436	13/11/2025	11:50	6920-1
RSE9F43/TO	DETRAN	MB00046437	13/11/2025	11:53	6920-1
ILW1E13/TO	DETRAN	MB00046438	13/11/2025	11:58	6920-1
RVX9E25/TO	DETRAN	MB00046439	13/11/2025	12:17	6920-1
PKI9G87/TO	DETRAN	MB00046490	14/11/2025	08:08	6920-1
JKB8B74/TO	DETRAN	MB00046491	14/11/2025	08:13	6920-1
KCN9F72/TO	DETRAN	MB00046492	14/11/2025	08:19	6920-1

MMU7G73/TO	DETRAN	MB00046493	14/11/2025	08:22	6920-1
PLF5H11/TO	DETRAN	MB00046494	14/11/2025	08:30	6920-1
MWS0D04/TO	DETRAN	MB00046495	14/11/2025	08:34	6920-1
KDN9I77/GO	DETRAN	MB00046496	14/11/2025	08:45	6920-1
QKM0E94/TO	DETRAN	MB00046497	14/11/2025	08:48	6920-1
HUD9F04/TO	DETRAN	MB00046498	14/11/2025	08:49	6920-1
RSASJ44/TO	DETRAN	MB00046499	14/11/2025	08:55	6920-1
MZS8J09/TO	DETRAN	MB00046500	14/11/2025	08:56	6920-1
MWIE287/TO	DETRAN	MB00046501	14/11/2025	09:07	6920-1
BJX2566/TO	DETRAN	MB00046502	14/11/2025	09:09	6920-1
BHC7F63/TO	DETRAN	MB00046503	14/11/2025	09:11	6920-1
SQD3B67/TO	DETRAN	MB00046504	14/11/2025	09:21	6920-1
OLN7C51/TO	DETRAN	MB00046505	14/11/2025	09:22	6920-1
JIW0D19/TO	DETRAN	MB00046506	14/11/2025	09:28	6920-1
JHE4E77/TO	DETRAN	MB00046507	14/11/2025	09:30	6920-1
QWD4E21/TO	DETRAN	SJ00TM302D	13/11/2025	09:55	7633-2
PSQ8A99/MA	DETRAN	SJ00UB300N	13/11/2025	11:41	5010-0
SMR9B49/MA	DETRAN	SJ00RY100K	13/11/2025	12:08	6602-0
OLH8313/TO	DETRAN	SJ00N15026	13/11/2025	09:10	6050-1
OLJ3E81/TO	DETRAN	SJ00N15027	13/11/2025	16:16	6050-3
MVV9988/TO	DETRAN	SJ00MP3001	13/11/2025	16:32	5541-1
RSE9F62/TO	DETRAN	SJ00RT102T	13/11/2025	11:35	7366-2
OLI1125/TO	DETRAN	SJ00RV200Q	13/11/2025	16:32	5010-0
QPQ4F63/TO	DETRAN	SJ00QL2007	13/11/2025	16:41	5010-0
OLI1125/TO	DETRAN	SJ00RV200R	13/11/2025	16:48	7030-1
QLF4D23/GO	DETRAN	SJ00QE300C	13/11/2025	16:58	6599-2
TVB4J56/TO	DETRAN	SJ00O4202V	13/11/2025	17:47	5010-0
MVU7406/TO	DETRAN	SJ00O4202W	13/11/2025	17:56	5010-0
MVU7406/TO	DETRAN	SJ00O4202X	13/11/2025	18:06	6599-2
MXB7541/PA	DETRAN	SJ00MT200A	13/11/2025	18:09	5010-0
QKMAC65/TO	DETRAN	SJ00TB1003	13/11/2025	18:14	5010-0
TVB9I15/TO	DETRAN	SJ00O4202Y	13/11/2025	18:11	5010-0
QKMAC65/TO	DETRAN	SJ00TB1004	13/11/2025	18:19	6912-0
NFG8H50/TO	DETRAN	SJ00RT102V	13/11/2025	18:25	7366-2
MXB7541/PA	DETRAN	SJ00MT200C	13/11/2025	18:24	6599-2
QKJ3B39/TO	DETRAN	SJ00NY4001	13/11/2025	18:34	5010-0
QKJ3B39/TO	DETRAN	SJ00NY4002	13/11/2025	18:45	6599-2
TVA5D19/TO	DETRAN	SJ00O42030	13/11/2025	18:52	6637-2
QKI8990/TO	DETRAN	SJ00MO5014	13/11/2025	20:00	5010-0
MWP2C82/TO	DETRAN	SJ00MO5015	13/11/2025	20:09	5010-0
RSD8E08/TO	DETRAN	SJ00MO5016	13/11/2025	20:19	5010-0
OLH1H68/TO	DETRAN	SJ00MO5017	13/11/2025	20:25	5010-0
MXF8862/TO	DETRAN	SJ00MO5018	13/11/2025	20:35	5010-0
QWF4G91/TO	DETRAN	SJ00MO501A	13/11/2025	20:54	5010-0
PSP5A23/TO	DETRAN	SJ00QE300D	13/11/2025	20:53	5010-0
RMB2H21/TO	DETRAN	SJ00MO501B	13/11/2025	20:59	5010-0
PSP5A23/TO	DETRAN	SJ00QE300E	13/11/2025	20:59	6580-0
RSF6G38/TO	DETRAN	SJ00MO501C	13/11/2025	21:02	5010-0
TVB0A33/TO	DETRAN	SJ00KYB00H	13/11/2025	21:08	5010-0
RMA7C86/TO	DETRAN	SJ00MO501E	13/11/2025	21:20	5738-0
TVB0A33/TO	DETRAN	SJ00KYB00I	13/11/2025	21:15	6580-0
QKI7772/TO	DETRAN	SJ00O42031	13/11/2025	21:25	5010-0
QWF8H74/TO	DETRAN	SJ00KS700T	13/11/2025	21:39	6653-1
RMC2D29/TO	DETRAN	SJ00PR2037	13/11/2025	21:35	5169-1
RSE0B80/TO	DETRAN	SJ00GS1036	13/11/2025	19:30	5193-0
RSF1F71/TO	DETRAN	SJ00S42004	13/11/2025	23:13	6530-0
MWZ6I93/TO	DETRAN	SJ00LOB006	14/11/2025	02:34	5738-0
QKM3F98/TO	DETRAN	SJ00NB7001	14/11/2025	01:35	5738-0
MWIB389/TO	DETRAN	SJ00LOB007	14/11/2025	04:56	5169-1
QKCS5346/TO	DETRAN	SJ00LOB008	14/11/2025	05:44	5169-1
RSF6E93/TO	DETRAN	SJ00OB5006	14/11/2025	00:02	5010-0
SGP0F40/DF	DETRAN	SJ00NH8001	14/11/2025	08:10	5738-0
RSF6E93/TO	DETRAN	SJ00OB5007	14/11/2025	00:02	6670-0
RSF6E93/TO	DETRAN	SJ00OB5008	14/11/2025	00:02	6726-1
RSF6E93/TO	DETRAN	SJ00OB5009	14/11/2025	00:02	6637-2
QWB7F55/TO	DETRAN	SJ00NH8002	14/11/2025	08:15	5541-1

MWU9734/TO	DETRAN	SJ00PZ200S	14/11/2025	09:10	5010-0
MWN9134/TO	DETRAN	SJ00L2H01H	14/11/2025	09:12	5010-0
MXC3E81/TO	DETRAN	MB00046440	13/11/2025	12:19	6920-1
MWY4I78/TO	DETRAN	MB00046441	13/11/2025	12:20	6920-1
MWF0A29/TO	DETRAN	MB00046442	13/11/2025	12:23	6920-1
NFZ6B41/TO	DETRAN	MB00046444	13/11/2025	12:32	6920-1
FOT8F56/TO	DETRAN	MB00046445	13/11/2025	12:37	6920-1
QEQ1F16/TO	DETRAN	MB00046446	13/11/2025	12:47	6920-1
OLK0B70/TO	DETRAN	MB00046447	13/11/2025	12:52	6920-1
OLK8F25/PR	DETRAN	MB00046448	13/11/2025	12:52	6920-1
NZL8C94/TO	DETRAN	MB00046449	13/11/2025	12:53	6920-1
OIX1J71/TO	DETRAN	MB00046450	13/11/2025	12:54	6920-1
OLK8E75/PR	DETRAN	MB00046451	13/11/2025	12:54	6920-1
MVY1I26/TO	DETRAN	MB00046452	13/11/2025	12:56	6920-1
REU0C77/TO	DETRAN	MB00046453	13/11/2025	13:00	6920-1
RSF8A18/TO	DETRAN	MB00046454	13/11/2025	13:05	6920-1
OVN6B59/TO	DETRAN	MB00046455	13/11/2025	13:18	6920-1
MWU8H86/TO	DETRAN	MB00046456	13/11/2025	13:22	6920-1
RSD2A88/TO	DETRAN	MB00046457	13/11/2025	13:24	6920-1
MWP5H76/TO	DETRAN	MB00046458	13/11/2025	13:24	6920-1
PBN7F36/MA	DETRAN	MB00046459	13/11/2025	13:27	6920-1
AYR9C41/TO	DETRAN	MB00046460	13/11/2025	13:30	6920-1
MFN9D90/TO	DETRAN	MB00046461	13/11/2025	13:30	6920-1
OTT9E52/TO	DETRAN	MB00046462	13/11/2025	13:35	6920-1
JGB7I40/TO	DETRAN	MB00046464	13/11/2025	13:38	6920-1
RSE6I74/TO	DETRAN	MB00046465	13/11/2025	13:38	6920-1
GCC0C48/MA	DETRAN	MB00046466	13/11/2025	13:46	6920-1
PAO4D11/TO	DETRAN	MB00046467	13/11/2025	13:46	6920-1
SQD3B57/TO	DETRAN	MB00046468	13/11/2025	13:46	6920-1
PBM1D44/TO	DETRAN	MB00046469	13/11/2025	13:47	6920-1
RGD4C55/TO	DETRAN	MB00046470	13/11/2025	13:47	6920-1
MWP5C27/TO	DETRAN	MB00046471	13/11/2025	13:48	6920-1
PQP3E24/TO	DETRAN	MB00046473	13/11/2025	13:50	6920-1
RSD7F44/TO	DETRAN	MB00046474	13/11/2025	13:51	6920-1
OLH2C61/TO	DETRAN	MB00046475	13/11/2025	13:59	6920-1
QOZ1D69/TO	DETRAN	MB00046476	13/11/2025	14:03	6920-1
QKE6470/TO	DETRAN	MB00046477	13/11/2025	14:03	6920-1
JPS4F75/TO	AMTT	GU00042421	05/11/2025	08:26	5185-1
FIA2D95/TO	DETRAN	MB00046478	13/11/2025	14:32	6920-1
MWJ3574/TO	AMTT	GU00042422	05/11/2025	08:27	5185-1
PQZ9871/GO	AMTT	GU00042423	05/11/2025	08:30	7633-2
NKR3S49/TO	AMTT	GU00042424	05/11/2025	08:34	7633-2
TDR3E49/MG	AMTT	GU00042426	05/11/2025	08:37	6050-1
OMK3J29/TO	AMTT	GU00042427	05/11/2025	08:45	6050-1
QKH0H63/TO	AMTT	GU00042428	05/11/2025	08:52	6050-1
OLH1B54/TO	AMTT	GU00042429	05/11/2025	08:55	6050-1
RSC4G16/TO	DETRAN	MB00046479	13/11/2025	14:47	6920-1
QEO3B90/TO	AMTT	GU00042430	05/11/2025	08:56	5185-1
TVA5I89/TO	AMTT	GU00042431	05/11/2025	09:00	6050-1
ONM1J90/TO	AMTT	GU00042432	05/11/2025	09:25	6050-1
QKM3C95/TO	AMTT	GU00042435	04/11/2025	17:30	6041-2
RIN4F11/TO	DETRAN	MB00046480	13/11/2025	15:09	6920-1
MVP7556/TO	DETRAN	MB00046481	13/11/2025	15:33	6920-1
MVY8B34/TO	DETRAN	MB00046482	13/11/2025	15:37	6920-1
JGO4D33/TO	DETRAN	MB00046483	13/11/2025	15:38	6920-1
MWW7I82/TO	DETRAN	MB00046484	13/11/2025	15:38	6920-1
OLJ9088/TO	AMTT	GU00042436	04/11/2025	17:33	6041-2
ETG8I61/TO	AMTT	GU00042437	04/11/2025	17:33	6041-2
MWZ6629/TO	AMTT	GU00042438	04/11/2025	17:34	5185-1
JGU8I48/GO	AMTT	GU00042439	04/11/2025	17:35	6041-2
RSF9G21/TO	AMTT	GU00042476	05/11/2025	07:39	5738-0
MWK3D88/TO	DETRAN	MB00046485	13/11/2025	16:21	6920-1
MVZ0C96/TO	AMTT	GU00042477	05/11/2025	08:13	5738-0
RCJ0F33/TO	AMTT	GU00042478	05/11/2025	08:42	7633-2
RSD1H82/TO	AMTT	GU00042479	05/11/2025	09:50	5738-0
JJL1D37/TO	DETRAN	MB00046486	13/11/2025	16:57	6920-1

FVT4H82/TO	DETRAN	MB00046487	13/11/2025	17:01	6920-1
SCQ8I51/TO	DETRAN	MB00046488	13/11/2025	17:34	6920-1
DOO2781/TO	DETRAN	MB00046489	13/11/2025	18:40	6920-1
QKE2C92/TO	DETRAN	SJ00Q72006	13/11/2025	01:05	6637-1
QKF2E08/TO	DETRAN	SJ00ND100V	13/11/2025	02:36	7048-1
QKF2E08/TO	DETRAN	SJ00ND100W	13/11/2025	02:47	6637-1
SUB5F52/DF	DETRAN	SJ00Q72007	13/11/2025	03:02	5274-1
MWN9I34/TO	DETRAN	SJ00L2H01I	14/11/2025	09:19	6637-1
MWN9I34/TO	DETRAN	SJ00L2H01J	14/11/2025	09:23	7048-1
QDZ4I58/PA	DETRAN	SJ00L49005	14/11/2025	09:54	5738-0
HAY2H07/TO	DETRAN	SJ00TA5008	14/11/2025	12:29	5010-0
TVB2G45/TO	DETRAN	SJ00N54001	14/11/2025	14:11	6050-3
OLI9532/TO	DETRAN	SJ00NH8003	14/11/2025	12:07	6050-1
QWF7E04/TO	DETRAN	SJ00OCA001	14/11/2025	15:22	7633-2
MWN3C75/TO	DETRAN	SJ00OI300D	14/11/2025	15:45	6637-1
QWE8G84/TO	DETRAN	SJ00L49006	14/11/2025	16:23	7340-0
MXV1475/TO	DETRAN	SJ00OI300E	14/11/2025	16:29	5010-0
MXV1475/TO	DETRAN	SJ00OI300F	14/11/2025	16:41	6599-2
MXF6557/TO	DETRAN	SJ00L49008	14/11/2025	12:30	7366-2
MXV1475/TO	DETRAN	SJ00OI300G	14/11/2025	16:49	6637-2
MXV1475/TO	DETRAN	SJ00OI300H	14/11/2025	16:57	6602-0
MWH9416/TO	DETRAN	DT00042668	13/11/2025	16:44	5185-1
OFQ5C19/TO	DETRAN	DT00042670	13/11/2025	16:46	5185-1
RSB7A91/TO	DETRAN	DT00042671	13/11/2025	16:47	5185-1
HRU7867/GO	DETRAN	DT00042665	13/11/2025	16:42	5185-1
NTA7G92/TO	DETRAN	DT00042666	13/11/2025	16:42	5185-1
MWT3D78/TO	DETRAN	DT00041469	14/11/2025	17:17	5118-0
MMY8E27/TO	DETRAN	DT00044335	13/11/2025	18:56	6408-0
OLJ5083/TO	DETRAN	DT00042249	13/11/2025	00:53	6858-0
MXG3G29/TO	DETRAN	DT00036200	13/11/2025	17:21	5010-0
AHT1G99/TO	DETRAN	DT00041802	13/11/2025	18:09	5185-1
SDO9G70/TO	DETRAN	DT00044146	13/11/2025	15:00	7633-2
OGS0H43/TO	DETRAN	DT00033831	13/11/2025	14:27	6025-0
NCK7580/TO	DETRAN	DT00044147	13/11/2025	11:04	6580-0
OLK5D46/TO	DETRAN	DT00044330	13/11/2025	15:39	6602-0
QWE2J76/TO	DETRAN	DT00043934	13/11/2025	17:31	6700-0
RS44G66/TO	DETRAN	DT00042251	13/11/2025	00:57	5185-2
TVA9E53/TO	DETRAN	DT00039375	13/11/2025	16:14	5967-0
MWT7086/TO	DETRAN	DT00039376	13/11/2025	16:17	7633-2
NGW4954/TO	DETRAN	DT00042805	13/11/2025	16:31	6696-2
JGQ2964/DF	DETRAN	DT00043704	13/11/2025	16:32	6599-2
OLK3H51/TO	DETRAN	DT00042673	13/11/2025	16:47	5185-1
PRM4A80/PA	DETRAN	DT00041463	13/11/2025	18:38	5487-0
QWB5716/TO	DETRAN	DT00041464	13/11/2025	18:38	6408-0
OLK1J35/TO	DETRAN	DT00043709	13/11/2025	17:18	6670-0
QWD4D38/TO	DETRAN	DT00042250	13/11/2025	00:55	7340-0
QKI1429/TO	DETRAN	DT00043710	13/11/2025	17:18	6599-2
QWA9652/TO	DETRAN	DT00043711	13/11/2025	17:18	6599-2
FYR8F18/CE	DETRAN	DT00032703	13/11/2025	14:57	6025-0
NCK7580/TO	DETRAN	DT00044148	13/11/2025	11:04	6599-2
RMCB8I4/TO	DETRAN	DT00042895	13/11/2025	15:44	7633-1
OLL6A79/TO	DETRAN	DT00044149	13/11/2025	15:33	5819-6
MWO9I48/TO	DETRAN	DT00042252	13/11/2025	01:04	5185-1
QWB3E48/TO	DETRAN	DT00044150	13/11/2025	16:11	7633-2
TVB9B32/TO	DETRAN	DT00042254	13/11/2025	01:07	7340-0
QBC3I00/MT	DETRAN	DT00041799	13/11/2025	16:27	5185-1
NGW4954/TO	DETRAN	DT00042806	13/11/2025	16:31	5185-1
JGQ2964/DF	DETRAN	DT00043705	13/11/2025	16:32	6602-0
EEH0J91/TO	DETRAN	DT00042963	13/11/2025	16:35	7633-2
RSA5D23/PA	DETRAN	DT00044151	13/11/2025	12:55	5819-4
EEH0J91/TO	DETRAN	DT00043930	13/11/2025	07:45	5185-1
MWD7832/TO	DETRAN	DT00039379	13/11/2025	17:10	5185-1
MWD7832/TO	DETRAN	DT00039380	13/11/2025	17:10	7633-2
OLN9305/TO	DETRAN	DT00038501	13/11/2025	20:44	5452-5
KDS7E55/TO	DETRAN	DT00042677	13/11/2025	16:52	5185-1
MWH4453/TO	DETRAN	DT00043713	13/11/2025	17:18	6670-0

MWZ2C52/TO	DETRAN	DT00039383	13/11/2025	18:42	5819-4
MWZ2C52/TO	DETRAN	DT00039384	13/11/2025	18:42	7340-0
HHW3B88/TO	DETRAN	DT00043708	13/11/2025	17:18	6599-2
HLN9572/TO	DETRAN	DT00040081	13/11/2025	17:23	5185-1
ONQ6E49/TO	DETRAN	DT00042582	13/11/2025	17:30	5185-1
OFL2H73/TO	DETRAN	DT00042680	13/11/2025	16:53	5185-1
MWL7I23/TO	DETRAN	DT00043701	13/11/2025	16:32	6769-0
NTD1J22/TO	DETRAN	DT00043702	13/11/2025	16:32	6599-2
PRM1897/GO	DETRAN	DT00042807	13/11/2025	16:36	5185-1
OLI6814/TO	DETRAN	DT00043703	13/11/2025	16:32	6599-2
QWA0017/TO	DETRAN	DT00041456	13/11/2025	16:33	5819-4
MWT8F66/TO	DETRAN	DT00039377	13/11/2025	16:35	5185-1
NVP9795/TO	DETRAN	DT00043706	13/11/2025	16:32	6599-2
QKB8A25/TO	DETRAN	DT00038499	13/11/2025	19:53	5452-5
QWA3I93/TO	DETRAN	DT00042676	13/11/2025	16:52	5185-1
EEH0J91/TO	DETRAN	DT00043929	13/11/2025	07:45	7633-2
AWA5I44/TO	DETRAN	DT00038500	13/11/2025	20:06	5452-5
MWL7B23/TO	DETRAN	DT00043932	13/11/2025	07:58	6637-1
MXA7A87/TO	DETRAN	DT00043931	13/11/2025	07:47	5185-1
QWF2G18/TO	DETRAN	DT00043712	13/11/2025	17:18	6599-2
OTL1226/TO	DETRAN	DT00043714	13/11/2025	17:18	6599-2
MWL7B23/TO	DETRAN	DT00043933	13/11/2025	07:58	6599-2
QKL9328/TO	DETRAN	DT00043707	13/11/2025	17:18	6670-0
JHH1899/TO	DETRAN	DT00042684	13/11/2025	16:54	5185-1
JFF9256/TO	DETRAN	DT00042900	14/11/2025	09:21	5185-1
NXB5E06/TO	DETRAN	DT00042685	13/11/2025	16:56	5185-1
JVG7D56/TO	DETRAN	DT00042689	13/11/2025	16:59	5185-1
QKH7126/TO	DETRAN	DT00042690	13/11/2025	17:00	5185-1
QKM6658/TO	DETRAN	DT00040060	13/11/2025	17:03	5185-1
OLH8984/TO	DETRAN	DT00040062	13/11/2025	17:05	5185-1
RMA4E30/TO	DETRAN	DT00040066	13/11/2025	17:11	5185-1
SCB6I75/GO	DETRAN	DT00040067	13/11/2025	17:12	5185-1
PSW7I23/TO	DETRAN	DT00040068	13/11/2025	17:15	5185-1
MXD1397/TO	DETRAN	DT00040070	13/11/2025	17:16	5185-1
QDC8797/TO	DETRAN	DT00043200	13/11/2025	21:28	5452-5
JVL8E34/TO	DETRAN	DT00042255	13/11/2025	22:08	5185-2
RIN0I92/TO	DETRAN	DT00042171	13/11/2025	22:13	7340-0
QKA5512/TO	DETRAN	DT00042256	13/11/2025	22:12	7340-0
DIJ6338/MA	DETRAN	DT00042686	13/11/2025	16:57	5185-1
JBZ0E57/RS	DETRAN	DT00042687	13/11/2025	16:59	5185-1
JBZ0E57/RS	DETRAN	DT00042688	13/11/2025	16:59	7633-2
FWT0E72/SP	DETRAN	DT00040061	13/11/2025	17:03	5185-1
POH7I50/TO	DETRAN	DT00040063	13/11/2025	17:08	5185-1
RMC3D63/TO	DETRAN	DT00041099	13/11/2025	22:06	5185-2
RSE7E78/TO	DETRAN	DT00042170	13/11/2025	22:06	7340-0
PRA8601/GO	DETRAN	DT00038502	13/11/2025	21:28	5452-5
MWA1075/TO	DETRAN	DT00041100	13/11/2025	22:08	7340-0
QKI3D85/TO	DETRAN	DT00040065	13/11/2025	17:11	5185-1
MPB2H03/TO	DETRAN	DT00040071	13/11/2025	17:17	5185-1
MPB2H03/TO	DETRAN	DT00040072	13/11/2025	17:17	7633-2
MWY8C46/TO	DETRAN	DT00040073	13/11/2025	17:17	5185-1
JIE2B44/TO	DETRAN	DT00040075	13/11/2025	17:20	5185-1
QKC4000/TO	DETRAN	DT00040077	13/11/2025	17:21	5185-1
MXC5034/TO	DETRAN	DT00041102	13/11/2025	22:18	5185-1
OLH2256/TO	DETRAN	DT00041103	13/11/2025	22:20	5185-1
KCT9926/GO	DETRAN	DT00040079	13/11/2025	17:22	5185-1
HSE5423/TO	DETRAN	DT00040080	13/11/2025	17:23	5185-1
QKC1H94/TO	DETRAN	DT00043935	13/11/2025	17:49	6670-0
QWE1E64/TO	DETRAN	DT00042669	13/11/2025	16:46	5185-1
RSC2E19/TO	DETRAN	DT00042674	13/11/2025	16:51	5185-1
QKM2330/TO	DETRAN	DT00042675	13/11/2025	16:52	5185-1
MWN6A74/TO	DETRAN	DT00042664	13/11/2025	16:39	5185-1
QKL4G15/TO	DETRAN	DT00041913	14/11/2025	08:37	6696-1
QWF8B60/TO	DETRAN	DT00042583	13/11/2025	17:35	7633-2
RNB7D31/IG	DETRAN	DT00042907	13/11/2025	11:26	6637-1
RMCSJ50/TO	DETRAN	DT00042908	13/11/2025	15:34	7633-2

OFL2H73/TO	DETRAN	DT00042681	13/11/2025	16:53	7633-2
OLJ0G36/TO	DETRAN	DT00040078	13/11/2025	17:21	5185-1
NFO0302/MT	DETRAN	DT00044331	13/11/2025	17:46	6599-2
RMCOF00/TO	DETRAN	DT00036201	12/11/2025	10:39	7625-1
MW19132/TO	DETRAN	DT00044340	14/11/2025	07:30	6599-2
REK3892/TO	DETRAN	DT00036207	12/11/2025	10:47	7625-1
MXA9512/TO	DETRAN	DT00042899	14/11/2025	07:26	7633-1
RBK8G68/GO	DETRAN	DT00042257	13/11/2025	22:31	5185-2
QKL9318/TO	DETRAN	DT00041104	13/11/2025	22:39	5185-1
QWD3A15/TO	DETRAN	DT00042258	13/11/2025	22:56	7340-0
MWV1A65/TO	DETRAN	DT00041105	13/11/2025	22:56	5185-1
RSD4I52/TO	DETRAN	DT00042259	13/11/2025	23:05	7340-0
MVL0317/TO	DETRAN	DT00041106	13/11/2025	23:05	5185-1
MWJ0J43/TO	DETRAN	DT00041107	13/11/2025	23:11	5185-1
RMC4J55/TO	DETRAN	DT00042172	13/11/2025	23:26	7340-0
QKL1F44/TO	DETRAN	DT00042261	13/11/2025	23:39	7340-0
QKC2570/TO	DETRAN	DT00042174	14/11/2025	00:04	7340-0
TVB4E57/TO	DETRAN	DT00042175	14/11/2025	00:08	7340-0
RIM5I05/TO	DETRAN	DT00042263	14/11/2025	00:14	7340-0
MWX8G99/TO	DETRAN	DT00044344	14/11/2025	16:30	5010-0
OLM3D35/TO	DETRAN	DT00042177	14/11/2025	00:25	7340-0
QKL5559/TO	DETRAN	DT00041110	14/11/2025	00:37	5185-1
OTT7I55/TO	DETRAN	DT00036883	13/11/2025	17:29	5185-1
HPP2638/TO	DETRAN	DT00036885	13/11/2025	17:30	5185-1
MXA6081/TO	DETRAN	DT00044332	13/11/2025	17:46	6599-2
OLI9209/TO	DETRAN	DT00044337	14/11/2025	07:18	6599-2
OLI9209/TO	DETRAN	DT00044338	14/11/2025	07:18	6602-0
BEP8E01/TO	DETRAN	DT00036203	12/11/2025	10:39	7625-2
RMB1E36/TO	DETRAN	DT00036204	12/11/2025	10:40	7625-2
QWA7J95/TO	DETRAN	DT00042898	14/11/2025	07:39	7633-2
MXF3251/TO	DETRAN	DT00036208	12/11/2025	10:39	7625-2
OYABC31/TO	DETRAN	DT00036209	12/11/2025	10:39	7625-2
MVL8A96/TO	DETRAN	DT00043845	14/11/2025	16:06	6599-2
QWYC2J52/TO	DETRAN	DT00044343	14/11/2025	16:30	5010-0
MWH4I27/TO	DETRAN	DT00044341	14/11/2025	08:52	6599-2
KDO6518/TO	DETRAN	DT00041108	13/11/2025	23:14	5185-1
QKF2410/TO	DETRAN	DT00042260	13/11/2025	23:24	6858-0
QKG6617/TO	DETRAN	DT00042473	09/11/2025	07:02	7323-2
QKE8I09/TO	DETRAN	DT00042262	13/11/2025	23:55	7340-0
LPX9520/GO	DETRAN	DT00042173	13/11/2025	12:55	5185-1
RSA5H47/TO	DETRAN	DT00042264	14/11/2025	00:24	7340-0
QKF6521/TO	DETRAN	DT00042178	14/11/2025	00:33	5185-1
ROL2E72/TO	DETRAN	DT00042265	14/11/2025	00:49	5185-1
RMA4C88/TO	DETRAN	DT00036884	13/11/2025	17:29	6432-1
MWL4061/TO	DETRAN	DT00036886	13/11/2025	17:30	5185-1
NFC1988/TO	DETRAN	DT00043605	13/11/2025	17:54	5185-1
OGK7D70/TO	DETRAN	DT00036889	13/11/2025	17:34	5185-1
NFC1988/TO	DETRAN	DT00043606	13/11/2025	17:54	6599-2
NKH2G74/TO	DETRAN	DT00043610	13/11/2025	17:52	5185-1
MWQ6605/TO	DETRAN	DT00043611	13/11/2025	17:51	5185-1
AFO4885/PR	DETRAN	DT00043616	13/11/2025	17:50	5185-1
RMA4A98/TO	DETRAN	DT00043617	13/11/2025	17:49	5185-1
QKC2766/TO	DETRAN	DT00036881	13/11/2025	17:26	5185-1
QKH3397/TO	DETRAN	DT00043619	13/11/2025	17:49	5185-1
NSR5H76/TO	DETRAN	DT00043620	13/11/2025	17:47	5185-1
PRM5655/GO	DETRAN	DT00043625	13/11/2025	17:45	5185-1
QQM3I34/TO	DETRAN	DT00042576	13/11/2025	17:37	7633-2
SHU8C22/TO	DETRAN	DT00042577	13/11/2025	17:37	5185-1
QNV1H32/TO	DETRAN	DT00042580	13/11/2025	17:42	5185-1
ANN7420/PR	DETRAN	DT00042581	13/11/2025	17:43	6670-0
GMK5889/TO	DETRAN	DT00043637	13/11/2025	17:00	5185-1
RIM2I15/TO	DETRAN	DT00043602	13/11/2025	18:02	7633-1
TVA6B67/TO	DETRAN	DT00043603	13/11/2025	18:00	5185-1
MWI6H76/TO	DETRAN	DT00036879	13/11/2025	17:26	7072-1
RTM9G80/TO	DETRAN	DT00043604	13/11/2025	17:56	5185-1
JXS0493/TO	DETRAN	DT00043607	13/11/2025	17:53	5185-1

QYP2I29/TO	DETRAN	DT00043608	13/11/2025	17:53	5185-1
PRP4A25/TO	DETRAN	DT00042574	13/11/2025	17:36	5193-0
QKI6B21/TO	DETRAN	DT00043609	13/11/2025	17:53	5185-1
OMZ5437/GO	DETRAN	DT00042575	13/11/2025	17:36	5185-1
NGQ3A92/TO	DETRAN	DT00043612	13/11/2025	17:51	5185-1
ONK7D40/TO	DETRAN	DT00036880	13/11/2025	17:26	5185-1
OSU0B60/TO	DETRAN	DT00040083	13/11/2025	17:24	5185-1
RMA4A98/TO	DETRAN	DT00043618	13/11/2025	17:49	6599-2
MWY6763/TO	DETRAN	DT00040084	13/11/2025	17:24	5185-1
OLM8857/TO	DETRAN	DT00041465	13/11/2025	17:00	6017-4
MWQ5784/TO	DETRAN	DT00043621	13/11/2025	17:46	5185-1
OBi6278/TO	DETRAN	DT00043622	13/11/2025	17:46	5185-1
KFC9A84/TO	DETRAN	DT00043623	13/11/2025	17:46	6858-0
KFC9A84/TO	DETRAN	DT00043624	13/11/2025	17:46	7072-1
QWA0597/TO	DETRAN	DT00042578	13/11/2025	17:42	6653-1
NKC0696/TO	DETRAN	DT00042579	13/11/2025	17:41	5185-1
RS00D45/TO	DETRAN	DT00036406	14/11/2025	16:57	5010-0
RSD0D45/TO	DETRAN	DT00036407	14/11/2025	16:57	5118-0
QWF4A59/TO	DETRAN	DT00042808	14/11/2025	11:41	6408-0
NKG0938/GO	DETRAN	DT00033836	14/11/2025	15:27	5185-1
PRH1I30/TO	DETRAN	DT00033833	14/11/2025	14:55	5525-0
QUR5I71/TO	DETRAN	DT00043717	14/11/2025	15:56	6670-0
QKJ8020/TO	DETRAN	DT00043719	14/11/2025	16:51	7323-2
QWD8E92/TO	DETRAN	DT00043718	14/11/2025	16:19	6599-2
APZ9875/TO	DETRAN	DT00042691	14/11/2025	16:50	5185-1
JHE8918/GO	DETRAN	DT00033834	14/11/2025	15:19	5185-1
CTL5689/TO	DETRAN	DT00042901	14/11/2025	16:09	5010-0
MWS8G72/TO	DETRAN	DT00044336	14/11/2025	07:12	6408-0
MWH4I27/TO	DETRAN	DT00044342	14/11/2025	08:52	6637-2
RSA4C68/TO	DETRAN	DT00042696	14/11/2025	17:15	5118-0
PRU1J15/TO	DETRAN	DT00041466	14/11/2025	17:17	6858-0
OIR1A23/TO	DETRAN	DT00041453	13/11/2025	07:08	6645-0
QWA2232/TO	DETRAN	DT00044145	13/11/2025	10:52	7030-1
QGX4D75/RN	DETRAN	DT00042804	13/11/2025	07:42	5819-3
RSD3F01/TO	DETRAN	DT00043843	13/11/2025	09:43	7633-2
MWQ0G50/TO	DETRAN	DT00039381	13/11/2025	18:09	7315-0
PTC1296/MA	DETRAN	DT00044334	13/11/2025	18:10	6599-2
SSK3D25/DF	DETRAN	DT00032702	13/11/2025	09:57	6025-0
MWO2D94/TO	DETRAN	DT00041458	13/11/2025	18:20	7633-1
PZM9A34/TO	DETRAN	DT00041459	13/11/2025	18:20	7234-0
JW6290/DF	DETRAN	DT00041460	13/11/2025	18:20	7633-1
JW6290/DF	DETRAN	DT00041461	13/11/2025	18:20	5185-1
MWZ2C52/TO	DETRAN	DT00039382	13/11/2025	18:42	7633-2
PRU1J15/TO	DETRAN	DT00041467	14/11/2025	17:17	6599-2
OFJ4944/PA	DETRAN	DT00043204	14/11/2025	02:06	6599-2
OFJ4944/PA	DETRAN	DT00043205	14/11/2025	02:06	7340-0
MXA4H05/TO	DETRAN	DT00042179	14/11/2025	00:55	7340-0
OFJ4944/PA	DETRAN	DT00043201	14/11/2025	02:06	5010-0
OFJ4944/PA	DETRAN	DT00043202	14/11/2025	02:06	6670-0
OFJ4944/PA	DETRAN	DT00043203	14/11/2025	02:06	6858-0
OYB1G43/TO	DETRAN	DT00036202	12/11/2025	10:39	7625-1
MUT3D80/TO	DETRAN	DT00042896	13/11/2025	17:50	5185-2
QWF8G56/TO	DETRAN	DT00042897	14/11/2025	07:23	7633-1
RSB7A91/TO	DETRAN	DT00042672	13/11/2025	16:47	6700-0
KDS7E55/TO	DETRAN	DT00042678	13/11/2025	16:52	6670-0
RIM8D33/TO	DETRAN	DT00042682	13/11/2025	16:53	7633-2
SCO9J78/GO	DETRAN	DT00042683	13/11/2025	16:54	5185-1
QKC4A64/TO	DETRAN	DT00043206	14/11/2025	10:07	5967-0
MWS8307/TO	DETRAN	DT00040074	13/11/2025	17:20	5185-1
QEJ2779/PA	DETRAN	DT00043207	14/11/2025	13:02	5185-1
QKC7146/TO	DETRAN	DT00032705	14/11/2025	15:21	5185-1
JHE8918/GO	DETRAN	DT00033835	14/11/2025	15:19	6599-2
JIB5489/GO	DETRAN	DT00032709	14/11/2025	15:40	5185-1
ROB6C61/TO	DETRAN	DT00043847	14/11/2025	16:06	5045-0
MXB6372/TO	DETRAN	DT00036878	14/11/2025	17:14	5185-1
RSA4C68/TO	DETRAN	DT00042695	14/11/2025	17:15	5010-0

MWR7G69/TO	DETRAN	DT00042474	14/11/2025	17:12	5010-0
JTG0331/TO	DETRAN	DT00043848	14/11/2025	16:06	6602-0
HKM7I49/TO	DETRAN	DT00042494	14/11/2025	10:42	7056-1
QKA8H79/TO	DETRAN	DT00033840	14/11/2025	15:36	5185-1
QKC2626/TO	DETRAN	DT00033841	14/11/2025	15:33	5185-1
NKM7E49/TO	DETRAN	DT00036888	13/11/2025	17:31	5185-1
NGQ3A92/TO	DETRAN	DT00043613	13/11/2025	17:51	6530-0
MWD9B14/TO	DETRAN	DT00043614	13/11/2025	17:50	5185-1
OYA4I85/TO	DETRAN	DT00043615	13/11/2025	17:50	5185-1
QDW9G43/TO	DETRAN	DT00041101	13/11/2025	22:16	5185-1
OLN8848/TO	DETRAN	DT00036409	14/11/2025	17:20	6599-2
QKG4D10/TO	DETRAN	DT00042694	14/11/2025	17:09	5185-1
NHE8021/TO	DETRAN	DT00044140	13/11/2025	07:31	7633-2
NHE8021/TO	DETRAN	DT00044141	13/11/2025	07:31	6599-2
NSE5F81/TO	DETRAN	DT00043699	13/11/2025	09:05	5185-1
FKT7J32/SP	DETRAN	DT00043700	13/11/2025	09:05	5185-1
AHT1G99/TO	DETRAN	DT00041800	13/11/2025	18:01	5118-0
NKC5449/GO	DETRAN	DT00044328	13/11/2025	08:30	6602-0
MXC5027/TO	DETRAN	DT00044329	13/11/2025	08:30	6602-0
QKB3G25/TO	DETRAN	DT00041455	13/11/2025	08:39	5118-0
QKB3G25/TO	DETRAN	DT00041454	13/11/2025	08:39	5010-0
QKQ1B77/TO	DETRAN	DT00044142	13/11/2025	08:20	7633-2
QKQ1B77/TO	DETRAN	DT00044143	13/11/2025	08:20	6602-0
QKQ1B77/TO	DETRAN	DT00044144	13/11/2025	08:25	6050-1
AHT1G99/TO	DETRAN	DT00041801	13/11/2025	18:01	5010-0
PTC1296/MA	DETRAN	DT00044333	13/11/2025	18:10	6602-0
OGI6F00/TO	DETRAN	DT00041462	13/11/2025	18:20	5185-1
MVQ8219/TO	DETRAN	DT00042810	14/11/2025	17:19	5010-0
MWT3D78/TO	DETRAN	DT00041468	14/11/2025	17:17	5010-0
HAN5F68/IG	DETRAN	DT00033830	13/11/2025	09:49	6025-0
RYL6A95/SC	DETRAN	DT00036205	12/11/2025	10:43	5452-2
RDJ1I51/BA	DETRAN	DT00036206	12/11/2025	10:43	5487-0
MWY9132/TO	DETRAN	DT00044339	14/11/2025	07:30	6602-0
MXE7G17/TO	DETRAN	DT00042667	13/11/2025	16:43	7072-1
ECM7A94/MT	DETRAN	DT00042679	13/11/2025	16:53	5185-1
NXB5E06/TO	DETRAN	DT00040059	13/11/2025	17:02	5185-1
KDX2319/TO	DETRAN	DT00040064	13/11/2025	17:09	5185-1
PQD9I28/TO	DETRAN	DT00040069	13/11/2025	17:16	5185-1
OLM5288/TO	DETRAN	DT00040082	13/11/2025	17:24	7048-3
ONU9H37/DF	DETRAN	DT00032704	14/11/2025	12:18	6564-0
JFB0905/GO	DETRAN	DT00033832	14/11/2025	15:11	5185-1
NWK5E60/GO	DETRAN	DT00032706	14/11/2025	15:25	5185-1
NKC6115/TO	DETRAN	DT00032707	14/11/2025	15:29	5185-1
SJY6H97/BA	DETRAN	DT00032708	14/11/2025	15:34	5185-1
RTR1B43/TO	DETRAN	DT00043844	14/11/2025	16:06	6769-0
RMA1D75/TO	DETRAN	DT00044345	14/11/2025	16:30	5010-0
MVL8A96/TO	DETRAN	DT00043846	14/11/2025	16:06	5010-0
RSC5B98/TO	DETRAN	DT00043720	14/11/2025	16:51	6599-2
COZ1D69/TO	DETRAN	DT00042693	14/11/2025	17:05	5185-1
EMV1F33/TO	DETRAN	DT00042809	14/11/2025	17:19	6408-0
FNQ1H06/PE	DETRAN	DT00042692	14/11/2025	16:59	5193-0
QEU2779/PA	DETRAN	DT00043208	14/11/2025	13:02	6599-2
OGS0804/GO	DETRAN	DT00033842	14/11/2025	15:32	5185-1
JHM4356/DF	DETRAN	DT00033843	14/11/2025	15:31	5185-1
JHM4356/DF	DETRAN	DT00033844	14/11/2025	15:31	6599-2
MJM7H00/BA	DETRAN	DT00033845	14/11/2025	15:30	5185-1
NLH5038/TO	DETRAN	DT00033846	14/11/2025	15:29	5185-1
QVB4F02/TO	DETRAN	DT00043634	13/11/2025	17:01	6653-1
DEH3339/MT	DETRAN	DT00036882	13/11/2025	17:28	5185-1
RIN8B34/TO	DETRAN	DT00043630	13/11/2025	17:22	6858-0
RIN8B34/TO	DETRAN	DT00043631	13/11/2025	17:22	7072-1
QKLQJ88/TO	DETRAN	DT00043632	13/11/2025	17:22	5185-1
QVB4F02/TO	DETRAN	DT00043633	13/11/2025	17:01	6637-1
QWB0J46/TO	DETRAN	DT00043635	13/11/2025	17:01	5185-1
MWE6J52/TO	DETRAN	DT00043627	13/11/2025	17:43	5185-1
JVI8574/TO	DETRAN	DT00043628	13/11/2025	17:43	5185-1

QWE2J55/TO	DETRAN	DT00042905	13/11/2025	15:16	5819-1
KDE6211/TO	DETRAN	DT00042911	14/11/2025	14:16	5185-1
RMB3F90/TO	DETRAN	DT00042906	13/11/2025	15:45	6017-5
QWA1F02/TO	DETRAN	DT00042910	13/11/2025	18:30	5193-0
KDE6211/TO	DETRAN	DT00042912	14/11/2025	14:16	6599-2
QEN6168/TO	DETRAN	DT00035367	16/11/2025	16:34	5169-1
MWN4E02/TO	DETRAN	DT00042267	14/11/2025	23:51	7340-0
RSC4G93/TO	AMTT	GU00042480	05/11/2025	08:56	5843-4
OLL3141/TO	AMTT	GU00042488	05/11/2025	09:59	5487-0
PQB9717/GO	AMTT	GU00042489	05/11/2025	08:13	7366-2
PAG7F22/TO	AMTT	GU00042490	05/11/2025	10:00	5487-0
QWC1J51/TO	AMTT	GU00042491	05/11/2025	10:01	5487-0
RUS9I54/TO	AMTT	GU00042492	06/11/2025	14:10	5452-2
BQI1D18/SP	AMTT	GU00042493	06/11/2025	17:07	5541-3
OTA3978/TO	AMTT	GU00042496	07/11/2025	10:00	7633-2
RSE5F13/TO	AMTT	GU00042497	07/11/2025	10:04	6050-1
MWE7558/TO	AMTT	GU00042498	07/11/2025	10:07	6050-1
MWV6D07/TO	AMTT	GU00042601	07/11/2025	09:32	6050-1
QKH8260/TO	AMTT	GU00042602	07/11/2025	09:36	5738-0
RET3F94/TO	AMTT	GU00042603	07/11/2025	09:37	5738-0
BDA0H43/TO	AMTT	GU00042605	07/11/2025	09:47	7633-2
JHT1J67/TO	DETRAN	MB00046524	17/11/2025	09:06	6920-1
BQH4907/SP	AMTT	GU00042521	06/11/2025	07:29	5738-0
OYC8H51/TO	AMTT	GU00042522	06/11/2025	07:40	5738-0
MWJ0C46/TO	AMTT	GU00042524	06/11/2025	07:45	5738-0
SCY9H80/GO	AMTT	GU00042525	06/11/2025	07:56	5738-0
ROG4E17/TO	AMTT	GU00042526	06/11/2025	08:58	7633-2
AUV4E36/TO	AMTT	GU00042528	06/11/2025	09:22	5487-0
JHI2E19/TO	AMTT	GU00042529	06/11/2025	09:33	7366-2
RIM2G73/TO	DETRAN	MB00046590	17/11/2025	15:00	6920-1

IGEPREV

PORTARIA Nº 2045, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a concessão de Isenção de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária do segurado Publio Guimarães Junior.

APRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 20, IX, da Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 40, §21, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto: no art. 6º, XIV, da Lei Federal nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988; no art. 35, II, “b”, do Decreto Federal nº 9.580, de 22 de novembro de 2018; no art. 30, §1º, da Lei Federal nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995;

RESOLVE:

Art. 1º CONSIDERAR, a partir 26 de agosto de 2025, os proventos do segurado PUBLIO GUIMARÃES JUNIOR, aposentado por meio da Portaria nº 2452, de 09 de novembro de 2023, Publicada no Diário Oficial nº 6.446, de 09 de novembro de 2023, Isentos do Imposto de Renda - Pessoa Física, bem como da Imunidade Parcial consubstanciada na incidência da Contribuição Previdenciária somente sobre o valor dos proventos de aposentadoria que exceder o dobro do teto do Regime Geral de Previdência Social, com base no que consta do processo 2025.45.903892PA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a 26 de agosto de 2025.

BÁRBARA JESUÍNA MENDES GOMES
Presidente

PORTARIA Nº 2068, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a concessão de Isenção de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária da segurada Márcia Helena Ferreira.

APRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 20, IX, da Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 40, §21, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto: no art. 6º, XIV, da Lei Federal nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988; no art. 35, II, "b", do Decreto Federal nº 9.580, de 22 de novembro de 2018; no art. 30, §1º, da Lei Federal nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995;

RESOLVE:

Art. 1º CONSIDERAR, a partir 13 de junho de 2025, os proventos da segurada MÁRCIA HELENA FERREIRA, aposentada por meio da Portaria nº 701/2018/GABPRES/IGEPREV/AP/SGD, de 06 de Junho de 2018, publicada no Diário Oficial do Estado nº 5.130, de 11 de Junho de 2018, Isentos do Imposto de Renda - Pessoa Física, bem como da Imunidade Parcial consubstanciada na incidência da Contribuição Previdenciária somente sobre o valor dos proventos de aposentadoria que exceder o dobro do teto do Regime Geral de Previdência Social, com base no que consta do processo 2025.45.602475PA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a 13 de junho de 2025.

BÁRBARA JESUÍNA MENDES GOMES
Presidente

PORTARIA Nº 2069, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a concessão de Isenção de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária da segurada Ivana Silva Sobrinha.

APRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 20, IX, da Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 40, §21, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto: no art. 6º, XIV, da Lei Federal nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988; no art. 35, II, "b", do Decreto Federal nº 9.580, de 22 de novembro de 2018; no art. 30, §1º, da Lei Federal nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995;

RESOLVE:

Art. 1º CONSIDERAR, a partir 22 de agosto de 2017, os proventos da segurada IVANA SILVA SOBRINHA, aposentada por meio da Portaria nº 583/AP, de 27 de julho de 2016, publicada no diário oficial nº 4.674, de 01 de agosto de 2016, Isentos do Imposto de Renda - Pessoa Física, bem como da Imunidade Parcial consubstanciada na incidência da Contribuição Previdenciária somente sobre o valor dos proventos de aposentadoria que exceder o dobro do teto do Regime Geral de Previdência Social, com base no que consta do processo 2025.45.602171PA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a 22 de agosto de 2017.

BÁRBARA JESUÍNA MENDES GOMES
Presidente

PORTARIA Nº 2072, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a concessão de Isenção de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária da segurada Ercilene Pereira de Araujo.

APRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 20, IX, da Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 40, §21, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto: no art. 6º, XIV, da Lei Federal nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988; no art. 35, II, "b", do Decreto Federal nº 9.580, de 22 de novembro de 2018; no art. 30, §1º, da Lei Federal nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995;

RESOLVE:

Art. 1º CONSIDERAR, a partir 10 de outubro de 2024, os proventos da segurada ERCILENE PEREIRA DE ARAUJO, aposentada por meio da Portaria nº 446, de 1º de março de 2024, publicada no Diário Oficial nº 6.527, de 08 de março de 2024, Isentos do Imposto de Renda - Pessoa Física, bem como da Imunidade Parcial consubstanciada na incidência da Contribuição Previdenciária somente sobre o valor dos proventos de aposentadoria que exceder o dobro do teto do Regime Geral de Previdência Social, com base no que consta do processo 2025.45.903746PA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a 10 de outubro de 2024.

BÁRBARA JESUÍNA MENDES GOMES
Presidente

PORTARIA Nº 2081, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a concessão de Isenção de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária do segurado Marconi Nunes Coelho.

APRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 20, IX, da Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 40, §21, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto: no art. 6º, XIV, da Lei Federal nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988; no art. 35, II, "b", do Decreto Federal nº 9.580, de 22 de novembro de 2018; no art. 30, §1º, da Lei Federal nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995;

RESOLVE:

Art. 1º CONSIDERAR, a partir 12 de agosto de 2025, os proventos do segurado MARCONI NUNES COELHO, aposentado por meio da Portaria nº 737, de 11 de agosto de 2025, Publicada no Diário Oficial nº 3.776, de 12 de agosto de 2025, Isentos do Imposto de Renda - Pessoa Física, bem como da Imunidade Parcial consubstanciada na incidência da Contribuição Previdenciária somente sobre o valor dos proventos de aposentadoria que exceder o dobro do teto do Regime Geral de Previdência Social, com base no que consta do processo 2025.45.903612PA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a 12 de agosto de 2025.

BÁRBARA JESUÍNA MENDES GOMES
Presidente

PORTARIA Nº 2082/GAPRE, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a designação de responsável pelas aplicações dos recursos financeiros do RPPS-TO.

APRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e consoante o disposto no art. 20, inc. X, da Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008,

CONSIDERANDO que a gestão dos recursos financeiros do Regime Próprio do Previdência Social do Estado do Tocantins - RPPS-TO, deve ser realizada não só pelo Presidente do Instituto, mas também por servidor devidamente certificado e designado para tal mister;

CONSIDERANDO que o responsável pela gestão das aplicações dos recursos do RPPS é o principal responsável pela prestação das informações relativas às aplicações do regime próprio, junto à Secretaria de Previdência do Ministério da Previdência;

Resolve:

Art. 1º Designar a servidora efetiva Meire Gomes da Luz, matrícula nº 992814-1, integrante da equipe de investimentos do Instituto, como responsável pela gestão das aplicações dos recursos financeiros do RPPS-TO.

Art. 2º A responsável designada no artigo anterior, deve ser previamente cadastrada no Sistema de Informações dos Regimes de Previdência Social - CADPREV, para fins de preenchimento e assinatura dos relatórios exigidos pela Secretaria de Previdência.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BÁRBARA JESUÍNA MENDES GOMES
Presidente

PORTARIA Nº 2084, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a concessão de Isenção de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária da segurada Maria de Fatima Aires da Silva.

APRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 20, IX, da Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 40, §21, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto: no art. 6º, XIV, da Lei Federal nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988; no art. 35, II, "b", do Decreto Federal nº 9.580, de 22 de novembro de 2018; no art. 30, §1º, da Lei Federal nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995;

RESOLVE:

Art. 1º CONSIDERAR, a partir 18 de maio de 2025, os proventos da segurada MARIA DE FATIMA AIRES DA SILVA, aposentada por meio da Portaria nº 446, de 1º de março de 2024, publicada no diário oficial nº 6.527, de 08 de março de 2024, Isentos do Imposto de Renda - Pessoa Física, bem como da Imunidade Parcial consubstanciada na incidência da Contribuição Previdenciária somente sobre o valor dos proventos de aposentadoria que exceder o dobro do teto do Regime Geral de Previdência Social, com base no que consta do processo 2025.45.903590PA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a 18 de maio de 2025.

BÁRBARA JESUÍNA MENDES GOMES
Presidente

PORTARIA Nº 2087, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a concessão de Isenção de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária do segurado Ricardo Pires de Castro Sobrinho.

APRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 20, IX, da Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 40, §21, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto: no art. 6º, XIV, da Lei Federal nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988; no art. 35, II, "b", do Decreto Federal nº 9.580, de 22 de novembro de 2018; no art. 30, §1º, da Lei Federal nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995;

RESOLVE:

Art. 1º CONSIDERAR, a partir 31 de março de 2020, os proventos do segurado RICARDO PIRES DE CASTRO SOBRINHO, aposentado por meio da Portaria nº 414/AP, de 22 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial nº 4.884, de 08 de junho de 2017, Isentos do Imposto de Renda - Pessoa Física, bem como da Imunidade Parcial consubstanciada na incidência da Contribuição Previdenciária somente sobre o valor dos proventos de aposentadoria que exceder o dobro do teto do Regime Geral de Previdência Social, com base no que consta do processo 2025.45.904055PA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a 31 de março de 2020.

BÁRBARA JESUÍNA MENDES GOMES
Presidente

PORTARIA Nº 2089, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a concessão de Isenção de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária da segurada Adriana Alves da Cruz.

APRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 20, IX, da Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 40, §21, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto: no art. 6º, XIV, da Lei Federal nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988; no art. 35, II, "b", do Decreto Federal nº 9.580, de 22 de novembro de 2018; no art. 30, §1º, da Lei Federal nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995;

RESOLVE:

Art. 1º CONSIDERAR, a partir 22 de julho de 2025, os proventos da segurada ADRIANA ALVES DA CRUZ, aposentada por meio da Portaria nº 1697, de 1º de outubro de 2024, publicada no Diário Oficial nº 6.678, de 16 de outubro de 2024, Isentos do Imposto de Renda - Pessoa Física, bem como da Imunidade Parcial consubstanciada na incidência da Contribuição Previdenciária somente sobre o valor dos proventos de aposentadoria que exceder o dobro do teto do Regime Geral de Previdência Social, com base no que consta do processo 2025.45.903623PA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a 22 de julho de 2025.

BÁRBARA JESUÍNA MENDES GOMES
Presidente

APOSTILA Nº 71/2025.

Na Portaria nº 1959, de 04 de dezembro de 2025, publicada no Diário Oficial nº 6.959, de 11 de dezembro de 2025, com relação à concessão do benefício de Aposentadoria Por Tempo de Contribuição, com base no que consta do processo nº 2025.1049.702519P:

Onde se lê: art. 1º REVOGAR a Portaria nº 1413, de 07 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial do Estado nº 5.703, de 13 de outubro de 2020, que concedeu a Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição à segurada ZILDA AIRES GOMES DOS SANTOS MORAIS, no cargo de Técnico em Enfermagem, Padrão II, Referência C, com carga horária de 180 horas, pertencente ao Quadro de Profissionais da Saúde, com lotação na Secretaria da Saúde, com base no que consta do processo nº 2025.1049.702519PA.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir do 1º dia do mês de janeiro de 2025.

Leia-se: art. 1º REVOGAR a Portaria nº 1413, de 07 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial do Estado nº 5.703, de 13 de outubro de 2020, que concedeu a Aposentadoria por Invalidez à segurada ZILDA AIRES GOMES DOS SANTOS MORAIS, no cargo de Técnico em Enfermagem, Padrão II, Referência C, com carga horária de 180 horas, pertencente ao Quadro de Profissionais da Saúde, com lotação na Secretaria da Saúde, com base no que consta do processo nº 2025.1049.702519PA.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir do 1º dia do mês de janeiro de 2026.

Palmas, aos 12 dias do mês de dezembro de 2025.

WELLINGTON JÚNIOR SILVEIRA
Presidente Interino

APOSTILA Nº 81/2025.

Na Portaria nº 2007, de 10 de dezembro de 2025, publicada no Diário Oficial nº 6.961, de 15 de dezembro de 2025, com relação à concessão do benefício de isenção do Imposto de Renda, com base no que consta do processo nº 2025.45.1205420PA:

Onde se lê: art. 1º CONSIDERAR, os proventos do segurado JOÃO BATISTA MARQUES, aposentado por meio da Portaria nº 2334, de 06 de novembro de 2023, publicada no Diário Oficial nº 6.446, de 09 de novembro de 2023, isentos do Imposto de Renda - Pessoa Física, com base no que consta do processo nº 2025.45.1205420PA.

Leia-se: art. 1º CONSIDERAR, a partir de 01/05/2024, os proventos do segurado JOÃO BATISTA MARQUES, aposentado por meio da Portaria nº 2334, de 06 de novembro de 2023, publicada no Diário Oficial nº 6.446, de 09 de novembro de 2023, isentos do Imposto de Renda - Pessoa Física, com base no que consta do processo nº 2025.45.1205420PA.

Palmas, aos 19 dias do mês de dezembro de 2025.

BÁRBARA JESUÍNA MENDES GOMES
Presidente

NATURATINS

PORTARIA Nº 284/2025/NATURATINS/GABIN, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025.

Determina as metas individuais referentes ao ano-base de 2026, aprovadas pelas diretorias responsáveis pelas unidades de avaliação do Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, e adota outras providências.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS - NATURATINS, autarquia estadual criada pela Lei Estadual nº 858, de 26 de junho de 1996, nomeado por meio do Ato nº 3.425 - NM, de 17 de dezembro de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6.963, de 17 de dezembro de 2025, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a Lei nº 3.889, de 15 de março de 2022, que institui o Adicional por Desempenho de Atividades Ambientais - ADAA;

CONSIDERANDO que as Diretorias responsáveis analisaram, aprovaram e encaminharam as metas individuais propostas para o ano-base de 2026;

CONSIDERANDO a necessidade de oficializar as metas individuais que nortearão o processo avaliativo no âmbito do NATURATINS;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam determinadas e instituídas as metas individuais referentes ao ano-base de 2026, conforme aprovadas pelas Diretorias responsáveis pelas unidades de avaliação do Naturatins.

Art. 2º As metas individuais instituídas por esta Portaria serão utilizadas como referência para o processo avaliativo previsto na legislação vigente, especialmente para fins de apuração do desempenho individual no âmbito do Naturatins, referente ao pagamento mensal do Adicional de Desempenho de Atividades Ambientais - ADAA.

§1º Para fins de avaliação mensal, a meta individual passa a ser estabelecida em 40 (quarenta) pontos, conforme detalhamento constante no Anexo Único desta Portaria. O pagamento do ADAA observará a pontuação mensal alcançada pelo servidor.

§2º O chefe imediato do setor será responsável por consolidar e validar mensalmente os produtos entregues por cada servidor, utilizando planilhas de controle com base nos pesos atribuídos, que deverão ser encaminhadas, devidamente assinadas à Diretoria. O relatório mensal deverá ser assinado pelo Diretor da Área Estratégica e encaminhado à Comissão de Acompanhamento - CAD.

§3º Quando o parecer técnico da licença em análise for desfavorável, o requerimento da licença seguinte só poderá ser analisado após o atendimento integral das pendências apontadas. Para fins de cumprimento de meta, será contabilizado exclusivamente o parecer ou relatório referente à licença que estiver efetivamente em análise.

§4º A análise das licenças deve seguir a ordem sequencial obrigatória: LP, LI e LO. Fica vedada a emissão de parecer ou relatório de LI ou LO enquanto a etapa anterior estiver pendente de análise, pendências ou decisão. Apenas após a conclusão formal da etapa anterior é que o analista poderá prosseguir para a seguinte.

§5º Nos processos de regularização em que a LP já tenha parecer favorável, bem como nos casos em que a LI já esteja favorável e o analista avance para a análise da LO, será computado somente um parecer para fins de meta, mesmo que sejam emitidos pareceres separados para cada requerimento.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 180/2022/Naturatins/Gabin, de 16 de dezembro de 2022.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEDSON DA ROCHA LIMA
Presidente do Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS.

ANEXO ÚNICO

METAS INDIVIDUAIS REFERENTES AO ANO-BASE DE 2026

1. DIRETORIA DE PROTEÇÃO E QUALIDADE AMBIENTAL - DPQA

1.1 Gerência de Monitoramento e Gestão de Informações Ambientais - GMGIA

Produto	Unidade	Peso	Periodicidade
Parecer Técnico de Monitoramento	Parecer emitido	4,0	Mensal
Nota Técnica de Monitoramento	Nota elaborada	4,0	Mensal
Relatório Técnico	Relatório elaborado	5,0	Mensal
Relatório Gerencial	Relatório elaborado	40,0	Mensal
Relatório de Atividades Administrativas Ambientais - RAAA	Relatório elaborado	40,0	Mensal

12.2 Gerência de Inspeção Ambiental - GEINSP

Produto	Unidade	Peso	Periodicidade
Relatório de Inspeção Ambiental - RIA	Relatório emitido	4,5	Mensal
Parecer Técnico - Interno	Parecer emitido	4,5	Mensal
Parecer Técnico - Externo	Parecer emitido	5,0	Mensal
Nota Técnica de Monitoramento	Nota emitida	4,0	Mensal
Relatório Gerencial	Relatório elaborado	40,0	Mensal
Relatório de Atividades Administrativas Ambientais - RAAA	Relatório elaborado	40,0	Mensal

1.3 Gerência de Fiscalização Ambiental - GFAMB

Produto	Unidade	Peso	Periodicidade
Relatórios - atendimentos finalizados	Relatório assinado	5,0	Mensal
Relatórios - atendimentos não finalizados	Relatório assinado	2,0	Mensal
Relatório Gerencial	Relatório elaborado	40,0	Mensal
Relatório de Atividades Administrativas Ambientais - RAAA	Relatório elaborado	40,0	Mensal

2. DIRETORIA DE GESTÃO E REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL - DGRA

2.1 Gerência de Controle e Uso dos Recursos Florestais - GEREF

Produto	Unidade	Peso	Periodicidade
Parecer Técnico	Parecer emitido	4,0	Mensal
Relatório Técnico	Relatório elaborado	4,0	Mensal
Relatório Gerencial	Relatório elaborado	40,0	Mensal
Relatório de Atividades Administrativas Ambientais - RAAA	Relatório elaborado	40,0	Mensal

2.2 Gerência de Análise e Licenciamento - GELIAM

Produto	Unidade	Peso	Periodicidade
Parecer Técnico	Parecer emitido	4,0	Mensal
Parecer Técnico - Grande Porte	Parecer emitido	6,0	Mensal
Relatório Técnico	Relatório elaborado	4,0	Mensal
Relatório Gerencial	Relatório elaborado	40,0	Mensal
Relatório de Atividades Administrativas Ambientais - RAAA	Relatório elaborado	40,0	Mensal

2.3 Gerência de Controle e Uso dos Recursos Hídricos - GEREH

Produto	Unidade	Peso	Periodicidade
Parecer Técnico	Parecer emitido	4,0	Mensal
Relatório Técnico	Relatório elaborado	4,0	Mensal
Relatório Gerencial	Relatório elaborado	40,0	Mensal
Relatório de Atividades Administrativas Ambientais - RAAA	Relatório elaborado	40,0	Mensal

2.4 Gerência de Procedimentos e Análise de Cadastros - GEPAC

Produto	Unidade	Peso	Periodicidade
Parecer Técnico	Parecer emitido	4,0	Mensal
Relatório Técnico	Relatório elaborado	4,0	Mensal
Relatório Gerencial	Relatório elaborado	40,0	Mensal
Relatório de Atividades Administrativas Ambientais - RAAA	Relatório elaborado	40,0	Mensal

3. GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO E CONVÊNIOS

Produto	Meta Mensal	Peso	Periodicidade
Minuta de documento	1	0,5	Mensal
Gestão do SGD	2	1,0	Mensal
Gestão do SICAP	2	2,0	Mensal
Gestão de Sistema de Diárias	2	3,0	Mensal
Atendimento/Informações	2	4,0	Mensal
Memorandos	1	0,5	Mensal
Termos/Processos	1	1,0	Mensal
Reuniões	1	1,0	Mensal
Busca ativa de cursos	4	4,0	Mensal
Fomento a qualificações	1	1,0	Mensal

4. DIRETORIA DE BIODIVERSIDADE E ÁREAS PROTEGIDAS - DBAP

Produto	Unidade	Peso	Periodicidade
Parecer/Nota/Manifestação - UCs	Parecer emitido	4	Mensal
Atividades do Sispasp	Procedimento realizado	6	Mensal
Autorizações - Sistauna	Autorização emitida	2	Mensal
Projetos - Manejo e conservação	Projeto elaborado	20	Mensal
Produção técnica/científica	Trabalho produzido	20	Mensal
Relatórios - Gestão das UCs	Relatório elaborado	40	Mensal
Relatórios - Dados da biodiversidade	Relatório elaborado	40	Mensal
Relatório Gerencial	Relatório elaborado	40	Mensal
Relatório de Atividades Administrativas Ambientais - RAAA	Relatório elaborado	40	Mensal

5. TABELA DE PRODUTIVIDADE (COMUM A TODAS AS UNIDADES)

Pontuação Mensal	Percentual do ADAA
≥ 32 pontos	25%
24 a 31 pontos	20%
16 a 23 pontos	10%
8 a 15 pontos	5%
≤ 8 pontos	0%

CLEDSON DA ROCHA LIMA
Presidente do Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS.

PORTARIA Nº 288/2025/NATURATINS/GABIN, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS - NATURATINS, através do Ato 3425 - NM, de 17 de dezembro de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 6963, de 17 de dezembro de 2025, no uso das atribuições legais.

RESOLVE,

CONCEDER a fruição das férias legais do servidor ANTONIEL GOUVEIA DE SOUZA, número funcional: 158152-2, Supervisor do Escritório Regional de Pedro Afonso do Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, referente ao período aquisitivo 2021/2022, antes prevista para data oportuna conforme Portaria nº 60 de 28/03/2025, DOE nº 6.787 de 01/04/2025 (15) dias, para fruí-las de 10/12/2025 a 24/12/2025.

CLEDSON DA ROCHA LIMA
Presidente do Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS

PORTARIA Nº 289/2025/NATURATINS/GABIN, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS - NATURATINS, através do Ato 3425 - NM, de 17 de dezembro de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 6963, de 17 de dezembro de 2025, no uso das atribuições legais, e considerando o disposto na Lei Complementar nº 13, de 18 de julho de 1997.

REGULARIZAR,

A lotação no Sistema de Gestão de Pessoal - ERGON, da servidora Ludmilla Batista dos Santos Borges, Número Funcional 11759518-4 Assistente Especializado II, constante no Gabinete do Presidente para a Gerência de Análise Técnica, a partir do dia 01 de dezembro de 2025.

CLEDSON DA ROCHA LIMA
Presidente do Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS

PORTARIA Nº 290/2025/NATURATINS/GABIN, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS - NATURATINS, através do Ato 3425 - NM, de 17 de dezembro de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 6963, de 17 de dezembro de 2025, no uso das atribuições legais, e considerando o disposto na Lei Complementar nº 13, de 18 de julho de 1997.

CONCEDER,

CONCEDER, a fruição das férias legais do servidor Florisvardo Tavares Sousa, Número Funcional: 735039-3, Inspetor de Recursos Naturais do Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, referente ao período aquisitivo 2020/2021, antes prevista para data oportuna conforme Portaria nº 60 de 09/05/2025, DOE nº 6.089 de 17/05/2022 (30) dias, para fruí-las de 01/12/2025 a 09/12/2025.

CLEDSON DA ROCHA LIMA
Presidente do Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS

PORTARIA Nº 291/2025/NATURATINS/GABIN, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS - NATURATINS, através do Ato 3425 - NM, de 17 de dezembro de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 6963, de 17 de dezembro de 2025, no uso das atribuições legais, e considerando o disposto na Lei Complementar nº 13, de 18 de julho de 1997.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora Rejane Ferreira Nunes, Matrícula nº 582752-3, cargo de Professor da Educação Básica, para responder pela Gerência do Parque Estadual do Jalapão - Mateiros, em substituição à titular Vaneça Ribeiro Corado Tavares, Matrícula nº 11523883-2, no período de sua licença maternidade, a partir de 27/11/2025 a 25/05/2026.

CLEDSON DA ROCHA LIMA
Presidente do Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS

PORTARIA Nº 292/2025/NATURATINS/GABIN, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS - NATURATINS, através do Ato 3425 - NM, de 17 de dezembro de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 6963, de 17 de dezembro de 2025, no uso das atribuições legais, e considerando o disposto na Lei Complementar nº 13, de 18 de julho de 1997.

CONSIDERANDO que incumbe ao Poder Público defender e preservar o meio ambiente, conforme o disposto no art. 225, §1º, inciso I da Carta Magna de 1988;

CONSIDERANDO que o Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS é uma autarquia criada pela Lei nº 858, de 26 de julho de 1996 e tem como competência a gestão ambiental no âmbito estadual, competindo-lhe: a execução da política ambiental do Estado; o monitoramento e o controle ambiental; a fiscalização do cumprimento da legislação ambiental; a prestação de serviços correlatos que lhe sejam atribuídos resultante de convênios, acordos e contratos;

CONSIDERANDO que para cumprir com a sua missão institucional, o NATURATINS mantém escritórios regionais em pontos estratégicos do estado, através da atuação de técnicos e fiscais ambientais;

CONSIDERANDO que o Processo Administrativo nº 2025/40310/000701, trata da contratação de serviços de Locação de Imóvel;

CONSIDERANDO a necessidade da contratação do serviço do imóvel que abriga o Escritório Regional do Naturatins na cidade de Araguaína, a razoabilidade do preço, tendo em vista que a proposta ofertada está compatível com os preços praticados no mercado imobiliário, conforme propostas de preços anexado nos autos do processo nº 2025/40310/000701;

CONSIDERANDO que a Carta Magna de 1988, na caput de seu artigo 37 disciplina que a Administração Pública deve prosseguir com eficiência em seus atos, e que, com esses atos garantirá a sociedade a aplicabilidade dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, princípios estes verdadeiros pilares da Administração Pública;

CONSIDERANDO o art. 117 da Lei 14.133/2021, que disciplina que na execução de contratos com a Administração Pública, esta deverá designar servidores para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor adiante nominado para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercer os cargos de Fiscal de Contrato e respectivo substituto, nos casos de impedimentos e afastamento legal do titular do contrato elencado a seguir:

FISCAL	SUBSTITUTO	PROCESSO	CONTRATO	OBJETO
Breno Pereira Novais Mat. Func. 12009245-2	Denílson Domingos Carvalho Mat. Func. 759214-1	2025/40310/701	040/2025	Locação de Imóvel para abrigar os Escritórios Regionais do NATURATINS na cidade de Araguaína - TO.

Art. 2º São atribuições do Fiscal:

Aos servidores responsáveis pela fiscalização do Contrato, terá as seguintes atribuições:

I - Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das cláusulas avençadas no

Contrato;

II - Anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito à Diretoria de Administração e Finanças, sobre tais eventos;

III - Determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes, e comunicar imediatamente através de relatório à Diretoria de Administração e Finanças, para ciência e apreciação das providências;

IV - Relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;

V - Opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto, com antecedência de 60 dias do final da vigência, logo após encaminhar para a Diretoria de Administração e Finanças para as devidas providências;

VI - Justificar ocorrências e promover o atendimento de eventuais diligências dos órgãos de controle;

VII - Atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimento dos materiais e controlar o saldo do contrato;

VIII - Observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;

IX - Manifestar-se por escrito, mensalmente, em forma de relatório juntado aos autos acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual;

X - Exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos contidos no contrato;

XI - Desempenhar outras atribuições correlatas ao encargo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEDSON DA ROCHA LIMA
Presidente do Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS

PORTARIA Nº 294/2025/NATURATINS/GABIN,
DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS - NATURATINS, através do Ato 3425 - NM, de 17 de dezembro de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 6963, de 17 de dezembro de 2025, no uso das atribuições legais.

RESOLVE;

CONCEDER, a fruição das férias legais do servidor: HERMISIO ALECRIM AIRES, número funcional: 292324-7, Supervisor de Unidade Conservação do Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, referente ao período aquisitivo 2022/2023, antes prevista para data oportuna conforme Portaria de nº 95 de 12/06/2024 DOE nº 6.589 de 13/06/2024 (15) dias, para fru-las de 22/12/2025 a 05/01/2026.

CLEDSON DA ROCHA LIMA
Presidente do Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS

PORTARIA Nº 295/2025/NATURATINS/GABIN,
DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025.

Prorroga o prazo estabelecido no art. 4º da Portaria nº 258/2025/NATURATINS/GABIN, de 03 de novembro de 2025.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS - NATURATINS, através do Ato Nº 3.421 - NM, de 17 de dezembro de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 6.894, de 17 de dezembro de 2025, no uso das atribuições legais, e considerando o disposto na Lei Complementar nº 13, de 18 de julho de 1997.

CONSIDERANDO o disposto no Memorando nº 34/2025/SCI, de 16 de dezembro de 2025;

CONSIDERANDO a complexidade e o volume dos trabalhos de inventário e regularização dos bens do Programa ARPA, que demandam prazo adicional para sua conclusão;

CONSIDERANDO o interesse público na finalização do processo de incorporação patrimonial, essencial para a gestão eficiente dos bens do Estado;

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterado o art. 4º da Portaria nº 258/2025/NATURATINS/GABIN, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º A Comissão deverá apresentar ao Presidente do NATURATINS o relatório final do inventário e a proposta de regularização, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 19 de dezembro de 2025.” (NR)

Art. 2º Ficam mantidas as demais disposições da Portaria nº 258/2025/NATURATINS/GABIN.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

CLEDSON DA ROCHA LIMA

Presidente do Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 04/2025/NATURATINS/GABIN,
DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025.**

Dispõe sobre os procedimentos para contestação de elementos hidrográficos identificados em imóveis rurais no âmbito dos processos de licenciamento e regularização ambiental no NATURATINS.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS - NATURATINS, autarquia estadual criada pela Lei Estadual nº 858, de 26 de junho de 1996, nomeado por meio do Ato nº 3.425 - NM, de 17 de dezembro de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6.963, de 17 de dezembro de 2025, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 7.830, de 17 de outubro de 2012, que regulamenta o Cadastro Ambiental Rural (CAR);

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a precisão técnica e a segurança jurídica na análise dos elementos hidrográficos em imóveis rurais;

CONSIDERANDO a importância de assegurar meios formais para a contestação de informações cartográficas que não representem a realidade em campo.

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer procedimentos para contestação e análise de elementos hidrográficos (rios, córregos, nascentes, lagos e demais corpos d'água) identificados em imóveis rurais no âmbito dos processos de Cadastro Ambiental Rural (CAR), Autorização de Exploração Florestal (AEF) e Licenciamento Ambiental conduzidos pelo NATURATINS.

Art. 2º A contestação poderá ser solicitada quando o interessado entender que a hidrografia representada nas bases cartográficas oficiais não condiz com a situação real observada em campo, especialmente nos seguintes casos:

I - Ausência ou deslocamento de cursos d'água;

II - Duplicidade de feições hidrográficas;

III - Inclusão indevida de cursos d'água inexistentes;

IV - Caracterização incorreta quanto à perenidade (perene, intermitente ou efêmero);

V - Quando não observado afloramento ou curso d'água natural;

Art. 3º A solicitação de contestação deverá ser formalizada mediante requerimento dirigido à Diretoria de Gestão Ambiental, acompanhado da seguinte documentação:

I - Relatório técnico assinado por profissional habilitado, contendo:

justificativa detalhada da contestação;

identificação do imóvel (CAR, matrícula e coordenadas geográficas);

descrição das feições contestadas e suas coordenadas;

II - Mapa comparativo entre a base oficial e a observação de campo;

III - Registros fotográficos georreferenciados que comprovem a situação real, devendo ser capturados obrigatoriamente em solo, em locais acessíveis, ou por meio de aeronave não tripulada, nos casos de comprovada situação nas quais o acesso ao local é inviável ou oferece risco à integridade física dos profissionais envolvidos;

IV - Arquivo vetorial em formato “shapefile” contendo os pontos contestados;

V - Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica (ART/RRT).

Parágrafo único. O relatório técnico deverá conter informações suficientes para subsidiar a análise da equipe técnica do NATURATINS.

Art. 4º O registro fotográfico georreferenciado deverá:

I - Conter metadados válidos de geolocalização (latitude, longitude, data e hora) incorporados ao arquivo digital da imagem;

II - Ser realizado a partir de diferentes ângulos e direções cardeais (norte, sul, leste e oeste), de modo a garantir visão panorâmica e contextual da área, evitando registros restritos a um único ponto de vista;

III - Incluir, sempre que possível, a indicação de orientação por bússola ou equipamento GPS, visível na fotografia ou registrada em aplicativo que incorpore essa informação nos metadados;

IV - Apresentar, se possível elementos fixos de referência espacial, como cercas, formações vegetais marcantes, construções ou pontos georreferenciados identificáveis em mapa;

V - Ser acompanhado de mapa de localização dos pontos fotográficos, com numeração correspondente às imagens apresentadas, e, quando possível, indicação das direções de tomada das fotos;

VI - Possuir resolução adequada para permitir a identificação clara da paisagem, da declividade e das condições ambientais do local.

Parágrafo único. Não serão aceitos registros fotográficos que não apresentem dados de georreferenciamento válidos, que tenham sido realizados em apenas um sentido de observação, ou que não representem de forma fidedigna as condições da área em análise.

Art. 5º Em situações nas quais o acesso ao local é inviável ou oferece risco à integridade física dos profissionais envolvidos, a comprovação da inexistência de um curso d'água perene ou intermitente poderá ser realizada por meio de alternativas metodológicas de caráter remoto e documental.

I - Análise multitemporal de imagens de satélite, utilizando séries históricas dos últimos cinco anos, contemplando sistematicamente tanto a estação chuvosa quanto a estação seca. Essa avaliação deverá abranger o fragmento de hidrografia indicado pela base cartográfica oficial do estado.

II - Relatório fotográfico georreferenciado no período de fluxo hídrico, composta por imagens aéreas obtidas por drone, preferencialmente em formato de ortomosaico, e registros fotográficos, todos acompanhados de coordenadas geográficas e metadados auxiliares (altitude, direção de captura, data e hora).

Parágrafo Único. A apresentação das situações nas quais o acesso ao local é inviável ou oferece risco à integridade física dos profissionais envolvidos, será avaliada pelo NATURATINS, podendo ser aceita ou solicitada contestada.

Art. 6º O relatório técnico de contestação de hidrografia deverá ser elaborado durante o período chuvoso local, preferencialmente compreendido entre os meses de novembro a abril, de forma a permitir a adequada identificação de cursos d'água intermitentes ou efêmeros.

§1º Nos casos em que o levantamento de campo for realizado fora desse período, o profissional responsável deverá apresentar evidências complementares, tais como:

I - Imagens de satélite de diferentes datas, que demonstrem a variação sazonal;

II - Registros fotográficos georreferenciados realizados em épocas distintas;

III - Dados pluviométricos de estação meteorológica próxima;

IV - Ou outros elementos técnicos que comprovem a sazonalidade do curso d'água.

§2º O relatório deverá conter a data da visita técnica, as coordenadas geográficas dos pontos observados e a descrição da condição climática no momento da coleta.

§3º O NATURATINS poderá, sempre que necessário, utilizar informações históricas de monitoramento ambiental ou dados oficiais de precipitação para validar o período de observação informado no relatório técnico.

Art. 7º O servidor responsável pela análise técnica da contestação, poderá:

I - Realizar validação por sensoriamento remoto e imagens de alta resolução;

II - Solicitar informações complementares ao interessado;

III - recomendar vistoria *in loco*, quando necessário.

Art. 8º O resultado da contestação será formalizado em parecer técnico conclusivo, que deverá:

I - Indicar se a contestação é procedente, parcialmente procedente ou improcedente;

II - Apresentar a fundamentação técnica e cartográfica utilizada;

Art. 9º Quando a contestação for considerada procedente, o NATURATINS deverá registrar a validação no processo administrativo correspondente;

Art. 10 As contestações julgadas improcedentes permanecerão registradas no processo, com a devida justificativa técnica, igual ou superior ao relatório apresentado, podendo ser reavaliadas mediante apresentação de novas evidências técnicas.

Art. 11 Casos omissos e situações excepcionais serão resolvidos pela Diretoria de Gestão e Regularização Ambiental.

Art. 12 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

CLEDSON DA ROCHA LIMA

Presidente do Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS.

TOCANTINS PARCERIAS

PORTARIA TOCANTINS PARCERIAS Nº 198/2025.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE PARTICIPAÇÕES, INVESTIMENTOS E PARCERIAS DO ESTADO DO TOCANTINS - TOCANTINS PARCERIAS, conforme ata da Septuagésima Quarta Reunião do Conselho de Administração desta Companhia, ocorrida no dia 13 dias do mês de janeiro de 2025, de acordo como art. 61, inciso VI, do Estatuto Social que rege a Sociedade.

Considerando a necessidade de acompanhamento de fiscal para todos os contratos públicos.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os agentes públicos, Ivo Renato Ramos Rodrigues, matrícula funcional nº 66 e Allan Santos Soares, matrícula funcional nº 137 respectivamente como titular e suplente para exercer a função de fiscal do Contrato nº 59/2025, vinculado ao processo nº 2025/99910/000054, firmado TOCANTINS CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA. CNPJ: 02.806.785/0001-10.

Art. 2º São atribuições do Fiscal:

I - Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do Contrato;

II - Anotar em registro próprio as irregularidades encontradas, as providências que determinou e o resultado das medidas;

III - Opinar sobre a oportunidade e conveniência de aditamento contratual.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Diretor-Presidente, em Palmas, Capital do Estado, aos 22 dias do mês de dezembro de 2025.

Aleandro Lacerda Gonçalves
Diretor-Presidente

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO SGD Nº: 2025/99910/00054

CONTRATO Nº: 59/2025

CONTRATANTE: COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE PARTICIPAÇÕES, INVESTIMENTOS E PARCERIAS DO ESTADO DO TOCANTINS - TOCANTINS PARCERIAS.

CNPJ: 17.579.560/0001-45

CONTRATADA: TOCANTINS CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.

CNPJ: 02.806.785/0001-10.

OBJETO: contratação de empresa para locação de máquinas e equipamentos para atender às necessidades da Tocantins Parcerias. VALOR ESTIMADO: R\$ 93.730,00 (noventa e três mil setecentos e trinta reais).

DATA DA ASSINATURA: 18/12/2025

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

SIGNATÁRIOS: Aleandro Lacerda Gonçalves - Contratante; Sr. Antônio Rodrigues de Farias - Representante Legal da Contratada.

PUBLICAÇÕES DOS MUNICÍPIOS

PALMAS

AVISO DE SUSPENSÃO “SINE DIE”
CONCORRÊNCIA Nº 012/2025

A Superintendência de Licitações torna pública a SUSPENSÃO “SINE DIE” da CONCORRÊNCIA Nº 012/2025, cujo objeto é a concessão dos serviços de transporte público coletivo de passageiros no Município de Palmas - TO, de interesse da Agência de Transporte Coletivo de Palmas/TO, instruído no processo NUP: 00000.0.005981/2025, considerando o teor do despacho da lavra do senhor Presidente da ATCP.

Mais informações poderão ser obtidas no horário das 13h às 19h, em dias úteis, pelos telefones: (63) 3212-7244/7243 ou pelo e-mail compraslicitacoes@palmas.to.gov.br.

Palmas/TO, 19 de dezembro de 2025.

Antonio Luiz Cardozo Brito
Presidente da Comissão de Contratação

CARMOLÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

AVISO DE PREGÃO

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE CARMOLÂNDIA-TO, através do Departamento de Licitações e Contratos, torna público para conhecimento dos interessados a realização dos Pregões abaixo, de acordo com as condições, critérios e procedimentos estabelecidos no edital e seus anexos (licitacaocarmolandia@gmail.com), objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025. Abertura dia 09/01/2026, às 08:00 horas - Contratação de empresa especializada de engenharia para prestação de serviço de ampliação de estradas vicinais na região do Assentamento Primavera, município de Carmolândia - TO, conforme condições, especificações e quantitativos constantes no Projeto Básico e seus anexos.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2025. Abertura dia 09/01/2026, às 11:00 horas - Contratação de empresa do ramo para aquisição de Retroescavadeira de Pneu para o município de Carmolândia - TO, conforme condições, especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência e seus anexos.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2025. Abertura dia 09/01/2026, às 14:00 horas - Contratação de empresa do ramo para aquisição de Escavadeira Hidráulica para o município de Carmolândia - TO, conforme condições, especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência e seus anexos.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO de Carmolândia-TO, 22 de dezembro de 2025.

LIDIANE MEDEIROS RODRIGUES
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
DECRETO Nº 002/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE PREGÃO

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARMOLÂNDIA-TO, através do Departamento de Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Administração e Desenvolvimento de Carmolândia-TO, torna público para conhecimento dos interessados a realização do Pregão abaixo, de acordo com as condições, critérios e procedimentos estabelecidos no edital e seus anexos (licitacaocarmolandia@gmail.com), objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025. Abertura dia 09/01/2026, às 16:00 horas - Contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento de móveis planejados para a Unidade Básica de Saúde do município de Carmolândia-TO, conforme condições, especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência e seus anexos.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARMOLÂNDIA-TO, 22 DE DEZEMBRO DE 2025.

ALENCARLOS BATISTA OLIVEIRA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE
DECRETO Nº 003/2025

COLINAS DO TOCANTINS

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 007/2025/PMCO/TO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7863/2025/PMCO/TO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS DO TOCANTINS, ESTADO DO TOCANTINS, através da Secretaria Adjunta de Licitação, nos termos da Lei Federal Nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal Nº 07, de 31 de janeiro de 2024, torna público que fará realizar no dia 05 de fevereiro de 2026 às 08:00 (oito horas) horário de Brasília, por meio da INTERNET, através do site: <https://www.gov.br/compras/pt-br> a abertura do Concorrência Eletrônica Nº 007/2025/PMCO/TO, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia no que refere a construção de 20 (vinte) unidades habitacionais MCMV (Minha Casa, Minha Vida) e FNHIS (Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, no município de Colinas do Tocantins, referente ao Convênio 974584/2024/MCIDADES/CAIXA, conforme condições, quantitativos e especificações constantes no Projeto Básico, no Projetos Arquitetônico, no Projeto Hidrossanitário, no Projeto Elétrico, no Projeto Estrutural, na Planilha Orçamentária, na Cronograma Físico - Financeiro, e no Memorial Descritivo e nos demais anexos, os quais integram este Edital, independente de transcrição. Tipo: Menor Preço Global - Modo de Disputa: Aberto. UASG: 989311. Data da abertura: 05/02/2026, às 08:00 horas.

O edital e seus anexos poderão ser obtidos, junto à Secretaria Adjunta de Licitação, no Anexo 01 da Prefeitura Municipal, com endereço na Rua 23, Nº 1445, Setor Aeroporto, Colinas do Tocantins/TO, ou através do site oficial do município: <https://colinas.to.gov.br/editais> ou do Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP (<https://www.gov.br/pncp/>), ou solicitação formal através do e-mail licitacao@colinas.to.gov.br. Maiores informações: Fone: (63) 92727-7557.

Colinas do Tocantins/TO, aos vinte e dois (22) dias do mês de dezembro 2025.

Malvina da Cruz Nascimento
Secretária Adjunta de Licitação

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2025/FMSCO/TO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2025/FMSCO/TO

O MUNICÍPIO DE COLINAS DO TOCANTINS, ESTADO DO TOCANTINS, TENDO COMO INTERVENIENTE A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, através da Secretaria Adjunta de Licitação, nos termos da Lei Federal Nº 14.133/2021, do Decreto Nº 11.878/2024, e do Decreto Municipal Nº 07, de 31 de janeiro de 2024, torna público para conhecimento dos interessados o CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2025/FMSCO/TO, na forma de Credenciamento de Pessoa Jurídica para prestação de serviços especializados na área de saúde, para prestar serviços de consultas com exames, cirurgias e demais procedimentos especializados em oftalmologia, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Colinas do Tocantins/TO, de acordo com os critérios, especificações, termos e condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência - Anexo I e demais anexos. O Edital do Credenciamento, vigorará por 01 (um) ano, a partir da data de sua publicação. O prazo para credenciamento, iniciar-se-á a partir da data de publicação do Edital.

O Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Secretaria Adjunta de Licitação na Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins/TO (Anexo 01), no horário das 07:15h às 11:15h e das 13:15h às 17:15h, ou através do site oficial do município: <https://colinas.to.gov.br/> editais ou do site Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP (<https://www.gov.br/pncp/>), ou solicitação formal através do e-mail: licitacao@colinas.to.gov.br. Maiores informações: Fone: (63) 99272-7557.

Colinas do Tocantins - TO, aos vinte e dois (22) dias do mês de dezembro de 2025.

Malvina da Cruz Nascimento
Secretária Adjunta de Licitação

DUERÉ

EXTRATO DO ADITIVO AO CONTRATO Nº 007-A/2025

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE DUERÉ-TO, torna público a celebração do Aditivo ao Contrato nº 007-A/2025, que tem por objeto credenciamento para a contratação de médico tipo clínico geral, para prestação de serviços de plantonistas no hospital municipal de Dueré, firmado com a prestadora de serviços LIFE CLÍNICA MÉDICA E SAÚDE OCUPACIONAL LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 48.026.423/0001-07, para prorrogação pelo período de mais 12 (doze) meses, passando a validade do referido Contrato de 01/01/2026 a 31/12/2026, mantendo-se o estabelecido sendo o valor unitário por plantão médico originalmente contratado para o PLANTÃO DE 12 HORAS R\$ 1.000,00 (mil reais), e para PLANTÃO DE 24 HORAS R\$ 2.000,00 (dois mil reais), conforme proposta originariamente enviada pela CONTRATADA.

Dueré-TO, 19 de dezembro de 2025.

TARGINO NOLETO BRITO
SECRETÁRIO DE SAÚDE

EXTRATO DO ADITIVO AO CONTRATO Nº 017-A/2025

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE DUERÉ-TO, torna público a celebração do Aditivo ao Contrato nº 017-A/2025, que tem por objeto o CREDENCIAMENTO PARA A CONTRATAÇÃO DE MÉDICO TIPO CLÍNICO GERAL, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTONISTAS NO HOSPITAL MUNICIPAL DE DUERÉ, firmado com a prestadora de serviços M. G. BARROS JUNIOR, CNPJ nº 27.512.0004/0001-05, para prorrogação pelo período de mais 12 (doze) meses, passando a validade do referido Contrato de 31/12/2025 a 31/12/2026, mantendo-se o estabelecido sendo o valor unitário por plantão médico originalmente contratado para o PLANTÃO DE 12 HORAS R\$ 1.000,00 (mil reais), e para PLANTÃO DE 24 HORAS R\$ 2.000,00 (dois mil reais), conforme proposta originariamente enviada pela CONTRATADA.

Dueré-TO, 19 de dezembro de 2025.

TARGINO NOLETO BRITO
SECRETÁRIO DE SAÚDE

EXTRATO DO ADITIVO AO CONTRATO Nº 014-A/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE DUERÉ-TO, torna público a celebração do Aditivo ao Contrato nº 014-A/2025, que tem por objeto o CREDENCIAMENTO PARA A CONTRATAÇÃO DE MÉDICO TIPO CLÍNICO GERAL, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTONISTAS NO HOSPITAL MUNICIPAL DE DUERÉ, firmado com a prestadora de serviços CLINICA MEDICA CAMPOS LTDA, CNPJ nº 24.074.470/0001-68, para prorrogação pelo período de mais 12 (doze) meses, passando a validade do referido Contrato de 31/12/2025 a 31/12/2026, mantendo-se o estabelecido sendo o valor unitário por plantão médico originalmente contratado para o PLANTÃO DE 12 HORAS R\$ 1.000,00 (mil reais), e para PLANTÃO DE 24 HORAS R\$ 2.000,00 (dois mil reais), conforme proposta originariamente enviada pela CONTRATADA.

Dueré-TO, 19 de dezembro de 2025.

TARGINO NOLETO BRITO
SECRETÁRIO DE SAÚDE

EXTRATO DO ADITIVO AO CONTRATO Nº 018-A/2025

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE DUERÉ-TO, torna público a celebração do Aditivo ao Contrato nº 018-A/2025, que tem por objeto credenciamento para a contratação de médico tipo clínico geral, para prestação de serviços de plantonistas no hospital municipal de Dueré, firmado com a prestadora de serviços RAIMUNDO COELHO DA SILVA LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 33.642.350/0001-00, para prorrogação pelo período de mais 12 (doze) meses, passando a validade do referido Contrato de 31/12/2025 a 31/12/2026, mantendo-se o estabelecido sendo o valor unitário por plantão médico originalmente contratado para o PLANTÃO DE 12 HORAS R\$ 1.000,00 (mil reais), e para PLANTÃO DE 24 HORAS R\$ 2.000,00 (dois mil reais), conforme proposta originariamente enviada pela CONTRATADA.

Dueré-TO, 19 de dezembro de 2025.

TARGINO NOLETO BRITO
SECRETÁRIO DE SAÚDE

EXTRATO DO ADITIVO AO CONTRATO Nº 028-A/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE DUERÉ-TO, torna público a celebração do Aditivo ao Contrato nº 028-A/2025, que tem por objeto Credenciamento de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços médicos clínico geral com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Estratégia Saúde da Família (ESF), Com Atribuições Listadas Na Política Nacional De Atenção Básica (PNAB), firmado com a prestadora de serviços RAIMUNDO COELHO DA SILVA LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 33.642.350/0001-00, para prorrogação pelo período de mais 12 (doze) meses, passando a validade do referido Contrato de 01/01/2026 a 31/12/2026, mantendo-se o valor mensal de R\$ 16.206,86 (dezesesseis mil duzentos e seis reais e oitenta e seis centavos) originariamente contratado.

Dueré-TO, 19 de dezembro de 2025.

TARGINO NOLETO BRITO
SECRETÁRIO DE SAÚDE

EXTRATO DO ADITIVO AO CONTRATO Nº 028/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE DUERÉ-TO, torna público a celebração do Aditivo ao Contrato nº 028/2025, que tem por objeto o CREDENCIAMENTO PARA A CONTRATAÇÃO DE MÉDICO TIPO CLÍNICO GERAL, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTONISTAS NO HOSPITAL MUNICIPAL DE DUERÉ, firmado com a prestadora de serviços PEGORARO E COELHO LTDA, Sociedade Empresaria LTDA, CNPJ nº 11.486.815/0001-49, para prorrogação pelo período de mais 12 (doze) meses, passando a validade do referido Contrato de 31/12/2025 a 31/12/2026, mantendo-se o estabelecido sendo o valor unitário por plantão médico originalmente contratado para o PLANTÃO DE 12 HORAS R\$ 1.000,00 (mil reais), e para PLANTÃO DE 24 HORAS R\$ 2.000,00 (dois mil reais), conforme proposta originariamente enviada pela CONTRATADA.

Dueré-TO, 19 de dezembro de 2025.

TARGINO NOLETO BRITO
SECRETÁRIO DE SAÚDE

EXTRATO DO ADITIVO AO CONTRATO Nº 043/2025

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DUERÉ-TO, torna público a celebração do Aditivo ao Contrato nº 043/2025, que tem por objeto o credenciamento para contratação de empresa especializada em realização de exames laboratoriais de análises clínicas com a empresa BIOTIPO LABORATORIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 19.752.012/0002-81, para prorrogação pelo período de mais 12 (doze) meses, passando a validade do referido Contrato de 31/12/2025 a 31/12/2026, mantendo-se o valor global de R\$ 107.534,12 (cento e sete mil quinhentos e trinta e quatro reais e doze centavos) originariamente contrato.

Dueré-TO, 19 de dezembro de 2025.

TARGINO NOLETO BRITO
Secretário Municipal de Saúde de Dueré-TO

**EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL
DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2024**

O Fundo Municipal de Saúde de Dueré-TO, torna pública a RETIFICAÇÃO do Edital de Credenciamento nº 001/2024. OBJETO: Credenciamento para a Contratação de Médico Tipo Clínico Geral, para Prestação de Serviços de Plantonista no Hospital Municipal de Dueré. ALTERAÇÃO: Fica alterada a redação do Item 8.1, que passa a vigorar com a inclusão do prazo final para recebimento de documentação, conforme segue: "8.1 Os proponentes interessados deverão encaminhar A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO e REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO, através do e-mail: prefeituraadeduer@gmail.com OU poderá ser entregue em envelope próprio lacrado, até a data de 31/12/2026." As demais cláusulas do edital permanecem inalteradas. O edital retificado em sua íntegra poderá ser obtido na sede da Prefeitura ou pelo site oficial do município.

Dueré - TO, 18 de dezembro de 2025.

TARGINO NOLETO BRITO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DUERÉ-TO

FIGUEIRÓPOLIS**EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 106/2025
PROCESSO ADM.: 129/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA: 002/2025**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Figueirópolis-TO (CNPJ 00.003.848/0001-74). CONTRATADA: BR Soluções e Construção Civil LTDA (CNPJ 36.759.234/0001-64). OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência por 90 (noventa) dias para conclusão da reforma e ampliação do Estádio Municipal Ostuill Soares. VIGÊNCIA: de 01/01/2026 a 31/03/2026 (Efeitos a partir de 02/01/2026). VALOR GLOBAL DO ADITIVO: R\$ 799.900,00 (setecentos e noventa e nove mil e novecentos reais). FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 104, I; 111; 115; 124; 125 e 130 da Lei nº 14.133/2021. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo. Fichas: 311 e 312. Fontes: 1.500.0000.00000 e 1.701.0000.00000. DATA DE ASSINATURA: 18/12/2025. José Fontoura Primo - Prefeito Municipal. Rodrigo Ribeiro Lordeiro - Representante Legal da Contratada.

NAZARÉ**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Proc. nº 1625/2025. Dispensa de licitação Nº 34/2025. Objeto: Eventual Aquisição futura de recargas de oxigênio medicinal, destinadas a atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Nazaré-TO. Vencedor: S.P. DE SOUZA & CIA LTDA ME - CNPJ Nº 16.830.414/0001-88, vencedora de todos os itens, valor: R\$ 58.500,00 (cinquenta e oito mil e quinhentos reais). O gestor do Fundo Municipal de Saúde de Nazaré-TO, usando das atribuições que lhes são conferidas, resolve HOMOLOGAR o objeto do processo licitatório da empresa acima mencionada. DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 18/12/2025.

Nazaré - TO, 22 de novembro de 2025.

Geandro Paiva de Oliveira
Gestor

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO nº 109/2025 Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Nazaré-TO. Contratada: S.P. DE SOUZA & CIA LTDA ME. Objeto: Eventual aquisição futura de recargas de oxigênio medicinal, destinadas a atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Nazaré-TO. Valor do contrato: R\$ 58.500,00 (cinquenta e oito mil e quinhentos reais). Representante Contratante: Geandro Paiva de Oliveira. Representante Contratada: Carla de Miranda Benicchio. Data Assinatura: 19/12/2025. Vigência: 12 (doze) meses.

Nazaré - TO, 22 de dezembro de 2025.

Geandro Paiva de Oliveira
Gestor

PALMEIRAS DO TOCANTINS**EXTRATO DE CONTRATO**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 332/2025, assinado em 18/12/2025. Objeto: Contratação de empresa para Conclusão da Construção de Quadra Coberta com vestiário, na Escola Municipal Padre Josimo no P.A Primeiro de Janeiro, para atender a Secretaria de Educação de Palmeiras do Tocantins - TO. Processo Administrativo nº 1893/2025. Modalidade: Concorrência - Eletrônica nº 005/2025. CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Educação, CNPJ nº 06.073.458/0001-57, CONTRATADO: V G S CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 08.475.367/0001-73. Valor Global: R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais). Vigência Inicial: 18 de dezembro de 2025. Vigência Final: 18 de Dezembro de 2026. Andrea de Moura Bandeira - Secretária de Educação. Palmeiras do Tocantins - TO, 18 de dezembro de 2025.

PORTO NACIONAL**AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA**

OMUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL, ESTADO DO TOCANTINS, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO, Órgão Público do Poder Executivo Municipal, por intermédio da COMISSÃO ESPECIAL DE CONTRATAÇÃO do Município de Porto Nacional, torna público que fará realizar na sala de reunião da Prefeitura de Porto Nacional, situada a Av. Murilo Braga, 1887, Centro, Porto Nacional - TO:

CONCORRÊNCIA PÚBLICA 004/2024 INFR - REPUBLICADO, Com o critério de julgamento de menor valor de CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL MÁXIMA, dia 04 de março de 2026 às 09:00 horas (horário local), objetivando a CONCESSÃO DE CIDADE INTELIGENTE DO MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL/TO, ABRANGENDO A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E A REALIZAÇÃO DAS OBRAS DE INFRAESTRUTURA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, REDE DE CONECTIVIDADE E MINIUSINAS FOTOVOLTAICAS NO MUNICÍPIO.

O Edital encontra-se disponível Junto ao site: www.portonacional.to.gov.br, ou na Secretaria de Compras e Licitações/Comissão de Contratações das 08:00 às 12:00 horas de segunda a sexta-feira e informação através do fone: (63) 3363-6000, ramal 214.

Porto Nacional - TO, 23 de dezembro de 2025.

MARCOS ANTONIO LEMOS RIBEIRO
SECRETARIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E
DESENVOLVIMENTO URBANO
Autoridade competente

SANTA MARIA DO TOCANTINS**AVISO DE LICITAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO TOCANTINS/TO, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará, por meio da plataforma eletrônica www.licitanet.com.br, as seguintes licitações:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2025 - PREF, a ser realizada no dia 07 de janeiro de 2026, às 08h:00m, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE MUDAS, GRAMAS, PLANTAS ORNAMENTAIS, ADUBOS E MATERIAIS PARA JARDINS, DESTINADAS AO USO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO TOCANTINS/TO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025 - PREF, a ser realizada no dia 07 de janeiro de 2026 às 14h:00m, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA, PARCELADA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE RECARGAS DE GÁS GLP (GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO) ENVASADOS EM BOTIJOES DE 13 KG PARA A PREFEITURA MUNICIPAL E FUNDOS MUNICIPAIS DE SANTA MARIA DO TOCANTINS/TO, PARA O EXERCÍCIO DE 2026.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2025 - PREF, a ser realizada no dia 08 de janeiro de 2026 às 08h:00m, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS GRÁFICOS, PARA SUPRIR AS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL E DOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SANTA MARIA DO TOCANTINS/TO, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2026.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2025 - FME, a ser realizada no dia 09 de janeiro de 2026 às 08h:00m, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA OFERTA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2025, DESTINADA AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL) DE SANTA MARIA DO TOCANTINS/TO.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2025 - FMAS, a ser realizada no dia 12 de janeiro de 2026 às 08h:00m, tipo MENOR PREÇO POR LOTE, visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS (FORNECIMENTO DE URNAS FÚNEBRES, PREPARAÇÃO DE CORPO E TRANSLADO), OBJETIVANDO ATENDER AS FAMÍLIAS CARENTES DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO TOCANTINS/TO, ASSISTIDAS PELO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA MARIA DO TOCANTINS/TO.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2025 - FMAS, a ser realizada no dia 12 de janeiro de 2026 às 14h:00m, tipo MENOR PREÇO POR LOTE, visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS (CONFORME PROJETOS) CONFECCIONADOS EM MDF A SEREM MONTADOS E INSTALADOS NO NOVO PRÉDIO DO CRAS DE SANTA MARIA DO TOCANTINS/TO.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2025 - FMS, a ser realizada no dia 13 de janeiro de 2026 às 08h:00m, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, visando a AQUISIÇÃO DE APARELHO DE ULTRASSOM PARA ESTRUTURAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA MARIA DO TOCANTINS/TO.

Os editais estão disponíveis no site oficial santamariadotocantins.to.gov.br ou www.licitanet.com.br ou através do e-mail: licitacaostamaria@gmail.com, de segunda a sexta-feira e informações através do fone: (63) 99241-1111.

Santa Maria do Tocantins/TO, 22 de dezembro de 2025.

Leonardo Noletto Moreira
Prefeito Municipal

PUBLICAÇÕES PARTICULARES

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

CERAMICA MIRACEMA LTDA, CNPJ: 03.133.XXX1-31, torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, a Licença Prévia, Instalação e Operação para atividade de Indústria de Artefatos Cerâmicos, localizada na estrada da Providência s/n, no município de Miracema do Tocantins - TO. O empreendimento se enquadra nas Resoluções CONAMA nº 001/86 e 237/97, que dispõem sobre o licenciamento ambiental.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

FRANCIONE RIBEIRO DOS SANTOS, inscrito no CPF nº 823.XXX.XXX-2 torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, as Licenças Prévia (LP), de Instalação (LI) e de Operação (LO) para a atividade de Bovinocultura Extensiva, localizada na Fazenda Matrinhã, zona rural do município de São Salvador do Tocantins - TO. O empreendimento se enquadra nas Resoluções do CONAMA nº 237/1997 e COEMA nº 007/2005, as quais dispõem sobre o Licenciamento Ambiental desta atividade.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

O Sr. Juarez Biolchi Mulinari, CPF nº 370.XXX.XXX-72, torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, as Licenças Prévia (LP), Instalação (LI) e Operação (LO) para a atividade de BOVINOCULTURA, na FAZENDAS ESTÂNCIA DE FERRADURA I E II, zona rural de Goianorte - TO. O empreendimento se enquadra nas Resoluções CONAMA nº 001/86 e 237/97 e COEMA nº 07/2005, que dispõe sobre o Licenciamento Ambiental desta atividade.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

O Sr. Juarez Biolchi Mulinari, CPF nº 370.XXX.XXX-72, torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, as Licenças Prévia (LP), Instalação (LI) e Operação (LO) para a atividade de AGRICULTURA, na FAZENDAS ESTÂNCIA DE FERRADURA I E II, zona rural de Goianorte - TO. O empreendimento se enquadra nas Resoluções CONAMA nº 001/86 e 237/97 e COEMA nº 07/2005, que dispõe sobre o Licenciamento Ambiental desta atividade.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

O Sr. Procópio Fernandes Maia, CPF: XXX.XXX.411-00, torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, o Licenciamento Ambiental para emissão da Licença Ambiental Prévia, de Instalação e Operação para a atividade de Bovinocultura de pequeno porte, a atividade será desenvolvida na Fazenda Pontal, Município de Peixe. O empreendimento se enquadra na Resolução CONAMA nº 237/1997 e Resolução COEMA-TO nº 007/2005, que dispõem sobre o Licenciamento Ambiental da atividade.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ELEIÇÃO

O Presidente do SIRECOM - TO, Sindicato dos Representantes Comerciais do Estado do Tocantins, Romeu Capra, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca todos os seus filiados, através do presente Edital, para a Eleição da Diretoria, do Conselho Fiscal, Delegados representantes junto à Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Tocantins e respectivos suplentes.

I. DATA E LOCAL: A eleição será realizada no dia 26 de janeiro de 2026, na sede do Sindicato, situada na Quadra ACSO 11, Rua SO 07, S/N, Conjunto 01, Lote 24, anexo I, Plano Diretor Sul, Palmas - TO.

II. HORÁRIOS E QUÓRUM (Art. 40, IV): 1ª Convocação: Das 08:30h às 10:30h, com quórum de mais de 2/3 (dois terços) dos eleitores; 2ª Convocação: Não obtido o quórum anterior, realizar-se-á no mesmo dia, das 11:00h às 11:30h, com maioria simples; 3ª Convocação: Persistindo a falta de quórum, realizar-se-á das 12:30h às 13:30h, com qualquer número de presentes.

III. MANDATO: Os eleitos cumprirão mandato de 04 (quatro) anos, com início em 10 de março de 2026 e término em 09 de março de 2030.

IV. REGISTRO DE CHAPAS: As chapas deverão se registrar no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da publicação deste edital (art. 45). O requerimento, acompanhado das fichas de qualificação e documentos (art. 43), deverá ser entregue em duas vias na Secretaria do Sindicato, que funcionará nos dias úteis, das 08:30h às 13:30h.

V. IMPUGNAÇÃO E APURAÇÃO: O Sindicato publicará as chapas registradas em até 72 horas após o fim do prazo de registro, abrindo-se o prazo de 05 (cinco) dias para impugnação. A apuração será feita logo após o pleito. Será proclamada eleita a chapa que obtiver maioria simples dos votos. Em caso de empate, nova eleição será realizada em 05 (cinco) dias.

VI. FISCAIS: Cada chapa poderá indicar até 02 (dois) fiscais (art. 47), obrigatoriamente pertencentes à categoria representada.

Palmas - TO, 18 de dezembro de 2025.

ROMEUCAPRA
Presidente do SIRECOM-TO